

MARCO ANTÔNIO MACHADO LIMA PEREIRA
EVERTON FERNANDO PIMENTA

Organizadores

DIMENSÕES DO ANTICOMUNISMO NO BRASIL:

NOVOS ESTUDOS E
PERSPECTIVAS DE ANÁLISE





UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva

Reitor

Prof. Dr. Leonardo Silva Soares

Vice-Reitor



EDITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Profa. Dra. Suênia Oliveira Mendes

Diretora

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Antônio Alexandre Isídio Cardoso

Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni

Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira

Prof. Dr. Márcio José Celéri

Profª. Dra. Diana Rocha da Silva

Profª. Dra. Gisélia Brito dos Santos

Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa

Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva

Prof. Dr. Carlos Delano Rodrigues

Profª. Dr. Felipe Barbosa Ribeiro

Profª. Dra. Maria Aurea Lira Feitosa

Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas

Bibliotecária Tatiana Cotrim Serra Freire

Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior



Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Marco Antônio Machado Lima Pereira e Everton Fernando Pimenta

Organizadores

**DIMENSÕES DO ANTICOMUNISMO NO BRASIL: NOVOS ESTUDOS E
PERSPECTIVAS DE ANÁLISE**

São Luís



EDUFMA

2024

Projeto gráfico, diagramação: Roney Correia da Silva
Capa: Izabela Moreira
Revisão: Marco Antônio Machado Lima Pereira e
Everton Fernando Pimenta

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Dimensões do anticomunismo no Brasil [recurso eletrônico]: novos estudos e perspectivas de análise / Organizadores, Marco Antônio Machado Lima Pereira; Everton Fernando Pimenta. - São Luís: EDUFMA, 2024.

400 p.

Vários autores.

Modo de acesso: www.edufma.ufma.br

ISBN: 978-65-5363-351-3

1. Anticomunismo. 2. Comunismo. 3. Brasil. I. Pereira, Marco Antônio Machado Lima. II. Pimenta, Everton Fernando. III. Título.

CDD 329 (81)

CDU 329.15 (81)

Ficha catalográfica elaborada pela Diretoria Integrada de Bibliotecas - DIB/UFMA
Bibliotecária: Francinete Costa Primo CRB 13/787

CRIADO NO BRASIL [2024]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

| EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma.sce@ufma.br

Apresentação

O projeto deste livro nasceu ainda na graduação, por volta de 2006, quando os organizadores estavam concluindo o curso de História em Mariana-MG, no saudoso Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Movia-nos àquela altura o interesse comum em estudar e compreender as relações entre autoritarismo, anticomunismo e trajetórias intelectuais. Tal interesse foi renovado quando participamos em maio de 2010 do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo e III Simpósio do Laboratório de História Política e Social, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e que contou com a participação de cerca de 400 pesquisadores de diversas regiões do Brasil. De lá para cá, trilhamos nossos caminhos profissionais e acadêmicos sempre tendo no horizonte a organização de uma coletânea que se debruçasse sobre a persistência de uma cultura política autoritária entre nós.

Em virtude dos 20 anos da publicação do livro *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, do historiador Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG), e dada a lacuna de uma obra coletiva que confira visibilidade às pesquisas produzidas no campo da História e das Ciências Sociais em diferentes centros é que organizamos o livro *Dimensões do anticomunismo no Brasil: novos estudos e perspectivas de análise*. O recorte cronológico da obra abrange o século XX e a primeira década do século XXI e reuniu dezesseis capítulos sobre lideranças, atores políticos, organizações, instituições e os ideais dos movimentos que constituíram frentes, campanhas e mobilizações anticomunistas que marcaram a história política brasileira recente. A estrutura do livro segue quatro eixos de análise: 1. Primórdios do anticomunismo no Brasil (1917-1935); 2. A primeira grande “onda” anticomunista (1935-1937); 3. O segundo grande surto anticomunista (1961-1964); 4. Reapropriação da tradição anticomunista no tempo presente.

Abrindo a coletânea, Lená Medeiros analisa, a partir de jornais cariocas distribuídos pelas agências internacionais de notícias, a atuação da imprensa como um “filtro semântico” que antecipava sentidos ao público-leitor, notadamente nas representações acerca da “anarquia” russa e da construção da imagem do mal atribuída aos líderes bolcheviques enquanto “agentes” de uma conspiração destinada a destruir a civilização cristã.

Na sequência, Faustino Neto problematiza o papel desempenhado pela Igreja Católica enquanto matriz agenciadora de palavras e ações acerca do comunismo e dos comunistas na Paraíba, entre o início do século XX e o ano de 1935. Por outro lado, o autor também confere destaque às formas de organização dos operários paraibanos que, com materiais de propaganda próprios, pautaram suas bandeiras em defesa da jornada de trabalho de oito horas, lei de férias e da lei de acidentes de trabalho.

Já Luiz Otávio Ribeiro Monteiro Junior estabelece uma reflexão sobre a história do anticomunismo no Exército e, por conseguinte, desvenda as bases teóricas dos militares anteriores à chamada “intentona comunista” de 1935 por meio de duas revistas editadas pela força: *A Defesa Nacional* e a *Revista do Club Militar*.

Por sua vez, Marco Antônio Machado Lima Pereira analisa a produção de artigos/matérias veiculados pelo periódico católico *O Santuário*, notadamente no que se refere ao regime comunista na Rússia. Assim, o autor recupera parte da construção do discurso anticomunista católico, percebendo suas nuances na maneira de “retratar” o comunismo e/ou comunistas.

Bethânia Mariani revisita o movimento político-militar realizado em 1935, usualmente conhecido pela denominação de “intentona comunista”, situando-o em seu contexto discursivo e em diálogo com a análise das imagens fotográficas disponíveis em jornais cariocas e pernambucanos.

Vicente Gil analisa em seu artigo as ações anticomunistas de José Carlos de Macedo Soares, demonstrando que o papel de liderança exercido pelo empresário, político e intelectual paulista enquanto ministro de Relações Exteriores (1934-36), e da Justiça (1937) e também junto a instituições privadas, se forjou por meio de uma rede de contatos locais e internacionais anticomunistas na década de 1930.

Vitória Machado aborda em seu capítulo a revista *Jornal das Moças*, publicação feminina que teve grande circulação durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, examinando as estratégias discursivas utilizadas pelo periódico carioca para construir o inimigo comunista, associando-o a ameaças à família, à religião e à propriedade privada.

Laura Sangiovanni analisa como o *Franklin Book*, um programa não governamental norte-americano dedicado à atividade editorial na América Latina, atuou no hemisfério como resposta à Revolução Cubana e de que maneira se sintonizou à guerra cultural empreendida pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria a partir dos anos 1960.

Camila Djurovic demonstra no seu artigo as formas de produção e o alcance das ideias da elite empresarial e militar reunidas no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

(IPES) por meio de seus empreendimentos editoriais. Ao analisar autores, temas, editores e financiadores dos livros publicados pelo IPES entre os anos 1962-1964, a autora assinala que o anticomunismo se tornou o cerne da campanha levada a cabo pelas frações tanto civis como militares envolvidas no golpe civil-militar de 1964.

Sandra Regina discute em seu texto as representações anticomunistas construídas pelo coronel Ferdinando de Carvalho, especialmente a partir do Inquérito Policial Militar (IPM-709), e de que maneira tais representações vinculam-se a um projeto global/nacional de combate ao comunismo pelos militares do Exército vinculados à chamada “linha-dura”, privilegiando o contexto pós-golpe (1964-1966).

Igualmente voltado para o contexto dos anos 1960, o artigo de Luciane Silva de Almeida busca analisar o engajamento dos batistas, uma das principais e mais antigas denominações protestantes do país, na polarização política pré golpe civil-militar de 1964, tanto na elaboração de discursos anticomunistas quanto na mobilização de ações como jejuns e marchas.

Abrindo a última sessão da coletânea, Rodrigo Caldeira e Victor Gama abordam o papel da Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) como grupo de pressão atuante, em nível global, em redes e coalizões supranacionais que se articulam em agendas antagônicas aos direitos reprodutivos e sexuais, assim como à agenda progressista.

A partir dos dados de uma pesquisa de opinião realizada no município mineiro de Governador Valadares às vésperas do primeiro turno da eleição presidencial de 2022, Francis Andrade propõe em seu artigo avaliar a ressonância de premissas do discurso anticomunista identificadas no período de 1961 a 1964 na retórica reacionária da atualidade que possue como foco o Partido dos Trabalhadores (PT), bem como os políticos do campo da esquerda.

Com base em quatro projetos de lei que versam sobre o comunismo e que atualmente tramitam na Câmara Federal, Tales de Almeida discute que elementos eram centrais para o anticomunismo no passado, mas que acabaram perdendo força, e quais foram reapropriados e incorporados à tradição anticomunista.

Em uma perspectiva temporal que contempla o novo pacto social constituído a partir de 1988 até as eleições de Jair Bolsonaro em 2018, Leonardo Puglia busca analisar como o anticomunismo foi reinventado a partir da tese gramsciana articulada em torno do antipetismo e massificada na internet por meio da atuação do militante anticomunista Olavo de Carvalho.

Fechando o livro, Dolores Rivarola propõe uma reflexão sobre os apelos e símbolos anticomunistas perpetrados pela campanha de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 para, em seguida, analisar o itinerário histórico seguido pelo antipetismo durante o governo Bolsonaro e na campanha para sua reeleição em 2022.

Esperamos que esta coletânea possa abrir novos caminhos de reflexão sobre a tradição anticomunista na história republicana brasileira. Que em meio às tramas golpistas do passado e do presente, nós pesquisadores/as e educadores/as possamos assumir como compromisso a tarefa urgente de impedir que as sementes do ódio autoritário e de um projeto de sociedade voltado para o embrutecimento e para a insensibilização diante do outro, voltem a germinar.

Os organizadores

Prefácio

Foi com muita satisfação que acolhi o convite para prefaciar este livro coletivo organizado por Marco Antônio Pereira e Éverton Pimenta. Primeiro, porque a iniciativa de organizar a obra indica a expansão e a consolidação dos estudos dedicados ao anticomunismo. Segundo, por perceber na estrutura do presente livro o impacto positivo do meu próprio trabalho, a tese de doutorado “Em guarda contra o perigo vermelho”, defendida em 2000, na USP e publicada como livro em 2002 (reditada no Brasil pela EDUFF em 2020).

Considerando o momento da produção da tese, na ocasião era difícil prever que o campo de estudos sobre o anticomunismo iria se expandir e se consolidar no futuro próximo. Na verdade, as maiores preocupações eram convencer os colegas – pois havia alguns céticos – de que o impacto dos movimentos anticomunistas era essencial para compreender a história brasileira, de que era preciso pesquisar mais as forças de direita e de que o interesse pelo tema não implicava compactuar com os anticomunistas. Duas décadas depois o cenário é muito diferente, quem estuda hoje as direitas e os anticomunismos de direita não precisa justificar-se e convencer interlocutores e público de que esses temas importam. Tal constatação não é feita em tom celebrativo, pois o reconhecimento acadêmico do tema deve-se muito ao recente crescimento da influência das direitas radicais, que trouxe tantas implicações negativas, como o aumento da violência política, o moralismo intolerante e a recidiva autoritária, fenômenos de caráter global, mas que no Brasil ganharam particular virulência com o bolsonarismo. Enfim, os jovens que se dedicam a estudar esses temas hoje não precisam “pedir licença”, pois já encontram uma audiência atenta.

Na altura da virada do século XX para o XXI, outros (poucos) historiadores(as) se dedicavam também ao estudo do anticomunismo. Mas na tese busquei oferecer uma contribuição inédita, ao produzir uma análise mais abrangente em relação às pesquisas existentes visando mostrar que se tratava de fenômeno essencial para compreender o autoritarismo e as ditaduras do século XX no Brasil, principalmente os golpes de 1937 e 1964. Além da abrangência temporal, que visava mostrar os elementos de permanência, mas também as mudanças verificadas na história do anticomunismo, outros aspectos da tese merecem registro, tendo em vista as pesquisas realizadas desde então: o estudo resultou de aproximação entre a história política e a histórica cultural, já que foram enfocados valores, imaginários e mitos, e ao mesmo tempo enfatizou-se o impacto

político das mobilizações anticomunistas, principalmente suas ações autoritárias e repressivas; as motivações para adesão ao anticomunismo foram encaradas como resultado de mistura complexa entre convicções profundas e manipulação oportunista (a “indústria”); para entender as diferentes formas de anticomunismo propus que o fenômeno possuía três matrizes ideológicas essenciais, cristianismo, liberalismo e nacionalismo, de que derivam a maior parte dos discursos e imaginários; outro ponto importante foi mostrar que no anticomunismo religioso a moralidade é essencial, ou seja, nesse campo o comunismo é visceralmente rejeitado por ser considerado um inimigo da família tradicional e um propagador de comportamentos sexuais “indecentes”.

A hipótese central da tese é que o anticomunismo se tornou arraigado – ou estruturado – na segunda metade dos anos 1930, graças à reação contra a insurreição de novembro de 1935. Discursos e ações antiesquerdistas já existiam antes, mas a “Intentona” teve impacto profundo sobre os grupos dominantes, levando instituições estatais e entidades privadas a lançarem uma série de ofensivas para combater os “vermelhos”, de ações de propaganda a projetos educativos, de legislação repressiva à ampliação das polícias políticas, o que consolidou a rejeição visceral ao comunismo entre largos setores sociais. A partir dos anos 1930, imaginários e instituições dedicadas a combater os “vermelhos” estavam arraigados e disponíveis para a constituição de frentes e ondas anticomunistas, que eclodiram nos momentos em que forças de esquerda (não exclusivamente comunistas) pareceram ameaçadoras aos guardiões da ordem, como em 1935-37, 1946-48, 1961-64, períodos enfocados na tese. Creio que essa hipótese – o anticomunismo se tornou estrutural e disponível para futuras reapropriações – foi confirmada mais uma vez pela mais recente onda anticomunista/antipetista que temos presenciado a partir de 2014.

Embora fosse um estudo sobre o Brasil, a pesquisa mostrou que se tratava de fenômeno global, o que é evidenciado em várias passagens da tese, às vezes em notas de rodapé: a circulação internacional de ideias, livros e intelectuais anticomunistas; os acordos de cooperação de natureza repressiva com potências estrangeiras; a realização de congressos transnacionais de grupos anticomunistas. Não foi possível aprofundar tais questões na tese, mas elas têm sido estudadas em anos recentes, no Brasil e no exterior.

A propósito do caráter transnacional do fenômeno anticomunista e da sua historiografia, gostaria de apresentar alguns dados que confirmam que em anos recentes há uma tendência à expansão das pesquisas sobre o tema. Com base em um levantamento em algumas bases de dados sobre produção acadêmica, pode-se afirmar que a maior parte

das pesquisas sobre anticomunismo foram produzidas no século XXI, ou seja, nas duas últimas décadas. Outras bases poderiam ter sido escolhidas, mas optei por um levantamento no banco de teses e dissertações da Capes e nos catálogos da Library of Congress e da British Library, sendo que nos dois últimos casos a pesquisa se restringiu a livros.

No caso do portal da Capes, encontram-se registros de dissertações e teses produzidas desde 1994 no Brasil. Entre esse ano e 2000 constam apenas 10 dissertações e teses sobre anticomunismo, enquanto nos 7 anos seguintes (2001 a 2007) foram defendidos 35 trabalhos, e depois 67 trabalhos entre 2008 e 2014, número que saltou para 87 itens entre 2015 e 2022.

Já no caso Library of Congress a pesquisa localizou 313 livros no total, sendo que 84% deles foram publicados desde 2001. Quanto à Biblioteca britânica, foram encontrados 214 livros, dos quais 75% foram publicados desde 2001. É evidente, portanto, que desde a virada do milênio ocorreu um grande crescimento na produção acadêmica sobre anticomunismo. No caso do Brasil, o aumento da produção tem relação também com a expansão do sistema de pesquisa e de pós-graduação, mas esse argumento não se aplica ao mundo anglo-saxão. Parece evidente mesmo que aumentou o interesse pelo estudo do anticomunismo, inicialmente sob o impulso da crise do bloco soviético, porém, mais recentemente, devido à reapropriação da retórica do perigo vermelho pela direita radical em expansão.

Portanto, este livro coletivo organizado por Pereira e Pimenta deve ser saudado como uma das produções mais recentes sobre o tema do anticomunismo, que, como indicado, é um campo de estudos em plena expansão, no Brasil e no exterior. Trata-se de contribuição valorosa à consolidação dessa área, que na verdade dispõe de poucas obras desse tipo, coletâneas reunindo diferentes autores que estudam movimentos orientados para a luta contra o “perigo vermelho”.

Mas a unidade em torno do mesmo grande tema não significa ausência de singularidades e perspectivas distintas entre os(as) autores(as). Os estudos agrupados no livro foram produzidos por uma gama diversificada de pesquisadores(as), que são predominantemente historiadores, mas há também cientistas sociais no grupo, a revelar o potencial para investigações interdisciplinares. Os autores pertencem a diferentes gerações, mas na maioria são jovens doutores em início de carreira universitária. E o detalhe da juventude dos pesquisadores é significativo, indicando que o tema de fato tem atualidade e provavelmente continuará relevante como objeto de estudos no futuro

próximo. Além disso, entre os autores nota-se também diversidade do ponto de vista regional, considerando tanto o local de origem, como o local de trabalho, e o livro conta também com uma pesquisadora argentina.

Na presente coletânea, o fenômeno anticomunista é abordado em diferentes temporalidades, desde os anos 1920 ao tempo presente, passando pelos momentos agudos das ditaduras que assolaram o Brasil no século XX. Além disso, ao longo dos capítulos o fenômeno anticomunista é enfocado em distintas dimensões: há estudos dedicados aos anticomunismos de caráter religioso, principalmente nas vertentes católicas, mas também foi incluído um capítulo dedicado exclusivamente ao anticomunismo protestante.

Em outros capítulos do livro, coloca-se em foco outros atores e discursos essenciais para a construção da militância e dos imaginários anticomunistas, como os militares e a imprensa, que foi abordada a partir de diversas perspectivas teóricas e com foco em diferentes periódicos. Entre os capítulos do livro há ainda pesquisas sobre a atuação anticomunista de empresários e organizações empresariais, e um capítulo que estuda aspectos da Guerra Fria cultural.

Vale a pena destacar a última seção do livro, que é dedicada às apropriações e usos mais recentes do anticomunismo, com análises que se aproximam dos problemas e dilemas que temos enfrentado nos últimos tempos, incluindo o fenômeno do antipetismo, que, parafraseando a fórmula do infame Olavo de Carvalho, mas invertendo seu sentido, pode ser a última encarnação do anticomunismo.

Em suma, *Dimensões do anticomunismo* oferece um panorama amplo sobre a produção recente dedicada ao tema no Brasil, reunindo abordagens e perspectivas distintas, destacando-se que alguns dos capítulos dialogam também com as conexões transnacionais do fenômeno. O livro reúne um grupo de pesquisadore(as) competentes e dedicados, que se mostram atentos ao fato de que a análise desses temas tem implicações ao mesmo tempo acadêmicas e políticas. Pode-se dizer que a obra poderia ter sido ainda mais representativa do quadro nacional, pois faltaram estudos de pesquisadores das regiões norte e sul, mas seria exigir demais, pois o livro já apresenta um amplo escopo.

Fica o convite à leitura deste livro, que vem se somar aos estudos que buscam desvendar o panorama dos anticomunismos de direita no Brasil, oferecendo uma contribuição importante a esse campo de conhecimento.

Rodrigo Patto Sá Motta é professor titular do Departamento de História da UFMG e especialista em História do Brasil Contemporâneo

SUMÁRIO

Apresentação	5
Prefácio	9
Sobre os (as) Autores (as)	15
CAPÍTULO 1 – Discursos anticomunistas de combate em uma imprensa internacionalmente interconectada (1917-1921) <i>Lená Medeiros de Menezes</i>	20
CAPÍTULO 2 – O anticomunismo da Igreja Católica na Paraíba republicana: práticas para “desmaterializar” o operariado (1917-1935) <i>Faustino Teatino Cavalcante Neto</i>	35
CAPÍTULO 3 – Nossa bandeira jamais será vermelha: o anticomunismo no Exército Brasileiro na década de 1920 <i>Luiz Otávio Ribeiro Monteiro Junior</i>	68
CAPÍTULO 4 – As representações do comunismo n’O Santuário (1935-1937) <i>Marco Antônio Machado Lima Pereira</i>	89
CAPÍTULO 5 – A movência dos sentidos: o que não se viu, em 1935, nas fotografias jornalísticas sobre a chamada <i>intentona comunista</i> <i>Bethania Mariani</i>	112
CAPÍTULO 6 – As ações anticomunistas de José Carlos de Macedo Soares na década de 1930: o maior inimigo dos comunistas <i>Vicente Gil da Silva</i>	137
CAPÍTULO 7 – O “ardil comunista” é pauta feminina: o discurso anticomunista na revista Jornal das Moças durante o Estado Novo Varguista <i>Vitória de Almeida Machado</i>	164
CAPÍTULO 8 – Livros para o desenvolvimento: o <i>Franklin Book Programs</i> e a Guerra Fria cultural na América Latina (1961-1973) <i>Laura de Oliveira Sangiovanni</i>	184
CAPÍTULO 9 – A ação editorial do IPÊS: difusão do anticomunismo e preparação do golpe de 1964 <i>Camila Alvarez Djurovic</i>	218
CAPÍTULO 10 – Anticomunismo e o “patriotismo indeclinável” no IPM-709 <i>Sandra Regina Barbosa da Silva</i>	239
CAPÍTULO 11 – “Uma democracia em podridão salva por Deus”: anticomunismo evangélico nos anos 1960 no Brasil <i>Luciane Silva de Almeida</i>	268

CAPÍTULO 12 – A TFP e a sua visão sobre o comunismo no contexto das pautas morais contemporâneas: novas facetas do anticomunismo católico	291
<i>Rodrigo Coppe Caldeira e Víctor Almeida Gama</i>	
CAPÍTULO 13 – Permanências do discurso anticomunista católico da década de 1960 no discurso anticomunopetista da atualidade	311
<i>Francis W. de B. Andrade</i>	
CAPÍTULO 14 – O discurso anticomunista entre os parlamentares: questões do tempo presente e apropriações do passado	336
<i>Talles de Almeida Oliveira</i>	
CAPÍTULO 15 – O anticomunismo na Nova República	356
<i>Leonardo Puglia</i>	
CAPÍTULO 16 – O anticomunismo no apelo antipetista de Jair Bolsonaro	380
<i>Dolores Rocca Rivarola</i>	

Sobre os (as) autores (as)

Marco Antônio Machado Lima Pereira (organizador)

Professor do Curso de Ciências Humanas/Geografia, onde também atua como coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em História Política (GEPHP), e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS/UFMA). Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Realizou estágio sanduíche na Universidad de Castilla La-Mancha (2013-2014, bolsa CAPES/PDSE). Possui graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Mestrado em História e Cultura Política pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Franca). Tem experiência com ensino e pesquisa nas áreas de História do Brasil Republicano e História Contemporânea do século XX. Suas pesquisas mais recentes concentram-se em temas relacionados ao anticomunismo católico e às trajetórias de militantes comunistas brasileiros que lutaram ao lado dos republicanos durante a guerra civil espanhola (1936-1939).

Everton Fernando Pimenta (organizador)

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Mestre em História pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ-2015). Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP-2006). Integrante do Grupo de Estudos Direitas, História e Memória (UEM/CNPq). Integrante do Grupo de Estudos História das Direitas e do Autoritarismo (UFF/CNPq). Tem experiência na área de História Contemporânea, com enfoque principal nos seguintes temas: Fascismo; Integralismo; Trajetórias políticas. Professor do ensino básico, técnico e tecnológico no Centro Federal de Tecnologia de Minas Gerais, CEFETMG, campus Nepomuceno.

Lená Medeiros de Menezes

Professora emérita da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Titular de História Contemporânea e Pesquisadora Visitante do Programa de Pós-Graduação em História da mesma Universidade. É doutora em História Social pela USP (1995), com pós-doutorado pela PUC-SP (2007), mestre em História Social das Ideias pela UFF (1983) e Licenciada em História pela UERJ (1987). Tem larga experiência de docência e pesquisa na área de História, dedicando-se à investigação das seguintes temáticas: movimentos migratórios, imigração urbana, expulsão de estrangeiros, movimento operário, anarquismo, prostituição e tráfico internacional de mulheres, estudos de gênero, imprensa e discurso midiático, imagens e representações, relações internacionais. Fundou e coordena o Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI).

Faustino Teatino Cavalcanti Neto

Possui graduação em Licenciatura Plena em História (1998), especialização em História do Brasil (2005), Mestrado em Ciências da Sociedade (2006), pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Doutorado em História (2013), na linha de pesquisa Relações de Poder, Sociedade e Ambiente, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Desde julho de 2014 é professor adjunto com lotação na Unidade Acadêmica de Educação do Campo, UAEDUC, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, CDSA, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Sumé-PB. Tem experiência em atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo da História Política e da História Social, com ênfase em História da América Hispânica e Inglesa e em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas:

comunismo/anticomunismo, a questão agrária, os movimentos populares do campo e da cidade.

Luiz Otavio Ribeiro Monteiro Junior

É bacharel em Relações Internacionais (2011) pela Universidade Federal Fluminense e mestre em Estudos Estratégicos (2014) pela mesma instituição. Tem interesse na área de Ciência Política, Relações Internacionais, Instituições Políticas e Religião. É servidor público da prefeitura de Niterói-RJ.

Vicente Gil da Silva

Professor Adjunto do Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador do Grupo de Estudos René Dreifuss (IRID/UFRJ). Licenciado (2005) e Mestre (2008) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em História Social pela UFRJ (2020), com estágio doutorado-sanduíche na Michigan State University como bolsista da Comissão Fullbright Brasil. Áreas de pesquisa: História contemporânea; história das relações Estados Unidos-América Latina (século XX); ações encobertas dos Estados Unidos na América Latina durante a Guerra Fria; anticomunismo; ação política empresarial transnacional no Brasil (1946-1964).

Vitória de Almeida Machado

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com bolsa CAPES. Graduada em História pela Faculdade Porto-Alegrense. Estudante pesquisadora do Grupo de Pesquisa (CNPq) Direitas, História e Memória (UFJF/UFF). Pesquisadora sobre História das Mulheres, América Latina, Fascismo, Autoritarismo e a participação das mulheres em movimentos e/ou partidos fascistas.

Laura de Oliveira Sangiovanni

Professora na Universidade Federal da Bahia (UFBA), concursada na área de História Contemporânea. Pós-doutorado pelo Center for Latin American Studies (CLALS) da American University, Estados Unidos, com pesquisa na Smithsonian Institution (2017/2018) e pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP) (2014/2016). Doutora (2013) em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), com sanduíche na Georgetown University, Estados Unidos. Mestre (2009) em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal de Goiás (2006). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: ética e direitos humanos, relações Brasil-Estados Unidos, Guerra Fria e guerra cultural, diplomacia e propaganda. Líder do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Sociedade (UFBA), juntamente com o professor Antonio Luigi Negro. Membro do Grupo de Estudos sobre a Guerra Fria (FFLCH/USP), coordenado pela professora Elizabeth Cancelli.

Bethania Mariani

Professora titular do Departamento de Ciências da Linguagem da Universidade Federal Fluminense. É especialista em Análise do Discurso e em História das Ideias Linguísticas e tem como principais áreas de interesse o discurso político, discurso jornalístico, políticas linguísticas e a discursividade no testemunho. É bolsista de produtividade

científica do CNPq (nível 1B) e bolsista Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ. Tem graduação em Letras (1982) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), mestrado (1989) e doutorado (1996) em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Em 2001, fez pós-doutorado na Stanford University e em 2018 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Camila Alvarez Djurovic

Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2021), com pesquisa na área de Economia da Cultura. Pós-graduanda em Museologia, Cultura e Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bacharel (2013) e licenciada (2015) em História pela Universidade de São Paulo. Membro do Grupo de Estudos de História e Economia Política (GMARX-USP). Atua na área de museus, com experiência em pesquisa e documentação, gestão de acervos, programação cultural e exposições.

Sandra Regina Barbosa da Silva

Possui graduação em História pela Universidade Federal da Bahia (2000), Mestrado em História pela Universidade Federal da Bahia (2003) e Doutorado em História pela Universidade Federal da Bahia (2009). Atualmente é professora visitante na UNEB campus XVIII. Tem experiência na área de pesquisa histórica, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: ditadura, foquismo, esquerda armada, comunismo, anticomunismo. Desenvolve pesquisas sobre cinema e ditadura militar brasileira. Exerceu a função de pesquisadora e coordenadora da equipe técnica da Comissão Estadual da Verdade (Bahia), entre 2014 e 2015. Atualmente investiga a ditadura militar com ênfase nos depoimentos das Comissões da Verdade e fontes do SNI no Arquivo Nacional.

Luciane Silva de Almeida

Professora efetiva do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Minas Gerais, campus Sabará e professora na Especialização em educação para as relações étnico-raciais do IFMG – Bambuí. Doutora em História (2016) na linha de pesquisa História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em História na área de concentração História, Cultura e Poder pela Universidade Estadual de Feira de Santana-BA (2011). Graduada em História (2008) pela mesma instituição. Como pesquisadora, desenvolve trabalhos na área de História do Brasil, Educação Antirracista e História das Religiões e dedica-se em especial aos seguintes temas: protestantismo e política no século XX, anticomunismo e culturas políticas.

Rodrigo Coppe Caldeira

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião e chefe do Departamento de Ciências da Religião da PUC Minas. Atua na linha de pesquisa Religião e Contemporaneidade com experiências na área de História e Ciências da Religião, lidando principalmente com os seguintes temas: catolicismo contemporâneo, Concílio Vaticano II, conservadorismo, tradicionalismo, direita religiosa, secularização. Coordena o GT Religião e Espaço Público na SOTER e o ST Catolicismo e política: entre conservadores e progressistas na ANPUH. É líder do Laboratório de Estudos em Religião, Modernidade e Tradição (LeRMOT) e um dos líderes da Rede de Pesquisa História e Catolicismo no Mundo Contemporâneo. Investigador associado da rede de pesquisa Direitas, História e Memória.

Victor Almeida Gama

Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (2017), mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2020) e doutorando pelo mesmo Programa de Pós-Graduação. Membro do Laboratório de Estudos em Religião, Modernidade e Tradição (LeRMOT) e do Laboratório de Estudos da Imanência e Transcendência (LEIT). Associado ao Grupo de Trabalho “Derechas contemporâneas: dictaduras y democracias”. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna, Contemporânea e História das Religiões. Possui interesse nos seguintes temas: Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), Plínio Corrêa de Oliveira, direita católica, conservadorismos, integralismo católico, tradicionalismo católico, religião e política.

Francis Wellington de Barros Andrade

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2004) e mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (2006). Também desenvolve trabalhos de assessoria na área de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Turismo.

Talles de Almeida Oliveira

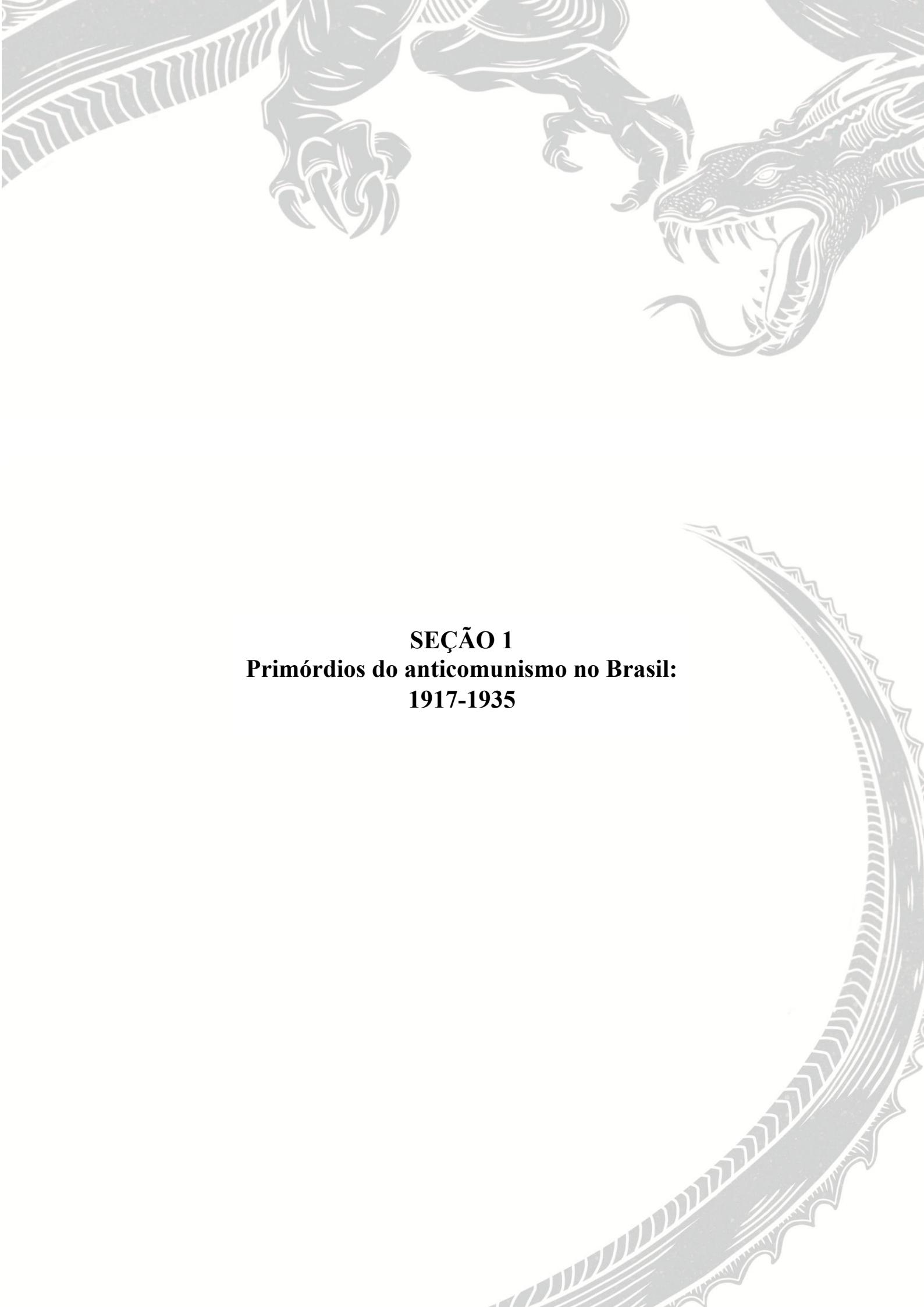
Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (2021) e graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2018).

Leonardo Puglia

Jornalista formado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), mestre e doutor em Ciências Sociais pela PUC-Rio. Atualmente é professor na Faculdade Católica Salesiana de Macaé-RJ. Também é pesquisador associado à International Gramsci Society Brasil, dedicando-se ao estudo das direitas brasileiras em perspectiva histórica.

Dolores Rocca Rivarola

Doutora em Ciências Sociais e Bacharel em Ciência Política pela Universidad de Buenos Aires (UBA). Pesquisadora Adjunta no Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica (CONICET), no Instituto de Investigaciones Gino Germani (IIGG-UBA). Membro do Grupo de Estudos de Políticas e Juventude (GEPOJU) no mesmo instituto.



SEÇÃO 1

Primórdios do anticomunismo no Brasil: 1917-1935

CAPÍTULO 1

Discursos anticomunistas de combate em uma imprensa internacionalmente interconectada (1917-1921)

Lená Medeiros de Menezes¹

Ainda que se tenha passado mais de um século desde que a Rússia propôs ao mundo um regime alternativo ao capitalismo, e décadas desde que a União Soviética teve fim, o anticomunismo continua sendo poderoso discurso de combate. Dessa forma, é possível dizer que não só os confrontamentos ideológicos permanecem a demonstrar que as paixões não ficaram perdidas no passado [...] como o contato com discursos circulantes, em tempos de revisitação conservadora, demonstra que as formulações míticas permanecem tendo sentido explicativo e o confronto entre um bem e um mal absolutos continuam despertando e fomentando o ódio entre indivíduos e grupos (MENEZES, 2019, p. 24).

Considerações iniciais

Baseado em notícias publicadas pela grande imprensa, trabalhadas a partir de técnicas de análise de discurso, este texto tem como parâmetros temporais os anos de 1917 e 1921, compreendendo, portanto, a conjuntura que se estende da Revolução de Outubro, que amedrontou o mundo burguês-capitalista, e o final da Guerra Civil, que opôs os exércitos vermelhos e brancos em um sangrento conflito.²

Sua circunscrição temporal, entretanto, não o impede de propor, ao leitor, o diálogo entre passado e presente. Em primeiro lugar, porque as formações discursivas que definem o anticomunismo no tempo presente não são novas, especialmente no Brasil, onde o mito político do “complô comunista” (GIRARDET, 1987) – embora anacrônico – dialoga com a defesa de “Deus, pátria e família” por parte de um conservadorismo de

¹ Professora Emérita, Titular de História Contemporânea e Professora do Quadro permanente dos Programas de Pós-graduação em História e em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); pesquisadora do CNPq e da FAPERJ.

² O texto baseia-se na obra intitulada *Tramas do Mal. Imprensa e discursos de combate à revolução (1917-1921)*, de minha autoria, publicada no ano de 2019, pela editora Ayran, que teve uma versão como tese apresentada ao Concurso para Professor Titular de História Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2000, quando o tema do fim da História era discutido na Academia.

extremos. Acrescente o fato de não também ser um fenômeno novo o uso de *fake-news* como estratégia de convencimento e manipulação, tão caras a uma extrema direita de moldagem fascista. Por outro lado, o processo de “empacotamento”, que hoje caracteriza as mensagens que circulam nas redes sociais, promovendo desinformação, também se mostrou presente nos idos de 1917-1921, quando as notícias sofriam as restrições postas pelos serviços telegráficos, interditando o exercício da análise, de contextualizações e mediações necessárias.

Hoje estamos impactados por uma “guerra cultural” de grande intensidade, inserida na cenografia da pós-modernidade, mas, nem tampouco, o conceito é exatamente novo; muito mesmo o campo semântico que lhe dá sentido. No caso específico dos discursos de combate ao comunismo, observamos a ressignificação dos mesmos “mitos de combate” (COHN, 1998) presentes por ocasião da revolução e da constituição da nova ordem, os mesmos que, em “ondas”, foram replicados ao longo do século XX e vararam o Terceiro Milênio, derrubando a tese do “fim da História”. (FUKUYAMA [1989], 2015)

Para que melhor possam ser compreendidas as formas pelas quais essas formações discursivas, enquanto estratégias políticas de combate, continuam a circular, é necessário ampliar o horizonte analítico para além das explicações de superfície para penetrar na dimensão do simbólico e das imagens e representações que, apropriando-se de imagem criada por Fernand Braudel (1967), resistiram no tempo como “nebulosas mentais”, mostrando-se sempre prontas a serem acionadas como forma de propaganda, dominação e combate ao “outro” visibilizado como inimigo a ser aniquilado. Muitas delas, forjadas há mais de um século, apropriam-se de mitos antigos, que, ressignificados no pós-1917, circularam internacionalmente em tempos de surgimento da imprensa industrial e dos grandes cotidianos e da invenção do hábito da leitura diária em busca de informações, permitindo o contato com o que Benedict Anderson (2008) denomina de “best-sellers por um dia”.

Deixando de estar dirigido apenas a uma minoria letrada e interessada tão somente nos jogos de elite, o jornal voltou-se para camadas cada vez mais amplas da população, crescentemente antenadas com o mundo e dispostas a manifestar suas opiniões, crenças e convicções. Dessa forma, o acesso à informação tornou-se democrático não somente devido à maior facilidade de acesso aos jornais [...], mas também porque novas formas discursivas e recursos visuais [fotografia] tornaram sua leitura uma possibilidade de amplo alcance. (MENEZES, LESSA, 2009, p. 205)

Em inícios do “breve século” conturbado de que fala Hobsbawm (1995), a chamada Grande Guerra projetaria o interesse pelo fato internacional, que passou a ocupar as primeiras páginas dos grandes jornais. A revolução daria prosseguimento a esse interesse, esmerando-se os jornais a promover, com manchetes sensacionalistas, a venda dos jornais, ao mesmo tempo em que antecipava sentidos ao leitor. Nos circuitos da des/informação, a veracidade dos fatos cedia lugar a uma propaganda falaciosa, deformada, no mais das vezes, por interpretações míticas que projetavam a ideia do mal que assolava a terra e os homens, despertando um medo coletivo a apocalíptico.

A imprensa industrial como “filtro semiótico”³

Qualquer análise sobre o papel e o poder da imprensa em inícios do século XX implica considerar as formas pelas quais as notícias eram produzidas, os enquadramentos nos quais eram produzidas e os interesses postos no processo. E mais: atentar para o processo de democratização no acesso, para o alargamento do público-leitor e para o *fetiche* que se tornou a busca de informações sobre os dois fatos que impactaram o mundo: a guerra e a revolução.

Acordar a cada dia e ler o jornal em busca de informações [com projeção das internacionais] tornou-se hábito diário no início do Novecentos, hábito compartilhado por milhões e milhões de indivíduos, que passaram a dispor de permanente e poderoso guia no processo de formação de opinião sobre os fatos que impactavam o mundo. Como verdadeiro fetiche ritual do homem contemporâneo, o jornal democratizou-se e invadiu o cotidiano dos povos, tornando-se parte constituinte do viver em um mundo tornado menor pela ‘explosão das comunicações’.

Sacralizada como bem cultural inerente ao próprio exercício da cidadania, a notícia passou a circular em um mercado que não cessou de se expandir e tornar-se mundial desde que o imperialismo forçou as portas dos últimos “espaços encravados”. (MENEZES, LESSA, 2009, p. 192-193)⁴

Observe-se, por outro lado, que não existe informação exterior ao homem. Nesse sentido, as mídias “não transmitem o que se passa na realidade social, elas impõem aquilo

³ O conceito pertence a Gregory Derville (1997) e, por meio dele, o autor procura demonstrar que a imprensa antecipava sentidos ao leitor. No caso da revolução, levando-a a vê-la como o fim dos tempos.

⁴ As expressões “explosão das comunicações” e a ideia da existência de “espaços encravados” foram tomadas de empréstimo a BRETON (1996) e CHAUNU (1978) e aqui estão tomadas por empréstimo por seu caráter de universalidade.

que constroem no espaço público”. (CHARAUDEAU, 1983, p. 9) Na impossibilidade da neutralidade apontada pelo autor, as notícias acabam por produzir o que ele chama de “efeito de rumor”. (CHARAUDEAU, 1997, p. 85) Considerando-se a conjuntura analisada neste texto, é possível observar-se que este “efeito” foi levado às últimas consequências, posto que, entre o deflagrar da revolução, no chamado “Outubro vermelho” e o fim da guerra civil em território russo, os processos de geração e circulação da notícia produziram “rumores” atravessados pela força de ideologias postas em disputa e confronto, traduzindo-se na explosão de medos frente ao que era desconhecido, ameaçando valores e interesses, transformados em feroz propaganda e combate discursivo. Tempos, para os revolucionários, da esperança de redenção e construção de um mundo melhor; tempos de temores e ódios dos que tinham seus privilégios e valores ameaçados pela revolução e pelo comunismo.

O surgimento da imprensa como novo e poderoso ramo empresarial possibilitou que, entre 1890-1920, os grandes jornais cotidianos vivessem seu apogeu, tendo vários deles surgido em uma conjuntura⁵ na qual ocorria a crescente entrada das massas na esfera pública, alterando os jogos políticos tradicionais.

O aumento vertiginoso na tiragem dos jornais fez-se acompanhar por variadas experiências em termos de manipulação das opiniões e das escolhas, quando ainda nenhum código de conduta limitava sua ação e a concepção corrente em termos de recepção era a de que ela se constituía em instância passiva no processo de produção do sentido. (MENEZES, 2019, p. 105)

Cumprindo a função de “filtro semiótico” (DERVILLE, 1997), a imprensa antecipou sentidos e possibilitou, nas mais diferentes partes do mundo, que indivíduos acompanhasssem – “com um efeito de instantaneidade” – o vir a ser de acontecimentos ocorridos em terras distantes, tornando-se partícipes, em companhia de milhões indivíduos espalhados pelo mundo, graças a um mundo interconectado pelo avanço dos meios de comunicação. Atingindo o leitor mais pelas emoções do que pela cognição, os jornais colaboravam para transformar cada leitor, *de per si*, em ator nos combates político-ideológicos então existentes.

⁵ *The Evening News* surgiu em 1881, *Le Matin* em 1883, *The Star* em 1888, *The Daily Mail* em 1896, *The Daily Express* e *The Journal* em 1900 e *The Daily Mirror* em 1904. No caso dos jornais brasileiros, *O Paiz* surgiu em 1884, o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, em 1901.

Como “filtro” interposto entre o acontecimento e suas versões, ela acarretou, no caso do noticiário sobre a Rússia soviética, variadas formas de omissão, de mascaramento e/ou de deformação dos fatos. E mais: os discursos circulantes tenderam à uniformização por conta do poder das agências internacionais de notícias responsáveis pela distribuição da informação, que, no geral, apresentava-se, em geral, sob a forma de um dizer telegráfico. Foi nessa lógica monopolista que foi estruturado um discurso antirrevolucionário, antibolchevique e anticomunista agressivo e cresceu em vigor à medida que a Rússia, antiga aliada na *Entente*, afastou-se da guerra, desguarnecendo o *front* oriental, processo que culminou com a paz em separado com a Alemanha.

Observe-se que, nas primeiras décadas do século XX, a nova imprensa industrial (burguesa e liberal) buscava novas lógicas – discursivas e organizativas – que pudessem levar ao aumento continuado das vendas. No caso do noticiário sobre a revolução, seu sentido de catástrofe foi sugerido de diversas formas. Por um lado, com o recurso a manchetes sensacionalistas e títulos de colunas chamativos, como “A anarquia na Rússia” ou “O caos na Rússia”; por outro, na utilização de “cadeias enunciativas” que dispunham notícias diferentes, relativas a países diversos, de maneira a sugerir um cenário indicativo da “marcha” da revolução. Acrescente-se a ausência de um código de conduta para a imprensa, que levava os jornais a omitirem as fontes, abrindo espaço para a desinformação, caso do uso do verbo de forma impessoal: “Dizem...”, “Consta como certo...”, “Soube-se...”. Tal uso justificava “deslises” e permitia que a informação jogasse com a desinformação e a contrainformação.

Metáforas como poderosas “palavras de força”

Percorrer o noticiário sobre a revolução e sobre o advento da Rússia soviética implica travar contato, a cada momento, com poderosas metáforas. Entre eles, destacam-se as da onda, da praga e da peste, que remetiam a um enredo que falava de destruição e de morte

Em uma cenografia de catástrofe, a “onda bolchevique” significava destruição, com potencialidade para “quebrar” em praias ocidentais, arrasando tudo em sua passagem: “A onda bolchevique sacode o mundo em uma verdadeira conflagração” (*O Paiz*, 28/03/1919); “Da Rússia ensanguentada e dilacerada por anos seguidos de calamidade, a onda bolchevique espraia-se pelo mundo”. (*O Paiz*, 27/03/1921, p. 1)

[...] a imagem da onda trazia em si determinados elementos míticos que antecipavam resultados, a partir de uma memória discursiva que recuperava saberes de outras ondas revolucionárias, formadas em outros contextos espaço-temporais, mas consideradas igualmente destrutivas. Por outro lado, remetia ao medo do mar: misterioso, de profundezas abissais, perigoso receptáculo de forças incontroláveis, revisitando, em parte, a representação bíblica de um dilúvio punidor, em um contexto no qual o ‘perigo’ bolchevique parecia estar às portas da civilização, em terras onde o movimento operário redobrara em vigor como resultado das dificuldades de pós-guerra. (MENEZES, 2019, p. 154)

Com sentido próximo também foram usadas as metáforas da “praga” e da “peste”, cujo contágio e virulência tornavam “doentes” as sociedades ocidentais. Veja-se seu uso, entre 1919 e 1921, pelos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Commercio* e *O Paiz*:

- Os aliados ajudarão os russos a acharem os meios de desembaraçarem dessa lepra que hoje é uma lepra do mundo. (*Jornal do Commercio*, 28/03/1919, p. 1)
- A praga maximalista continua a preocupar os países civilizados. (*O Paiz*, 29/03/1919, p. 1)
- Petrogrado morre de fome, de peste e de bolchevismo. (*Correio da Manhã*, 08/04/1920, p. 1)

Os três vocábulos, traduzidos em “palavras de força” (PÊCHEUX, 1997), remetiam à morte, ou a provocada pelas forças da natureza (a onda remetendo às profundezas misteriosas do mar), ou as que promoviam o adoecimento coletivo. Nesse sentido, se a “onda” bolchevique ameaçava “quebrar em “praias” conturbadas pelo avanço do movimento operário e pela criação de PCs alinhados à Internacional, a “peste” ou “praga” acionava a memória sobre a Peste Negra e as Pragas do Egito, revisitando tempos passados de catástrofe colocados em correspondência com o momento vivido.

A caracterização da revolução, do bolchevismo ou do comunismo como “doença” ganhou visibilidade nos idos de 1918, como demonstram as palavras de Stiepan Gueórguievitch Lianosov, conhecido como o “Rockefeller russo”, citado por John Reed (s/d.), em *Os dez dias que abalaram o mundo*.

A revolução é uma doença. Cedo ou tarde as potências estrangeiras terão de intervir, exatamente como um médico que trata de uma criança enferma, ou alguém que a ensina a andar [...]. Os países acabarão compreendendo o perigo do bolchevismo em suas próprias terras... Como o perigo que representam para si as contagiosas ideias de “ditadura do proletariado” ou de “revolução socialista”. Acho que será muito difícil evitar esta intervenção. As fábricas estão fechando, os

transportes paralisam-se. Os alemães avançam. Entretanto, é possível que a fome e a derrota façam o povo russo voltar à razão. (apud: REED [1919], s/d, p. 40)

Os responsáveis por essa perigosa “doença” tinham nome e o jornal *Le Petit Parisien* (27/03/1919, p. 1) não se furtou a indicá-los: “*Contre la Russie? Non. Contre le bolchevisme? Oui*”. (Contra a Rússia? Não. Contra o bolchevismo? Sim)

Palavras que enfeixavam enredos completos tendiam a ser repetidas à exaustão, com uma técnica de reforço que acabava por cristalizar seu uso e os sentidos propostos. Nesse processo, antinomias como céu/inferno, paraíso/inferno, paraíso/fim dos tempos remetiam à contraposição entre um BEM e um MAL absolutos, invertidos conforme seu referencial de uso. Na lógica de combate desferido pelo ocidente capitalista, o MAL era, inevitavelmente, a revolução e a Rússia soviética, obra dos bolcheviques, agentes demoníacos. Nesse combate, a intenção última era patrocinar o medo que, ao ter uma conformação classista, acaba irradiado pelo todo social, atingindo até menos aqueles que nada podiam esperar do capitalismo, especialmente os não-politizados; forma de deter o avanço do apelo do movimento operário.

É importante lembrar que as manchetes tendiam a atingir um espaço de circulação mais amplo do que o do público-leitor, com a transmissão boca-a-boca ganhando velocidade na circulação, com o acréscimo de elementos novos a cada enunciação, reforçando informações já veiculadas como “saber” sobre a revolução e sobre o comunismo. Esse “saber”, cada vez mais, foi atravessado pela fantasia e por poderosos mitos.

Apesar da vitória da ciência, o mito teimou em invadir o império da razão em tempos de perplexidade, como foram as conjunturas da guerra e da revolução, cumprindo uma função explicativa. Como nos diz Lucien Boia:

O mito oferece uma chave que permite o acesso tanto a um sistema de interpretação quanto a um código ético (um modelo de comportamento). Ele é fortemente integrador e simplificador, reduzindo a diversidade e a complexidade dos fenômenos a um eixo privilegiado de interpretação. Ele introduz no universo e na vida dos homens um princípio de ordem de acordo com as necessidades e os ideais de uma dada sociedade. (BOIA, 1998, p. 25)

No pós-1917, as representações contrarrevolucionárias, antisoviéticas e antibolcheviques/comunistas que circularam internacionalmente fincaram raízes tanto em

mitos de origem ou cosmogônicos, ligados à origem e ao fim dos tempos (caos e apocalipse), como também em mitos históricos, como o da barbárie.

Apocalipse: vivência mítica e “mito de combate”

O mito, como narrativa repetida através do tempo e conhecida por uma dada sociedade ou parte do mundo, fez-se presente nas formas pelas quais a Revolução de Outubro de 1917 foi “lida” e sentida pelos contemporâneos. Representações de origens míticas estiveram presentes nos circuitos escritos e orais da informação.

No caso do Apocalipse, suas duas interpretações (ver DELUMEAU, 2003) foram apropriadas pelos dois lados colocados em confronto, possibilidade dada pelo caráter de reversibilidade do mito. A chamada interpretação positiva: o *Millenium* (Mil anos de paz e felicidade após o julgamento dos homens, no decorrer do qual a humanidade ficaria livre das seduções de demônio) tendeu a ser apropriado pelos revolucionários, enquanto a interpretação negativa: o Fim dos tempos (trágico desfecho da vida na Terra, acoplado à ideia de um castigo coletivo imposto por Deus e marcado pela violência, destruição e morte) foi identificado com a revolução e ao mal que, segundo seus detratores, ela trazia. Foi esse apocalipse trágico e “final” que compôs os discursos de combate movidos pela grande imprensa.

Acionado de forma intencional ou não, o recurso à memória mítica possibilitou que narrativas antigas se tornassem instrumentos de propaganda e disputas discursivas entre dois mundos colocados em confronto. Em um contexto de polarização ideológica e de combate discursivo, esperanças foram renovadas por parte daqueles que acreditavam que o capitalismo vivia seus momentos finais, enquanto demônios foram re/inventados pelos que defendiam a ordem capitalista, burguesa e liberal. De ambos os lados, conspirações foram enunciadas e imagens, representações, signos, símbolos, referências e modelos tomaram forma. Entre elas, a partir da criação da Internacional, a mitologia do complô renasceu como conspiração comunista (ver GIRARDET, 1987): “o maior perigo que todas as nações civilizadas [tinham] que enfrentar”, segundo Frank J. Taylor. (*O Paiz*, 04/01/1919, p.1)

Ao descontextualizar os fatos – processo que, por exemplo, tornava a tragédia real da fome em sinal da chegada do fim dos tempos –, as notícias buscavam justificar as iniciativas tomadas pelas grandes potências no sentido de deter o Mal que se alastrava e ameaçava a civilização, sendo dito, por exemplo, que “Dante no Inferno, não descreveu

tragédia que se parecesse com a que se desenrola[va] na Rússia. (*O Paiz*, 28/05/1918, p. 1)

Na luta de representações que marcou o vir a ser da revolução, a versão escatológica do Fim dos tempos, ao invadir o noticiário, demonstrou a infiltração do sagrado nos embates profanos. Por outro lado, questões ligadas à religião emergiram no noticiário sob a forma de fatos aterradores, que serviam ao fim de mostrar a morte de Deus e a ameaça à Cristandade.

Perder o poder? De forma nenhuma! E um decreto surgiu: - Deus não existe! As igrejas foram fechadas e transformadas em cinemas; as imagens santas, queimadas; os cálices e sacrários de ouro do Santíssimo Sacramento, para os comissários e suas orgias; os padres, presos ou mortos; as rezas, proibidas de se fazerem, como proibidos foram os batizados e as orações aos mortos. Deus, testemunha invisível de seus crimes, não existia mais. (*O Imparcial*, 9 maio 1921, p. 1).

Passados dez anos da implantação do regime, a Rússia continuaria a ser caracterizada como um país habitado por uma “horda de vagabundos, piolhosos e sarnáticos, cheios de apetites carnívoros, sedentos de hecatombes, frios bebedores de álcool e de sangue” (*O Paiz*, 19/01/1927, p. 1).

Nos anos que se estenderam de 1917 a 1921, uma verdadeira compulsão mitológica levou ao uso de metáforas, hipérboles e metonímias como resultado de um misto de medo e ódio e interesses de classe, tornando difícil separar aquilo que era “vivência mítica” do recurso ao mito como estratégia de propaganda. Afinal, se houve repórteres e comentaristas que, devido a determinadas injunções, mergulharam em um medo apocalíptico, houve os que, de forma consciente, buscaram manipular as massas.

No amplo horizonte dos usos do mito, estabeleceu-se um curioso movimento de aproximação entre o Fim dos tempos e o Caos original, que permitiu a tradução da revolução não apenas como capítulo final da civilização e da humanidade quanto como retorno a um tempo de “anarquia” ou de “caos”, ou seja, de negação absoluta da ordem (de toda ordem), e de tempos destituídos da palavra ordenadora de Deus. Seria também contra a anarquia, a desordem e o ateísmo que a burguesia clamaria por um “salvador” destinado a assumir a tarefa de reordenar o mundo afim de restabelecer a “unidade” rompida. Não seria, portanto, uma surpresa que, cerca de uma década depois, Hitler e Mussolini fossem saudados, por parte da imprensa, como importante “novidade” na política.

A barbárie como ameaça à civilização ou a “volta dos hunos”

Conjugada à cenografia do Fim dos tempos, da Anarquia e do Caos, o mito da Barbárie contraporia a Rússia à civilização. No plano de uma propaganda que se nutria do imaginário, a Rússia dos bárbaros e dos tártaros renasceria das cinzas. Novamente, o discurso de “hordas” precipitando-se do oriente para o ocidente, tal qual o haviam feito os hunos, circulou. Mais uma vez, a ideia do perigo oriental renasceria enquanto representação, revisitando dolorosos processos impressos na memória da Cristandade. Essa barbárie estaria representada, por exemplo, nos “assassinatos e roubos” diariamente noticiados, ocorridos na Rússia, onde “o populacho e os soldados [cometiam] toda a casta de vandalismo”. (*O Paiz*, 15/11/1917, p. 1)

- A Inglaterra, a França, a América e o Japão estão alertas e debalde tentarão os hunos o plano satânico de que circunstâncias dolorosas parecem preparar o sucesso, com a vitória definitiva sobre a Rússia e as conquistas efêmeras no norte da Itália.

Os mares estão e estarão até o último dia da vitória final da civilização fechados inteiramente aos bárbaros e às grandes potências marítimas garante o triunfo definitivo da justiça. (*O Paiz*, 09/11/1917, p. 1)

- A flor da civilização humana, a cultura do mundo ocidental [...] está de novo ameaçada do mesmo quadrante de onde originariamente vieram os saqueadores de Roma e os destruidores de sua civilização. (*Saturday Evening Post*, 21/03/1921; *O Paiz*, 22/03/1921)

A transferência da capital de Petrogrado para Moscou, na dimensão mítica da barbárie, teve importante papel, sendo traduzida não como uma escolha estratégica, mas como o retorno da Rússia para suas origens bárbaras, com o Kremlin ressuscitando a lembrança dos tempos passados.

A instalação do novo governo no Kremlin, cidadela fortificada que remetia à Idade Média e à figura de Ivã (o Terrível), projetou-se, no plano do simbólico, como volta às origens: deslocamento para as profundezas de uma Rússia asiática e incivilizada. A tomada do Palácio de Inverno e a paulatina destruição dos faustos de Petrogrado, nesses enquadramentos mentais, passaram a representar a derrocada da civilização na antiga parceira dos jogos políticos ocidentais, incluído os jogos de guerra. Não por puro acaso, todas as notícias referentes à cidade divulgadas pela grande imprensa, traziam sempre a marca da perplexidade e do horror. (MENEZES, 2019, p. 213)

Invertendo o processo de abertura da Rússia para a Europa, instaurado com a construção da Paris do Báltico, “janela” para o ocidente e para suas “luzes”, a instalação

do novo governo no Kremlin remetia a um passado asiático e, em última instância, bárbaro. Essa “virada para oriente” foi identificada com a “involução técnica” e com um processo “incivilizatório” pelos grandes jornais burgueses.

O discurso de uma barbárie que renascia no pós-1917 tinha como principais marcas as denúncias da violência e da crueldade praticadas pelos bolcheviques, consideradas incompatíveis com o viver civilizado. Não faltaram, por outro lado, menções a Lênin e Trotsky como bárbaros ou tártaros, com críticas a suas ações “vandálicas”. Mencione-se, aliás, que, de forma caricatural, Lênin costumava ser “retratado” com uma barba absolutamente indomada, portanto “bárbara”, vestido com indumentária cossaca e com orelhas em ponta a remeter ao demônio e aos homens-lobo das lendas orientais; representações ainda muito presentes em caricaturas de líderes da atualidade.

A contraposição entre a civilização – branca, cristã e capitalista - e a barbárie – asiática, infiel e atrasada – marcou, assim, os tempos de pós-revolução, possibilitando a construção de uma nova “missão” por parte da burguesia internacional: a da defesa da civilização frente às investidas de novos bárbaros: os comunistas.

O complô comunista

Segundo Girardet (1987), o mito do complô ou da conspiração forma, ao lado dos mitos do Salvador, da Idade de Ouro e da Unidade, é destacado como poderosa mitologia. Na referida obra, ele cita os complôs maçônico, jesuítico e judeu. A estes, acrescentamos o comunista, que impactou de forma profunda o século XX e ainda se mostra presente no XXI, como ameaça a Deus, à Pátria e à Família, lema fascista reapropriado como forma de manipulação.

Para o citado autor, no centro do complô impõe-se, em primeiro lugar e inevitavelmente, “a imagem terrível e temida da Organização”

O segredo constitui a primeira de suas características. Todos aqueles que, de uma forma ou outra, pretendem relatar suas atividades ou denunciar seus malefícios insistem nas dificuldades que encontraram, muitas vezes, nos perigos que correram para desvendar seus mistérios. (GIRARDET. 1987, p. 34)

A partir de março de 1919, a imprensa liberal deu nome à nova Organização “conspirativa”, que passaria a ameaçar a civilização: Internacional Comunista ou

Komintern, compreendida como “partido da revolução”. Tal outras conspirações do passado (maçônica ou jesuítica) e do presente (judaica) – e a mistura entre bolchevismo e judaísmo. Tratava-se, segundo os combatentes da revolução e do novo regime, em relação aos que controlavam “os fios” do complô,

[...] de corresponder a uma inextinguível vontade de poder e de retomar o sonho eterno da edificação de um Império em escala universal, da unificação do globo sob uma única e total autoridade [no caso, os bolcheviques, ou, melhor dizendo, os comunistas]. (GIRARDET, 1987, p. 36)

Não só a criação de partidos comunistas pelo mundo era traduzida como registro desse “sonho” da “unificação do globo sob uma única e total autoridade” quanto o eram discursos enunciados por autoridades bolcheviques, como o proferido por Zinoviev por ocasião da abertura do Oitavo Congresso do Partido Comunista Russo, Primeiro Congresso dos Povos de Leste e Segundo Congresso do *Komintern*, no qual seu presidente pregou uma nova “guerra santa”, dessa feita movida contra os imperialistas, ou seja, as grandes potências ocidentais, suscitando um discurso veemente contra o “perigo amarelo” que renascia sob a liderança bolchevique.

O velho fantasma do perigo amarelo renasce agora, aumentado consideravelmente em suas proporções, pois o programa do bolchevismo é lançar todo o oriente contra o ocidente [...]. Prega-se de novo a guerra santa contra a civilização em nome de um melhor que nos é prometido, e com essas promessas vão os chefes comunistas buscando a necessária unificação de propósitos, de todos os descontentes. (*O Paiz*, 27/03/1921, p. 1)

A conspiração tecida pelos “agentes” do *Komintern*: os agentes de Moscou, exigia por parte das potências europeias e dos Estados Unidos ação enérgica, pois o que era passado aos leitores era que o caos e a anarquia se alastrariam pelo globo e todos seriam subjugados pelos homens que teciam o complô: bárbaros, maldosos, vis e impiedosos. Em síntese, demônios que a revolução fizera emergir das profundezas do Inferno. Entre todos, Lênin e Trotsky seriam alvos das piores acusações:

Os atos dos senhores Lenine e Trotsky são demasiadamente lógicos e concatenados para que se possa admitir sua boa-fé. Primeiramente, os dois cúmplices desmoralizaram o exército, depois convidaram o inimigo para negociações, em seguida, vieram as rupturas espalhafatosas, os rasgos de pretensa indenização e, por último, a

capitulação pura e simples, nos termos mais vergonhosos, traindo a liberdade da Rússia, como já haviam traído os aliados. (*O IMPARCIAL*, 26/02/1918, p. 1)

Aquele que era considerado por João do Rio como “um desgraçado megalomaníaco com as horas contadas” (*O PAIZ*, 01/07/1919, p. 1) seria um “agente alemão” que havia recebido a missão de retirar a Rússia da guerra, traindo os aliados, conforme era noticiado em Washington: “Corre como certo que o Departamento de Estado está informado de boa fonte que o Sr. Lenine entregou premeditadamente a Rússia nas mãos da Alemanha, tendo intensificado a propaganda contra o militarismo aliado”. (*O PAIZ*, 08/03/1918, p. 1)

Acusações de que Lênin havia se vendido ao inimigo, o que lhe teria possibilitado atravessar a zona de guerra em trem blindado, tornou-se arma de combate e de descrédito ao longo do processo do armistício com a Alemanha, acusação que se completou com o discurso do ouro alemão. Nesse sentido, o “bárbaro” líder bolchevique tornava-se um ser totalmente sem escrúpulos, capaz de trair tudo e todos; verdadeiro anticristo a assombrar o mundo “civilizado”. Com a assinatura da paz com a Alemanha, em março de 1918, essa narrativa foi reforçada ou ganhou novos contornos, com uma satanização impiedosa dos revolucionários de então, tornados comunistas execrados nos tempos que se seguiram.

Considerações finais

Por meio de combates discursivos, que projetavam o Mal patrocinado por novos demônios, foram construídos os registros textuais da luta de representações travada entre direita e esquerda, a partir do renascimento da ideia, do sonho e da ação revolucionária. Esses registros ganharam força à medida que circularam, transformando-se em memória discursiva capaz de ser acionada em conjunturas de grande polarização, como a que deu vida à Guerra Fria e, recentemente, à Guerra Cultural cavalgada pela extrema direita. Como dado recorrente, que se nutre de expressiva resistência no tempo, os comunistas, no ontem e no hoje são considerados demônios a ser não apenas combatidos como eliminados da vida política e das sociedades.

Fontes e Referências bibliográficas:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL: Hemeroteca Digital (BND). **Correio da Manhã**, 8 de abril de 1920; **Jornal do Commercio**, 28 de março de 1919; **O Imparcial**, 26 de fevereiro de 1918 e 9 de maio de 1921, 26 de fevereiro de 1918; **O Paiz**, 15 de novembro de 1917, 3 de março e 28 de maio de 1918, 4 de janeiro e 29 de março de 1919, 22 e 27 de março de 1921. Disponível em: BNDigital. Diversos acessos.

BOIA, Lucian. **Pour une Histoire de l'imaginaire**. Paris: Les Belles Lettres, 1998. (Vérités dês Mythes).

BRAUDEL, FERNAND. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1967.

BRETON, Philippe. **L'explosion de la communication**. Paris : La Découverte, 1996.

CHAUNU, Pierre. **Expansão europeia do século XIII ao XV**. São Paulo: Pioneira, 1978.

CHARAUDEAU, Patrick. **Le discours d'information médiatique**. La construction du miroir social. Paris: Nathan, 1997.

_____. **Langage et discours: éléments de Sémiolinguistique**. Paris: Hachette, 1983.

COHN, Norman. Como adquirió el tempo una consumación. In: BULL, Malcolm (Comp.). **La teoría del apocalipsis y los fines del mundo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

DELUMEAU, Jean. **O que sobrou do paraíso?** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DERVILLE, Gregory. **Le pouvoir des médias**. Mythes et réalités. Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble, 1997.

FRANÇA. BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE: Gallica. **Le Petit Parisien**, 27 de março de 1919. Disponível em: <Presse et revues | Gallica> (bnf.fr). Acesso em: 20 maio de 2023.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

GIRARDET. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Tramas do Mal**. Rio de Janeiro: Ayran, 2019.

MENEZES, Lená Medeiros de; LESSA, Mônica Leite. Circuitos da informação na “Era da catástrofe”. Notas sobre a imprensa escrita em tempos de guerra e revolução. In: FONSECA, Silvia Carla P. de Brito; CORRÊA, Maria Letícia. **200 anos de Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009, p. 187- 207.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**. Estrutura ou acontecimento? 2^a Ed. Campinas: Pontes, 1997.

REED, John [1919]. **Os dez dias que abalaram o mundo**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

CAPÍTULO 2

O anticomunismo da Igreja Católica na Paraíba republicana: práticas para “desmaterializar” o operariado (1917-1935)

Faustino Teatino Cavalcante Neto⁶

Os autores que discutem o conceito de anticomunismo aconselham a problematizá-lo como um fenômeno plural e resultante da cooperação conjunta de grupos políticos e projetos diversos, cujo ponto em comum é a rejeição ao comunismo. Motta (2002, p. 15) diz que essa ação conjunta “(...) contribuiu para nuanciar as divergências existentes no interior das frentes anticomunistas”, contudo assegura que, por meio de uma observação cautelosa, é possível perceber as suas especificidades. Este autor compartilha da ideia de que seria necessário utilizar a expressão anticomunismo no plural, isso porque o anticomunismo é o resultado de uma frente de grupos e projetos políticos diversos que têm a recusa ao comunismo, pela palavra e/ou pela ação, como único ponto em comum. Diz que “Se esta diversidade muitas vezes passa despercebida, isto se deve ao fato de que, nos momentos de conflito agudo, os diversos tipos de anticomunismo se uniram contra o inimigo comum”.

É seguindo esse entendimento que Rodeghero (1998, p. 43), ao analisar o anticomunismo católico, diz que o mesmo deve ser entendido como mais um dos componentes que compreendem o conjunto maior, já que se é possível detectar nele especificidades que o distinguem dos demais, “(...) relacionadas com o modo como a Igreja Católica, ao longo do tempo, interpretou a questão”.

Quando Malatian (2003) propõe pensar o anticomunismo na cultura política do Ocidente como tendo raízes anteriores à Revolução de Outubro de 1917, ela o destaca como consequente do discurso católico ultramontano, ferrenhamente antiliberal e hegemônico no século XIX.⁷ Assim, cabe perceber o anticomunismo católico como sendo procedente de sua posição frente ao Ocidente que se fez moderno e ao seu resultante processo de laicização e secularização.⁸ A partir de então, a Igreja Católica assumiu uma

⁶ Doutor em História pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) e professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

⁷ O ultramontanismo refere-se à doutrina política católica surgida na França, na primeira metade do século XIX, que buscava em Roma a sua principal referência, reforçando e defendendo o poder e as prerrogativas do papa em matéria de disciplina e fé.

⁸ Após a Revolução Industrial na Inglaterra e a Revolução Francesa, se operou um conjunto de mudanças na esfera política, econômica e social, ganhando força a forma de pensamento *moderna*, onde se passou a

posição de combate a essas questões do mundo moderno e aos seus movimentos intelectuais, contexto esse em que se observa também a sua reação ao comunismo, que passou a ser entendido como um dos desdobramentos da modernidade.

Neste sentido, o presente trabalho buscou problematizar o papel desempenhado pela Igreja Católica paraibana enquanto matriz agenciadora de representações e ações sobre o comunismo e os comunistas na Paraíba, entre o início do século XX e o ano de 1935. Assim, é possível que a preocupação da Igreja Católica paraibana frente ao socialismo tenha se verificado pelo fato de que o mesmo já começara a ser divulgado no estado nos primeiros anos de 1900, por meio “(...) de um grupo autônomo de militantes que defendia essas posições, carregadas de ‘ecletismo político’ e de ‘socialismo utópico’” (PORFÍRIO, 2003, p. 22). Outro indício que pode ser base para pensarmos a presença das ideias socialistas na Paraíba por aqueles anos é a “(...) participação paraibana no II Congresso Socialista em 1902, (...)” (RUBIM, 1983, p. 35).⁹ Gurjão (1994, p. 40) também destaca que a primeira greve realizada na Paraíba foi a dos funcionários da Great Western na última semana de janeiro deste mesmo ano (1902), o que pode sinalizar uma possível preocupação por parte da Igreja Católica com os riscos de propagação de tais princípios no estado.

Talvez esse grupo pró-socialismo tenha continuado existindo na primeira década do século XX, pois, quando das conferências realizadas pelo padre jesuítico Teófilo Levignani (*A Providência Divina*) na capital paraibana, em 15 e 16 de março de 1908, ele palestrou sobre “(...) a doutrina do mal metafísico, do mal físico e do mal moral em face da Providência, (...)” e como extensão ao estudo do problema do mal na sociedade, disse ainda que “(...) a Revolução Social era apenas o fruto da ganância e da injustiça” (*Jornal A União*, 18 mar. 1908).¹⁰ Também é possível que, nos anos seguintes, esse grupo

valorizar o indivíduo, a subjetividade, a experiência e a atividade crítica, em detrimento das instituições e dogmas estabelecidos, que eram a base da ordem social medieval e do pensamento escolástico. Foi nesse quadro que foi se configurando o *laicismo*, uma cultura leiga que se desenvolveu desde a Renascença e que procurou a gradual separação política entre o Estado e a Igreja, bem como a liberdade individual em relação ao Estado e à própria Igreja. Por *secularização* se entende as mudanças ocorridas nos campos social e cultural, mudanças essas transcorridas em meio à transição das sociedades patriarcais e rurais para as sociedades industrializadas e urbanas, quando, então, se processou uma significativa redução do peso social da religião sobre a sociedade; ou seja, compreende-se por *secularização* o processo de perda progressiva dos valores cristãos sobre a vida humana. O liberalismo, a democracia, o anarquismo e o socialismo foram movimentos político-sociais e culturais do século XIX que contribuíram para a laicização do Estado e para a secularização da sociedade. (RODEGHERO, 1998, p. 44-45)

⁹ O Segundo Congresso Socialista Brasileiro realizou-se em São Paulo, entre 28 de maio e 1º de junho de 1902, com mais de 50 delegados.

¹⁰ Essas palestras tiveram público definido sexualmente, sem uma justificativa aparente: “As conferências apologéticas do Padre Teófilo Levignani S. J., exclusivamente para homens, na Igreja de Nossa Senhora do

tenha se organizado em uma sigla partidária, pois Koval (1982, p. 112-113) registra que a delegação do Partido Operário da Paraíba se fez presente durante o Segundo Congresso Operário realizado no Rio de Janeiro, em 1913.¹¹

Apesar de identificarmos esse foco de fomentação das ideias socialistas no início do século XX, na capital da Paraíba, bem como de reação ao mesmo por parte da Igreja Católica, é somente depois dos movimentos grevistas paraibanos de 1917 que percebemos uma maior preocupação por parte dessa instituição religiosa em disputar o operariado desse estado com os que defendiam os princípios socialistas e comunistas. Galliza (1993), Gurjão (1994) e Diniz (2004), autores paraibanos que analisam os movimentos operários nesse estado durante a Primeira República, observam que o período entre os anos de 1917 e 1921 é marcado pelo aparecimento das primeiras greves operárias na Paraíba, pois foi um tempo em que “A economia paraibana atravessava uma relativa dinamização, com base, principalmente, na ascensão do algodão, cujo impulso significou um progressivo crescimento urbano” (GURJÃO, 1994, p. 36).

As poucas indústrias paraibanas estavam restritas quase todas à sua capital, além de serem precariamente mecanizadas, eminentemente artesanais, e terem uma pequena concentração operária. De acordo com o Censo de 1920, esse agrupamento era de 3.035 empregados em 251 indústrias, sendo que destas apenas cinco possuíam mais de 100 operários, com o destaque para as do setor têxtil, com 1.818 trabalhadores, e as de alimentação com 420, conforme se pode ver no quadro a seguir:

QUADRO I - GRUPOS DE INDÚSTRIAS E NÚMERO DE OPERÁRIOS DA PARAÍBA EM 1920

INDÚSTRIAS	Nº ESTABELECIMENTOS	Nº OPERÁRIOS
Têxteis	169	1.818
Alimentação	31	420
Vestuário e toucador	22	144

Carmo, constituíram por excelência a nota do ano de 1908, já pelo número das mesmas (quatorze), já pelos temas ventilados, já pelo talento e pela cultura do conferencista”. (LIMA, 2007, p. 273).

¹¹ O Segundo Congresso Operário Brasileiro ocorreu no Rio de Janeiro de 8 a 13 de setembro de 1913, organizado pela Confederação Operária Brasileira (COB). Esse congresso contou com 100 delegados e 60 entidades, ainda com maioria de correntes anarquistas e anarco-sindicalistas. Seus principais pontos: debateu o que seria o socialismo anarquista e a luta contra o assistencialismo; reconheceu novamente a ação direta como método de luta; discutiu questões de organização, o papel da imprensa operária e da ação sindical; foi aprovada uma campanha pelo salário-mínimo nacional e contra a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Cf. Koval, 1982, p. 110.

Produtos químicos e análogos	07	233
Edificações	09	96
Couros, peles e outras matérias duras animais	04	174
Cerâmica	04	47
Móveis	02	75
Madeiras	02	28
Meios de transporte	01	-
Produção e transmissão de forças físicas	-	-
Ciências. Letras e artes	-	-
Metalúrgica	-	-
TOTAL	251	3.035

FONTE: Censo Industrial de 1920.

Segundo os autores citados acima, as condições de vida desse operariado se encontravam agravadas, pois este era submetido a extensas e intensas jornadas de trabalho, além de não dispor de nenhum direito nem assistência dos poderes públicos. Não obstante, esses trabalhadores urbanos passaram a empreender burlas, negociações e resistências que foram nitidamente expressas, sobretudo pelas greves que alcançaram o seu auge no ano de 1917, entre os meses de julho e agosto, como percebemos abaixo:

QUADRO II – GREVES PARAÍBA (1902-1928)

CATEGORIA E/OU ESTABELECIMENTO	CIDADE	DIA-MÊS	ANO
Ferroviários da Great Western	Capital	22 a 27/01	1902
Ferroviários da Great Western	Capital	13 a 25/01	1909
Cigarreiros	Capital	25/06 a 05/07	1917
Jornaleiros da Great Western	Capital	25/07	1917
Operários da Casa Kroncke & Cia.	Capital	25/07 a 30/07	1917
Tecelões da Fábrica Tibiry	Santa Rita	30/07 a 14/08	1917
Jornaleiros da Great Western	Capital	30/07 a 14/08	1917
Operários da Casa Iona & Cia.	Capital	30/07 a 14/08	1917
Estivadores	Cabedelo	27/07 a 14/08	1917
Carroceiros	Capital	?	1917

Costureiras	Capital	?	1917
Alfaiates	Capital	?	1917
Operários da Escola Normal	Capital	?	1918
Empresa de Tração, Luz e Força	Capital	?	1919
Ferroviários da Great Western	Capital	19 a 28/03	1920
Foguistas e cavoeiros das obras do porto Sanhauá	Capital	09/08	1922
Operários da Fábrica Rio Tinto	Rio Tinto	?/ 10	1928

FONTE: GURJÃO, 1994, p. 40.

Vemos que a paralisação da indústria cigarreira foi a que deu início ao movimento grevista de 1917, que tinha como principais reivindicações “(...) aumento salarial, redução de jornada de trabalho para oito horas, abolição do trabalho infantil e garantia da permanência de delegados do Sindicato Geral do Trabalho na fiscalização e controle do trabalho.” (DINIZ, 2004, p. 194). Essa exigência da presença dos delegados sindicais nas fábricas foi o principal ponto de discordância entre os operários e patrões naquelas negociações, tendo sido o principal motivo de algumas dessas greves.¹²

Para Gurjão (1994, p. 39), a greve dos cigarreiros foi a mais longa e também a que possibilitou a organização dos operários junto ao Sindicato Geral dos Trabalhadores na Paraíba, que passou a atuar dirigindo as greves e intermediando as negociações com o governo estadual e os patrões, “(...) terminado graças à intervenção do governador Camilo de Holanda que propôs uma tabela de conciliação, aumentando o salário dos operários em troca da redução dos impostos sobre a indústria cigarreira”. Diz ainda a autora que

A intervenção do governador também se fez sentir durante as greves subsequentes, promovendo entendimentos entre a Associação Comercial e as lideranças operárias, conseguindo pôr fim às paralisações da Casa Kroncke & Cia., dos estivadores de Cabedelo, da Fábrica Tibiry e outras. Ao mesmo tempo em que estimulava as negociações, Camilo de Holanda não descuidava de garantir a “liberdade de trabalho” e a “paz social”, através da intervenção da polícia. A repressão também foi feita diretamente pelos patrões, demitindo lideranças grevistas. (GURJÃO, 1994, p. 39)

¹² A greve da Fábrica Tibiry se deu por conta da demissão de duas operárias que eram delegadas do Sindicato Geral do Trabalho. (DINIZ, 2004, p. 91)

No decorrer desses movimentos paredistas, o governador Camilo de Holanda (1916-1920), representando os interesses dos patrões, procurou intermediar a negociação destes com os operários e disponibilizou o aparato policial estadual para garantir a manutenção do *status quo* vigente.

Rubim (1983, p. 14) identifica o Sindicato Geral dos Trabalhadores como a entidade mais atuante no movimento operário da Paraíba no período de 1917 a 1921.¹³ Relata também que as Associações Beneficentes, de postura cooperativista e conciliatória, também tiveram participação ativa nas greves dos anos seguintes, com destaque para a Sociedade dos Artistas e Operários, Mecânicos e Liberais, durante a paralisação dos ferroviários de 1920, “(...) dando apoio aos grevistas e inclusive organizando um fundo de greve.”¹⁴ Segundo Mello (2001, p. 176), esse movimento operário da Paraíba “(...) possuía um caráter associativista e beneficente, através das ideias de ‘proteção ao trabalho’ e ‘fraternidade social’”, e cujas principais reivindicações eram bastante específicas: “(...) redução da jornada de trabalho, com eliminação do trabalho aos domingos e feriados, institucionalização da semana inglesa, repouso semanal remunerado, etc.”

Abaixo temos o quadro que apresenta a organização dos trabalhadores no estado nas primeiras décadas do século XX, registrando o seu número de sócios no ano de 1932.

QUADRO III – SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES DE TRABALHADORES DA PARAÍBA (1881-1929)

DESIGNAÇÃO	SEDE	ANO	Nº DE SÓCIOS EM 1932
Sociedade dos Artistas e Operários, Mecânicos e Liberais	Capital	1881	142
Associação dos Empregados do Commercio	Capital	1915	489
União dos Operários e Trabalhadores Catholicos	Capital	1915	402
União dos Artistas e Operários	Itabayana	1916	148

¹³ Fundado em 1917, por Rafael de Holanda, suas tendências iam desde o anarco-sindicalismo até ao corporativismo, cuja postura oscilava entre a conciliação e as atitudes independentes. (RUBIM, 1983, p. 18)

¹⁴ A Sociedade dos Artistas e Operários, Mecânicos e Liberais da capital foi fundada em 1881. Ela congregava, no seu início, todos os operários da Paraíba, sendo que depois ocorreram dissidências que acarretaram na criação de outras associações: a Sociedade União Beneficente de Operários e Trabalhadores, em 1915; a União Operária Beneficente, em 1919; e a Sociedade Beneficente 2 de Setembro, em 1927. (GURJÃO, 1994, p. 92)

Sociedade da União Operária Beneficente	Capital	1919	119
União dos Artistas e Operários	Patos	1920	38
Associação dos Empregados do Commercio	Campina Grande	1920	119
Centro dos Chauffeurs da Paraíba	Capital	1922	134
Associação dos Empregados do Commercio	Esperança	1925	24
União dos Alfaiates	Capital	1925	32
Alliança Prol-Beneficente	Capital	1927	251
União Beneficente dos Proletários da I. I. P.	Capital	1928	71
Sociedade Beneficente dos Artistas	Campina Grande	1929	312

FONTE: GURJÃO, 1994, p. 149.

De acordo com as fontes analisadas, esses movimentos grevistas ocorreram tendo em vista as condições de possibilidade vividas pelo operariado paraibano, ou seja, muito mais pela sua situação específica de experiência de luta por sua sobrevivência do que ocasionados por influências das lutas sociais urbanas que se intensificaram no Sudeste do Brasil depois de 1917, sob a égide do anarquismo e do socialismo.

Contudo, conseguimos perceber que é a partir desse surto grevista paraibano que a Igreja Católica passou a dedicar maior atenção aos operários locais, considerando-os, nas páginas da imprensa local, como ordeiros, disciplinados e distantes das ideias anarquistas e socialistas, como bem podemos notar no texto do padre Matias Freire: “(...) os operários da Paraíba, graças a Deus, não se acham eivados do fermento anarquista (...). a nossa gente não tem a precisa educação para se embriagar com esses liberíssimos ideais socialistas” (Jornal *Diário do Estado*, 08/08/1917). Possivelmente, essa instituição religiosa passou a perceber que o quadro das resistências operárias começava a apresentar-se como favorável à propaganda de tais ideias, evidenciadas, por exemplo, pela carta de um socialista anônimo em meio à greve dos cigarreiros, publicada no jornal *O Norte* de 29 de junho de 1917, denunciando a situação a que estavam submetidos centenas de homens, mulheres e crianças “que são explorados pela desumanidade de certos proprietários de fábricas, que fazem a sua riqueza à custa dos serviços mal remunerados de suas pobres e indefesas vítimas”.

Essa preocupação da Igreja em “desmaterializar”¹⁵ o operariado paraibano se faz perceber desde 1915, quando, então, essa instituição patrocinou a organização da União dos Operários e Trabalhadores Catholicos na capital do estado; entidade assistencialista que contava com 402 participantes no ano de 1932, conforme descrito no quadro acima.¹⁶ O temor da Igreja ao socialismo pode ser ainda evidenciado pela repetida publicação, no jornal *A Imprensa*¹⁷, da Encíclica *Humanum Genus* (20/04/1884), no segundo semestre de 1917. Procurando condenar a “seita” maçônica, esse documento papal também dedicava atenção ao socialismo e ao comunismo, considerando-os como desdobramentos do primeiro e como subversivos e prejudiciais à sociedade.

Em 31 de dezembro de 1917, Dom Adauto escreveu a “Tudo pela Pátria, nada sem Deus” que foi destinada ao clero e ao povo em geral, que era “(...) não só a confirmação do exposto na Carta Pastoral ‘Deus e Pátria’, publicada em 1909, como ainda uma bela lição dada aos que governam, mas que não conhecem a grande responsabilidade dos que dirigem as rédeas de um Governo qualquer que ele seja. Em poucas palavras S. Excia. Revma. ensinou muito. Fez ver o que pensava com respeito à garantia da Pátria querida, qual a sua conduta quando a honra e a dignidade da Nação reclamam dos seus filhos todo o brio e denodo; **reputa inimigos da Pátria e da República** os que desdenham os direitos de Deus sobre a sociedade; disse enfim que outra causa não desejava senão amar a sua Pátria, a República, **vê-la sem rugas, extreme dos vícios que lhe deformam o organismo.**” (LIMA, 2007, p. 91) (Grifos nossos). Apesar do arcebispo não nomear os “erros”, ele diz que são os importados do estrangeiro e que promovem o ateísmo oficial e a apostasia social, “fontes de todas as desordens”.

Parece-nos mesmo que essa preocupação da Igreja se verificava pelo fato dos ideais socialistas começarem a ser propagandeados na capital paraibana, bem como a partir das entidades de trabalhadores já mencionadas, pois Menezes (1992, p. 77) descreveu que, quando era um jovem estudante de direito de Recife, proferiu uma conferência na sede da Sociedade dos Artistas e Operários, Mecânicos e Liberais, cujo

¹⁵ Ao longo dessa escrita, usamos o termo “desmaterializar” para nos referirmos à ideia de que o mesmo discurso da Igreja Católica que enfatizava a espiritualidade para o operariado, no sentido de afastá-lo do materialismo e desmobilizá-lo das lutas de classes, escamoteava a sua própria materialidade física, econômica e política (poder temporal).

¹⁶ De acordo com Diehl (1990, p. 32-33), um dos pontos do plano de ação do clero brasileiro para enfrentar a *questão social* no Brasil, desde a separação da Igreja do Estado, foi a educação e orientação do operariado por meio da organização de entidades sindicais assistencialistas que evitassem a sua materialização.

¹⁷ O jornal católico *A Imprensa*, lançado em 27 de maio de 1897, tinha formato grande com periodicidade semanal, circulando na sua primeira fase até 13 de novembro de 1903. Entre 1905 e 1912, ele foi substituído pela publicação mensal do *Boletim Ecclesiastico*. Por esses anos, a Igreja Católica também se fez representar por meio do jornal estatal *A União* (ARAÚJO, 1986, p. 42).

tema era “O Ideal Socialista”, em 12 de outubro de 1918.¹⁸ Envolto na *questão social* pensada pelo Vaticano e pelo episcopado brasileiro, o clero paraibano também procurava reivindicar as questões básicas ao operariado, como a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias, contudo, sem perder de vista a orientação de que os trabalhadores, na capital do estado, eram de “tradição ordeira e pacata”, conforme se capta no discurso do jornal *A Imprensa* intitulado “Comício operário”:

Domingo, pelas 16 ½ horas, na Praça Pedro Américo, a classe operária desta capital realizou um *meeting* de propaganda das idéias hoje quase vencedoras a respeito do horário de trabalho. A questão, que se vem alastrando no sul do Paiz, com carácter pacífico, **na Parahyba para não desmentir as suas tradições de ordeira e pacata, também se agita no campo da ordem e das idéias, com sympathia**, por isso, de todos os poderes e da população indistintamente. Os oradores do comício, professor Sizenando Costa e dr. João Machado, interpretaram satisfatoriamente as justas pretenções do proletariado, com ruidosos aplausos da grande reunião. Segunda-feira uma comissão dos operários Joaquim Pereira do Nascimento, José Augusto, Leonel de Oliveira Cruz, Luiz José da Franca e Francisco Salles Cavalcante dirigiu-se ao palácio da presidência, afim de depor nas mãos do exmo. Sr. Dr. Camilo de Hollanda uma moção do operariado parahybano, no sentido de sua exc. se identificar com a classe operária para a realização do seu *desideratum*, isto é, a redução da jornada a 8 horas de trabalho. O Sr. Presidente manifestou-se favorável aos desejos da comissão, a qual se retirou muito satisfeita, na esperança de em breve ver em execução medidas concernentes ao seu propósito. *A Imprensa*, fazendo este registro pode afirmar que, independente de reclamação, em suas officinas os operários sempre trabalharam 8 horas. (Jornal *A Imprensa*, maio 1919). (Grifos nossos).

Esse texto nos revela essa intenção do jornal católico em “educar” os operários da capital, contudo também evidencia a organização do movimento de resistência e negociação daqueles trabalhadores por meio de comícios para reivindicarem a redução de

¹⁸ Devemos ter o cuidado para não entendermos que o operariado da capital era, no seu total, materializado e antirreligioso, pois, segundo os registros analisados, algumas das associações proletárias mantinham vínculos com a Igreja. O jornal *A Imprensa* de 17 de maio de 1924 noticia uma festa promovida pela classe operária no dia 13, quando o Cônego Pedro Anísio proferiu a conferência “Miséria e Caridade”, no Teatro Santa Roza, em prol dos flagelados da inundação, se fazendo presente o Arcebispo acompanhado do seu secretário e de alguns sacerdotes. Em 16 de janeiro de 1925, identificamos que uma comissão dos centros operários estava entre as demais representações políticas que foram dar as boas-vindas ao visitador apostólico do Papa Pio XI na estação da *Great Western* da capital paraibana. Já em novembro desse mesmo ano, uma comissão das associações operárias estava entre as que se dirigiram ao cais do Varadouro para recepcionar Dom Adauto quando de seu retorno da terceira viagem realizada a Roma. (Jornal *A Imprensa*, 17/05/1924; 17/01/1925 e 04/11/1925).

sua jornada diária de trabalho, bem como em comissão a ser dirigida ao presidente do estado com as reivindicações propostas. Parece-nos que a preocupação da Igreja Católica da Paraíba frente ao socialismo, entendido como um desdobramento do liberalismo e do anarquismo, se tornava mais evidente, já que *A Imprensa* publicou em primeira página a matéria com o título “Evolução Socialista - A obra negativa do socialismo atheu, sem religião, sem família e sem propriedade”, em 09 de outubro daquele mesmo ano, onde consta:

Alça o collo, dia a dia mais audaz, a perigosa serpe do anarchismo. Diffundida, ensinada á luz meridiana, na praça publica, nos clubes e na imprensa, sob a bandeira complacente de um liberalismo criminoso e incongruente, o anarchismo, de generescencia do socialismo, tornou-se uma potencia inexpugnável. Hoje, todos lamentam as suas conseqüências perniciosas, sem, entretanto, apontarem os responsáveis por tão lamentáveis desastres que vêm chamando a atenção universal. O grito de alarme deu-o em tempo de Leão XIII, o eminent doutor, chamando para a questão social a atenção dos príncipes e governantes. Clamou no deserto, mas não tardou a desabalar-se a tempestade predita. Luziu o clarão sinistro dos incendios e vibrou a picareta da demolição, creando-se a desordem e o desrespeito ao direito e ás instituições. Ninguem pode mais duvidar da gravidade do momento que atravessa o mundo inteiro, uma angústia inaudita e, parece, irremediável. O mal já vai muito fundo e universalizou-se. (...). (Jornal *A Imprensa*, 09/10/1919).

O discurso segue chamando atenção de que, para essa “evolução socialista”, foi contribuinte o congresso marxista de 1889, onde estiveram reunidas delegações operárias da Europa e da América que terminaram por ecoarem os gritos “Proletários de todos os países uni-vos!” e “O mundo é nosso, dê no que der”, que inspiraram a revolução social.¹⁹ Dizia ainda o artigo que a lição do socialismo na América datava de bastantes anos, apresentando, por fim, a preocupação que as autoridades brasileiras deveriam ter frente a esse “mal moderno”, como segue:

No Brasil frio e retractario ao ódio e a effusão de sangue já se levanta, infelizmente, a cabeça da hydra sanguesedenta. Para honra nossa, - Deus louvado, - a cerebrina corrente anarchica não se abrem espíritos

¹⁹ O Congresso Internacional dos Trabalhadores de Paris (14 de julho de 1889), que reuniu delegações de vinte países, fundou a Segunda Internacional Socialista como uma continuidade dos trabalhos da dissolvida Primeira Internacional, embora excluindo o ainda poderoso movimento anarco-sindicalista. Entre as suas principais ações, estão a declaração do 01 de maio como Dia Interncional dos Trabalhadores e a campanha internacional para a jornada de oito horas de trabalho.

brasileiros. Mas ahi estão, de norte a sul, os emissários da derrocada moderna, a peitar a nossa ingenuidade e a explorar os nossos elementos. É mister que não se illudam as honradas classes de trabalhadores nacionaes. A política sem escrúpulos de homens do pais e a ambição de estrangeiros piratas por ahi andam a explorar. Isso já o comprehendeu o nosso governo e é o echo de nossa imprensa patriótica, que não da desmoralizada, da venal e da vermelha. É mister que o governo lance as suas vistas para esse perigoso estado das coisas. O governo da União e os dos Estados. (Jornal *A Imprensa*, 09/10/1919).

A matéria reporta uma postura de recusa por parte dos “ingênuos” brasileiros aos ideais anarquistas, contudo destaca que, de norte a sul, os “emissários da derrocada moderna” já influenciam os trabalhadores do país e que os governos da União e dos estados passassem a se preocupar com “esse perigoso estado das coisas”.

Deste modo, notamos que na Paraíba essa preocupação para com a influência das ideias socialistas sobre o operariado local foi empreendida, sobretudo, pelo clero. Foi nesse sentido, por exemplo, que o arcebispo Dom Adauto²⁰ presidiu uma reunião da Congregação da Doutrina Cristã no palácio episcopal, em 08 de junho de 1920, onde determinou as novas diretrizes quanto à catequese do operariado, orientando que

O operário, mais do que nunca, deve ser hoje objeto de todos os cuidados do pároco e dos que têm cura d’almas, para que se não deixe ele arrastar nessa corrente de anarchia e de desordem em que o desejam meter. No campo, nas fábricas, nas oficinas, em toda parte, fará muito bem o ministro de Deus pregando ao operário a verdadeira doutrina social e incutindo no seu espírito o cumprimento exato do dever. (Jornal *A Imprensa*, 10/06/1920).

Essa inquietação da Igreja Católica com as influências do socialismo no meio operário parece ter seguido uma dinâmica nacional, o que se pode perceber pela Carta Pastoral Colectiva “Sobre os males actuaes da sociedade”, emitida pelo episcopado das cinco províncias eclesiásticas do norte do Brasil, em 15 de agosto desse mesmo ano.²¹

²⁰ Dom Adauto nasceu em Areia – PB, em 30 de agosto de 1855, e era filho do coronel Idelfonsiano de Miranda Henriques e Laurinda Esmeralda de Sá de Miranda Henriques, proprietários do Engenho Buraco. Segundo Lima, “(...) foi filho, neto e bisneto de senhores de engenho”, o que deixou marcas profundas na sua personalidade. Após ser alfabetizado por sua mãe, estudou até os dezenove anos em sua cidade natal, quando partiu para a Europa onde fez o Curso de Humanidades no Seminário de S. Sulpício em Paris (1875-1876), o curso Superior em Teologia e o Doutorado em Direito Canônico no Colégio Pio Latino-American, em Roma (1877-1882). Ordenou-se padre em 1880 e voltou para o Brasil em 1882, sendo nomeado professor no Seminário de Olinda, onde permaneceu até 1894, quando assumiu o bispado da Paraíba, onde foi arcebispo de 1914 a 1935 (FERREIRA, 1994, p. 65-64).

²¹ “Mandamos que esta Nossa Carta Pastoral, dividida em três partes, seja lida à estação da Missa Conventual em todas as Matrizes e Capellas de Religiosos e Congregados, devendo depois ser archivada na forma do estylo. Dada e passada nesta Cidade de Salvador, aos 15 de agosto, festa da Assumpção de Nossa Senhora, do anno de 1920”. Ela foi assinada por: Jeronymo, Arcebispo da Bahia; Santino, Arcebispo

Esse foi o primeiro documento católico divulgado pelas paróquias da diocese paraibana que apresentou sistematicamente a condenação ao socialismo e às suas variantes, em dezessete das suas quarenta e quatro páginas dedicadas exclusivamente à questão operária e aos cuidados para com esta.²²

Depois de apresentar os “males atuais da sociedade”, dentre os quais o anarquismo e o socialismo, a carta chama a atenção para a “má imprensa” como um dos meios que instigava a revolução social, cujos dois grandes prejudicados seriam a família e o operariado, sendo estes as principais “vítimas dos pregueiros da reforma social”. Tendo por base as discussões em torno da *questão social*, o texto diz que

Para solução de tão grave problema, além da escola liberal, com os seus diversos grupos de phisiocratas, apregoando a liberdade como remédio único dos problemas sociaes, **apresenta-se o socialismo, multiplicando-se em várias formas, desde o comunismo, o collectivismo, até o maximalismo e o bolchevismo, sua derradeira feição.** (...) E, com o fim de levar a cabo a sua obra de uma falsa melhoria social, taes systemas se propõem a realizar o impossível: a igualdade social, a abolição da propriedade privada e a nacionalização de todos os bens do homem, com o que suppõem nivelar a felicidade humana e fazer desaparecer a pobreza da face da terra. Então, aguçando no operariado o ódio contra os ricos, os industriais, os proprietários, o seduzem mediante promessas illusorias e irrealizáveis e o arrastam para o abysmo das revoluções. (HENRIQUES et al, 1920, p. 29). (Grifos nossos).

A Carta Pastoral considerava o socialismo, o comunismo, o coletivismo, o maximalismo e o bolchevismo como um conjunto de teorias que, cada vez mais, se apresentava à sociedade brasileira através, principalmente, da “má” imprensa. Talvez na Paraíba, a divulgação de tais ideias também vinha se verificando por esse meio, já que Araújo (1986, p. 59-60) destaca que a Associação dos Empregados no Comércio passou

de Belém; Adauto, Arcebispo da Paraíba; Sebastião, Arcebispo de Fortaleza; Sebastião, Arcebispo de Olinda Recife; Fr. Amando, Bispo Titular de Argos, Prelado de Santarém; Manuel, Bispo de Maceió; José, Bispo de Aracajú; Augusto, Bispo da Barra; Octaviano, Bispo do Piauí; Manuel, Bispo de Caetité; Moisés, Bispo de Cajazeiras; Manuel, Bispo de Ilhéus; Quintino, Bispo do Crato; José, Bispo de Pesqueira; Antônio, Bispo de Natal; José, Bispo de Sobral; João, Bispo do Amazonas; Jonas, Bispo de Penedo; Helvécio, Bispo do Maranhão; João, Bispo de Garanhuns; Ricardo, Bispo de Nazareth. (HENRIQUES et al, 1920)

²² Esse empenho da Igreja Católica em “educar” o operário da capital paraibana parece ter sido contínuo, pois o jornal *A Imprensa* de 12 de novembro de 1921 tece elogios à iniciativa do Dr. Mateus de Oliveira em promover uma série de conferências de orientação cristã para o operariado paraibano, no concernente às suas reivindicações sociais. Já em 09 de dezembro de 1924, a convite de Mário Viana, superintendente da Fábrica Rio Tinto, o Arcebispo paraibano acompanhou-se dos padres Gentil de Barros (vigário de Serraria) e Artur Costa (coadjutor de Mamanguape) em visita ao centro industrial dos Lundgren que havia sido inaugurado naquele ano. (Jornal *A Imprensa*, 12/11/1921 e 11/12/1924)

a manter o jornal semanário *A Tribuna* em 1918, e a Sociedade dos Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, o jornal *Nordeste Operário* a partir de 1920.²³

Essa orientação por parte de Dom Adauto sobre a “boa” e a “má” imprensa era algo que já vinha sendo posto desde o Primeiro Congresso dos Jornalistas Católicos (1910) e que culminou com a sua Carta Pastoral *Do Nosso Dever para com a Imprensa* (1918). No contexto dos primeiros anos da década seguinte, foi então realizada na capital do estado, no dia 06 de maio de 1921, a Festa da Boa Imprensa como parte das campanhas de orientação à sociedade sobre o que ela deveria consumir enquanto leitura. O evento foi organizado por um grupo de mulheres tendo à frente as professoras Julita e Noêmia Ribeiro, e cujos patronos foram: o prefeito da cidade Guedes Pereira; o chefe de polícia Demócrito de Almeida; o desembargador Heráclito Cavalcanti; o Major Adolfo Massa; o procurador-geral do Estado José Américo de Almeida; os coronéis Benjamim Fernandes e Elvídio de Andrade; e o chefe do Serviço de Defesa do Algodão João Maurício de Medeiros.

Tendo como palco o Teatro Santa Roza, a festa contou com as presenças dos representantes do arcebispo metropolitano e do presidente do Estado e “(...) um público que lotou os camarotes, frisas, cadeiras e gerais”, e cujo ponto máximo foi o seu terceiro momento que consistiu na peça de D. Amélia Rodrigues “No Campo da Imprensa”, focalizando “(...) a luta entre a boa e a má imprensa e o triunfo da boa imprensa pela ação do anjo do Brasil contra a má imprensa.” (Jornal *A Imprensa*, 11/05/1921). Vemos que estiveram à frente dessa festa os representantes das classes dominantes paraibanas (intelectuais, poderes públicos e a Igreja Católica), cujo objetivo era fazer com que a sociedade descartasse as leituras relacionadas aos “males da modernidade”, dentre os quais cabe destacar o mais recente aparecido: o socialismo.

Essa ação da Igreja com relação à “boa e a má imprensa” também dizia respeito à publicação de livros por intelectuais paraibanos de formação anticlerical. Foi nesse sentido que o Jornal *A Imprensa* de 16, 23 e 30 de setembro de 1920, publicou três artigos do Cônego Pedro Anísio criticando o livro de Álvaro de Carvalho “Ensaio de Crítica e Estética – Esboço de uma Lição de História”, refutando-o pelas severas críticas feitas à Igreja Católica ao longo da História. Em 13 de abril de 1921, o semanário católico registra

²³ Essa autora conjectura que o Jornal *União Operária* da Associação Proletária União Operária Beneficente, fundada em 1919, também é do início da década de 1920: “(...) mensário que deduzimos ter sido fundado em 1921, a partir da edição de 12 de outubro de 1932, que diz ‘Ano XII’.” (ARAÚJO, 1986, p. 231)

a publicação do livro do padre Florentino Barbosa “Metafísica versus Fenomenismo” como resultado de uma polêmica travada, havia pouco tempo, entre o autor e o intelectual paraibano Dr. Alcides Bezerra. Já em 23 de maio de 1922, esse jornal publicou editorial criticando severamente a revista “A Novela”, publicada na Paraíba, por seu caráter anticlerical. Nesse mesmo sentido, o jornal trouxe na seção “Comentos” e assinado por “A” um artigo de crítica ao livro “Ensaios e conferências” de José Euclides, em 09 de agosto do mesmo ano (LIMA, 2007, p. 184, 196 e 234). Também de 1922, é o periódico *O Além*, primeiro jornal da Federação Espírita Parahybana, fundado por um grupo de adeptos para divulgação da doutrina correspondente. Já *O Evangelizador*, da Igreja Presbiteriana, é um jornal protestante que foi editado em 1923. (ARAÚJO, 1986, p. 251)

Tendo em vista essa campanha, o jornal católico transferiu suas oficinas para a Confederação Católica, um prédio melhor adaptado, melhorou seu maquinário e se tornou bi semanário a partir de julho desse ano. (Jornal *A Imprensa*, 20/07/1921 e 27/07/1921)

A ação constante da Igreja em orientar sobre o que a sociedade deveria ler, não impediou, contudo, que surgisse uma fomentação literária esquerdizante por parte de alguns jovens intelectuais paraibanos. Para Mello (2001, p 176), as ideias de revolução social somente começaram a ganhar espaço a nível teórico “(...) em razão da fermentação jornalística e literária que, então na cidade da Parahyba, acompanhava o Movimento Modernista, impulsionado pelo jornal *A União* e pela revista *Era Nova*, à sombra da presidência Solon de Lucena (1920-1924)”²⁴ Foi na sequência desse processo que Antônio Bôtto de Menezes, por exemplo, fundou o jornal vespertino *O Combate* em meados de 1923, tendo entre seus colaboradores os jovens idealistas Mário Pedrosa, Ademar Vidal e Antenor Navarro, cujas matérias sempre se referiam ao que eles consideravam como positividades da revolução proletária da Rússia.²⁵ Joffily (1979, p.

²⁴ Revista quinzenal, ilustrada e em papel couchê, fundada por Severino Lucena, filho do então presidente do estado Solon de Lucena, em 27 de março de 1921. De perfil literário, quase nunca criticava, trazendo um noticiário que se limitava mais ao social. Circulou de 1921 a 1926, saindo 100 números. Teve como principais colaboradores: Coriolano de Medeiros, Américo Falcão, Abel da Silva, Celso Mariz, Carlos Dias Fernandes, S. Guimarães Sobrinho, Ademar Vidal, Jonas Montenegro, Alfredo Silveira, Juvenal Coelho, Sá e Benevides, Mathias Freire, Vicente Falcone, Rocha Barreto, Elpídio de Almeida, Diógenes Caldas, Lauro Montenegro, Flávio Maroja, Álvaro de Carvalho, Joaquim Inojosa (escritor considerado coordenador do movimento modernista na Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), José Lins do Rego, Olívio Montenegro, Amelinha Theorga, Silvino Olavo, Silvino Lopes, Assis Vidal, Mardokêo Nacre, Analice Caldas, Leonardo Smith, Peryllo de Oliveira (poeta modernista), João da Matta, Silva Lobato, Matheus de Oliveira, Oscar de Castro, Antônio Freire, Eudes Barros, Antenor Navarro, Nelson Lustosa, Samuel Duarte, Manuel Otaviano, Antônio Bôtto de Menezes, dentre outros. (ARAÚJO, 1986, p. 144-146)

²⁵ Segundo Araújo (1986, p. 61), o jornal *O Combate* começou como órgão oficioso, passando a veículo de oposição governista desde o momento que Antônio Bôtto rompeu com o presidente da Paraíba, João Suassuna (1924-1928).

159) diz que é de Antenor Navarro o artigo “A Rússia Revolucionária”, publicado nesse jornal em 29 de janeiro de 1924.

Conforme Joffily (1979, p. 159), outro periódico que dedicou atenção positiva à Rússia revolucionária, foi *O Jornal*.²⁶ Em 1924, a morte de Lênin mereceu seus comentários em dois de seus artigos que enalteceram a revolução, bem como o papel do “grande chefe”. Dizia o primeiro que:

Fez-se, ademais, em torno da revolução moscovita, tal campanha de exagero, de descrédito, de mentira, de difamação, que ainda hoje não têm dela, geralmente, uma noção nítida mesmo a que a supõem ter. Lenine foi um bravo. A sua vida foi um combate ininterrupto contra a prepotência e o despotismo. A sua energia varonil cedeu o absolutismo dos Romanoff e o evangelho de suas idéias criou uma Rússia nova e liberta. Wlademir Lenine é um nome que não se apaga e passará vitoriosamente aos pósteros. As más doutrinas fizeram correr muito sangue, mas esse sangue medrou a árvore da liberdade entre os slavos e redimiu muitos males. A memória de Lenine pode ser amaldiçoada, mas o seu nome há de viver onde se pensar em reivindicações, em liberdade e equiparação social. (...). (*O Jornal*, 25/01/1924 Apud JOFFILY, 1979, p. 159).

No dia seguinte, esse jornal trouxe o segundo artigo no mesmo sentido:

A morte de Wladimir Lenine foi o maior acontecimento da semana. O famoso pontífice do Sovietismo chegou, enfim, ao término de sua penosa jornada. Mil vezes apregoada a sua morte, que mil vezes foi também desmentida. Mas, o admirável agitador tinha que ceder às leis fatais do destino e, como todos os homens, passar à vida subjetiva. Passou, deixando sulcos indeléveis de heroísmo, em que se não apagarão ao decorrer dos anos. (*O Jornal*, 26/01/1924 Apud JOFFILY, 1979, p. 159).

Ainda de acordo com Joffily (1979, p. 160), no início da década de 1920, o regime soviético começou a atrair a atenção dos jovens paraibanos “(...) da classe média e até entre os oriundos da burguesia, o desenvolvimento intelectual aguça a sensibilidade e torna irresistível a fascinação pela justiça social.” Assim, foi essa arregimentação de uma pequena juventude na capital do estado que possibilitou surgir o Partido Comunista do Brasil na Paraíba.

²⁶ *O Jornal*, de propriedade de Joaquim Pessoa de Albuquerque, mas dirigido por Otacílio de Albuquerque, circulou entre 1923 a 1926. Esse diário político teve em sua redação figuras como Rodrigues de Carvalho, Severino Ayres, Joaquim Ribeiro, sendo os principais expoentes João Dantas e João da Matta. (ARAÚJO, 1986, p. 61)

Apesar de não existirem maiores registros sobre a fundação do PCB paraibano, Severino Ribeiro (apud PORFÍRIO, 2003, p. 26) diz que foi um dos pioneiros desse partido e que a sigla foi fundada na capital do estado em 25 de março de 1922, data essa a mesma do I Congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil em Niterói - RJ. Severino Ribeiro relata ainda que a primeira direção do PCB paraibano foi composta por: Manoel Luiz Dias Paredes, secretário político; Manoel Ferreira de Castro, secretário de organização; Luiz Fonseca, secretário de divulgação e propaganda; Martiniano Barbosa, secretário sindical; e José Leandro, secretário de finanças.²⁷

Sobre a presença das ideias comunistas em Campina Grande, Câmara (1998, p. 147) mostra que elas vinham sendo propagandeadas desde 1927. “Naquele ano a sociedade União Geral dos Trabalhadores funcionava numa casa da rua do Progresso e, dirigida por alguns mecânicos e pedreiros de Recife, era ostensivamente marxista de cujas idéias faziam aberta propaganda.” Nesse mesmo sentido, Eurípedes Floresta de Oliveira (apud MENDES FILHO, s.d) disse que naquela cidade “(...) em 1926/27, já atuavam grupos comunistas que dirigiam o Sindicato Geral dos Trabalhadores. Organicamente, ele era dividido, nas reuniões cada categoria levantava a sua bandeira: pedreiro, ferreiro, carpinteiro, sapateiro, alfaiate, (...).”²⁸

Contudo, os parcós registros de que dispomos, indicam que o PCB da Paraíba, do ponto de vista numérico e organizacional, era disperso e sem muita influência na sociedade ao final da década de 1920. Tanto é que, nas eleições presidenciais de março de 1930, o candidato do Bloco Operário Camponês, Minervino de Oliveira, obteve “(...) apenas vinte e um sufrágios, todos restritos à capital (...).” (MELLO, 2001, p. 178)

Ainda durante a década de 1920, a Igreja paraibana empreendeu outras ações romanizadoras que faziam com que a sociedade, não só da capital mais também do interior do estado, tomasse conhecimento sobre o que ela considerava como sendo os “males da modernidade”. Dentre tais ações, cabe destacar as Cartas Pastorais dirigidas aos párocos locais que as liam durante as missas, como descrito anteriormente, bem como as Visitas Pastorais, que eram práticas comuns do episcopado brasileiro. Por meio destas,

²⁷ Severino Ribeiro foi um antigo militante comunista que morreu no PCdoB com quase noventa anos de idade, em 1986, deixando essas impressões sobre a fundação do PCB em uma entrevista gravada pelo jornalista João Batista Barbosa. (PORFÍRIO, 2003, p. 26)

²⁸ Eurípedes de Oliveira se tornou a principal liderança do integralismo em Campina Grande entre 1933 e 1937, realizando palestras, falando em comícios, escrevendo artigos e catequizando adeptos. (SYLVESTRE, 1993, p. 202)

(...) os bispos conheciam geograficamente as suas dioceses, os trabalhos realizados pelos padres e a situação pastoral e administrativa da Igreja nas diversas paróquias, sobretudo no interior. Objetivavam as *Visitas Pastorais* expandir a doutrina cristã e balizar, por meio de ensinamentos, o que deveria ser o modo de proceder da Igreja Católica em seu aspecto religioso e organizacional. (DIAS, 2008, p. 114).

Nesse sentido, essas visitas faziam parte das estratégias da Igreja para a romanização da sociedade brasileira, uma vez que apresentavam um caráter disciplinar e fiscalizador das atividades e comportamentos do clero e de seus fiéis. De acordo com Ferreira (1994, p. 214), Dom Adauto seguiu essa orientação do episcopado nacional e “(...) nos primeiros anos do seu bispado (1894-1910), visitou praticamente quase todas as sedes de paróquias da diocese da Paraíba, passando vários meses fora de sede do bispado.”

Conseguimos identificar que tais visitas continuaram sendo uma prática corrente durante a década de 1920, quando Dom Adauto vistoriou anualmente as diversas e longínquas paróquias de sua diocese, como descrito no quadro que segue:

QUADRO IV – VISITAS PASTORAIS NA PARAÍBA (1921-1929)

ANO	MÊS	FREGUESIAS (MATRIZES E CAPELAS)
1921	Agosto a setembro	Teixeira, Taperoá, São João do Cariri, Cabaceiras, Soledade, Pedra Lavrada e Picuí
	Novembro	Areia
1922	Dezembro	Alagoa do Monteiro, São Tomé, São Sebastião do Umbuzeiro e Camalaú
1923	Dezembro	Alagoinha e Guarabira
1924	Janeiro	Serraria, Borborema e Pilões
	Outubro	Bananeiras e Arara
	Novembro	Alagoa Grande e Sapé
1925	Janeiro	Santa Rita
	Fevereiro	Itabaiana e Caiçara
	Março	Espírito Santo, Mogeiro e Fagundes
	Abrial	São Miguel do Taipú
	Fevereiro	Jacaraú (Freguesia de Mamanguape)
	Março	Freguesia de Nossa Senhora das Neves e Freguesia de Lourdes

1926	Novembro	Lagoa do Remígio, Esperança e Cabedelo
	Dezembro	Pirpirituba
1927	Novembro	Alagoa Nova
	Dezembro	Umbuzeiro, Natuba e Aroeiras
1928	Janeiro	Teixeira, Desterro e Imaculada
	Agosto	Campina Grande
1929	Outubro a Novembro	São Sebastião do Umbuzeiro, Camalaú, Alagoa do Monteiro, São Tomé, São João do Cariri, Serra Branca, Serra Redonda e Ingá

FONTE: (LIMA, 2007, p. 190-473) Quadro elaborado pelo autor do texto.

Durante as visitas, que geralmente duravam entre três ou quatro dias, as programações incluíam pregações catequéticas durante as celebrações de missas e várias práticas sacramentais, como confissões, crismas, comunhões e casamentos dos fiéis. Desse modo, elas se tornaram um grande empreendimento administrativo e pastoral durante os anos 1920, já que por meio delas o arcebispo tanto regraria o funcionamento de suas paróquias como procuraria disciplinar a sociedade.²⁹

De acordo com Gurjão (1994, p. 143), o movimento operário na Paraíba voltou a viver um crescimento na década de trinta, assumindo sua maior intensidade em 1935, quando então se efetivou a presença do trabalhador urbano no cenário político estadual em movimentos de resistências frente às condições precárias de vida às quais estava submetido. Sobre o crescimento da indústria paraibana e do seu contingente operário nos anos 1930, vejamos o quadro abaixo:

QUADRO V – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAS E DE OPERÁRIOS NA PARAÍBA (1920 e 1940)

1920		1940	
Estabelecimentos	Operários	Estabelecimentos	Operários
251	3.035	737	13.210

FONTE: GURJÃO, 1994, p. 144.

²⁹ A Diocese de Cajazeiras no sertão da Paraíba, cujo Bispo era Dom Moisés Coelho, passou a editar um periódico de orientação católica a partir de 16 de novembro de 1924, circulando semanalmente às quintas-feiras. Tratava-se do jornal *Rio do Peixe*, sob a direção do Dr. Ferreira Júnior e tendo como redator-chefe o Dr. Cristiano Cartaxo e redator-gerente, o professor Hildebrando Leal. O *Rio do Peixe* circulou entre os anos de 1930-1940, em toda a região do alto sertão paraibano. Entendemos que esse periódico também foi contribuinte para a Igreja Católica romanizar a sociedade paraibana.

Segundo Gurjão (1994, p. 116), no mês seguinte à vitória da “Revolução” de outubro de 1930, a interventoria paraibana promoveu um Congresso Operário, cuja finalidade foi debater a *questão social* e colher sugestões para a solução dos problemas do operariado. Essa autora diz ainda que a relação entre a interventoria de Antenor Navarro (1930-1932) e as lideranças operárias foi relativamente amistosa, tendo contribuído para isso o culto à memória de João Pessoa que, de certa forma, unia o operariado ao projeto político do governo paraibano e, assim, as lideranças operárias passaram a depositar confiança na obra renovadora.³⁰

Essa relação de aproximação entre o operariado e o Estado pode ser notada ainda quando da chegada do recém-empossado interventor Gratuliano Brito (1932-1934) ao porto de Sanhauá, já que, na ocasião, um dos discursos de boas-vindas foi o de José Marques, que falou em nome do operariado paraibano (Jornal *A Imprensa* 15/12/1932). Entendemos que essa relação “amistosa” entre Estado e trabalhadores deve ser compreendida como parte das táticas desenvolvidas por estes últimos que, tendo em vista o quadro de repressão estabelecido durante a década de 1920, se voltou para o campo das negociações.

Nesse sentido, identificamos que em janeiro e abril de 1931, a interventoria da Paraíba, em consenso com o corporativismo varguista, procurava estimular os trabalhadores a se registrarem no Ministério do Trabalho e difundia os benefícios apresentados pela nova legislação (Jornal *A União*, 17/01/1931 e 14/04/931).³¹ Todavia, encontramos registros de que esta legislação não era cumprida na Paraíba e, quando ocorria a prática de alguma das leis decretadas, limitava-se às indústrias de grande porte:

³⁰ Cabe lembrar também, como já mencionado antes, que Antenor Navarro havia sido um dos admiradores do socialismo que estava sendo posto em prática na URSS, tendo publicado artigos nesse sentido nos anos 1920. Segundo Mello (1992, p. 102), Navarro saiu da “Revolução” de 1930 convertido em “amigo das classes proletárias”, conseguindo a adesão, inclusive, de lideranças operárias.

³¹ A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro de 1930, foi uma das primeiras iniciativas do governo implantado no Brasil no dia 3 daquele mesmo mês sob a chefia de Getúlio Vargas. O “ministério da Revolução”, como foi chamado por Lindolfo Collor, o primeiro titular da pasta - surgiu para concretizar o projeto do novo regime de interferir sistematicamente no conflito entre capital e trabalho. Durante a gestão de Lindolfo Collor (1930-1932), o ministério conheceu intensa atividade legislativa, referente, sobretudo à organização sindical e aos direitos trabalhistas, e esboçou as linhas-mestras de sua atuação nos anos seguintes. No campo da organização sindical, Lindolfo Collor declarava explicitamente que concebia os sindicatos como um instrumento para mediar o conflito entre empregados e patrões. Seu objetivo era trazer as organizações sindicais para a órbita do novo ministério, de forma que elas passassem a ser controladas pelo Estado. No que se refere à questão dos direitos trabalhistas, o regime procurava atender algumas reivindicações históricas do proletariado, ao mesmo tempo em que construía todo um discurso ideológico sustentado na ideia da outorga dos direitos dos trabalhadores pelo Estado. Esse projeto foi intensamente criticado pelos grupos de esquerda, que denunciavam seu caráter corporativista e diluidor dos conflitos entre capital e trabalho. Por conta disso, nos primeiros tempos, somente os sindicatos das categorias com menor tradição organizativa aceitaram se enquadrar nas condições exigidas pelo Ministério do Trabalho para que fossem oficialmente reconhecidos (GOMES, 2005, p. 164).

“Em nosso Estado (e honra nos seja: não estamos sós na desídia) só se beneficia da lei os ferroviários da Great Western e os empregados da Empresa de Tração, Luz e Força. Fica, assim, uma funda desigualdade de condições entre cooperadores de empresas congêneres”. (Jornal *A União*, 07/07/1933).

Por seu turno, a Igreja Católica continuava caminhando no sentido de “desmaterializar” o operariado paraibano, sendo mais um dos meios dessa ação a União dos Moços Católicos da capital.³² Uma das atitudes dessa associação com esse propósito pode ser notada quando, em 13 de maio de 1931, ela realizou uma sessão presidida pelo Cônego João de Deus em comemoração ao 5º aniversário de sua fundação, onde estiveram presentes, além dos representantes do governo e da polícia estadual, as representações operárias, sendo que “A nota de destaque da sessão foi a conferência do Dr. Murilo Coelho ‘O Catolicismo e o Operariado’” (Jornal *A Imprensa*, 16/05/1931).³³

A estratégia dessas ações da Igreja se baseava em procurar sempre envolver os trabalhadores nas programações religiosas, ao mesmo tempo em que continuava a providenciar a sua inserção nas associações que representavam esses trabalhadores. Nesse sentido, identificamos que a Igreja esteve presente durante as festividades do 50º aniversário da Sociedade dos Artistas, Operários Mecânicos e Liberais, em 11 de setembro de 1931. Pela manhã, o próprio arcebispo realizou, na Igreja do Carmo, uma missa em sufrágio das almas dos sócios falecidos. Já à noite, Dom Adauto presidiu uma sessão na sede da Sociedade Mecânica, onde se procedeu à aposição de um crucifixo, que tinha sido presente da União dos Moços Católicos de João Pessoa, discursando por ocasião o Assistente Eclesiástico dessa associação, o Cônego João de Deus. Em seguida, falou Francisco de Assis, presidente da Mecânica, agradecendo a imagem recebida e, ao final da sessão, procedeu-se à inauguração do retrato do presidente João Pessoa, sendo orador oficial dessa solenidade o sócio Mardoqueu Nacre.³⁴ (Jornal *A Imprensa*, 10/09/1931).

Com essa mesma finalidade, em 10 de outubro de 1932,

³² A União dos Moços Católicos foi fundada na capital em 02 de maio de 1927, filiada à sua congênere de Belo Horizonte, com a finalidade de arregimentar a mocidade paraibana para a defesa dos ideais dentro das linhas do catolicismo. Além da capital, sua ação se estendeu a outros municípios do estado: Areia, Campina Grande, Alagoa Grande (20/11/1927), Esperança (21/07/1928), Bananeiras (28/09/1930), Santa Rita (10/04/1932) e Guarabira (03/07/1932). (Jornal *A Imprensa*, 08/05/1927)

³³ Grande parte do operariado da capital paraibana era de tradição católica e mantinha relações estreitas com a Igreja Católica, que se dizia defensora da *questão social* voltada aos trabalhadores. Talvez por essa razão “representantes das classes proletárias” tenham constado entre as várias visitas que foram parabenizar Dom Adauto, em 30 de agosto de 1933, por ocasião de seu aniversário. (Jornal *A Imprensa*, 01/09/1933)

³⁴ Durante as celebrações, o Arcebispo se achava ladeado do Tenente-Coronel Elísio Sobreira, representante do interventor Antenor Navarro. (Jornal *A Imprensa*, 10/09/1931).

O Sr. Arcebispo Coadjutor, D. Moisés Coelho, profere às 7 da noite, na Matriz de Santa Rita, uma conferência para os operários daquela cidade, abordando os assuntos prementes da vida operária moderna, analisando os tristes efeitos do nosso liberalismo econômico à luz da doutrina social da Igreja. Terminou fazendo um apelo às forças operárias, para a sua arregimentação dentro do programa de reivindicações que lhe traça a Igreja. (LIMA, 2007, p. 574)

O público específico dessa conferência de Dom Moisés Coelho nos faz perceber como andavam as preocupações da Igreja Católica paraibana frente à materialização do operariado no início da década de 1930.³⁵ Com igual intenção foi realizada outra conferência no Teatro Santa Roza, em 25 de junho de 1932, ministrada pelo tenente Severino Sombra, presidente da Legião Cearense do Trabalho, onde o mesmo defendeu “(...) os direitos cristãos do trabalhador e criticou as ideologias que procuravam resolver o problema social à luz do materialismo.” (LIMA, 2007, p. 561).³⁶ É interessante observar que, no início de sua fala, o conferencista foi aparteado pelos comunistas chefiados por Orris Barbosa e João Santa Cruz³⁷, o que demonstra as relações de poder então estabelecidas entre os que falavam em nome da ordem instituída e os que se contrapunham a ela.

Apesar de toda retórica do governo e da Igreja Católica, nenhuma ação foi efetivamente posta em prática no sentido de estender a legislação trabalhista aos trabalhadores da Paraíba e as suas condições de vida continuaram agravadas. Porém, o

³⁵ A Igreja também entendia que outra estratégia muito eficaz na catolicização da sociedade seria a prática do ensino de religião nas escolas da Paraíba. Assim, ela passou a empreender forte campanha no sentido de fazer valer na Paraíba o Decreto Federal nº 19.914, de 30 de abril de 1931, que facultara o ensino religioso nas escolas públicas do país. O Jornal *A Imprensa*, de 14 de janeiro de 1932, publicou o editorial sob o título “A Paraíba quer a execução do decreto federal de 30 de abril”, que cobrava do interventor estadual providências nesse sentido, já que o mesmo ainda não pusera o decreto em prática. Ainda em 29 de janeiro desse ano, Dom Adauto publicou a Carta Pastoral “As vantagens do Ensino religioso”, que foi noticiada na íntegra no jornal católico de 02 de fevereiro. Seis meses depois, o governo do estado regulamentou o decreto e a Igreja passou a atuar em mais uma frente no combate à materialização do operariado. (Jornal *A Imprensa*, 14/01/1932; 02/02/1932 e 03/08/1932) Contudo, esse jornal comenta em um tópico a atitude de Samuel Duarte e Vasco Toledo que, no conclave do Partido Progressista, impugnaram o ensino religioso facultativo nas escolas. (Jornal *A Imprensa*, 21/04/1933)

³⁶ A Legião Cearense do Trabalho foi uma entidade partidária sindical de inspiração fascista que surgiu em 1931 atuando até 1937, no Estado do Ceará. A entidade tinha o caráter católico, antiliberal e anticomunista. O jornal *A Imprensa* de 25 de agosto de 1922 registra um telegrama de Odon Bezerra agradecendo a sua aclamação para presidente da Legião Paraibana do Trabalho, instituição organizada na Paraíba à feição de sua congênero cearense, fundada pelo Tenente Severino Sombra.

³⁷ No contexto da reconstitucionalização de 1932, João Santa Cruz passou a integrar os quadros do Partido Comunista do Brasil na Paraíba, se tornando a maior liderança das esquerdas no estado até meados do século XX. Sobre sua aproximação com o marxismo, Barbosa (1985, p. 30) diz que “Foi, seguramente, a partir dos anos trinta que mais se aprofundou nos estudos do marxismo, quando se tornou um ardoroso combatente antifascista, comandando, praticamente, todos os movimentos contra o integralismo, na Paraíba”.

operariado da capital partiu para uma ação mais efetiva em torno de mobilizar-se em prol de suas reivindicações: jornada de trabalho de 8 horas, lei de férias e a lei de acidentes de trabalho (Jornal *O Rebate*, 22/10/1932 e jornal *A União*, 09/11/1932). Essa ação operária pode também ser expressa pela criação de novos sindicatos que, somados aos já citados anteriormente, contribuíram para instigá-lo à luta reivindicatória pelas leis trabalhistas que não eram aplicadas. Pode-se dizer que, mesmo com a lei de sindicalização e a busca do interesse do Estado pela tutela dos sindicatos, uma leva de associações operárias foi se configurando no cenário político paraibano. Abaixo, segue a listagem dessas novas associações pela Paraíba afora com o seu número de sócios do ano de 1932.

QUADRO VI – SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES DE TRABALHADORES DA PARAÍBA (1930-1932)

DESIGNAÇÃO	SEDE	ANO	Nº SÓCIOS EM 1932
Centro Proletário Alberto de Brito	Capital	1930	74
Centro Beneficente dos Barbeiros	Capital	1930	43
Associação Proletária Beneficente João Pessoa	Capital	1931	103
Syndicato dos Graphicos	Capital	1931	158
Centro dos Trabalhadores	Capital	1931	92
União Geral dos Trab. de Transporte Marítimos e Porto	Cabedelo	1931	161
Syndicato dos Operários da Fábrica Tibiry	Santa Rita	1931	345
Centro dos Trabalhadores Barreirenses	Santa Rita	1931	72
Syndicato dos Auxiliares do Comércio	Guarabira	1931	108
União Operária Catholica	Campina Grande	1931	600
União dos Artistas e Operários	Patos	1931	46
Syndicato dos Auxiliares do Comércio	Capital	1932	279
União dos Estivadores	Cabedelo	1932	139
Syndicato Geral dos Trabalhadores	Campina Grande	1932	95

FONTE: GURJÃO, 1994, p. 149 e SANTANA, 1999, p. 223.

De acordo com Gurjão (1994, p. 149), a princípio esses sindicatos adotaram uma atitude conciliatória com o Estado, a exemplo das Associações Beneficentes, entretanto,

passaram a se mostrar mais independentes nos anos de 1934 e 1935, destacando-se o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil como o mais ativo e combatente.³⁸ A autora relata ainda que “Em março de 1935 foi fundada a Frente Única Sindical, a exemplo das que surgiam em todos os Estados do país. Funcionou na sede da Sociedade Mecânica e foi muito ativa, estimulando a criação de novos sindicatos e reforçando a luta dos operários”.

A organização do operariado paraibano, na primeira metade da década de 1930, também se evidencia pelos seus instrumentos culturais de luta, a exemplo dos jornais editados pelos próprios trabalhadores, como segue:

**QUADRO VII – JORNAIS EDITADOS PELOS OPERÁRIOS NA PARAÍBA
(1931-1940)**

TÍTULO	PERÍODO	PATROCINADOR
União Operária	1921-1933 ³⁹	União Operária Beneficente
A Voz Operária	1931-1935	Associações Operárias da Parahyba do Norte
A Alvorada	01/05/1933	Alliança Proletária Beneficente
O Norte Operário	12/10/1933	União Operária Beneficente
A Frente	01/05 a 01/08/1934	Alguns sindicatos de Campina Grande
O Clarim	1939 a 1940	Sociedade União Operária Beneficente “Elísio de Sousa”

FONTE: GURJÃO, 1994, p. 147 e Jornal *A União*, 1933.

Citando o exemplo do jornal *A Alvorada*, Gurjão (1994, p. 147) observa que estes periódicos davam ênfase, sobretudo, à necessidade da união dos operários, acenando para o socialismo de forma vaga e destituída de conteúdo e “apelavam, principalmente para o aperfeiçoamento moral, intelectual e o respeito às autoridades constituídas (...).” De acordo com essa autora, o editorial do *A Alvorada* também procurava advogar o direito à liberdade para os trabalhadores dentro da ordem e da lei (sem se tornarem subservientes),

³⁸ Até 1934, as relações entre as representações dos trabalhadores e a inteventoria eram amistosas, tornando-se tensas e até mesmo hostis a partir de então. Porém, simultaneamente, iniciava-se a repressão sobre os trabalhadores por meio de reiteradas ameaças da inteventoria àqueles que insurgissem contra a ordem estabelecida (GURJÃO, 1994, p. 150).

³⁹ Em 12 de outubro de 1936, esse jornal circulou em homenagem as comemorações do 17º aniversário da fundação da União Operária Beneficente (Jornal *A União*, 14/10/1936).

assim como defendia a Alliança Proletária Beneficente das acusações de subversiva frente às autoridades.⁴⁰

Em meio a esse contexto, a Igreja Católica continuava a efetivar suas ações na busca de “desmaterializar” o operariado paraibano através das associações assistencialistas, com destaque para a União dos Operários e Trabalhadores Catholicos, que já funcionava em João Pessoa desde 1915, e a União Operária Catholica, fundada em Campina Grande em 1931. Depois de 1933, esta última atuou em conjunto com a Sociedade Beneficente dos Artistas, que era administrada e financiada por integralistas, ”(...) realizando relevantes obras filantrópicas, distribuindo alimentos, vestimentas, ajuda em dinheiro e sustentando mais de 500 alunos em suas escolas”. (SANTANA, 1999, p. 231).

A reconstitucionalização do país permitiu a crescente participação do operariado na política paraibana por meio das mobilizações reivindicatórias e/ou formação de frentes partidárias. Durante o processo eleitoral para a Assembleia Nacional Constituinte, com eleições em 03 de maio de 1933, os comunistas paraibanos formaram a Liga Pró-Estado Leigo, uma coalizão também integrada por representantes de várias tendências políticas como liberais-radical, agnósticos, maçons, espíritas, protestantes, enfim, todas as correntes de pensamento que eram perseguidas pela Igreja Católica.⁴¹

Tendo em vista esse aumento da participação política dos operários da Paraíba, bem como o transcurso eleitoral vindouro, a Igreja Católica logo cuidou de fundar a junta estadual da Liga Eleitoral Católica, em dezembro de 1932. Seguindo as orientações de sua congênero nacional, a LEC tinha como principal objetivo propugnar pela vitória dos princípios cristãos nas próximas eleições.⁴² O jornal católico publicou uma nota sobre a atitude política dos católicos daquele momento:

⁴⁰ Apesar dessa efervescência, esses jornais operários tiveram efêmera duração e desapareceram após o levante comunista de 1935, quando seus redatores foram presos e torturados. (GURJÃO, 1994, p. 148) Destes periódicos, o mais combativo foi *A Voz Operária*, que reunia várias associações e que conseguiu tem maior periodicidade (1931 a 1935).

⁴¹ Para concorrer a esse pleito, a direção nacional do PCB tentou conseguir a sua legalização, mas seu registro foi negado. Foi então decidido que os comunistas do Brasil deveriam constituir frentes amplas que arregimentassem a sua representação eleitoral. (MELLO, 2001, p. 179) A Liga Pró-Estado Leigo não conseguiu êxito, obtendo apenas 412 votos, mas o PCB paraibano, apesar de ser muito pequeno, acumulou força e prestígio para os seus passos seguintes na política paraibana e no movimento sindical. (PORFÍRIO, 2003, p. 34)

⁴² O jornal *A Imprensa*, de 15 de dezembro de 1932, noticia a constituição da Liga Eleitoral Católica da Paróquia de Nossa Senhora das Neves, registrando os nomes dos seus componentes: Dr. Francisco Lianza, presidente; Antônio Carvalho, secretário; João Serrano de Andrade, Angélico Miranda Loureiro e Antônio de Carvalho Dias, vogais. O jornal *A Imprensa* de 03 de fevereiro de 1933 traz a nota da Cúria providenciando a organização da LEC nas paróquias da Arquidiocese.

Não vamos formar um partido católico, mas vamos arregimentar um eleitorado católico. Não nos limitaremos aos horizontes acanhados dos faccionistas partidários, mas apoiaremos todos os que, dentro ou fora dos partidos, estejam de acordo com os nossos princípios ou aceitem as nossas sugestões. Não queremos mandar; também não deixaremos que mandem os inimigos da nossa fé e da nossa pátria. Não disputaremos cargos; também não entregaremos os cargos a pessoas indignas. Não procuraremos honrarias; também não prestaremos honra aos que se divorciarem de nossas diretrizes. Não nos moveremos por pessoas. Combateremos por ideais. E não nos entibiaremos com as derrotas nem nos enfatuiremos com as vitórias. (Jornal *A Imprensa*, 10/02/1933).

A partir de então, assim como no resto do Brasil, a participação da Igreja na política paraibana se consolidou, passando a atuar como grupo de pressão junto ao eleitorado no decorrer daquele processo eleitoral. Não obstante se declarar isenta de participação em qualquer partido político, deixava claro o seu apoio aos candidatos do partido situacionista e ao integralismo, atacando veementemente o socialismo.⁴³

Com o propósito de “desmaterializar” o operariado, a Igreja também fundou em João Pessoa um núcleo da Juventude Operária Católica (JOC), em 1933, “(...) uma associação que se destina à arregimentação de jovens obreiros no sentido de dar-lhes uma consciência de verdadeiro operário, educando-os e instruindo-os nos princípios de respeito a Deus e às autoridades constituídas”. (Jornal *A Imprensa*, 22/03/1933). Observamos ainda que, às vésperas das eleições de 1933, a JOC passou a atuar no sentido de procurar neutralizar os discursos da Liga Pró-Estado Leigo e constituir-se em um espaço de alistamento eleitoral, já que conseguiu associar mais de 200 operários e inaugurou uma escola de alfabetização para gazeteiros no bairro de Cruz das Armas, com o apoio do governo, que pagava seus funcionários e professores. (Jornal *A União*, 30/03/1933).

Essa ação da Igreja sobre os operários da capital pode também ser entendida a partir da programação estabelecida pelo Arcebispo para que o Cônego José Coutinho, vigário da Catedral da capital estadual, promovesse nos seus bairros mais pobres “obras de zelo e ação social católica” durante os meses de novembro e dezembro de 1933. Foram planejadas missões que teriam como pregadores os religiosos franciscanos Frei Florentino

⁴³ O processo constitucional de 1932, fez surgir na Paraíba dois principais grupos políticos na disputa pelo poder: o situacionista Partido Progressista (PP), sob a liderança de José Américo, e o oposicionista Partido Republicano Libertador (PRL), liderado por Joaquim Pessoa e Antônio Bôto de Menezes (GURJÃO, 1994, p. 171).

e Frei Romualdo, o Monsenhor José Tibúrcio e o Padre Teodomiro de Queiroz, e “No intuito de facilitar a celebração da santa missa e de outros atos litúrgicos (...), o Sr. Arcebispo fez construir uma capela portátil de madeira com toda aparelhagem requerida.” (Jornal *A Imprensa*, 07/11/1933).

Como parte dessa ação contínua de cristianizar o trabalhador da capital, o arcebispo procedeu, em 13 de abril e 20 de maio de 1934, as bênçãos das novas igrejas de São Gonçalo e de São José nos bairros operários da Torrelândia e de Cruz das Armas, respectivamente. O jornal *A Imprensa* de 28 de maio de 1935 registra a nota do arcebispo sobre a desapropriação da Igreja das Mercês, situada na Praça João Pessoa, para que a mesma fosse demolida por motivos de utilidade pública. Em troca, o governo estadual e municipal construiria, no bairro operário da Torrelândia, uma nova igreja e pavilhões de escolas profissionais para meninos pobres. Diz Dom Adauto: “Peçamos todos de coração ao nosso bom Deus, donde vem todo bem, que estas obras venham em sua integridade, cresçam e floresçam para a glória divina, nossa felicidade suprema, para o bem geral de tantas gerações de operários que atrairão as bênçãos de Deus sobre toda a família paraibana, **livrando-a da peste do comunismo e de muitos outros males sociais.**” (Jornal *A Imprensa*, 28/05/1935). (Grifos nossos).

Apesar de ser mais concentrada nas maiores cidades da Paraíba, a ação romanizadora do arcebispado paraibano sempre procurou alcançar as mais longínquas paróquias, quer por meio das orientações postas nas Cartas Pastorais a serem lidas durante as missas, quer fosse pela observação *in loco* do próprio Dom Adauto através de suas Visitas Pastorais, conforme já analisado anteriormente. No que diz respeito às visitações de paróquias, observamos que elas continuaram sendo uma prática do arcebispo paraibano na primeira metade da década de 1930, como segue:

QUADRO VIII – VISITAS PASTORIAIS NA PARAÍBA (1932-1935)

ANO	MÊS	FREGUESIAS (MATRIZES E CAPELAS)
1932	Novembro	Pocinhos
1933	Novembro	Itabaiana
	Dezembro	Mamanguape e Rio Tinto
1934	Janeiro	São Miguel de Taipu
	Setembro	Mogeiro e Ingá

	Novembro	Cuité, Picuí, Pedra Lavrada, Alagoa Grande e Esperança
1935	Janeiro	Alagoinha

FONTE: LIMA, 2007, p. 552-630. Quadro elaborado pelo autor do texto.

A despeito de observarmos um decréscimo, se compararmos com a primeira metade da década anterior, notamos que as visitas pastorais continuaram sendo uma estratégia utilizada pelo arcebispo para supervisionar e doutrinar o clero e a sociedade de sua Arquidiocese.⁴⁴

Concordando com Gurjão (1994, p 143), Santana (1999, p. 228) também narra que o movimento operário da Paraíba assumiu sua maior intensidade em 1935, onde demandava “(...) cumprimento da lei de férias, de acidente de trabalho, jornada de 8 horas, melhores condições de trabalho e transporte mais barato para a classe operária, com a extensão da linha de bondes aos bairros de maior índice proletário, como o Rogers e Cruz das Armas.” Entre os meses de março e julho, essa mobilização foi consubstanciada por meio da participação de alguns núcleos operários na Aliança Nacional Libertadora, sob a liderança do advogado João Santa Cruz.⁴⁵

A autora diz ainda que tais mobilizações ganharam impulso na capital paraibana graças ao clima de campanha das eleições municipais para vereadores, a se realizarem em 09 de setembro daquele ano, onde o oposicionista Partido Republicano Libertador (PRL), depois de conseguir o apoio de Osias Gomes, Josebias Marinho e Horácio de Almeida,

⁴⁴ As orientações de Dom Adauto aos párocos da Paraíba também se davam por meio da Conferência Eclesiástica Mensal. O jornal católico de 15 de agosto de 1933 traz o Aviso nº 66 da Cúria lembrando, em nome do Arcebispo, o comparecimento no Palácio do Carmo, em 23 de agosto, dos vigários de Alagoa do Monteiro, Mamanguape, Serra Redonda, Cabaceiras, Serra da Raiz, Pocinhos, Taperoá, Soledade, Alagoa Nova, Esperança, Bananeiras, Campina Grande, Gurinhém, Espírito Santo, Itabaiana, Santa Rita, Cabedelo, como também de todos os padres da capital, para a conferência eclesiástica mensal, segundo as instruções do Boletim Eclesiástico.

⁴⁵ O surgimento da Aliança Nacional Libertadora no Brasil, em março de 1935, empolgou os poucos comunistas que existiam na Paraíba, conseguindo atrair para as suas fileiras estudantes, professores, intelectuais, advogados, médicos, comerciantes, operários e trabalhadores em geral. João Santa Cruz, devido a suas participações nas eleições de 1933 e 1934, representando o PCB, e por sua atuação como advogado junto a alguns sindicatos de operários da capital, foi escolhido pelos comunistas para presidência do núcleo paraibano. Além deste, a direção estadual era composta por Aderbal Jurema, vice-presidente; e os demais membros: Miranda Sá Júnior, Guimarães de Tal, Waldemar Trigueiro, Ademar Vidal, Manuel Florentino, Horácio Mesquita, Altino Macedo, Elias Araújo e Manoel Alves. (PORFÍRIO, 2003, p. 44-49) A ANL chegou a desenvolver intensa propaganda através da imprensa (boletins) e de comícios, contudo não chegou a inaugurar a sua sede em João Pessoa, que estava prevista para o dia 15 de julho de 1935, já que o governo federal proibiu o seu funcionamento no país dois dias antes. (Jornal *A Imprensa*, 03/08/1937)

principais nomes da ex-legenda “Trabalhador, Vota em Ti Mesmo”, obteve a adesão de parte do operariado por meio de seus sindicatos e associações.⁴⁶

Tendo em vista essa situação, a Igreja Católica continuou a se unir ao poder então constituído no estado, manifestando o declarado apoio da LEC ao situacionista Partido Progressista (PP) por meio do jornal *A Imprensa*, onde recrudesceu a propaganda anticomunista e a doutrinação integralista.⁴⁷ Tendo como principal objetivo garantir o apoio dos trabalhadores, o porta-voz da Igreja, entre meados e fim de julho de 1935, procurou incutir na opinião pública a denúncia de um plano objetivando a “bolchevização” do Brasil e ratificar a ideia de que o operariado paraibano era trabalhador e ordeiro e que estava sendo influenciado “por elementos extremistas infiltrados nas fábricas divulgando o credo de Moscou” (Jornal *A Imprensa*, 28/06/1935).⁴⁸ Essa fonte também deixa rastro de que os elementos professantes do comunismo na Paraíba, ao procurarem se aproximar do meio operário, passaram ainda mais a serem considerados subversivos pelos setores reacionários.

Transcorridas as eleições, verificou-se um novo surto grevista na Paraíba, como se pode observar no quadro que segue:

QUADRO X – GREVES NA PARAÍBA (1934-1936)

CATEGORIA E/OU ESTABELECIMENTO	CIDADE	DIA-MÊS	ANO
Telegrafistas	CG e JP	12/07-?/07	1934
Operários da Fábrica de Fiação e Tecelagem Marques de Almeida e Cia.	Campina Grande	23 a 31/08	1934

⁴⁶ As eleições para a Câmara Federal e para as Assembleias Legislativas estaduais, realizadas em 14 de outubro de 1934, abriram espaço para os deputados classistas, que seriam indicados pelas representações dos trabalhadores e patrões. Para aquela eleição, o Partido Comunista do Brasil registrou a chapa “Trabalhador, Vota em Ti Mesmo”, que na Paraíba foi composta por quatro candidatos a deputados federais e trinta a deputados estaduais, entre comunistas, socialistas, sindicalistas, evangélicos e maçons (PORFÍRIO, 2003, p. 35-36).

⁴⁷ O jornal *A Imprensa*, de 18 de julho de 1933, noticia a instalação de uma seção da AIB na Paraíba. Já o do dia 08 de agosto desse mesmo ano diz ter chegado à capital no dia anterior uma caravana integralista chefiada por Plínio Salgado, realizando-se uma sessão pública em propaganda do seu ideal, no salão nobre da Escola Normal, cedido pelo diretor Cônego Matias Freire, onde foi empossado o triunvirato da AIB na Paraíba, constituído por Pedro Batista, Hortêncio de Souza Ribeiro e Chileno Alvarenga. Com sede situada na Rua General Osório nº 77, a AIB paraibana passou a fundar núcleos em vários municípios do estado: Souza, São Gonçalo, Catolé do Rocha, Pirpirituba, Caiçara, Cajazeiras, Campina Grande, Guarabira, Areia, Santa Rita, Taperoá, dentre outros.

⁴⁸ Os resultados desse pleito foram: o Partido Republicano Libertador conseguiu 2.477 votos, elegendo 07 vereadores, e o Partido Progressista 1.618, elegendo cinco vereadores. A chapa “Trabalhador, Vota em Ti Mesmo” obteve apenas 295 votos em João Pessoa, não conseguindo coeficiente eleitoral para eleger representantes na Câmara Municipal (Jornal *A Imprensa* 13/11/1935).

Trabalhadores de Cais, Trapiches e Armazéns	Cabedelo	30/09 a 02/10	1935
Padeiros	João Pessoa e Santa Rita	? a 10/10	1935
Ferroviários da Great Western	João Pessoa	04 a 13/11	1935
Operários da Construção Civil	João Pessoa	04 a 10/11	1935
Operários das Fábricas de Cigarros	João Pessoa	04 a 10/11	1935
Telefonistas	João Pessoa	04 a 10/11	1935
Operários da Fábrica de Óleo e Saboaria	João Pessoa	04 a 10/11	1935
Estivadores	Cabedelo	04 a 10/11	1935
Operários da Indústria Mobiliária	João Pessoa	05 a 10/11	1935
Ferroviários da Great Western	João Pessoa	10/11 a ?	1936

FONTE: GURJÃO, 1994, p. 157.

Para Gurjão (1994, p. 155), esses movimentos grevistas ocorridos a partir de 1934, constituem o sintoma mais evidente do crescimento da mobilização operária na Paraíba. Diz a autora, também, que as duas greves de 1934, assim como as duas primeiras de 1935, transcorreram com certa tranquilidade e que as seguintes (novembro de 1935) foram tratadas pelo jornal católico com apreensão e temor, evidenciando também a ação repressiva por parte do Estado. Estas últimas envolveram várias categorias profissionais que paralisaram suas atividades por uma semana, o que fez com que o governo estadual armasse um estado de guerra para conter o movimento.⁴⁹

Coube à Igreja Católica procurar atribuir uma referência comunista às greves e continuar a insistir na índole pacífica e ajuizada do proletariado paraibano, alertando-o para o perigo da infiltração de elementos subversivos em suas manifestações, como vemos:

A massa grevista mal orientada toma atitudes contraditórias. Os propósitos conciliatórios de alguns perdem-se deante da balbúrdia que reina dentro dos sindicatos. E a demora de greve vem ocasionando um mal-estar geral na cidade. Percebe-se que por traz dos pobres operários há quem esteja empecendo a resolução do caso. (Jornal *A Imprensa*, 08/11/1935).

⁴⁹ A Primeira Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil (1934) orientou para que os seus militantes fizessem esforços no sentido de organizar movimentos grevistas por todo país e, desse modo, entrassem na luta pela realização da revolução proletária. Essa diretriz conseguiu mobilizar algumas categorias da Paraíba no ano de 1935, que paralisaram suas atividades sob a orientação da Frente Única dos Trabalhadores, entidade constituída pelo PCB (PORFÍRIO, 2003, p. 50-51).

Procurando intermediar o retorno dos grevistas aos seus trabalhos, o porta-voz da Arquidiocese pedia para que os operários acabassem com a greve que “há quase uma semana sobressalta a cidade” (Jornal *A Imprensa*, 08/11/1935). Ao mesmo tempo em que reconhecia que os salários mereciam ser reajustados e que o patronato não pensava em justiça social, o jornal católico dizia que o operariado não tinha uma mentalidade formada para resolver por si os seus problemas, deixando-se por isso “(...) explorar para gáudio dos fabriqueiros de situações sociais insustentáveis”. No dia seguinte, por meio do editorial “Amai-vos uns aos outros”, esse jornal continuou a insistir para que os trabalhadores acabassem com a paralisação e acusava a ANL e os comunistas de estarem usando os operários para seus objetivos políticos e como os responsáveis pelas greves daquele ano.

A greve continua. E continua a intranqüilidade da família paraibana. Já se pensa, com razão, que os nossos pobres operários – o homem honesto que conhecemos, incapaz de violências e de rapina, estão inconscientemente servindo à trama de um plano preparado pelos “inocentes” idealistas da Aliança Nacional Libertadora (...). A tática dos comunistas foi sempre esta: provocar a intranqüilidade em primeiro lugar, depois, de insustentabilidade pelas greves gerais, para, no momento exato, dar o golpe “armado” (Jornal *A Imprensa*, 09/11/1935).

Vemos que a Igreja tratou de explorar o que ela entendia por “tradição pacífica e a bondade dos trabalhadores paraibanos”, insistindo na tese de que as greves eram produtos dos comunistas. Ao apelar para a concórdia e fraternidade entre os patrões e os trabalhadores, o discurso católico também construía a representação da incapacidade destes “de lutarem pelos seus direitos, legitimando, assim, a permanente tutela do Estado”. (GURJÃO, 1994, p. 162)⁵⁰

A partir de então, a Igreja Católica paraibana passou a referendar os atos repressivos do governo de Argemiro Figueiredo (1935-1937) aos movimentos operários e a intensificar a sua campanha contra o comunismo enquanto veiculava a propaganda

⁵⁰ Depois de seis dias, a greve terminou no sábado (09/11/1935), mediante um acordo firmado no palácio do governo entre uma comissão de representantes dos grevistas, liderada por João Santa Cruz, e o Secretário do Interior e Segurança Pública, José Mariz. Ficou acertada a volta imediata dos operários ao trabalho como primeira condição para um entendimento sobre o aumento de salário e, em contrapartida, as sedes dos sindicatos seriam reabertas e as pessoas que haviam sido presas durante a greve seriam postas em liberdade. Um mês depois, os empresários da capital não cumpriram as promessas de negociação e os operários não puderam reagir e fazer nova greve, devido à repressão desencadeada após o levante militar dos comunistas de 23 e 24 de novembro em Natal e Recife, chamada de “Intentona Comunista” (GURJÃO, 1994, p. 162 e PORFÍRIO, 2003, p. 61).

integralista, por meio de uma seção semanal no seu jornal, denominada “Coluna Integralista”.

Fontes e Referências bibliográficas:

Livros

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba: imprensa e vida. Jornalismo impresso (1826-1986).** Campina Grande: GRAFSET, 1986.

BARBOSA, João Batista. **Santa Cruz e o Jornal do Povo.** Uma contribuição à história das lutas sociais na Paraíba. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1985.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses.** Campina Grande: Editora Caravela, 1998.

DIAS, Roberto Barros. **“Deus e a Pátria”:** Igreja e Estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

DIEHL, Astor Antônio. **Círculos operários no Rio Grande do Sul:** um projeto sócio-político (dos anos trinta a 1964). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho.** João Pessoa: Manufatura, 2004.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e Romanização:** Implementação da Diocese da Paraíba (1894/1910). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba:** 1890-1930. João Pessoa: Ideia, 1993.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias.** Paraíba (1989-1945). João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1994.

HENRIQUES, Adauto Aurélio de Miranda (Dom). **Carta Pastoral Tudo pela Pátria, nada sem Deus,** 1917.

_____. **Carta Pastoral Do Nosso Dever para com a Imprensa** (1918). Parahyba do Norte: Typographia A Imprensa, 1918.

_____. et al. **Carta Pastoral Collectiva do Episcopado das Províncias Ecclesiasticas Septentrionaes do Brasil Sobre os males actuaes da sociedade.** Bahia: Tipografia de São Francisco. 1920.

_____. **Carta Pastoral Das Vantagens do Ensino Religioso,** 1932.

JOFFILY, José. **Revolta e Revolução**: cinquenta anos depois. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOVAL, Boris. **História do proletariado brasileiro (1857 a 1967)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Humanum Genus** (20 de abril de 1884). Petrópolis: Vozes, 1955.

LIMA, Francisco (Cônego). **Dom Adauto**: subsídios bibliográficos (1855-1915). Tomo I. 2.ed. João Pessoa: Editora do UNIPÊ, 2007.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Sociedade e Poder Político no Nordeste**: O Caso da Paraíba (1945/1964). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

_____. **A revolução estatizada**. Um estudo sobre a formação do centralismo em 30. 2ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1992.

MENDES FILHO, Leônidas. **Sindicalismo em Campina Grande**: evolução histórica e política (1874-1983). Campina Grande: mimeo, s.d.

MENEZES, Antônio de Aguiar Bôttio de. **Minha terra**: memórias e confissões. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964) São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

PORFÍRIO, Waldir. **Bandeiras vermelhas**: a presença dos comunistas na Paraíba (1900-1960). João Pessoa: Textoarte, 2003.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Movimentos sociais e meios de comunicação: Paraíba 1917-1921. **Textos UFPB-NDIHR**, nº 03. João Pessoa: mimeo, 1983.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes. **Poder e intervenção estatal**. Paraíba (1930-1940). João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

Jornais

Jornal *A Imprensa*, maio.1919

Jornal *A Imprensa*, 09 out.1919

Jornal *A Imprensa*, 10 jun.1920

Jornal *A Imprensa*, 11 maio 1921

Jornal *A Imprensa*, 20 jul.1921

Jornal *A Imprensa*, 27 jul.1921

Jornal *A Imprensa*, 12 nov.1921

Jornal *A Imprensa*, 25 ago.1922

Jornal *A Imprensa*, 11 dez.1924

Jornal *A Imprensa*, 08 maio1927

Jornal *A Imprensa*, 16 maio1931

Jornal *A Imprensa*, 10 set.1931

Jornal *A Imprensa*, 14 jan.1932
Jornal *A Imprensa*, 02 fev.1932
Jornal *A Imprensa*, 03 ago.1932
Jornal *A Imprensa*, 15 dez.1932
Jornal *A Imprensa*, 10 fev.1933
Jornal *A Imprensa*, 22 mar.1933
Jornal *A Imprensa*, 21 abr.1933
Jornal *A Imprensa*, 18 jul. 1933
Jornal *A Imprensa*, 8 ago. 1933
Jornal *A Imprensa*, 01 set.1933
Jornal *A Imprensa*, 07 nov.1933
Jornal *A Imprensa* 28 maio 1935
Jornal *A Imprensa*, 28 jul.1935
Jornal *A Imprensa*, 08 nov.1935
Jornal *A Imprensa*, 09 nov. 1935
Jornal *A Imprensa*, 03 ago.1937
Jornal *A União*, 18 mar.1908
Jornal *A União*, 17 jan. 1931
Jornal *A União*, 14 abr.1931
Jornal *A União*, 09 nov.1932
Jornal *A União*, 30 mar. 1933
Jornal *A União*, 07 jul.1933
Jornal *A União*, 15 ago.1933
Jornal *A União*, 14 out.1936
Jornal *O Norte*, 29 jun. 1917
Jornal *O Rebate*, 22 out.1932
Jornal *Diário do Estado*, 08 ago.1917

CAPÍTULO 3

Nossa bandeira jamais será vermelha: o anticomunismo no Exército Brasileiro na década de 1920

Luiz Otavio Ribeiro Monteiro Junior⁵¹

Introdução

A última década da política brasileira viu ressurgir um fenômeno que para muitos parecia superado: o espectro do anticomunismo. Desde pelo menos 2014, quando foi “comemorado” o aniversário de 50 anos do Golpe Militar de 1964, a sociedade brasileira vem paulatinamente resgatando uma ideologia que por décadas foi a principal promotora de regimes autoritários no país.

De lá para cá, os eventos foram inúmeros: do impeachment de Dilma Rousseff às eleições de Jair Bolsonaro em 2018, passando mais recentemente pelos acampamentos golpistas que contestam as eleições de 2022, há um forte sentimento anticomunista que parece contaminar parte da sociedade. Esta, por sua vez, se volta para uma instituição que historicamente deu guarida a essa ideologia: as Forças Armadas. Mas por quê?

De acordo com Gomes Pedrosa (2012), o sentimento anticomunista é muito caro às Forças Armadas dado seus dois pilares organizacionais: a hierarquia e a disciplina. O entendimento básico é que a ideologia comunista quebra esses princípios, ameaçando não tão-somente as posições de mando como também a estrutura militar *per se*. Somado a isso, os militares são imbuídos de fortes sentimentos de nacionalismo e patriotismo que entram em choque com o internacionalismo proletário pregado pelos partidos comunistas (GOMES PEDROSA, 2012, p. 10-11). Por fim, um conservadorismo intrínseco por parte dos militares os torna defensores do *status quo*, rejeitando assim a via revolucionária e a dissolução das instituições enquanto gestão política.

A base desse tipo de argumento é que, em suma, as Forças Armadas possuem um sentimento de ojeriza ao comunismo de forma quase inata. A construção do entendimento do que é ser militar consiste, assim, em internalizar certos valores que entram em choque

⁵¹ É mestre em Estudos Estratégicos da Segurança e da Defesa pela Universidade Federal Fluminense (2014) e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (2011). É servidor público da Prefeitura de Niterói-RJ.

com o que é preconizado pelo comunismo. Em poucas palavras: ser militar é ser anticomunista.

Por outra via, Martins Ferreira (2005) defende que é preciso entender as Forças Armadas enquanto um ente político próprio. Nesse sentido, as organizações se colocam no cenário público de forma autônoma, dispostas a cooperar ou competir com determinados atores em busca de seus objetivos, sejam estas suas funções constitucionais ou mesmo objetivos traçados pelo grupo dominante da organização. Assim sendo, o anticomunismo é entendido enquanto uma ideia ou ideologia que em dado momento deu coesão às Forças Armadas, atendendo aos seus objetivos à época.

Dentro dessa linha seguida por Martins Ferreira, a de que há uma história do anticomunismo nas Forças Armadas, o presente artigo procura investigar o anticomunismo no Exército Brasileiro na década de 1920. Nossa objetivo aqui é observar se havia, antes do grande evento que foi a Intentona Comunista de 1935, alguma base teórica para a construção dessa ideologia no meio militar. Para tal, buscamos observar as produções intelectuais de duas revistas editadas pela força durante o período: *A Defesa Nacional* e *Revista do Club Militar*

O artigo é dividido em cinco partes: a recepção da Revolução Russa no Brasil; a fundação do Partido Comunista Brasileiro; o Exército Brasileiro na República Velha; o movimento tenentista e a Coluna Prestes; e a produção anticomunista do período. Por fim, concluímos o que foi exposto no trabalho.

Marco zero

O anticomunismo no Brasil começa com a Revolução Russa (MOTTA, 2002). Até então, a ideia de um “regime comunista” era algo exótico ao país. É apenas quando a Rússia entra em colapso e quando os bolcheviques tomam o poder, quando de fato há uma materialidade, uma experiência histórica de implementação do comunismo, que o Brasil começa a lhe dar atenção.

A atenção, ainda assim, era pífia. Em 1917, o maior divulgador do que acontecia na Rússia foi a imprensa, que na verdade reproduzia de forma quase acrítica o posicionamento das grandes agências de notícias internacionais como a Havas e a United Press (BANDEIRA, 1967). Estas, por sua vez, contavam uma história verdadeira, mas incompleta: a Revolução Russa, o acordo de paz com a Alemanha e a saída da Rússia da

Grande Guerra haviam sido uma derrota para as potências ocidentais. Na necessidade de um culpado, cabia aos bolcheviques a pecha.

Nas páginas dos jornais brasileiros, é fácil perceber isso pelo tratamento dado aos principais nomes russos. Assim foi descrito Alexander Kerenski, líder da Revolução de Fevereiro e presidente do governo provisório:

Kerenski é hoje a figura dominadora da Rússia revolucionária. Ditador de uma rara energia e de uma capacidade de trabalho extraordinária, êle, no momento em que seu país, convulsionado pela maior revolução dos tempos modernos, no entrechoque das idéias libertárias mais avançadas e das opiniões democráticas, conseguiu empolgar a situação, enfeixando nas mãos todos os podéres, que exerce com punho de ferro (O DEBATE Apud BANDEIRA, 1967, p. 75)

Essa mesma amabilidade, no entanto, não era dispensada à contrapartida bolchevique. Assim foi descrito Lênin no jornal *Combate*⁵²:

Quem é Lênin?

Telegramas de Petrogrado dizem que está apurado que o verdadeiro nome de Lênin é Leão Uliadov e que êle pode ser considerado como chefe da espionagem alemã na Rússia, tendo gastos nos últimos meses vários milhões de rublos.

Lênin comunicava-se continuamente com o governo de Berlim por intermédio do contrabandista Ganedski, que foi preso e ainda de outros indivíduos que iam a Estocolmo levar e buscar correspondência.

Agora, tendo sido interceptada parte dessa correspondência epistolar e telegráfica, o governo provisório tem nas mãos toda a organização da espionagem alemã na Rússia.

Lênin é considerado um criminoso de alta traição (O DEBATE Apud BANDEIRA, 196, p. 89-90)

Com a deposição do governo provisório e a vitória dos bolcheviques, o tom das reportagens ficou mais carregado. No dia 9 de novembro, um dia após a tomada do Palácio de Inverno, o jornal *O País* noticiou assim os ocorridos:

A cidade tomou-se ontem, à tarde, de uma inesperada sensação. A notícia da vitória da anarquia russa sobre a ação enérgica e destemerosa do grande Kerenski abateu o ânimo poplar, tão habituado estava à bravura com que o grande ditador dominava os mais sérios e grandes

⁵² O *Combate* foi um periódico mineiro de teor anarquista.

levantes contra a situação que vai recompondo a Rússia moderna sobre os escombros do czarismo asfixiante (O DEBATE Apud BANDEIRA, 1967, p. 104)

A respeito dos revolucionários, era dito que:

Os soldados e os operários transformaram-se de uma noite para o dia em homens de Estado, em financeiros, em estrategistas e diretores de uma política internacional do seu país. Cada farda, cada blusa fornecia um gênio e a Rússia já teria ido à guerra se não fôra a decisão empolgante de Kerenski que chamou os companheiros à realidade da vida (O DEBATE Apud BANDEIRA, 1967, p. 104)

Por fim, ressaltava-se a grande consequência daquela revolução para os acontecimentos mundiais:

Mas a hidra (a anarquia russa) tinha tantas cabeças que a um só homem era materialmente impossível dominá-la. Acabou pelo golpe do Soviete de Soldados e Operários que depôs Kerenski e agora suplicava à Alemanha uma paz humilhante, inspirada na covardia fatal de uma nação que se desagrega aos pedaços e que de fato há muitos meses não passa de uma simples expressão geográfica da Europa (O DEBATE Apud BANDEIRA, 1967, p. 105)

São palavras duras e mostram uma rejeição ao que viria ser a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Mas mostram, sobretudo, uma rejeição externa. No Brasil, poucas instituições deram importância ao que acontecia à Rússia, com uma exceção: os trabalhadores operários.

A massa de trabalhadores brasileiros, desde poucos anos de República, buscava se organizar em agremiações socialistas de diversos matizes ideológicos. Dentre estas, foi a ação direta dos anarquistas que ganhou mais eco até 1917. Do ano da Revolução Russa até 1919, diversas greves ocorreram pelo país, com destaque para São Paulo, que em seu ponto mais alto, alcançou o marco de 37 grandes greves (KONDER, 2009). A despeito de tais ações, seu caráter efetivo era pauta de discussão no seio da esquerda, que mostrava suas cisões nesse momento.

Na visão dos recém “convertidos” ao comunismo – vindos, em sua grande maioria, das fileiras anarquistas dos anos 1910 – faltava ao movimento operário, dominado pelo anarquismo, a instrumentação teórica que fora usada pelo movimento russo na vitória de sua revolução. Isso seria palpável na falta de organizações formais sob o signo anarquista. É a partir da Revolução Russa que esse panorama é modificado. É

possível observar isso através do crescente número de organizações de esquerda que surgem no período. União Operária Primeiro de Maio (1917), Liga Comunista de Livramento (1918), União Maximalista (1918), Partido Socialista Cearense (1919), Partido Socialista Baiano (1920), entre muitas outras agremiações e grupos de trabalhadores que foram formados no bojo dos acontecimentos na Rússia.

Em 1919, com a fundação da Internacional Comunista — ou III Internacional ou Komintern —, avivou-se no país a necessidade da construção de um partido comunista. Seguindo a resolução da Internacional, de que os grupos revolucionários se chamassem partidos comunistas, os entusiastas do regime soviético e que se identificavam como “maximalistas”⁵³ se estruturaram na primeira agremiação comunista do país. De acordo com Edgard Leuenroth⁵⁴ esse partido fora criado em uma situação ímpar, emergencial. Ele não tinha, de fato, uma finalidade política definida.

Conforme nos aponta Leandro Konder (2009), nessa etapa o que se via essencialmente era uma leitura dos princípios anarquistas com concepção terminológica ao bolchevismo. Mais uma vez, a falta de informação do que ocorria na Rússia causava um desentendimento: para os trabalhadores brasileiros, os comunistas russos eram anarquistas, não marxistas (BANDEIRA, 1967). A despeito da efemeridade de todas as organizações que surgiram nesses primeiros anos, a influência dos bolcheviques se fazia sentir no seio trabalhador. Era o necessário para, em 1922, fundar-se de fato um partido comunista no Brasil.

O Partido Comunista Brasileiro

A fundação de um partido comunista já era prevista desde 1921, quando os militantes que se identificavam com a Revolução Russa desenvolviam atividades com esse intuito. A organização de tal feito coube a Astrojildo Pereira, jornalista e gráfico que fazia parte daqueles que, no início do século XX, se identificavam com o anarquismo. Desde 1911 se dedicava à leitura e propagação dos escritos de autores anarquistas como Bakunin e Malatesta. À medida em que recebia notícias dos eventos na Rússia, passou a

⁵³ O termo maximalista aqui é empregado de maneira errônea. Maximalismo, originalmente, derivava do programa máximo, radical da revolução. No Brasil, entretanto, o termo ficou associado ao regime russo dada a vitória dos bolcheviques, que significava majoritários.

⁵⁴ Edgar Leuenroth foi um importante anarquista durante a Primeira República. Participou de periódicos como *O Alfa*, *O Trabalhador Gráfico*, *A Capital* e *O Combate*.

questionar suas crenças políticas. Pouco a pouco, de pregador do anarquismo se tornou um estudioso do bolchevismo.

Em 1921, encarregou-se de ser o artífice do futuro Partido Comunista do Brasil. Reuniu cuidadosamente homens que aceitavam os desdobramentos do bolchevismo e em março de 1922, no Rio de Janeiro, iniciou o congresso de fundação do PCB. Estavam presentes nove delegados, representantes dos grupos comunistas existentes até então. Eram: Abílio de Nequete, Astrojildo Pereira, Cristiano Cordeiro, Hermogêneo Silva, João da Costa Pimenta, Joaquim Barbosa, José Elias da Silva, Luiz Peres e Manuel Cendón. Dos 9, dois eram estrangeiros: Abílio – sírio – e Manuel – espanhol, o único com algumas noções do socialismo marxista. O congresso durou três dias e quatro reuniões. Alguns dias depois, em 7 de abril, o Diário Oficial da União publicava o registro do PCB como sociedade civil.

A fragilidade orgânica do PCB, conforme aponta Rodrigo Motta (2002), impedia qualquer relevância de grande proporção à causa comunista – para o bem e para o mal. De fato, o partido não apresentava nenhum tipo de alicerce profundo. Três meses após sua fundação, foi posto na ilegalidade e seu secretário-geral, Abílio de Nequete, preso pela polícia carioca. Para além disso, o cerne do partido desconhecia as propostas marxistas de mudança social. O próprio Cristiano Cordeiro, um dos delegados fundadores do PCB, tinha dificuldades no embate de ideias com Aníbal Freire, professor de Direito que classificava o socialismo, em 1922, como “coisa morta” (KONDER, 2009, p. 180).

Apesar disso, o partido crescia. Em 1923, Octávio Brandão – ex-anarquista alagoano que havia aderido ao PCB em outubro de 1922 – traduzia do francês uma edição do Manifesto Comunista, de Marx e Engels. Ainda que atrasado em mais de 80 anos, o material foi considerado subversivo, com muitos exemplares sendo apreendidos (KONDER, 2009, p. 178). Em 1924 foi publicado na forma de livro, em Porto Alegre. Ainda em 1924, Astrojildo Pereira foi a Moscou acompanhado de Rodolfo Coutinho conseguir o que pode ser tido como a maior vitória do partido no período: o reconhecimento, pela Internacional Comunista, do PCB como Seção Brasileira.

No ano de 1925 o crescimento do PCB era visto de forma material: angariava 300 filiados. Somado a isso, durante três meses – de maio a julho –, o partido editou o semanário *A classe operária*, que foi fechado pela polícia ao fim deste período. Apesar da perseguição, o partido resistia: lançou um folheto comemorativo dos 8 anos da vitória na Rússia em outubro e, no ano seguinte, recordou o aniversário de morte de Lênin em mais um folheto.

É em 1927 que se tem o auge no período. Naquele ano, o PCB recrutou à sua causa um jornal, *A nação*, e o colocou a serviço de sua propaganda. Somado a isso, o partido fundou o Bloco Operário (que no ano seguinte se tornaria Bloco Operário e Camponês – o BOC), que contribuiu na eleição do deputado Azevedo Lima. Esse pequeno surto ajudaria na proposição da “Lei Celerada”, pelo deputado Aníbal de Toledo. Segundo esta, atividades sindicais, centros e entidades que praticassem atos considerados contrários à ordem, moralidade e segurança pública poderiam ser fechados pelo governo (MOTTA, 2002, p. 7).

De forma geral, os avanços e retrocessos do PCB nesse período exemplificam bem a chegada do comunismo no país: era perceptível, mas muito insípido. Conforme posto por Konder (2009), importantes líderes políticos da época e que seguiam linhas progressistas desconheciam em sua totalidade o que era o partido comunista. O próprio Azevedo Lima, por exemplo, reconhecia que em 1924, quando iniciou seu segundo mandato como deputado, não tinha ideia da existência de um partido comunista no país. Vigorava, assim, a noção de que o comunismo era uma ideia “exótica” para os povos americanos, que não encontrava terreno fértil no Brasil. Os poucos avanços materiais do comunismo no período, de fato, ratificavam tal pensamento.

O Exército Brasileiro

O Exército brasileiro trabalhava durante o período com uma questão basilar: a impossibilidade de modernização da força frente à incapacitação de seus recursos humanos. Durante toda a República Velha, o Exército se deparou com o problema de se aproximar das camadas média e alta da sociedade. A primeira iniciativa para romper esse distanciamento se deu ainda no século XIX, em 1896, com a criação da Confederação Brasileira de Tiro. Apesar do esforço, o feito não obteve o êxito esperado.

Em 1906, o projeto foi reativado, dessa vez sob as mãos de Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra do Presidente Afonso Pena. Em três anos, Hermes conseguiu estabelecer 50 sociedades de tiro com mais de 13 mil membros (CARVALHO, 2005, p. 22). Para além disso, o ministro instaurou a instrução militar obrigatória em colégios secundários, bem como a aprovação de uma lei de sorteio durante o período em que foi ministro. A lei, entretanto, nunca exatamente “vigorou”. Sua aplicação de fato nunca foi garantida e teve muita pouca aderência nas classes altas do país. Isso só foi mudado

parcialmente através de uma extensa campanha de propaganda e, sobretudo, o peso da Primeira Guerra Mundial.

A campanha foi iniciada por um grupo de jovens oficiais que haviam feito estágio no exterior. Por iniciativa do Barão de Rio Branco, entre 1905 e 1912, três turmas foram enviadas para servirem arregimentadas no Exército Alemão – considerado como um dos mais organizados à época. A primeira turma foi enviada em 1906, sendo seguida por uma em 1908 e pela última, em 1910. Essa última turma, antes mesmo do seu regresso, traçou um plano para difundir seus conhecimentos adquiridos de duas maneiras: a primeira era a integração à tropa, de modo a servir de exemplo. A segunda foi a confecção da revista *A Defesa Nacional*, fundada em 1913, em parceria com oficiais que não haviam feito o intercâmbio, mas partilhavam das ideias dos oficiais germanófilos. Esse grupo ficou conhecido como “Jovens Turcos”. Extremamente influenciados pelo que fora visto na Alemanha, o grupo representava um sopro modernizador para uma instituição que não conseguia se inserir propriamente na sociedade brasileira.

A preocupação principal dos reformistas era com o papel das Forças Armadas no Brasil. Salientavam que o campo da Defesa era a predominante e principal função do Exército. No entanto, propunham uma intensa participação social por parte dos militares. O teor apolítico que pregavam tinha muito a ver com a política apartidária. Em seu primeiro editorial n’*A Defesa Nacional*, declaravam a necessidade de toda e qualquer sociedade nascente de ter elementos militares para melhor conduzir o seu desenvolvimento (MCCANN, 2007). Conforme nos aponta José Murilo de Carvalho (2005), a questão do recrutamento sempre foi central para essa oficialidade. Desde o primeiro número da revista, esse tópico era um dos mais debatidos.

Em 1914, com a chegada de José Caetano de Faria ao Ministério da Guerra, os turcos ganharam mais um aliado na sua renovação. Exemplo disso foi a nomeação do então tenente Estevão Leitão de Carvalho como oficial-de-gabinete do ministro. No ano seguinte, em decorrência da guerra, o assunto ganhou escopo nacional. Auxiliados pelo apoio do poeta Olavo Bilac, os turcos conseguiram se fazer ouvir nas praças necessárias. A campanha de Bilac, centrada em locais como as faculdades de direito e medicina, atingia especificamente os filhos das classes mais abastadas. Na sua argumentação, o poeta defendia o fim do divórcio que existia entre a sociedade e o Exército brasileiro. Segundo ele, o sorteio seria capaz de criar um exército efetivamente nacional e democrático, que seria coeso e o espelho da nacionalidade brasileira.

Somado a esse esforço, os turcos intensificaram seu projeto de reformulação através do Ministro Faria. Em 1916, criaram a Liga de Defesa Nacional e realizaram o primeiro sorteio para recrutamento. Dois anos depois, em 1918, reorganizaram a Confederação de Tiro de Guerra, sob o controle do Exército a partir de então. Ainda assim, o resultado continuou sendo pífio. Na tabela abaixo é possível observar o resultado do sorteio:

Tabela 1: Funcionamento do Serviço Militar Obrigatório

Ano	Convocados	Insubmissos	Dispensados	Incorporados
1917	5922	890	745	2966
1918	41564	14500	7625	17615
1919	28112	27004	7408	16985
1920	24088	22663	4783	14382
1921	31855	24996	6043	16541
1922	41516	30185	6541	15471
1923	51785	43154	6953	12021

Fonte: MCCANN, 2007: p. 281

Se em 1917 o número de insubmissos ainda era pequeno, em 1918 esse número já é gritante, quase equivalente ao número de incorporados. Não é errôneo dizer que a iniciativa se tornava a cada ano um fracasso. Conforme aponta McCann (2007), a população civil brasileira tinha verdadeira ojeriza ao serviço militar. Os motivos poderiam ser muitos, desde a lembrança do recrutamento forçado no Império até mesmo a aversão à disciplina, hipótese defendida pelos militares. O fato corrente era a fuga em massa dos convocados. Para além desse problema organizacional interno, o Exército ainda enfrentava uma outra instituição que a rivalizava em peso: as polícias estaduais.

Um dos programas mais importantes previstos na reforma dos Jovens Turcos era exatamente o maior controle sobre as polícias estaduais, que se configuravam enquanto verdadeiros exércitos paralelos. Em 1920, por exemplo, o efetivo total do Exército era de pouco mais de 40 mil homens, ao passo que todas as polícias estaduais somavam 30 mil. Em estados-chave, como São Paulo, chegava-se a ter o dobro de policiais em comparação ao Exército (CARVALHO, 2005, p. 58). A falta de coesão no tocante à Defesa – onde o Exército, de fato, não possuía o controle militar interno – era um simples retrato da falta

de unidade política da República. A consciência nacional era algo inexistente e os membros de estados particularmente fortes, como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul tinham mais orgulho de suas identidades estaduais do que de sua identidade nacional.

Esse quadro foi propício para tentativas oficiais de reorganização do Exército, como também insurreições da classe armada. Os próprios turcos, encontrando resistência no seio castrense para suas reformulações, passaram a olhar mais atentamente para a sociedade brasileira e viram a necessidade de trazer o espírito militar alemão para dentro dela, através de uma missão estrangeira. Em relação a essa, a barreira foi maior, no entanto. A grande maioria dos oficiais do Exército tinha maior empatia por uma missão de cunho francês, que possuía grande experiência em territórios “além-Europa”. A dificuldade da língua também era um importante entrave, uma vez que eram poucos os oficiais letrados em alemão.

A solução encontrada pelo ministro da Guerra, no curto prazo, foi então confiar na própria experiência dos turcos para dar cabo do reformismo necessário. Símbolo disso foi a “Missão Indígena”, de oficiais que foram selecionados como instrutores para as academias militares em dezembro de 1918, contando com a presença de alguns turcos. Seriam formadas, nessa geração, as turmas que encabeçariam as revoltas de 1922, 1924 e 1930.

O fim do governo de Venceslau Brás em 1918 modificou o panorama reformista no Exército. Com o poder passando para São Paulo, as relações entre a elite paulista e a França se materializaram na escolha de um Ministro da Guerra – Alberto Cardoso de Aguiar - francófilo. A consequência prática disso foi a negociação da vinda de uma missão militar francesa ao país.

As reações por parte dos reformistas turcos foram variadas. Alguns se opuseram, em decorrência da preferência alemã. Não obstante, os principais líderes foram enfáticos em seu apoio e, assim, convenceram os restantes. Leitão de Carvalho, por exemplo, escreveu do Chile a seus colegas que era necessária uma instrução estrangeira para eliminar os hábitos dos praças e oficiais, algo que sozinhos nunca conseguiriam. A escolha da França, defendia, nada mais era que natural frente os resultados da guerra (MCCANN, 2007).

Em 1919, a missão desembarcou no Brasil chefiada pelo general Gamelin. Foi encarregada sobretudo da instrução, onde se situou em três diferentes cursos: Aperfeiçoamento de Oficiais – para capitães e tenentes --, Estado-Maior e Revisão de

Estado-Maior -- para capitães, maiores e coronéis que tivessem feito o curso anterior. Segundo José Murilo de Carvalho, foi no Estado-Maior a grande influência francesa. Foi a reformulação deste que garantiu maior coesão e centralização do Exército. As atividades militares passaram a ser controladas em suas particularidades por uma cúpula. Resultados práticos disso foram o surgimento do Regulamento Disciplinar do Exército e o Regulamento para Instrução e Serviços Gerais.

Entrementes, o processo de modernização da Missão Militar Francesa não foi do mais fáceis. Em um relatório de prestação de contas dos cinco anos no Brasil, Gamelin relatava algumas das dificuldades encontradas:

O que tornou a tarefa difícil quando cheguei ao Rio foi a hostilidade da maior parte do Exército à reorganização militar. Logo percebi que a totalidade do Alto Comando não via com bons olhos a intrusão de alguém chamado a perturbar sua ociosidade e os benefícios proporcionados por abusos inveterados. Tive, entretanto, o apoio do Ministro da Guerra (Pandiá Calógeras) e do presidente da República (Epitácio Pessoa). Nossos adversários se agrupavam com o chefe do Estado Maior, general Bento Ribeiro, cercado por um grupo de oficiais claramente germanófilos. [...]

Na assinatura do contrato, apareceram os primeiros problemas com o Estado Maior, que queria reduzir nossas atribuições. [...] Uma violenta campanha de imprensa financiada por alemães quase pôs tudo a perder. Foi preciso manter a cabeça fria para evitar a reação que nossos adversários esperavam, uma prova de paciência e calma.

Quando, apoiado por nosso embaixador, senti chegar a hora de expor ao Ministro e ao presidente da República que a ação do chefe do Estado Maior (Bento Ribeiro) era incompatível com o funcionamento da Missão, eles já o haviam constatado por seus próprios meios. Pediram-me somente para ter confiança neles e que lhes deixasse escolher o momento favorável. De fato, eles fizeram com que o chefe do Estado Maior se demitisse, passando à opinião pública que o conflito era com o Ministro, não comigo. (GAMELIN Apud DOMINGOS NETO, 2007, p. 242)

A despeito do sugerido por Gamelin, duas questões se colocavam à mesa: a primeira dizia respeito, de fato, a uma incompatibilidade entre o que pretendia a missão e as resistências dos setores mais altos na hierarquia militar brasileira. Esses, em sua maioria mais antigos, eram avessos a mudanças bruscas que pudessem acarretar a perda de prestígio conseguidos ou por relações familiares ou por relações políticas (DOMINGOS NETO, 2007). Cordeiro de Farias, que seria parte atuante nos movimentos tenentistas da década de 1920, foi um dos que enfrentou a dificuldade dos mais velhos na prática. Segundo ele, os tenentes que iam servir em regiões como o Rio Grande do Sul ou

Mato Grosso eram mal-recebidos por seus comandantes, que pouco queriam mudanças de instrução em seus quartéis (DOMINGOS NETO, p. 225).

O segundo ponto era a busca por uma autonomia do Exército Brasileiro, algo que gerou farpas na relação entre a Missão Militar Francesa e o Estado-Maior do Exército durante os primeiros anos da missão. O caso de Bento Ribeiro é dos mais emblemáticos. O chefe de Estado-Maior (de 1915 a 1921) fora um dos militares empenhados na vinda de uma missão estrangeira ao Brasil. Como um dos reformadores do Exército, Bento Ribeiro se dedicava principalmente a necessidade do país de se manter autônomo em relação ao exterior. Tirando lições da época da Grande Guerra, defendia o desenvolvimento de uma forte indústria naval, siderúrgica e da exploração do carvão (DOMINGOS NETO, p. 243).

Conforme nos mostra Domingos Neto (2007), tais posicionamentos foram decisivos para sua má relação com o chefe da Missão Francesa, General Gamelin. Dono de uma personalidade forte, o francês não aceitava sob qualquer hipótese que sua autoridade fosse vista como inferior a do Estado-Maior brasileiro. Exemplo disso foi visto na visita do Rei da Bélgica ao Brasil, quando Gamelin recusou se sentar junto ao corpo diplomático creditado no Brasil, alegando que o contrato da missão lhe garantia assento ao lado do Estado-Maior (DOMINGOS NETO, p. 244).

A disputa terminou pendendo para o lado francês, que viu na demissão de Bento Ribeiro uma vitória política de seus interesses, não somente pessoais, mas também comerciais franceses. A defesa do filho de Bento Ribeiro, tenente do Exército, pela compra de aviões italianos foi um dos momentos limites da parca relação entre os dois. O lobby de Gamelin junto ao Ministério da Guerra assegurou a compra dos aviões franceses, ainda que mais caros que os italianos.

Se a presença francesa no Brasil foi vista por muitos como uma forma de repasse econômico de materiais de guerra, sua influência nos quartéis foi decisiva. A luta pela modernização do Exército brasileiro pelos franceses teve como seu substrato mais importante a confirmação do pensamento dos Jovens Turcos do papel que deveria ser desempenhado pelas Forças Armadas no desenvolvimento do país. Isso é mais bem percebido nas revoltas que ocorrem na década de 1920, sob o signo do tenentismo.

O Tenentismo e a Coluna Prestes

É possível perceber duas causas para o movimento militar de 1922 e sua recorrência, em 1924. A causa subjacente jazia na insatisfação por parte das categorias subalternas do Exército – sobretudo os tenentes -, que viam nos seus superiores homens incapazes de exercer a liderança para as mudanças necessárias na instituição. Como visto, esses tenentes em sua maioria haviam sido instruídos tanto pela Missão Indígena como pela Missão Francesa, tendo um outro ponto de vista em relação aos que ocupavam os cargos de chefia.

A causa imediata e que causou o estouro se relacionou com Hermes da Fonseca. Em 1921, o vazamento de supostas cartas onde o candidato à presidência Arthur Bernardes insultara o então presidente do Clube Militar causou grande insatisfação na corporação. Se os oficiais superiores aceitaram as explicações de Bernardes, o mesmo não pode ser dito dos tenentes.

Em 1922, outro acontecimento catalisou o levante. O presidente, Epitácio Pessoa, ordenou a intervenção federal em Pernambuco. Hermes, como presidente do Clube Militar, telegrafou às guarnições do estado aconselhado a resistirem pacificamente. O incidente causou a sentença de prisão do marechal e a consequente revolta dos tenentes. A Escola Militar, alguns elementos do 1º Regimento de Infantaria e do Batalhão de Engenheiros se rebelaram, bem como as guarnições do Forte de Copacabana e Vigia. De Copacabana saíram os 18 do Forte, liderados por Antônio de Siqueira Campos, fato que se tornou icônico na caracterização do tenentismo.

A punição aos rebeldes de 1922 e, sobretudo, a recusa em conceder anistia aos oficiais por parte do governo foi a grande causa do continuísmo do movimento. Em 1923, a conspiração já era tramada e um ano depois, o comando da revolta era dado ao general Isidoro Dias Lopes. No aniversário de dois anos dos 18 do Forte, a revolta tomava São Paulo. Entre os revoltosos estavam os irmãos Joaquim e Juarez Távora e Newton Estillac Leal. Cerca de uma semana após o estouro na capital paulista, o movimento contava com 3500 revoltosos (MCCAN, 2007, p. 349).

A reação do governo, entretanto, foi pesada. O bombardeio constante com artilharia e aviação de guerra castigavam o movimento. O número de baixas cresceu e membros importantes, como Joaquim Távora, foram mortos na revolta. Enquanto outras partes do país tentavam se rebelar, como Sergipe, Mato Grosso e Manaus, São Paulo sucumbia. Após várias negociações em busca da anistia e sendo prontamente rechaçado, o general Isidoro viu que não havia saída senão abandonar a cidade. Pouco mais de vinte

dias após o início da revolta, cerca de 3 mil homens saíram da cidade por trem em direção ao Mato Grosso (MCCAN, 2007, p. 352).

Encontrando a estrada fechada e perdendo uma batalha em Três Lagoas, o grupo decidiu descer o Rio Paraná até Foz do Iguaçu, onde resistiriam. No Rio Grande do Sul, um grupo de oficiais se rebelou ao obter notícias dos ocorridos aos revoltosos vindas de rádios e jornais argentinos e uruguaios. No início de 1925, dois mil homens marcharam rumo as tropas de Isidoro, liderados pelo capitão Luís Carlos Prestes. Ao chegar à Foz do Iguaçu, os homens encontraram as forças sob a tutela do major Miguel Costa, uma vez que Isidoro já havia desistido, bem como uma boa parte dos revoltosos. O grupo atravessou o rio, entrando pelo Paraguai para depois voltar ao Brasil pelo Mato Grosso. Dali em diante o grupo percorreu mais de 25 mil km pelo interior do Brasil, no que ficou conhecido como Coluna Prestes.

A coluna era composta por mil e quinhentos homens, que agiam sob a liderança formal de Miguel Costa, mas sob os auspícios de Prestes, notavelmente mais competente no comando da tropa. É interessante notar alguns aspectos inovadores introduzidos pelo capitão, que garantiram a permanência da coluna por mais de 2 anos ativa e lhe gerou a alcunha de “Cavaleiro da Esperança”.

O primeiro ponto de destaque se dá no trato com a tropa. Com experiência anterior no 1º Batalhão Ferroviário, Prestes havia inserido em seus comandados um novo tipo de relação. Contratou padeiros e cozinheiros para a guarnição, preocupado com a alimentação da tropa. Garantiu, ainda, um bom aproveitamento do tempo de seus soldados, que recebiam aulas de alfabetização, instrução militar e educação física. O próprio Prestes se tornou professor e ajudou a fundar três escolas.

Um segundo ponto de destaque foi a consciência de Prestes que era preciso fazer uma “guerra de movimento” contra governo federal. Um exemplo preciso disso foi a batalha, antes da junção das tropas do Rio Grande do Sul e São Paulo, em São Luís Gonzaga. Nesse caso específico, as tropas rebeldes conseguiram romper o cerco de 14 mil homens e se dirigir ao norte, indo ao encontro aos rebeldes paulistas.

A despeito das inúmeras vitórias do movimento (53 combates segundo Anita Prestes, com nenhuma derrota), o continuísmo da Coluna era impossível do ponto de vista logístico. Em 1927, o comando decidiu pelo exílio na Bolívia, tendo nesse momento 620 homens.

É na Bolívia, ainda em 1927, que Prestes recebe seu primeiro contato com as ideias comunistas. Astrojildo Pereira, então secretário-geral do PCB, recebeu o aval do

partido de ir ao encontro do capitão, tido como o maior líder tenentista. Levou na bagagem “todos os livros marxistas que tinha conseguido encontrar no Rio de Janeiro” (KONDER, 2009, p. 208), bem como os objetivos e programa do partido.

No que diz respeito ao aspecto militar, a conclusão óbvia do tenentismo e de seus desdobramentos na Coluna foi a completa falta de liderança e centralização do Exército. Se as missões de fins dos anos 1910 tinham servido para imbuir profissionalismo nos militares, também servira para dar-lhes as ferramentas para iniciar uma mudança estrutural na organização e na sociedade. Naquele momento, o Exército era partido.

O Anticomunismo na década de 1920

Os poucos avanços do PCB durante a década de 1920 foram acompanhados, naturalmente, por um avanço ínfimo por parte da literatura anticomunista. De fato, em relação ao Exército, o comunismo não é em momento algum uma preocupação central. Na revista *A Defesa Nacional*⁵⁵ não foram encontrados artigos referentes ao tema comunismo no período. É somente em outra publicação, a *Revista do Clube Militar*, que foram encontrados tópicos sobre o assunto. Em sua primeira edição (1926) a revista trazia os dizeres do Marechal Marques da Cunha sobre o Dia do Soldado. Em sua fala, ainda que rapidamente, o marechal menciona a questão do bolchevismo. Segundo ele:

As ameaças que pesam sobre a civilização não decorrem, porém, unicamente das lutas internacionaes. No seio de cada nação surgem por vezes incompatibilidades radicaes entre os cidadãos, que os levam ao campo das reivindicações armadas. Para os prophetas do bolchevismo as guerras em que se empenham patrais diferentes não offerecem grande justificação moral, ao passo que a guerra de classes é a unica justificavel (CUNHA, 1926)

Apesar da menção – o que indica um conhecimento dos militares sobre o tema, ainda que superficial –, não há nada mais profundo sobre o regime soviético.

O segundo artigo que vai passar pela temática comunista também é assinado pelo Marechal Marques da Cunha (1927), em uma resenha que faz sobre o livro de Gustave Le Bon “*A evolução social do mundo; ilusões e realidades*”. Em seu texto, Cunha vai

⁵⁵ Aqui também não foram obtidas todas as edições da revista no período. Os anos de 1926, 1927 e 1928 não foram encontrados. Entretanto, o teor das outras edições consultadas leva a crer que o tema comunismo fosse de fato marginal para os militares.

apontar que Le Bon identifica no socialismo uma das ilusões do mundo contemporâneo. Ele:

“Promette às almas simples o retrocesso aos tempos primitivos, em que o sólo e as mulheres pertenciam em commun a todos; ao mesmo tempo exhibe algumas formulas simples, destinadas sobretudo a excitar sentimentos de hostilidade, tales como: luta de classes, dictadura do proletariado, supressão do capitalismo, socialização das riquezas, etc” (CUNHA, 1927, p. 232)

O regime comunista, nesse ínterim, seria contrário a tudo vivenciado desde sempre na história do mundo. Cunha defende que desde tempos imemoriáveis, elites de homens capazes foram os que guiaram a civilização. O crescimento substancial do comunismo – na figura da Rússia – seria um sintoma da decadência do ideal democrático e da perda de seu influxo sobre as almas (ibidem: p. 233). Citando Jules Sauerwein, Cunha conclui que as consequências do bolchevismo para a Rússia são a mediocridade individual e a infelicidade. A aversão ao enriquecimento ou a “elevação acima dos outros” são as bases para o sofrimento que se encontraria a União Soviética em alguns anos.

O artigo que realmente trataria do tema no Exército no período só sairia dois anos depois, em 1929. Assinado pelo Tenente Coronel Alfredo Severo, do Colégio Militar, se intitulava *“As bases metaphysicas do bolchevismo russo”*. O artigo, de forte teor positivista, atacava o comunismo através das lentes de Augusto Comte. O autor, por diversas vezes no artigo, rivalizava a dialética de Marx com o método “induzir para deduzir afim de construir” de Comte.

O grande mal do comunismo, dizia o coronel, era que este não tinha bases sólidas nas ciências naturais como o positivismo. Diferentemente do pregado por Comte, a ideologia bolchevista praticava o nefasto ato de “passar uma esponja” por sobre toda a história e mesmo sobre o futuro, construindo o presente em solo frágil, sem nenhum tipo de alicerce histórico. Na concepção do autor, essa era uma das grandes falácia do preconizado por Marx e Engels. Somada a esta, mais duas se destacariam: o falso postulado de igualdade entre os homens e o egoísmo intrínseco das relações econômicas.

A igualdade entre os homens – materializada na ditadura do proletariado – se configuraria enquanto um ataque às leis da natureza, que não conceberia nem socialmente nem biologicamente organismos homogêneos, sendo necessário diversidade de funções para o melhor funcionamento do todo. Já o segundo ponto – a relação patrão-empregado – era percebida de maneira adversa ao defendido pelos comunistas. Ainda que

concordasse que existia nessa relação um grau de desigualdade gritante, o autor discordava de como essa seria rompida. Se o bolchevismo defendia a luta de classes como única forma de superação da exploração do trabalhador, Severo ia na contramão: defendia o altruísmo como a saída viável. Para ele,

O essencial é que, tanto patrões como operários, se coloquem no verdadeiro ponto de vista social, de funcionários públicos, actuando sob o imperio das forças do altruísmo. Essas forças altruísticas são, como ainda ensina Augusto Comte: “De um lado veneração dos fracos pelos fortes, de outro lado, a bondade, a dedicação dos fortes pelos fracos. Essas duas forças não são antagonicas, são convergentes. Só os egoismos é que são antagonicos e levam à luta. O altruísmo é sempre convergente (SEVERO, 1929, p. 36).

Nota-se, pelo tom do artigo, um problema ligado ao velho paradigma positivista do Exército. É importante salientar que em nenhum momento o debate feito pelo coronel adentra na concepção do comunismo como danoso às bases do pensamento militar, sendo a discussão puramente teórica. Naquele período, no Exército, não há uma unidade de pensamento no que diz respeito ao comunismo.

Conclusão

Tendo visto como estavam o PCB e o Exército e dando a devida atenção para eventos como a Revolução Russa de 1917, o movimento tenentista e a Coluna Prestes, é possível tirar um retrato do anticomunismo no Brasil na década de 1920. E nesse retrato, não há muito a ser visto.

Conforme discutido na seção anterior, no que diz respeito à produção intelectual por parte dos militares, quase não há nada escrito que possa sugerir uma preocupação central do comunismo para as Forças Armadas. Isso não quer dizer, é claro, que o comunismo seja bem-visto. Nas poucas vezes em que ele é fonte de discussão, há o repúdio. O que existe é pouca atenção em função de outras preocupações mais prementes e da baixa relevância da ideologia comunista na sociedade brasileira da década de 1920.

Essa ausência, no entanto, é um dado importante por alguns motivos. O primeiro deles diz respeito a adesão do Exército. Quando o comunismo de fato se torna um problema para o país, na década de 1930, seu principal nome, líder e representante é ninguém menos que um egresso do Exército Brasileiro, Luís Carlos Prestes. Quando de

fato há uma ameaça “vermelha” ao Estado brasileiro, em 1935, ela começa não nas fábricas, mas nos quartéis. Esse cenário mostra a possibilidade de uma simpatia por parte dos militares e que a recusa à “ideologia bolchevique” não era óbvia, muito menos dada.

A isso soma-se o segundo motivo, o da quebra disciplina. A explicação naturalista, ainda hoje muito popular em meios militares, de que o comunismo é contrário às bases das Forças Armadas da hierarquia e da disciplina não se mantém. Porque durante a década de 1920 – e também durante a década de 1930 – tudo que o Exército menos tinha era hierarquia e disciplina. Do tenentismo à Coluna Prestes, da Revolução Constitucionalista de 1932 à Intentona Comunista de 1935, o Exército por inúmeras vezes pegou em armas contra o Estado e fracassou. Mas foi somente com a Intentona que isso se tornou problema, quando este evento em específico possibilitou ao comando da Força alcançar algo a muito desejado, porém ainda incompleto: dar coesão às suas fileiras.

O inimigo vermelho só aparece com corpo e alma a partir da década de 1930, ganhando força e trejeitos durante o Estado Novo. Ali, de fato, o comunismo se torna inimigo do Exército. Antes, não. Antes o que existe é uma ideologia distante, uma aventura russa, algo muito além das preocupações mundanas dos militares brasileiros. Em 1920, o comunismo era uma ideologia numa prateleira. Que sua contraparte tenha sido a ideologia de escolha do país para dar unidade às suas Forças Armadas diz muito sobre a nossa história. Porque a partir de então, toda ameaça à democracia que o país passou sempre se pintou de anticomunista. E isso não foi natural, óbvio ou necessário. Isso foi uma escolha política pela qual pagamos até hoje.

Fontes e Referências bibliográficas:

Fontes Documentais:

CUNHA, J. Marques. Dia do Soldado. **Revista do Club Militar**. Rio de Janeiro, n.1, ano 1, p. 23, nov. 1926

_____. Um novo livro de Gustavo Le Bon. Rio de Janeiro, n. 6, ano 1, p. 281 – 287, out. 1927.

SEVERO, Alfredo. As bases metaphysicas do bolchevismo russo. **Revista do Club Militar**, n. 13, ano 3, p. 21-30, out. 1929.

Bibliografia:

ALEXANDER, Robert. O Movimento Tenentista. In: FIGUEIREDO, Eurico (Org). **Os Militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Os Tenentes depois da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico (Org). **Os Militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ARAGÃO, José Campos de. **A Intentona Comunista de 1935**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1973.

BANDEIRA, Moniz. **O Ano Vermelho**: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1986.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CONNIFF, Michael. Os Tenentes no Poder: uma Nova Perspectiva da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico (Org). **Os Militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

DOMINGOS NETO, Manuel. Gamelin, o modernizador do Exército. **Tensões Mundiais**. Fortaleza, v. 3, n. 4, p. 219-256, jan.-jun. 2007.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. O Manifesto Comunista. In: BOYLE, David. **O Manifesto Comunista de Marx e Engels**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FERREIRA, Oliveiros. **Vida e Morte do Partido Fardado**. São Paulo: SENAC, 2000.

FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e Poder**: Análise do Discurso Anticomunista do Exército Brasileiro. São Paulo: Annablume Editora, 2005.

GOMES PEDROSA, Fernando Velôso. O Anticomunismo Militar no Brasil. In: III Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas, 2012. **Anais**. Meio digital.

GONÇALVES, Marcos. O Anticomunismo no Brasil. **História: Questões & Debates**. Curitiba, n. 39, p. 277-281, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LOUREIRO, Fernando Guimarães. **O General Góes Monteiro e o Pensamento Político-Militar no Estado Novo Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em História) –

Programa de Pós-Graduação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MCCANN, Frank. **Soldados da Pátria**: História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964) São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

PRESTES, Anita. **Da Insurreição Armada (1935) à “União Nacional” (1938~1945)**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Uma epopéia brasileira**. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/uma-epopeia-brasileira>>. Acesso em: 04 fevereiro 2014.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002.

_____. **O diabo é vermelho**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2003.

SILVA, Antônio Ozaí. Esboço para a História da Esquerda no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, n. 103, ano 9, p. 90 – 107, dez. 2009.

SILVA, Carla Luciana. Anticomunismo brasileiro: conceitos e historiografia. **Tempos Históricos**, v. 02, n. 01, p. 195-228, 2000.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castello. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Intentona Comunista de 1935**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

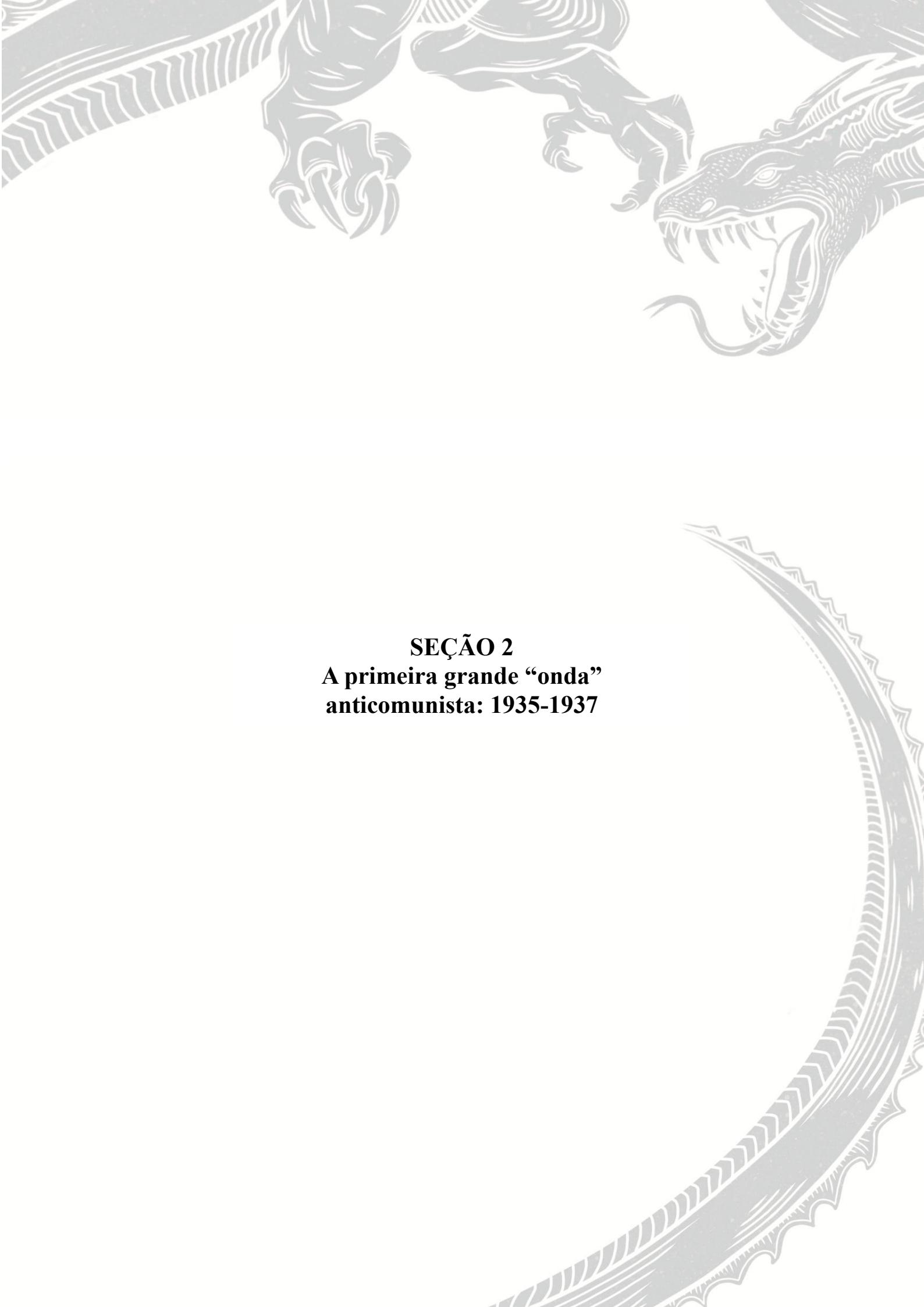
STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.

WAACK, William. **Camaradas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WEFFORT, Francisco. **Por que Democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

WIRTH, John. O Tenentismo na Revolução de 1930. In: FIGUEIREDO, Eurico (Org). **Os Militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

YOUNG, Jordan. Aspectos Militares da Revolução de 1930. In: FIGUEIREDO, Eurico (Org). **Os Militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.



SEÇÃO 2

A primeira grande “onda” anticomunista: 1935-1937

CAPÍTULO 4

As representações do comunismo n'O Santuário (1935-1937)⁵⁶

Marco Antônio Machado Lima Pereira⁵⁷

Introdução

O enfoque deste trabalho está centrado em uma das conjunturas em que o anticomunismo se manifestou de maneira marcante no Brasil: 1935-1937. Parte importante de nossa contribuição consiste em analisar, num dos períodos mais conturbados da história política recente do país, como as elites católicas valeram-se de determinados eventos históricos para consolidar seu compromisso em relação ao anticomunismo. Lembrando que o discurso católico foi marcado, durante as primeiras décadas da República, “pelo diagnóstico pessimista da realidade nacional, baseado na afirmação de que a falta de religião constituía o ponto crucial da explicação sobre os problemas e as debilidades da nação: dependência, ausência de direção política competente, má distribuição da riqueza” (MALATIAN, 2003, p. 181).

Destarte, busca-se aqui compreender e explicar como a Igreja Católica captou o significado da experiência comunista e, igualmente, em que medida o conflito entre o clero e os comunistas contribuiu para reafirmar sua própria visão do mundo social. Para a hierarquia católica, à luz do pensamento marxista, “o ateísmo, o materialismo, a violência, o repúdio da caridade não são somente, no regime preconizado por ele, excessos provocados por oposições encontradas, ou por exageros muito habituais nas lutas das revoluções, mas constituem aspectos essenciais da vida que o comunismo quer para a humanidade”⁵⁸.

A partir dos anos 1920 e 1930, a nova missão da Igreja residia em cristianizar a sociedade conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações e práticas pessoais de um espírito católico. No limite, arregimentar novos fiéis e competir com outras religiões eram desafios que assumiam importância destacada (MAINWARING, 1989, p. 45-46). É neste contexto histórico específico,

⁵⁶ O presente artigo é parte de uma discussão desenvolvida em maior detalhe em PEREIRA (2010) e acrescido de leituras mais recentes sobre o tema. Agradeço novamente à CAPES pelo financiamento da pesquisa que viabilizou este trabalho.

⁵⁷ Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Grajaú, onde também coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em História Política (GEPHP).

⁵⁸ *Catolicismo e Comunismo*. In: O Santuário, 11 de julho de 1936. p. 2.

portanto, em que a hierarquia católica sente a necessidade de elaborar um projeto claro de auto-representação, bem como firmar posições quanto ao modelo político e religioso adotado para interpretar esta nova realidade (o fim do Império e a separação entre Igreja/Estado), que inscreve-se a criação do jornal católico *O Santuário*⁵⁹, órgão oficial da Basílica Nacional, localizada em Aparecida-SP, fundado em 10 de novembro de 1900 pelos padres redentoristas alemães (responsáveis pela administração do Santuário).

Foi a partir dos anos 1930 que a Igreja Católica no Brasil elaborou um discurso sistematizado a respeito do “perigo” que os comunistas representavam para a civilização e a religião cristã. Assegurando sua incorporação ao âmbito da vida social, o clero dirigente contribuiu para consolidar uma determinada imagem (negativa, no caso) do comunismo e/ou comunistas. Desse modo, torna-se relevante enfatizar o aspecto discursivo do anticomunismo, na medida em que as representações sociais inseridas neste discurso “corporificam ideias”.

Na perspectiva de Denise Jodelet (2001, p. 22), o fenômeno da representação social deve ser visto como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Assim, este estudo propõe uma abordagem das representações do comunismo veiculadas pelo periódico católico *O Santuário*. Com efeito, a campanha e os recursos lançados contra os comunistas “eram peça de uma engrenagem maior, construída para alavancar a reconquista espiritual do povo e das elites do Brasil” (MOTTA, 2002, p. 26).

Em que pese seu caráter heterogêneo, o anticomunismo – entendido como um conjunto de ideias, de representações e de práticas de oposição ao comunismo (BONET, 1986, p. 34) – tornou-se força decisiva nos embates políticos do mundo contemporâneo, principalmente a partir do período entreguerras do século XX. O catolicismo consubstanciou-se numa das “principais fontes matriciais a fornecerem argumentos para elaboração das representações acerca do ‘perigo vermelho’” (MOTTA, 2002, p. 15).

Sob o prisma das lideranças católicas o comunismo era um inimigo irreconciliável e, em última instância, os comunistas representavam um desafio à sobrevivência da religião. A ação empreendida pelos revolucionários de esquerda correspondia à continuação da obra destruidora da Reforma, motivada pelo mesmo anseio de destruir a “verdadeira” Igreja e a ordem social baseada em seus ensinamentos. Para além do temor

⁵⁹ *O Santuário* foi um dos poucos periódicos católicos a circular de maneira ininterrupta no país e ainda hoje sua influência na região Sudeste continua bastante significativa.

da conquista das classes trabalhadoras pela nova doutrina, o comunismo era concebido como “inimigo absoluto” pois questionava os princípios básicos da instituição. Propugnando uma visão de mundo materialista, o comunismo destituiria os seres humanos de suas características espirituais, “trataria direitos considerados naturais – a propriedade, o pátrio poder, o casamento – como contratos que poderiam ser facilmente desfeitos” (RODEGHERO, 2002, p. 393-394). Portanto, a filosofia comunista opunha-se aos pressupostos básicos do catolicismo.

A desconstrução do “paraíso soviético”

Para efeito de análise, contemplar-se-á, neste capítulo, os artigos/matérias produzidos e reproduzidos pelo jornal católico *O Santuário* na conjuntura 1935-1937, com o intuito de percorrer parte do caminho traçado pela Igreja no combate ao comunismo no Brasil. Neste primeiro momento, destaca-se como o periódico se manifestou em relação ao regime comunista na Rússia, captando as nuances na produção noticiosa do referido jornal.

Atacando os grupos considerados indiferentes ao pretenso risco que pairava sobre a sociedade brasileira, o padre Luiz Castanho de Almeida, em tom convicto, assinalava que “[...] nunca teremos a coragem de um judeu-russo para matar inocentes”⁶⁰. Em seguida, o autor sustenta que um pesadelo poderia estar a caminho:

É preciso saber de que aço se forjam as armas do inimigo. Denuncio aqui aos meus leitores que os intelectuais simpatizantes ou aderentes ao comunismo não tem dó, nem piedade. Não crêem mais. Não se levam por sentimentalismos. Se não quiserem manchar as mãos no sangue da besta humana, por uma questão de higiene, não hesitariam em açular as massas. Ninguém grita. Ninguém se incomoda. Os médicos, os professores, os estudantes, a classe dirigente, enfim, estão se contaminando com o vírus de Moscou⁶¹.

Deve-se sublinhar a associação construída pelo autor entre judaísmo e comunismo. O que deve ser dito, com outras palavras, é que o discurso religioso ao empregar este tipo de associação, pretendia certamente marcar o campo do “outro”, apontando para o lugar do “inimigo”, capaz de “matar indivíduos inocentes”, representado pela figura do comunista e do judeu. Como adverte Rodrigo Motta (2002,

⁶⁰ *Intelectuais comunistas*. In: *O Santuário*, 26 de janeiro de 1935. p. 1.

⁶¹ Idem.

p. 57), “as representações vinculando judeus ao comunismo, que chegavam ao ponto de responsabilizar os ‘semitas’ pela criação do perigo revolucionário, originavam-se, geralmente, nos círculos fascistas e católicos”.

Outro ponto do fragmento retirado do artigo que merece destaque refere-se à apresentação da ação dos comunistas como similar ao trabalho de agentes infecciosos: “Os médicos, os professores, os estudantes, a classe dirigente, enfim, estão se contaminando com o vírus de Moscou”⁶². Por outro lado, Luiz Castanho de Almeida afiança que diante da “ameaça comunista” caberia às autoridades eclesiásticas uma ação mais enérgica, no sentido de evangelizar, ou seja, levar a fé às classes intelectuais do país, uma vez que a “abismos e loucuras arrastaria o coração brasileiro se não fora a religião”. No entender do autor, “não é só nas massas humildes que está o perigo”, os católicos deveriam estar atentos à aproximação das chamadas “elites” com a “doutrina comunista”, fato que poderia levar o país à ruína.

Dito isto, convém explorar, à luz de uma matéria cujo título não deixa de ser sugestivo: “Comunismo e Maçonaria; armas do judaísmo”, a associação levada a efeito pelo jornal *O Santuário* vinculando judeus, comunistas e maçons. Para tanto, o periódico em questão aceita as considerações do coronel Azambuja Villa-Nova da 7^a Região Militar de Recife, quando este pondera que a grande maioria dos maçons brasileiros ignorava que “[...] sob a capa de igualdade, fraternidade e humanidade a maçonaria não passa de uma organização destinada, exclusivamente, a batalhar pelo supremo interesse do judaísmo; a dominação do mundo”⁶³.

Nos dizeres do coronel Villa-Nova, a organização maçônica seria antes de tudo judaica, uma vez que assim como o comunismo a maçonaria também serviria como instrumento inconteste do judaísmo a serviço da “dominação do mundo”. Com o propósito de embasar esta tese, ele advoga que “[...] o primeiro governo soviético compunha-se de 30 membros, dos quais, 29 eram judeus. A revolução bolchevista foi feita com o dinheiro dos judeus norte-americanos”⁶⁴. Ademais, Villa-Nova defendia o fechamento das lojas maçônicas, acusadas por ele de serem apenas “verdadeiras reservas do comunismo”. A referida matéria, ao trazer para perto dos leitores fiéis tal ameaça, simbolizada no pretenso complô promovido pelos comunistas, maçons e judeus, atesta

⁶² Para Rodrigo Patto Sá Motta, “a representação do comunismo como enfermidade remete ao tema correlato da ‘infiltração’. Tal qual uma doença, os comunistas foram denunciados como um grupo dedicado a infiltrar-se nos organismos sociais, debilitando-os internamente” (MOTTA, 2002, p. 54).

⁶³ *Comunismo e maçonaria; armas do judaísmo*. In: *O Santuário*, 04 de dezembro de 1937. p. 2.

⁶⁴ Idem.

que haveria uma ligação entre a Internacional Comunista e os levantes de novembro de 1935, conferindo destaque à suposta participação de judeus no episódio:

Isto posto, lançando-se um golpe de vista para o mapa sul-americano, vê-se logo a importância capital que terá para o judaísmo, o domínio, no Brasil. Daí, toda a sua força para consegui-lo. Até então, a maçonaria era mantida em reserva, porque o Komintern julgou que Prestes chegaria facilmente ao poder, com o golpe de novembro de 1935. O fracasso desse golpe desesperou os judeus que lançam mão dos últimos recursos; inclusive o da maçonaria, mesmo com o risco de rasgar-se o véu de filantropia e cooperativismo, que até hoje a envolve perante tantos ingênuos⁶⁵.

Além do tema do “regime comunista na Rússia”, constatamos a presença de outra temática relevante para a produção jornalística do jornal *O Santuário*, a saber, o “operário”. No nosso entender, a questão do operário foi contemplada pelo discurso anticomunista pois esteve estreitamente vinculada ao “retrato” construído pelos católicos no que concerne à realidade social vivida no país dos soviets. Em síntese, tais temáticas adquiriram destaque no noticiário veiculado pelo jornal por dois motivos que julgo centrais: em primeiro lugar, os católicos almejavam desconstruir a imagem da União Soviética como suposto Estado proletário e, ao mesmo tempo, pretendiam construir um discurso que apontasse o Estado soviético como mantenedor das desigualdades sociais. Em contrapartida, cumpre frisar que os artigos/matérias cotejados tornaram viável uma melhor compreensão quanto à postura da instituição eclesiástica frente às questões sociais mais pungentes dos anos 1930.

O artigo a seguir é revelador quanto ao nível de entendimento da Igreja Católica no que tange às relações sociais empreendidas no mundo do trabalho, marcado, em sua ótica pela diferença entre operários cristãos e comunistas. Note-se que, no princípio do artigo, o autor emprega o rótulo “falsos amigos” para designar os comunistas e/ou socialistas. Sob o prisma dos católicos, os chamados “falsos amigos” teriam criado o ambiente propício ao desenvolvimento da luta de classes, fomentando no “coração dos operários” o ódio ao “patrão”. No final do artigo verifica-se a presença de um dos elementos mais caros ao cristianismo, qual seja, a caridade. Portanto, o artigo ilustra as premissas básicas que deveriam nortear a vida social do operário católico:

Cuida que te defendas contra a explorações dos teus falsos amigos. Os

⁶⁵ Idem.

teus falsos amigos – não o conheces?
AQUELES que derramam no teu coração o ódio ao patrão, a cúbica do capital – que atiçam a luta de classes.
AQUELES que te falam do imperialismo negro, dos jesuítas indesejáveis, da inquisição, sem eles saberem de que estão falando nem tu entenderes o que estão dizendo.
AQUELES que te falam sempre dos teus direitos para viverem à custa do teu trabalho.
AQUELES a quem nunca terás a coragem de pedir uma côdea de pão, uma cuia de farinha ou uma penca de bananas porque te dariam com a porta na cara, ou se te dessem alguma coisa, seria ou para comprar o teu voto, ou para te roubar a consciência.
AQUELES que te levam em charola quando estão com fome – que te fuzilam quando estão “arranjados”.
AQUELES imprestáveis que nenhum patrão quer, que gritam, berram e nunca trabalham.
De que precisas?
De não ficas isolado. De não pensares só em ti.
De cumprir o teu dever social.
De conhecer melhor a tua dignidade humana tantas vezes sacrificada para zelar interesses que não são os teus.
Lembra-te por fim!
Que o CAPITALISMO só deve ser condenado quando passa a ser a DITADURA ECONÔMICA contra a qual protesta com veemência o teu defensor e amigo o Santo Padre.
Que o SOCIALISMO nunca te fará feliz porque não conhece o que é, o que quer e que faz a CARIDADE.
A CARIDADE pertence exclusivamente a um Deus que foi teu companheiro de proletariado, ao Homem-Deus, Nossa Senhor Jesus Cristo⁶⁶.

Isto posto, para seguir efetivamente tais premissas o operário deveria obter acesso aos jornais e livros católicos, uma vez que para os fiéis esta seria a maneira mais eficaz de afastá-lo das “doutrinas revolucionárias”:

Ajudar os operários com boas leituras é também coisa de grande importância. Não falta quem ofereça ao operário o jornal socialista ou comunista que lhe encha a cabeça de idéias revolucionárias e o coração de sentimentos de ódio. E ele facilmente aceita o que escreve o jornal. Convencê-lo que aquilo são embustes de exploradores que querem enganar e envenenar o espírito dos operários, é especialmente a tarefa dos jornais e livros católicos⁶⁷.

Padre João Batista, o mais importante articulista do jornal *O Santuário*, teceu severas críticas ao regime comunista implantado na Rússia, por intermédio de seus artigos/editoriais. O redator pretendia esvaziar o argumento dos comunistas, minando

⁶⁶ Operário! In: *O Santuário*, 23 de fevereiro de 1935, p. 2. Caixa alta no original.

⁶⁷ *Os operários*. In: *O Santuário*, 21 de agosto de 1937. p. 1.

qualquer discurso que apresentasse a Rússia como o “paraíso dos operários”. No artigo que se segue, padre João Batista chega a empregar a associação comunismo = “pai da mentira”. De fato, para muitos católicos, “os comunistas não são apenas transfigurações arquetípicas da morte: são também ‘mentirosos’, o que atesta o seu caráter demoníaco. Pois o demônio é o ‘pai da mentira’ (Jo 8, 44)”⁶⁸ (MATA, 1998, p. 77).

O articulista advogava, por exemplo, que o regime soviético solapou a realidade social do país, relegando o povo à miséria e não à liberdade, a uma tirania atroz que devastou a classe operária. Em resumo, segundo o periódico católico *O Santuário*, via padre João Batista, “o comunismo em toda parte é o mesmo que na Rússia”, portanto, competia aos católicos desmascará-lo a fim de impedir o avanço dos seus ideais:

O demônio, como diz Nossa Senhora, é o pai da mentira e todo o seu empenho é enganar os homens pela mentira. Os que na terra seguem o seu partido, usam do mesmo meio. [...] Porém onde a mentira mais se espalha, se repete, se inculca, se quer apresentar como realidade, é no comunismo. Toda gente sabe pelo testemunho de grande número de observadores e pelo próprio testemunho dos jornais comunistas que o comunismo tem sido para a Rússia uma desgraça imensa, que ali não reina a prosperidade, mas extrema miséria, que ali não há liberdade mas a tirania mais atroz a que os operários vivem sujeitos como verdadeiros escravos, que ali não há lei nem direito nem justiça mas a mais cruel arbitrariedade que sem processo nem culpa matou centenas de milhares de pessoas e destruiu e condenou aos mais duros trabalhos forçados outros milhões⁶⁹.

Neste sentido, para ratificar esta tese, seria de extrema relevância chamar a atenção dos fiéis católicos quanto ao relato de um escritor peruano quando da sua visita a Moscou:

O que há na Rússia é um sistema absurdo. O povo russo é um povo escravizado que se contorce na miséria; ali não há domínio do povo, mas horrível tirania. O que vi na Rússia foi para mim uma desilusão terrível. Ali não há ninguém que ainda possa rir, todos sofrem e se lastimam. Em toda parte reina um surdo descontentamento. Entretanto, a propaganda russa envia a todos os países milhares de livros que em frases mentirosas apregoam a excelência dessa tirania que fez um fiasco miserável e deu ao povo russo apenas a ‘felicidade’ de morrer de fome. O que se faz na Rússia é um crime contra os operários que nunca chegam a aproveitar o seu trabalho⁷⁰.

⁶⁸ Para Sérgio da Mata (1998), esta referência certamente contribuiu para que a mentira viesse a ser caracterizada como um dos atributos de Satã mais recorrentes no imaginário cristão. Nesta acepção, podemos perceber o vínculo demônio = pai da mentira = comunismo.

⁶⁹ *Pregoeiros da mentira*. In: *O Santuário*, 27 de setembro de 1935. p. 1.

⁷⁰ Idem.

Retomando a temática do “operário” nos demais artigos, a partir da retórica da exploração da mão-de-obra dos trabalhadores, padre João Batista sustenta que tal exploração advinha das práticas político-sociais aplicadas pelo regime bolchevique. Para a hierarquia católica, os adeptos do “credo vermelho”, na qualidade de “falsos amigos” e de “pais da mentira”, adotariam a estratégia de exploração do trabalho do operário como forma de alcançarem sucesso em seus objetivos políticos; neste caso, conquistar novos adeptos e, por conseguinte, chegar ao poder. Por outro lado, o autor acrescenta que, graças às táticas levadas a cabo pelos “pregoeiros do socialismo”, os operários eram facilmente manipulados, como depreendemos do seguinte excerto:

Os pregoeiros do socialismo e comunismo não se cansam de declarar-se amigos e defensores dos operários e de todos os desprotegidos da sorte. À experiência, porém, tem demonstrado constantemente que eles apenas querem o apoio dos operários para enriquecer às custas deles ou se apoderar do poder pelo sacrifício deles⁷¹.

Deste modo, os católicos acusavam os dirigentes comunistas de persuadir os operários e, simultaneamente, “todos os desprotegidos da sorte”, a fim de garantir respaldo político e enriquecimento, garantindo aos “partidários do credo vermelho” êxito em seu intento revolucionário. Contudo, para implementar o regime comunista, os “chefes soviéticos” não poderiam abrir mão da educação socialista que “[...] não é outra coisa senão luta contra a religião, destruir nas crianças os sentimentos religiosos e infiltrar-lhes o ateísmo e os sentimentos de ódio contra a religião” e da chamada educação sexual, cujo propósito seria “[...] envenenar a consciência das crianças, tirando-lhes os sentimentos de pudor e castidade, de modo que se entreguem sem escrúpulo à imoralidade e por ela fiquem dispostos a todo o mal”⁷².

De fato, a opinião anticomunista de cunho católico exasperou-se com um dos aspectos da “propaganda comunista”, qual seja, a de que a doutrina seria perfeitamente compatível com a religião. Segundo o artigo, para melhor persuadir os católicos “papalvos”, alguns comunistas alegavam que Cristo foi o primeiro comunista da história. O uso deste argumento supostamente utilizado pelos comunistas explicava, segundo o artigo, a simpatia de alguns sacerdotes pela “heresia de Moscou”. Entretanto, o autor do

⁷¹ *Apóstolo dos pobres*. In: O Santuário, 03 de agosto de 1935. p. 1.

⁷² *Educação sexual e comunismo*. In: O Santuário, 14 de dezembro de 1935. p. 2.

artigo afiança que, para desfazer tanto engodo,

[...] basta atender no seguinte fato: onde o comunismo começa a ter adeptos, logo se verificam atentados contra templos católicos e sacerdotes. É o cartão de visitas, digamos clássico, com que ele se anuncia. Aqui mesmo, no Brasil, o comunismo não mudou de tática. De algum tempo a esta parte, em vários pontos do território nacional, vem se registrando tais atentados. [...] Estes fatos são perfeitamente sintomáticos, dizem bastante na sua brutalidade, o que seria do Brasil se, mesmo por alguns dias, prevalecesse em nossa pátria o terror bolchevista⁷³.

A ênfase neste ponto, a saber, a estratégia dos “atentados” empreendida pelos comunistas contra templos católicos e contra a comunidade católica, assumiria uma dimensão cada vez maior a partir da “intentona comunista”⁷⁴ e da guerra civil espanhola⁷⁵. Não bastasse isso, para desconstruir o ideário comunista definindo-o enquanto “inimigo”, os católicos construíram a seguinte versão da realidade vivida na União Soviética:

Comunismo é uma doutrina ou um sistema de governo que consiste na **supressão do direito de propriedade** pelo direito de rapina ou roubo, supressão do direito de sangue ou da família pela dissolução do casamento e pela transferência dos direitos paternos ao Estado, supressão da personalidade humana substituída por uma servidão ou escravidão ao governo, ao vício, ao erro.

No comunismo, os pobres a princípio roubam aos chamados burgueses, depois o Estado rouba a todos e se torna o único proprietário, distribuidor de terras, de víveres, etc. estabelecendo a mais execrável das tiranias. É a **devassidão**, a sensualidade erigida em direito, tornando-se a mulher inferior ao que era a mulher no paganismo, um instrumento de satisfação da paixão, nivelada ao próprio bruto. Os filhos não devem aos pais nem respeito, nem obediência, nem amor. Na Rússia, onde domina o comunismo receberam felicitações muitas alunas de uma escola por estarem desonradas aos 13 anos. Foi considerada uma heroína e premiada uma menina de 12 anos que denunciou o próprio pai por ter guardado, para auxiliar sua alimentação,

⁷³ *O cartão de visita do comunismo*. In: O Santuário, 22 de fevereiro de 1936. p. 2.

⁷⁴ Na avaliação de Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. 76), “os acontecimentos de novembro de 1935 têm importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que forneceram argumentos para solidificar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo”. Mesmo que alguns políticos e jornalistas tenham utilizado a expressão logo depois das revoltas ocorridas em Natal, Recife e Rio de Janeiro, sua generalização e oficialização só se consolidaram anos depois. Nesse sentido, “a adoção da expressão pela memória oficial decorreu das necessidades estratégicas da luta anticomunista, na medida em que se tratava de desqualificar a tentativa revolucionária de 1935”, visto que intentona significa intento louco, motim insensato “e é exatamente desta ideia que se pretende associar ao evento” (MOTTA, 2002, p. 76).

⁷⁵ Importante enfatizar que as notícias a respeito das “barbaridades” supostamente praticadas pelos comunistas na Espanha dominaram as páginas do jornal *O Santuário*, sempre apontando aspectos negativos dos mesmos. A este respeito, ver o capítulo 2 da dissertação de PEREIRA (2010).

uma parte dos gêneros alimentícios que cultivara em seu campo. O homem não é mais do que qualquer bruto, a quem se dá liberdade de procriar, a quem se dá a comida para viver e se permite estar onde o governo julga vantajoso. No Estado comunista não se quer saber nem de Deus, nem da religião. Não há justiça nem caridade, não há virtude, nem verdade. Em vez dos mandamentos sublimes da lei de Deus **domina o erro, o mal e o vício**, prega-se desprezo para com Deus e para com os pais. Zomba-se da honra e do pudor dos filhos e filhas. Alguém que visitou a Rússia comunista, horrorizado disse que aquilo era uma imensa senzala. O povo vive em **pobreza, miséria e escravidão extrema**. São senhores de fortunas, dos postos de mando os judeus usurários e inimigos acérrimos dos cristãos. Os pobres são cada vez mais pobres e miseráveis; os antigos proprietários que não foram assassinados estão hoje na miséria abjeta [...]⁷⁶.

Em suma, estes seriam os elementos que legitimariam o emprego da tirania, do assassinato, da depredação, da violência e da força praticada pelos “partidários do credo vermelho” na Rússia e na Espanha. Melhor dizendo, o Estado soviético seria o responsável pela distribuição equânime dos bens mediante o uso da violência, promovendo, dessa forma, “[...] a guerra aos ricos e burgueses, aos potentados e trabalhadores, obrigando-os todos a servir à comunidade: os filhos não pertencem aos pais, as mulheres a seus maridos, os bens ao seu dono, o trabalho ao operário, os campos, as casas etc. a seus proprietários”⁷⁷.

Observe-se que o artigo citado coloca em relevo o tema da “propriedade privada”, tema que perpassa boa parte dos artigos/matérias anticomunistas de inspiração católica relacionados aos acontecimentos revolucionários na Rússia. Desse modo, constatamos que, aos olhos do clero brasileiro, acabar com a propriedade privada seria um projeto irrealizável por parte daqueles que sonhavam com a sujeição do mundo à utopia comunista. No limite, afirmava-se que sob o domínio dos bolcheviques os indivíduos tornaram-se “escravos” do Estado, uma vez que o governo teria como característica intrínseca o exercício da violência, pois o comunismo objetivava um sistema social e econômico baseado na propriedade coletiva.

As forças religiosas pretendiam mostrar que, ao contrário das promessas de igualdade e melhoria das condições de vida dos trabalhadores, o regime bolchevista ofereceria, no plano concreto, miséria, exploração, destruição dos laços familiares, degradação da mulher e “devassidão”. Os católicos ainda alertavam para o fato de que apenas os “judeus usurários” e os inimigos da religião poderiam ocupar posição destacada

⁷⁶ *Que é o comunismo?* In: O Santuário, 20 de junho de 1936. p. 2. Grifos meus.

⁷⁷ *Choque de ideias.* In: O Santuário, 08 de agosto de 1936. p. 1.

dentro da sociedade russa. Seria factível, seguindo o jornal *O Santuário*, indagar por que motivo. E, como ele, responder: “A revolução bolchevista foi feita com dinheiro dos judeus norte-americanos”.

O antisemitismo, diz Hobsbawm, deu origem a movimentos políticos calcados na hostilidade aos judeus no último quartel do século XIX em diversos países:

Os judeus estavam presentes em quase todo lugar e podiam simbolizar com facilidade tudo o que havia de mais odioso num mundo injusto, inclusive seu compromisso com as idéias do Iluminismo e da Revolução Francesa que os tinham emancipado e, ao fazê-lo, os haviam tornado mais visíveis. Eles podiam servir como símbolos do odiado capitalista/financista; do agitador revolucionário; da corrosiva influência dos ‘intelectuais sem raízes’ e dos novos meios de comunicação; da competição – como poderia ser outra coisa que não ‘injusta’? – que lhes dava uma fatia desproporcional dos empregos em certas profissões que exigiam educação; e do estrangeiro e forasteiro como tal. Para não falar da visão aceita entre os cristãos antiquados de que eles tinham matado Jesus. A antipatia aos judeus era de fato difusa no mundo ocidental, e a posição deles na sociedade do século XIX ambígua (HOBSBAWM, 1995, p. 123).

Uma das críticas mais contundentes detectadas no artigo anteriormente citado foi a tentativa de demonstrar que o comunismo teria acentuado de forma significativa a desigualdade social na “imensa senzala”, espaço que caracterizava, em conformidade com os líderes católicos, a Rússia comunista. A este respeito, Bethania Mariani, em sua análise, advoga que:

A indicação que estas definições fornecem é a de que este *outro* sistema político e econômico corresponde a uma ameaça e pode ser localizado – isto é, tornado materialmente visível – na União Soviética. A União Soviética é o lugar onde ocorre a *eliminação das pátrias*: o comunismo, deste modo, deixa de ser um conceito político para tornar-se a imagem de um país (MARIANI, 1998, p. 147).

O relato do caricaturista norte-americano Robert L. Ripley sobre a sua estada na Rússia certamente contribuiu para endossar as impressões negativas atinentes à experiência socialista. O tema da “fome”, isto é, da situação social nos países comunistas, foi explorado exaustivamente (“O professor L. Tarassevich, notável sociólogo russo, em um relatório à Liga das Nações, disse que trinta milhões tinham morrido de fome, depois que o país se tornara comunista”⁷⁸). De acordo com Ripley, a fome advinha única e

⁷⁸ *Em dezoito anos de comunismo*. In: *O Santuário*, 27 de junho de 1936. p. 2.

exclusivamente da má administração do governo soviético, preocupado em obter divisas em ouro com a venda de trigo para o mercado externo. Para o caricaturista, “a Rússia é um albergue gigantesco. Fora de Moscou e Leningrado, os mostruários soviéticos, o que reina é a fome, a sujeira e a corrupção”⁷⁹.

Além da narrativa do caricaturista norte-americano, *O Santuário* reproduziu uma espécie de “balanço” negativo dos 18 anos do regime bolchevique, cuja tônica central voltava-se para a incompatibilidade entre o projeto revolucionário, que pressupunha uma melhor distribuição da riqueza, e a fome que assolava o país. Mais uma vez os comunistas foram acusados de lançar mão da violência, sobretudo no que diz respeito à abolição da propriedade privada:

Em 1917, os comunistas se apoderaram de toda a riqueza pública e particular da Rússia. Liquidaram o capitalismo e massacraram as classes educadas. Assassinaram os ricos, roubaram-lhes todos os bens e todas as propriedades. Tomaram 500 milhões de dólares em ouro do Tesouro Nacional (as maiores reservas do mundo naquele tempo). Apreenderam mais 50 milhões de ouro da Romênia. Confiscaram propriedades norte-americanas no valor de 800 milhões. Destruíram a religião, apoderando-se dos templos e do que neles se continha, avaliado em 20 bilhões. Além disso, repudiaram 11 bilhões de dólares de empréstimos feitos pela França, Inglaterra, Bélgica e Estados Unidos. Ao todo, os bolchevistas puseram as mãos em mais de 50 bilhões de dólares! E esse inominável crime foi cometido em nome da melhor distribuição da riqueza e em nome da liberdade! Passados dezoito anos, nem liberdade, nem riqueza. O que existe é a fome⁸⁰.

Em declaração à imprensa em julho de 1936, Pio XI dirige-se aos jornalistas com o intuito de levar ao público leitor as seguintes recomendações a respeito do “perigo vermelho”:

O primeiro perigo, o maior e mais generalizado, é certamente o comunismo em todas as suas formas e graduações. Tudo ele ameaça e tudo ataca abertamente ou solapa insidiosamente: a dignidade individual, a santidade da família, a ordem e segurança da sociedade civil e sobretudo a religião até a negação aberta e organizada e a guerra contra Deus, e particularmente a religião católica e a Igreja Católica. Um literatura muito abundante e por demais espalhada põe em plena luz este programa e os ensaios feitos ou tentados em vários países (Rússia, México, Espanha, Uruguai, Brasil) são a prova concludente. Perigo grande e total e perigo universal. A universalidade é continuamente e sem rebuços proclamada e exigida, e então procurada e promovida por uma propaganda que nada respeita. Cresce o perigo

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ *Em dezoito anos de comunismo*. op. cit., p. 2.

quando o comunismo, como vem fazendo ultimamente, toma atitudes menos violentas e na aparência menos ímpias a fim de penetrar em ambientes menos acessíveis e obter – como de fato obtém – conivências que pareciam incríveis ou pelo menos silêncios e tolerâncias de valor inestimável para a causa do mal, e de consequências funestíssimas para a causa do bem⁸¹.

Nas palavras do Papa Pio XI, o comunismo constituía uma ameaça à instituição da família, à manutenção dos valores da “boa sociedade” e à moralidade cristã. O Sumo Pontífice adota o termo “penetrar” para caracterizar o “proselitismo comunista”, retomando a temática da “infiltração” que, seguindo o discurso anticomunista, era um artifício técnico empregado pelos comunistas para se embrenharem na organização social, colocando em risco a integridade das nações. Por outro lado, o Papa advertia os fiéis sobre os riscos de a literatura subversiva fornecer subsídios para a disseminação dos ideais comunistas em países como Rússia, México, Espanha, Uruguai, Brasil.

Ademais, Pio IX chamou de “ensaios” o conjunto de ações promovidas pelos “agentes de Moscou” para dirigirem a ação dos revolucionários de esquerda no contexto da guerra civil espanhola e mexicana. Na América do Sul, os agentes estrangeiros teriam transformado o Uruguai num centro de “propaganda comunista”, o que denotaria o envolvimento do embaixador russo no Uruguai com os levantes ocorridos no Brasil em novembro de 1935, particularmente no Rio de Janeiro⁸².

A cobertura das eleições parlamentares na França, ocorridas em maio de 1936, nos remete mais uma vez ao tom acusador dos anticomunistas no que diz respeito às táticas empregadas pelos comunistas no cenário político. Um matéria traz à baila a suposta ligação entre os comunistas franceses e o apoio de Moscou. Com o intuito de eleger o maior número de deputados e ganhar influência na direção do país, os partidários do comunismo teriam realizado uma aliança com os socialistas, a chamada “Frente Popular”, cuja bandeira principal era o “perigo fascista”. A matéria acusava a coalizão de contar com o apoio financeiro do governo bolchevique (“Já em janeiro os comunistas franceses pediram a Rússia com urgência dez milhões de francos para fins eleitorais. [...]] Veio depois outro apelo à caixa soviética e eles mandaram mais dois milhões sob a condição de obediência absoluta às instruções soviéticas. Deste modo conseguiram os

⁸¹ *O Sto. Padre e o comunismo*. In: O Santuário, 04 de julho de 1936. p. 1.

⁸² *Uruguai e Rússia*. In: O Santuário, 28 de dezembro de 1935. p. 2. “A polícia do Rio conseguiu apreender documentos que mostram claramente a cumplicidade do embaixador russo no Uruguai na revolução comunista do Rio [...]. Cumpre notar que em toda a América do Sul o Uruguai era o único país que mantinha relações oficiais com a Rússia e que por este meio se tornaram o centro de propaganda comunista na Sul América”.

comunistas franceses tantas vantagens nas eleições⁸³), fato que teria conferido aos comunistas franceses um resultado surpreendente nas últimas eleições: de 9 para 72 o número de deputados eleitos. Como a reportagem sugere, em troca de apoio político e material os comunistas franceses seriam subservientes aos ditames das diretrizes soviéticas, visto que tal argumento contribuía para fomentar as denúncias contra o “perigo estrangeiro”:

Vê-se aí, como os sovietes russos se intrometem na política e vida interna de outros países. Um país que seja cioso de sua independência, não pode deixar de combater energicamente o comunismo. A França teve a intromissão comunista como resultado lógico de sua aliança com a Rússia e Deus queira que não tenha de sofrer, dentro em pouco, consequências muito funestas⁸⁴.

As representações anticomunistas cristãs

Nota-se que para o pensamento cristão os indivíduos enfrentavam agruras em todas as instâncias da vida em virtude da ausência do Evangelho como doutrina fundamental na resolução dos problemas político-sociais. Baseado na leitura do editorial a seguir, torna-se possível sustentarmos que a Igreja procurava resolver tais problemas à sua maneira⁸⁵. Vejamos como esta questão foi colocada na seguinte passagem:

Falam tanto nos nossos dias de novas teorias, novos sistemas de salvação dos povos, de uma nova época de prosperidade, de participação nos grandes lucros das empresas etc. e por fim tudo fica em palavras. O resultado de todas essas profecias é a continuação do status quo da humanidade. Não precisamos de novos métodos e sistemas. O que precisamos é da aplicação do único verdadeiro método da salvação pessoal e universal: do evangelho de Jesus Cristo. Se esses conselhos e leis sublimes fossem seguidos e observados, todas as questões estariam resolvidas: a questão operária, a questão da pobreza, a questão do justo salário, a questão do lucro e comércio, a questão dos socorros em caso de enfermidades e calamidades, a questão da educação, a questão dos divertimentos, esportes etc. pois para todos esses casos há regras e determinações claras nos evangelhos. Pusesse-se em prática os preceitos da caridade, o código das bem aventuranças,

⁸³ *Os comunistas russos e as eleições francesas*. In: O Santuário, 11 de julho de 1936. p. 2.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Como postula Troeltsch (1931, p. 33), a Igreja Católica pretendia sobrepor-se ao Estado no que diz respeito à resolução dos problemas sociais, resolvendo-os à sua maneira. Mais adiante, o autor sublinha que cada vez mais, entretanto, a atitude da Igreja coincidiu com aquela do Estado quanto à resolução de tais problemas (TROELTSCH, 1931, p. 158).

observasse os 10 mandamentos e tudo estaria resolvido. Não envelhecem nem envelhece o evangelho. Quando os primeiros cristãos e a idade média o executavam era outra a sorte da humanidade. Os soberbos sábios modernos julgam-no velho e atrasado e inventam panacéias ineficazes e tolas que para nada servem⁸⁶.

Em artigo/editorial de forte apelo anticomunista, padre João Batista se questiona a respeito da ampla “infiltração” do comunismo no âmbito da vida social, levando em conta os amargos resultados obtidos com a Revolução Russa de 1917:

Como é possível que o comunismo se espalhe e ganhe tantos adeptos? Acaso não se vê pelo exemplo da Rússia que o comunismo, longe de melhorar a sorte dos operários, pelo contrário, os escraviza mais? Não se vê que o comunismo é inimigo da família, da ordem, da justiça, implantando o império da pior crueldade, arbitrariedade e tirania? Tudo isto é evidente aos olhos de todos que não querem deixar de ver e, contudo, o comunismo se alastrá e acha partidários. Como se explica este fato? Notemos que o comunismo na escada descendente de degeneração e depravação humana é o último degrau, em que o homem se torna inimigo de Deus e dos homens, de toda religião e de todas as leis da justiça e da moral. O comunismo é o pleno desenvolvimento da revolta contra Deus que todo pecado mortal em si encerra e que se acentua tanto mais quanto mais o homem se entrega a uma vida de pecados⁸⁷.

Do ponto de vista cristão, o mundo se encontrava dividido em dois campos: “de um lado os que defendem a civilização cristã; do outro, os novos bárbaros, que empunham a bandeira rubra da revolução marxista. [...] No combate ao bolchevismo o catolicismo ocupa o primeiro plano”⁸⁸. Em síntese, tal artigo apresenta uma versão extremada com relação ao comunismo, considerando-o um retorno à barbárie. Por outro lado, argumentava-se que a “doutrina marxista” entrava em choque com os valores fundamentais que alicerçavam a civilização cristã e ocidental.

Como destacou o periódico em exame, o conflito entre católicos e comunistas teria mais uma vez como “palco” o território francês. De acordo com a matéria, um telegrama vindo de Estrasburgo indicava a formação de um movimento católico envolvendo cerca de 70 mil fiéis alsacianos, cuja principal ação residiria no compromisso de combate ao marxismo e no emprego de esforços pela “reforma cristã da sociedade moderna”. Um dos principais itens extraídos do telegrama reproduzido pelo *Santuário* pode ser visto a seguir:

⁸⁶ *De sentinel*. In: O Santuário, 05 de setembro de 1936, p. 2.

⁸⁷ *O caminho*. In: O Santuário, 12 de setembro de 1936, p. 1.

⁸⁸ *Os católicos e o marxismo*. In: O Santuário, 26 de setembro de 1936. p. 1.

Verificando a inquietante progressão do bolchevismo e de seus métodos de destruição selvagem...os católicos de Alsacia, para defender a civilização católica ameaçada e responder aos prementes apelos do Papa, comprometem-se a fazer enérgica oposição ao comunismo. Com o objetivo de melhor combater o marxismo materialista e ateu, os católicos de Alsacia obrigam-se a defender, com maior energia do que nunca, a escola confessional, que é a mais segura garantia da educação cristã das jovens gerações e a entrar, resolutamente, em luta contra o laicismo sectário da maçonaria, contra a imoralidade pública e contra tudo o que favorece o desenvolvimento do comunismo⁸⁹.

Para validar as previsões dos líderes católicos no que tange à “ameaça comunista” em escala mundial, um telegrama supostamente vindo de Moscou anunciava que “em 1937 serão destruídas todas as igrejas que foram poupadadas até agora, por motivo de seu valor histórico ou artístico. Qual o motivo dessa redobrada ferocidade e barbaridade?”⁹⁰ A reportagem também aponta a perspicácia dos camponeses russos, que mesmo subjugados ao regime comunista, buscavam uma aproximação com a Igreja e, igualmente, com a prática religiosa. Um dado alarmava os católicos, mas ao mesmo tempo serviria como prova da força religiosa face à “doutrina comunista”:

A Rússia antes da revolução bolchevista contava 52.000 igrejas, das quais a maioria foi destruída ou transformada em teatros e cinemas. Pois bem, apesar de tudo, esses delegados de satanás e do inferno, que desgovernam a Rússia, não puderam ainda arrancar do coração do povo a religião e por isso recomeça agora mais encarniçada e cruel a guerra contra a igreja⁹¹.

O presidente da Suíça, Giuseppe Motta, teceu comentários incisivos a respeito dos bolchevistas soviéticos, com o propósito de desnudar as táticas levadas a cabo pelos comunistas (que a exemplo do camaleão poderiam modificar sua “coloração” política sem se fazer notar). Para o estadista suíço, a “propaganda comunista” definia-se como um “crime moral”. No seu entender, valendo-se da “violência revolucionária” como método norteador de suas ações, os socialistas soviéticos teriam assumido o controle no país dos czares. Portanto, as observações do presidente Giuseppe Motta iam ao encontro do apelo dos líderes católicos, mormente na denúncia das práticas subversivas encetadas pelos “agentes de Moscou”, acusados de atentar contra os valores cristãos e

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ *De sentinel*. In: O Santuário, 31 de outubro de 1936. p. 1.

⁹¹ Idem.

ocidentais. E acrescenta:

[...] Repararam como o próprio nome do Estado – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – mostram a vontade de expansão revolucionária? O Exército Vermelho se vangloria de ser a guarda da revolução universal.

Stalin é o secretário-geral da Terceira Internacional e é, ao mesmo tempo, membro do governo central soviético. Nada pode ser feito na Rússia sem o seu consentimento. Ele é a encarnação da ditadura moscovita.

[...] A tática comunista toma, de fato, todas as formas e todos os matizes, ora brutal, ora insinuante; ela muda até de cor como camaleão. Tenta revolucionar o Brasil, a Argentina, o Uruguai e outros Estados da América Latina. Esta aplaude unânime a República do Uruguai, até que, após ter constatado o perigo, o governo de Montevidéu devolveu aos diplomatas soviéticos seus passaportes⁹².

Avaliando tal quadro, *O Santuário* divulgou a notícia de que os católicos de Moscou não teriam ficado inertes face à “ditadura moscovita”, levando em conta que apesar de “[...] ter-se intensificado a agitação dos ‘sem Deus’ apoiada oficialmente pelo governo, nota-se claramente um aumento de religiosidade entre o povo”⁹³. Com efeito, advogava-se que pequenos comerciantes estariam confeccionando crucifixos em madeira ou metal e, ainda, que a procura maior coube àqueles setores da população que habitavam os distritos rurais, atingindo a marca de três milhões de crucifixos vendidos. Diante disso, o Estado soviético mais uma vez teria empregado a força contra a população para repreender “sob penas severas a fabricação de crucifixos para não serem os operários desviados da fabricação de armamentos”⁹⁴. O que se ressalta, portanto, é o conflito envolvendo católicos e “ateístas”, que estaria sendo travado em território “inimigo”, fato que exemplificaria a força da instituição eclesiástica:

Certamente não faltarão pessoas que em particular continuarão a fazer crucifixos e outras imagens, frustrando a proibição do ímpio governo. Mas a notícia que acabamos de transcrever, mostra a evidência que a crueldade desumana e inaudita do governo comunista não conseguiu vencer nem extirpar a religião. Fecharam e destruíram igrejas, assassinaram os bispos e milhares desacerdotes e fiéis, condenaram ao desterro e a trabalhos forçados em condições mortíferas a centenas de milhares, de modo que sobe a vários milhões o número de vítimas inocentes do furor diabólico do comunismo russo. Contudo, a religião vive na alma do povo entre mil sacrifícios e perigos a prática e propaga

⁹² *Depoimento de valor incontestável*: como o presidente Motta, da Suíça, estuda a ação maléfica do comunismo no mundo. In: *O Santuário*, 12 de dezembro de 1936. p. 1.

⁹³ *O sangue dos mártires*. In: *O Santuário*, 20 de fevereiro de 1937. p. 1.

⁹⁴ Idem.

até entre os comunistas, especialmente entre os jovens, muitos se desvanezem do ateísmo e se convertem. E os ateístas dominantes são uma minoria insignificante que oprime o povo pela violência e que não poderá deixar de ser vencida na primeira oportunidade pela imensa maioria⁹⁵.

Num dos pontos da Encíclica *Divini Redemptoris* (também chamada de “Encíclica sobre o comunismo” pelos articulistas do jornal *O Santuário*), editada pelo Sumo Pontífice em março de 1937, Pio XI alega que dois fatores explicariam fundamentalmente a difusão do comunismo: o abandono a que a economia liberal relegou a grande massa de operários e a propaganda eficaz empreendida pelo comunismo, contando com o chamado “silêncio” inexplicável de grande parte da imprensa mundial diante das supostas vilezas praticadas pelos comunistas na Rússia, no México e na Espanha. Como é possível que o comunismo se espalhe e ganhe tantos adeptos? Pio XI lamenta que a difusão do comunismo se dê como decorrência de:

[...] um falso ideal de justiça e de igualdade que o comunismo faz brilhar aos olhos da multidão [...] sob pretexto de procurar tão somente melhorar a sorte das classes laboriosas, de suprimir abusos existentes, causados pela economia liberal e obter a repartição mais equitativa das riquezas – objetivo perfeitamente legítimo, sem nenhuma dúvida, e aproveitando-se da crise econômica mundial, o comunismo conseguiu fazer prevalecer a sua influência, mesmo nos meios sociais onde, por princípio, são rejeitados o materialismo eo terrorismo⁹⁶.

Para impedir a propagação desta “doutrina subversiva da ordem social”, o Sumo Pontífice recomendava aos católicos o estudo sistemático da doutrina social da Igreja. Paralelamente a este estudo, os fiéis deveriam se esforçar no combate aos esforços encetados pelo “inimigo” e, ademais, caberia aos sacerdotes investir numa postura preventiva face às armadilhas engendradas pelo comunismo.

Na continuação da Encíclica (publicada pelo *Santuário* no dia 19 de junho de 1937), Pio XI persevera na afirmação de que por trás do ideário comunista escondia-se uma falsa ideia de redenção. Melhor dizendo, um pseudo ideal de justiça, de igualdade e de fraternidade no trabalho que perpassava toda a “doutrina”, revestida de um falso misticismo. Através desse documento, Pio XI pretendia deixar bem claro ao universo católico o que em sua ótica seriam as contradições do comunismo, sobretudo no âmbito da vida social, pois os comunistas “[...] se esforçam em fazer mais agudos os

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ *Encíclica do Papa sobre o comunismo*. In: *O Santuário*, 03 de abril de 1937. p. 1.

antagonismos que surgem entre as diversas classes da sociedade; e a luta de classes, com seus ódios e com suas destruições, adquire o aspecto de uma cruzada pelo progresso da humanidade”⁹⁷.

O comunismo trataria o indivíduo perante a coletividade como simples “roda” e “engrenagem” do sistema. Não só: a ausência da autoridade estabelecida por Deus e pelos pais também chamava atenção dos católicos, pois no comunismo o que regulava as relações entre os homens era o princípio da absoluta igualdade. Somente em prol da coletividade tornava-se possível abrir mão deste princípio. O trecho a seguir é emblemático no que diz respeito à questão da propriedade no regime comunista, como componente que fundamentaria as relações de poder entre os homens, mas é claro traduzido de maneira dramática pelo Sumo Pontífice:

[...] Neste sistema não se atribui aos indivíduos nenhum direito de propriedade sobre os bens da natureza e sobre os meios de produção, porque, como são fontes de outros bens, sua posse poderia conduzir ao poder de um homem sobre o outro. Por isto precisamente deverá ser destruída radicalmente qualquer classe de propriedade privada, como a primeira fonte de toda escravidão econômica [...]⁹⁸.

O Papa Pio XI ainda atentava para o fato de que o regime comunista teria desferido outro golpe sério na família tradicional, ao proclamar o princípio da emancipação da mulher, retirando-a da vida doméstica e do cuidado dos filhos “[...] para arrastá-la à vida pública e à produção coletivizada na mesma medida que o homem, devolvendo à coletividade o cuidado do lar e da prole”⁹⁹.

Nas palavras do Papa, a sociedade humana pautada pelos fundamentos materialistas propugnados pelo “comunismo bolchevista e ateu” teria a seguinte configuração:

Seria uma coletividade sem outra hierarquia que a do sistema econômico. Teria como única missão a produção de bens mediante o trabalho coletivizado e por finalidade o gozo dos bens terrenos em uma paraíso no qual cada um ‘daria segundo suas forças, e receberia de acordo com suas necessidades’. [...] Nessa condição utópica da sociedade sem nenhuma diferença de classes, o Estado político, que agora se concebe como instrumento de dominação dos capitalistas sobre os operários, cederá toda sua razão de ser e se ‘dissolverá’; sem

⁹⁷ *Encíclica sobre o comunismo: doutrinas e frutos do comunismo*. In: O Santuário, 19 de junho de 1937. p. 1.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Idem.

embargo, enquanto não se realize esta feliz condição, o Estado e o poder estatal são para o comunismo o meio mais eficaz e mais universal para conseguir seu fim¹⁰⁰.

O prognóstico traçado por Pio XI ancorava-se na “propaganda comunista” ensejada na Rússia e no México, países marcados pela “corrupção dos costumes” e pela “dissolução da ordem social”, onde foram perseguidos “[...] os bispos e sacerdotes, condenados a trabalhos forçados, fuzilados ou assassinados de forma inumana”:

É o que estamos contemplando: pela primeira vez na história assistimos a uma luta friamente anelada e cuidadosamente preparada pelo homem ‘contratudo o que é divino’. O comunismo é por essência anti-religioso e considera a religião como o ‘ópio do povo’ porque os princípios religiosos que falam da vida além túmulo, impedem o operário de ter em mira a consecução do paraíso soviético que é desta terra¹⁰¹.

Vale mencionar que entre os meses de abril e julho de 1937, a “Encíclica sobre o comunismo” ocupou as manchetes do jornal *O Santuário*, o que denota o grau de apreensão da instituição eclesiástica frente ao “perigo comunista”¹⁰². Na conclusão do documento, Pio XI assevera que “a monstruosidade do comunismo” caracteriza-se como um mal de natureza espiritual. Dito isto, o Sumo Pontífice sublinhava que o Estado não deveria impor restrições à Igreja no cumprimento de sua urgente missão: combater os esforços do comunismo, uma vez que “[...] quando se exclui a religião da escola da educação, da vida pública e se expõem ao ludibrio os representantes do cristianismo e suas sagradas cerimônias, acaso não se promove esse materialismo do qual brotou o comunismo?”¹⁰³.

Considerações finais

Uma das formas encontradas pela hierarquia eclesiástica para minar o avanço do proselitismo do ideário comunista foi a produção de um discurso – levando em conta que as diretrizes foram os documentos pontifícios – cuja tônica voltava-se para a caracterização do comunismo enquanto uma doutrina falaciosa, que pretensamente

¹⁰⁰ *Encíclica sobre o comunismo* (continuação). In: *O Santuário*, 19 de junho de 1937. p. 2.

¹⁰¹ *Encíclica sobre o comunismo* (continuação). In: *O Santuário*, 26 de junho de 1937. p. 1.

¹⁰² Após a divulgação da Encíclica sobre o comunismo, os bispos brasileiros emitiram uma carta pastoral advertindo os fiéis católicos ante a disseminação da doutrina marxista, esta última representando um enorme perigo para a moral cristã, uma vez que fomentaria o ódio entre classes.

¹⁰³ *Encíclica sobre o comunismo* (continuação). In: *O Santuário*, 03 de julho de 1937. p. 1.

defenderia a distribuição equânime dos bens, a igualdade das classes, o proletariado e a liberdade de consciência. A revolução de outubro na Rússia, em 1917, converteu em realidade os piores temores dos setores mais conservadores. Assim, os bolcheviques assumiram o posto hegemônico na representação simbólica do inimigo. Lembrando que o bolchevismo foi o termo que durante alguns anos substituiria o comunismo na linguagem política anticomunista (GIOVANNINI, 2004, p. 38).

Na leitura do pesquisador italiano Fabio Giovannini (2004, p. 31-32), os atores anticomunistas interpretam o comunismo exclusivamente sob o prisma da conspiração e do complô, retirando assim toda a legitimidade do ideário comunista. No limite, a demonização do comunismo tem sido historicamente um instrumento a favor da “estabilidade”, da deslegitimização de qualquer oposição, da consolidação de governos autoritários ou moderados, cujo propósito consiste em impedir transformações radicais que coloquem em risco a propriedade privada e o *status quo*.

Ernesto Bohoslavsky, por sua vez, parte da premissa de que o anticomunismo foi mais que uma reação das classes dominantes frente a possíveis ameaças à sua posição de privilégio. Dito isto, o anticomunismo deve ser entendido em toda sua amplitude, isto é, como uma força ideológica com aderentes em diferentes camadas sociais e tradições políticas, ou seja, como um elemento com capacidade potencial para aglutinar distintos aliados sociais e políticos (BOHOSLAVSKY, 2016, p. 37).

Convém reconhecer que embora a idealização da União Soviética não tenha acompanhado as realidades do socialismo soviético, tal processo “alimentou o imaginário desse mundo novo a construir”. Nesse aspecto, tal como a Igreja Católica – personificada por Roma – o comunismo no século XX caracteriza-se pela sua dimensão universal e pela unidade de sua organização. Mas é preciso salientar que analogia em questão tem lá seus limites, pois na medida em que a Igreja Católica tenta gerir, com maior ou menor êxito, a diversidade das experiências religiosas (a multiplicidade dos grupos que a compõem, a heterogeneidade das tomadas de posição), o sistema comunista internacional só conseguiu sobreviver fechando-se progressivamente, eliminando amiúde todas as contestações abertas e implícitas, veladas ou potenciais. Nos países onde os partidos comunistas detinham o poder político, por exemplo, “desenvolveu-se a vertente policial e repressiva, recorrendo-se a todas as formas de violência física (campos de internamento, prisões arbitrárias, assassinatos, torturas, confissões forçadas, etc.), a uma escala sem precedentes” (DREYFUS, 2004, p. 14-15).

Contudo, a retórica reacionária e o anticomunismo, presentes em todo o mundo

ocidental, contribuiram para associar estalinismo e nazismo (partido único, ideologia única, vontade de aniquilar a sociedade civil, exercício de poder através do terror) e, igualmente, para afirmar uma tendência comparativa nos estudos recentes sobre o comunismo¹⁰⁴. Porém, o que chama a atenção nesse debate é a ausência de qualquer tentativa de sublinhar aquilo que distingue o comunismo dos regimes fascistas e democráticos, a saber, “a utopia de um poder político efetivamente exercido pelas classes populares, pelos grupos mais numerosos da sociedade, pelos grupos menos dotados de recursos materiais e culturais” (DREYFUS, 2004, p. 16). Por fim, é preciso que os/as historiadores/as não negligenciem outras dimensões do fenômeno comunista (nacional e internacional, política e social, emancipadora e repressiva), reduzindo a história do comunismo – através de juízos de valor e preconceitos políticos – a uma “aventura criminosa” e/ou a um complô de agentes e de espiões a serviço de Moscou.

Referências bibliográficas:

- BOHOSLAVSKY, Ernesto. Organizaciones y prácticas anticomunistas en Argentina y Brasil (1945-1966). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 34-52, 2016.
- BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de Política**. Tradução de Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Ed. UnB, 1986, p. 34-35.
- DREYFUS, Michel [et al.]. **O século dos comunismos**: depois da ideologia e da propaganda uma visão serena e rigorosa. Tradução de Inês Hugon. Lisboa: Notícias, 2004.
- GIOVANNINI, Fabio. **Breve história del anticomunismo**. Tradução de Carlo Gontzato Raveli. Donostia-San Sebastián: Basandere Argitaletxea, 2004.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. 2^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política e no Brasil**. Tradução de Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MALATIAN, Teresa. O “perigo vermelho” e o catolicismo no Brasil. In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (Orgs.). **As múltiplas**

¹⁰⁴ “Esta tendência não é nova e filia-se, pelo menos parcialmente, na teoria do totalitarismo, seja para a reivindicar, seja para a rejeitar. O principal interesse deste tipo de análise é provavelmente tirar partido dos avanços metodológicos alcançados no domínio dos estudos do nazismo, em proveito dos estudos sobre o comunismo” (DREYFUS, 2004, p. 27-28).

dimensões da política e da narrativa. Franca: UNESP, 2003. p. 173-184.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa:** os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MATA, Sérgio Ricardo da. **JUC e MMC:** polaridade político-religiosa em Belo Horizonte. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, p. 142-157, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. **“Guardai-vos dos falsos profetas”:** matrizes do discurso anticomunista católico (1935-1937). 156 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca-SP, 2010.

RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e avaliações:** norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964. 447 fls. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

TROELTSCH, Ernest. **The social teaching of the Christian churches.** London: George Allen & Unwin, 1931.

CAPÍTULO 5

A movência dos sentidos: o que não se viu, em 1935, nas fotografias jornalísticas sobre a chamada *intentona comunista*

Bethania Mariani¹⁰⁵

(...) não se pode interpretar como fantasiosas as versões conservadoras que qualificaram (e denunciaram) o episódio de 1935 como tentativa comunista de assalto ao poder. O que se pode questionar é o conteúdo das representações anticomunistas construídas sobre o evento, elaboradas no intuito de transformá-lo em ‘mácula sangrenta’. Tal manipulação já foi analisada. Tal manipulação já foi analisada em capítulos anteriores, o processo de construção do mito ‘Intentona Comunista’, que implicou associar a imagem da ação revolucionária a violência, assassinatos covardes e estupros. (MOTTA, 2020, p. 212)

Este artigo objetiva ler fotografias jornalísticas publicadas nos jornais *Correio da Manhã* e *Diário de Pernambuco*, respectivamente do Rio de Janeiro e de Recife, que retrataram o movimento político-militar realizado em 1935, usualmente conhecido nos livros de história do Brasil pela denominação de 'intentona comunista'. Para fazer a leitura proposta, inscrevemo-nos no campo conceitual da Análise do Discurso materialista.

Cumpre notar de imediato que outras denominações possíveis para o movimento político-militar de 1935, formulando sentidos que poderiam dar forma a outras possibilidades do dizer, estavam circunscritas a jornais que funcionavam como órgãos de imprensa vinculados ao Partido Comunista Brasileiro. Jornais com circulação irregular, clandestina, com seus repórteres presos e gráficas empasteladas. (NASCIMENTO, 2003) A presença e a constância da chamada imprensa de referência, por outro lado, contribuiu para que jornais como O *Correio da Manhã* e o *Diário de Pernambuco*¹⁰⁶, jornais de grande circulação no Rio de Janeiro e em Recife, contribuissem para a estabilidade e disseminação desse modo de denominar o acontecimento como “intentona comunista”.

O discurso jornalístico pedagogiza e vai narrativizando os acontecimentos cotidianos, inscrevendo alguns na memória com a produção de efeitos sobre o que se pretende ser a realidade objetiva. (MARIANI, 1998) Os acontecimentos históricos

¹⁰⁵ Professora titular do Departamento de Ciências da Linguagem, Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora 1B do CNPq e Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ.

¹⁰⁶ Em 1935, Assis Chateaubriand havia comprado e incluído O *diário de Pernambuco* em sua grande rede de jornais.

registrados nas fotos jornalísticas produzem memória ao se inscrever no jogo do lembrar e esquecer das formações sociais. Em função da historicidade que constitui todo e qualquer objeto discursivo, as fotografias jornalísticas são afetadas pela interpelação ideológica de quem fotografou e de quem a vê na página do jornal. E apesar de produzirem a ilusão do sentido único, outros efeitos de sentido sempre podem ser compreendidos.

Estamos trabalhando o modo como foi fotografado e inserido no discurso jornalístico o acontecimento chamado de “intentona comunista”. Os acontecimentos, do ponto de vista discursivo, podem não se inscrever na memória ou podem se inscrever sendo absorvidos, mas sempre provocam deslocamentos¹⁰⁷ nos processos de significação resultantes do encontro de uma atualidade com uma memória. (PÊCHEUX, 1999) Dela Silva (2015) propõe a categoria de acontecimento jornalístico para caracterizar justamente o discurso jornalístico como instância a partir da qual um dado acontecimento pode se inscrever na história para fazer a história significar. O que configura um acontecimento jornalístico é aquilo que se torna acontecimento a ser lido a partir das posições das instâncias de poder, em aliança ou não com uma dada posição da empresa e/ou com os donos do jornal e dos anunciantes. E, acrescentamos, isso vale também para as fotografias. Propomos as fotografias como acontecimento jornalístico que pretende dar a ver determinada produção de sentidos.

No campo de estudos da linguagem, sobretudo na Análise do Discurso, denominar como “intentona” é já priorizar uma significação que, dado o estado das lutas políticas e sociais, circunscreveu e permaneceu determinando uma direção para processos de produção de sentidos na memória histórica oficial. Assim é que a denominação oficial para um acontecimento histórico vai significá-lo de determinada maneira na sequência de acontecimentos históricos constitutivos da narratividade da formação social brasileira. Vale, já no início deste artigo, citar Henry (1994, p. 52):

(...) não há fato ou evento histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que não lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso.

¹⁰⁷ São deslocamentos que provocam silenciamentos, marcas de autoritarismo, polêmicas, implícitos bem como alianças e disputas. Mas sempre há um resto indizível que retorna e produz efeitos.

Os acontecimentos, como já foi dito, podem ou não se inscrever na história, circunscrevendo um ponto de ancoragem da/na história oficializada pelas instâncias de poder. Em outras palavras, circunscrever um ponto de estabilidade, produzindo a ilusão de sentido único, nos processos de produção de sentidos. Assim entendemos que a organização de uma memória oficial hegemônica direciona as interpretações em disputa para um acontecimento, por mais que possamos divergir sobre seus pontos de ancoragem.

Do ponto de vista da Análise do Discurso, define-se discurso como efeito de sentidos entre locutores (PÊCHEUX, 1999), ou seja, há sempre mais de um sentido em jogo. As lutas sociais e históricas são engendradas em determinadas condições de produção e, desta forma, os ditos de dominação ou de resistência sempre estão acompanhados pelo não-dito, por fraturas no dizer, pela repetição ou pelo deslocamento dos sentidos produzidos, compreendendo-se, desta maneira, que são várias as possibilidades do dizer, do significar. O discursivo constitui-se de imbricações entre o linguageiro e a historicidade, abrindo para leitura tanto dos processos ideológicos de construção de evidências, efeito de sentido único, quanto, também, para os processos em que outros sentidos possíveis foram silenciados ou deslocados.

Assim sendo, retomando a citação de Henry acima, apesar de a narratividade das instâncias de poder buscar inscrever causas-e-consequências, por mais que tais instâncias pretendam a construção de narrativas estabilizadas, com a produção de efeitos de veracidade e de homogeneidade na construção de evidências históricas, há sempre mais de um sentido em jogo. Tais instâncias de poder se encontram submetidas às contradições inerentes ao movimento das lutas sociais e políticas na história, e aos constantes deslocamentos dos processos de produção de sentidos.

Durante décadas o acontecimento de 1935 foi nomeado como uma ‘intentona’, minimizando, pejorativamente, seu alcance e importância no campo político-social. O jogo de construção da memória oficial pelas instâncias de poder estava, e ainda está, majoritariamente, muito mais situado em uma posição ideológica conservadora e à direita, posição que se mantém constituindo barreiras para outras formas de significar em circulação. Assim, para resistir e contradizer ao que podia e deveria ser dito, pesquisadores que escolhessem outra denominação teriam de se valer de perífrases para significar de outra maneira o acontecimento de 1935, ou seja, um pesquisador situado em outra posição ideológica que não a da direita conservadora precisaria, inicialmente, passar por esta denominação institucionalizada na memória para produzir outros modos de significar. Dentre vários outros títulos, *A intentona comunista*, de Nelson Werneck Sodré,

publicado em 1986 pela editora Mercado Aberto, e *A insurreição comunista*, de Homero de Oliveira Costa, publicado em 2015 pela editora da UFRN, representam bem este ponto material em que linguagem e história se encontram ideologicamente na sedimentação e nos deslocamentos dos sentidos.

Mais recentemente, com governos democráticos, outras formas de denominação foram produzindo outros modos de significar, abrindo espaços dizeres até então silenciados. Deslocamentos e alterações no discurso da história para a escola foram sendo inscritas, dando a ler outros sentidos para 1935. É o caso sítio do *Brasil escola – UOL*. Nele apesar de o acontecimento de 1935 ser denominado como “intentona comunista”, uma descrição inclui o detalhamento: “um **levante militar de orientação comunista...**”¹⁰⁸. Seguindo este tipo de narratividade, *Suapesquisa*, um outro sítio de estudos escolares, apresenta alternativas que descortinam deslocamentos para “intentona”, produzindo outros modos para a história significar: “A Intentona Comunista, **também conhecida** como **Revolta Vermelha** de 35 ou **Levante Comunista**, foi uma tentativa de golpe contra o governo Getúlio Vargas.”¹⁰⁹. Observemos que o “também conhecida” no enunciado acima indetermina “revolta” e “levante”, pois não situa em que matrizes de sentidos tais dizeres foram formulados. Já nos sítios *Infoescola* e *Cafehistoria*, outros campos de significação são produzidos. Se, em *Cafehistoria*, o título da chamada mantém a denominação habitual, mas formula uma tensão - “**Intentona comunista: um passado em disputa**”¹¹⁰ -, o sítio *Infoescola* renomeia e explicita: “A **revolta comunista** de 35 foi **erroneamente** designada ‘**intentona comunista**’. Esta designação **pejorativa** que significa ‘intento temerário’ foi **atribuída pelos meios oficiais de comunicação da época...**”¹¹¹. (*Infoescola*, grifos nossos)

Em Mariani (1998), acompanhando a construção discursiva desse acontecimento histórico, realizamos uma análise da produção jornalística sobre 1935, compreendendo discursivamente que o acontecimento é um objeto construído pela linguagem e determinado pelas condições de produção. Assim sendo, a análise empreendida permitiu destacar alguns aspectos dos processos de produção de sentidos sobre o comunismo que não foram inaugurados naquele momento. O Partido Comunista Brasileiro e os

¹⁰⁸ Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/historiab/intentona-comunista.htm>>. Acesso em: 03 maio 2023.

¹⁰⁹ Disponível em: <<https://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/p2.php>>. Acesso em: 03 maio 2023.

¹¹⁰ Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/a-intentona-comunista-de-1935/>>. Acesso em: 03 maio 2023.

¹¹¹ Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/intentona-comunista/>>. Acesso em: 03 maio 2023.

comunistas já eram significados como inimigos desde 1920. (MARIANI, 1998) Em 1935, a construção discursiva da referência para comunistas retoma processos de produção de sentidos em torno dos “farsantes”, “tiranos vermelhos”, “inimigos da lei e da Pátria”. A construção de uma narrativa sobre 1935 que ainda nos dias de hoje constitui memória histórica, foi constituída pela reiteração parafrástica do enunciado definitório *Um comunista é um inimigo (da pátria)* em inúmeros jornais cariocas. O surgimento da expressão “intentona comunista” nas páginas do jornal *Correio da Manhã*, de 28 de novembro de 1935, tendo sido ou não cunhada por Filinto Müller, entrou para os anais em um regime de repetibilidade, silenciando outras possibilidades do dizer.

Nossa análise mostrou que o movimento político-militar e social desencadeado em 1935 foi significado como “aventura”, “fracasso”, “sublevação fraticida” “rebelião” e outras denominações similares, todas determinando sentidos e determinadas pelo que podia e deveria ser dito naquelas condições de produção. Dois dizeres antagônicos e um outro posto em silêncio entraram em circulação: ao mesmo tempo em que se fundava uma narratividade oficial em torno dos inimigos que estavam à frente da “intentona”, fundava-se também uma memória em torno dos “defensores da pátria” bem como silenciavam-se os dizeres dos comunistas e demais integrantes do movimento.

A narratividade (MARIANI, 1998) no processo discursivo jornalístico participou de uma discursivização do cotidiano em 1935 retomando as direções de sentido acima mencionadas, mas engendrando e reiterando para a memória a ilusão de completude, como se nada mais houvesse para ser dito. Se, como mencionamos anteriormente, no discurso da história para a escola, a contradição foi lentamente ganhando materialidade nos livros didáticos, na discursividade jornalística sobre o acontecimento de 1935 na maior parte das vezes são sempre retomados parafrasticamente os dizeres instituídos na memória. Apenas para citar como exemplos, a vitória sobre a chamada “intentona” ainda permaneceu sendo relembrada e dita nos jornais: “Os **restantes sediciosos**, que ainda obedeciam aos promotores dessa **intentona**, já cansados, vendo-se isolados, içaram a bandeira branca **rendendo-se** às tropas legais.” (CM, 28/11/1935, p. 3)¹¹²; “Morre o último sobrevivente da **Intentona comunista**” (Jornal *O Globo*, coluna do Ancelmo Góis – 10/01/2014 – 20h22m); “A **Intentona comunista** completa 80 anos no Rio Grande do Norte “(Site do G1, em 24/11/2015, 10h02m); “1968: Homenagem a **vítimas** da Intentona

¹¹² Citações retiradas de Mariani, 1998, p. 174 a 188.

comunista dita eventos em SP e Rio". (Banco de dados *Folha de São Paulo*, 28/11/2018 - 01h40)

Por outro lado, alguns poucos deslocamentos foram sendo produzidos seja porque fraturavam a paráphrase seja porque ao longo do tempo, com os governos democráticos, outros sentidos foram entrando em circulação. Mas as fraturas em tais sentidos hegemônicos, tanto no passado como no presente, mantinham a direção de sentidos para a memória do comunista como inimigo: "O Rio Grande do Norte teve, durante cerca de 80 horas, um **governo comunista** de que se faziam parte **homens sem a menor cultura...**" (*Correio da Manhã*, 29/11/1935); "A insurreição de 1935: **nem intentona nem comunista**". (*O Globo*, reportagem de Leonardo Cozes, 09/01/2016, seção Cultura – Livros)

Tal narratividade jornalística reiterada no cotidiano e nas rememorações da data foi sedimentada, como já dissemos, nos livros didáticos de história. Foi igualmente sedimentada como memória nas comemorações anualmente renovadas expressas na ordem do dia dos militares. E sedimentou-se, igualmente, em monumentos que se tornam pontos turísticos: uma escultura representando um soldado das tropas legalistas atingido, no bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro, e um marco sobre a "intentona" no município de Campo Redondo, Rio Grande do Norte. Como bem nos lembra Nora (1993), a construção de monumentos aos mortos, *a posteriori*, celebra lugares de memória e identidade cultural para uma formação social dada. Discursivamente entendemos que tais monumentos, em sua materialidade significante, por mais que signifiquem uma direção de sentidos, neles se pode ler, também, as contradições e os silenciamentos, pois tanto demarcam pertencimentos quanto marcam também a presença do outro, de outros sentidos, ou seja, o que lá se encontra pela ausência, e significa junto, na resistência.

As fotografias jornalísticas

As fotografias jornalísticas que estão nas primeiras páginas do *Correio da Manhã* e do *Diário de Pernambuco*¹¹³ registram e significam o movimento revolucionário. Se elas significam, é porque não são meros registros. Fica já um alerta: não devemos tomar

¹¹³ As imagens citadas podem ser recuperadas no site da hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 03 maio 2023. Em anexo, incluímos a reprodução das páginas de jornais analisadas com as fotografias do *Diário de Pernambuco* e do *Correio da Manhã*. Foram mantidas as grafias originais.

as fotografias, sejam elas as da fotorreportagem ou as que registram nossas férias, em sua aparente transparência. Nossa olhar de leitores é capturado por aquilo que a empresa jornalística decide que deve ser visto, e a legenda que acompanha a imagem busca fechar os sentidos em seu movimento. Como já tivemos oportunidade de discutir (MARIANI; MEDEIROS, 2011), na fotografia o que se produz é um efeito de realidade. Nos jornais, a as fotografias que acompanham as reportagens investem justamente nesta ilusão de que as imagens registradas valeriam por mil palavras.

Fotografias em geral, e fotografias jornalísticas também, são discursos. O discurso fotográfico no jornal funciona como acontecimento discursivo a ser lido no jogo tenso entre memória e atualidade. Há acontecimentos jornalísticos memoráveis justamente pela presença da materialidade discursiva da fotografia. Em outras palavras, é preciso considerar que a foto que acompanha a reportagem direciona o gesto interpretativo não apenas em função de sua própria materialidade (enquadramento, proximidade ou distanciamento com o objeto fotografado), mas joga também com a legenda que a acompanha bem como com o modo como ela comparece na própria página – lugar, entorno, dimensão, recorte.

A partir de um gesto particular de leitura que fazemos da maneira como Nora (1993) discute politicamente a categoria *lugar de memória*, entendemos que as fotografias jornalísticas se inscrevem nesse modo de funcionamento já que dão a ver (e a ler) o que simbolicamente pode significar como marca identitária para uma dada formação sociocultural. No caso da chamada *intentona comunista*, ali se encontra uma matriz dos sentidos que instituem o brasileiro patriota em detrimento do outro, significado como um inimigo, o comunista.

Nessa medida, entendemos que as fotografias jornalísticas se inscrevem na luta política pelos sentidos que ficam como lugares a serem relembrados na memória histórica. Retomamos mais uma vez Pêcheux (1999, p. 51) para acrescentar que as imagens podem funcionar como um “operador de memória social” ao colocarem de forma “crucial uma passagem do visível ao nomeado.”. E, revisitando o que já escrevemos em outra ocasião, “uma foto jornalística tem história, produz memória e pressu(im)põe mais de um ponto de entrada para leitura”. (MARIANI; MEDEIROS, 2011) Diremos, discursivamente, que a fotografia que acompanha as reportagens joga com a ilusão de estar colada a um referente, produzindo assim um efeito testemunha, de prova irrefutável.

No entanto, não se pode esquecer que as fotos que se encontram nas páginas jornalísticas são resultado de uma seleção: aquelas que não comparecem nas páginas

constituem um arquivo invisível ao olhar dos leitores. Se há sempre o dito em tensão com o não-dito, há sempre uma foto em relação às outras não exibidas e/ou não feitas operando como um resto que tensiona o visível e o dizível em dadas condições de produção. Há sempre outros sentidos.

A seguir, vamos nos movimentar metodologicamente para o que, em Análise do Discurso, é situar a análise empreendida em um batimento entre descrição e interpretação, pois toda descrição (ou todo enunciado ou toda fotografia) é suscetível de vir sempre a ser significada diferentemente. Passamos, assim, ao nosso gesto de descrever-interpretar as fotos com suas legendas (que podem ser vistas e retomadas no Anexo ao final deste texto).

Gestos de análise

No *Diário de Pernambuco*, em 27 de novembro de 1935, sob a manchete *Recife viveu três dias de intensa agitação*, três fotos: a primeira, no canto esquerdo superior da página, retrata o prédio do Instituto Moderno marcado de balas, logo abaixo dessa há uma outra que registra o interior de uma sala. No canto direito inferior, duas outras fotos mostram “O avanço da artilharia em Socorro” e “O 22º BC a caminho da Vila Militar”. No dia 29 de novembro, nenhuma fotografia na primeira página. No meio da página, com destaque, pode-se ler: “Afastado o perigo extremista, retoma o paiz o seu rythmo de paz”¹¹⁴. É no dia 01 de dezembro que três fotos surgem simultaneamente, todas mostrando o Rio de Janeiro, com a seguinte legenda: “Documentos do golpe comunista no dia 27 no Rio – Praças do 3º R.I., quando se renderam à enérgica pressão das tropas legaes; à direita, uma dramática visão de incêndio do quartel da Praia Vermelha; ao alto, aspecto da remoção dos soldados prisioneiros, em batelões, para a Ilha das Flôres.”. No dia 03 de dezembro também duas fotos do Rio posicionadas uma de cada lado da página, com as seguintes legendas: “Ecos do golpe extremista da praia vermelha – Saída de um férretro do Club Militar, de uma das victimas da Intentona Communista, vendo-se o presidente da Republica, os ministros da Agricultura, da Educação e da Guerra, o presidente da Camara dos Deputados e outras figuras de relevo no scenario nacional.”; “Ecos do golpe extremista da praia vermelha – Aspecto colhido a grande distancia, de Botafogo, do formidável incêndio do quartel da Praia Vermelha, no dia 27 ultimo.”.

¹¹⁴ Mantivemos a ortografia tal como se encontra nos jornais citados.

Embora matérias de primeira página tenham continuado a explorar o tema da revolta comunista, tais matérias não foram acompanhadas de fotografias.

Em o *Diário de Pernambuco*, com fotografias de Recife, de outras cidades pernambucanas e do Rio de Janeiro, a dicotomia que opõe os comunistas aos demais brasileiros é construída pouco a pouco. As fotos iniciais, com manchetes e legendas que falam em “intensa agitação”, “avanço de artilharia” e de uma marcha “a caminho da vila Militar”, retratam destruição de espaço físico urbano, mas também ocupação do espaço das cidades pelas “tropas legaes”. Recife e Rio de Janeiro são cenários onde se desenrola este movimento militar e político. Vale lembrar que a primeira estava passando por reformas urbanas desde 1932¹¹⁵ e a segunda desde a década de 20. O Brasil república se modernizava e buscava formar uma identidade que incluía o espaço urbano.

É da capital do país que a interpretação “golpe comunista” tem sua materialidade secundada por fotografias de incêndio e de soldados revoltosos se rendendo. O *Diário de Pernambuco* reproduz fotos enviadas, parafraseando sentidos postos em circulação a partir da cidade do Rio de Janeiro, capital da República. Duas cidades feridas em função da movimentação dos amotinados comunistas. Lado a lado, sobretudo no *Correio da Manhã*, fotografa-se a destruição urbana e, em paralelo, são retratados os que morreram defendendo a Pátria.

Se há fotografias de soldados das “tropas legaes” que marcham vitoriosos, há também que se mostrar os vencidos, aqueles soldados presos ou aqueles que, vitimados no confronto, têm seu cortejo sendo acompanhado por autoridades. Podemos ler nas fotografias um acontecimento já entrando na história, já se tornando memória e, uma vez estando bastante visível no registro fotográfico, vai produzindo um efeito de realidade com sentido único. As fotografias, deste modo, acompanham o processo de institucionalização de uma direção para a memória social, silenciando os demais sentidos.

No *Correio da Manhã*, em 26 de novembro, têm início manchetes e reportagens que citam as cidades de Natal e Recife como focos de “um movimento extremista” e com rebeldes da vila militar de Socorro sendo bombardeados. Ao mesmo tempo, o jornal traz a posição do governo com suas providências imediatas, dentre as quais está o estado de

¹¹⁵ As reformas de Recife incluíam a modernização do espaço ocupado por jardins. Para alguns arquitetos e urbanistas, estas reformas antecederam a implementação de uma arquitetura considerada moderna. Os jornais *A Província*, *Diário de Pernambuco* e *Diário da Tarde*, em 1935, publicaram as ideias de Le Corbusier em artigos sobre a cidade e sobre a reforma de jardins públicos, chamando a atenção para a contratação de Burle Max (SILVA, 2016). A diretoria de Arquitetura e Urbanismo (DAU), criada em 1934, teve seu grupo fundador dissolvido após o movimento comunista e ficou sem funcionar a partir de acusações de abrigar subversivos (MARQUES; NASLAVSKY, 2011).

sítio. São duas as fotografias da primeira página: um general comandante da 7ª. Região e uma vista aérea da cidade de Recife. Outra vista aérea de Recife (“colhida pelo Zeppelin”) aparece na edição do dia 27 de novembro, como uma ilustração para uma sucessão de manchetes: “Ainda não estão restabelecidas as communicações com a capital do Rio Grande do Norte”; “Os sediciosos de Pernambuco já foram batidos pelas forças do governo”; e “Estabelecido em Natal um governo communista?”. Como resposta a esta pergunta, o próprio jornal, em um título central responde: “As informações officiaes asseguram que os sediciosos, depois de batidos em Socorro, recuaram para Jaboatão, onde foram destroçados”. Nesses dois dias, no *Correio da Manhã* podemos observar um deslizamento nas formas de designação que vai de “movimento extremista”, “rebeldes”, “sediciosos” até chegar em “comunistas”, mas sob a forma da pergunta acima mencionada.

A partir do dia 28, no entanto, o foco passa a ser o Rio de Janeiro, com uma narrativização sobre o acontecimento que vai sendo construída até dia 07 de dezembro, sempre com uma direção de sentidos que opõe “sediciosos” (comunistas civis, mas principalmente militares) ao governo estabelecido com suas “tropas fiéis”.

“Dominada nesta capital uma grave rebelião militar”. Com esta manchete o *Correio da Manhã* dá início à série de reportagens, já mencionando os feridos e também aqueles que “perderam a vida”. São duas as fotografias centrais que, com a legenda única “Os prisioneiros do 3º regimento de infantaria deixando o quartel da Praia Vermelha”, retratam um volume expressivo de soldados caminhando e, ao lado, outro volume expressivo de civis, homens e mulheres, ladeando a marcha. O confronto se dá no espaço urbano, o que coloca a cidade do Rio de Janeiro, assim como foi com a cidade Recife

No dia 29, seis fotos do tipo 3x4 estão colocadas em um retângulo com margem preta, no lado esquerdo do jornal. A legenda cita o nome de seis oficiais que, “contra os insurrectos”, “(...) se sacrificaram nobre e valorosamente no cumprimento do dever”. Nesta mesma primeira página, abaixo no canto à direita, uma foto retrata a entrada em ruínas do 3º batalhão após ataque de artilharia. A edição seguinte, do dia 30, bem como a do dia 01 de dezembro, segue um planejamento semelhante: fotografia de um oficial gravemente ferido no alto à esquerda; e uma foto bem maior, mais centralizada, com a imagem do pátio do quartel do 3º regimento “poucos minutos depois da rendição dos rebeldes...”. A legenda “poucos minutos depois...” cria essa ficção do registro objetivo feito quase que no momento exato em que a rendição acontece. Mantém-se a oposição entre os “bravos oficiais” que estiveram na “repressão do movimento”. Prestes é citado

como chefe dos rebeldes, como se pode ler na reprodução de uma carta de próprio punho estampada nessa primeira página.

No dia 01 de dezembro, além do pequeno retrato 3x4 de um oficial, duas outras em tamanho maior, lado a lado na parte inferior da página, retratam marcas do bombardeio e do incêndio no 3º batalhão. A narrativização se inicia, construindo, com relatos do “enviado especial” sobre Natal e Recife, a memória das prisões sendo feitas, com os testemunhos de alguns oficiais e de reuniões com a presidência da República.

Essa narrativização que foi construindo sentidos para o que ficou na memória oficial conhecido como *intentona comunista*, segue nas edições seguintes, com fotos de destruição de uma agência do Banco do Brasil, no Rio, na qual houve arrombamentos e roubos, e de “Membros da junta governativa de Natal” chegando na casa de Detenção.

No *Correio da Manhã*, as fotografias direcionam os processos de produção de sentidos em três direções: elas circunscrevem os heróis que perderam a vida, a destruição de prédios públicos associadas a roubos e, também, soldados da Pátria em movimento, seja no Rio, seja em Natal. Considerando que, naquelas condições de produção, o Partido Comunista estava na ilegalidade com seus membros sendo presos, destaca-se o funcionamento de uma política de silenciamento (ORLANDI, 1992) das vozes antagônicas no *Correio da Manhã*. Orlandi chama de censura local o que atua no domínio do que é dizível, do que poderia ser formulável em determinadas condições de produção, mas que a instância de poder constituída impede. Fosse a política do jornal ou fosse uma ação da censura, o importante a destacar, do ponto de vista discursivo, é a compreensão de que o silenciamento atua no dizível, interrompendo o fluxo dos sentidos em movimento. Além de interromper a perene movimentação dos processos de significação, pois sentidos contraditórios deixam de circular, o silenciamento atua na memória de dizeres já-ditos em relação a acontecimentos passados bem como, também, no que chamamos de memória do futuro, ou seja, não apenas o que vai ser rememorado depois, mas sobretudo **como** vai ser rememorado.

Levando em consideração o que mencionamos no início deste artigo, o silenciamento que percorre aquelas páginas inscrevendo-se nas fotografias e legendas dos dois jornais analisados tem relação com o tenso jogo entre as possibilidades que o historicamente visível - dizível coloca em relação ao censurável e ao impossível de ser dito (ORLANDI, 1999) naquele momento. Fala-se sobre os amotinados, mas eles não têm direito a serem ouvidos. São fotografados indo para a detenção, mas não há fotografia daqueles que se amotinaram e foram mortos. Assim, o que poderiam dizer ficou no campo

do impossível de ser dito. As fotografias dos que morreram e o cortejo dos enterros representavam apenas o luto dos “bravos oficiais”. E os outros que morreram?

Discursivamente, o impossível de ser significado está registrado pela ausência de outras fotografias para as reportagens, e dito por aqueles que foram presos ou que morreram. Dito de outra maneira, há imagens e dizeres que nos foram proibidos pelo silêncio local, assinalando uma produção de sentidos, e seus efeitos, que não circulou para o público de leitores dos jornais, ficando fora da memória instituída, oficializada. São fotografias e dizeres que não circularam; são sentidos impossíveis de serem formulados *a posteriori*, dada a morte dos amotinados. O historicamente dizível e repetível determinado pelas instâncias de poder, porém, foi inscrito como um movimento de sublevação que ocorreu em Natal, Recife, Olinda e Rio de Janeiro e que não teria passado de uma “intentona comunista”.

Finalizando com uma discussão atual

Em 1996, estava exausta quando finalizei a extensa pesquisa de doutorado sobre o Partido Comunista Brasileiro na imprensa carioca, que resultou na publicação do livro *O PCB e a imprensa* (1988). O cansaço não era exatamente físico devido aos longos anos de estudos teóricos com inúmeras viagens de ônibus Rio-Campinas-Rio para frequentar a UNICAMP, nem relacionado às infindáveis horas de consulta aos jornais na Biblioteca Nacional, mas resultava sobretudo da leitura de uma quantidade absurda de reportagens, matérias assinadas e cartas de leitor que reiteradamente repetiam, de modo sistemático, com algumas pequenas variações conforme as condições de produção, os enunciados definitórios “Um comunista é um inimigo” e “O comunismo é inimigo da pátria”. Na imprensa carioca, entre a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, na cidade de Niterói, e o ano de 1989, ou seja, durante 60 anos, a produção discursiva jornalística foi engendrando, reiterando e narrativizando um imaginário completamente negativo e amedrontador. Mesmo durante o pouco tempo em que o PCB esteve na legalidade, membros do Partido pouco eram ouvidos. Mesmo com a presença de jornalistas filiados ao Partido, a direção de sentidos sobre o PCB dos jornais caminhava para a construção de um inimigo. A leitura de todo este arquivo ora me deixava perplexa, ora indignada, ora consumida..., mas sempre com a certeza de que as análises e discussões propostas representavam uma resistência pessoal, familiar e acadêmica à imposição do sentido único.

Ao final dos anos 1990, quando me perguntavam sobre a continuação das pesquisas nesta temática, eu respondia sobre a dificuldade pessoal de continuar lendo e analisando o que, nos dias de hoje, é chamado por muitos como *discurso de ódio*, mas que pessoalmente chamo de discursos que se inscrevem em uma língua de pedra (MARIANI, 2023), uma língua áspera e dura onde sentidos ofensivos são produzidos e circulam visando banir a alteridade, com seu modo de se significar e significar as ideias políticas. Uma língua onde os sentidos não se deslocam. A ofensa e o ódio são produzidos na *língua de pedra*, uma língua pontiaguda, de governos autoritários que não admitem as diferenças, nem aceitam a alteridade. Na língua de pedra, a aniquilação simbólica do outro vem de uma *voz-falsa* que se atualiza e se modifica nas diferentes conjunturas históricas. Tomando retroativamente a discursividade já analisada, percebo que era com e na língua de pedra que o discurso jornalístico sobre os comunistas foi se constituindo ao longo de 60 anos. Caso talvez único em que a divisão dos sentidos raramente entrava em funcionamento, o que produzia um estancamento nos processos de significação.

Relendo o *corpus* analisado na época, percebo que os processos de produção de sentidos para o comunismo entremeavam desinformação, medo, ofensas ao mesmo tempo em que construíam sentidos para uma identidade brasileira patriótica, defensora de valores de família cristã. Dois imaginários antagônicos encontravam na materialidade discursiva, ou seja, na construção discursiva da referência, termos e expressões para os comunistas como “ferozes, desvairados, fanáticos, inimigos, polvo, praga, dragõezinhos...” dentre várias outras denominações. (MARIANI, 1998) Foi dureza mesmo ler e analisar este tipo de discursividade que choca, perturba e, muitas vezes, consome o pesquisador. Finalizei o trabalho de doutorado com pelo menos dois apontamentos que abriam para um outro campo de questões. O primeiro foi a percepção, a partir do trabalho de análise discursiva, de que depois da ditadura militar essas discursividades sobre os comunistas estava se deslocando para qualquer partido de esquerda. Estava sendo produzido um novo consenso sobre processos de identificação do “inimigo da pátria”: qualquer partido que não fosse de centro-direita passa a ocupar o lugar de inimigo necessário à afirmação de um imaginário sobre o Brasil e os brasileiros. Estreitamente relacionado a este ponto, terminei a pesquisa me perguntando: “A eficácia do imaginário construído sobre os comunistas teria chegado ao fim?” (MARIANI, 1998, p. 232) Tal pergunta foi formulada tendo em vista as condições históricas do Brasil no período de redemocratização bem como mudanças no quadro internacional com, por exemplo, a queda do muro de Berlin.

Em Análise do Discurso materialista, sempre discutimos tanto os modos de constituição da hegemonia de determinado discurso político quanto os modos de resistência engendrados em meio a polêmicas, confrontos e antagonismos. No caso da hegemonia política interessa analisar os modos como a produção de sentidos se constitui e circula em diferentes aparelhos ideológicos de Estado com estratégias de, por exemplo, censurar ou não livros de história, comemorar certas datas e personalidades etc. São processos que retomam memórias, deslocam sentidos e vão produzindo como efeito a ilusão de um único sentido.

Com a ascensão recente do fascismo no Brasil (2018-2022), voltei à análise dos discursos sobre o comunismo e sobre as esquerdas. (MARIANI, 2019). Em associação a críticas, ofensas e mentiras, as denominações “comunismo”, “comunista” e “esquerda” circularam de modo extremamente rápido em redes sociais como *twitter, blogs, instagram e whatsapp*. Retomava-se o imaginário de inimigo para comunistas em associação com o par esquerdas-PT. Além disso, estes efeitos de sentidos foram renovados em função da inclusão de outras significações, como as da criminalização, de roubos etc. Como não há dominação sem resistência, como o sentido sempre pode ser outro, e como foram, também, quatro anos de lutas e denúncias, o resultado das eleições de 2022 proporcionaram um respiro e um alento. Continuemos resistindo.

Referências bibliográficas:

COSTA, Homero de Oliveira. **A insurreição comunista de 1935** [recurso eletrônico] / Homero de Oliveira Costa. Natal: EDUFRN, 2015.

DELA-SILVA, S.C. (Des)construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. In: FLORES, G. G. B.; NECKEL, N. R. M.; GALLO, S. M. L. (Orgs.). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia** [vol. 1]. Campinas: Pontes, 2015.

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura: Da história no discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MARIANI, Bethania. As formas discursivas e a ameaça comunista. **Línguas e instrumentos linguísticos**, v. 1, Campinas, 2019.

_____. Língua de pedra: a ofensa (injúria e difamação) na discursividade política. In Revista **Leitura**. UFAL, 2023. (no prelo)

_____. **O PCB e a imprensa:** os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Editora Revan & Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. Olhem, dizem as fotos, é assim! In: AZEVEDO, Nadia P. S. G. de; FONTE, Renata F.L. da. (Orgs.). **Análise do discurso: mo(vi)imento de interpretações**. Curitiba: Editora CRV, 2011.

MARQUES, Sonia; NASLAVSKY, Guilah. Eu vi o modernismo nascer... foi no Recife. **Arquitexto**, Vitruvius, São Paulo, n. 131, 2011. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.131/3826>>. Acesso em: 03 maio 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

NASCIMENTO, Francisco Ribeiro de. **Páginas de Resistência**: a imprensa comunista até o golpe militar de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 10, 1993.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio** no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes Editores, 1999. p. 59-71.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória In: ACHARD, Pierre. (et al). **Papel da memória**. Campinas, Pontes, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A intentona comunista de 1935**. Mercado Aberto, 1986.

CAPÍTULO 6

As ações anticomunistas de José Carlos de Macedo Soares na década de 1930: o maior inimigo dos comunistas

Vicente Gil da Silva¹¹⁶

Em junho de 1946, o embaixador norte-americano no Brasil recebeu de um oficial do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) a informação de que os comunistas brasileiros estariam se aproximando de Getúlio Vargas, recém deposto da presidência, para conversar sobre a futura eleição para o governo de São Paulo. De acordo com o oficial do FBI, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) estaria interessado em oferecer apoio a Vargas com o objetivo de “se livrar” de José Carlos de Macedo Soares, político paulista que havia sido nomeado interventor federal pelo presidente Eurico Dutra em 1945 e era “considerado o maior inimigo dos comunistas” (FBI, 17/06/1946).

Essa identificação entre Macedo Soares e o anticomunismo brasileiro seria destacada pela principal liderança do PCB, Luiz Carlos Prestes, em discurso proferido em sessão da Assembleia Constituinte de 1946. Segundo Prestes, o interventor paulista seria um dos responsáveis por alimentar o “fantasma do perigo comunista” no Brasil, sendo o principal articulador de uma “união sagrada anticomunista” na Constituinte, buscando unir todas as forças político-partidárias em um grande acordo para isolar os comunistas e ilegalizar o partido. No mesmo tom, o jornal do PCB, *Tribuna Popular*, identificava Macedo Soares como um “cruzado” em busca de “um novo pacto anticomunista nacional” (TRIBUNA POPULAR, 21/02/1946; 25/01/1946; 10/05/1946).

Na década seguinte, quando o PCB já havia sido posto na ilegalidade e José Carlos de Macedo Soares ocupava o cargo de ministro de Relações Exteriores do governo Kubitschek, sua dedicação a essa cruzada continuava chamando a atenção dos observadores estrangeiros. De acordo com registros do Departamento de Estado norte-americano, o ministro Macedo Soares havia se tornado “o principal alvo dos ataques comunistas”, em função de seu “firme e tenaz compromisso anticomunista”. Impressionava os oficiais do governo estadunidense “a sua liderança para alinhar outros ministérios, particularmente os militares”, em uma firme oposição a qualquer tipo de aproximação com a União Soviética. Seu êxito era entendido como resultado da sua

¹¹⁶ Doutor em História Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ). Professor Adjunto do Instituto de Relações Internacionais e Defesa, UFRJ.

capacidade de articular o apoio da “Igreja, das Forças Armadas e de um importante setor de brasileiros responsáveis na vida pública e privada, incluindo a maioria da imprensa responsável” (Dados biográficos, 03/03/1958).

Como será demonstrado ao longo deste texto, a dedicação de Macedo Soares à causa anticomunista era tanto intensa quanto antiga. Já nas primeiras “ondas anticomunistas” – para usar a expressão de Sá Motta (2000) – ocorridas no Brasil, a atuação de Macedo Soares havia sido relevante. Entre 1935 e 1937, período em que ocupou os cargos de ministro das Relações Exteriores e ministro da Justiça do governo Vargas, sua participação na repressão à chamada Intentona Comunista de 1935 ajudou a identificar e levar à prisão as principais lideranças daquele levante. Na segunda “onda”, que segundo Sá Motta ocorreu no período pós-guerra, Macedo Soares, como já mencionado, ocupava o cargo de interventor federal em São Paulo e se destacou pela contenção às greves na região do ABC paulista. No período da terceira e última “onda” identificada por Sá Motta, Macedo Soares viria a ser um dos principais apoiadores da criação de uma importante organização anticomunista, a Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI)¹¹⁷, a qual assumiu um importante papel na mobilização política que culminou no golpe de Estado de 1964. Contudo, seu nome raramente é citado na bibliografia especializada sobre o anticomunismo no Brasil.

Sá Motta, por exemplo, menciona apenas as críticas que Macedo Soares recebeu de anticomunistas em 1937, quando, ao ocupar o cargo de ministro da Justiça de Vargas, ordenou a libertação de presos políticos que não possuíam condenação. Esse episódio, que ficou conhecido como “macedada”, se não for interpretado à luz da biografia de Macedo Soares, pode ocultar o fato de que o então ministro não nutria nenhuma simpatia pelos comunistas. E, mais do que isso, dedicava parte considerável de seus esforços a combatê-los. Como identificado por Stanley Hilton (1986, p. 169, 182), entre 1935 e 1937, Macedo Soares foi um “rigoroso” e “implacável” anticomunista. Setemy (2013) também identificou em sua pesquisa a atuação anticomunista de Macedo Soares no período em que foi ministro das Relações Exteriores (1934-1936). Entretanto, na maioria das obras que examinam sua biografia, não existe nenhuma menção à sua cruzada anticomunista (AMARAL, 1983; SENRA, 2008; KELLER, s/d).

Diante dessa notável lacuna, este artigo tem o objetivo de descrever a atuação de José Carlos de Macedo Soares, particularmente entre os anos de 1935 e 1937, buscando

¹¹⁷ Sobre a SEI, ver: (SCHWARZ; SILVA, 2022).

enfatizar o seu papel como articulador de uma frente anticomunista nacional e internacional. Embora sua militância tenha se desenvolvido ao longo de mais de três décadas – entre os anos 1930 e 1960 –, foi ao longo dos anos 1930 que Macedo Soares consolidou seu papel como organizador de um bloco anticomunista no Brasil, composto por representantes de distintas frações de classe e segmentos sociais, incluindo lideranças de partidos políticos, de entidades de classe, das Forças Armadas, da Igreja Católica, do mundo empresarial, de chefias de polícias e de agentes e organizações públicas e privadas de outros países.

Inicialmente, o artigo apresentará uma parte importante da biografia de Macedo Soares, buscando destacar seu papel como liderança classista, particularmente no campo do combate ao inimigo estratégico dos interesses de classe que defendia. Com base em um levantamento de informações oriundas de diversos tipos de fontes produzidas no Brasil e em outros países, o texto procura demonstrar as redes de relações locais e internacionais articuladas por Macedo Soares que ajudam a explicar a sua capacidade de mobilizar atores e instituições-chave para combater o comunismo. De acordo com nossa interpretação, uma das mais importantes características da atuação anticomunista de Macedo Soares era o seu caráter preventivo, particularmente no que diz respeito à criação de organizações estatais e privadas anticomunistas que buscavam reunir informações e mobilizar agentes para antecipar cenários de crise e neutralizar a ação comunista antes que ela viesse a ocorrer.

Uma liderança classista

Nascido em São Paulo em outubro de 1883, José Carlos de Macedo Soares era membro de uma família influente na vida política do país. Seu avô foi um tradicional integrante da aristocracia rural fluminense do século XIX e seu tio chegou a ser ministro do Superior Tribunal Federal entre 1898 e 1905. Outros membros de sua família também tiveram atuação destacada. Entre eles, dois irmãos de José Carlos: José Eduardo, proprietário do jornal *Diário Carioca* que recebeu a alcunha de “príncipe dos jornalistas”, e José Roberto, que seguiu a carreira diplomática. Seus primos Hélio de Macedo Soares e Edmundo de Macedo Soares e Silva tiveram carreira de destaque no Exército – este último também esteve envolvido nas comissões de estudos para a implantação da indústria siderúrgica durante o Estado Novo, foi governador do estado do Rio de Janeiro (1947-1951) e ministro dos governos Dutra (1946) e da ditadura militar (1967-1969),

além de ter sido um empresário, vice-presidente da Mercedes-Benz do Brasil nos anos 1960 (KELLER, s/d).

Formado na Faculdade de Direito de São Paulo em 1905, José Carlos casou-se com Mathilde Melchert da Fonseca, de tradicional família paulista. A partir de então, passou a administrar as empresas da família de sua esposa, adquirindo grande prestígio entre os industriais e comerciantes locais. Ele tornou-se diretor da Companhia Paulista de Artefatos de Alumínio, do Banco de São Paulo, da São Paulo Companhia Nacional de Seguros de Vida (por décadas), da Companhia de Melhoramentos de Campos de Jordão, da Cerâmica Porto Ferreira S.A., da Companhia Anglo-Brasileira de Tecidos de Juta e da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e, nas décadas de 1950 e 1960, do Conselho Consultivo da Mesbla (KELLER, s/d).

Nas primeiras décadas do século XX, Macedo Soares esteve envolvido com as principais instituições e iniciativas da burguesia paulista no campo político-ideológico. Entre elas, a Liga Nacionalista de São Paulo, um movimento “cívico e patriótico” criado no início de 1917 e integrado por jovens egressos da Faculdade de Direito de São Paulo. Entre eles, Júlio de Mesquita Filho (da família proprietária do jornal *O Estado de São Paulo*), Horácio Lafer (oriundo de família de empresários influentes). A Liga, segundo Levi-Moreira (1984), era uma organização que visava combater os interesses oligárquicos locais, expressos no Partido Republicano Paulista (PRP), promovendo algumas reformas políticas e eleitorais importantes. E tinha, também, o objetivo de conter as revoltas operárias do período, buscando assimilar ou neutralizar as suas lideranças, sobretudo imigrantes. Macedo Soares era tesoureiro da Liga quando esta iniciou as suas atividades.

Não demorou muito para que ele se tornasse uma liderança política de interesses classistas, no período em que São Paulo começava a despontar como o grande centro econômico do país e a indústria e comércio local procuravam uma “arena específica de representação de interesses” (LEOPOLDI, 2000, p. 71). Em 1923, Macedo Soares foi eleito presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), que era o principal órgão representativo dos comerciantes e industriais paulistas naquele momento. De acordo com Leme (1978, p. 15-16), durante a sua gestão, a ACSP aumentou a quantidade de associados em mais de 700%. Na avaliação da autora, esse aumento no número de membros explica-se em grande medida pela capacidade de liderança de Macedo Soares, que percebia “claramente a importância da organização classista”. Para ele, a união da classe em termos de objetivos e pautas comuns ocorreria aos poucos, em um lento processo de discussão e aproximação “para a obtenção do reconhecimento de seus

interesses por parte do Estado”. Nas décadas seguintes Macedo Soares seguiria vinculado à ACSP como membro nato de seu Conselho Consultivo, atuando também na direção da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Em julho de 1924, quando eclodiu a Revolução Paulista¹¹⁸, Macedo Soares desempenhou um ativo papel na manutenção da ordem na capital de São Paulo, que foi bombardeada por dias a fio. Ele intermediou os primeiros contatos entre o prefeito da cidade e o chefe revolucionário, general Isidoro Lopes, promovendo uma reunião das “classes conservadoras” – como eram chamadas à época – em sua casa. Nesse encontro foi criada uma comissão de abastecimento encarregada de estabelecer uma tabela de preços dos gêneros alimentícios e controlar os estoques existentes na cidade, procurando evitar a especulação e a extorsão. Também cabia a essa comissão a garantia de obtenção e fornecimento de alimentos para a cidade de São Paulo a partir do interior do estado. O objetivo da normalização do abastecimento era a “garantia da ordem social, pois para as classes conservadoras essa rebelião representava um risco potencial de grandes proporções”. Foi também definida a formação de uma Guarda Cívica, responsável pelo policiamento da cidade. Macedo Soares declarou que a milícia recém-criada não tinha “cor política e sim o fim único de manter o sossego na capital contra desordeiros que, aproveitando a natural desorganização do momento”, promoviam “saques e graves atentados à ordem” (KELLER, s/d).

Macedo Soares temia que a destruição do complexo industrial de São Paulo levasse os desempregados a se rebelarem contra a ordem social e via com preocupação os saques realizados pela população em função da falta de alimentos. Para ele, os saques seriam “o começo, por certo, da generalizada pilhagem tão característica da irrupção bolchevista na Rússia”. O aumento da “agitação operária” abriria caminho para as “aspirações bolchevistas” que, para ele, naquele momento “manifestavam-se abertamente”. Sua avaliação era de que não faltavam na cidade “perigosíssimos elementos anarquistas – italianos, espanhóis, russos e de outras nacionalidades –,

¹¹⁸ Em 05/07/1924, tropas de jovens oficiais do Exército e da Força Pública de São Paulo, chefiadas pelo general Isidoro Lopes, ocuparam a cidade de São Paulo. O objetivo final era sublevar os quartéis locais e marchar em direção ao Rio de Janeiro para depor o presidente da República. A reação do governo federal provocou um bombardeamento de 18 dias seguidos da cidade de São Paulo, destruindo os principais setores industriais e ferroviários da cidade e deixando um saldo de mil mortos e 4 mil feridos, em sua maioria civis. Tratou-se do maior massacre urbano do período da República Velha. Por essas e outras razões, Romani considera a Revolução Paulista como “um evento de caráter seminal para a história brasileira do século XX” (ROMANI, 2011, p. 162).

esperando só o momento para subverterem a ordem pública e a ordem social” (SOARES, 1925, p. 33-34; 95).

Sufocado o levante, as negociações lideradas pelos paulistas não foram vistas com bons olhos pelo governo federal. Em função disso, no início de agosto de 1924, Júlio Mesquita e Macedo Soares foram presos e a Liga Nacionalista de São Paulo foi fechada pelo presidente da república. Considerado cúmplice dos rebeldes, Macedo Soares permaneceu preso por seis semanas no Rio de Janeiro. Logo em seguida, partiu para o exílio em Paris. Só regressaria ao Brasil em julho de 1927. Segundo Cohen (2007, p. 95), a ACSP organizou uma recepção festiva na ocasião de seu desembarque na capital paulista e o comércio local fechou as portas mais cedo para recepcionar “o herói de 1924”, com bandas de música, apresentações de escoteiros e a presença de uma multidão para festejá-lo no trajeto entre a estação de trem e sua casa.

No retorno ao Brasil, Macedo Soares foi militante ativo da Aliança Liberal, criada em apoio à candidatura de Getúlio Vargas à presidência nas eleições de março de 1930. Quando Vargas foi derrotado por Júlio Prestes e se intensificaram as articulações políticas para depor o presidente Washington Luís, José Carlos de Macedo Soares liderou as articulações feitas com esse objetivo pelo Partido Democrático de São Paulo. Quando resultou exitosa a Revolução de 1930, formou-se um secretariado revolucionário estadual em São Paulo, em reunião realizada na casa de Macedo Soares, que assumiu a pasta do Interior. Ele e Getúlio Vargas iniciaram naquele período “uma amizade que duraria por muitos anos” (KELLER, s/d).

A partir desse momento, o político e empresário paulista viria a desempenhar um importante papel enquanto articulador de interesses da burguesia paulista e o novo governo federal. Segundo Fausto (1997, p. 137), ele foi uma das três pessoas que permitiram que Vargas garantisse “vias para não cortar suas pontes com a burguesia paulista”, apesar das divergências entre esta e o governo central. Sua atuação como interlocutor deve ser destacada, particularmente em um cenário que, de acordo com Mendonça (2016, p. 482), era de “crise política aberta”, “sem que nenhuma das frações de classe envolvidas lograsse tornar-se hegemônica”. Em março de 1931, Macedo Soares foi nomeado embaixador do Brasil em Bruxelas, mas logo depois renunciou ao cargo, em função de divergências entre o grupo paulista que o apoiava e o interventor federal em São Paulo. Esse episódio, no entanto, não impediu que Vargas nomeasse Macedo Soares para uma importante função diplomática no ano seguinte.

Contatos anticomunistas internacionais

A convite de Vargas, Macedo Soares chefiou as delegações brasileiras à Conferência do Desarmamento e à XVI Conferência Internacional do Trabalho, realizadas em Genebra, na Suíça, entre os anos de 1932 e 1934. Em maio de 1932, durante a Conferência do Desarmamento, ele foi designado como representante do governo brasileiro na ocasião do cinquentenário da morte de Giuseppe Garibaldi. Em Roma, Macedo Soares reuniu-se com Benito Mussolini, de quem teria recebido um cordial abraço após ter mediado uma proposta do governo italiano que poderia causar constrangimentos à Igreja Católica. Em reconhecimento a seu papel conciliador, o Cardeal Eugenio Pacelli, então Secretário do Estado Pontifício (e futuro Papa Pio XII), disponibilizou a Macedo Soares arquivos secretos do Vaticano, que serviram como base para um trabalho sobre a história da Igreja Católica no Brasil (COUTO, 1961, p. 103-104). Ainda em Roma, Macedo Soares teve uma audiência particular com o papa Pio XI, e ficou impressionado com as advertências e conselhos do sumo pontífice sobre o perigo comunista nas Américas e os avanços de sua propaganda no Brasil (HILTON, 1986, p. 43-44).

Retornando a Genebra após esse encontro com o papa, Macedo Soares organizou uma reunião com os representantes da América Latina lá reunidos, com o objetivo de apresentar-lhes as ações da Internacional Comunista (Comintern) – criada pela União Soviética para reunir os partidos comunistas de diferentes países – no continente americano. Os principais palestrantes nesse evento foram o advogado suíço Théodore Aubert e o médico russo radicado na Suíça Georges Lodygensky, fundadores e dirigentes da *Entente Internationale Anticommuniste* (EIA). Criada em 1924 e sediada em Genebra, ela foi a primeira organização transnacional explicitamente anticomunista, apoiada por banqueiros e industriais suíços, tendo se tornado o grupo mais importante e duradouro entre aqueles que se dedicaram à luta anticomunista durante a primeira metade do século XX. Os dirigentes da EIA estavam convencidos da necessidade de lançar uma segunda cruzada internacional contra o comunismo, não sob a forma de uma intervenção militar, como a ocorrida durante a guerra civil russa (1918-1922), mas como uma campanha de propaganda liderada por uma organização privada, operando como um centro de informações. Entendiam que a luta contra o comunismo necessitava de uma organização em escala mundial que fosse capaz de resistir às ações revolucionárias em várias frentes (CAILLAT, 2012, p. 34).

Atuando por mais de duas décadas (1924-1950), principalmente na produção e difusão de informação e propaganda, a EIA promoveu o desenvolvimento de redes de contatos sigilosos com autoridades eclesiásticas, civis e militares – incluindo membros de serviços de inteligência – de diversos países da Europa, da Ásia e das Américas. Sua estrutura organizativa era simples e flexível, com uma Secretaria Permanente, localizada em Genebra, que recebia contribuição financeira de bancos, companhias de seguro e grandes industriais suíços. Para ampliar seus meios de ação e influência entre grupos religiosos, sindicais, de mulheres e de estudantes, a Secretaria da EIA criou algumas organizações auxiliares. Entre elas, a Comissão *Pro Deo*, criada em 1933 para reunir lideranças de diferentes denominações religiosas cristãs – católica, protestante e ortodoxa –, a *Action mondiale des Femmes contre le bolchevisme et la guerre*, de 1936, e o *Institut international d'action morale, économique et sociale antimarxiste* (IIA), criado em 1935.

A Secretaria da EIA também se dedicava à reunião de informações sobre as atividades do Comintern e à criação de centros nacionais anticomunistas. Uma vez por ano, os representantes dos centros afiliados à EIA se reuniam em um Conselho Internacional, em Genebra, para discutir o direcionamento geral de suas ações. Apesar de poucos centros terem sido criados de acordo com o modelo desejado pela Secretaria de Genebra, por volta de 1930 a organização já havia estabelecido contato com personalidades capazes de difundir sua propaganda e retransmitir sua ação na maioria dos países europeus, com exceção daqueles que faziam fronteira com a União Soviética. Na Alemanha nazista, a EIA estabeleceu relações com o *Antikomintern* – órgão criado em 1933 para construir um movimento antibolchevique mundial sob a liderança alemã e vinculado ao Ministério de Propaganda de Joseph Goebbels – e, na Itália fascista, com o *Centro di Studi Anticomunisti*, criado em 1937 por Mussolini (CAILLAT, 2012; ROULIN, 2010; LODYGENSKY, 2009).

O primeiro brasileiro a ter contato com a EIA foi o diplomata Raul Paranhos de Rio Branco, que representava o Brasil na Suíça. Filho do Barão de Rio Branco, o patrono da diplomacia brasileira, Raul foi um entusiasta apoiador da organização anticomunista. Na década de 1920, ele chegou a garantir algumas contribuições financeiras do governo brasileiro para a EIA. A partir de 1932, o posto de principal colaborador brasileiro da organização foi assumido por José Carlos de Macedo Soares, auxiliado por Odette de

Carvalho e Souza. Filha do cônsul brasileiro em Genebra, ela foi nomeada arquivista da delegação brasileira e, posteriormente, viria a seguir a carreira diplomática¹¹⁹.

A pedido de Macedo Soares, os dirigentes da EIA redigiram um memorial com o objetivo de demonstrar aos representantes latino-americanos reunidos em Genebra a urgência de um acordo intergovernamental contra a “intervenção soviética” (LODYGENSKY, 2009, p. 328). E elaboraram também um projeto de tratado internacional, no qual está registrada a importância da realização de uma ofensiva anticomunista através de canais estatais e privados, a exemplo do que fazia a organização suíça. Em carta a Macedo Soares, Théodore Aubert registrou:

Eu não afirmo ter sido capaz de elaborar um modelo de tratado; eu pensei que seria especialmente útil para você ter um texto cobrindo tanto quanto possível todos os elementos da ação bolchevique e indicando os meios que nos parecem até agora como os mais eficazes para combatê-la oficialmente e no plano internacional. Paralelamente, o trabalho não oficial ou privado de propaganda é obviamente indispensável (Carta, 07/07/1932. Tradução minha).

Pouco antes da mencionada reunião entre a EIA e representantes de países latino-americanos ter sido realizada em Genebra, foi criada no Rio de Janeiro a Liga Anticomunista do Brasil, sob a direção do professor e empresário do ramo de papel e celulose Nino Casale. Meses depois, a Liga se transformaria na Cruzada Nacional Anticomunista. Esta, segundo Casale, era subordinada à EIA e contava com o apoio de clérigos importantes da Igreja Católica de São Paulo, professores, engenheiros, empresários e agentes da polícia paulista (Carta, 23/05/1933). O órgão oficial da Cruzada, um semanário intitulado *A Bandeira*, afirmava em sua primeira edição que o seu programa tinha sido traçado por Macedo Soares, em Genebra, quando reuniu os representantes sul-americanos à Conferência do Desarmamento para demonstrar, com base em “largo estudo sobre a propaganda comunista nos países da América Latina, que não somente era dever de todos ficarem de sobreaviso, especialmente os governos, mas que se devia organizar uma contraofensiva enérgica” (Recorte de jornal, *A Bandeira*, 26/01/1933).

Ainda que esta iniciativa incipiente de criação de um grupo privado anticomunista não tenha tido um impacto significativo sobre o cenário político brasileiro, as relações

¹¹⁹ Inicialmente ela foi contratada como arquivista de terceira classe. Em fevereiro de 1936, se tornaria cônsul de terceira classe. Em 1956 seria promovida a ministra de primeira classe, se tornando a primeira embaixadora do Itamaraty e primeira embaixadora de carreira do mundo.

entre a EIA, Macedo Soares e seus apoiadores abriram o caminho para algumas outras ações anticomunistas ao longo dos anos 1930. Um dos vínculos mais importantes foi o contato próximo entre Odette de Carvalho e Souza e a EIA¹²⁰. Carvalho e Souza permaneceria em Genebra, trabalhando como assistente das delegações brasileiras às conferências internacionais realizadas na cidade. Ao mesmo tempo, continuava em contato próximo com a EIA, realizando diversos trabalhos – sobretudo livros de denúncia sobre a atuação internacional do comunismo –, produzidos a pedido da organização suíça, e remetendo diferentes materiais anticomunistas ao Itamaraty.

Ministro de Estado de Relações Exteriores (07/1934-12/1936)

Desde seu primeiro contato com a EIA, Macedo Soares estabeleceu contatos frutíferos e duradouros com a organização anticomunista suíça. E ele se encontrava em condições de liderar essa cruzada no Brasil, sem depender da boa vontade do governo de turno. Fosse em São Paulo, onde sempre esteve envolvido com as principais instituições e iniciativas da burguesia paulista no campo político-ideológico, fosse no Rio de Janeiro, onde viria a ocupar, nos anos seguintes, cargos no governo e em outras instituições de relevância nacional¹²¹, Macedo Soares encontraria inúmeros apoiadores para a sua ofensiva anticomunista. A seu lado, Odette de Carvalho e Souza estaria constantemente presente.

Em 26 de julho de 1934, no início do período do governo constitucional de Getúlio Vargas, Macedo Soares tomou posse no cargo de ministro das Relações Exteriores, no qual permaneceu até o mês de dezembro de 1936. Ele trouxe Odette de Carvalho e Souza de Genebra, onde ela estava colaborando com a EIA, para trabalhar na secretaria do ministério. Durante sua gestão, o Itamaraty aprofundou a sua postura de combate à União Soviética, permanecendo, como afirmou Hilton (1986, p. 46-48), um “baluarte do sentimento antissoviético”, promovendo uma “formidável oposição a relações com Moscou ou agências suas” e fortalecendo uma “linha de defesa anticomunista”. Logo após assumir a chefia do MRE, Macedo Soares e Carvalho e Souza interviveram em um

¹²⁰ Em 1934, ela voltaria ao Brasil para trabalhar junto a Macedo Soares no Itamaraty. Em 1939, regressou à Suíça, onde permaneceu até 1945. Lotada na Secretaria do Itamaraty entre 1946 e 1949, ela esteve à disposição da interventoria federal de São Paulo, chefiada por Macedo Soares, a partir de agosto de 1946.

¹²¹ Por exemplo, nesse período passou a presidir também o recém-criado Instituto Brasileiro de Estatística, depois rebatizado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi não apenas seu primeiro, mas seu mais longevo presidente (1936-1951 e 1955-1956).

debate realizado no Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), no qual vinha sendo discutida a possibilidade de reatamento das relações comerciais entre o Brasil e a União Soviética. O presidente Vargas, inicialmente favorável ao comércio com o país, acabou por aceitar, no início de outubro de 1934, durante as reuniões decisivas do Conselho, a posição contrária ao estabelecimento de relações comerciais com os soviéticos, defendida por Macedo Soares e Carvalho e Souza (HILTON, 1986, p. 48).

Em novembro de 1934, dando continuidade às ideias que já tinham sido discutidas em 1932 por Macedo Soares e Théodore Aubert, o secretário geral do MRE enviou ao consultor jurídico do ministério um projeto de acordo internacional contra o comunismo. Ele previa um estreitamento das ligações entre os órgãos judiciários e policiais dos países sul-americanos, com a finalidade de “coordenar as suas atividades e comunicar entre si todas as informações relativas à ação dos agentes da Internacional Comunista e da URSS”. Como medidas práticas, propunha que os países da região não estabelecessem relações diplomáticas ou comerciais com a URSS, e que fossem punidos “os atos preparatórios, a tentativa e a execução de crimes e delitos contra o Estado”, cometidos no estrangeiro ou contra o Estado legislador, ou no território deste Estado contra um Estado estrangeiro”, permitindo também a extradição dos elementos envolvidos nessas iniciativas. O tratado também sugeria que nenhum indivíduo membro ou simpatizante da Internacional Comunista ou da URSS poderia ser eleito para cargos de magistrado ou do funcionalismo público. Por fim, recomendava a adoção em todos os países da região de legislação proibindo e punindo os responsáveis pela “propaganda comunista ou em favor da URSS, considerando-a ameaçadora para a segurança do Estado” (SILVA, 2020, p. 242-244).

Não foi possível determinar se esse acordo efetivamente entrou em vigor. Entretanto, nos meses seguintes, conforme Carvalho e Souza, o Itamaraty colaborou nos trabalhos de elaboração da Lei de Segurança Nacional, sancionada em abril de 1935, e teve sua atuação elogiada pelo relator da lei na Câmara, deputado Henrique Bayma, da bancada paulista. Além disso, ainda conforme Carvalho e Souza, o Itamaraty participou da campanha contra a Aliança Nacional Libertadora (ANL) – uma frente política que reunia partidos e organizações populares de esquerda, incluindo comunistas –, ajudando a “desmascarar, em tempo oportuno, as verdadeiras intenções daquele pretendido partido político”, enviando a todos os ministérios, chefes militares e das polícias e aos governadores um recorte do jornal soviético *Pravda* com a fotografia de Luis Carlos Prestes em um artigo no qual “ficava evidenciado o caráter comunista” da ANL. O MRE

também “previu e preveniu as autoridades competentes, com a devida antecedência”, sobre a revolução comunista de novembro de 1935 e a presença do líder do PCB, Luís Carlos Prestes, no Brasil, pouco tempo antes da eclosão da revolta (SILVA, 2020, p. 244, 248, 746).

De acordo com Odette de Carvalho e Souza, “após a revolução de novembro de 1935”, o Itamaraty colaborou com a polícia do Distrito Federal, “devendo-se às suas precisas indicações (nome, rua e número da residência)” a prisão e a identificação de Harry Berger, comunista de origem alemã e liderança dessa revolução (SILVA, 2020, p. 746). Conforme Hilton (1986, p. 153-155), a Gestapo, polícia secreta nazista, forneceu ao Itamaraty, através do embaixador brasileiro em Berlim, a verdadeira identidade de Harry Berger e sua esposa, Elise Saborowski, e também de Olga Benário, comunista alemã companheira do líder do PCB, ambas também envolvidas no levante de novembro de 1935 no Brasil. Os três foram presos e severamente torturados pela polícia do Distrito Federal. Quando o decreto de deportação de Elise e Olga à Alemanha nazista foi assinado, em 1936, Odette de Carvalho e Souza comentou com o secretário da EIA, Georges Lodygensky:

O decreto de expulsão das esposas de Berger e Prestes acaba de ser assinado. Eu já informei o Chefe de Polícia [Filinto Müller] sobre a necessidade de embarcá-las em um navio que não pare na França ou na Espanha, porque sabemos que a ‘Frente Popular’ tem planos para que elas fujam (...)” (Carta, 29/08/1936. Tradução minha).

O levante comunista de 1935 e a violenta repressão que se seguiu a ela deram um novo impulso às ações anticomunistas de Macedo Soares, Carvalho e Souza e seus apoiadores locais e internacionais. Como explicou Hilton (1986, p. 122), o chanceler brasileiro “acelerou imediatamente o processo de tornar a diplomacia um instrumento cada vez mais ativo para a proteção do Estado contra o sítio vermelho percebido”. O ministro se tornou “um supervisor dinâmico daquele processo que, embora não novo, ganharia agora uma dimensão única de intensidade”. Sob sua orientação, “os diplomatas brasileiros no exterior intensificavam sua vigilância, acompanhando as manobras internacionais do Kremlin e as atividades comunistas em outros países”. No Brasil, defendiam a repressão contra “os ruidosos movimentos de protesto liderados por parentes e simpatizantes esquerdistas dos presos políticos no Rio de Janeiro”. Uma série de iniciativas, particularmente entre os anos de 1936 e 1937, ilustram a intensa mobilização, liderada por Macedo Soares, na busca por uma maior coordenação nacional e

internacional no combate ao comunismo. No Brasil, Odette de Carvalho e Souza trabalhava para que as relações estabelecidas com os europeus ajudassem a organizar a luta anticomunista na América do Sul.

O Serviço Especial de Informações (SEI) do Ministério de Relações Exteriores

Em janeiro de 1936, a pedido de Macedo Soares, foi criado no Itamaraty o Serviço de Estudos e Investigações, mais tarde rebatizado como Serviço Especial de Informações (SEI), dirigido por Carvalho e Souza e subordinado à chefia dos Serviços Políticos e Diplomáticos, uma divisão interna do MRE. De acordo com Carvalho e Souza, a seção foi criada para “tratar da obra de repressão ao comunismo, mediante o estudo especializado da doutrina marxista, métodos de propaganda bolchevista, sua infiltração no nosso país e meios de combatê-la de maneira prática e eficiente”. Ela destacava que o trabalho realizado pelo SEI poderia prestar “relevantes serviços à ação policial”, o que já teria sido “comprovado múltiplas vezes” (Memorial, 28/01/1936).

O sigilo foi um aspecto central das ações desse órgão do Itamaraty. Carvalho e Souza explicava que o SEI precisava estar subordinado diretamente ao ministro de Estado, em função do “caráter confidencial, e muitas vezes secreto”, dos assuntos que lhe eram submetidos, da responsabilidade que comportava a solução dos mesmos e a urgência com que estes deveriam ser solucionados. Ela explicava que o “fator tempo” constituiria “elemento essencial para a eficiência da ação de prevenção e repressão ao comunismo”, o que também justificaria a atuação secreta do serviço. Seria necessário que ficasse “mais restrito o conhecimento da documentação pertencente aos arquivos do SEI”, permanecendo os assuntos relacionados a esse serviço “sob a orientação e aprovação imediata do senhor Ministro de Estado” (Memorial, 28/01/1936). Em outro relatório, escrito em 1938, Carvalho e Souza explicou que Macedo Soares projetou a criação do SEI “com atribuições análogas ao *Intelligence Service* britânico”¹²². O serviço de inteligência britânico, apesar de autônomo, agia “em estreita colaboração com o corpo diplomático, consular e agentes comerciais britânicos” no exterior. Para Carvalho e Souza, a vinculação do serviço ao MRE justificava-se pelo “aproveitamento da ótima

¹²² Operando desde a Primeira Guerra Mundial, o *Secret Intelligence Service* (SIS), também conhecido como MI6, é o serviço responsável pelas atividades encobertas de coleta de informações de inteligência do governo britânico no exterior, subordinado ao secretário de Estado de assuntos exteriores.

organização dos serviços de comunicação, arquivo, biblioteca, imprensa, etc., já existentes no Itamaraty” (Relatório, 30/04/1938).

O Itamaraty, ainda conforme Carvalho e Souza, mantinha naquele período “constante e estreita ligação com as instituições internacionais incumbidas do combate ao comunismo”. As informações oriundas dessas organizações, em sua opinião, eram “preciosas”, e caberia ao SEI reuni-las e coordená-las, para encaminhá-las às “autoridades mais diretamente interessadas, notadamente, à polícia e aos ministérios militares”. O Itamaraty era considerado a única instituição brasileira em condições de exercer um papel na coordenação internacional da repressão ao comunismo. Tendo em vista o caráter internacionalista do comunismo e de seu princípio de revolução mundial, a “luta antibolchevista” deveria “ser empreendida no terreno internacional, estabelecendo uma estreita ligação entre a ação de todos os países contra o *Komintern*”. As missões diplomáticas brasileiras no exterior cumpririam um papel estratégico nesse sentido, pois eram “ótimos postos de observação”, e poderiam fornecer ao Itamaraty “dados e informações preciosas sobre a ação, as táticas e as palavras de ordem lançadas por Moscou, para estender ao mundo inteiro” o que Carvalho e Souza denominava “a sua obra nefasta de destruição”. Para ela, “conhecendo a manobra do inimigo” mais fácil seria “precavermos-nos e combatê-lo” (Memorial, 28/01/1936).

Ao longo do ano de 1936, Carvalho e Souza e Macedo Soares buscaram consolidar um dos objetivos primordiais de sua cruzada: o estabelecimento de uma frente anticomunista sul-americana, reunindo agências estatais e organizações privadas do continente. Em fevereiro de 1936, o MRE solicitou a seus representantes diplomáticos que consultassem os governos sul-americanos sobre a possibilidade de realização de uma Conferência Sul-Americana de Polícia, visando consolidar uma aproximação maior entre as forças policiais da região para o combate ao comunismo. Mantendo a lógica de sigilo, o Itamaraty enfatizou que a conferência não deveria ostensivamente visar a repressão ao comunismo, para evitar críticas dos soviéticos, que se faziam representar na Liga das Nações e de outros países que mantinham relações com a União Soviética (SETEMY, 2013, p. 188-198). A chefia do Itamaraty esperava que esse encontro permitisse uma discussão aprofundada, da qual resultariam propostas concretas – especificamente, um convênio sul-americano de polícias – para serem submetidas à Conferência Pan-

Americana da Paz¹²³, a ser realizada em dezembro de 1936 em Buenos Aires, com a presença de delegações de todos os países americanos (SETEMY, 2013, p. 208). Como demonstra Setemy (2013, p. 60, 284), o MRE, ao longo de 1936, especialmente através do SEI, cumpriu um papel importante na articulação de diplomatas, militares e policiais em ações conjuntas de combate ao comunismo, convertendo-se em um verdadeiro “Estado-Maior Civil” de iniciativas contra os “inimigos do regime”.

Desde 1934, Macedo Soares tentava estimular os países sul-americanos a aderirem a um acordo internacional anticomunista. Vendo-se diante de impasses e dificuldades para o estabelecimento desse acordo no formato original proposto, com um conteúdo explicitamente anticomunista e contra a União Soviética, ele apresentaria, em 1936, a proposta de um Pacto Interamericano de Segurança Coletiva. Macedo Soares buscou se aproximar do governo dos Estados Unidos, tentando estabelecer um acordo para a consolidação de um projeto de “defesa continental” contra a “agressão externa”. De acordo com Hugh Gibson, embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, Macedo Soares apoiou a realização da mencionada conferência de Buenos Aires, e demonstrou grande interesse em contribuir para os seus debates. Ainda conforme Gibson, Macedo Soares declarou que seria “imprescindível” que Brasil e Estados Unidos estivessem “previamente de pleno acordo em questões fundamentais”, para que pudessem “realizar um esforço efetivo” (Telegrama, 01/04/1936).

Em cartas enviadas a Macedo Soares, o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Osvaldo Aranha, indicou que o MRE apresentou dois projetos ao governo estadunidense: um “Tratado para reforçar os meios de prevenir a guerra” e o “Pacto Interamericano de Segurança Coletiva”. Aranha informou que o Departamento de Estado estava de acordo com ambos os projetos, mas que a redação de alguns artigos do segundo projeto deveria ser modificada, para que os compromissos a serem assumidos pelos países não colidissem “com os dispositivos constitucionais de vários países”. O próprio presidente Roosevelt e o secretário de Estado, Cordell Hull, estavam estudando ambos os projetos e colaborando para a modificação de sua redação, de acordo com Aranha (Carta, 17/06/1936). Menos de um mês depois, o embaixador brasileiro parabenizou Macedo Soares pelo “êxito da ideia do Pacto de Segurança Coletiva Continental”:

¹²³ No final de janeiro de 1936, o presidente estadunidense, Franklin D. Roosevelt, propôs a realização de uma Conferência Interamericana da Paz em Buenos Aires, para debater questões econômicas, comerciais e de prevenção da guerra entre as nações americanas.

Chegamos, após longas conversações com o *State Department*, a concordar na redação portuguesa e inglesa [do Pacto]. Parece-me que atendemos no fundo e na forma às suas ideias e que os tempos atuais – máximo a que podemos arrastar esse país – correspondem amplamente à sua nobre e fecunda iniciativa (Carta, 03/07/1936).

Antes de se dirigirem a Buenos Aires, Cordell Hull, secretário de Estado, e Sumner Welles, responsável por assuntos americanos do Departamento de Estado, estiveram no Brasil e foram recebidos com um banquete no Itamaraty. Discursando no evento, Macedo Soares declarou que a “nação brasileira era cristã”, e que não havia nada que mais causasse revolta “do que o espetáculo da barbárie, de alucinada destruição, de violência sanguinária das facções comunistas da Europa”. Sua mensagem era de que “os frutos venenosos” dos “paraísos extremistas” não chegariam ao Brasil se os países americanos estivessem unidos, sob a liderança estadunidense (Diário Carioca, 20/11/1936).

De fato, em Buenos Aires foi estabelecido “o princípio de que uma ameaça à segurança de uma nação americana seria considerada uma ameaça a todas elas” (MOURA, 2012, p. 46). Como explicou Setemy (2013, p. 208), “o problema da infiltração comunista não foi discutido ostensivamente” durante a conferência de Buenos Aires, parecendo mais conveniente à delegação brasileira “deixar a discussão para um ambiente mais restrito”. Mas a proposta brasileira não deixou de “consolidar os princípios que o governo brasileiro desejava ver serem adotados pelos países do continente”.

Em relatório elaborado em 1938, Carvalho e Souza destacaria o apoio que o SEI havia prestado a outros países sul-americanos em matéria de combate ao comunismo. O serviço teria enviado informações de “alta importância” ao presidente uruguai, que teriam influenciado no rompimento das relações diplomáticas entre a URSS e o Uruguai. O SEI também teria elaborado “várias informações de caráter secreto, tendo colaborado estreitamente e prestado alguns serviços a vários países da América Latina, notadamente a Argentina, Chile e Uruguai”. Contando com o trabalho de uma datilógrafa e de Carvalho e Souza, o serviço possuía um arquivo, com uma série de informações mimeografadas, documentos secretos, em especial relacionados ao comunismo, fotografias e outros materiais repartidos em maços, de acordo com o assunto ou a procedência e destino dos mesmos. O serviço também possuía uma biblioteca própria, com mais de 400 volumes. O SEI possuiria ainda 4 mil fichas com nomes de agentes comunistas, fascistas e nazistas e nomes de sociedades e jornais de propaganda dessas doutrinas no Brasil e no exterior. O relatório de Carvalho e Souza também menciona que o serviço mantinha “estreitas

relações” com a EIA e outras organizações a ela vinculadas, como a Liga *Pro Deo* de Genebra, o Instituto Internacional Antimarxista e o *Antikomintern* de Berlim (Relatório, 30/04/1938).

Contatos do SEI com o *Antikomintern*

O *Antikomintern*, oficialmente denominado *Gesamtverband deutscher antikommunistischer Vereinigungen* – Associação Geral das Entidades Anticomunistas Alemãs –, foi criado em meados de 1933 para agrupar todas as associações anticomunistas alemãs. A entidade incorporou estruturas do partido nazista que já operavam em ações de propaganda para consumo interno desde o início dos anos 1920, passando a fazê-lo também no exterior. Presidido pelo escritor e membro do partido nazista Adolf Ehrt, o *Antikomintern* apresentava-se publicamente como uma organização privada. Era, contudo, submetida à Divisão II (*Abteilung Referat II*), responsável por assuntos orientais e antibolcheviques do Ministério Nacional para Esclarecimento Público e Propaganda do III Reich, voltada ao combate do bolchevismo em âmbito internacional. Mas também era vinculado ao *Aussenpolitisches Amt*, o gabinete de política externa do partido nazista, chefiado por Alfred Rosenberg, um dos principais ideólogos do nazismo. A divisão era dirigida por Eberhard Taubert, um dos mais próximos colaboradores do ministro Joseph Goebbels e o verdadeiro responsável pelo *Antikomintern* (ROULIN, 2011, p. 253-254; 260).

O *Antikomintern* dedicava-se a denunciar as atividades da Internacional Comunista, com o objetivo de construir um movimento internacional contra o bolchevismo sob a liderança da Alemanha. Por trás de suas iniciativas de propaganda, buscava influenciar círculos anticomunistas dos países estrangeiros, colaborando na promoção dos ideais nazistas no exterior. O *Antikomintern* não empregava agentes para trabalhar no exterior nem estabelecia escritórios em países estrangeiros, mas buscava formar vínculos com agências e organizações similares, através das quais pudesse disseminar sua propaganda (ROULIN, 2011, p. 270-277).

Conforme Roulin (2011, p. 262-263), através da EIA o *Antikomintern* conseguia atingir regiões que dificilmente conseguiria fazê-lo diretamente, como a França, colônias britânicas e a América do Sul, particularmente Brasil e Argentina, repassando diversos materiais e estabelecendo contatos com autoridades desses países. À frente do Itamaraty, Macedo Soares e Carvalho e Souza estabeleceram relações com o *Antikomintern*,

inicialmente por meio da *Pro Deo*, consolidadas posteriormente com a criação do SEI. Carvalho e Souza foi um dos elementos de ligação com a rede da EIA, através de sua participação na segunda reunião da Comissão *Pro Deo*, realizada em janeiro de 1934 em Genebra. O diretor do *Antikomintern*, Adolf Ehrt, participou da reunião (ROULIN, 2011, 369).

De Berlim, Moniz Aragão, que havia sido Secretário-Geral do MRE e tornou-se embaixador do Brasil na capital alemã, comunicava a Macedo Soares que havia estabelecido um contato próximo com a Gestapo e com o *Antikomintern*. Conforme Hilton (1986, p. 151-152), a aproximação com o *Antikomintern* teve a “bênção” do próprio Adolf Hitler, e esta organização lhe fornecia informações sobre supostas atividades e planos do Comintern em relação ao Brasil.

Os arquivos do *Antikomintern* revelam que foram publicados mais de 500 artigos em jornais brasileiros entre 1934 e 1937, preparados e distribuídos pela organização nazista a seus contatos no Brasil. A correspondência da entidade nazista registra a satisfação de poder contar com o MRE e, em especial, com Macedo Soares, como um intermediário na relação com outras autoridades brasileiras. Ela também expõe a colaboração de alguns dos representantes brasileiros na missão diplomática do Brasil em Berlim, especialmente o embaixador Moniz Aragão, o adido comercial Caio de Lima Cavalcanti, o capitão Eurico Peniche (ajudante de ordens do ministro da Marinha, Aristides Guilhem, que permaneceu na Alemanha para “aperfeiçoar conhecimentos técnicos” entre 1937 e 1938, identificado como oficial de ligação do *Antikomintern* com as Forças Armadas brasileiras) e o tenente coronel Oswaldo de Alvarenga Gaudio, considerado pelos alemães como próximo aos integralistas e enviado pelo Ministério da Marinha em missão de estudos à Alemanha. Outra iniciativa registrada nos arquivos da organização nazista foi o lançamento da revista *Anti-Komintern* no Brasil, editada por Zolachio Diniz, a partir de maio de 1937 (Relatório, 05/05/1937; Carta, 03/11/1937).

Outro exemplo do esforço de Macedo Soares na articulação com o *Antikomintern* foi o envio do chefe do serviço de imprensa do Itamaraty, Renato Costa Almeida¹²⁴, a uma viagem pela Europa para estreitar vínculos com esta e outras organizações anticomunistas europeias. Além de visitar Genebra, onde participou de reuniões com a EIA e da Liga das Nações, ele foi também a Paris e à Alemanha. Segundo relatou em cartas a Macedo Soares, Almeida foi recebido por Goebbels, que teria facilitado sua

¹²⁴ Almeida viria a ser reconhecido como um estudioso do folclore e dirigiria, por mais de 40 anos, o tradicional Colégio Franco-Brasileiro, no Rio de Janeiro.

viagem à Alemanha, inclusive pagando suas passagens e designando um funcionário para acompanhá-lo. Conforme Almeida, na Alemanha ele encontrou “as coisas mais aproveitáveis” no que dizia respeito aos “meios de combate ao comunismo” através da imprensa. Nesse aspecto, ele acreditava que poderia ser realizada “uma obra interessante, fornecendo à imprensa do Rio e dos Estados um noticiário abundante e bem informado, para fazer a propaganda e esclarecer os ingênuos levados pelo blefe do paraíso moscovita”. Ele também informou que entrou em contato com o *Antikomintern*, o qual teria prometido a ele “material para uma ação intensa nos jornais”. Por fim, ele sugeriu que o Itamaraty poderia fazer um ótimo trabalho anticomunista, com gastos modestos, mas que dariam “grande eficiência” ao seu serviço de imprensa (Cartas, 06/10/1936; 13/10/1936).

Ministro de Estado de Justiça e Negócios Interiores (junho a novembro de 1937)

Em janeiro de 1937, Macedo Soares foi enviado aos Estados Unidos como representante do governo brasileiro à posse do presidente Roosevelt. Em junho do mesmo ano, ele aceitou o convite para assumir o cargo de ministro de Estado de Justiça e Negócios Interiores. À frente de outro ministério, ele daria continuidade à sua militância anticomunista. Mas a sua visão estratégica e seus métodos de combate ao comunismo logo causariam atritos com outros setores do governo, especialmente os militares, que defendiam um tipo de repressão explícita e a instauração de uma ditadura como a forma mais eficaz de eliminar o “perigo vermelho”.

Ainda que tivesse se demonstrado profundamente comprometido com a causa do combate ao comunismo e às mobilizações populares, Macedo Soares era visto com desconfiança, especialmente pelo alto comando das forças armadas. Extremamente preocupados com a crise política vivida no país havia algum tempo, os dirigentes militares percebiam que a “subversão vermelha” crescia no país, mesmo diante das duras medidas de controle social e da decretação do Estado de guerra no país, vigente desde novembro de 1935. O segundo semestre de 1937 apresentava-se para eles como um período de profunda desagregação social, passível de ser explorada pelas “forças dissolventes da nacionalidade”, que estariam infiltradas em diversos setores da vida nacional. A avaliação da cúpula militar de que existiria uma situação pré-revolucionária no país coincidiu com a nomeação de Macedo Soares ao ministério da justiça e era também percebida, como

ressalta Hilton (1986, p. 161), “ironicamente como consequência da atuação de Macedo Soares”.

Macedo Soares, como condição para assumir a pasta da justiça, teria conseguido de Vargas o compromisso de suspensão do estado de guerra e de retorno às garantias individuais previstas na Constituição de 1934. Como explica Hilton (1986, p. 161), isto não significava “nenhuma mudança de atitude em relação ao comunismo”, refletindo “apenas sua convicção de que o pior já passara e que a luta contra a subversão poderia continuar eficazmente dentro de uma estrutura de liberdades individuais”. Foi neste contexto que Macedo Soares negociou com as lideranças do Congresso Nacional a não-prorrogação do estado de guerra, a cooperação para a manutenção da ordem social e a concordância com o julgamento dos acusados de envolvimento na insurreição de 1935 que seguiam presos sem terem sido julgados. Além disso, ele conseguiu a cooperação dos dirigentes dos jornais do Rio de Janeiro para com o governo, garantindo a eles que a censura, prevista na legislação do estado de guerra, seria abolida. Ele também negociou com Filinto Müller, chefe da polícia do Distrito Federal, a transferência de presos políticos e a libertação de mais de trezentos deles cujos processos não haviam sido formados. A “macedada” acabaria provocando a ira da cúpula militar.

A partir desse evento, Macedo Soares – e, por extensão, os civis do governo – eram vistos como corresponsáveis pelo agravamento do problema da subversão no Brasil. Criticando o que viam como liberalidade do ministro da justiça, assim como os pretensos excessos das leis democráticas existentes no país, a cúpula militar passou a atacar os civis integrantes do governo em reuniões ministeriais e em circulares enviadas aos comandantes regionais e chefes de guarnições, considerando-os tolerantes com o comunismo. Macedo Soares, por outro lado, insistia que a melhor forma de combater a propaganda comunista seria a modernização e aparelhamento da repressão brasileira, tanto das polícias políticas quanto do Judiciário e todos os outros ministérios e secretarias, sem a necessidade de alteração do regime político vigente.

Diante desse cenário, Macedo Soares tomou a iniciativa de criação de uma organização denominada Defesa Social Brasileira (DSB). Além da óbvia finalidade de atacar o comunismo e as esquerdas em geral, a fundação da DSB explica-se também como uma tentativa de conciliação com os militares para afastar o que eles percebiam como “relaxamento” do combate anticomunista pelos setores civis do governo Vargas. A DSB, uma entidade pretensamente “apolítica”, tinha como objetivo, conforme seu estatuto, “defender a sociedade e a Constituição da República e combater, intensa e extensamente,

o anarquismo e o comunismo no Brasil”. Na reunião realizada para sua constituição, que ocorreu no final de agosto de 1937, no edifício do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, foram empossados os membros de seu conselho diretor. Eram eles: o ministro José Carlos de Macedo Soares, capitão Filinto Müller (Chefe de Polícia do Distrito Federal), General Estevão Leitão de Carvalho (que era então primeiro sub-chefe do Estado-Maior do Exército, chefiado pelo General Góes Monteiro), Almirante Álvaro de Vasconcellos (presidente do Clube Naval), Capitão de Mar e Guerra Jorge Dodsworth Martins, Major Edmundo Macedo Soares e Silva, Dr. José Duarte, Dr. Oscar Sant’Anna, Capitão Severino Sombra e Odette de Carvalho e Souza. O manifesto público de divulgação da DSB foi assinado por cerca de 200 pessoas, incluindo todos os ministros de Estado e mais de vinte generais e almirantes (Ata, 30/08/1937).

Conforme o almirante Vasconcellos, a fundação da DSB devia-se à iniciativa de Macedo Soares. A organização se propunha a auxiliar o governo no combate aos comunistas, e teve “apoio decidido dos ministros militares Eurico Dutra e Henrique Guilhem”. Tinha uma clara orientação voltada à ações práticas, através de “incessante propaganda contra o comunismo”, visando um “trabalho educacional” de longo prazo e, ao mesmo tempo, “se necessário”, o combate seria “dado materialmente”, quando “o monstro” atemorizasse a população, impedindo que esta se deixasse “dominar pelo pânico” e que os civis, “apavorados”, se recolhessem e deixassem “o campo livre aos terroristas”. Para tanto, a DSB pretendia estender as suas atividades para os grandes núcleos populacionais brasileiros. Assim, as suas filiais, orientadas por diretrizes do comando central da organização, poderiam “ficar aptas à repressão violenta de qualquer tentativa de irrupção comunista, auxiliando as forças militares e policiais” (Diário Carioca, 30/10/1937). Em seus cerca de 3 meses de existência, a DSB teria recebido filiações de diversas pessoas de 12 estados da federação, responsáveis pela formação de comitês locais de propaganda e de ação política, conforme telegramas publicados em jornais do Rio de Janeiro.

De acordo com notícias dos jornais cariocas, logo após a sua fundação, a DSB já possuía uma junta consultiva, composta por diversos nomes influentes das forças armadas e das polícias políticas, e um conselho técnico, integrado por várias personalidades do mundo empresarial, político e intelectual da época. A organização faria trabalhos de espionagem, contraespionagem, propaganda e contrapropaganda, além de formação de células de vigilância contra os comunistas em diversos locais, como indústrias, bancos, imprensa, escolas, etc. Previa-se também a “preparação e instrução dos elementos

populares da DSB de aptidão física, para o combate de ruas" (Planos de ação, 25/09/1937). Como definiu Hilton (1986, p. 168), o plano de ação "faria da DSB um instrumento paramilitar aliado do governo", que pretendia fortalecer o regime vigente com medidas de contenção do comunismo e às mobilizações populares.

Mas nem a criação da DSB foi suficiente para aplacar os ânimos da cúpula militar. O que chama atenção nessa hostilidade entre o alto comando das forças armadas e os civis do governo Vargas, representados sobretudo por Macedo Soares, é que este último continuava um ferrenho e convicto anticomunista. Mas a forma de combate ao comunismo, tal como defendida pelo ministro da justiça, significava um reforço da legislação e das instituições existentes para aprofundar o controle social. Fundamentalmente, como destaca Hilton (1986, p. 168), Macedo Soares, em suas conversações com lideranças políticas, militares e da Igreja Católica, propunha criar uma série de medidas "visando impedir que a experiência da Espanha, onde a guerra civil ainda se mostrava sanguinolenta, pudesse ser transferida para o Brasil".

Nem mesmo o reforço da legislação repressiva e da nova decretação de estado de guerra em 02 de outubro de 1937, tal como prevista pela Comissão de Repressão ao Comunismo criada nesta mesma data, mostrou-se suficiente para demover as críticas da elite militar em relação a Macedo Soares. Chefiando a referida comissão, ele impôs o aumento da vigilância e monitoramento sobre sindicatos, imprensa, organizações políticas e órgãos públicos, promoveu iniciativas de propaganda e previa a organização de uma campanha educacional em escolas e fábricas, ordenou o fechamento de entidades consideradas comunistas, além de uma série de medidas favorecendo a atuação do integralismo como instrumento de combate ao comunismo. Ainda assim, no início de 1937, a crise política se aprofundou com a divulgação do Plano Cohen, um documento forjado, produzido no Estado-Maior do Exército, que acabou servindo como pretexto para o golpe de Estado de 1937.

Conclusão

Macedo Soares merece figurar entre os mais destacados representantes da tradição anticomunista brasileira. Em termos de intensidade e conteúdo, o seu anticomunismo provavelmente era semelhante ao de qualquer militar, líder religioso ou político de sua época. Mas poucos personagens tiveram uma dedicação tão longa e tão aguerrida no combate ao comunismo quanto o ex-ministro do governo Vargas. Menor ainda foi o

número de pessoas capazes de articular uma rede de contatos e influência de cúpula tão extensa quanto aquela cultivada por Macedo Soares ao longo dos anos 1930, em diversos meios e em diferentes países. Sua capacidade de organizar um bloco policlassista e transnacional, unificados minimamente em torno de uma cruzada contra o comunismo e as forças populares, embora nem sempre exitosa, é digna de nota.

O acúmulo de experiências de Macedo Soares com diferentes tipos de organizações é outro elemento diferencial de seu anticomunismo e pode contribuir para refletir sobre o legado que deixou para gerações futuras mobilizadas contra o “inimigo vermelho”. A historiografia brasileira identificou a importância da construção de imaginários anticomunistas, mas pouco destacou a rica tradição local das variadas formas de ação política e de organizações anticomunistas construídas por diferentes atores ao longo da década de 1930. Macedo Soares esteve presente em diversas dessas iniciativas neste período. O saldo organizativo das entidades estatais e privadas anticomunistas com as quais esteve envolvido também não resultou apenas da tradição política local. Como demonstrado no artigo, ele resultou também dos contatos e trocas de experiências com as principais organizações anticomunistas internacionais daquela época.

O artigo procurou destacar outro tema pouco explorado, frequentemente negligenciado ou mesmo negado pela historiografia do anticomunismo. Macedo Soares é um exemplo representativo do caráter classista do anticomunismo brasileiro. Além de empresário e liderança dos principais órgãos representativos de interesses empresariais paulistas, ele também atuou em cargos públicos ao longo dos anos 1930 – diga-se de passagem, sua atuação pública e privada continuaria ao longo dos anos 1940 e 1950. Seu prestígio como liderança empresarial foi certamente um dos atributos que o qualificaram para exercer influência sobre determinadas diretrizes do governo Vargas, particularmente no que diz respeito ao anticomunismo. Nesse aspecto, sua atuação no Estado e em entidades privadas nos anos 1930 indica a função organizativa que cumpriu, ao reunir e mobilizar diferentes classes e setores sociais em um projeto coletivo em comum, ou seja, a luta contra o comunismo.

A documentação apresentada acima indica uma outra característica diferencial do anticomunismo de Macedo Soares. Ainda que fosse um articulador de uma frente contra o comunismo, ele não recorria necessariamente às mesmas táticas de seus companheiros de luta. Para ele, não era preciso necessariamente um golpe de Estado para combater o comunismo com mais eficácia. Ele acreditava que o fortalecimento das estruturas repressivas dentro dos marcos “democráticos” seria suficiente para neutralizar a

propaganda comunista e evitar um cenário de crise política e social. Não é por acaso que, nos dois ministérios que assumiu durante o governo Vargas, ele se dedicou à criação de estruturas estatais (e paraestatais) de espionagem, inteligência e ação preventiva contra a propaganda comunista. A importância atribuída à coleta, organização e circulação de informações sobre o que era e como agia o comunismo se revelava de suma importância para antecipar os movimentos que poderiam ameaçar a ordem vigente. Ilustrativo disso também foi a sua iniciativa de aproximação com a EIA e o *Antikomintern*, as duas principais organizações anticomunistas no período entreguerras. Tendo o MI6 britânico como inspiração, Macedo Soares procurou dinamizar alguns dos meios primordialmente orientados para a ação preventiva, como particularmente são os da área de inteligência.

A antecipação de possíveis cenários de acirramento das lutas de classe visava dar mais efetividade às ações anticomunistas. As frequentes referências de Macedo Soares à guerra civil espanhola ilustram o seu temor de que algo semelhante pudesse vir a ocorrer no Brasil. Mais de uma década antes dos acontecimentos na Espanha, ele já tinha vivido a experiência direta dos acontecimentos da revolução paulista de 1924. A imagem de operários e soldados armados enfrentando as forças da ordem e colocando em xeque o regime vigente era um episódio concreto do que, na sua opinião, poderia ocorrer diante de um governo frágil, como ele considerava ser o de Artur Bernardes, sem instituições capazes de conhecer os movimentos contestatórios da ordem e apresentar formas de contenção que não fossem a decretação de Estado de sítio e a coerção explícita, características daquele governo.

A atuação de Macedo Soares ajuda a entender o papel do anticomunismo nos primeiros anos do governo Vargas, antes do golpe do Estado Novo. Havia divergências com relação a como abordar e enfrentar a questão do comunismo, embora houvesse concordância entre os integrantes do governo de que o comunismo era um inimigo e precisava ser combatido. Alguns buscavam isolá-los e derrotá-los pela via “democrática”, como Macedo Soares. Outros, pela mudança de regime, em uma ditadura. Talvez os companheiros de luta de Macedo Soares na época tenham tido um lugar de maior destaque na história justamente porque defenderam abertamente a instauração do Estado Novo e desempenharam um papel importante na sua construção. Geralmente os personagens que mais causaram ruído costumam ser alvo de maior interesse historiográfico. Se foi assim, Macedo Soares teve êxito em sua luta anticomunista, já que sempre buscou efetivar suas principais iniciativas à sombra do público. Como resumiu um documento de 1937, Macedo Soares foi um dos agentes brasileiros que, temeroso do “perigo comunista”, teria

tomado “a seu devido tempo, medidas capazes de exercer uma obra preventiva eficiente e discreta” (“A atuação …”, 11/10/1937).

Referência bibliográficas:

AMARAL, Antônio B. do. **José Carlos de Macedo Soares**: embaixador da paz, chanceler das Américas. São Paulo: Ed. Companhia Nacional de Seguros, 1983.

CAILLAT, Michel. **L'Entente internationale anticomuniste de Théodore Aubert – Organisation interne, réseaux et action d'une internationale antimarxiste**. Tese (Doutorado em História) - Université de Genève, Genebra, Suíça, 2012.

COHEN, Ilka Stern. **Bombas sobre São Paulo**: a Revolução de 1924. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

COUTO, Deolindo. **Vultos e ideias**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1961.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. História e historiografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HILTON, Stanley E. **A rebelião vermelha**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

KELLER, Vilma. **Soares, José Carlos de Macedo**. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, Fundação Getúlio Vargas, s/d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-carlos-de-macedo>> Acesso em: 04 nov 2022.

LEME, Marisa Saenz. **A ideologia dos industriais brasileiros, 1919-1945**. Petrópolis: Vozes, 1978.

LEOPOLDI, Maria A. P. **Política e interesses na industrialização brasileira**. As associações industriais, a política econômica e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LEVI-MOREIRA, Sílvia. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). **Revista de História**, v. 0, n. 116, jun. 1984.

LODYGENDSKY, Georges. **Face au communisme – 1905-1950**: quand Genève était le centre du mouvement anticomuniste mondial. Genebra: Slatkine, 2009.

MENDONÇA, Sônia R. de. Estado e sociedade. A consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, Maria Y. L. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 372 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2000.

MOURA, Gérson. **Relações Exteriores do Brasil, 1939-1950**: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: Ed. FUNAG, 2012.

ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi**, v. 12, n. 23, jul-dez 2011, p. 161-178.

ROULIN, Stéphanie. **Un credo anticomuniste**: la commission Pro Deo de l'Entente internationale anticomuniste ou la dimension religieuse d'un combat politique, 1924-1950. Tese (Doutorado) - Faculté des Lettres de l'Université de Fribourg, Suíça, 2010.

SCHWARZ, Laura M. L., SILVA, Vicente G. da. Wladimir Lodygensky: A trajetória internacional de um militante anticomunista. **Tempos Históricos**, vol. 26, n. 1, p. 275-299, 2022.

SENRA, Nelson de C; IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações (Org.). **Embaixador Macedo Soares, um princípio da conciliação**: recordando o 1º. Presidente do IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

SETEMY, Adriana C. L. **Sentinelas da Fronteira**: O Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966). Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Vicente G. da. **Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil**: atores e articulações transnacionais (1936-1964). Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SOARES, José Carlos de M. **Justiça**. A revolta militar em São Paulo. Paris, [s.n.], 1925.

Fontes documentais (em ordem cronológica):

Carta, Aubert para Macedo Soares, 07/07/1932. Archives de l'Entente Internationale Anticommuniste (doravante, Arquivos EIA), série 9, caixa EIA 3060 Amérique du Sud 1924-1933, Bibliothèque de Genève, Suíça.

Recorte de jornal, **A Bandeira**, ano 1. n. 1, 26/01/1933. Arquivos EIA (Idem acima).

Carta, Nino Casale para EIA, 23/05/1933. Arquivos EIA (Idem acima).

Memorial, Criação do SEI, 28/01/1936. Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro, doravante, AHI) lata 980, maço 15.604.

Telegrama, Gibson para o Secretário de Estado, 01/04/1936. Foreign Relations of the United States Diplomatic papers (doravante, *FRUS*), 1936, The American Republics, volume V, documento 13 (710.Peace/332).

Carta, Aranha para Macedo Soares, 17/06/1936. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (doravante, IHGB), fundo José Carlos de Macedo Soares, localização DL 993.29.

Circular n. 1083, 30/06/1936. Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano V, n. 9. – Brasília, DF: A Fundação, 2006.

Carta, Aranha para Macedo Soares, 03/07/1936. IHGB, fundo José Carlos de Macedo Soares, localização DL 993.29.

Carta, Carvalho e Souza para G. Lodygensky, 29/08/1936. EIA, série 9, caixa EIA 3061 Amérique du Sud 1934-1942.

Cartas, Renato Almeida para Macedo Soares, 06/10/1936 e 13/10/1936. IHGB, fundo José Carlos de Macedo Soares, localização DL 992.99.

Relatório, Adolf Ehrt, 05/05/1937;

Carta, H. Dohms, 03/11/1937. Hoover Institution, Antikomintern records, Group II, Brazil, 1935-1939, caixa 178.

Ata, reunião da DSB, 30/08/1937. IHGB, fundo José Carlos de Macedo Soares, localização 1037.73.

Planos de ação, DSB, 25/09/1937. IHGB, fundo José Carlos de Macedo Soares, localização 1037.74.

A atuação do ministro Macedo Soares na obra de repressão ao comunismo, 11/10/1937. IHGB, fundo Macedo Soares, localização DL 1039.10.

Relatório, Carvalho e Souza para Pimentel Brandão, 30/04/1938. AHI, estante 136, prateleira 4, volume 9.

FBI, 17/06/1946. National Archives at College Park (doravante, NACP), RG 84, UD 2132, caixa 48, pasta 1946 FBI privileged.

Dados biográficos, 03/03/1958. NACP, RG 84, UD 2132, caixa 118, pasta 350.3 Biographic Data 1958.

Notícias de jornais:

Consultadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso: 26 ago. 2022.

CAPÍTULO 7

O “ardil comunista” é pauta feminina: o discurso anticomunista na revista *Jornal das Moças* durante o Estado Novo Varguista

Vitória de Almeida Machado¹²⁵

Jornal das Moças

A publicação denominada *Jornal das Moças* (*JM*) foi uma revista ilustrada originada no Rio de Janeiro em 1914, cujas atividades cessaram em 1965. A revista foi inspirada em modelos de magazines ilustrados do século anterior, que, por sua vez, foram influenciados por padrões franceses. A primeira edição da revista foi publicada em preto e branco, e o uso de cores em algumas páginas só foi introduzido em 1934. Embora o título do periódico contenha a palavra “jornal”, é importante destacar que se tratava de uma revista¹²⁶. Portanto, neste capítulo, é referenciado como a *Jornal das Moças*, considerando a concordância implícita com a palavra “revista”.

A *JM* apresentou-se à sociedade brasileira como uma publicação distinta das demais revistas disponíveis no período. Em sua primeira edição, com uma modelo na capa, a revista afirmou que as outras publicações e magazines existentes não se preocupavam com o real interesse das leitoras, que era justamente a sua principal preocupação. Além disso, a *JM* argumentou que seus concorrentes eram meros álbuns de fotografias de moda, sem qualquer interesse em promover o cultivo do espírito das leitoras. Afirmava ainda que as concorrentes não passavam de álbuns de fotografias de modas, que não se preocupavam com o “cultivo de espírito de nossas gentis patrícias”, tampouco se ocupava dos conhecimentos mundanos. Nesses termos, a função da Revista era “deleitar o espírito da mulher brasileira”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1914, ed. 1)

A concepção de que a revista *Jornal das Moças* era a única publicação que realmente se preocupava com os interesses das mulheres, indo além do universo da moda e do consumismo para se preocupar também com questões morais e com o prazer das leitoras, sugere que a propaganda da revista buscava trabalhar com conceitos mais

¹²⁵ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com bolsa CAPES. Graduada em História pela Faculdade Porto-Alegrense.

¹²⁶ Para compreender como se dava a classificação entre revistas e jornais, Buitoni (1990, p. 17) explica: “[...] jornal para cadernos sem capa dura, impressos em papel mais barato, e revistas em formatos mais trabalhados – capa dura, miolo em papel melhor, geralmente com mais fotos. Não existe só essa diferença material: geralmente, o conteúdo é tratado de modo diverso. No passado, o termo revista relacionava-se mais com o conteúdo do que com o formato, pois, na prática, era difícil distingui-la dos jornais pelo aspecto visual”.

subjetivos do público feminino. Enquanto outras revistas se limitavam a apresentar apenas conteúdo relacionado à moda e às questões estéticas, a *Jornal das Moças* preocupava-se em oferecer também informações sobre temas ligados ao intelecto feminino e conhecimentos importantes para a vida cotidiana, tornando-se não somente uma revista de moda, mas uma verdadeira conselheira para suas leitoras.

Anne Higonnet (1991) apresenta que as revistas voltadas para o público feminino ganharam popularidade a partir de 1830 e que, embora algumas fossem mais centradas em moda ou em afazeres domésticos, todas compartilhavam de uma fronteira da feminilidade tradicional. Para ela, as revistas, de modo geral:

Com imagens e com palavras, defendem e louvam os valores ligados ao aperfeiçoamento cosmético, à heterossexualidade e à família. [...] As leitoras são exortadas a melhorar a sua aparência física, a exprimir a sua individualidade, a gerir os seus lares de modo mais eficiente, mais econômico e com mais amor, e a triunfar sobre a adversidade. A leitora das revistas femininas é encorajada a dominar a sua situação pessoal – mas não a pô-la em questão. (HIGONNET, 1991, p. 418)

Pode-se inferir que, embora a *Jornal das Moças* tenha tentado se apresentar de maneira distinta de outras revistas e magazines do período, seu discurso não alterou substancialmente o papel social estabelecido para as mulheres durante o Estado Novo, uma vez que ainda reforçava a percepção tradicional da mulher, apesar de se intitular com um escopo mais abrangente que as demais publicações da época. A revista era amplamente distribuída em todas as capitais brasileiras e representava um dos principais meios de comunicação para o público feminino. Suas temáticas incluíam assuntos como decoração do lar, receitas culinárias, manutenção do casamento, sociedade e elite do Rio de Janeiro, noções de higiene e dicas de relacionamentos, perpetuando, assim, o caráter conservador da época na representação das mulheres. Entre as informações apresentadas em sua tese, Almeida (2008) destaca que uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE), em 1945¹²⁷, classificou a *JM* como a oitava revista mais lida no país, e dentre as publicações voltadas para o público feminino, ficava atrás apenas da revista *A Cigarra*.

Jornal das Moças tinha o corpo editorial formado majoritariamente por homens. Produzido pela oficina e editora de mesmo nome, “Empresa Jornal das Moças – Menezes, Filho & C. Ltda”, a direção e a edição eram de responsabilidade de Álvaro Menezes e

¹²⁷ Pesquisas anteriores não são localizadas, uma vez que o IBOPE fora criado em 1942.

Agostinho Menezes. O fato de ser uma revista dedicada ao público feminino sendo editada e dirigida por homens traz à tona a discussão acerca da importância do corpo editorial de um veículo de comunicação, pois é ele que dará forma à revista. Além da linha editorial, os anunciantes, as pressões políticas e o contexto político-econômico modificam, formatam e alicerçam os veículos de informação. Quem faz determinada publicação? Para quem ela é direcionada?

Verifica-se, assim, uma competição ideológica desigual, pois a mídia atua em grande parte no sentido de influenciar direta ou indiretamente o público para a manutenção, aprovação e reiteração da estrutura socioeconômica vigente". Isso advém, sobretudo, de seu caráter de empresa privada, cujo lucro é a principal razão de ser. A dependência dos anunciantes – grandes corporações industriais, financeiras e de serviço – e a vinculação de seus dirigentes a grupos políticos e econômicos submetem os meios de comunicação ao domínio da classe (GOULART, 1990).

De modo geral, a Revista era consumida por um público com capital cultural e econômico significativo. Uma pesquisa feita pelo Censo Demográfico¹²⁸ de março de 1951 mostra que 52% da população ainda era analfabeta.¹²⁹ Isso leva à dedução de que a parte letrada da população que tinha acesso à Revista pertencia a uma elite. Entretanto, pode-se pensar também que eram utilizadas imagens, principalmente nas colunas de modas, apresentando moldes de roupas para justamente ampliar o acesso das demais camadas da população feminina: a não alfabetizada.

Em síntese, a *Jornal das Moças* exerceu uma influência significativa sobre o imaginário político e social da década de 1930, ao abordar temas relevantes para a época, como a participação feminina na sociedade e na política. Contudo, é importante mencionar que a publicação também se destacou por sua postura anticomunista, fato que a vinculou a movimentos políticos conservadores da época. Ainda que tal posicionamento possa ser criticado sob a ótica dos valores democráticos, é fundamental reconhecer o papel que a revista desempenhou na formação das opiniões de uma parte significativa da

¹²⁸ Pelos dados do Censo Demográfico de março de 1951, a população brasileira era então de 51.944.397 habitantes. A população em idade escolar, de 5 a 9 anos, era de 7.015.527. O número de matrículas no ensino primário totalizava 5.175.887. O Censo mostra mais: o número total de matrículas em todos os graus de ensino somava 6.118.842. Esse número considera todos os níveis, do primário ao superior, para uma população em idade escolar (de 5 a 19 anos) de 18.826.409. A taxa de analfabetismo era da ordem de 52%. (BOMENY, s/a, CPDOC)

¹²⁹ Apesar da pesquisa se tratar do ano de 1951, é válido lembrar que a reforma de Capanema (reforma educacional que criou o ensino secundário e a reforma universitária, que resultou na criação da Universidade do Brasil) ocorreu somente no ano de 1942. Portanto, a porcentagem de analfabetos da década de 1930 – 1940 não era muito diferente da porcentagem de 1950.

população brasileira daquela época. O estudo das publicações da imprensa periódica da década de 1930 se faz imprescindível para uma melhor compreensão do período e para a reflexão sobre a relação entre a imprensa e a política.

O Estado Novo na JM

No dia 10 de novembro de 1937, o presidente Vargas anuncia um novo momento na política brasileira e proíbe os partidos políticos: estava, pois, instaurado o Estado Novo. (FAUSTO, 2002) Na edição do dia 11 de novembro do mesmo ano, a matéria que foi assinada pelo Serviço de divulgação da polícia do distrito federal e por Filinto Muller¹³⁰ alerta para cartas, relatórios e outros documentos, encontrados após o “golpe comunista de novembro”, na sede do Partido Comunista do Brasil. A matéria afirmava que uma averiguação seria feita, entretanto as instituições básicas de organização social corriam perigo pelos agentes da Komintern.¹³¹ O material apreendido documentava, segundo a polícia, uma possível organização em toda a América Latina, bem como uma envergadura comunista no Brasil. O perigo era tamanho que era extremamente necessário que o governo procedesse dentro de um plano estratégico de caráter nacionalista, a fim de proteger a pátria. (JORNALDAS MOÇAS, 1937, ed. 1169, p. 65)

Entretanto, na revista *Jornal das Moças*, o primeiro editorial em que apareceu a expressão “Estado Novo” ocorre em 1940 na edição de número 1.316, sob o título “Independência – Estado Novo”, fazendo uma alusão à Independência do Brasil, visto que essa edição é do dia 5 de setembro. O governo varguista é apresentado como a maior composição poética de todos os tempos, política e civilmente. O sacrifício humano que o chefe de Estado fez para que houvesse uma pátria ideal para o bem comum, juntamente às suas renúncias pessoais, levadas a cabo pelo interesse coletivo, são vistos como sublimes. O Brasil, na publicação, é representado como um rompante em relação ao passado para que, desse novo processo, fosse possível surgir uma civilização do amanhã. Para tanto, como é apresentado na *JM*, permite que seja projetado o ideal de homem novo que o regime tanto promoveu. O homem novo surgia junto ao desejo de rompimento com o passado para um país, enfim, moderno a partir do projeto de governo de Vargas, que

¹³⁰ Foi um militar e político que participou de diversos momentos políticos do Brasil. Ficou conhecido por ser chefe da polícia política de Vargas, as torturas que efetuava e a participação no caso da judia alemã e comunista Olga Benário.

¹³¹ Também conhecida como a Terceira Internacional, organização fundada por Lenin para unir as pautas dos partidos comunistas de todo o mundo.

teve como alicerce a ideia modernista no seu âmago. (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1.316, p. 11)

Getúlio Vargas, visto como o homem que surgiu junto ao sentimento de nacionalidade que formaria o Estado Novo, é apresentado como uma possibilidade de salvação à população brasileira que, conforme a Revista, estava cansada de “espezinhamentos da sua liberdade e de zombarias aos seus direitos mais elementares.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1.316, p. 11) A compreensão do periódico do que seriam os citados direitos elementares não fica clara, porém é válido lembrar que o Estado Novo varguista foi uma ditadura com diferentes censuras tanto no público, como no privado. O regime autoritário não permitia resistências e toda e qualquer crítica ao governo era silenciada.

O Estado Novo era visto como uma obra de inspiração, um guia, feito para gerar consciência na população, além de levar a ideia de patriotismo até os corações das pessoas. O orgulho que Vargas dava aos seus “filhos brasileiros” fez com que o país se integrasse de maneira singular e, dessa forma, “o Brasil canta entusiasmado arrancando do próprio coração a voz de todos os seus filhos”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1.316, p. 11)

A Revista pede que a população tenha fé no Estado que a regia, uma vez que era ele que faria o Brasil mais brasileiro. Suas publicações ainda afirmam que a América como um todo se sentia representada pelo chefe da nação e se sentia “partilhando do nosso júbilo e comungando conosco da hóstia branca da paz e da concórdia.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1.316, p. 11) A imagem de Vargas, estrategicamente criada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)¹³², era a de um mártir, um salvador, o homem que poderia levantar a nação brasileira e, com isso, fazer seus filhos terem orgulho do seu país. Esse nacionalismo era uma preocupação constante durante o Estado Novo. Além de matérias como a citada, fotografias em que o presidente é visto com a população eram frequentes nas páginas de diversos impressos, inclusive na *JM*. A ideia de construir um imaginário de Vargas como líder de uma nação em crescimento era o objetivo. Essa imagem pretendia um líder com traços humanos, próximo da população. Ela também

¹³² O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 por Vargas, reunia todos os serviços de propaganda e publicidade do governo. Os ministérios e setores de administração pública federal passaram a ser executados somente pelo DIP, que organizava também as homenagens e promoções pessoais, tanto dos familiares do chefe de governo como também das autoridades de seu regime. Nesses termos, o DIP tornou-se órgão máximo de repressão de liberdade de expressão do período.

projetava que o ideal de sua relação quase que pessoal com o público era extremamente disseminada durante o regime.

É importante destacar que a publicação manteve uma postura ambígua em relação ao governo, ao mesmo tempo em que apoiava suas iniciativas modernizadoras, também fez leves críticas em relação às restrições às liberdades individuais. Assim, a análise da imagem que a Revista Jornal das Moças projetou sobre o governo varguista, bem como sobre outros eventos políticos do período, fornece um importante subsídio para a compreensão da complexa relação entre a imprensa e o poder político durante a primeira metade do século XX no Brasil.

Mulheres no período

As mulheres da Era Vargas, em especial no Estado Novo, lidaram com um projeto pedagógico em que o intuito era, principalmente, o retorno da mulher para o espaço privado: o lar, onde elas poderiam servir à família e, consequentemente, servir à nação. Ao se ocuparem com os problemas domésticos estariam distantes do contexto político e social. Enquanto mãe, esposa e educadora, as suas funções passaram a ficar, cada vez mais, distantes das atividades masculinas. O discurso autoritário e conservador só reforçava a ideologia dominante em que a mulher ideal era a mãe beatificada, esposa dócil e filha obediente.

A análise do regime de Vargas vai além do seu caráter político e econômico, uma vez que o autoritarismo impregnava até mesmo o espaço privado, orientando a conduta moral dos indivíduos. Segundo Stoppino (1998), o regime de Vargas pode ser considerado autoritário, na medida em que reduzia o consenso e valorizava o poder político concentrado nas mãos de uma só pessoa ou instituição, de forma mais ou menos radical. O autoritarismo de Vargas permeava todas as esferas da sociedade, e seu poder era exercido não apenas sobre a política e a economia, mas também sobre os valores e as condutas dos indivíduos. A compreensão do regime de Vargas, portanto, requer uma análise profunda e abrangente dos diversos elementos que constituíram sua base política e ideológica.

Essa ideologia de Estado é pensada de maneira orgânica, ou seja, cada setor da sociedade possui uma função, como um corpo humano. Com isso, essa diferenciação dos grupos, profissões e classes sociais faria existir uma harmonia social. Porém, nessa visão

organicista, faz-se necessário um cérebro social e esse cérebro seria o Estado. Durante a Era Vargas, a imagem de Getúlio surge como a personificação do Estado. Na construção da imagem de Vargas, a tutela do povo era constante e, com isso, a incapacidade da população fazia com que houvesse a necessidade de alguém para coordenar o país e esse alguém só poderia ser Getúlio Vargas.

A educação também passou por modificações, ensejadas pelo regime autoritário. Um exemplo disso foi quando o Ministro da Educação do Estado Novo, Gustavo Capanema, que, devido à sua proximidade com o pensador católico Alceu de Amoroso Lima, formou uma aliança no intuito de “reeducar” a sociedade. No que diz respeito às mulheres, o discurso possuía um caráter extremamente conservador. Elas seriam como coadjuvantes do universo masculino. Deveriam focar-se no lar, no marido, nos filhos e em amenidades do universo feminino. Nas palavras de Schwartzman:

Os tempos de reforma ocorriam simultaneamente aos da ação, mas consistiam, basicamente, na elaboração de um grande painel de normas, regulamentos e Projetos para a reformulação total do sistema educacional do país. Era aqui, mais do que em qualquer outra área, que o pacto do Ministério da Educação com a Igreja se revelava com toda sua força. (SCHWARTZMAN, 1984, p. 73)

Com o golpe de 1937 e com a criação do Estado Novo, pode-se levar a crer que um novo governo começava a existir. Porém, as velhas oligarquias e elites permaneceram no poder, de maneira mais burocrática e autoritária. Por óbvio que essas mesmas oligarquias e elites fizeram com que o espaço das mulheres fosse limitado e sua participação política e social, restrita. As conquistas femininas da década de 20 sofreram um esfacelamento com as políticas varguistas já que “a incumbência básica da mulher residia no bom desempenho do governo doméstico e na assistência moral à família, fortalecendo seus laços.” (SAMARA, 1986, apud NAHES, 2007, p. 34) A revista *Jornal das Moças* corroborava com esse discurso. Além de dicas de beleza, moda e noções sobre como cuidar do lar ou ser uma boa mãe, o discurso favorável ao regime varguista era presenciado em diversos momentos. Uma das características marcante do regime era o forte nacionalismo e a *JM* ensina as mulheres a como contribuir para o progresso do país moderno que o Brasil está se tornando graças ao regime autoritário. Na edição 1.238, o nacionalismo era exaltado ao afirmar: “Em cada peito da mulher brasileira está uma chama de veemente patriotismo, pronta a se inflamar e propagar ao primeiro momento. E esse momento chegou!”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1238, p. 11)

O espaço social das mulheres era o privado. Não se pretende assim dizer que elas não poderiam frequentar espaços públicos, porém sua atuação enquanto cidadã se dava no privado, ou seja, no âmbito de suas casas. Elas frequentavam clubes e eventos sociais, mas sempre com a função de coadjuvante. Sempre acompanhadas dos cônjuges. Era no lar que elas poderiam contribuir para o país, conforme se pode ler nas palavras de Maluf e Mott:

O dever ser das mulheres brasileiras nas três primeiras décadas do século foi, assim, traçado por um preciso e vigoroso discurso ideológico, que reunia conservadores e diferentes matizes de reformistas e que acabou por desumanizá-las com sujeitos históricos, ao mesmo tempo em que cristalizava determinados tipos de comportamento convertendo-os em rígidos papéis sociais. (MALUF; MOTT, 1998, p. 373)

Pensar o poder que os veículos de comunicação possuem e o quanto seu discurso midiático é inserido explícita e implicitamente na sociedade faz remeter a Barthes (1987) na obra *Mitologias*. O autor afirma que o discurso midiático é decorrente de ideologias e de relações sociais de dominação. Ao utilizar a ideia de discurso como ideologia e relações sociais de Barthes, pode-se constatar que a violência simbólica afeta o tecido social quando uma dominação, nesse caso masculina, é legitimada a partir de diversos aparelhos, tais como o são os representativos da imprensa feminina da década de 30 e 40. A desigualdade de gênero se faz notória em diferentes matérias da Revista em questão e, a partir delas, percebe-se a violência simbólica.¹³³

A partir da consideração da revista como meios de difusão ideológica, torna-se pertinente enquadrá-las como aparelhos do Estado, uma vez que opera como veículo de propagação de discurso que contribui para a reprodução das relações de produção e exploração capitalistas. À luz da perspectiva teórica de Althusser (p. 78, 1985), infere-se que todos os aparelhos ideológicos do Estado colaboram com o mesmo propósito, ou seja, a manutenção dessas relações. Cada um desses aparelhos, contudo, atua de forma específica para alcançar tal objetivo, submetendo os indivíduos a determinada ideologia.

¹³³ Violência simbólica, violência suave, insensível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma prioridade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele. (BOURDIEU, 1999, p. 7-8)

“Esses aparelhos significantes (escola, Igreja, mídia, família etc.) têm por função assegurar, garantir e perpetuar o monopólio da violência simbólica, que se exerce sob o manto de uma legitimidade pretensamente natural.” (MATTTELART, 2006, p. 95) Por isso, entende-se que a imprensa como um todo, mas nesse caso a *JM*, fazia parte desse Aparelho Ideológico de Estado juntamente com outros aparelhos que a revista se aproximava, como é o caso da Igreja católica que será trabalhado mais adiante.

O Estado Novo marcou a história social e política do Brasil. Além disso, estabeleceu padrões sociais para a população e as mais afetadas foram as mulheres. Simone de Beauvoir afirma: “[...] que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados.” E o regime autoritário, corporativista e conservador de Vargas não fugiu a essa regra. Os avanços, ainda que singelos, que o movimento feminista dos anos 1920 conseguiu a partir de muita luta, tiveram um movimento retrógrado no Estado Novo. Estabelecer um discurso em que as mulheres brasileiras deveriam estar no espaço privado e questionar sua participação no mercado de trabalho, considerá-las como donas de casa somente, uma maternidade quase compulsória somado ao controle da imprensa e à censura fez com que as “mulheres” (coloca-se aspas pelo fato de acreditar que a Revista representava somente uma pequena parcela da população feminina brasileira) fossem representadas pela revista *Jornal das Moças* de maneira corroborativa com o discurso do regime.

Anticomunismo na revista

Os meios de comunicação contribuíram significativamente para a construção do imaginário anticomunista do período. A imprensa, por sua vez, foi usada massivamente no intuito de criar um “medo vermelho”. No presente capítulo, analisa-se a revista *Jornal das Moças*, porém outros periódicos, assim como outros veículos de comunicação, serviram de objeto de pesquisa para compreender de que forma o regime varguista edificou o medo do comunismo. Como exemplo de pesquisa histórica que utiliza os impressos para tal análise, a obra *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, de Rodrigo Patto Sá Motta (2002), analisa diversas abordagens utilizadas para a construção de um medo generalizado. O autor apresenta que o regime varguista apostou no predomínio da propaganda e contrapropaganda para incentivar a censura de obras que seriam consideradas subversivas.

“A revista que o senhor e a senhora podem deixar em sua casa porque não há perigo de perversão em nenhuma de suas páginas” era uma das chamadas das capas da *Jornal das Moças*. Essa mensagem deixava claro o objetivo de que a publicação estava de acordo com os pressupostos do governo, criando a construção de um processo de confiança tanto com o Estado quanto com o público leitor, já que não teria nenhum material fazendo apologia ao comunismo ou a outras ideologias desviantes da época.

Ademais do pareamento ideológico, a Revista assume tom didático para com a mulher. Assim, as matérias deixam ver a função da mulher na sociedade idealizada pelo Estado Novo. Se o Brasil estava em perigo por causa do comunismo, a mulher deveria contribuir – no espaço privado – para protegê-lo. “A grande campanha necessária no momento é a de destruição das obras de propaganda do credo vermelho. É preciso que todos os pais compreendam que se [inelegível] da defesa dos próprios lares, da própria honra de suas famílias.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1937, ed. 1175, p. 72) A edição citada apresenta uma particularidade: pela primeira vez, em todas as edições analisadas, a figura paterna foi chamada para contribuir na educação dos filhos. Nas outras edições, a mãe é responsável pelo bom funcionamento da casa e, para a *JM*, a educação dos filhos faz parte disso, como é possível ver no trecho que segue, em que há instrução em relação ao afastamento dos jovens das ideias comunistas:

Nenhuma obra suspeita deve ser permitida. O ardil comunista que todos devem ler as obras da propaganda vermelha devem ser lidas para que possam ser contidas, não deve ser admitida hipótese alguma. A mocidade não é campo de experimentação social e ninguém pode pôr em perigo toda uma Nação de uma raça, para satisfazer interesses que atentam contra os princípios básicos em que fomos criados. (JORNAL DAS MOÇAS, 1937, ed. 1175, p. 72)

No âmbito do Estado Novo brasileiro, foram utilizados diversos elementos para a sua base política e ideológica, dos quais o anticomunismo assumiu um papel crucial. Como parte desse processo, as classes dominantes da sociedade brasileira desempenharam um papel importante na construção desse imaginário. O público-alvo da revista *Jornal das Moças* era a elite, que se posicionou ideologicamente contra qualquer ideia que fosse considerada “comunista”. Nesse sentido, a revista reforçou o discurso anticomunista, que foi amplamente utilizado pelo governo Vargas, como pode ser visto na citação apresentada. De acordo com Sá Motta, o anticomunismo foi um elemento chave na consolidação do Estado Novo, ajudando a sustentar a imagem de Vargas como

o homem que conduziria o Brasil para a modernidade e o futuro, enquanto a União Soviética era retratada como um país governado por um ditador cruel:

Pode-se dizer que a afirmação do novo regime coincidiu com a consolidação do imaginário anticomunista na estrutura social brasileira, notadamente entre as classes médias e superiores. As representações do comunismo como inimigo da nação e a identificação das forças revolucionárias com as forças do mal se enraizaram na sociedade. (SÁ MOTTA, 2002, p. 285)

A juventude era um dos grandes receios do regime, pois era considerada induzível pelo comunismo. Dessa forma, a *JM* reforçava o cuidado que se deveria ter dentro do lar. Saber o que os filhos liam e com quem conviviam era indispensável para protegê-los do “perigo vermelho” e de “más influências”. “Que os pais, principalmente compreendam a responsabilidade que lhes pesa e, antes de mais nada, procurem conhecer e ler os livros destinados aos seus filhos” (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1175, p. 72), era a mensagem enfatizada pela publicação. No gestar do lar, para fazer cargo da qualidade do que se tinha acesso no âmbito privado, estava a mulher. No período Vargas ela tinha o papel fundamental na construção da nova nação que Getúlio se esforçava tanto para prosperar. A Revista reforçava que não seriam somente as mulheres da elite que o deveriam fazer. Todas as classes deveriam, quase que obrigatoriamente, contribuir para esse combate, como é possível ver no trecho: “[...] nesta hora a renovação nacional comprehende o alcance da obra de saneamento organizada pelo governo, pois o apoio de todas as classes depende da salvação e o futuro do Brasil.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1175, p. 72). Ainda durante o ano de 1937, a edição 1.176 divulga uma matéria sobre as semelhanças e diferenças entre o Brasil e a Rússia¹³⁴ e como seria se o comunismo conseguisse ser implantado no país tropical. A *JM* alega que caso isso ocorresse, “por golpe do destino”, o comunismo encontraria duas grandes barreiras: a extensão territorial e as condições geográficas. Após uma caracterização da geografia da Rússia – a Revista a coloca como uma ilha continental devido à quantidade de gelo que circunda o país e seus relevos –, determina: é um cárcere natural. “O homem, lá, prefere

¹³⁴ Em 1937, a região entendida como Rússia já havido passado pela Revolução de 1917 e era, então, conhecida como União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1922. Leva-se a acreditar que a escolha pelo nome “Rússia” e não “União Soviética” como é feito na revista Jornal das Moças tenha sido ideologicamente pensado, uma vez que a revista se posiciona extremamente contrária às políticas e às ideologias da URSS. Apesar de existir diversos estados dentro da URSS, entre eles a própria Rússia, acredita-se que a revista, por falar de maneira tão geral, estava se referindo à URSS e não ao estado russo somente. Optou-se, no presente trabalho, por utilizar as palavras “Rússia” e “russos” e seus derivados a fim de condizer com a revista em análise.

mil vezes, permanecer nas suas aldeias, nas suas cidades e nas suas terras, e sofrer, sob os regimes tirânicos e absolutos, a escravidão, a ignomínia e a miséria.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1937, ed. 1176, p. 64-65) Justificando o motivo de o povo russo permanecer no regime ditatorial de Stalin por não ter coragem de enfrentar as distâncias geográficas, a *JM* coloca que a morte seria inevitável, porque ocorreria tanto na aventura de tentar fugir quanto pela “guante de ferro dos sovietes”¹³⁵.

Diferentemente da Rússia, o Brasil teria uma facilidade maior geograficamente falando e, com isso, a população poderia fugir, caso o regime comunista se instaurasse, para outros países da América Latina, tais como as Guianas, Argentina e Uruguai, países usados como exemplo pela Revista. Nesses termos, a salvação brasileira era possível, caso o “pior” acontecesse.

Na mesma edição, uma coluna sobre a moeda russa destacava-se como importante para se ter uma “ideia do que é a miséria na Rússia e a verdadeira situação econômica.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1937, ed. 1176, p. 62) A *JM* afirma que as notícias que se tem do país são falsas e não passam de fantasias da propaganda soviética. No decorrer da coluna, havia uma explicação em relação a como se divide o dinheiro soviético. Segundo a matéria, existiam dois preços: o preço do dinheiro para os estrangeiros e um preço para os nativos. A Revista alega que tal diferenciação é feita para “dar a impressão, no estrangeiro, de que a moeda nacional está valorizada e está à altura de certas nações de prosperidade reconhecida, como a Inglaterra e os Estados Unidos, por exemplo. Isso configuraria cenário para atrair ao país a maior quantidade de ouro que for possível.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1937, ed. 1176, p. 62) No decorrer da coluna, a exploração do povo russo foi demonstrada a partir de conversões da moeda russa para a brasileira. Havia também a afirmação de que o objetivo do regime de Stalin era explorar tanto os estrangeiros quanto a população local o máximo possível. O essencial para os sovietes era o desenvolvimento do Estado “ainda que seja com a fome e a miséria do povo.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1937, ed. 1176, p. 62)

Neste contexto, pode-se destacar a construção de um imaginário social presente em diversas publicações do período, como a revista *Jornal das Moças*, que contribuiu significativamente para a disseminação da ideologia anticomunista no regime varguista. Uma das principais narrativas presentes nessas publicações era a ideia de que a Rússia

¹³⁵ A população da URSS é designada por duas expressões: sovietes ou russos. Acredita-se que a revista utiliza sovietes para as pessoas que concordavam ou participavam do regime de alguma forma e russo (ou população russa) para aqueles que eram contrários.

vivia em uma ditadura comunista sob o regime de Joseph Stalin, em que a fome era uma constante na população. Essa representação do regime stalinista como uma ditadura cruel e opressora, corroborava com a imagem propagada pelo governo Vargas de que o comunismo era uma ameaça para a sociedade brasileira.

Nesse sentido, é importante ressaltar que essa construção imaginária não se limitava apenas a demonização do comunismo, mas também à construção de uma imagem positiva de Getúlio Vargas, como o homem que veio para conduzir o Brasil para a modernidade e para o futuro. Essa narrativa também reforçava a ideia de que o regime varguista era um governo de ordem e progresso, em oposição à anarquia e à instabilidade política que supostamente caracterizariam os países comunistas. Portanto, pode-se concluir que a construção de um imaginário anticomunista foi uma importante estratégia do regime varguista para fortalecer sua imagem e consolidar sua posição no poder.

Apesar de a Revista não se posicionar de maneira clara religiosamente, o cristianismo é em diversos momentos citado. Na coluna assinada por Wladimir Pinto, há menções sobre o amor a Deus e à cristandade. “Quem ama a Deus sublimiza-se nas práticas de sobres ações e o que deseja os prazeres efêmeros e enganosos chafurda-se na lama da abjeção moral.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1937, ed. 1133, p. 71) Essa coluna não falava somente sobre o amor a Deus, falava também sobre o comunismo e o fascismo. Ambos os regimes seriam cheios de ódios e destrutivos para as pessoas. A *JM* ainda afirmava que “desigualdades sempre existirão por que as naturezas não são idênticas como também as inteligências e as iniciativas de cada indivíduo.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1937, ed. 1133, p. 71) O escritor termina a coluna dizendo que um mundo melhor seria possível se todos seguissem os preceitos cristãos, em especial o que diz “amai-vos uns aos outros”.

Seguindo a ideia de relacionar a religião católica com o posicionamento ideológico, uma matéria de 1938, na edição 1179, trazia o paralelo: onde havia comunismo não havia Deus. A coluna, assinada por Botyra Camorim¹³⁶, dizia que as “ideias materiais tornam a humanidade sem Deus! Descrença de um Espírito Supremo cheio de Justiça!” (JORNAL DAS MOÇAS, 1938, ed. 1179, p. 71) Nesses termos, a sociedade, para a *JM*, consistia em produzir bens terrenos necessários para mudar essa conjuntura. Além disso, critica as leis por terem sido baseadas em um sistema errôneo por negar os direitos e as liberdades dos indivíduos.

¹³⁶ Professora, escritora e colaboradora da revista Jornal das Moças de 1933 a 1945.

O Estado Novo manteve diversas ligações com a Igreja Católica a partir de um pacto moral que Vargas fizera com o Cardeal Dom Leme e com isso a Igreja contribuiu de maneira significante para docilizar o povo e torná-lo frutífero ao regime (ISAIA, 1998). Valorizando a família, a moral, o bom comportamento, a dignidade oriunda do trabalho e a obediência ao Estado, a Igreja corroborava com o discurso estabelecido pelo regime varguista. Devido ao alcance da Igreja, esse tratado foi muito útil, uma vez que a Igreja estava presente em diferentes esferas sociais, culturais e políticas constituindo um vínculo cada vez maior do povo com o Estado Novo. “Combate, pois, ao materialismo impuro! Luta contra essas ideias falsas e errôneas tão contrárias à religião católica, a qual é o único fundamento imutável da ordem social!” (ISAIA, 1998). Se para a revista *Jornal das Moças* a única pessoa possível de governar o país era Getúlio Vargas, a Igreja católica era vista como a única possibilidade de ordem social possível.

Já na edição 1.177 de 1938, uma matéria de página inteira (o que era bem difícil de aparecer, uma vez que a revista era formada por pequenas colunas e matérias) com o desenho de Joseph Stalin apresenta que o comunismo é o inferno.¹³⁷ A matéria denunciava um caso suspeito de suicídio do diplomata Wasili Dasysky. Nessa publicação era alegado que, após participar de uma conferência, o jovem diplomata foi dado como morto nos jornais comunistas devido a “adversidades amorosas”. Também era focalizado o fato de o jornal *L'Action Française* denunciar uma entrevista com o suposto suicida. As declarações dadas ao jornal francês desmascarariam, segundo a *JM*, o “paraíso soviético”. Conforme a publicação:

A Rússia de hoje é o mais pavoroso dos infernos. A fúria sanguinária de Stalin não tem limites. Os agentes da G. P. U. prendem e matam os mais íntimos amigos do Primeiro Comissário do Povo; que vive no terror perpétuo de um atentado e de uma contrarrevolução. No corpo diplomático acham-se agora as últimas vítimas de Stalin. (JORNAL DAS MOÇAS, 1938, ed. 1177, p. 71)

Outra denúncia que a *JM* fazia era em relação ao suposto assassinato de Yourew, embaixador soviético que havia sido preso acusado de vender segredos de Estado. O embaixador desapareceu, porém “sabe-se que foi executado na própria casa de detenção da GPU¹³⁸, com um tiro certeiro de revolver no ouvido.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1938,

¹³⁷ Pode-se pensar no caráter católico também presente na afirmativa. O discurso anticomunista sempre relacionou o comunismo com o ateísmo.

¹³⁸ Polícia Secreta da União Soviética.

ed. 1177, p. 71) A matéria informa que notícias internacionais sobre mortes e desaparecimentos não paravam de chegar, principalmente de homens que eram da confiança de Stalin, sempre caracterizado como o tirano do povo russo. A Revista não deixa claro o que entendia por tirania.

O Estado Novo varguista utilizou diversas estratégias para a construção de um imaginário político e social. Essa construção contribuiu de maneira definitiva para a cultura política autoritária que o Brasil viveu durante seu regime. Dentre essas construções, o anticomunismo se fez presente em diversos momentos e de diversas formas: seja relacionando com o ateísmo, seja relacionando com a falta de liberdade individual que a ideologia comunista exercia.

As mulheres, objeto de estudo nesse capítulo, possuíam um papel essencial nessa construção de imaginário: elas deveriam combater o perigo vermelho dentro de casa. O lar, era entendido como se fosse uma miniatura da nação, deveria funcionar muito bem, pois era nele que os novos cidadãos brasileiros seriam educados. Cibia às mulheres fazer com que essa miniatura estivesse funcionando corretamente. O entendimento de “correto” da Revista não englobava, em hipótese alguma, o comunismo. A mulher correta lutaria contra essa ideologia que destruía famílias. A mulher correta preveniria sua casa para que esse mal não adentrasse. É interessante refletir sobre o real conhecimento que as leitoras da *Jornal das Moças* possuíam acerca do conceito de comunismo, sobre a URSS, Stalin e a GPU.

O regime varguista foi autoritário e conservador. Porém, é o mesmo regime que utilizará o caráter totalitário do comunismo para discursar sobre. Silva apresenta que:

O inimigo que estava sendo construído tinha elementos totalitários, o que se percebe pela imprecisão histórica do “inimigo”. Os valores conservadores e reacionários sobre os quais estava fundada a sociedade são fundamentais para compreendermos como se processava a aceitação disso e a percepção de que a organização comunista era algo fantasmagórico e perigoso, aceitos de forma geral pela cultura política do período (SILVA, 2001, p. 34).

No presente capítulo, evidencia-se a necessidade de evitar a concepção equivocada de que o regime varguista foi o responsável pela criação do discurso anticomunista. Ao contrário, sustenta-se que tal discurso foi utilizado como base para a gestão governamental do regime. É importante destacar que o discurso anticomunista não foi uma novidade surgida no âmbito do regime varguista, mas sim, uma perspectiva que já havia sido consolidada no cenário político brasileiro na década de 1930. Em tal

contexto, a Igreja Católica e a Ação Integralista Brasileira emergiram como duas instituições que atuaram ativamente na disseminação do discurso anticomunista, que se consolidou como um elemento importante na retórica política da época.

A Igreja Católica utilizava diversas técnicas para disseminar o imaginário anticomunista. Seja via textos, discursos, encíclicas ou a partir de cartas abertas, o impacto social foi singular. Porém, não somente nos textos oficiais da Igreja era possível ver tal inclinação, ela aparecia também na atuação da instituição na construção da sua autoimagem. Os párocos, como explica Silva (2001), atingiam as pequenas comunidades, as pessoas com pouca instrução e disseminavam seu pensamento. Tamanho foi o poder de acesso que a Igreja teve que o anticomunismo seguiu no pensamento católico décadas seguintes.

A Ação Integralista Brasileira, por sua vez, por possuir um caráter fascista e, automaticamente, anticomunista, contribuiu para que o imaginário social fosse alicerçado de maneira contrária ao comunismo e suas vertentes – e de maneira equivocada. É válido salientar que o sentimento anticomunista englobava as mais variadas ramificações da ideologia assim como outras ideologias críticas ao comunismo, como, por exemplo, o anarquismo. A participação das mulheres e a utilização da juventude foram de suma importância para o movimento Integralista, que se utilizou de diversos setores da sociedade para desenvolver seus ideais. (SANTORUM, 2018)

A ideia de família é muito presente nos anos analisados da Revista. Obviamente, por se tratar de um periódico com caráter conservador e religioso, entende-se que o conceito de família tratado é com um núcleo familiar formado por um homem e uma mulher com seus filhos. O divórcio, por exemplo, é um tema que possui bastante ambiguidade no decorrer das edições. Ora fala-se sobre a importância de legalizar e naturalizar o divórcio, ora fala-se do quanto destruidor seria para o futuro da nação. A destruição que o divórcio geraria chegou a ser comparada com os males que o comunismo traria para a sociedade brasileira.

Que todas as doutrinas más como o divórcio – que é a destruição do lar: o comunismo – coisa absurda haver a igualdade material: o materialismo – negação do sobrenatural – e tantos outros ideais perniciosos que estão infiltrados na sociedade caiam de per si, reconhecendo os seus adeptos o erro em que vivem. (JORNAL DAS MOÇAS, 1933, ed. 964, p.12)

Durante o período do Estado Novo no Brasil, a presença do discurso anticomunista era comum na produção cultural, tanto em formas de expressão artística quanto literária. Esse discurso foi amplamente disseminado pelo regime de Vargas com o objetivo de controlar e manipular a sociedade, estabelecendo a ideologia comunista como uma ameaça à ordem e estabilidade do país. A *Revista Jornal das Moças* era uma publicação que reforçava esses valores nacionalistas e anticomunistas, incentivando a moralidade e a virtude feminina.

Embora a presença do anticomunismo na revista não fosse surpreendente, dado o contexto político e cultural da época, ela se alinhava com a postura oficial do governo e não apresentava leituras ou opiniões contrárias ao regime varguista. Isso sugere que a revista era uma ferramenta utilizada pelo Estado Novo para moldar a imagem da mulher brasileira de acordo com seus interesses políticos e controlar o discurso público.

No entanto, é importante destacar que a história não é homogênea e que houve mulheres que se organizaram em movimentos sociais e lutaram por seus direitos, mesmo em um contexto de repressão e manipulação ideológica. Essa resistência feminina deixou um importante legado para as gerações futuras e contribuiu para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao analisar a *Revista Jornal das Moças*, é possível compreender melhor a complexa relação entre a imprensa e o poder político na história do Brasil durante o Estado Novo. É relevante destacar que a Era Vargas foi marcada por tensões e conflitos sociais, políticos e culturais, incluindo movimentos de resistência feminina que lutavam contra a repressão e a manipulação ideológica do governo.

Além disso, é importante lembrar que a *Revista Jornal das Moças* não pode ser vista isoladamente, mas como parte de um contexto mais amplo. Para entender plenamente a influência do anticomunismo e da moralidade feminina na cultura brasileira durante o Estado Novo, é necessário considerar outros aspectos históricos e culturais, como a censura, a propaganda política e a repressão à dissidência.

Em resumo, a análise da *Revista Jornal das Moças* durante o Estado Novo nos ajuda a compreender a complexidade das relações entre a imprensa e o poder político, bem como a influência do Estado na cultura e na sociedade brasileira. Ela também nos mostra que, apesar do contexto de repressão e manipulação ideológica, a resistência feminina e a luta por direitos continuaram a existir, deixando um legado importante para as gerações futuras.

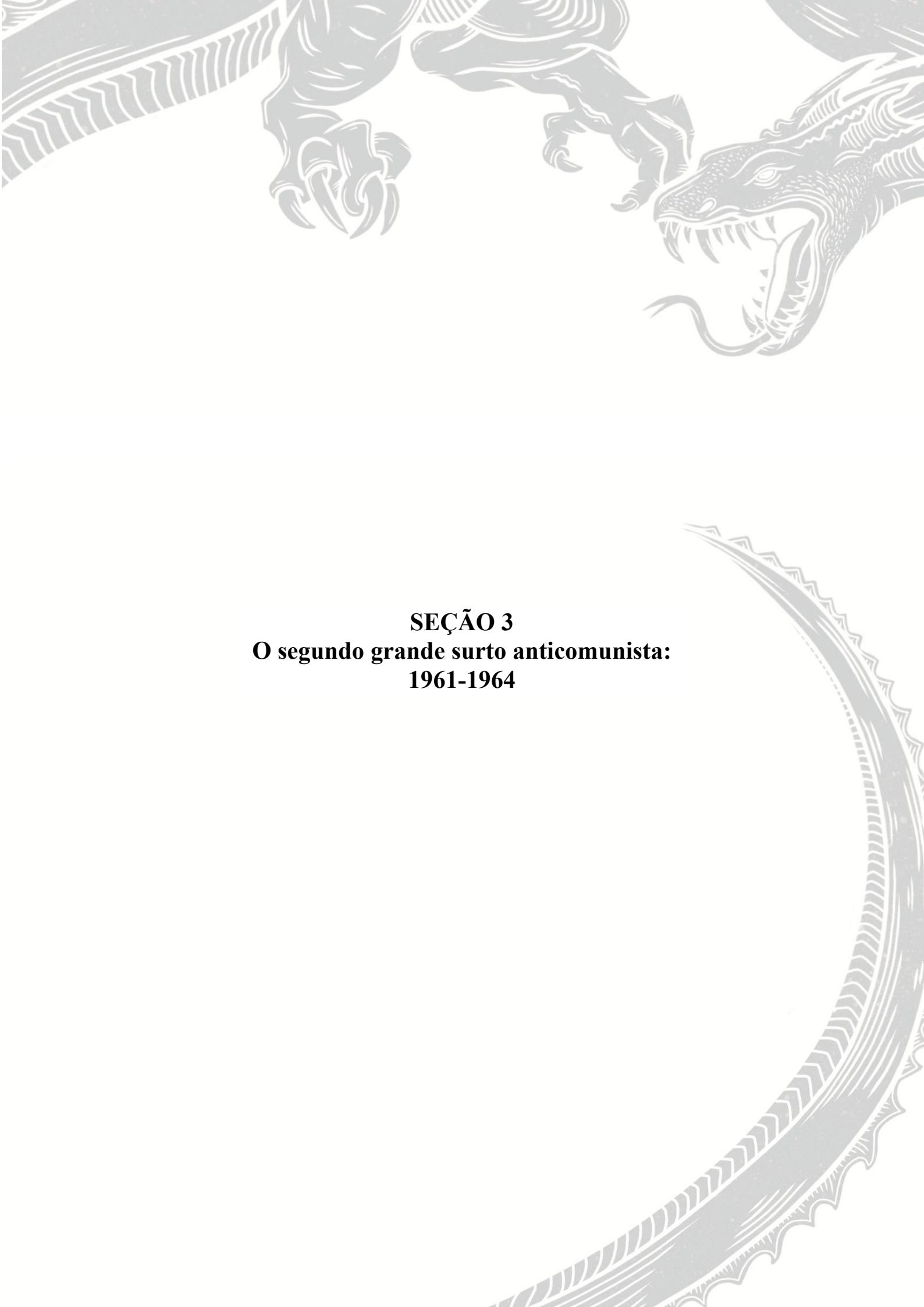
Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Nukácia Meyre Araújo de. **Jornal das Moças**: leitura, civilidade e educação femininas (1932-1945). Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2008
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1987.
- BOMENY, Helena. **A era Vargas**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao>>. Acesso em: 01 junho 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Küher. Rio de Janeiro, Bertrand. Brasil, 1999.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.
- GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial**: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. Marco Zero, em coedição com o Programa Nacional do Centenário da República e Bicentenário da Inconfidência Mineira, 1990.
- HIGONNET, Anne. Mulheres, imagens e representações. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das mulheres no ocidente**: o século XX. Porto: Afrontamento, 1991.
- ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil**. v. 3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.
- SAMARA, E. de M. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SANTORUM, Andrelise Guterio. **Fascismo à brasileira**: juventude e imprensa como instrumentos de doutrinação da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2018.

SCHWARTZMAN, S. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984.

SILVA, C. L. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 1998.



SEÇÃO 3

O segundo grande surto anticomunista: 1961-1964

CAPÍTULO 8

Livros para o desenvolvimento: o *Franklin Book Programs* e a Guerra Fria Cultural na América Latina (1961-1973)

Laura de Oliveira Sangiovanni¹³⁹

À guisa de introdução: Franklin Book Programs, teorias da modernização e Guerra Fria Cultural na América Latina

Em 1951, no governo Harry Truman, bibliotecários e editores norte-americanos vinculados ao Comitê de Relações Internacionais (*International Relations Committee*) da Associação Americana de Bibliotecas (*American Library Association*) e ao Comitê de Comércio Exterior (*Foreign Trade Committee*) do Conselho Americano de Editores de Livros (*American Book Publishers Council*) reuniram-se na Biblioteca do Congresso, em Washington, D.C., a fim de identificar fragilidades e propor alternativas de crescimento aos mercados editoriais dos países “em desenvolvimento”. Os debates ensejaram a criação do *Franklin Publications Inc.*, que viria a adotar o nome *Franklin Book Programs*, em 1964, em vigor até 1978. Embora fosse um programa não governamental dedicado à promoção de traduções de livros fora dos Estados Unidos, o *Franklin* era mantido com recursos híbridos, oriundos de fundações privadas, como *Commonwealth, Kellogg, Ford* e *Rockefeller*; do Departamento de Estado norte-americano, que forneceu \$250.000 para as suas atividades iniciais (TRAVIS, 2013); dos governos dos países em que atuava; e, em menor escala, de vendas de livros. Seus objetivos inicialmente declarados eram “fortalecer a posição dos EUA e do mundo livre e preservar a paz mundial”; “aumentar a distribuição estrangeira dos livros americanos”; “ajudar os povos do Oriente Médio e, assim, promover o bem-estar da humanidade” (SMITH JR. apud ROBBINS, 2007, p. 642, tradução nossa). Explicitada em memorando interno assinado pelo primeiro e mais longevo diretor do programa, Datus C. Smith Jr., ex-diretor da editora da Universidade de Princeton, em setembro de 1952, essa missão norteou suas primeiras atividades, transcorridas na década de 1950 no Oriente Médio e no sudeste da Ásia.

Nos anos 1960, em face das revoluções de inspiração socialista e/ou nacionalista, associadas à luta contra o colonialismo, os governos John Kennedy e Lyndon Johnson demarcaram uma mudança de rota na política externa norte-americana, tornando América

¹³⁹ Professora de História Contemporânea na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), com período sanduíche na Georgetown University.

Latina e África subsaariana regiões centrais para os Estados Unidos. Sob impacto da revolução em Cuba, em 1959, Kennedy capitaneou, em 1961, a assinatura da Aliança para o Progresso, acordo interamericano que visava a conter a ebulação social no continente, através da concessão de créditos para a promoção do desenvolvimento econômico. Suas atividades, realizadas em todo o hemisfério, com exceção da ilha insurreta do Caribe, eram financiadas pela recém-criada Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development*), USAID, diretamente ligada ao Departamento de Estado e também conhecida por AID, com recursos do próprio fundo da agência, o *AID Rights Fund*, ou de outras fontes de recursos do governo dos Estados Unidos, a exemplo do *Central Book Fund* e do *Global Royalty Fund*. No mesmo ano, 1961, foi estabelecido o Corpo de Paz, igualmente dotado do estatuto de agência de Estado autônoma, que se articulava à Aliança ao promover atividades de caráter “missionário” desempenhadas por civis norte-americanos (AZEVEDO, 2007).

Não é coincidência que o *Franklin Book* tenha chegado ao Cone Sul, ao Caribe e à África subsaariana no ano de 1961. A criação da USAID conferiu fôlego financeiro e político ao programa, e foi através de contratos da agência com a Fundação Ford que ele pôde iniciar suas atividades nessas regiões, acompanhando o movimento mais amplo de penetração norte-americana. Se, na sua primeira década de atuação, o *Franklin* havia se voltado para as traduções de livros de literatura e encyclopédias – a exemplo da Encyclopédia *Columbia-Viking*, seu maior empreendimento editorial no mundo árabe e no Pacífico –, nos anos 1960, passou a priorizar livros infantis e livros técnicos voltados para a educação em níveis médio e superior, no caso latino-americano; e livros didáticos, voltados à educação básica, no caso africano.

A presença dos Estados Unidos na América Latina não era, certamente, uma novidade. Operada pelas agências de Estado e pelas fundações, a diplomacia cultural atuava no continente desde os anos 1920, tendo como importante espaço de ação os centros binacionais. Durante a Segunda Guerra Mundial, com a criação do Escritório para Assuntos Interamericanos (*Office for Inter-American Affairs*), OIAA, posteriormente rebatizado como Escritório do Coordenador para Assuntos Interamericanos (*Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*), OCIAA, que encarnava na sigla o protagonismo de Nelson Rockefeller, essa forma de ação diplomática foi profissionalizada, através do intercâmbio entre jornalistas e escritores brasileiros e norte-americanos e também de uma eficiente política de traduções de livros (MORINAKA, 2017; 2018; 2019). Em 1953, foi

estabelecida a Agência de Informação dos Estados Unidos (*United States Information Agency*), USIA, já prevista na Lei *Smith-Mundt*, aprovada no imediato pós-guerra, em 1948. Vigorante até 1999, a agência foi um braço importante da chamada “guerra cultural”, forma de enfrentamento não militar adotada pelos Estados Unidos, sobretudo, durante a Guerra Fria, baseada na disseminação de livros, filmes, peças de teatro, apresentações musicais, programas de rádio e televisão, etc. responsáveis por *propagandear* (ou, como preferiram seus agentes, *informar*) à audiência estrangeira sobre o “mundo livre”¹⁴⁰. Conforme definição de Patrick Iber, a guerra cultural consistiu “no intercâmbio deliberado de arte, música, controvérsias, estudantes e intelectuais com o propósito de formatar percepções internacionais.¹⁴¹” (IBER, 2015, p. 03).

Desde o imediato pós-guerra, Estados Unidos e União Soviética investiram na formação de aparatos de propaganda e compreenderam o emergente conflito geopolítico internacional como mais do que uma guerra de armas, uma guerra de ideias. Eles criaram, nos anos 1950, respectivamente, o Congresso pela Liberdade da Cultura (*Congress for Cultural Freedom*, CCF) e o Conselho pela Paz Mundial (*World Peace Council*, WPC), as duas principais organizações dedicadas à guerra cultural. Ela emergiu da crença, compartilhada entre as duas superpotências da Guerra Fria, na importância da formação de uma “vanguarda da mudança social” responsável por influenciar a opinião pública (IBER, 2015). Disso decorre a centralidade adquirida pela articulação internacional com artistas, intelectuais, editores e políticos, bem como os esforços envidados às políticas de tradução e disseminação de livros. O *Book Development Program*, ou Programa de Fomento ao Livro, da USIA, por exemplo, publicou anonimamente em torno de 1.500 títulos apenas no Brasil, entre os anos de 1953 e 1973, muitos deles com conteúdo abertamente anticomunista (OLIVEIRA, 2015).

A dimensão deliberada da Guerra Fria cultural tem sido fortalecida por correntes de interpretação gramscianas, que definem como “intelectuais orgânicos” os homens do pensamento e das letras arregimentados pelo CCF, que teriam patrocinado a defesa de um capitalismo global reformado, organizado em torno do Estado de Bem-estar Social. Esses intelectuais e as fundações privadas patrocinadas pelo governo norte-americano, investidas do estatuto do “missionarismo”, teriam ajudado a construir e consolidar a

¹⁴⁰ Conferir *Cool Words, Cold War: A New Look at U.S.I.A.'s Premises For Propaganda*, de Leo Bogart; e *The Cultural Cold War*, de Frances Stonor Saunders.

¹⁴¹ “[...] the deliberate exchange of art, music, polemics, students, and scholars for the purpose of shaping international perceptions.”

hegemonia norte-americana, o imperialismo e a dominação cultural. Essa é, por exemplo, a interpretação de Inderjeet Parmar a respeito do papel das fundações¹⁴². Conforme o autor, a despeito de sua imagem de “imparcialidade científica, neutralidade político-ideológica e de estarem acima do mercado e independentes do Estado” (PARMAR, 2012, p. 02), as fundações (particularmente, Rockefeller, Carnegie e Ford) garantiram a penetração cultural e intelectual que constituiu as bases do chamado “século americano”. Elas representavam os interesses do *establishment* (classe política, membros do Executivo Federal, diplomatas e acadêmicos, jornalistas, industriais e agentes do mercado financeiro) da costa leste dos EUA na projeção do paradigma anti isolacionista e na afirmação de uma postura globalista em relações internacionais. Tais atores, que, inicialmente, entre os anos 1920 e 1930, contribuíram para fortalecer o executivo federal e a sociedade civil dentro dos Estados Unidos, consolidando uma esfera pública e uma consciência nacional, foram incumbidos a partir da década de 1930 de promover internacionalmente as mesmas pautas reformistas que até então haviam defendido em ambiente interno. Conforme Parmar, os intelectuais articulados pelas fundações estiveram bem integrados à agenda de seus líderes, gozaram de boas oportunidades em termos de carreira e produziram pesquisas de caráter utilitário e tecnocrático, contribuindo para assegurar a manutenção das hierarquias de poder.

A esse respeito, Iber afirma que havia matizes para essa forma de atuação dos intelectuais e das fundações. Se, por um lado, os entes responsáveis pela propaganda norte-americana serviam claramente à propaganda, ou à “guerra psicológica”, termo que passou a ser utilizado pelo próprio governo norte-americano depois que, em 1947, a CIA foi criada, por outro, não é possível afirmar que os intelectuais tenham atuado como “marionetes” do governo norte-americano. Com efeito, a Guerra Fria cultural conformou grande parte do ambiente intelectual da segunda metade do século XX, definindo não apenas as condições de financiamento de pesquisa e as oportunidades acadêmicas e profissionais, mas o aparato ideológico. Assim, as instituições norte-americanas foram inevitáveis e atrativas para uma direita acordante com as plataformas liberais, mas

¹⁴² Pesquisas têm demonstrado que, a despeito da aura missionária e do estatuto jurídico independente em relação ao governo norte-americano, “as fundações foram particularmente ativas na construção de laços internacionais”, exercendo um papel relevante como agentes de uma “diplomacia privada” (LAUGESEN, 2017, p. 13). Conferir, a esse respeito, *Foundations of the American Century...*, de Inderjeet Parmar; *Missionary Capitalist...*, de Darlene Rivas; “Nelson Rockefeller e a atuação da *American International Association for Economic and Social Development...*”, de Claiton Marcio da Silva; *Missionaries of Science...*, de Marcos Cueto (ed.); A extensão rural no Brasil..., de Maria Teresa Lousa da Fonseca; O capitalista missionário, de Carlos Haag; O imperialismo sedutor... e O amigo americano..., ambos de Antonio Pedro Tota; e A Fundação Ford no Brasil, de Sérgio Miceli.

também para uma centro-esquerda (IBER, 2015). A Guerra Fria cultural afetou artistas, intelectuais, editores e políticos latino-americanos de diferentes matizes na segunda metade do século XX, mas acabou por afirmar uma agenda específica, cuja tônica era o desenvolvimento regional. Ao assumirem polarizações como “norte e sul”, “centro e periferia”, “desenvolvimento e subdesenvolvimento”, esses atores estabeleceram um projeto de modernização econômica que tinha em vista superar o “atraso” latino-americano, encorajando o reformismo político e social, a industrialização e a urbanização.

Essas noções modularam a política externa americana entre as décadas de 1950 e 1960, quando as chamadas teorias da modernização se popularizaram entre intelectuais e *policymakers* do governo dos Estados Unidos. Tais teorias articularam acadêmicos das áreas de ciências sociais, ciência política e economia, tais como Walt Whitman Rostow, Lucian Pye, Gabriel Almond e James Coleman, de instituições como *Harvard Department of Social Relations* (ISR), *Social Science Research Council's Committee on Comparative Politics* (CCP) e *Massachusetts Institute of Technology's Center for International Studies* aos *policymakers* de Washington e membros do corpo diplomático norte-americano capilarizados no mundo todo, entre embaixadas, agências de Estado e fundações (LATHAM, 2000).

Como expressão do liberalismo norte-americano no pós-guerra, de tradição *lockeana* e *jeffersoniana*, as teorias da modernização não representavam nem uma ideologia conservadora, nem uma absoluta novidade, mas fincavam raízes na matriz iluminista, na tradição imperialista norte-americana e no Destino Manifesto, e havia sido ensaiada desde o século XIX nas políticas norte-americanas para a vizinhança, a América Latina (GILMAN, 2003). Tal pensamento se baseava na oposição entre sociedades tradicionais e modernas, definidas por valores e formas de organização diferentes, que imprimiam sobre elas o estatuto de “desenvolvidas” ou “subdesenvolvidas”.

Não é difícil supor, a partir da definição, que princípios associados às teorias da modernização possam ser encontrados tanto no espectro da direita, quanto no da esquerda - embora sua dimensão estatista tenha sido criticada pela própria direita liberal americana (levando, inclusive, à crise dos programas culturais, onerosos para o Estado, a partir do final dos anos 1960). O Estado aparece no pensamento de parte dos teóricos da modernização como um agente central na promoção do desenvolvimento. A principal divergência dos teóricos, nesse sentido, não era propriamente sobre os fundamentos da modernização, mas em relação à sua visão sobre o Estado, seu papel e o uso da força no alcance dos sonhos modernistas. A despeito das divergências, a visão estatista prevaleceu,

inspirando tanto a relação entre os cientistas sociais americanos e seus respectivos institutos de pesquisa e os *policymakers*, quanto o esforço dos agentes diplomáticos em estabelecer acordos com os governos ultramarinos.

Internamente, no âmbito da academia e da política norte-americanas, o desenvolvimento era defendido como um desejo do próprio mundo pós-colonial, cabendo aos Estados Unidos, como primeira nação moderna produto de uma revolução anticolonial, servir como exemplo e esteio na consolidação dos valores liberais capitalistas e democráticos de uma sociedade moderna. Para além das ideias, as teorias da modernização representaram, portanto, durante os governos Kennedy e Johnson, um imperativo político que requeria justificação científica, ou uma justificação científica que instava a uma ação política, sobretudo ajuda econômica e militar. Havia uma crença compartilhada nos Estados Unidos de que o país poderia “acelerar o curso histórico do mundo pós-colonial.” (LATHAM, 2000, p. 4).

As teorias da modernização eram, nesse sentido, um projeto de “história total”, com profundas implicações culturais. O “verdadeiro tipo de revolução”, tal como defendido pelos liberais americanos do pós-guerra, passava por “assistência técnica, investimento estrangeiro e planejamento integrado”. Mas tratava-se sobretudo de um processo que envolvia o abandono de valores e ideias tradicionais, que, no limite, representavam a ideia mesma de ocidentalização.

As teorias da modernização estabeleceram, por tudo isso, uma dupla relação entre política e ciência. De um lado, ela era, por si só, uma justificação científica para uma ação política. Por outro, requeria entre suas ações políticas para a ciência, posto que a autoridade e controle epistemológico fossem vistos como uma das – se não a principal forma – de subverter o atraso no mundo pós-colonial e acelerar a marcha da história. Essa premissa é fundamental para entender a relação entre propaganda, educação e letramento, que foram um eixo central da Guerra Fria cultural, e, por conseguinte, as sistemáticas políticas de tradução de livros, em particular, a atuação do *Franklin Book Programs* nos países “em desenvolvimento”.

Este texto tem como objetivo apresentar um panorama da atuação do *Franklin Book Programs* na América Latina desde 1961, ano em que ele enviou sua primeira missão a países do hemisfério, até 1973, de quando constam os últimos registros de publicações patrocinadas pelo programa na região¹⁴³. Acredita-se que as redes de edição

¹⁴³ As informações sobre os livros publicados em português e espanhol baseiam-se em listas disponíveis para consulta na Divisão de Livros Raros e Coleções Especiais da Biblioteca do Congresso norte-

e tradução estabelecidas pelo Franklin, objeto ainda pouco estudado pela historiografia¹⁴⁴, sejam um *locus* para a compreensão da política externa dos Estados Unidos para a vizinhança, no âmbito da Guerra Fria cultural, bem como das suas relações com os governos autoritários e com a agenda modernizadora então em voga no continente.

Não por acaso, o *Franklin* teve como principal parceiro no Brasil o Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais (IPÊS), instituição civil militar articuladora do golpe de 1964. Entretanto, como se verá adiante, o programa recusava os temas flagrantemente políticos e essa foi a razão pela qual, embora tenha mantido interlocução com os dirigentes do IPÊS desde 1961, adiou seu estabelecimento no país para o final de 1964, priorizando Argentina e México. O IPÊS esforçava-se então por estabelecer um princípio de ruptura com o passado, quando concentrou seus esforços na publicação de conteúdo anticomunista, e passava a se afirmar como uma instituição voltada para a produção de material educacional, atuando em estreita relação com o Ministério da Educação e Cultura (MEC).

O capítulo segue dividido em quatro itens. O item 2, ambientado entre os anos de 1961 e 1963, trata da primeira missão enviada pelo programa ao continente e de sua posterior proposta de atuação na América Latina, explicitando a opção inicial do *Franklin* pela Argentina e o modo como Buenos Aires tornou-se o parâmetro para o subsequente estabelecimento do programa no Brasil. A chegada do programa na América Latina é pensada à luz da agenda internacional dos Estados Unidos na Guerra Fria, fortemente informada pelas teorias da modernização, então em voga entre intelectuais e *policymakers* do governo norte-americano. Sua compreensão a respeito da “história global” – e das hierarquias entre os países, estabelecidas pelos diferentes níveis de desenvolvimento – modulou as propostas e ações do *Franklin* na América Latina. No item 3, analisa-se o documento que balizou a proposta de atuação do programa no Brasil pela experiência portenha, passando-se, em seguida, à investigação do formato que ele adquiriu no país, com ênfase no Projeto “Bibliotecas Pré-Clínicas” (*Preclinical Libraries*). No item 4,

americano. Disponível em: <<https://www.loc.gov/rr/rarebook/coll/franklinbookprogram.html>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

¹⁴⁴ Os mais relevantes trabalhos sobre o Franklin Book são os artigos “*Publishing American Values...*”, de Louise Robbins, e “*Books in the Cold War...*”, de Trysh Travis, e o livro *Taking Books to the World...*, de Amanda Laugesen. Breves menções ao programa podem ser encontradas em trabalhos historiográficos dedicados às políticas editoriais do Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais (IPÊS), seu parceiro no Brasil, tais como “O livro no Brasil”, de Laurence Hallewell, a tese de doutorado “Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado...”, de Hernán Ramírez, e a dissertação de mestrado “Páginas Golpistas...”, de Martina Spohr Gonçalves. Uma análise mais detida sobre a atuação do Franklin no Brasil está no livro “Guerra Fria e Política Editorial...” e no verbete “Franklin Book Programs: Guerra Fria e imperialismo cultural norte-americano, na plataforma *Transatlantic Cultures*, ambos de Laura de Oliveira.

avançamos para o ano de 1968, quando foi promovido pelo *Franklin* um grande evento com delegações de todos os países americanos em que o programa atuava, paradigmático de sua introdução na América Central. No item 5, é analisado o discurso proferido por Décio Guimarães de Abreu (diretor da Distribuidora Record Editora, vice-presidente do Sindicato Nacional de Editores de Livros e membro da diretoria do IPÊS) no seminário em San José e posteriormente publicado no Brasil, a fim de se compreender a importância da formação de lideranças locais oriundas das elites letradas para um projeto de modernização tal qual o encaminhado pelo *Franklin*. A partir da conferência de Abreu, é possível entrever alguns aspectos da experiência brasileira e o modo como ela foi tomada como parâmetro para a atuação do programa no Caribe. No item 6, revisitamos a reforma universitária de 1968 no Brasil, tendo como referencial o texto do Relatório EAPES, a legislação de criação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e documentação sobre o convênio entre o MEC, a USAID e o *Franklin Book Programs*. A partir do tratamento dado à questão dos livros e das bibliotecas, pretende-se perscrutar o papel, até hoje inexplorado, desempenhado pelo *Franklin* na referida reforma. Tal percurso contribuirá para mapear a atuação do *Franklin Book Programs* no Brasil e na América Latina, revelando a história e a historicidade de sua presença.

“Proposta para um Programa Editorial na América Latina” – Nova Iorque, Estados Unidos, 1963

No outono de 1961, uma missão do *Franklin Book Programs* composta por Francisco Aguilera, da Fundação Hispânica da Biblioteca do Congresso, Curtis Benjamin, da editora *McGraw-Hill Book Company*, e Dan Lacy, da Biblioteca do Congresso e do Conselho Americano de Editores de Livros, visitou México, Colômbia, Peru, Chile, Argentina e Brasil. A expedição deu origem ao relatório “Livros na América Latina”, de 31 de janeiro de 1962, que encorajava a criação de uma divisão latino-americana na estrutura institucional permanente do *Franklin*, o que se efetivaria em 01 de janeiro de 1963, e sugeria Argentina e Brasil como sedes regionais do programa. Após o estabelecimento da divisão latino-americana e da nomeação de Wilbur Knerr como vice-presidente, foi redigida em 01 de julho de 1963 a “Proposta para um programa editorial na América Latina” (FBP, Série 2, subsérie 3, caixa 85, pasta 6)¹⁴⁵.

¹⁴⁵ Documento arquivado no fundo *Franklin Book Programs*, identificado como MC057, na *Mudd Manuscript Library* da Universidade de Princeton. Os documentos desse fundo serão citados como FBP, seguido do número da série, da subsérie, da caixa e da pasta em que se encontram.

Particularmente, na América Latina, o *Franklin Book Programs* distanciou-se dos temas eminentemente políticos, que eram priorizados pela USIA, por exemplo, concentrando esforços na publicação de livros sobre indústria editorial, demografia, medicina e ciências correlatas, buscando responder à avaliação de que os principais problemas que atravancavam o desenvolvimento do continente – e asseguravam sua posição marginal em relação à modernidade ocidental –, eram o analfabetismo ou a baixa escolaridade, especialmente no meio rural, a falta de mão de obra técnica especializada, o desequilíbrio demográfico entre campo e cidade e a ausência de controle de natalidade, a carência de saneamento básico e a precariedade do sistema de saúde. A tríade educação, saúde e desenvolvimento, portanto, fundamentou suas atividades na região. Ela correspondia a uma tripla agenda: formar, através da educação básica e superior, classes médias escolarizadas, essenciais para alimentar o mundo do trabalho e identificadas com o projeto ocidental; inscrever a América Latina no sistema de saúde internacional, “garantindo a circulação de pessoas, ideias e produtos biológicos que era essencial para a validação da medicina Ocidental moderna” (CUETO; PALMER, 2015, p. 108-109); evitar que a pobreza, a doença e o iletramento, sobretudo no meio rural, constituíssem portas abertas para a formação de guerrilhas rurais e a expansão do comunismo. Assim, a América Latina seria conservada como uma região produtora de alimentos, modernizando a atividade agrícola e assegurando posições de dependência em relação aos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

As atividades do *Franklin* incluíam publicação de revistas semanais, dicionários e enciclopédias; treinamento e apoio técnico a livreiros, editores, revisores, ilustradores e profissionais da indústria gráfica; realização de eventos associados à produção editorial; e formação de bibliotecas escolares (ROBBINS, 2007). As traduções do inglês para outros idiomas eram, contudo, a atividade precípua do programa e foram indicadas como sua principal tarefa na América Latina. Conforme a proposta, entretanto, ao passo que Argentina, Brasil e Chile se animavam com a compra prévia dos *royalties* (direitos de tradução) – o que reduziria os custos de produção dos editores locais –, o México, por gozar “de uma economia e de uma moeda estáveis”, “encarou a proposta com interesse, mas com menor entusiasmo”. Por essa razão, o programa decidiria concentrar suas atividades em Argentina e Brasil. A despeito da particularidade atribuída ao México, o relatório identificou “problemas da economia latino-americana”, de modo geral, que explicavam o abandono de projetos de coleções por muitos editores, os quais, agora, manifestavam interesse pela possibilidade de retomá-los em virtude da oferta do *Franklin*.

Os projetos não estavam totalmente parados porque os editores conseguiam, com algum sucesso, efetuar vendas parceladas e em domicílio. Mesmo assim, as contribuições externas eram bem-vindas. Sob esse argumento, a proposta apontou os financiamentos e os créditos obtidos junto a instituições internacionais, notadamente norte-americanas, como uma demanda dos próprios editores latino-americanos.

Convém assinalar que, embora não identificados no relatório, os interlocutores latino-americanos, editores e educadores, foram apontados como a principal fonte de informação do *Franklin* sobre o continente, subsidiando a proposta que viria a ser aplicada a fim de suprir as bibliotecas das escolas e universidades locais, contribuindo para a formação dos jovens em países igualmente jovens. Esses interlocutores eram a face que o programa acreditava expressar as demandas reais de seus países de origem, dos problemas que assolavam o que se chamava de “culturas editoriais nativas” (*indigenous publishing cultures*), a saber, o conjunto de instituições, atores e práticas editoriais locais. Profundamente, contudo, ao tomar o continente como totalidade, o *Franklin* capturava bem pouco das realidades locais, ao mesmo tempo em que reforçava a estereotipia da menoridade latino-americana conotada à sua população jovem. Por isso mesmo, embora o adjetivo “latino-americanos” tivesse pouco a dizer sobre os editores e educadores consultados, quanto menos sobre as escolas e universidades que viriam a receber os livros ou os estudantes que os leriam, dizia bastante sobre a natureza civilizatória intrínseca às atividades do programa.

Assim, para justificar suas ações, o *Franklin* punha em relevo, em seu relatório, ora a queixa dos editores latino-americanos quanto à obsolescência dos parques gráficos locais, consequentemente carentes de investimento em maquinário, formação de mão-de-obra e até mesmo provimento de papel; ora a demanda por mais publicações voltadas aos públicos universitário, técnico, secundarista, básico e infantil, as quais, por exigirem apuro didático, amplas tiragens e ilustrações coloridas, eram caras e, por isso, necessitavam grande aporte financeiro; ora a carência não apenas de bibliotecas, cuja construção demandava investimento, como de ações de estímulo à “consciência nacional acerca da sua importância”, através de apelos a instituições governamentais e organizações privadas locais.

A despeito da criação da divisão latino-americana, bem como da proposta elaborada por Wilbur Knerr, meses depois de sua posse, inspirado pelos dados da missão de 1961, a institucionalização do *Franklin* no Brasil só se daria no final de 1964, depois da pioneira organização do escritório de Buenos Aires, sob os auspícios da Fundação

Ford. Foi da “Fundación Interamericana de Bibliotecología Franklin” (FIBF), estabelecida em terras portenhelas entre o final de 1963 e o início de 1964, que saíram os primeiros livros patrocinados pelo programa na América Latina, bem como a maior parte dos títulos em espanhol distribuídos entre os países hispanófonos da América, pelo menos oitenta e um títulos, em todo o seu tempo de atuação. Os demais, totalizando vinte e um títulos, foram produzidos no México.

Ao longo do período, o programa financiou alguns livros sobre indústria editorial na América Latina, a relação entre universidade e desenvolvimento, demografia e política de populações, patrocinados pelas fundações *Tinker*, *Kellogg* e pelo *The Population Council*. As principais publicações do *Franklin* na Argentina, assim como no México, entretanto, foram voltadas para a área de saúde¹⁴⁶. Através de financiamentos da *Kellogg*, em menor escala, e, sobretudo, do fundo *Commonwealth*, o programa viabilizou a publicação de dezenas de títulos em medicina e ciências correlatas, que, em conjunto, foram intitulados projeto “Bibliotecas Pré-Clínicas”. O título é indicativo de seu principal público-alvo: estudantes universitários a caminho de se tornarem médicos, enfermeiros, odontólogos, farmacêuticos, biólogos, bioquímicos, veterinários, etc. Na Argentina, as principais editoras responsáveis pela coleção foram Libreria Editorial La Medica, El Ateneo, Lopez Editores, Editorial Mundi, Medica Panamericana, Editorial Troquel, Paidos, Editorial Bernardes e Alfa. No México, as parceiras foram Interamericana, Unión Tipográfica, Editorial Hispano Americana, Manual Moderno e Prensa Medica Mexicana.

O projeto “Bibliotecas Pré-Clínicas”, principal empreendimento do *Franklin* na América Latina, revelou a compatibilidade entre a agenda do programa, e, por conseguinte, da USAID e da Fundação Ford, com uma longa tradição da diplomacia pública e privada dos Estados Unidos no continente, que tomou a medicina e a saúde pública como pautas prioritárias, essenciais à modernização do hemisfério e, consequentemente, seu desenvolvimento. A Fundação Rockefeller, em particular, patrocinou pesquisas na área desde a década de 1930, tendo selado convênios com instituições como a Universidade de São Paulo, no Brasil, além de atuado em outros países, como Colômbia e Venezuela, onde patrocinou sobretudo estudos na área de

¹⁴⁶ A centralidade adquirida pela questão da saúde pública na política externa norte-americana dirigida à América Latina tem sido objeto recorrente na historiografia, com notável ênfase nos projetos da Fundação Rockefeller. A esse respeito, conferir *Science in Latin America*, de Juan José Saldaña (ed.), *Cold War, Deadly Fevers: Malaria Eradication in Mexico (1955-1975)*, de Marcos Cueto, *Missionaries of Science: The Rockefeller Foundation and Latin America*, também organizado por Marcos Cueto, *Medicine and Public Health in Latin America: a History*, organizado por Marcos Cueto e Steven Palmer.

virologia. O mesmo projeto viria a ser replicado no Brasil, com menor número de publicações, mas com igual relevância.

“Um resumo da FIBF – Para o possível estabelecimento de uma filial brasileira” – Buenos Aires, Argentina, 1964

Em relatório intitulado “Um resumo da ‘Fundación Interamericana de Bibliotecología Franklin’ (Buenos Aires) – Para o Possível Estabelecimento de uma Filial Brasileira”, redigido em língua portuguesa e datado de 17 de setembro de 1964, Wilbur Knerr tomou a Argentina como modelo para a organização da filial brasileira e afirmou que o adiamento da organização institucional do programa no Brasil havia se dado por causa da situação de “instabilidade política” pela qual o país havia passado entre 1963 e o primeiro semestre de 1964, embora, no princípio, o país tivesse sido considerado a melhor escolha para a entrada do *Franklin* na América Latina. O cenário de “instabilidade política” ao qual Knerr fez menção aludia, por suposto, às circunstâncias políticas que envolveram o golpe civil militar de 31 de março de 1964. A despeito da então veementemente negada participação dos Estados Unidos nas articulações que conduziram ao golpe, o otimismo associado ao governo Castelo Branco fez-se sentir de imediato entre as instituições que compunham o *corpus diplomático* norte-americano ou que a ele se vinculavam, a exemplo do *Franklin*. Seu estabelecimento no Brasil, nesse sentido, celebrava a “estabilidade política” desejada pelos norte-americanos para o país, quando a tradução do saber produzido nos Estados Unidos para o português e sua subsequente distribuição entre o público acadêmico e profissional brasileiro poderiam ser feitas em maior escala e com o apoio do governo brasileiro, através, sobretudo, da Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (DESu/MEC) (FBP, Série 2, subsérie 3, caixa 85, pasta 6).

Não é fortuita a opção inicial do *Franklin* pela Argentina. Em outubro de 1963, no momento em que o programa se estabeleceu em Buenos Aires, Arturo Illia ascendia ao poder, consagrando o declínio do peronismo. Embora seu programa fosse mais moderado do que as reformas de base que vinham sendo implementadas no Brasil sob o governo João Goulart, sua atuação na questão dos contratos para exploração de petróleo e de eletricidade, que priorizaram o capital nacional, foi acusada pela diplomacia americana como “nacionalismo extremo”, ‘chauvinismo’ e ‘esquerdismo’ (RAPOPORT; LAUFER, 2000, s/p). No primeiro momento, o presidente justificava esses

contratos como decisões políticas específicas, sem adotar um discurso claramente antiamericanista ou desfavorável à atuação da Aliança para o Progresso no país. A embaixada norte-americana adotou por isso uma postura legalista, respeitosa à constitucionalidade do governo, embora ciente de que ele despertava em setores conservadores, marcadamente militares, uma insatisfação que culminaria no golpe contra Illia, desferido em 1966 e apoiado pelos Estados Unidos. A esse respeito, o conselheiro da Embaixada para Assuntos Políticos, Ellwood Rabenold, afirmaria, naquele ano, que "O governo surgido do golpe seguirá políticas geralmente aceitáveis para os Estados Unidos, pelo menos no curto prazo" (apud RAPOPORT; LAUFER, 2000, s/p).

No Brasil, a escolha da sede do IPÊS, na Guanabara (Rio de Janeiro), como um dos epicentros da presença do *Franklin* no Brasil, na virada de 1964 para 1965, foi justificada por Wilbur Knerr a partir de dois argumentos: o primeiro, o de que a criação do Centro de Bibliotecnia (CB) não representaria novidade absoluta na rotina do instituto, haja vista sua experiência de quase três anos em articular a publicação e distribuição de livros; o segundo, o de que o instituto dispunha de uma vasta rede de leitores e instituições parceiras espalhados pelo Brasil, o que, por si só, garantiria a distribuição exitosa dos livros. A opção pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), por sua vez, deveu-se à criação da Fundação Roberto Simonsen, já que a nascente fundação previa, no rol de suas atividades, projetos de incentivo ao livro e à leitura, o que a compatibilizava com o *Franklin*.

Fundado no início de 1965, na sede do IPÊS, no Rio de Janeiro, o centro passou a operacionalizar – juntamente com o Centro de Bibliotecnia para o Desenvolvimento (CBD), da Fundação Roberto Simonsen, em São Paulo – as atividades do *Franklin* no Brasil e era presidido pelo general Propício Machado. O *Franklin* também tinha como parceiros no Brasil o Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL) e a Câmara Brasileira do Livro (CBL), ambos incumbidos da captação de recursos no país, bem como as editoras Ao Livro Técnico, Artes Gráficas Gomes de Souza, Atheneu, Companhia Editora Nacional, Cultrix, Dominus, Editora da Universidade de São Paulo, José Olympio, Edgard Blucher, Empresa Gráfica O Cruzeiro, Globo, Guanabara Koogan, Lidor, Melhoramentos, Mestre Jou, Pioneira e Record, além da Associação Brasileira de Técnicos Gráficos (ABTG), das Escolas Profissionais Salesianas e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).

A despeito da menção à experiência do IPÊS com projetos editoriais, o *Franklin* ignorava, em sua justificativa pública, três elementos fulcrais: o primeiro, a presença de

militares nos quadros do instituto; o segundo, a relação pretérita estabelecida entre o IPÊS e a Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil nas prévias do golpe; o terceiro, o escopo das publicações anteriormente distribuídas pelo instituto, que corroboravam sua voraz campanha anticomunista (GONÇALVES, 2010; OLIVEIRA, 2015). Nesse sentido, instituía-se simultaneamente um princípio de continuidade e de ruptura com o passado do IPÊS, que, ao mesmo tempo, o legitimava como instituição dedicada à promoção do saber e da cultura e, por outro, omitia os usos dos artefactos textuais como veículos de propaganda e anti-propaganda política até 1964.

Assim como na Argentina, no Brasil, prevaleceram entre os projetos do *Franklin* títulos da área de saúde e ciências. Desde 1965, até 1968, o programa travou parceria com a Revista de Atualidades Médicas, editada por Philip Querido (holandês naturalizado norte-americano e radicado em São Paulo), que chegou a ter uma tiragem de vinte mil exemplares. A prática era comum em outros países, como na Colômbia, por exemplo, onde o *Franklin* tinha como parceira a Revista Tribuna Médica, editada por Salomón Lerner, da *Ediciones Lerner*, que produzia e distribuía edições da revista no Peru, Argentina, Venezuela, México e outros países da América central. Os periódicos tinham grande importância na divulgação das publicações do *Franklin* entre a comunidade científica. Em correspondências trocadas entre 1967 e 1968, quando o projeto “Bibliotecas Pré-Clínicas” já estava em amplo vigor em todo o continente, *Franklin* e Atualidades Médicas, nas figuras de Knerr e Querido, acordaram a publicação de duas edições intituladas “*Medical Books in Print*”, que apresentavam aos leitores os títulos operacionalizados pelo programa, como subsídios da USAID, e que estavam no prelo. Cada edição listava os livros produzidos por biênio, respectivamente, 1967-1968 e 1968-1969 (FBP, Série 2, subsérie 3, caixa 85, pasta 8).

O projeto “Bibliotecas Pré-Clínicas” foi iniciado no Brasil em 1967, através de uma parceria entre o Centro de Bibliotecnia do IPÊS e a DESu/MEC que consistia na viabilização da tradução de livros na área médica do inglês para o português, bem como no patrocínio a reedições de livros já traduzidos para o português e sua subsequente distribuição gratuita às bibliotecas universitárias brasileiras. Ao *Franklin*, como parceiro da USAID, cabia obter junto às editoras dos Estados Unidos os direitos de tradução para o português, que seriam pagos com recursos dos fundos governamentais norte-americanos, e, através do CB/IPÊS, localizar as editoras brasileiras possivelmente interessadas em produzir as versões. Cibia, ainda, escolher os destinatários dos livros, bem como promover e fiscalizar a sua distribuição. O MEC, por sua vez, assegurava a

compra garantida dos livros com recursos do governo brasileiro. Uma vez pagos, os livros seriam distribuídos às bibliotecas universitárias pelas próprias editoras, mas sob o controle do Centro de Bibliotecnia. As três principais editoras responsáveis pelos livros publicados pelo programa Bibliotecas Pré-Clínicas foram a Atheneu, a Guanabara Koogan e a Melhoramentos, além da Livraria Editora de Artes Médicas (FBP, Série 2, subsérie 3, caixa 85, pasta 1).

O 1º Seminário Centro-Americano do Livro – São José, Costa Rica, 1968

Há apenas um registro de projeto editorial realizado pelo *Franklin Book* na América Central, a coleção *Conocimientos para Todos*, composta de dois volumes: 1) “*Animales del Mundo*”; e 2) “*Cure sus Animales*”, publicados pelo *Instituto Centro Americano de Extensión de la Cultura* (ICECU), da Costa Rica, em 1970. O ICECU havia sido instituído alguns anos antes, em 1963, sob o patronato do austríaco Roderich Thun, e era uma instituição pública, vinculada à Assembleia Legislativa costarriquenha, destinada à educação no campo e apoiada por universidades alemãs. A história do ICECU pode ser elucidativa da disputa entre alemães e norte-americanos pelo controle do Caribe. Conforme Ixel Quesada Vargas (2012), desde o final do século XIX, as elites centro americanas eram influenciadas social e culturalmente pela Alemanha, o que era visto pelos Estados Unidos, desde antes da Primeira Guerra Mundial, como um perigo para o continente. Baseados nos argumentos da “ameaça externa” e da “vulnerabilidade interna”, os norte-americanos construíram uma leitura da América Central, em particular, e dos trópicos, em geral, apoiada na ideia de atraso cultural, o que supostamente tornava essa região do mundo particularmente vulnerável a regimes autoritários, que terminavam por “limitar as suas possibilidades de desenvolvimento” (VARGAS, 2012, p. 75). Após a Segunda Guerra Mundial, com o estabelecimento da segunda república costarriquenha, um Estado de bem-estar social de caráter flagrantemente ocidentalista consagrou a hegemonia americana no país, mas não representou em definitivo a extirpação das instituições culturais alemãs.

Apesar da aparente timidez da atuação do *Franklin* na Costa Rica, o país sediou um momento importante na história do programa no continente. Aos 21 de janeiro de 1968, em San José, capital da Costa Rica, uma grande aeronave azul e branca da *Pan American Airlines*, com seu emblemático globo no leme, pousou no aeroporto Santamaría, batizado em honra de Juan Santamaría, ícone da resistência costarriquenha à

intervenção norte-americana, que morreu em 1856. Às 14:15h de um provável domingo ensolarado da *dry season* caribenha, desembarcaram do voo 502 da *PanAm* Décio de Abreu e Propício Machado. Da província de Alajuela, onde se localiza o aeroporto, até o centro da capital, os dois ainda percorreriam mais cerca de vinte quilômetros, mas era um curso pequeno se comparado às muitas horas que haviam enfrentado do Rio de Janeiro até ali. Teriam, além do mais, um intervalo de descanso no hotel, antes que começassem as atividades do 1º. Seminário Centro-Americanano do Livro. (FBP, Série 2, subsérie 3, caixa 86, pasta 1)

Décio de Abreu havia realizado as reservas de hospedagem na última hora. Deveu-se esse seu resvalo ao embaraço com um companheiro. O nova-iorquino Wilbur Knerr lhe havia escrito uma carta aos 25 de agosto de 1967. Depois de quatro anos de correspondências e viagens ao Brasil, Knerr já dominava o português e foi nesse idioma que narrou, sem embargo, sua então recente visita à San José, quando idealizou o seminário depois de conversar com Ediardo Sevilla Ediáquez e Sergio Ramírez, do *Consejo Superior Universitario Centroamericano* (CSUCA), além de outros costarriquenhos envolvidos na atividade editorial. Embora o CSUCA fosse o organizador e hospedeiro do evento, os recursos para o seu custeio adviriam do *Franklin*. Como vice-presidente do programa e diretor de sua divisão para a América Latina, Knerr convidou Abreu para proferir uma conferência, durante o evento, sobre “A indústria do livro nos países em desenvolvimento – a América Latina”, assegurando a ele que suas despesas seriam pagas pela instituição: “Este convite inclui gastos de viagem de avião e refeições, que correrão por conta do Franklin”, afirmou. Dias depois, em 04 de setembro de 1967, Abreu redigiu a resposta a Knerr, demonstrando grande entusiasmo pelo evento: “(...) Estou grandemente interessado nesse seminário, e o assunto é justamente o que eu sugeriria, se me fosse dada essa liberdade”. A resposta do brasileiro, no entanto, omitiu uma inquietação que já o ocupava e que, escrupulosamente, ele tardou em manifestar. Foi apenas às vésperas do réveillon daquele ano, a menos de um mês do encontro na Costa Rica, que Abreu enfim replicou a Knerr: “Como não fizemos reserva de hotel, peço-lhe a gentileza de informar se foram feitas reservas pelos organizadores do Seminário ou se devemos tomar qualquer providência. Um abraço do Décio de Abreu”. E completou, dessa vez à mão: “Votos de um feliz ano novo”. (FBP, Série 2, subsérie 3, caixa 86, pasta 1)

A pergunta de Décio de Abreu, embora titubeada, não destoava de sua relação pregressa com Wilbur Knerr. Como parceiro profissional e patrocinador, Knerr

encarregava-se da transferência de abundantes recursos do *Franklin* para diversos atores e instituições brasileiros dedicados à atividade editorial, o que incluía Abreu e as organizações a ele ligadas. Ao lado do patrocínio formal à publicação de livros e à organização de eventos relacionados à indústria do livro, o programa norte-americano também atendia a pedidos excepcionais de seus parceiros brasileiros. Três anos antes do evento em San José, em 8 de março de 1965, imediatamente após a fundação do Centro de Bibliotecnia do IPÊS, Abreu havia escrito uma carta a Knerr pedindo que o *Franklin* cobrisse a dívida da CBL com a Associação Internacional de Editores (*International Publishers Association*), IPA, que correspondia a três anuidades, com o compromisso de ressarcir-lo em breve, quando Knerr chegasse ao Rio de Janeiro. Estar em dia com a associação era pré-requisito para a participação em um iminente congresso organizado por ela, o que interessava não apenas a Abreu, mas a outros editores brasileiros vinculados à CBL e ao próprio *Franklin*: Propício Machado, Diaulas Riedel, da Cultrix, Abraão Koogan, da Guanabara Koogan, Roger Ross, norte-americano que representava o programa no IPÊS, e Geraldo Pereira, da José Olympio. Prontamente, Wilbur Knerr pediu a Datus Smith, diretor do *Franklin*, que efetuasse o pagamento, de modo que oitocentos e doze dólares e cinquenta centavos foram transferidos para a IPA, através do banco *Credit Suisse Geneva*, aos 19 de março de 1965, em nome da CBL. (FBP, Série 2, subsérie 3, caixa 86, pasta 1)

Ademais, Knerr representava para Abreu mais do que um correspondente e parceiro profissional, um recém-conquistado amigo, a quem ele podia àquela altura chamar apenas de Buzz. Em 05 de outubro de 1967, o brasileiro redigiu de próprio punho uma carta pessoal, em papel comum, sem o timbre da Distribuidora Record (como era costumeiro), em seu nome e de sua esposa, Nelly, parabenizando o amigo americano pelo novo casamento.

Caro Buzz,

Recebi com grande alegria a participação de seu casamento, e não preciso dizer que Nelly e eu lhe desejamos muitas felicidades, vida tranquila e construtiva, como a sua tem sido no passado.

Estamos certo de que sua filha também lucrará, e isso sem falarmos no que esse casamento significa como mais um passo no estreitamento de relações entre os americanos e os latinos...

Abraços
Décio e Nelly
(FBP, Série 2, subsérie 3, caixa 86, pasta 1)

A menção à latinidade da nova esposa, contudo, deixa entrever que as relações pessoais, a exemplo da própria amizade entre Décio e Buzz, significavam para ambos algo além de uma volição sentimental. O “estreitamento de relações entre os americanos e os latinos” era um empreendimento que mobilizava suas energias havia anos (muito antes de o evento na Costa Rica reunir os parceiros do programa no continente), desde que Wilbur Knerr, em 01 de julho de 1963, já na condição de vice-presidente e diretor da Divisão da América Latina do *Franklin*, elaborou o documento intitulado “Proposta para um programa editorial na América Latina”. Em 1967, entretanto, o programa já estava consolidado na Argentina e no Brasil, país cuja experiência era então tomada como basilar para a América Central. A despeito das singularidades do Brasil, notadamente em termos de unidade política, jurídica, territorial e linguística, Décio de Abreu chegou a San José como autoridade em edição na América Latina e sua conferência seria publicada pelo IPÊS, no ano seguinte, como insígnia de um suposto protagonismo brasileiro na região.

Uma edição da Conferência de Décio de Abreu na Costa Rica: o Brasil como modelo para o Caribe – Rio de Janeiro, Brasil, 1968

Em 1968, o IPÊS publicou, com patrocínio do *Franklin*, a conferência proferida por Décio de Abreu na Costa Rica. Intitulado “O livro e a indústria do conhecimento”, o volume é dividido em três partes, que correspondem, respectivamente, a: 1) Síntese do Seminário sobre Informação Científica, Técnica e Ciências Sociais, promovido pelo IBBD em novembro/dezembro de 1967, que havia se baseado em artigo da revista norte-americana *Fortune*; 2) Roteiro elaborado por Abreu para a Conferência do *I Seminario Centroamericano del Libro*; e 3) Reflexão, intitulada “O livro de agricultura”, sobre a importância do livro para o desenvolvimento agrícola na América Latina. Na apresentação ao volume, Abreu anunciou o compêndio como uma publicação destinada aos participantes do evento em San José, embora se tratasse de uma edição em português, que não foi traduzida para o espanhol.

Segundo Abreu, havia no final dos anos 1960 uma revolução do conhecimento em curso nos países “em desenvolvimento”, associada à chegada de empresas como a *General Electric*, a IBM, a ITT e a Xerox, que recentemente haviam iniciado suas atividades na América Latina. Essa revolução era caracterizada pela “evolução do conceito de essencialidade” nas sociedades desenvolvidas, onde a noção de luxo se tornava, portanto, relativa (ABREU, 1968, p. 13). Exemplos de instituições que

consagravam essa elevação do supérfluo à condição de necessário eram o Museu do Louvre e a Dior. No caso das artes gráficas, entretanto, mais do que nas artes plásticas ou na moda, as sofisticações técnicas e estéticas prescindiam de maior justificação. A relação entre conhecimento e progresso afirmava-se no campo específico dos livros, o que era demonstrado na relação histórica entre a Biblioteca de Alexandria, as universidades e a imprensa. A história ocidental se confundiria com própria genealogia do livro, desde os copistas, passando pela invenção das universidades até a prensa de Gutemberg. O livro seria uma ferramenta central na história da civilização, uma vez que “inspira mais confiança do que outros veículos” (ABREU, 1968, p. 18). Para Abreu, civilização significava “riqueza de conhecimentos, que fazem parte integrante de todas as atividades de uma sociedade evoluída”. (ABREU, 1968, p. 20). Ao evocar Grécia e Roma como matrizes civilizacionais, o editor criticou o isolamento e as dissimilaridades que ainda se manifestavam no mundo, defendendo, em seguida, um Ocidente “uniforme e integrado”, projeto que instituições como o *Franklin* eram capazes de ensejar. Era preciso, pois, financiamento para produzir conhecimento, algo semelhante a uma “inseminação” ou ao histórico mecenato intelectual, para encarná-lo em livros e para distribuí-lo, a fim de reduzir a diversidade entre os povos e consagrar a unidade civilizacional.

Como índice do desenvolvimento norte-americano – e de sua importância como referência para a América Latina – Abreu mencionou um dado da revista *Fortune* segundo o qual a indústria do conhecimento absorvia mais da metade do produto interno bruto (PIB) dos Estados Unidos. Na indústria do conhecimento, afirmou Abreu, “as funções mais vitais e nobres são exercidas, respectivamente, pela universidade e pela indústria do livro” (ABREU, 1968, p. 20). Conforme o autor, o artigo da *Fortune* havia tido um impacto significativo nos Estados Unidos, mas ainda não em outros países, o que representava um índice de seu atraso. A integração entre a atividade editorial e outras indústrias na América Latina, prevista para os próximos dez ou quinze anos, reverteria radicalmente esse estado inerte da indústria do livro. Sua perspectiva era compatível com a proposta do *Franklin* para o continente: aquilo que o programa chamava de “culturas editoriais nativas” estaria articulado à indústria nacional, daí a prioridade conferida à FIESP como um dos *loci* de sua atuação no Brasil. Além disso, a publicação de manuais e livros técnicos indicava a clara relação estabelecida pelo programa entre letramento e formação de mão de obra, tal como se poderia notar no livro “Entrosamento Universidade-Indústria-Setor Químico”, publicado pelo Instituto Roberto Simonsen em 1971.

Na parte II do livro de Abreu, referente à apresentação na Costa Rica, o autor trata d' “A organização do mercado do livro”. Destinada a um público diverso, com representantes de vários países da América Latina, a conferência foi iniciada com a indicação a diversidade linguística como um dos problemas básicos da comercialização e difusão do livro, notável especialmente na África e na Ásia. A “homogeneidade linguística e cultural” do Brasil e da América espanhola foi vista como um fator que favorecia a superação dos “problemas do livro”, diferentemente dos outros dois continentes, onde os desafios que se impunham ao desejo de unidade eram maiores. Na América Latina, toda ela supostamente hispanófona, com exceção do Brasil, havia também o elemento facilitador da “unidade religiosa”, haja vista a “grande predominância do catolicismo” (ABREU, 1968, p. 26).

Se, por um lado, o continente apresentava essas “facilidades”, por outro, o problema da baixa instrução no meio rural, onde só havia “médico, padre, juiz e governo”, e da enxuta classe média, limitavam o potencial das pequenas comunidades de se integrar ao “projeto nacional”. Essa característica, compartilhada por todos os países da América Latina, justificava o caráter modelar da experiência brasileira para a América Central e sua possível adaptação “para a quase totalidade dos países latino-americanos”. Em seguida, o autor reconheceu seu desconhecimento em relação “aos problemas específicos dos países centro-americanos”, anunciando, entretanto, que falaria de “aspectos básicos da distribuição” (ABREU, 1968, p. 26) dos livros, que eram semelhantes em qualquer parte, ilustrando com exemplos da experiência brasileira.

Abreu considerava que os países da América Central, embora com “personalidades diferentes”, tinham necessidades comuns. Assim, era preciso “caracterizar” bem as diferenças, mas criar normas gerais que atendessem às carências de todos. Um segundo ponto parecia ainda mais relevante: o problema da grande variedade de produtores de livros em espanhol. “No Brasil, importam-se poucos livros em português, enquanto na América Central a maioria dos livros usados serão importados, e de muitos países” (ABREU, 1968, p. 29). Abreu fazia uma avaliação dos países já produtores de livros e via como um problema as distâncias geográficas que os livros produzidos na Argentina e no México, por exemplo, teriam que percorrer para ser distribuídos pelo Caribe.

O ponto de partida do argumento de Abreu foi o trabalho de Theodore Schulz publicado no *Valor Econômico*, onde o autor postulava o analfabetismo como um problema crônico dos países “subdesenvolvidos”. Embora tenha sido fiel ao conceito

utilizado por Schulz, Abreu, como outros editores brasileiros identificados pelo *Franklin* desde 1961, mostrava-se desconfortável em qualificar seu país como “subdesenvolvido”. Esse fator foi digno de nota no relatório da missão, razão pela qual o *Franklin* passou a adotar o conceito de “em desenvolvimento”, que, ao contrário de condenar a América Latina ao atraso, terminava por inscrevê-la na marcha para o progresso, reforçando a ideia de que ela era um conjunto de “países jovens”, de população igualmente jovem.

Ainda segundo Abreu, havia uma “tendência a minimizar o seu [*do livro*] caráter prioritário, alegando-se que a sua solução não trará, de imediato, influência no crescimento econômico.” (ABREU, 1968, p. 25). O autor enfatizava, nesse sentido, a importância econômica do letramento, definindo “cultura” não como um dado intrínseco à existência mesma dos povos, mas como algo que deveria ser fomentado, tal como qualquer bem material. Mais à frente, explicitou que o livro era um produto, como “o sabonete ou o refrigerante”, mas que era preciso considerar seu duplo valor, social e econômico, ambos diferentes, vide, por exemplo, o baixo nível cultural dos *best sellers*. Tornava-se por isso ainda mais relevante a produção de bibliografias, que, conforme Abreu, eram mais consumidas pelo “leitor consciente”, pois tinham maior valor social. Os catálogos, igualmente, eram considerados indispensáveis, pois eles ajudavam a orientador o leitor em formação nas suas escolhas intelectuais, ensinando-o a distinguir a “boa” e a “má” literatura.

Abreu dedicou uma atenção particular à questão rural: o *Franklin* partia da premissa de que o campo era de fato um problema, especialmente considerando a tradição da América Latina como região agroexportadora, seu lugar na divisão internacional do trabalho e a experiência recente das guerrilhas rurais, tais como no caso cubano. Conforme o editor, o campo sofria de uma “deficiência de cultura”, uma vez que os fazendeiros não tinham acesso a conhecimento teórico. Tratava-se de um problema continental, semelhante àquele que, tempos antes, supostamente havia sido enfrentado e ultrapassado com sucesso no sul dos Estados Unidos. Tal problema seria resolvido através de esforços como um recente plano de educação no campo assinado via convênio dos governos latino-americanos com a Organização dos Estados Americanos (OEA). O letramento no campo sintonizava-se ainda com o imperativo de modernização, de racionalização e do aumento na produção de alimentos, uma agenda que respondia ao enfrentamento do dilema da fome, tendo como instituições de proa a FAO e a UNESCO, além das fundações Ford, Rockefeller, Gulbenkian e Kellogg.

Antes de encerrar a conferência, Abreu sublinhou que o êxito da experiência das fundações no Brasil, marcadamente do *Franklin*, relacionava-se ao compromisso que o então presidente, o Marechal Castelo Branco, alçado ao poder por votação indireta do parlamento após o golpe civil-militar de 1964, havia selado com a educação: “O governo brasileiro tem compreendido bem esse problema [*da carência de livros*], e tem concedido ao livro favores e incentivos que muito têm contribuído para o aumento da produção e elevação de sua qualidade” (ABREU, 1968, p. 26). Entre as medidas, o autor destacava isenção de impostos, salvo imposto de renda, isenção de direitos para livros importados, isenção de direitos aduaneiros sobre equipamento, isenção de direitos e impostos sobre o papel, tarifas postais reduzidas. Algumas dessas medidas sugerem o favorecimento à presença de programas editoriais estrangeiros no Brasil.

Relatório da equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES), também conhecido como “Acordo MEC-USAID” – Rio de Janeiro, 1969

No momento em que Décio de Abreu falava na Costa Rica, o *Franklin* já desempenhava suas atividades em estreita relação com o governo brasileiro, especialmente com a DESu/MEC, e também com a recém-criada Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED), estabelecida no âmbito da Reforma Universitária de 1968 e que atuava junto com as agências de Estado norte-americanas, como a USIA e a USAID. A criação da comissão foi anunciada por Décio de Abreu como mais um passo importante tomado pelo governo brasileiro, uma instituição “que adquire livros produzidos por editoras privadas e os distribui às escolas” (ABREU, 1968, p. 26), notadamente às escolas públicas.

A criação da COLTED, assim como todo o Acordo MEC-USAID, que fundamentou a reforma, encontrou resistências especialmente no meio universitário brasileiro. Segundo Motta, “a presença da Usaid gerou celeuma porque implicava envolvimento oficial do governo de outro país na educação brasileira, evidentemente movido por interesses próprios, e não por filantropia” (2014, p. 111). É possível que essa tenha sido a razão para uma mudança significativa entre o primeiro decreto que a instituiu, quase imediatamente revogado, e aquele que lhe veio substituir. O financiamento da USAID, através da Aliança para o Progresso, foi explicitado no primeiro decreto, ao passo que, no segundo, apareceu apenas a expressão “agências estrangeiras ou

internacionais”¹⁴⁷. Dois anos depois, em 11 de maio de 1970, já sob a presidência de Emílio Médici, foi instituído no âmbito da COLTED o programa de colaboração financeira para a edição de livros-texto do ensino superior¹⁴⁸. Foram consideradas áreas prioritárias as de saúde (que seria contemplada pelo projeto “Bibliotecas Pré-Clínicas”), engenharias e outras tidas como tecnológicas, a exemplo de economia e administração. O programa priorizava traduções de livros estrangeiros e textos inéditos de autores nacionais. No caso específico das reformas da década de 1960, elas consolidaram a relação entre o governo norte-americano e o governo brasileiro no campo da educação, considerando que foram elaborados, ao todo, sete acordos entre o MEC e a USAID. Para se ter uma ideia, segundo Motta (2014), entre 1965 e 1966, 10% dos gastos brasileiros com educação foram patrocinados pela USAID. Os acordos intergovernamentais previam a presença de consultores norte-americanos em um conjunto de atividades envolvendo a educação básica e a educação superior no Brasil, a saber:

O principal e mais polêmico deles [*dos acordos*] foi assinado em junho de 1965, e correspondia parcialmente à sugestão dos quatro consultores enviados pela agência no início de 1964. O propósito era planejar mudanças a serem implantadas na educação superior nos cinco anos seguintes, visando à rápida expansão do sistema e à melhoria dos seus fundamentos. [...] Outros dois acordos previam a realização de planejamento semelhante para a educação secundária e a elementar, igualmente sob a coordenação de equipes mistas. Havia também projeto para melhoria dos cursos de licenciatura oferecidos nas faculdades de filosofia, que tinham o papel estratégico de formar professores para o ensino básico, e outro para apoiar a educação industrial ou vocacional, dirigindo-se aos cursos técnicos dedicados a formar mão de obra para a indústria. **Outro acordo previa a tradução e publicação de livros-texto a serem utilizados nos cursos universitários, cujos originais era americanos, naturalmente.** Havia ainda um acordo que se revelaria o mais bem-sucedido: um projeto para modernização da administração universitária, com a capacitação de técnicos pra transformar as reitorias e órgãos auxiliares em máquinas eficientes de gestão. (MOTTA, 2014, p. 119-120, grifo nosso)

Embora tenha sido reconhecido pelo próprio governo norte-americano como um dos mais bem sucedidos objetos dos acordos MEC-USAID, o tema das traduções de

¹⁴⁷ BRASIL. Decreto nº 59.355, de 04 de outubro de 1966. Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto número 58.653-66. Online. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59355-4-outubro-1966-400010-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

¹⁴⁸ BRASIL. Decreto 66.543, de 11 de maio de 1970. Institui programa de colaboração financeira para a edição de livros-texto em áreas prioritárias do Ensino Superior. Online. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66543-11-maio-1970-408052-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

livros-texto a serem utilizados no ensino superior tem sido negligenciado pela historiografia que tratou do tema. Em documento datado de 1967, citado por Rodrigo Motta (2014), norte-americanos envolvidos nos acordos, tais como diplomatas, funcionários da USAID e consultores, avaliaram que os convênios com o governo brasileiro haviam sido malsucedidos sob diversos aspectos, o que eles atribuíram à resistência legada pela má informação e pela manipulação dos opositores do projeto, que o compreendiam pela via do imperialismo *yankee*. Apesar disso, consideraram que o projeto era bem-sucedido no que tangia à educação secundária, à reforma administrativa e às traduções de livros.

O silêncio da historiografia a esse respeito repousa na quase completa omissão do relatório EAPES, principal fonte para o estudo da reforma universitária, em relação ao tema das traduções de livros e das bibliotecas universitárias. Produzido e divulgado pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1969, o documento comporta um texto intitulado “Projeto de inquérito sobre a situação das bibliotecas das universidades federais”, que pretendia produzir um diagnóstico da situação das bibliotecas universitárias brasileiras para posterior intervenção. Como ponto de partida, o projeto evocava o conceito de “faculdade” formulado por Haroldo Valadão, segundo o qual a biblioteca tinha um papel central na estrutura universitária. Consistia uma faculdade, pois, em: “a) uma biblioteca cercada; b) de salas de aula, competindo a mestres e alunos o debate em b do que aprenderam em a” (RELATÓRIO, 1969, p. 239). A partir dessa definição, o relatório narrava um episódio em que o diretor de uma faculdade privada, à qual ele chama de “indústria do ensino superior”, havia solicitado que a biblioteca da Universidade de Brasília (UnB) pudesse ser utilizada por seus alunos, o que expressava que muitas escolas superiores estavam funcionando sem condições para tal, não constituindo, pois, uma faculdade. O dado apresentado foi tomado como sintoma de um mal maior, na medida em que, segundo o projeto, todas as escolas superiores brasileiras nasciam sem biblioteca, incluindo as públicas. A própria UnB, inaugurada em abril de 1962, não possuía biblioteca quando de sua fundação e, após pressão e trabalho dos professores, teria passado a comportar a melhor biblioteca universitária então existente no Brasil, a despeito da ressalva que o relatório fazia às suas deficiências.

Essa foi a razão pela qual a comissão do EAPES havia encomendado o relatório a professores da Faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica da referida universidade, que sugeriram que o inventário das bibliotecas universitárias brasileiras fosse baseado em visitas e observação *in loco*. Eles foram responsáveis pelo relatório de

vinte e duas páginas, que incluía um modelo de questionário a ser preenchido por bibliotecários contratados especificamente para a tarefa, listas de livros básicos que as bibliotecas deveriam possuir, seleção das universidades e faculdades a serem visitadas, orçamento das viagens e prazo para a realização daquilo a que chamavam “inquérito”. Embora não conste no relatório o nome dos professores encarregados de sua elaboração, o texto indica que a bibliografia básica indicada havia sido selecionada pelo professor Edson Nery da Fonseca, após consulta aos professores Antônio Agenor Briquet de Lemos, Cordélia Robalinho Cavalcânti e Rubens Borba de Moraes, realizada em junho de 1968. A lista incluía anuários e almanaques, atlas e repertórios geográficos, coletâneas de legislações, cronologias, dicionários unilíngues, bilíngues, plurilíngues, especializados (filosofia, sociologia, psicologia), de particularidades linguísticas, enciclopédias, guias de instituições culturais, guias e compêndios de literatura, biografias e periódicos. A despeito do projeto, nenhuma proposta efetiva que se baseasse nele foi incluída na reforma.

A concisão e superficialidade da reflexão acerca das bibliotecas no relatório do EAPES não deve fazer supor que as políticas para o livro não estivessem no horizonte dos primeiros governos militares e não tenha sido entendida como uma faceta importante do projeto de reestruturação da educação brasileira. Com efeito, no ano de 1966, dois decretos haviam sido promulgados com o objetivo de estimular e regulamentar a produção e a distribuição de livros técnicos e didáticos no Brasil. O primeiro deles, número 58.653, datado de 16 de junho de 1966, instituiu o Conselho do Livro Técnico e Didático (COLTED) no seio do MEC; o segundo, decreto número 59.355, de 04 de outubro de 1966, revogou o primeiro e criou a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, cuja sigla também era COLTED. A despeito da mudança do nome de “conselho” para “comissão”, a mais substantiva novidade no texto dos decretos dizia respeito à receita da instituição. No primeiro decreto, os recursos oriundos da Aliança para o Progresso estão claramente identificados. No segundo, em resposta às veementes críticas à atuação norte-americana no Brasil, o nome da instituição norte-americana é suprimido, dando lugar somente à expressão “agências estrangeiras ou internacionais”.

Art. 2º Incluem-se na receita do COLTED:

- a) os créditos em seu favor concedidos pela União;
- b) **os recursos provenientes de doações ou empréstimos da Aliança para o Progresso, postos a sua disposição pela AID e outras agências internacionais de cooperação técnica;**
- c) suprimentos advindos dos demais poderes públicos, ou de instituições nacionais. (BRASIL, 1966a, s/p, grifo nosso)

Art. 8º Para a consecução de seus objetivos a COLTED aplicará os seguintes recursos:

I - Os que lhe forem consignados no Orçamento da União;
II - Os suprimentos advindos dos demais poderes públicos; ou de instituições nacionais;

III - Os que lhe forem transferidos, a qualquer título por particulares ou por entidades ou agências nacionais, estrangeiras ou internacionais.

(BRASIL, 1966b, s/p, grifo nosso)

No que diz respeito aos membros do colegiado da COLTED, houve apenas uma mudança do texto aprovado em junho para o aprovado em outubro. No artigo quarto do primeiro, constavam como membros do colegiado, presidido pelo ministro da educação, o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Educação (DNE), os diretores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e do Instituto Nacional do Livro (INL), os diretores das diretorias de ensino do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o presidente do Sindicato Nacional dos Editores (SNEL). No segundo, foi acrescida a figura do superintendente do ensino agrícola do Ministério da Agricultura (MA). Cabia ao colegiado cumprir as atividades visando ao fim máximo da COLTED, “incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionados com a produção, a edição o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos (BRASIL, 1966b, s/p). As atividades previstas eram, conforme o texto do decreto:

I - Definir, quanto ao Livro Técnico e ao Livro Didático, as diretrizes para a formulação de programa editorial e planos de ação do Ministério da Educação e Cultura;

II - Elaborar seu plano anual de trabalho e o de aplicação de recursos;

III - Autorizar a celebração de contratos, convênios e ajustes com entidades públicas e particulares e com autores, tradutores, editores, gráficos, distribuidores e livreiros;

IV - Autorizar a concessão de auxílios e a prestação de assistência-técnica, aprovando os relatórios sobre sua aplicação ou desenvolvimento;

V - Promover estudos e prestar a assistência que lhe for solicitada, tendo em vista as finalidades previstas neste decreto;

VI - Colaborar com outros órgãos públicos ou particulares de objetivos idênticos, equivalentes ou correlatos, em particular com o Grupo Executivo da Indústria do Livro - GEIL;

VII - Examinar e aprovar projetos específicos de trabalho que lhe sejam submetidos;

VIII - Elaborar sua proposta orçamentária anual;

IX - Autorizar a efetivação de despesas até o limite de meio por cento dos recursos da COLTED para custeio de sua operação;

- X - Traçar normas para melhor execução deste decreto, inclusive elaborar seu regimento;
- XI - Requisitar os servidores civis necessários ao seu funcionamento. (BRASIL, 1966b, s/p)

O decreto que instituiu a COLTED definiu, nesse sentido, a centralidade do governo brasileiro, através do MEC, no processo de produção de livros técnicos e didáticos no país. Ainda com a omissão da Aliança para o Progresso, admitiu a possibilidade de intervenção estrangeira, com subentendida referência à USAID como uma peça importante do projeto de reformulação do sistema de educação brasileiro, marcadamente, no que tange às políticas para o livro. Nesse processo, estabeleceu também um lugar central para o SNEL, haja vista a presença de um representante do sindicato no colegiado do órgão. Esse acordo foi citado por Paulo Rosas e recuperado por Vânia Gico, segundo quem

[...] para complementar o cerco de ações para controle da educação e da universidade, restava a ação de técnicos norte-americanos quanto às fontes de informação técnica, científica e didática. “O acordo entre o MEC, a USAID e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), cobriria a lacuna”. (ROSAS, p. 30). Este convênio assegurava a edição, distribuição e utilização de livros didáticos previamente selecionados, bem como estimulava a criação de bibliotecas nos diversos níveis do ensino. (1990, p. 30-31)

No interior do campo articulado entre o MEC, a USAID e o SNEL figurava uma pouco conhecida instituição norte-americana que, desde o início dos anos 1950, articulava a tradução de manuscritos oriundos dos Estados Unidos em diversos países do mundo: o *Franklin Book Programs*. Além de intermediar o contato de editoras brasileiras com editoras norte-americanas para a compra de direitos de tradução dos originais para o português, o *Franklin* assegurava o pagamento dos *royalties* e o custo da editoração e impressão dos manuscritos no Brasil. Embora não pertencesse ao aparelho do Estado norte-americano, o programa se valia de recursos governamentais, que lhe eram repassados, sobretudo, através da USAID.

O campo editorial e político articulado pelo *Franklin* no Brasil, pelo exposto, embora arregimentasse uma instituição representativa do empresariado paulista, a FIESP, encontrava no IPÊS o seu principal espaço de ação. Não por acaso, ali estavam reunidos empresários brasileiros e militares que haviam participado da articulação do golpe e da construção de uma voraz campanha anticomunista, embora esse dado passasse a ser então

silenciado em proveito de um novo projeto político, que, baseado em convicções liberais e na crença no atraso latino-americano, concebia o livro não mais como mero instrumento de propaganda ideológica, mas como ferramenta para a formação de estudantes e profissionais a serviço de um tipo específico de desenvolvimento.

Considerações Finais

Há muito a historiografia produzida em países latino-americanos tem assumido a importância de não tomar o continente como receptáculo passivo nas relações bilaterais ou multilaterais com os Estados Unidos (TRISTÁN, 2012). Certamente, a relação entre o Estados Unidos e os países latino-americanos no âmbito da diplomacia cultural não tem se dado fora de uma esfera de tensão e negociação, que transformou a tradução, no caso de programas como o *Franklin Book*, em algo mais do que uma atividade literal: uma metáfora. Na América, o programa aliou-se a grupos políticos tradicionais, que encarnavam projetos de desenvolvimento nacional capitaneados por governos autoritários. Essas alianças ecoaram a conhecida asserção de que a consagração do liberalismo econômico se deu, na América Latina, ao arrepio do liberalismo político – ou de que os Estados Unidos não hesitam em subverter a democracia fora de casa para o alcance de seus objetivos político-diplomáticos.

Fundamentado nas teorias da modernização, amplamente em voga em círculos políticos e intelectuais americanos do período, esse projeto admitia a relação com as elites locais como uma forma de assegurar a formação de lideranças, o que, no caso do Franklin, afigurava-se através da atenção às “culturas editoriais nativas”. Não por acaso, o programa buscava identificar representantes dessas elites desde sua primeira sondagem às regiões em que atuava – no caso brasileiro, lideranças do SNEL e da CBL, do Instituto Roberto Simonsen e do IPÊS, empresários, editores. Mais do que isso, o Franklin buscava operar com as lideranças políticas latino-americanas, tendo realizado acordos efetivos com os governos locais, tal como o acordo com a Desu/MEC, via IPÊS, que garantiu a produção e circulação dos livros do projeto “Bibliotecas Pré-Clínicas”, uma face da reforma universitária feita pelos militares no Brasil. Esse projeto era uma réplica de algo que já tinha sido feito na América Latina, demonstrando que havia um projeto para o desenvolvimento do continente e que a saúde era um de seus pilares.

Se é possível, por um lado, que projetos como esse tenham tido um impacto positivo na qualidade dos cursos na área da saúde oferecidos, por outro lado, é preciso

considerar que eles representaram de fato uma face do imperialismo cultural, assegurando o alinhamento epistemológico dos estudantes em formação, sua adesão a uma medicina de intervenção, cirúrgica, farmacológica, cara, ignorante aos saberes, instrumentos e técnicas tradicionais dos diversos povos e comunidades habitantes na América Latina. Essa teria sido a tragédia das teorias da modernização – sua incapacidade de compreender o mundo pós-colonial, sua crença na transitoriedade de elementos da história e da cultura locais, o abandono dos ideais reformistas e a incapacidade de colocar no lugar alternativas positivas – bem como a consequente relação com o autoritarismo. Seus agentes acreditavam piamente na capacidade de aprimorar o mundo pós-colonial e em que o imperativo da modernização sanaria injustiças históricas como o racismo e o imperialismo. Por outro lado, aliaram-se a históricas elites locais, apoiaram regimes ditatoriais e foram ambíguos a respeito da democracia (LATHAM, 2000, p. 6). Por isso, a relação entre democracia e modernização foi desaparecendo do projeto, dando lugar a uma noção mais economicista de desenvolvimento.

O estudo de programas como o *Franklin* reforça a ideia de que a diplomacia cultural dos Estados Unidos sob a Guerra Fria tomava mesmo a América Latina por um “todo indiferenciado”, padecendo da sua condição de menoridade e potencialmente sujeita à ação intervencionista, sempre restauradora e benéfica, do “amigo americano”, para utilizar a expressão emblematizada por Tota, adequada à deferência de Décio de Abreu a Wilbur Knerr. Esses elementos explicitam as distintas e, por vezes, contraditórias agendas que se inscreveram sob o signo da chamada Guerra Fria cultural e os limites que se colocam, portanto, a uma leitura estritamente vertical do que ela teria representado para as superpotências. Ainda assim, conforme Cecília Azevedo afirmou, admitir as “resistências e rearranjos imprevistos nas hierarquias de poder” não esvazia “o caráter intervencionista, a intenção de dominação e a perspectiva civilizatória embutidas nas ações imperiais dos EUA” (2007, p. 21). Ou, nas palavras de Patrick Iber, “As evidências da América Latina sugerem que a Guerra Fria Cultural é mais bem compreendida dentro de uma estrutura de “gramscianismo irônico” - a busca da hegemonia cultural por meio de uma combinação de coerção e consentimento, incorporando muitas agendas.” (IBER, 2015, p. 405-406)

A partir da segunda metade da década de 1960, o *Franklin Book Programs* arrefeceu continuamente. O ano de 1967 foi paradigmático: o fim da presidência de Datus Smith prenunciou também uma redução drástica nos repasses federais e o encerramento dos convênios com a USAID e a Fundação Ford, que havia possibilitado a entrada do

programa na África subsaariana e na América Latina, em um momento em que se começava a duvidar, nos Estados Unidos, da eficácia de programas da natureza do *Franklin* e das estratégias que haviam garantido com sucesso a guerra cultural nas duas décadas anteriores, sobretudo em virtude de seu caráter oneroso para o governo americano, em um momento em que os desgastes econômicos, agravados pela duração da Guerra no Vietnã, se faziam sentir de forma cada vez intensa. Mesmo a campanha “*Friends of Franklin*”, em 1972, que visava garantir a arrecadação de doações de pessoas comuns para custear as atividades do programa, não foi capaz de garantir a continuidade da maior parte de suas atividades (LAUGESEN, 2017). As últimas publicações do *Franklin* na América Latina datam de 1973, cinco anos antes de ele ter sido definitivamente encerrado.

A natureza ambivalente do *Franklin* levou alguns intérpretes a depurarem seu conteúdo político, sob o argumento de que o programa não se envolvia nas questões que interessavam aos Estados Unidos na Guerra Fria, notadamente o anticomunismo, direcionando-se apenas à promoção do letramento em escala global. Wilson P. Dizard Jr., professor da Universidade de George Washington e consultor do Departamento de Estado, chegou a defini-lo em termos puramente econômicos, como “um cartel de editores americanos” (2004, p. 06) interessado em desafiar a hegemonia britânica e francesa no mercado editorial global.

Entre seus contemporâneos, o argumento da neutralidade política foi mobilizado como forma de acesso aos mercados ultramarinos. No relatório da primeira missão do *Franklin* à América Latina, os emissários mencionaram a desconfiança de alguns editores nativos, que conjecturavam sobre as semelhanças entre ele e programas pré-existentes, como o *Book Development Program* da USIA, muito identificado com a campanha anticomunista. O diretor Datus Smith esforçou-se reiteradamente para afastar essas sombras, sublinhando a coadjuvância do *Franklin* nos escritórios ultramarinos, protagonizados pelos editores locais, e a transitoriedade de sua ação: quando as “culturas editoriais nativas” se tornassem independentes, em um intervalo médio de cinco anos, os prepostos do programa poderiam retornar aos Estados Unidos. A contínua atuação de Roger Ross, representante do *Franklin*, na diretoria do Centro de Bibliotecnia do IPÊS, durante todo o período de atividade do programa no Brasil, é, contudo, um dado importante: os norte-americanos não apenas acompanhavam de perto as atividades, mas trabalhavam permanentemente nos escritórios locais.

O *Franklin* gozava de financiamento público dos Estados Unidos, via USIA e, em muito maior escala, USAID; agia em sintonia com as instituições diplomáticas e possuía capilaridade política nos diversos países em que atuava; seguia a política local e dela participava. Por outro lado, defendia sua imagem de independência. Por recusar a publicação de temas flagrantemente políticos e distanciar-se da máquina oficial de propaganda do governo norte-americano; por aparentar ser uma instituição democrática, interessada exclusivamente nas traduções de livros e, de algum modo, comprometida com a *intelligentsia* nativa; apesar disso e por tudo isso, o *Franklin* acabou se constituindo como uma inegável e eficiente máquina de propaganda.

Referências bibliográficas:

- ABREU, Décio de Abreu. **O livro e a indústria do conhecimento.** Rio de Janeiro: Centro de Biblioteconomia, 1968.
- AZEVEDO, Cecília. **Em nome da América:** os Corpos de Paz no Brasil. São Paulo: Alameda. 2007.
- BOGART, Leo. **Cool Words, Cold War:** A New Look at U.S.I.A.'s Premises For Propaganda. University Publishing Association, 1995.
- BRASIL. **Decreto nº 59.355, de 04 de outubro de 1966.** Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto número 58.653-66. Online. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 11 abr. 2023.
- _____. **Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior** (Acordo MEC-USAID). Brasília: MEC: EAPES, 1969.
- CANCELLI, Elizabeth. O Ilari e a guerra cultural: a construção de agendas intelectuais na América Latina. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 17, n. 30, p. 199-212, 2015.
- CUETO, Marcos. **Cold War, Deadly Fevers:** Malaria Eradication in Mexico, 1955–1975. Baltimore: Woodrow Wilson Center Press/Johns Hopkins University Press, 2014.
- _____. Missionaries of Science: The Rockefeller Foundation and Latin America. Bloomington: Indiana University Press, 1994.
- CUETO, Marcos; PALMER, Steven. **Medicine and Public Health in Latin America:** a history. Nova Iorque: Cambridge, 2015.
- DIZARD JR. Wilson. **Inventing Public Diplomacy:** The Story of the U. S. Information Agency. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2004.

FONSECA, Maria Teresa Lousa. **A extensão rural no Brasil**: um projeto educativo para o capital. São Paulo, Loyola, 1985.

FRANKLIN BOOK PROGRAMS. Relatório. Books published in portuguese. **Franklin Book Programs Collection**. Library of Congress, s/d.

_____. Books published in spanish. **Franklin Book Programs Collection**. Library of Congress, s/d.

_____. **Livros na América Latina**. Nova York, 31 jan. 1962. Original arquivado na Biblioteca de Manuscritos Mudd, Princeton, Nova Jersey, Estados Unidos.

_____. Relatório. **A Resumé – Preliminary to the Establisment of a Franklin BookProgram in Brazil**. Nova York, 12 nov. 1964. Original arquivado na Biblioteca de Manuscritos Mudd, Princeton, Nova Jersey, Estados Unidos.

_____. **Relatório Anual**. Nova York, 1966. Original arquivado na Biblioteca de Manuscritos Mudd, Princeton, Nova Jersey, Estados Unidos.

_____. Relatório. **Um resumo da Fundación Interamericana de Bibliotecología Franklin – Para o Possível Estabelecimento de uma Filial Brasileira**. Nova York, 31 jan. 1964. Original arquivado na Biblioteca de Manuscritos Mudd, Princeton, Nova Jersey, Estados Unidos.

GICO, Vânia Vasconcelos. **Contexto social, estrutura universitária e biblioteca. O caso da UFPE**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 1990.

GILMAN, Nills. **Mandarins of the Future**: Modernization Theory in Cold War America. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.

GONÇALVES, M. S. **Páginas Golpistas**: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPÊS. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2010.

HAAG, Carlos. **O capitalista missionário**: a aventura brasileira de Nelson Rockefeller. São Paulo: Fapesp, 2009.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: EDUSP, 2005.

IBER, Patrick. **Neither Peace Nor Freedom**: The Cultural Cold War in Latin America. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

LATHAM, Michael E. **Modernization as Ideology**: American Social Science and “Nation Building” in the Kennedy Era. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 2000.

LAUGESEN, Amanda. **Taking Books to the World**: American Publishers and the Cultural Cold War. Amherst, MA: University of Massachusetts Press, 2017.

MICELI, Sergio (Org.). **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: FAPESP/Editora Sumaré, 1993.

MORINAKA, Eliza Mitiyo. Ficção e política em tempo de guerra: o projeto tradutório estadunidense para a literatura brasileira (1943-1947). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 30, nº 62, p. 661-680, set-dez 2017.

_____. Brazilian Fiction Translated in the United States in the 1940's. **Cad. Trad.**, Florianópolis, v. 38, no 2, p. 202-218, mai-ago, 2018.

_____. Livros, trocas culturais e relações internacionais Brasil-Estados Unidos em um contexto de guerra (1941-1946). **Varia Historia**, v. 35, n. 69, p. 691-722, set-dez 2019.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, Laura de. **Guerra Fria e Política editorial: A Trajetória da Edições GRD e a Campanha Anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)**. Maringá: Eduem, 2015.

_____. Franklin Book Programs: Guerra Fria e imperialismo cultural norte-americano. **Transatlantic Cultures**. 2022. Disponível em: <https://transatlantic-cultures.org/en/catalog/franklin-book-programs-guerra-fria-e-imperialismo-cultural-norte-americano>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PARMAR, Inderjeet. **Foundations of the American Century: The Ford, Carnegie, and Rockefeller Foundations in the Rise of American Power**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2012.

RAMÍREZ, Hernán. Las. **Os institutos econômicos de organizações empresarias e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. **Rev. Bras. Polít. Int**, Brasília, v. 43, n.1, 2000.

RIVAS, Darlene. **Missionary Capitalist**, Nelson Rockefeller in Venezuela. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2002.

ROBBINS, Louise S. Publishing American Values: The Franklin Book Programs as Cold War Cultural Diplomacy. **Library Trends**, v. 55, n. 3, p. 638-650, Winter 2007.

SAUNDERS, Frances Stonor. **The Cultural Cold War**. Londres, The new Press/ New York London, 2013.

SILVA, Claiton Marcio da. Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961. **História Ciências e Saúde** – Manguinhos, v. 20, p. 1695-1711, out-

dez, 2013.

TOTA, Antonio Pedro. *O Amigo Americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TRAVIS, Trysh. Books in the Cold War: Beyond “Culture” and “Information”. In: **The Oxford Handbook of Propaganda Studies**, p. 1-23, aug 2013.

TRISTÁN, Eduardo Rey. Estados Unidos y América Latina durante la Guerra Fría: la dimensión cultural. In: CALANDRA, Benedetta; FRANCO, Marina (Orgs.). **La Guerra Fría Cultural en América Latina**. Buenos Aires: Biblos, 2012, p. 51-66.

VARGAS, Ixel Quesada. Los Orígenes de la presencia cultural de Estados Unidos en Centroamérica: fundamentos ideológicos y usos políticos del debate sobre los trópicos (1900-1940). In: CALANDRA, Benedetta; FRANCO, Marina (orgs.). **La Guerra Fría Cultural en América Latina**. Buenos Aires: Biblos, 2012, p. 67-78.

CAPÍTULO 9

A ação editorial do IPÊS: difusão do anticomunismo e preparação do golpe de 1964¹⁴⁹

Camila Alvarez Djurovic¹⁵⁰

Imagine visitar uma livraria em alguma cidade brasileira entre os anos de 1962 e 1964 e se deparar com títulos como *Infiltração comunista no Brasil, UNE: instrumento de subversão*, *A ameaça vermelha* ou *A guerra política: arma do comunismo internacional*. Ao tomar contato com tais leituras, você talvez pudesse se convencer de que o Brasil vivia, naquele momento, sob a ameaça eminente do comunismo, estando na mira dos “imperialistas soviéticos”.

Foi com essa intenção que um grupo organizado de empresários e militares brasileiros, com auxílio da Embaixada estadunidense, financiou, editou e promoveu clandestinamente centenas de publicações anticomunistas no período que antecedeu o golpe de Estado de 1964. Tal ação editorial fez parte da campanha político-ideológica encabeçada pelo IPÊS – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, entidade fundada em 1962 e que atuou como um dos principais articuladores do movimento de desestabilização do governo de João Goulart.

O esforço de agitação e propaganda empreendido pelo IPÊS se constituiu essencialmente como uma *reação* ao intenso movimento de ideias e debates em torno do campo progressista que marcou aquele momento histórico e ao avanço crescente da participação popular no processo político brasileiro, manifesto pela ascensão de movimentos políticos e culturais como as Ligas Camponesas, o CGT – Comando Geral dos Trabalhadores, o CPC da UNE¹⁵¹ e o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros. De maneira mais ampla, essa disputa ideológica esteve associada ao contexto internacional da Guerra Fria e seus reflexos na política externa dos EUA para a América Latina, sobretudo após a vitória da Revolução Cubana, em 1959.

Para se ter uma ideia da amplitude dos empreendimentos editoriais do IPÊS, há registros de que, entre os anos de 1962 e 1963, o instituto foi responsável pela circulação de cerca de dois milhões e meio de impressos¹⁵², dentre livros, folhetos, fascículos,

¹⁴⁹ Este artigo foi produzido a partir da minha Dissertação de Mestrado: (DJUROVIC, 2021).

¹⁵⁰ Mestre em História Econômica - FFLCH/USP.

¹⁵¹ Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes.

¹⁵² INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Atividades do IPÊS*, 6 jun. 1963. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

revistas e boletins, tendo algumas dessas publicações alcançado tiragens excepcionais para a época. Tais números foram possíveis devido à combinação de duas estratégias. A primeira delas se tratava de aproveitar a extensa rede de contatos e influência dos membros do IPÊS junto a algumas das mais importantes empresas do ramo editorial atuantes no país na primeira metade do século XX, que colocaram à disposição sua infraestrutura comercial e técnica para garantir a viabilidade econômica das publicações de interesse do instituto; complementarmente, o auxílio proveniente do Programa de Fomento ao Livro da USIA –United States Information Agency, uma agência diplomática do Departamento de Estado dos EUA criada no âmbito da Guerra Fria para estimular a produção editorial e a circulação de publicações anticomunistas nos países do chamado “terceiro mundo”.

Graças a essa avançada *infraestrutura intelectual* (SECCO, 2017), o IPÊS fez circular massivamente para o conjunto da opinião pública as ideias cultivadas entre as elites políticas, empresariais e militares, contribuindo para a preparação do ambiente político e social para o golpe de Estado.

A trajetória do IPÊS

Antes de abordar as especificidades dessa ação editorial, é importante caracterizar brevemente a formação e a trajetória do IPÊS. O instituto começou a ser formado por membros da elite empresarial e militar do Rio de Janeiro e de São Paulo logo após a turbulenta renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961. Em seu Estatuto Social, formalizado no ano seguinte, a entidade se definia como “sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e intuições educacionais, sociológicos e cívicos”, cujos propósitos seriam:

I - Promover e incentivar a educação cultural, moral e cívica dos indivíduos.

II - Desenvolver e coordenar estudos e atividades de caráter social.

III - Obter, por meio de pesquisa objetiva e livre discussão, conclusões e recomendações que contribuam para o progresso econômico, o bem-estar social e o regime democrático do Brasil (IPÊS, 1963a, p.1).

Pouco tempo depois, a organização já contava com cerca de 500 membros e havia expandido sua atuação pelo território nacional por meio de diversas filiais regionais. Também passou a receber contribuições financeiras de centenas de empresas multinacionais e associações da classe empresarial, além de apoio logístico e financeiro

da embaixada norte-americana. Entre os seus sócios-fundadores, associados e colaboradores figuravam empresários, industriais e banqueiros, oficiais militares ligados à Escola Superior de Guerra, intelectuais, membros da hierarquia da Igreja Católica, políticos filiados a partidos conservadores, técnicos e executivos ligados à administração pública.

A existência de uma década do instituto (1962-1972) pode ser dividida, grosso modo, em dois períodos, cuja fronteira se localiza no golpe de 1964. Observando esse percurso de trás para frente, se destaca a participação de seus associados em cargos estratégicos, ministérios e empresas estatais ao longo do regime ditatorial. Nessa segunda fase, que compreende a maior parte de sua atuação, o IPÊS funcionou como instância para o *lobbying* de associações e representantes de classe de diversos setores empresariais e industriais, operando também como um centro de debate e elaboração de diretrizes e políticas governamentais. Há ainda registros de que, nesse período, parte de seus membros esteve envolvida no lado mais sórdido da repressão política e social, financiando aparatos de vigilância como o SNI – Serviço Nacional de Inteligência e centros de tortura como a Operação Bandeirantes.

Contudo, a primeira fase da atuação da entidade (1962-1964) foi aquela que ficou mais conhecida e que representa o período de maior mobilização e organização de seus associados. A pretexto da incompatibilidade entre os interesses da elite empresarial e a agenda nacional-reformista sustentada por João Goulart e seus aliados, o instituto conjugou, nesse período, uma vida pública supostamente técnica e apartidária a uma série de ações clandestinas visando a desestabilização do governo, tais como o financiamento de parlamentares e grupos oposicionistas, a infiltração em movimentos populares e a disseminação de propagandas anticomunistas através de publicações, filmes, programas de TV, etc. Como se provou posteriormente, tais atividades eram frequentemente executadas junto a outros agrupamentos políticos de direita, como o IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, uma organização abertamente anticomunista fundada em 1959.

No quadro geral da luta social no pré-1964, já se encontra devidamente consolidada na historiografia a percepção que localiza o *complexo IPÊS/IBAD* como um dos responsáveis por encabeçar o movimento "civil-militar" que culminou no golpe de Estado (DREIFUSS, 1981). O binômio "civil-militar" também passou a ser utilizado para caracterizar o próprio regime ditatorial, uma vez que, como destacamos, membros

daquela mesma fração das classes dominantes ocuparam postos estratégicos no governo no pós-64.

Criação e organização do grupo de publicações/editorial

A operação da campanha ideológica, política e militar realizada pelo IPÊS em sua primeira fase foi conduzida internamente a partir de grupos de trabalho, sendo o denominado Grupo de Publicações/Editorial (GPE) aquele responsável por financiar, editar, traduzir e distribuir textos alinhados à orientação ideológica do instituto. Um documento interno assim se referia às atribuições do setor:

O setor editorial
a) edita livros;
b) financia a edição de livros por parte de outras organizações e;
c) adquire ou distribui livros e publicações que não editou ou financiou, mas que considera importante para o esclarecimento de determinado tema de interesse nacional [...] (IPÊS, 1963b).

Desde o início, a publicação de impressos ocupou um lugar de destaque entre as atividades desenvolvidas pelo IPÊS. Os registros de suas movimentações financeiras mostram que, em 1962 (primeiro ano de atuação do GPE), os gastos com publicações representaram aproximadamente 26% das despesas totais (GONÇALVES, 2010, p. 43).

Da formação do GPE até 1966, ano de seu encerramento, o setor foi responsável por editar e/ou distribuir pelo menos 130 publicações, entre livros, folhetos, fascículos, revistas e boletins. Mas além de editar seus próprios impressos, o grupo também atuou como financiador e difusor de publicações editadas por terceiros. Para isso, estabeleceu parcerias com ao menos 22 editoras brasileiras, dentre elas companhias conhecidas do ramo, como Editora Abril, Distribuidora Record, Agir, Ipanema, Vozes, Itatiaia, José Olympio, Saraiva e Companhia Editora Nacional.

Embora seu nome não constasse nos créditos das publicações organizadas por tais editoras, era o IPÊS quem realizava a encomenda das obras compatíveis com seus interesses político-ideológicos e arcava com parte dos custos de produção. Podia, por exemplo, financiar os direitos autorais, a tradução, a impressão ou até mesmo garantir a compra de um determinado número exemplares. Essa complexa rede de produção e circulação de impressos promovida pelo instituto foi incentivada e facilitada por alguns de seus membros que eram proprietários, diretores ou intimamente ligados a companhias

editoras e outras empresas do ramo gráfico e papeleiro, que colocavam à disposição do Grupo de Publicações sua infraestrutura comercial, equipamentos e serviços.

Outra importante estratégia utilizada para viabilizar os empreendimentos editoriais foi o convênio estabelecido, entre os anos de 1962 e 1964, com a USIA - United States Information Agency (USIA), uma agência diplomática do Departamento de Estado dos EUA. O *Book Development Program*, ou Programa de Fomento ao Livro, que vigorou no Brasil entre 1953 e 1973, foi desenvolvido pela USIA com a finalidade de estimular a produção editorial e a circulação de publicações nos “países em desenvolvimento”. Em linhas gerais, o programa disponibilizava às editoras locais uma lista de textos originais em língua inglesa, se dispondo a arcar com parte dos custos de produção dos títulos selecionados. Os manuscritos podiam tanto ser títulos já disponíveis no mercado norte-americano quanto textos inéditos, enviados pelos autores ou editoras, ou encomendados a eles de acordo com os temas predefinidos pela diretoria da USIA. Além de arcar parcial ou integralmente com os custos dos direitos autorais e de tradução, a agência estadunidense também podia se comprometer a comprar parte dos exemplares e distribuí-los através de suas redes locais.

De certo, esse vultoso auxílio às editoras dos países subdesenvolvidos não era desinteressado: a bibliografia subsidiada pela USIA, bem como suas políticas culturais em geral, serviu aos propósitos da política externa e da guerra cultural traçadas pelo governo estadunidense no âmbito da Guerra Fria.

O cotejamento das informações reveladas por Laura de Oliveira (2015) com a documentação do IPÊS mostra que, nos dois anos precedentes ao golpe que depôs João Goulart, pelo menos 20 títulos subsidiados pela agência foram encomendados e distribuídos por intermédio da rede articulada pelo Grupo de Publicações/Editorial, sendo todos eles de caráter anticomunista.

Quadro I – Livros listados pela USIA e distribuídos pelo IPÊS (1962-1964)

Autor	Título	Editora	Ano de publicação
A. Doak Barnett	A China comunista em perspectiva	GRD	1963
Abram Tertz	Começa o julgamento	GRD	1963
Dorothy Gordon	Você e a democracia	Record	1963

Frank Tannenbaum	O sindicato no mundo moderno	GRD	1963
George Benson	A agricultura sob o comunismo	GRD	1963
George Orwell	A revolução dos bichos	Globo	1962
José R. Alvarez Díaz	As condições de trabalho em Cuba	GRD	1964
Lin Yutang	O nome secreto	Itatiaia	1961
Michel Aubry	Cuba – nação independente ou satélite?	GRD	1963
Moshe Decter	Cartilha de comunismo, teoria e prática	GRD	1964
Nikita S. Kruschev	Kruschev e a Cultura	Cadernos Brasileiros	1963
Robert E. A. Lee	A 7ª questão	GRD	1963
Suzanne Labin	A guerra política – arma do comunismo internacional	Presença	1960
Theodore Draper	A revolução de Fidel Castro, mitos e realidades	GRD	1962
Vários autores	A rebelião da juventude na URSS	GRD	1963
Vários autores	Aliança para o Progresso – problemas e perspectivas	Fundo de Cultura	1962
Vários autores	Anatomia do comunismo	GRD	1963
Vários autores	Teorias do colonialismo	GRD	1964
Willy Brandt	A prova da coexistência	GRD	1964
Zbigniew K. Brzezinski	Ideologia e poder na política soviética	GRD	1963

Fonte: elaboração da autora. Baseado em informações retiradas da pesquisa de Laura de Oliveira (2015) no National Archives and Records Administration (NARA), Estados Unidos.

Todavia, é possível que o resultado dessa parceria tenha sido ainda mais expressivo, uma vez que tanto a USIA quanto o IPÊS tinham por praxe omitir seus nomes dos créditos das publicações, que eram lançadas como se fossem projetos exclusivamente idealizados e realizados pelas editoras. Essa estratégia de ação política clandestina tinha por objetivo dificultar, justamente, a identificação da verdadeira rede de financiamento por trás desse conjunto bibliográfico. Assim, a tentativa de identificar as formas de

produção e o alcance da empreitada editorial do IPÊS implica necessariamente em trabalhar diante de um imbricado jogo de lacunas documentais e de informações.

O repertório bibliográfico do IPÊS: visão geral

A proposta editorial da primeira fase de atuação IPÊS correspondeu a um propósito marcadamente político, estando imbricada à campanha ideológica nacional promovida por meio de diversos canais de divulgação. Ao longo deste período inicial, o GPE produziu ou incentivou a produção de impressos alinhados à orientação política do instituto, mas que, como vimos, não necessariamente levavam seu nome.

As publicações editadas com o selo do IPÊS eram, na maior parte dos casos, de caráter institucional e tinham como propósito legitimar a faceta pública da entidade, respaldada pelos princípios da Aliança para o Progresso¹⁵³ e da Encíclica *Mater et Magistra*¹⁵⁴. Tal linguagem ideológica circulou por meio de folhetos de ordem associativa, como os *Estatutos Sociais, Que é o IPÊS?, Declaração de Princípios e Sua adesão ao IPÊS é indispensável*, que serviram ao objetivo de arregimentar as classes dominantes para a ação política organizada. Também se enquadram nessa categoria os impressos destinados a apresentar análises da conjuntura política ou os anteprojetos de reformas de base elaborados pelos intelectuais orgânicos do IPÊS, cujo alvo principal eram as lideranças empresariais das associações das classes dominantes.

Por outro lado, as edições que omitiam o nome do instituto eram dedicadas, em sua maioria, à propaganda anticomunista vulgarizada junto a um público mais amplo, trazendo uma linguagem acessível, atrativa e tendenciosa. Mas havia também o esforço de buscar um público relativamente intelectualizado por meio de textos com um apelo pseudo-acadêmico, que lhes conferia uma pretensa legitimidade e neutralidade política.

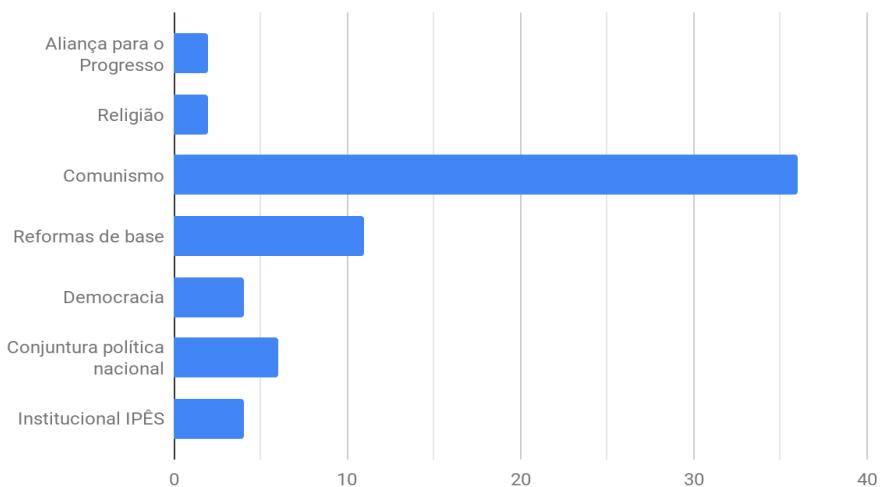
A classificação temática dos 84 livros e folhetos identificados como pertencentes ao catálogo do GPE em sua primeira fase de atuação confirma que o anticomunismo foi o cerne da campanha ideológica conduzida pelo IPÊS. Como demonstra o gráfico abaixo,

¹⁵³ Programa de assistência ao desenvolvimento econômico e social latino-americano ratificado em 1961 pelo governo John Kennedy. Segundo os planos de Washington, o programa deveria responder às crescentes demandas populares por mudanças socioeconômicas na região que, se ignoradas, poderiam levar à multiplicação da experiência cubana e abrir espaço para o avanço soviético. O programa de cooperação previa um investimento de 20 bilhões de dólares em um prazo de dez anos para acelerar programas de desenvolvimento e reforma social em 22 países latino-americanos, incluindo o Brasil. Além disso acordava ajuda militar e policial para combater o comunismo no continente.

¹⁵⁴ Lançada em 1961 pelo Papa João XXIII, a *Mater et Magistra* retomou a doutrina social da Igreja expressa nas encíclicas anteriores, como a *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), de forte conteúdo anticomunista.

esse tópico prevaleceu de modo categórico entre o conjunto bibliográfico promovido no período: ao menos 36 impressos foram dedicados ao esforço de denunciar e desqualificar o comunismo. Em contrapartida, apenas quatro publicações trataram de positivar o conceito liberal de democracia ao qual o instituto se identificava publicamente.

Gráfico I – Classificação temática das publicações editadas/distribuídas pelo GPE-IPÊS, 1961-abr. 1964 (quantidade)



Fonte: elaboração da autora. Essa análise temática levou em conta apenas os livros e folhetos distribuídos no período, excluindo, portanto, periódicos e impressos cujo formato não foi identificado. Por abordarem temas variados, algumas das publicações desse conjunto foram contabilizadas em mais de uma categoria.

Considerando essa dupla estratégia de doutrinação (aquele especificamente direcionada para a classe empresarial e aquela voltada para um público mais amplo), é possível conjecturar que a proposta editorial ipesiana desta primeira fase tenha sido inspirada no tipo de propaganda ideológica idealizada pelo movimento comunista internacional e resumida na ideia de *agitprop* (abreviatura de agitação e propaganda). A expressão designava, por um lado, o movimento de formação de quadros dirigentes (propaganda) e, por outro, a educação política das massas (agitação), finalidades para as quais deveriam ser empregados todos os suportes de comunicação (BOUJU, 2013, p. 268). Aparentemente, essa estratégia difundida dentro da cultura política comunista desde os anos 1920 foi, conscientemente ou não, absorvida e redirecionada pelo aparelho de difusão das publicações do IPÊS, servindo aos propósitos políticos e ideológicos da direita.

Anatomia do comunismo: construindo o inimigo público

Via de regra, as obras abertamente anticomunistas incorporadas à rede de financiamento e distribuição do GPE-IPÊS – incluindo aquelas disponibilizadas para tradução pelo Programa de Fomento ao Livro da pela USIA – tinham como premissa identificar os elementos históricos e destrinchar a “real” natureza dos regimes comunistas, partindo da máxima de que é preciso conhecer o inimigo para então combatê-lo. Livros como *O que devemos saber sobre o comunismo* (OVERSTREET, 1963), *Cartilha de comunismo, teoria e prática* (DECTER, 1964) e *Anatomia do comunismo* (KOLARZ, 1963) explicitam no próprio título a tarefa de revelar esse “corpo estranho” aos leitores ocidentais.

Seguindo fórmulas prontas dos *best sellers*, algumas edições apostavam em títulos provocativos e premissas “instigantes”, prometendo oferecer ao leitor análises diretas e descomplicadas da doutrina comunista. Exemplo disso é o livro que consta nas listas de distribuição do IPÊS *Você pode confiar nos comunistas... (eles são comunistas mesmo!)*, traduzido para o português e editado em 1963 pela editora Dominus. Escrito pelo ativista anticomunista australiano Fred Schwarz, o livro foi publicado originalmente em 1960 nos EUA e tornou-se um campeão mundial de vendas. O autor apresentava como mote uma ideia aparentemente absurda para o seu público leitor: a de que se deve confiar nos comunistas. Logo no primeiro capítulo, tal ideia é justificada com o argumento de que “quem se comporta de conformidade com princípios claramente definidos é, não só merecedor de confiança, mas previsível em seus atos” (SCHWARZ, 1963, p. 2). Assim, Schwarz defendia que, ao desfazer a aura de mistério que envolvia o comunismo e compreender suas leis de atuação, seria possível prognosticar seus movimentos e, consequentemente, combatê-lo com maior eficácia.

Também distribuído pelo IPÊS, o livro *O nome secreto*, de Lin Yutang, partia da mesma premissa de “descomplicar” o comunismo e “revelar a verdade” sobre o regime soviético. Na ocasião do seu lançamento pela editora Itatiaia, em 1961, Yutang já era um escritor conhecido no Brasil. A mesma editora mineira havia publicado anteriormente dois de seus *best-sellers*, intitulados *Uma família do bairro chinês* e *Lady Wu*. Nascido na China em 1895, o escritor e filósofo viveu por muitos anos nos EUA, de onde traduziu e popularizou para o Ocidente diversas obras clássicas da literatura chinesa. A versão brasileira de *O nome secreto* foi publicada pela Itatiaia como parte da “Coleção Espírito do Nossa Tempo”, após ser selecionada entre as obras oferecidas pela USIA para

tradução. O original, *The secret name*, fora publicado nos Estados Unidos em 1958. No texto de orelha, os editores brasileiros resumiram o argumento central do livro da seguinte maneira:

A principal tese de *O Nome Secreto* é a de que os russos, muito ao contrário de serem incompreensíveis, são fáceis de entender. São seres humanos. desejam o poder, o êxito, e a segurança. Por exemplo, por que se utilizam eles, como um Estado que se proclama socialista, do trabalho escravo? Resposta: porque é *lucrativo* (ITATIAIA in YOUTANG, 1961, grifos do autor).

Esse tipo de resposta “simples” seguia a receita de que era necessário desmistificar o temível antagonista para impedir sua vitória. Obras como essas, acessíveis e adaptadas para os mais diversos perfis de leitores, se encaixavam perfeitamente nos objetivos do IPÊS, que buscava disseminar seu discurso ideológico pelo país junto a um público amplo e variado. Afinal, enquanto técnica de mobilização que visa construir um inimigo público, o anticomunismo não busca se opor ao comunismo real, mas sim à sua própria invenção do que seja ele. Como observa Secco,

O anticomunismo é a operação de propaganda que consiste em exacerbar, inventar ou mesmo distorcer conceitos marxistas e leninistas com o escopo de criar uma caricatura do comunismo [...]. Não se trata de operação intelectual ou tradução política de uma teoria. O anticomunismo não é uma teoria e sim um conjunto de preconceitos (SECCO, 2017, p. 87).

Autores exilados, dissidentes e convertidos

Os autores estrangeiros cujos textos foram selecionados para integrarem a campanha editorial anticomunista do IPÊS eram, em geral, desconhecidos do público brasileiro e possuíam parco legado intelectual ou literário. Em sua maior parte, atuavam como professores universitários, políticos, escritores, jornalistas, militares ou ativistas de direita. Dentre os livros e folhetos desse conjunto de autores estrangeiros, predominam os títulos de ciência política assinados pelos “especialistas”, muitos deles baseados em transcrições de palestras e conferências. Há também, em menor número, narrativas ficcionais e relatos autobiográficos.

Mas, independentemente do gênero editorial, a perspectiva testemunhal se fazia extremamente valiosa para a construção da narrativa anticomunista. Era comum que os autores, ao apresentarem as estórias ou suas autobiografias, construíssem um enredo que

passava pelo encantamento juvenil pela esquerda, seguido de um momento de frustração que se cristalizava posteriormente em um rechaço à experiência comunista, sendo essa transição assinalada como um princípio de maturidade. Partia do testemunho, portanto, a tentativa de conferir um estatuto de verdade revelada às argumentações e garantir um pretenso “desnudamento” do comunismo aos leitores.

Com esses objetivos, a USIA também disponibilizou para tradução, para além dos originais em língua inglesa, obras escritas por emigrados, exilados ou opositores de regimes comunistas que viviam clandestinamente em seus países de origem. As traduções de textos de autores soviéticos dissidentes foram especialmente objetos de interesse do IPÊS.

Andrei Sinyavsky, autor do romance *Começa o julgamento*, foi um escritor russo opositor do regime soviético cujas obras censuradas eram encobertamente levadas à Europa e publicadas sob o pseudônimo de Abram Tertz. Julgado em 1965 por suas atividades consideradas antirrevolucionárias, Sinyavsky foi condenado a cumprir sete anos de pena em campos de trabalho forçado. Em 1971, foi autorizado a se exilar na França, onde tornou-se professor da Universidade Sorbonne e continuou seu ativismo literário. Na primeira edição brasileira de *Começa o julgamento*, publicada em 1963 pela Edições GRD com apoio da USIA e do IPÊS, o editor Gumerindo Rocha Dorea sublinhou as críticas ao regime comunista subjacentes à obra e ressaltou sua qualidade literária, a qual contrapôs à “estrutura limitada, diminuta e prescrita” do realismo socialista, estética adotada oficialmente pela União Soviética. Na orelha do livro, afirmou que “[...] a grande tradição da literatura russa não ficou interrompida – sobreviveu e sobrevive nos subterrâneos da liberdade – e continua a produzir uma obra intensa em termos novos e modernos” (DOREA apud OLIVEIRA, 2015, p.198).

No conjunto de livros anticomunistas distribuídos pelo IPÊS nessa primeira fase destacam-se também os autores “convertidos”, isto é, aqueles que por motivos diversos haviam rompido com o movimento comunista internacional e assumido posição crítica ao regime soviético. É o caso, por exemplo, do jornalista Douglas Hyde, autor de *A realidade era outra: autobiografia de um ex-comunista britânico*, publicado no Brasil pela editora Vozes, em 1962. Como indica o subtítulo da obra, trata-se de um relato autobiográfico sobre o rompimento do autor com o Partido Comunista britânico (ao qual fora filiado entre 1928 e 1948, atuando como editor do jornal *Daily Worker*) e sua conversão religiosa ao catolicismo. O original em inglês, lançado pela William Heinemann Ltd., em 1951, com o título *I believed. The autobiography of a former british*

communist, tornou-se um *best-seller* mundial do período da Guerra Fria. A versão brasileira optou por trazer uma capa chamativa: um grande desenho da foice e do martelo sobre um fundo de cor vermelho vibrante.

Em fins dos anos 1950, com a crise desencadeada pelas denúncias dos crimes de Stalin, as críticas ao comunismo realizadas de dentro das fileiras da esquerda foram uma tendência crescente e amplamente aproveitadas no âmbito da chamada *Cultural War* promovida pelos EUA. De acordo com Cancelli (2012, p. 67), os estudos vêm apontando de fato para essa “ingerência da política da Guerra Fria ao subsidiar não só intelectuais anticomunistas, mas nomes de destaque da inteligência internacional com posições de esquerda, mas críticos ao regime soviético”.

O livro *O retrato*, escrito por Osvaldo Peralva, é um dos resultados da referida crise do stalinismo entre os comunistas brasileiros (PERALVA, 1962). O jornalista baiano foi membro ativo do PCB por mais de duas décadas, tendo atuado como diretor do órgão diário do partido no Rio de Janeiro e como um dos diretores do jornal oficial do Kominform, sediado em Bucareste. Em 1960, decidiu publicar o livro-denúncia que simbolizou o seu rompimento com o comunismo, primeiro na forma de capítulos em *O Estado de S. Paulo* e depois em livro, pela Editora Itatiaia. Apesar de ter publicado diversas críticas ao regime soviético, Peralva se conservou um “socialista democrático”. Sua oposição à ditadura, inclusive, o levou à prisão e ao exílio após o AI-5.

Grande parte de *O retrato* é dedicada a apresentar memórias minuciosas do período em que o autor esteve na URSS. Mas Peralva também se dedicou a narrar o impacto do relatório de Kruschev no Brasil e suas desilusões com o posicionamento do PCB e de suas lideranças, dentre elas Luís Carlos Prestes. A segunda edição do livro foi realizada em 1962 pela Editora Globo e teve ao menos 1.500 exemplares distribuídos pelo IPÊS. A edição também tratou de acrescentar um subtítulo à obra: “impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil”.

Outras palavras: os paratextos editoriais

A necessidade de conferir à leitura anticomunista um caráter pedagógico e doutrinário frequentemente pautou a natureza das intervenções editoriais por parte dos responsáveis pela divulgação ideológica da direita. Através dos paratextos¹⁵⁵, os editores

¹⁵⁵ Trata-se, segundo Genette (2010, p. 15), dos elementos que se apresentam nas “franjas” do texto, tais como “título, subtítulo, intertítulos, prefácios, posfácios, advertências, prólogos, etc.; notas marginais, de

brasileiros associados ao IPÊS puderam usar o livro em benefício da causa anticomunista e adaptar as obras estrangeiras para a realidade nacional. A partir de alguns exemplos, é possível observar como esses aspectos afetam o processo de construção de sentido das obras selecionadas para publicação e em que medida eles se aproximam ou se afastam das pretensas intenções de seus autores.

Observemos, primeiramente, o caso de duas traduções de textos de Nikita Kruschev disseminadas pelo instituto brasileiro: *Kruschev e a cultura*, publicado com apoio da USIA pela editora Cadernos Brasileiros (KRUSHEV, 1963), e *O discurso secreto de Khrushchev no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética*, editado pela Ipanema (KRUSHEV, s/d). O primeiro livro trazia o discurso proferido em 1963 pelo então primeiro-ministro soviético acerca dos novos rumos da arte e da cultura no mundo comunista pós-Stalin, enquanto o segundo apresentava o documento integral da célebre denúncia realizada em 1956 e divulgada pela imprensa ocidental. Em ambos os volumes, os textos traduzidos foram recheados com notas e comentários editoriais alinhados aos propósitos do IPÊS, que buscavam apresentar aos leitores brasileiros uma visão crítica sobre o autor.

De acordo com os organizadores da Cadernos Brasileiros, a edição comentada de *Kruschev e a cultura* tinha por objetivo “[...] evitar a deformação em geral consequente ao desconhecimento, por parte do homem ocidental, do que se passa realmente no mundo soviético” (CADERNOS BRASILEIROS in KRUSCHEV, 1963). Sob a mesma justificativa de alertar o leitor, uma das notas dos editores da Ipanema no livro *O discurso secreto de Khrushchev* trazia seguinte mensagem:

Stalin foi certamente um polvo monstruoso sobre o povo da URSS, mas Khrushchev e os demais componentes do “novo” governo soviético agiram apenas como seus tentáculos. Nem houve propriamente “culto ao indivíduo” durante a ditadura de Stalin. Houve, sim, um indivíduo impondo-se a várias nações, a ferro e fogo, com a ajuda dedicada e criminosa dos que, hoje, o repudiam (IPANEMA in KRUSCHEV, s./d., p. 50, grifo nosso).

O caráter preventivo e pedagógico dos comentários de ambos os livros mostra que se julgava necessário um cuidado editorial especial ao colocar em circulação o texto de um líder soviético, de modo que os leitores não se identificassem ou confiassem

rodapé, de fim de texto; epígrafes; ilustrações; *release*, orelha, capa, e tantos outros tipos de sinais acessórios, autógrafos ou alógrafos, que fornecem ao texto um aparato (variável) e por vezes um comentário, oficial ou oficioso [...]”.

inteiramente no discurso do autor, mas sim na interpretação do mesmo oferecida de modo acessível e simplificado pelos editores. Os comentários também se faziam necessários para distorcer ou descontextualizar passagens do texto, a fim de que servissem como embasamento para as mais diversas argumentações contrárias ao governo soviético e ao comunismo em geral.

Outro caso emblemático nesse sentido é o livro *O assalto ao parlamento*, do deputado comunista tchecoslovaco Jan Kozak (KOSAK, 1962). A obra foi publicada pelo IBAD, em 1962, com uma série de intervenções e distorções, a começar pelo título sugestivo aproveitado da edição espanhola, que modificava substancialmente o original em inglês (*The role of Parliament in a communist revolution*) com o uso da palavra “assalto”. Em linhas gerais, o livro se trata de um estudo de caso sobre a ascensão do Partido Comunista da Tchecoslováquia ao poder em 1948 através da via parlamentar. Kozak defende, por meio dessa exitosa experiência, que o parlamento poderia desempenhar um papel revolucionário na transição para o socialismo, valendo-se da combinação de pressões de “cúpula” (dos parlamentares) e de “base” (das massas populares). A desvantagem numérica dos comunistas no parlamento poderia ser compensada, dessa forma, por meio de um eficiente trabalho de mobilização popular. No Brasil, o texto foi apropriado pelo IBAD como um exemplo alarmante: o perigo comunista residia não apenas na possibilidade de uma “guerra revolucionária”, mas também na tomada “pacífica” do poder, isto é, por dentro do próprio sistema legal e democrático.

A edição brasileira de *O assalto ao parlamento* teve tiragem de 5 mil cópias, das quais 3 mil foram disseminadas pelo IPÊS. O texto também foi distribuído em fascículos pelo jornal *O Globo*, que recebeu pelo serviço 714 mil cruzeiros subsidiados pelo mesmo instituto (MORAES, 2012, p. 123). As inúmeras notas de pé de página incluídas no volume teriam como objetivo, segundo os editores, revelar aos leitores brasileiros “o verdadeiro significado do linguajar de Kozak, de resto, de todos os comunistas, capaz de confundir os democratas pouco afeitos às cínicas expressões habitualmente usadas pelos serviços de Moscou em todo o mundo” (IBAD in KOZAK, 1962, p. 6).

Além disso, o IBAD aproveitou o livro para traçar uma associação direta entre o caso tchecoslovaco e a crise política do governo Goulart. A segunda edição, inclusive, trouxe um ensaio do líder ipesiano Glycon de Paiva que tratava de aplicar o esquema de Kozak ao caso brasileiro. A argumentação desenvolvida no conjunto paratextual da edição brasileira reforçou, assim, uma ideia muito difundida no pré-1964: a de que havia

uma infiltração comunista no governo Goulart orquestrada pelos soviéticos. Os editores justificavam na introdução do livro que a atualidade e a oportunidade da publicação de *O assalto ao parlamento* residiam justamente em

[...] alertar os bons brasileiros, mostrando-lhes, com as próprias palavras de um militante e categorizado, quais as táticas que, com as nuances que o meio brasileiro requer, estão sendo usadas para a lenta mas firme transformação do Brasil em mais um satélite da União Soviética (IBAD in KOZAK, 1962, p. 6).

Tais comentários serviam, portanto, à finalidade de polarizar o debate e orientar a leitura da obra sob a perspectiva do contexto político-social brasileiro. Mas esse não foi um atributo exclusivo dessa publicação. O caráter combativo das edições anticomunistas, de clara de intervenção política para fins propagandísticos, se configurou como uma característica histórica desse segmento editorial no Brasil. No caso das obras estrangeiras, era de praxe haver a preocupação por parte dos editores em relacioná-las diretamente ao contexto do país. Como aponta Rodrigo Patto Sá Motta (2000, p. 27) “Mesmo quando os livros falavam de outros países, seja a URSS, a China ou os países da ‘cortina de ferro’, havia sempre a intenção explícita de intervir no debate político brasileiro”.

Imperialismo soviético e a ameaça vermelha no Brasil

Muito embora as denúncias sobre os crimes contra a humanidade perpetrados pelo regime soviético não tenham desaparecido completamente na onda anticomunista da década de 1960, o contexto de distensão pós-stalinista fez com que as críticas, em geral, se concentrasssem menos na questão da violência (*gulags*, torturas, fuzilamentos etc.), que foi o tom dominante no período anterior, e mais na tentativa de mostrar as falhas do modelo comunista no plano econômico e social (MOTTA, 2000, p. 301).

No cerne dos ataques dirigidos à União Soviética no período, também figurava frequentemente a questão do imperialismo. As denúncias nesse sentido se dirigiam à influência exercida pelos russos sobre os partidos comunistas de todo o mundo e o controle sobre os “países satélites”. Essa associação tendeu a crescer no período da Guerra Fria, diante do movimento de descolonização afro-asiático iniciado após a Segunda Guerra Mundial. A esse respeito, alegava-se um descompasso entre o discurso soviético, que defendia o fim do colonialismo das potências europeias na África e na Ásia, e sua prática política de aspirações imperialistas. Assim, a defesa da libertação das colônias não

estaria relacionada a uma preservação da soberania daqueles povos, mas sim à tentativa de submetê-los à esfera de influência soviética. Por sua importância para o discurso anticomunista, esse assunto foi tema principal de uma coletânea intitulada *Teorias do Colonialismo*, traduzida e publicada pela GRD, em 1964, como parte da “Coleção Política Contemporânea” (FEDENKO, et. Al;1964).

No Brasil, a caracterização do comunismo como sinônimo de imperialismo soviético também ganhou impulso no período da Guerra Fria. Mas foi durante o governo Goulart que a ideia de “ameaça externa”, tal qual tipificada pela Doutrina de Segurança Nacional, saltou definitivamente para fora dos círculos militares da ESG por meio da mobilização dos aparelhos privados de circulação de informações. Ao longo dos anos 1960 tomou força, progressivamente, o discurso de que o Brasil viveria um estágio “pré-revolucionário”, estando na mira dos “imperialistas vermelhos”. As afirmações baseavam-se, via de regra, no argumento de que a aliança política estabelecida entre o presidente João Goulart e o PCB resultara na infiltração de agentes à serviço do regime soviético dentro dos próprios aparatos governamentais, que gradualmente estariam se transformando em “organizações subversivas”. Denunciou-se, assim, a infiltração comunista nos mais diversos órgãos do governo, bem como em organizações da sociedade civil como os sindicatos, a UNE, e até mesmo na Igreja:

[...] VOCÊ está a par de como o comunista oculto, ocupando um ponto saliente no governo, no jornalismo, nas sociedades trabalhistas, na igreja ou nas escolas, pode inocular em seu espírito o veneno suficiente para tornar VOCÊ elemento de propaganda ou seja, um ‘inocente útil’? (FREITAS, 1961, p.5).

O questionamento acima é um excerto de “Como vencer o comunismo”, artigo do coronel Ayrton Salgueiro de Freitas publicado na revista *A Defesa Nacional* e selecionado para compor a coletânea *Democracia e Comunismo*, ambas editadas pelo Estado-Maior do Exército. O desenho que ilustra a capa da coletânea editada em 1961, que teve ao menos oito mil exemplares distribuídos pelo IPÊS, mostra um soldado posicionado sobre o mapa do Brasil, de onde combate uma temerária mão vermelha que tenta se apossar do território.

A ameaça da invasão comunista rondou o imaginário anticomunista brasileiro e se materializou nas imagens e cenários tétricos que circularam nos impressos da época. O mapa geográfico do Brasil foi um símbolo recorrente para representar a ameaça de desagregação da nação. *A ameaça vermelha*, panfleto de um candidato da UDN apoiado

pelo complexo IPÊS/IBAD nas eleições parlamentares de 1962, traz como ilustração da capa o mapa do país despedaçado por um golpe da foice e do martelo. Na capa do *Livro branco sobre a guerra revolucionária no Brasil*, publicado em 1961 pela Globo e assinado pelo pseudônimo de Pedro Brasil, o mapa do Brasil aparece espelhado e sombreado pela cor vermelha. Imagens como essas mostram que o comunismo, como observou Motta (2000, p. 56), “[...] representava o fantasma da desagregação, da ruptura da ordem e da unidade orgânica da nação”, e o modo como ele era visto enquanto “[...] a personificação do estrangeiro, do alienígena, em uma palavra, do ‘outro’”.

Democracia e Comunismo

As publicações selecionadas pelo IPÊS tinham como objetivo não apenas expor as mazelas do comunismo, mas também enaltecer o sistema capitalista, a livre-iniciativa, a primazia da propriedade privada e os valores ocidentais cristãos. Esse conjunto de preceitos, que tinha como representante máximo os Estados Unidos da América, era apresentado, na maior parte das vezes, como sinônimo de democracia. Por outro lado, o regime comunista era fundamentalmente identificado ao totalitarismo e ao imperialismo. Desse modo, a oposição entre os conceitos democracia e comunismo, tais como formulados acima, está na gênese de boa parte das obras anticomunistas disseminadas no período.

Como expressão mais bem acabada dessa estratégia dentre as publicações disseminadas pelo IPÊS, destacamos um livro voltado ao público infantojuvenil que se dedicava a explicar as noções básicas da democracia. *You and democracy*, de Dorothy Gordon, foi selecionado junto ao catálogo da USIA e publicado pela Record em 1963 como parte da coleção “Livros para a Juventude” com o título *Você e a democracia* (GORDON, 1963). Autora de diversos livros infantis, Dorothy Lerner Gordon (1889-1970) havia feito carreira nos EUA como criadora e apresentadora do *Youth Forum*, um famoso programa semanal de rádio e televisão que debatia temas da atualidade. Além disso, era mãe de Lincoln Gordon, embaixador estadunidense no Brasil entre 1961 e 1966.

Com linguagem simples e repleta de metáforas, *Você e a democracia* constrói uma oposição entre a vida nas nações totalitárias e aquela desfrutada nos “países livres”, buscando, a partir disso, explicar os princípios básicos da democracia com base no modelo liberal norte-americano. Como principal recurso metafórico, o livro define a

democracia como um tesouro constantemente ameaçado e que deve ser vigiado pela juventude:

Há sempre gente tentando surrupiar as jóias da Casa-forte do Tesouro que é a nossa democracia. E como agem com habilidade! Aproveitam-se das dificuldades das pessoas, das aperturas em que muitos vivem e procuram enganá-las, dizendo que problemas e dificuldades seriam resolvidas com uma forma de governo diferente (GORDON, 1963, p. 25).

No texto estampado na contracapa do livro, os editores brasileiros reforçaram as intenções da autora e enfatizaram o propósito educativo da obra diante da suposta ameaça representada pela propaganda comunista:

Não se iludem. Os cidadãos das nações totalitárias são muito loquazes ao descreverem as vantagens de viver sob sua dúvida forma de governo. Nós das nações democráticas, contudo, acomodados em nossa segurança, pouco sabemos ou procuramos saber sobre as razões que tornam nossa vida tão confortável e agradável. Habitamo-nos a ouvir a palavra democracia, mas acaso sabemos o que ela atualmente significa?

Neste livrinho, dedicado a todos os meninos e meninas dos países livres do mundo, *Dorothy Gordon explica com admirável singeleza os princípios básicos da democracia* (RECORD in GORDON, 1963, grifo nosso).

A editora Record também tratou de adaptar para o contexto brasileiro as ilustrações de Lois Fischer e Karl Murr, presentes na edição original de 1951 realizada pela E.P. Dutton & Co., Inc. A arte da capa, atribuída a “Guttemberg”, retrata o Palácio da Alvorada, residência oficial da presidência em Brasília, rodeado por cidadãos comuns, em uma clara alusão à proximidade entre o povo e seus representantes promovida pelas sociedades “livres e democráticas”.

Muito embora a defesa da democracia tenha sido adotada como *slogan* por inúmeros grupos anticomunistas brasileiros, os acontecimentos de 1964 deixaram patente que esse discurso tinha um caráter meramente genérico e retórico.

O alcance e os sentidos da ação editorial do IPÊS

Iniciada com o objetivo de se contrapor à crescente quantidade de “livros esquerdistas” em circulação no início dos anos 1960, a ação editorial engendrada pelo IPÊS na preparação do golpe de 1964 teve o anticomunismo como principal pilar,

conjugando-o à defesa da religiosidade cristã e da livre iniciativa empresarial. Utilizou como tática recorrente a apropriação das formas de luta do campo progressista, a distorção de seus discursos e a mimetização de seus instrumentos de expressão cultural e de formação política. Nessa “batalha pelas mentes”, o instituto acumulou um vasto arsenal de livros, folhetos e periódicos contando com o investimento de colaboradores que aderiram ao seu projeto político-ideológico.

Graças a essa sólida rede de apoio financeiro e operacional, algumas publicações não apenas alcançaram tiragens excepcionais para a época – ultrapassando inclusive a marca de um milhão de exemplares – como também puderam ser amplamente disseminadas a partir da eficiente cadeia de distribuição estabelecida em todo o território nacional e também no exterior. O cruzamento das informações levantadas sobre o catálogo bibliográfico do IPÊS com os dados sobre o mercado editorial da época (HALLEWELL, 2012) mostra que, às vésperas do golpe, 30% do estoque de livros no Brasil pertencia a editoras envolvidas em alguma medida com o IPÊS, e que aproximadamente um quarto das mais reconhecidas casas editoriais em funcionamento na primeira metade dos anos 1960 colaborou de alguma forma com o instituto.

Outro elemento fundamental para a conformação do projeto editorial ipesiano foi o convênio firmado junto ao Programa do Livro da USIA, que resultou em mais de 40% do total de livros promovidos pelo instituto no período. Tal parceria traz um importante significado para o conjunto bibliográfico produzido e distribuído pelo IPÊS em sua primeira fase de atuação, evidenciando, por um lado, a centralidade dos EUA nas articulações que antecederam o golpe no Brasil e, por outro, a relevância das políticas culturais para as estratégias geopolíticas das potências em disputa na Guerra Fria.

Mesmo não sendo possível determinar ao certo qual a abrangência da atividade editorial do IPÊS, dado seu caráter semiclandestino, os registros disponíveis até o momento revelam um alcance expressivo o suficiente para confirmar que a mesma provocou algum impacto na sociedade brasileira da época. Por outro lado, também reafirmam a responsabilidade do empresariado brasileiro com o golpe, evidenciando particularmente o engajamento do setor editorial na campanha ideológica da direita. Em última instância, a materialidade dessa produção oferece elementos para se analisar a circulação das ideias anticomunistas na sociedade brasileira da época e em que medida esse esforço de propaganda e mobilização teve impacto no contexto de crise de hegemonia que culminou no golpe 1964, consensuando determinados grupos sociais em favor da ruptura da institucionalidade democrática.

Referências bibliográficas:

- BOUJU, Marie-Cécile. O Livro na Política: As Editoras do Partido Comunista Francês (1920-1958). In: DEAECTO, Marisa Midori & MOLLIER, Jean-Yves (Org.). **Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França**. São Paulo; Belo Horizonte: Ateliê Editorial; UFMG, 2013, p. 268.
- CANCELLI, Elizabeth. **O Brasil e os outros**: o poder das ideias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.
- DREIFUSS, R. A. **1964**: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DJUROVIC, Camila Alvarez. **Impressões da direita**: luta ideológica e mobilização empresarial através da ação editorial do IPÊS (1961-1964). 227 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- GENETTE, G. **Palimpsestos**: a literatura de segunda mão. Belo Horizonte: Viva Voz, 2010.
- GONÇALVES, M. S. **Páginas golpistas**: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPÊS (1961-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: Sua História. São Paulo: Edusp, 2012.
- MORAES, Thiago Aguiar de. **“Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”**: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Emprêsa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, PUCRS, 2012.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 372 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2000.
- OLIVEIRA, Laura de. **Guerra fria e política editorial**: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968). Maringá: Eduem, 2015.
- RIDENTI, Marcelo. The Journal Cadernos Brasileiros and the Congress for Cultural Freedom, 1959-1970. **Sociologia & Antropologia**, v. 8, n. 2, p. 351-373, 2018.
- SECCO, L. **A batalha dos livros**: formação da esquerda no Brasil. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2017.

Fontes bibliográficas:

- DECTER, Moshe. **Cartilha de comunismo, teoria e prática.** Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.
- FEDENKO et.al. **Teorias do colonialismo.** Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.
- FREITAS, Ayrton Salgueiro de. Como vencer o comunismo. In: [Vários autores]. **Democracia e comunismo.** Estado-Maior do Exército, 1961.
- GORDON, Dorothy. **Você e a democracia.** Rio de Janeiro: Record, 1963.
- HYDE, Douglas. **A realidade era outra.** Petrópolis: Vozes, 1962.
- KOLARZ, Walter et. al. **Anatomia do comunismo.** Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.
- KOZAK, Jan. **O assalto ao parlamento.** IBAD, 1962.
- KRUSCHEV, Nikita S. **Kruschev e a cultura.** Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1963.
- _____. **O discurso secreto de Kruschev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética.** Rio de Janeiro: Ipanema, s/d.
- OVERSTREET, H.; OVERSTREET, B. **O que devemos saber sobre o comunismo.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1963.
- PERALVA, Osvaldo. **O retrato:** impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil. [S.l.]: Editora Globo, 1962.
- SCHWARZ, Fred. **Você pode confiar nos comunistas... (eles são comunistas mesmo!).** São Paulo: Dominus, 1963.
- YUTANG, Lin. **O nome secreto.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

Fontes documentais:

- INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. **Estatutos Sociais.** Rio de Janeiro, 1963a. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. **Atividades do IPÊS,** 6 jun. 1963b. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 10

Anticomunismo e o “patriotismo indeclinável” no IPM-709

Sandra Regina Barbosa da Silva¹⁵⁶

“O IPM do Partido Comunista era, entre outros, da mesma natureza, desconexo e extensíssimo amontoado de tolices enunciadas como verdades transcendentais, de slogans transformados em fatos, de vitupérios arrolados como argumentos”

Nelson Werneck Sodré

O presente texto tem por objetivo analisar as representações construídas pelo Coronel Ferdinando de Carvalho, mais especificamente, as considerações e concepções anticomunistas, a partir do Inquérito Policial Militar (IPM-709).¹⁵⁷ Esta análise procura identificar as representações anticomunistas como vinculadas a um projeto mais global/nacional, de combate ao comunismo pelos militares do Exército, vinculados à chamada “linha-dura”, em um contexto de pós-golpe, neste caso, os anos de 1964-1966. Nessa conjuntura política, direcionada pelo conceito de Segurança Nacional¹⁵⁸, marcado pelas escolas militares¹⁵⁹ no Brasil, que ao lado da ideologia anticomunista pregava, sobretudo a estratégia de contenção do poderio soviético, Carvalho teria desenvolvido, insistentemente, ao longo do inquérito, representações acentuadamente anticomunistas.

Foi observado no IPM-709, que o anticomunismo é recorrente, em forma de críticas e acusações, e, refere-se a um contexto sociopolítico de repressão à esquerda

¹⁵⁶ Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora de História da Universidade do Estado da Bahia/UNEB/Campus XVIII

¹⁵⁷ O IPM-709, publicado pela Bibliex em 1966, está distribuído em quatro volumes, sendo que o primeiro, com o qual trabalhamos neste capítulo, refere-se ao “comunismo no Brasil” e os três últimos às “atividades comunistas no Brasil”. O intuito deste texto será discorrer algumas representações do anticomunismo, presentes no IPM-709, base da ideologia anticomunista de seu coordenador, o então coronel Ferdinando de Carvalho, aspectos que são relevantes, para defini-lo como um indivíduo de formação anticomunista, que se explicitaram em suas narrativas ficcionais de *Os Sete Matizes do Vermelho*, publicado em 1977 (CARVALHO, 1977) e *Os Sete Matizes do Rosa*, de 1978 (CARVALHO, 1978) , cujas análises podem ser encontradas, nos capítulos 3 e 4 de minha tese de doutorado, intitulada (SOUZA, 2009). Ver também: (CARVALHO, 2005).

¹⁵⁸ Entre os livros que tratam da Segurança Nacional e sua ideologia, além do Manual Básico da Escola Superior de Guerra, estão: (ALVES, 2005); (OLIVEIRA, 1976); (COMBLIN, 1980); (GURGEL, 1975).

¹⁵⁹ Entre as escolas, por exemplo a Escola de Comando do estado-Maior (ECEME), cujo currículo foi fortemente influenciado pela Escola Superior de Guerra (ESG). A ESG foi fundada em 20 de agosto de 1949, inspirada na americana *National War College*, cujo objetivo era o treinamento de pessoas de “alto nível” para “exercer funções de direção e planejamento da segurança Nacional”. Originada durante a II Guerra Mundial, quando a FEB lutou comandada pelos norte-americanos (STEPHANO, 2001).

brasileira. Analisamos ao longo dos quatro volumes do inquérito caracterizações anticomunistas, acerca do papel do partido e o chamado *centralismo democrático*, a relação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) com o Partido Comunista da União Soviética (PCUS), bem como a formação política comunista realizada pelo PCB. Em outras palavras, consideramos pertinente informar como esses temas foram apresentados ao longo do mencionado inquérito e seus possíveis contrapontos com as memórias dos ex-militantes do PCB.

“O comunismo é a juventude do mundo”¹⁶⁰

Não quisemos que essa investigação tivesse apenas um sentido punitivo, uma expressão coatora, em benefício da integridade institucional do País. A ação judicial contra elementos isolados no quadro amplo do movimento esquerdista no País tem menos importância do que o conhecimento acurado da técnica de ação, das bases do proselitismo, das formas sub-reptícias das alianças criminosas que se realizam nas brechas da legalidade, na sombra da corrupção protetora.

Estamos convencidos de que a melhor defesa contra o comunismo está na consciência esclarecida de cada pessoa, na percepção realista das possibilidades nacionais, no patriotismo indeclinável que não se submete (...) (IPM-709, vol. 1, p. 2).

Neste prefácio da Introdução do Primeiro volume do IPM-709,¹⁶¹ intitulado O Comunismo no Brasil, Ferdinando de Carvalho expõe seu maior objetivo durante a coordenação do inquérito em questão. A sua intenção ultrapassa as formalidades judiciais e punitivas dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), para se concentrar no combate a atividade comunista no país, ou seja, neutralizar a ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Verifica-se, portanto, uma preocupação em “provar”, convencer seus superiores e a população brasileira da existência do “perigo comunista”, ou seja, para a articulação, de um movimento comunista internacional dentro do país, antes e depois de 1964, assim como informar como se procedia a atuação dos comunistas.

¹⁶⁰ A frase pertence a João Falcão, retirada do livro *O partido comunista que eu conheci* (FALCÃO, 1988, p. 286).

¹⁶¹ O IPM-709, publicado pela Bibliex está distribuído em quatro volumes, sendo que o primeiro, com o qual trabalhamos neste capítulo, refere-se ao “comunismo no Brasil” e os três últimos às “atividades comunistas no Brasil”. Com relação ao conteúdo do primeiro volume, verificamos que a ênfase maior está naquilo que o autor considera como bases ideológicas ou filosóficas do comunismo. Neste volume foram apresentadas, algumas interpretações de trechos de obras de autores como Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lênin, Afanasyev, mas, sobretudo, do livro *Fundamentos do Marxismo Leninismo*, organizado pelos teóricos comunistas Kuucinen e Arabatov, traduzido por Jacob Gorender e publicado no Brasil em 1962.

Os IPMs nasceram, oficialmente alguns dias, após a posse na presidência da República, do general Humberto Castello Branco, que determinou, em 27 de abril de 1964, a criação da Comissão Geral de Investigações (CGI),¹⁶² cuja função era coordenar o trabalho das Comissões Especiais de Inquérito (CEIs). As CEIs investigavam a presença de “subversivos” em todos os níveis do aparelho de Estado. Eram comissões compostas por 220 militares (entre capitães, maiores e coronéis) encarregados de presidir os inquéritos policiais-militares (IPMs).

Dessa forma, instauraram-se centenas de IPMs, indiciando entre outros, professores, parlamentares, membros de movimentos sociais, líderes sindicais e estudantis, oficiais militares nacionalistas e operários. Esses IPMs, espalhados por todas as unidades da federação, - instituídos para investigar as atividades de funcionários civis e militares, identificando os “subversivos” e colaboradores do governo anterior, - realizaram uma devassa na vida pública e privada, daqueles considerados inimigos pelos militares e tiraram de circulação muitos opositores do regime ditatorial. Essa autêntica “inquisição” ficou conhecida como *Operação Limpeza* (MATTOS, 2003; ARNS, 1985).

No entanto, o coronel Ferdinando de Carvalho, afirmou que “o Inquérito não pode, em consequência, transformar-se em um simples repositório de acusações efêmeras”, e que realizou uma “investigação cuidadosa cujos resultados traduzissem o intuito de fixar na consciência dos homens a gravidade dos crimes contra a nacionalidade”. O inquérito teve uma tônica anticomunista preventiva, pois “o IPM 709 é uma das provas concretas dessa permanente, dessa indormida preocupação das instituições militares (contra a ação comunista)” (IPM-709, vol. 1, p. 3).¹⁶³

O internacionalismo proletário e a Internacional Comunista ou *Komintern* foram fartamente descritos no IPM 709. As divergências no Movimento Comunista Internacional, especificamente o caso da Albânia e China, e as denúncias de Kruschev contra Stalin, foram temáticas desenvolvidas também neste primeiro volume. Para concluir, Carvalho inicia a sua análise sobre o PCB, sobre o qual foi objeto central dos

¹⁶² Com base no art. 8º. do AI-1, Castello Branco publicava no dia 27 de abril de 1964, o Decreto-Lei no. 53.897 que criava e regulamentava os IPMs.

¹⁶³ Segundo Mattos (2003), muitas vezes, os IPMs foram conduzidos irregularmente com acusações inconsistentes, prisões ilegais e uso de tortura contra os suspeitos. Era comum que os advogados fossem impedidos de ter acesso aos autos dos inquéritos e de acompanhar seus clientes nos interrogatórios. Estes inquéritos, tornaram-se uma fonte de poder de fato, para o grupo de coronéis, designados para coordenar ou chefiar as investigações e, dessa forma, “configuravam o primeiro núcleo de um Aparato Repressivo em germinação e o início de um grupo de pressão de oficiais “linha-dura”, no interior do Estado de Segurança Nacional” (ALVES, 2005, p. 69).

volumes seguintes. Com isso foi esboçada uma tentativa de síntese histórica do PCB, baseada em documentos políticos do partido: estatutos, programas e informes.

Concluindo o volume foram abordadas as características gerais da atividade do PCB, sua organização, estruturação, aspectos financeiros, formação de quadros, política de segurança na ação clandestina e informações sobre os congressos do partido. Sob a responsabilidade de Carvalho, o IPM, mais do que um componente de investigação sobre o Partido Comunista Brasileiro, direcionou e ambientou, “os julgadores, as autoridades e os leitores em geral, no problema comunista brasileiro, sua vinculação internacional e nos principais aspectos de sua correlação criminal de suas atividades atentatórias às bases do sistema político e social vigente e às instituições nacionais” (IPM-709, vol. 1, p. 5).

Segundo a caracterização de Carvalho, o IPM-709, não teria sido apenas para julgar e prender aqueles envolvidos com o PCB. Este inquérito, em muito se comprometia com os desejos individuais deste militar: combater o comunismo pelo campo das representações, do imaginário e das ideologias. Esse desejo pretendia desgastar e aniquilar a imagem dos comunistas diante dos militares menos conservadores, assim como da sociedade brasileira como um todo. O comunismo foi encarnado e julgado por Carvalho, como “um aríete poderoso das pretensões de domínio mundial por um grupo de nações imperialistas”. Para ele, não se tratava, pois, nem de “doença social que medra na miséria e na ignorância” e, muito menos, “tendência evolutiva da humanidade em demanda da Justiça Social e da liberdade”.

Para Carvalho, o comunismo se afirmou como um instrumento da subversão, e,

[...] subvertido em seu próprio entendimento. O comunismo não é um produto da miséria e da ignorância. Há comunistas riquíssimos. A maior parte da população miserável, por outro lado, no mundo inteiro, não é comunista. Existe um número fabuloso de intelectuais comunistas. Pode-se afirmar, inclusive, que a compreensão do comunismo exige um estágio intelectual superior. O comunismo é uma ideologia complexa em seus fundamentos filosóficos. Para proporcionar o conhecimento do comunismo, os Partidos Comunistas mantêm um sistema educacional desenvolvido e atuante. Assim o comunismo não pode ser um produto da ignorância. (IPM-709, vol. 1, p. 13).

Na representação de Carvalho, o comunismo pode ser entendido também, como um movimento idealizado, e apesar de ser uma “doutrina materialista”, o comunismo se introduz no “espírito de seus adeptos como verdadeira religião, com todos os seus dogmas, preconceitos e rituais”. Seguindo essa linha, o coronel defendeu que o comunismo não existe e jamais existirá algo semelhante, em qualquer lugar do globo

terrestre. O que é possível em todos os países socialistas, que seguem para o comunismo, “são ditaduras poderosas e opressoras que negam a seus próprios povos os direitos essenciais da condição humana.”, ou seja, para Carvalho, o que se retrata nas nações consideradas comunistas são ditaduras violentas e destruidoras da paz entre as classes. (IPM-709, vol. 1, p. 13). Neste sentido veja-se:

Não interessa ao comunismo a conciliação das classes, através de um equilíbrio racional de direitos e deveres. Interessa a destruição das classes sob a tutela da classe que se diz mais revolucionária e oprimida e que se vingaria assim, de maneira cabal e irrecorável. Não interessa ao comunismo o aperfeiçoamento das relações sociais para que os homens possam desfrutar integralmente dos direitos oferecidos por uma democracia plena. Interessa tornar os indivíduos submissos a um regime férreo sob o qual todos teriam a “liberdade” de trabalhar (IPM-709, vol. 1, p. 30).

A definição de comunismo como doutrina de libertação do proletariado ou sistema social sem classes, propriedade pública dos meios de produção e igualdade entre os membros da sociedade, segundo Marx e Engels, foi entendida por Carvalho como uma visão unilateral e ilusória, onde um mundo mais justo apenas se justifica para “atrair a ilusão dos incautos, o devaneio dos sonhadores e a ambição dos espertos” (IPM-709, vol. 2, p. 22).

No aspecto da igualdade no comunismo, Kuucinen, (1962), também afirmou que

[...] o comunismo não é um quartel habitado por seres sem personalidade. Somente os vulgarizadores incorrigíveis ou os caluniadores notórios podem traçar essa caricatura da sociedade do futuro [a comunista]. (...) A igualdade comunista, não pressupõe a eliminação de todas as diferenças entre as pessoas, mas apenas das diferenças e condições que colocariam os homens em uma situação de desigualdade social (KUUCINEN, 1962, p. 737).

Entretanto, Carvalho alegou¹⁶⁴, por exemplo, não existir no comunismo a igualdade e liberdade entre os povos:

¹⁶⁴ Inversamente do que preconizava Carvalho, o comunismo é considerado como o regime social mais justo pelos seus estudiosos, é aquele que realiza mais plenamente os princípios de igualdade e liberdade, “assegura o florescimento da personalidade humana e converte a sociedade em uma associação organizada, em uma comunidade de trabalhadores”. Pelo comunismo a sociedade conseguirá a igualdade, por ser uma sociedade sem classes, onde são suprimidos os resquícios das diferenças sociais e da desigualdade ainda resultante do socialismo. A inexistência das diferenças sociais, não significaria a perda de identidade humana, a equivalência das diferenciações individuais (KUUCINEN, 1962, p. 736).

O movimento comunista em nosso país, como em qualquer outra nação do Mundo Ocidental é, na realidade, a manifestação de um complexo de causas e fatores que abrangem desde o idealismo elevado e doutrinário ao interesse mesquinho das ambições inconfessáveis. É, por isso, difícil estabelecer até onde o aperfeiçoamento social e político, a elevação do nível econômico das populações pode atenuar a expansão das ideologias de fundo marxista que se apresentam em um grande número de variações influentes e expressivas. Os objetivos que as diversas correntes apresentam são sempre dourados pela descrição atraente de metas ideais de progresso, de bem-estar, de paz, emancipação e de harmonia universal. Esse quadro, que a propaganda desenha de modo fascinante, é como um horizonte sempre inatingível carreando uma leva constante de incautos e de oportunistas (IPM-709, vol. 1, p. 1).

Karl Marx (1974, p.156) afirmou que “o comunismo é a forma necessária e o princípio dinâmico do futuro imediato”. Um sistema social regulado e voltado para as necessidades humanas dos indivíduos. A sociedade comunista seria o resultado de uma “reconstrução consciente da sociedade humana”. Neste entendimento, o comunismo é uma sociedade que põe fim à pobreza e assegura o bem-estar a todos os povos.¹⁶⁵

O conceito de comunismo desenvolvido pelo dirigente comunista Luís Carlos Prestes segue contrariamente àquele pregado por Carvalho, pois ser comunista para Prestes era

[...] ser jovem sempre, é saber que o avanço das ciências está do nosso lado, que às vezes a gente precisa apoiar hoje o inimigo de ontem, como fiz com Getúlio, em 1945, apesar de ele ter entregue minha companheira grávida aos nazistas [...] ser comunista é saber que a nossa luta é a luta das massas, que a nós cabe apenas conduzi-las ao poder (MORAES, 1997, p. 198).

Gregório Bezerra (1979), em seu depoimento também manifestou uma representação do comunismo e dos comunistas diametralmente oposta à de Carvalho. Para Bezerra, os comunistas são homens especiais, pois lutam pela justiça e liberdade, verdadeiros patriotas. As lutas dos comunistas, no passado e no presente, para Bezerra são fortemente registradas, dadas como situações especiais e transformadoras do regime de desigualdade:

¹⁶⁵ Uma sociedade comunista responderia de maneira satisfatória as necessidades materiais e técnicas dos homens de acordo com o princípio de “a cada um segundo suas necessidades”. Cada indivíduo receberia da “sociedade tudo o que necessita, independentemente de sua posição, da quantidade e da qualidade do trabalho que seja capaz de realizar” (KUUCINEN, 1962, p. 733).

Nós, comunistas, somos verdadeiros patriotas. Quem mais do que nós lutou no passado e continua lutando no presente por um Brasil desenvolvido e verdadeiramente independente? [...] Quem mais do que nós, comunistas, tem lutado contra a fome, contra a miséria e contra o atraso do nosso povo? [...]

Nós, comunistas, revolucionários, lutamos para transformar esse regime de exploração do homem pelo homem num regime socialista, onde não haja mais exploradores nem explorados. Nós, comunistas, não somos terroristas nem sabotadores, nem tampouco incendiários. Não usamos esses métodos de luta, porque eles só servem para reforçar a reação (BEZERRA, 1979, p. 38; 66).

A partir destes destaques, observamos que existem caminhos muitos distintos acerca da interpretação do comunismo e seus objetivos. Carvalho não admite as imagens expressadas pelos próprios comunistas em seus estudos, vivencias, memórias e autobiografias, onde “comunismo é juventude”, assegura as necessidades vitais do ser humano, e representa a igualdade entre as classes, como afirmou João Falcão. Gregório Bezerra expressou que os comunistas são os verdadeiros “patriotas”, porém o coronel Carvalho constituiu uma imagem onde o comunismo de uma maneira geral, não passou de uma ilusão, dominadora, opressora, uma espécie de doença social; e aqueles indivíduos envolvidos com o comunismo, apenas iludem, dominam e oprimem os inocentes.

O partido: “um imenso polvo cheio de tentáculos”

Considerada como a precursora dos partidos comunistas do século XX, a Liga dos Comunistas, foi criada por Marx e Engels, em 1847. Eles realizaram formulações importantes sobre o papel do partido revolucionário, sua organização e política, entretanto foi Lênin, quem desenvolveu e formulou o papel dirigente do partido, seus princípios de organização e normas internas, assim como os princípios fundamentais de sua política e tática, constituindo, importante contribuição de Lênin ao marxismo.¹⁶⁶

O partido para Marx e Engels teria o papel de vanguarda, de dirigir a classe operária ao seu lado, e jamais deveria atuar de forma isolada, sectária e exclusivista, mas,

¹⁶⁶ Nos escritos de Marx e Engels, não existe uma teoria sistematizada para a criação de um partido político. Entretanto, no Manifesto Comunista, escrito em 1848, encontram-se os principais elementos da concepção de partido visualizada pelos fundadores do “comunismo científico”, que são as seguintes: a) nas lutas nacionais do proletariado, os comunistas se destacam e fazem prevalecer os interesses comuns dos proletários, sem distinção da nacionalidade dos mesmos; b) os comunistas representam, sempre, os interesses dos movimentos em geral, na luta da classe operária contra a burguesia. Enfim, o Partido Comunista consistiria, praticamente, no setor mais decidido dos partidos operários de cada país, pois deteria conhecimento das condições internas e objetivos gerais do movimento operário (REIS FILHO, 1998).

acima de tudo, deveria ser aberto e criativo. O partido não proporcionaria o surgimento de uma vanguarda dirigente, acima dos operários. Seria sim o condutor, o orientador desta classe operária. Enfim, os dois pensadores, possuíam uma visão mutável de partido, adaptada à realidade, ao meio, cujo objetivo final seria o de transformar a classe trabalhadora na verdadeira liderança intelectual e política de cada país. Sendo o partido, fundamental para que os operários possam impulsionar e dar direção às suas lutas. O Manifesto do Partido Comunista procura destacar e materializar essa importância, fornecendo algumas características programáticas básicas para esse modelo de organização. (REIS FILHO, 1998)¹⁶⁷

Publicado em 1902, em Stuttgart na Alemanha, o livro de Lênin intitulado *Que fazer?* expõe teórica e politicamente a constituição e o papel de um partido revolucionário de combate, cuja organização dos operários deve ser, profissional, “a maior possível” e, a mais clandestina possível, sobretudo em caso de uma Rússia autocrática. Deveria englobar também, homens cuja profissão seja a ação revolucionária. *Que fazer?* – perguntava Lênin - para construir o partido operário à altura das condições objetivas da Rússia? (BENOIT, 1998).

A obra *Que Fazer?* apresenta os elementos fundamentais e estabelece princípios gerais para a construção de um “partido de novo tipo”, lenineano (LÊNIN, 1979). Neste livro o partido constituía-se, em uma organização que fosse capaz de sintetizar as experiências organizativas clandestinas e a ação de propaganda (legal e semilegal). Para isto, era necessária a criação de uma vanguarda marxista de revolucionários profissionais, formados teoricamente pelo marxismo, buscando um movimento operário organizado e consciente.

Fazia-se necessário uma síntese dialética entre a organização disciplinada, militarizada, ilegal, clandestina, formada por homens que tinham a revolução como atividade profissional e, por outro lado, com uma ampla atividade de agitação e propaganda marxista. Portanto, a organização era pensada dialeticamente, como uma síntese entre vanguarda de revolucionários profissionais e círculos de trabalhadores espontâneos, pois “[...] a centralização das funções mais clandestinas pela organização dos revolucionários, longe de enfraquecer, enriquecerá e estenderá a ação de uma

¹⁶⁷ Uma vez no poder, o partido não deveria desempenhar nem o papel de organizador, nem o de educador. Ele deveria se transformar em um inspirador, em um animador das organizações operárias, que possuiriam liberdade para aceitar ou discordar de suas ideias e projetos (REIS FILHO, 1998).

multidão de outras organizações que se dirigem ao grande público [...]” (LÊNIN, 1979, p. 88).

Assim, não observamos em Lênin um modelo rígido de Partido, sobretudo, no livro *Que Fazer?* onde se apresenta um sujeito ativo revelando uma junção entre teoria e prática na construção do partido. Nesta organização a atenção “deve voltar-se principalmente para elevar os operários ao nível dos revolucionários e não para descermos nós próprios infalivelmente ao nível da ‘massa operária’, como querem os ‘economicistas’” (LÊNIN, 1979).

A teoria lenineana de partido não é portanto, estanque, apesar de ter originado estados burocráticos, sobretudo, nos partidos comunistas da “era Stalin”, cujos modelos foram incorporados e generalizados por Carvalho para ratificar seu anticomunismo. Carvalho não evidenciou em suas críticas, o projeto de partido desenvolvido por Lênin, que visava responder aos desafios revolucionários postos pela vigência da autocracia russa. Já as deformações estalinianas, com as quais Carvalho se aproximou e usou como modelo, transcendem em muito as linhas gerais do legado de Lênin.

Para Lênin o partido deve seguir um *processo dialético* que se desenvolve da forma *illegal* (vanguarda) e *legal* (a maioria do proletariado). Não obstante, Lênin preconizasse que as massas, e não o partido, faziam a revolução, jamais defendeu que o partido abdicaria de seu papel de vanguarda, às vésperas da revolução, nem que ele teria de atuar na legalidade. A condução da vontade das massas é a vanguarda. Resumidamente, a ideia de Lênin pode ser assim entendida: as massas fazem a revolução, mas sob a direção do partido (vanguarda). Entretanto, o fato de atuar na legalidade ou na ilegalidade antes do triunfo da revolução dependeria das condições políticas (amplitude das conquistas democráticas, correlação de forças, etc.) e jamais o partido deveria substituir sua legalidade pela renúncia aos métodos clandestinos, conspirativos e insurrecionais de atuação na Rússia anterior ao outubro de 1917.

Permeada por entendimentos preconceituosos, mas, também, posições políticas solidamente anticomunistas, com concepção de mundo diametralmente oposta à dos comunistas, Carvalho afirmou, que o Partido Comunista estava presente em todos os setores da vida nacional “através de um sem número de organização ostensivas ou clandestinas, legais ou ilegais, que constituem um complexo subversivo de extraordinária capacidade, à feição de um imenso polvo cujos tentáculos se lança em várias direções”. (IPM-709, vol. 1, p. 141 - grifo nosso).

Astrogildo Pereira, um dos fundadores do PCB, e secretário geral do partido, entre 1922 e 1930 afirmou em seu discurso de abertura do IV Congresso do PCB, em novembro de 1954, que o partido era a “organização de vanguarda da classe operária, o guia experimentado e clarividente, o verdadeiro condutor das lutas operárias e populares”, e também:

O Partido Comunista do Brasil nasceu e cresceu, vive e viverá porque precisamente lhe cabe a missão, como vanguarda consciente da classe operária, de organizar e dirigir as lutas de todo o povo brasileiro contra a exploração econômica e a opressão política, pelo progresso do país e sua libertação do jugo imperialista, pelo socialismo (PEREIRA, 1979b, p. 61).

Note-se que o mesmo sentido de partido de vanguarda da classe operária, também se encontra evidenciado nos Estatutos do PCB aprovado no IV Congresso de 1954:

O Partido Comunista do Brasil é o partido político da classe operária, a vanguarda consciente e organizada da classe operária, a mais elevada forma de sua organização de classe. O Partido Comunista do Brasil, união voluntária e combativa dos comunistas, é guiado em toda a sua atividade pela doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stalin. (ESTATUTO DO PCB, 1954, p. 1)

Para os comunistas brasileiros, seguindo o entendimento de Lenin, o partido comunista, era a vanguarda da classe operária, ou seja, a sua parte mais avançada, consciente e condutora das amplas massas de trabalhadores na derrubada do capitalismo. A ideia de partido voltado para a classe operária pôde também ser observada neste trecho:

A construção de um poderoso Partido na classe operária reclama, antes de tudo, que seja aceite por nós, e com todas as suas consequências, a doutrina leninista sobre o Partido como estado-maior da classe operária. Isso é, o Partido não é uma organização para si mesmo, mas, acima de tudo, é o centro que vive, estuda, acompanha e se emociona com os problemas da classe operária e realiza seu papel de vanguarda, formulando os melhores caminhos a serem trilhados pelo proletariado, no duro e complexo combate que este trava por sua libertação. (Informe de Balanço do CC ao VI Congresso, apud PCB: vinte anos de política (1958-1979), p. 138).¹⁶⁸

¹⁶⁸ Também nos Estatutos do PCB, de 1967, evidenciava que “O Partido Comunista Brasileiro, se orienta pelo marxismo-leninismo e pelos princípios do internacionalismo proletário [...] vanguarda política e forma superior de organização da classe operária, tem por objetivo a conquista do poder político para o estabelecimento do socialismo e do comunismo em nossa pátria [...]” (ESTATUTOS DO PCB, 1967, apud PCB: vinte anos de política (1958-1979), 1980, p. 191).

A vida partidária para Geraldo Rodrigues (1997) foi repleta de ganhos na convivência com os companheiros, onde encontrou abrigo afetivo, “uma outra família. A esta dediquei toda a minha existência, plena de alegrias e dissabores, certezas e incertezas, mas inteiramente convencido de que este era o meu lugar”. Para ele, ingressar no PCB, foi uma decisão mais do que acertada, e “baseou-se na convicção de que o sistema de injustiças sociais só se modificaria através da luta organizada da classe operária e de sua vanguarda política, o Partido Comunista” (SANTOS, 1997, p. 33).

João Falcão, em suas memórias também considerou positivamente a sua passagem pelo partido. Para Falcão, o PCB possuía uma importância pessoal, social e nacional grandiosa, pois, neste partido, ele teria reconhecido a tolerância e aprendido a “cultivar os mais elevados princípios do homem: a moral, o caráter, a solidariedade humana, o amor à pátria e à família”, assim como a “respeitar a dignidade do homem e a liberdade”. E Falcão destacou também:

Nesta escola (o PCB) formei o meu caráter até os dias de hoje, e posso afirmar ao povo de minha terra que tenho a inabalável convicção de que o maior instrumento, a verdadeira arma de emancipação de nossa pátria, de democracia, progresso, liberdade e felicidade para o nosso povo, para os homens e mulheres do Brasil, para velhos e jovens, é o Partido Comunista, o único que realmente luta pelo povo, sem egoísmo, sem ódio, mas voltado sobretudo para o bem-estar de todos, dentro da política de união e cooperação entre as classes. O único que coloca os interesses da pátria acima de tudo, porque não tem compromisso com ninguém, a não ser o povo. O único que luta verdadeiramente pela família, porque quer assegurar para ela uma situação de estabilidade, que afugenta a miséria, as doenças e a ignorância de todos os lares de nossa terra. E luta pela liberdade de cultos e de não ter cultos e aceita em seu seio homens de todas as religiões (FALCÃO, 1988, p. 286).

A ideia de liberdade em relação ao PCB e no interior desse partido é também um elemento presente nas memórias de Leônio Basbaum, (1976), que afirmou ter dedicado mais da metade de sua vida, “em pensamento de ação” ao PCB, e ao que ele “representava em intenções: a liberdade e o resgate do povo brasileiro, a redenção do Brasil”. O seu depoimento também aponta no PCB, “o lado humano da atividade revolucionária”, para uma frustração sentida ao ter descoberto que no interior do partido, “no meio de santos, de homens que teimavam em dar a outros sua vida por um mundo melhor”, ele pode encontrar “aventureiros, aproveitadores, carreiristas, amigos falsos, como as pulgas que estão em toda parte” e que tais características era “feita a humanidade” (BASBAUM, 1976, p. XV).

Uma leitura dogmática de partido, e do próprio movimento comunista internacional, foi absorvida por Carvalho, desconsiderando a revolução como um processo de autoemancipação do proletariado. Para ele,

Os comunistas consideram, portanto, que o Partido representa um escalão dirigente na conduta das massas, um organismo de comando e controle, orientado pela teoria revolucionária do comunismo universal. Sua estrutura e sua forma de atuação refletem essa expressão revolucionária, esse empenho incansável de destruir, desde os seus fundamentos, à civilização capitalista, procurando tirar todo o partido das liberdades em que esta se apoia, para acelerar a sua obra demolidora (IPM-709, v. 1, p. 70).

O argumento de que o Partido Comunista é uma “máquina autoritária, terrível e potente”, se constitui em uma das principais e insistentes teses ideológicas encontradas no IPM e que deu sustentação às representações anticomunistas. Para Carvalho, essa “máquina” possuía uma poderosa penetração política e orientação ideológica, implantada em quase todas as instituições e setores públicos e privados da maioria das nações.

Na representação de Carvalho, de que o Partido Comunista, não passava de uma “agremiação de caráter internacional destinada a liderar o movimento comunista, segundo uma linha política que adapta as condições nacionais às imposições de uma direção central empenhada na destruição do regime capitalista e de hegemonia mundial”, se desconsidera as particularidades regionais e/ou culturais dos partidos comunistas. Para ele, “o Partido obedece a um esquema de estrutura e de funcionamento bem característico e generalizado, que permite às agremiações de mais de oitenta países uma homogeneidade doutrinária impressionante” (IPM-709, vol. 1, p. 69).

Observamos que o “monstro cheio de tentáculos” que impede o membro do partido de afastar-se se assim desejar, referido por Carvalho não é identificado no Estatuto do próprio PCB:

É reconhecida a todo o membro do Partido a liberdade de sair dele. O membro do partido que queira desfiliar-se deve encaminhar o pedido respectivo, oralmente ou por escrito, a organização a que pertence. Esta concederá o pedido, salvo se o requerente é passível de medida de expulsão do Partido (ESTATUTO DO PCB, apud PCB: vinte anos de política (1958-1979), 1980, p. 192).

As representações subestimam, ridicularizam, mas, também demonizam os comunistas. Os colocam em posições de intransigentes e autoritários, e, assim, encerra o

primeiro conjunto de representações anticomunistas presentes no primeiro volume do IPM. É importante ressaltar que Carvalho afirma estar ancorado nas informações de autores marxistas, mas sabemos que seus sentidos foram marcados por autores fortemente influenciados pelo *stalinismo*, com interpretações de partido de Lênin enviesadas, ou de ex-militantes que romperam com o partido por razões, as mais diversas, que não cabe desenvolvermos na proposta deste texto.

Este “polvo” relacionado ao PCB por Carvalho pode ter sido muito menos inofensivo do que o “monstro” como Golbery do Couto e Silva classificou o SNI.¹⁶⁹ Evidentemente que tal caracterização define o poder que possuía este órgão que criou uma rede de informações com conexões com os governadores de estados, com empresas privadas e com as administrações municipais, e, a partir de 1968 cresceu ao “ponto de se transformar na quarta força armada, embora não uniformizada” (STEPAN, 1986, p. 28).

Assim, lembramos, o Serviço Nacional de Informação (SNI)¹⁷⁰, como salientou Fico (2001), era um órgão de informações, embora, seja compreensível a sua identificação como órgão repressivo, pois correspondeu ao plano de controle social e político instalado pelo regime vigente no Brasil, e, com importante participação, esteve infiltrado em diversas instituições socioeconômicas do país. Atuava de forma secreta, por vezes clandestina, sem qualquer controle democrático por parte da sociedade, conspirava contra as liberdades tanto pública quanto individuais. O SNI, tornou-se assim, uma fortaleza cercada de observadores, ou melhor um “polvo cheio de tentáculos”, forma como Carvalho referia-se ao PCB.

¹⁶⁹ De acordo com os princípios da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), originária dos Estados Unidos na época da “guerra fria”, existia uma guerra permanente e total entre o comunismo e o Ocidente, daí a estreita ligação entre a DSN e a luta antissubversiva, explicada pela “concepção que esta doutrina faz da luta política como forma de guerra interna”. Esta doutrina foi gerada a partir dos anos 1950, refere-se a um conjunto teórico de elementos ideológicos, técnicas de aniquilamento do inimigo (infiltração, coleta de informações) e um programa político-econômico de governo. A Escola Superior de Guerra (ESG) foi sua principal “teorizadora” e divulgadora, e defendia a incorporação do Brasil ao Bloco Americano (mundo dividido em dois blocos, o do *ocidente livre*, direcionado pelos estados Unidos, e o do *oriente comunista*, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS) (STEPHANO, 2001). Dessa forma, criado pelo decreto no. 4.341, em 13 de junho de 1964, o SNI atuou como um órgão de assessoria direta do poder executivo e responsável pelo recolhimento de informações da segurança interna (ARNS, 1985).

¹⁷⁰ Para se entender toda a montagem, o funcionamento das comunidades de informações e de segurança da Ditadura Militar, ver (FICO, 2001). Especialmente sobre o SNI, ver o capítulo VI. Indico também, entre outras referências, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, 2014.

A máquina potente e o centralismo democrático

O partido comunista da então União Soviética, o PCUS, e demais partidos, a exemplo do PCB, se fundamentaram, na concepção lenineana, nos princípios do *centralismo democrático*. Lênin foi o primeiro a utilizar o conceito de *centralismo*, presente no seu livro *Que fazer?* cuja concepção do partido implicou na construção de uma organização solidamente centralizada (LÊNIN, 1979). Neste livro, Lênin elaborou uma concepção de construção de partido, das bases para a direção, possibilitando o controle democrático da minoria (a direção do partido) pela maioria (o contingente de militantes).

Estavam previstas a liberdade de discussão e a unidade de ação entre os membros do partido. Os interesses de toda uma classe, manifestados através de uma única vontade. O que se constitui em um problema, uma vez que uma classe, não possui uma única vontade. Esta direção centralizada “pode unir todas as forças, orientá-las para um fim único e dar unidade às ações dispersas de elementos isolados e de grupos operários”. Na democracia do partido comunista, seus membros elegem, discutem e possuem participação prática na orientação das atividades partidárias, ou seja, ocorre uma ampla discussão, e enquanto a resolução não for tomada, ocorrem “diferentes opiniões, podem chocar-se pontos de vista opostos, mas, após a adoção da resolução, todos os comunistas agem como um só homem. Nisto consiste a essência da disciplina partidária” (KUUCINEN, 1962, p. 357). Isto era o que preconizava a teoria, o que não significava que na prática sempre fosse dessa maneira. As condições políticas na qual atuava o partido davam o tom da democracia partidária. Nas palavras de Prestes verificamos esta afirmação:

O centralismo democrático é um conceito muito flexível, cuja aplicação depende da situação concreta de um partido. Claro que, em tempo de perseguição, a parte democrática tem que ser mais limitada e o centralismo mais sério. Em outros tempos, a democracia pode ter maior amplitude (MORAES, 1997, p. 273).

As posições de Lênin, a respeito do centralismo não combinavam com uma fórmula rígida. Buscava-se combinar ampla discussão com ação uniforme, pois o princípio do *centralismo democrático* - que se encontra na base do estatuto dos partidos comunistas, e se apoia na vontade dos militantes partidários – mas na prática significava,

- a) caráter eletivo de todos os órgãos dirigentes do partido, de baixo para cima;
- b) prestação de contas periódica dos órgãos partidários perante suas organizações partidárias;
- c) rigorosa disciplina partidária e subordinação da minoria à maioria;
- d) obrigatoriedade incondicional das decisões dos órgãos superiores para os inferiores (KUUCINEN, 1962).

Nos estatutos do PCB, que determinava as formas da estrutura da sua construção, as normas da vida partidária interna, os processos da atividade prática, as exigências e os direitos dos membros do partido, eram marcados profundamente pelo princípio do *centralismo democrático*, no qual era direito do membro do PCB “manter e defender suas opiniões, nas discussões partidárias, desde que isto não infrinja” o *centralismo democrático*, pois o que ocorria era a “centralização com base na democracia e democracia sob direção centralizada”. Ora, ainda que se permita a liberdade de opinião não se admite “qualquer forma de atividade desagregadora ou de organização fracionista”.

O centralismo democrático do PCB, presente em seu Estatuto de 1954, significava:

- a) Eleição de todos os organismos dirigentes do Partido, de baixo para cima;
- b) Prestação de contas periódica dos organismos dirigentes do Partido ante as respectivas organizações que os elegeram;
- c) Disciplina rigorosa no Partido e submissão da minoria à maioria;
- d) Caráter estritamente obrigatório das decisões dos organismos superiores para os organismos inferiores (ESTATUTOS DO PCB, 1954, p. 4).

Também nos Estatutos do PCB, de 1967, o partido possuía o mesmo sentido estrutural, constituindo-se em uma “organização centralizada e combativa, regida por uma disciplina consciente, livremente aceite por todos os seus membros e obrigatória por igual para todos eles, dirige-se pelo princípio do centralismo democrático e as normas básicas estabelecidas nos presentes Estatutos.” (Estatutos PCB, apud, PCB: vinte anos de política (1958-1979), p. 191).

Como estava previsto nos estatutos dos partidos comunistas, todos os membros do partido possuem os mesmos direitos, deveres e liberdade de opinião sobre as questões relacionadas ao partido, mas, segundo Carvalho, através do IPM,

(...) os comunistas denominam eufemisticamente de “Centralismo” democrático, definindo-o como “Centralização com base na democracia sob direção centralizada”, baseia-se na existência de uma cadeia sucessiva de escalões de comando, ligados por preceitos de severa disciplina, que asseguram a convergente concentração das relações de dependência e a unidade de ação sob o controle de um poderoso órgão central que decide e arbitra (IPM, vol. 1, p. 153).

Os princípios em que os comunistas dizem basear o funcionamento de sua organização são os denominados “do centralismo democrático” e de “direção coletiva”. Esses princípios são em geral, apenas formas disfarçadas da severa centralização de direção partidárias, sob o domínio de um pequeno número de líderes autoritários (IPM, vol. 2, p. 8).

De acordo com a visão de Carvalho, o PCB não combinou harmoniosamente o centralismo e a democracia. Para ele, um centro único, disciplinador e exigente, a comandar o partido teria sido a regra. As referências a práticas autoritárias do PCB apresentadas por Carvalho, possuem um viés, inquestionavelmente anticomunistas.

Observamos, portanto, que para Carvalho a direção coletiva não era praticada no PCB, uma vez que a disciplina rigorosa e as desconfianças conduziram a uma excessiva concentração de poderes “nas mãos de uns poucos chefes, cuja influência e prestígio se destacam nos órgãos de comando.”

A ideia de um núcleo dirigente, mal-intencionado, e deformado, segundo os princípios leninistas do centralismo, não é compactuado, se nos referenciarmos nos estatutos do PCB:

Os organismos do Partido trabalham segundo o princípio da direção coletiva. Todos os órgãos dirigentes devem discutir e decidir coletivamente sobre os problemas que se colocam diante do partido, as tarefas e os planos de trabalho. O princípio da direção coletiva não elimina a responsabilidade individual. O culto a personalidade é estranho ao caráter de um Partido marxista-leninista e deve ser combatido (ESTATUTOS DO PCB, 1954).

A partir destes destaques, observamos que quando o IPM, constrói uma imagem dos partidos comunistas, sobretudo do PCB, sustentada na excessiva e absoluta centralização, hierarquia e a disciplina dos comunistas, verificamos visões contrárias, se observarmos os estatutos do partido, e as afirmações de Luiz Carlos Prestes. Este reconheceu, em entrevista no ano de 1981, a predominância do centralismo no Comitê Central, em detrimento da democracia, defendendo a necessidade da centralização,

embora como foi ressaltado, a democracia, redução ou total falta desta, dependa da conjuntura política e social em que o partido esteja atuando:

É, predomina o centralismo. Justamente por não ser revolucionário, para defender uma orientação política errônea é necessário reduzir a democracia. Por isso também, em geral, sofremos durante anos de mandonismo e, consequentemente, da falta de iniciativa entre os comunistas nas bases. [...] Usamos em geral o método errôneo de dar ordens apenas, de tomar decisões sem ouvir as bases. Ao entrar para as fileiras do partido, ninguém deve deixar de pensar e ficar à espera de ordens para atuar [...] (TRIBUNA DE IMPRENSA, 24/03/1981, apud MORAES, 1997, p. 273).

Os princípios do equilíbrio e harmonia entre o centralismo e a democracia proposto por Lênin, foi duramente criticado por Carvalho, considerado não funcional na prática. Embora nos Estatutos esteja explícito que “todo membro do Partido pode discutir livremente nas reuniões do Partido para expressar a sua opinião sobre qualquer problema, direito que emana da democracia interna”.

As construções narrativas sugerem, mais uma vez, as diferentes representações a respeito das posturas políticas do PCB, visões anticomunistas, como as expostas por Carvalho no IPM-709. Entretanto, mesmo que se realizem inferências semelhantes ou levemente distintas, a favor de qualquer das posições, comunistas ou anticomunistas, são interpretações, representações carentes de objetividade. Afinal, lembra Balandier, “o setor político é um daqueles que mais são marcados pela história, um daqueles em que melhor se aprendem as incompatibilidades, as contradições e as tensões inerentes a toda sociedade” (BALANDIER, *apud* JULLIARD, 1976, p. 192).

Nas ultimas considerações sobre este tema, enfatizamos dois aspectos pertinentes, distintos e complementares: a) A inspiração teórica dos princípios definidores do sistema de organização do PCB, inscritos em seus estatutos possuem cunho inconfundivelmente democrático-revolucionário; b) O fato de se tratarem de princípios gerais, a circunstância de não preverem nenhum órgão de controle externo, e o caráter clandestino e estanquizado do partido propiciavam um terreno extremamente fértil para todo tipo de deturpação. Logo, não é na narrativa, e sim na dinâmica real do funcionamento da organização que se pode avaliar seu caráter, mais ou menos, democrático ou autoritário.

Internacionalismo: transplante de modelos ou de valores humanos do socialismo?

A formulação *stalineana* de que a fidelidade ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS) era a “pedra de toque do internacionalismo proletário”, para Carvalho, era o símbolo da subserviência do PCB, subordinação, vontade e interesses da política soviética. Vejamos a posição descrita no IPM-709:

É lícito afirmar em consequência, sem perigo de erro, que o Partido Comunista Brasileiro, como outros congêneres de inúmeras nações:

- a) Tem estruturas e funcionamento moldados nos padrões internacionais, com base no PCUS;
- b) Baseia-se nos princípios que regem as atividades do movimento comunista em todo o mundo;
- c) Objetiva a implantação no País de uma ordem política, econômica e social, assentada na doutrinação marxista-leninista e nos princípios de subordinação e direção geral do internacionalismo partidário (IPM-709, vol. 2, p. 33).

É importante mencionarmos que Marx concluiu o Manifesto Comunista com uma frase que simboliza e expressa o princípio do internacionalismo da classe operária: “Proletários de todos os países uni-vos!”. Os partidos marxistas-leninistas, consideram o internacionalismo como fundamental na sua ideologia e na sua política. Os trabalhadores necessitam de união, constituem interesses conjuntos, independente do país, para assim derrotar a burguesia mundial e vigorar uma nova sociedade (KUUCINEN, 1962).

Para além de constituir uma comunidade de interesses, de acordo com Kuucinen, (1962), o internacionalismo representa também o sentimento de solidariedade e fraternidade dos trabalhadores, e unidade no acordo de ações, ajuda e apoios mútuos, não negando, contudo, a independência e particularidade de cada classe operária em suas respectivas nações. Na visão do IPM-709, o internacionalismo da classe operária, conduziu ao menosprezo dos interesses nacionais do próprio povo, na figura do PCB, que se subordinou ao PCUS. Este suposto posicionamento dependente, pode ser entendido nos estatutos do próprio PCB, ou por outros militantes como uma deformação da essência do internacionalismo proletário. A partir dessa constatação, examinamos os textos do inquérito e as narrativas dos militantes, onde fizeram referências ao internacionalismo e a relação do PCB com o PCUS.

Já Carvalho defendeu que o PCUS era o centro diretor e irradiador de políticas direcionadas para as “agremiações afiliadas”, pois o PCB apresentava “rigidez política”

e sua vinculação mundial não lhe permitia a flexibilidade genuína e independente de outros partidos políticos existentes no país. Para ele,

A Rússia atua como o centro de um sistema planetário como um verdadeiro sol, cujas irradiações aquecem e iluminam as expressões locais do Comunismo Mundial e cujas explosões internas repercutem intensamente nas mais longínquas sucursais. [...] O exame mais superficial da linha política do PCB deixa patente o subserviente reboquismo com que se atrela ao PCUS, a solicitude insofismável com que se submete à orientação moscovita, a intransigente despersonalização de seus líderes, obedientes às ordens promanadas do Kremlin (IPM vol. 1, p. 191, 202).

No discurso de abertura do IV Congresso do PCB em 1954, Astrogildo Pereira reafirmou os “sentimentos de irrestrita dedicação que o nosso Partido, desde a sua fundação, consagra à União Soviética e ao grande Partido de Lenin e Stálin”. Este posicionamento, de certa forma, converge com a afirmação de Pandolfi, (1995), de que a linha política dos documentos criados no IV Congresso, foi considerado pela história oficial do partido como um dos mais “dogmáticos” e “antidemocráticos”, e até como possuidor de uma linha “equivocada, profundamente sectária e aventureira” (PANDOLFI, 1995, p. 180).

Em uma carta enviada, durante o IV Congresso do PCB, ao Comitê Central do PCUS, o partido reitera a sua exclusiva fidelidade e dedicação ao partido soviético:

O IV Congresso do Partido Comunista do Brasil acaba de aprovar os novos Estatutos do Partido, moldados nos princípios leninistas de organização e na rica experiência generalizada pelo XIX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e pelos novos Estatutos. Neste IV Congresso assumimos o compromisso de honra de não poupar esforços para a bolchevização de nosso Partido, para forjá-lo à imagem e semelhança do Partido de Lênin e Stalin (PROBLEMAS REVISTA MENSAL DE CULTURA E POLÍTICA, no. 64, dezembro de 1954).

Posteriormente, em 1967 no VI Congresso do PCB, estava definido:

Fraternamente ligado ao movimento comunista internacional, nosso Partido é, ao mesmo tempo, um Partido autenticamente nacional, nascido do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira. Elaborando sua política independentemente e de acordo com as condições concretas de nosso país, o Partido Comunista Brasileiro é parte integrante do movimento comunista internacional (Informe de Balanço do Comitê Central, apud: PCB: vinte anos de política (1958-1979), 1980, p. 149).

A vinculação estreita do PCB com a Internacional Comunista e com a URSS, modelos a serem seguidos, pelos comunistas brasileiros foi enfatizada por Carlos Marighella na Voz Operária de 24 de março de 1956:

O processo de formação do nosso partido, na atividade política, orientou-se pelos princípios do internacionalismo proletário, da mais completa e decidida solidariedade à União Soviética (PANDOLFI, 1995, p. 93).

Exprimindo um certo desconforto, gerado pela estreita dedicação do PCB ao partido de Moscou, o próprio dirigente do partido, Otávio Brandão, do Comitê Central, de 1923 até 1930, assegurou a sujeição tão proclamada por Carvalho:

Você sabe, a gente tinha uma espécie de mística da Internacional Comunista, viu? [riso] A Internacional Comunista dizia, e a gente cumpria. Isto teve um lado positivo, porque, de outra forma, não teria havido nada no mundo - sem essa disciplina. Mas tem o lado negativo; o culto à personalidade da Internacional, o respeito rigoroso à Internacional em vez de discutir com ela. [Riso] Agora, os que discutiram foram expulsos como traidores, de modo que era muito difícil (Entrevista Otávio Brandão, CPDOC-FGV).

A acusação da falta de originalidade do PCB, e que este era uma cópia do PCUS e seguia as diretrizes de Moscou, para Prestes, não era problema, embora tenha negado que o partido brasileiro devia obediência à URSS. Para ele, era motivo de orgulho o PCB ser acusado de ser cópia do partido que, pela primeira vez na História, realizou a revolução proletária. (MORAES, 1997, p. 196). De maneira enfática, numa entrevista à revista *Isto É*, em setembro de 1978, Prestes negou a acusação de subordinação do PCB ao partido de Moscou:

Não há partido-guia. Lênin já dizia que, à medida que o socialismo avançar, a diferenciação será cada vez maior. O mesmo Lênin dizia que a revolução não se exporta. Não se transmite mecanicamente a experiência de um país para outro. Atualmente, cada partido resolve seus próprios problemas, elabora sua linha política de acordo com a realidade de seu país. Admiramos o povo soviético pelo grande sacrifício que fez na guerra contra o nazifascismo [...] Creio que hoje não é necessário ser comunista para compreender o papel histórico da URSS. [...] Além disso, a União Soviética é o país que ajuda os povos que lutam pela independência e pelo progresso social. [...] Nossa admiração, entretanto, não significa que a URSS intervenha em nosso partido. Ele é rigorosamente independente. Esta afirmação de

subordinação é completamente falsa e insultuosa (MORAES, 1997, p. 214).

É importante ressaltar que, conquanto houvesse, uma permanente relação política entre o PCB e a Internacional Comunista, não se pode creditar responsabilidades de Moscou às ações, acertos e erros deste partido. Ficou evidente nas palavras de Prestes, a negação de que havia um transplante do modelo soviético para o Brasil, e a defesa de que “cada país deve desenvolver soluções próprias, atendendo às suas peculiaridades como nações”. O marxismo-leninismo entende a diversidade do socialismo, e dessa forma, o Brasil deveria encontrar suas próprias soluções e caminhos a seguir. Ou seja, segundo estas memórias, apesar da admiração pelas escolhas do partido soviético, o PCB desenvolveu seus limites nas relações e desenvolveu uma independência nas ações políticas.

Percebemos que esta situação apresentou características e entendimentos diversos para cada um dos lados: em se tratando dos anticomunistas, como Carvalho, havia uma relação de subserviência e de invasão de ideias e ações estrangeiras em território nacional. Na visão dos comunistas, essa vinculação fazia parte de uma estratégia do internacionalismo proletário e era legítima, embora a defesa do socialismo num só país (a URSS) tivesse sobreposto a realidade do PCB, em determinadas circunstâncias. No entanto, pode ter havido um limite nas adequações do PCB às diretrizes do PCUS, representado nas palavras de Prestes, “eu não defendo transplante de modelos, mas de valores humanos do socialismo”.

Esta estreita vinculação do PCB ao PCUS criticada por Carvalho era uma posição inevitável, pelo fato de o coronel referir-se à atuação dos comunistas brasileiros pela ótica da guerra-fria. Em outras palavras, o nacionalismo de Carvalho somente visualizava o PCB pela lente estadunidense da confrontação Leste-Oeste. Desse modo, o grupo político que realmente se subordinava às perspectivas e interesses de uma potência estrangeira, no caso os Estados Unidos, eram os militares brasileiros.

“Lavagem cerebral”: o anticomunismo pela crítica da formação política

A perspectiva de capacitação política do Partido Comunista como sendo exclusivamente doutrinária, é também marcante no universo de representações anticomunistas de Ferdinando de Carvalho, pois “através do trabalho de educação a ideologia é instilada gradualmente na mentalidade dos indivíduos selecionados pelo

Partido, tornando-os entusiastas incondicionais dessas suas promessas" (IPM-709, vol. 2 p. 48).

Carvalho também admite que a capacitação política dos militantes e quadros dirigentes assegurava a formação e o aperfeiçoamento de atividades em diversos setores da organização e, assim, garantiu a sobrevivência do partido. Para ele, esta atividade educacional, relacionava-se com a aplicação da técnica da "lavagem cerebral" que consolidava as convicções dos militantes e "aperfeiçoava a sua formação ideológica". Carvalho entendeu que o método de ensino, impresso pelo PCB, foi uma forma de propaganda comunista que contribuiu para deformar o caráter dos militantes.

Com o PCB posto na ilegalidade, cresceram a quantidade de "bibliotecas marxistas" e "escolas de formação de quadros", no interior do partido, voltadas para a articulação entre teoria e prática revolucionária e aperfeiçoamento político dos quadros partidários. Pandolfi, (1995) afirmou que "dentre os diversos cursos oferecidos, os mais importantes eram os cursos "Stalin" e "Lenin", voltados para os dirigentes intermediários e superiores" (PANDOLFI, 1995).

Para Carvalho a educação comunista era uma forma de doutrinação, cuja missão se configurava em "firmar as convicções ideológicas e aperfeiçoar a capacidade de liderança dos comunistas já convertidos". Para que ocorra a aceitação dos fundamentos do marxismo-leninismo, durante o processo de formação do militante, segundo Carvalho, é necessário que ocorra uma deformação mental, "assegurando, por sua intima penetração na personalidade do indivíduo, a obtenção daquele misterioso e frequente aspecto da conversão comunista; a sua irreversibilidade, a sua marcante identificação psicológica.". Para ele, a doutrinação via educação não visava, apenas, a explorar determinados conceitos ideológicos defendidos pelo partido, ela procurava atuar também na "personalidade dos indivíduos, modelando o seu caráter, criando uma nova consciência que o levará a não apenas pensar, mas agir de forma inteiramente diversa de sua natural propensão" (IPM-709, vol. 4, p. 122, 185).

Ressaltamos que a familiaridade com a teoria não foi pressuposto para o ingresso ou a permanência de algum militante no PCB. Ao contrário, os cursos eram franqueados aos quadros de direção, ou seja, àqueles que já se admitiam comunistas "confessos", segundo a expressão de Carvalho. Vemos, portanto, que aquilo que Carvalho denominava de doutrinação psicológica, resultante do processo de formação política do militante comunista, para ele estava também intimamente ligado à um tipo de propaganda comunista:

A propaganda comunista como qualquer outra forma de propaganda empreende dois tipos essenciais: a propaganda de aliciamento ou conversão e a propaganda de educação ou consolidação. A essa última os comunistas denominam de trabalho de educação, tendo, por finalidade, firmar as convicções ideológicas e aperfeiçoar a capacidade de liderança dos comunistas já convertidos. Mas é a propaganda de aliciamento que constitui o principal objetivo de todo o sistema propagandístico comunista.

Suas finalidades mais evidentes são as seguintes:

- A) Assegurar uma atitude de simpatia e acolhimento em relação ao comunismo, e suas atividades e a expansão mundial de seu domínio.
- B) Eliminar a capacidade de reação eficiente às ações ofensivas do comunismo internacional nos países não-comunistas.
- C) Converter indivíduos em aderentes irreversíveis da doutrina comunista (IPM-709, vol. 4, p. 121-122).

Carvalho segue afirmando que os cursos de formação política, oferecidos pelos “países comunistas”, sobretudo a URSS, se constituíam numa forma eficaz de propaganda, infiltração e espionagem internacional. Era através de “questionários respondidos pelos alunos, que se constituem em veículos voluntários ou involuntários da espionagem vermelha.”, uma vez que, “não existe no Mundo Livre nada que se compare, em matéria de educação político-ideológica, à organização que os comunistas estabeleceram para a impregnação e a disseminação de sua doutrina através de um eficiente sistema educativo” (IPM vol. 2, p. 54).

No entanto, interpretação diferente possui Marco Antonio Tavares Coelho, (2000), que atuou no trabalho nacional de educação do partido, e entendeu como o trabalho de formação dos militantes, foi uma necessidade real e urgente identificada pelo então Comitê Central. Desde 1947 o Partido vinha sofrendo sucessivas derrotas e havia necessidade de corrigir o atraso político e teórico do conjunto dos quadros, sobretudo daqueles que ocupavam postos nas direções estaduais, municipais e distritais. Tavares Coelho, no entanto, retifica que os erros do partido não se davam pela má formação dos militantes e sim em decorrência do equívoco da orientação política do partido:

A partir de 1950, batalhando para alcançar os objetivos traçados no “Manifesto de Agosto”, o Comitê Central do PCB decidiu empreender um vasto trabalho de preparação de seus militantes, a fim de que a organização pudesse impulsionar transformações revolucionárias. Foi iniciada o chamado trabalho de educação, atividade antes inexistente entre nós. Foram destacados inúmeros dirigentes com nível cultural mais elevado para atuarem como professores (COELHO, 2000, p. 141).

Heitor Ferreira Lima, frequentou na URSS, em dezembro de 1928, a Escola Leninista Internacional, importante estabelecimento na formação de militantes para os partidos comunistas. Esta escola, pertencente à Internacional Comunista e dirigida por Bukhárin, segundo depoimento deste dirigente, possuía níveis elevado, equiparados às faculdades, pelas matérias do seu currículo e tempo de duração das aulas.

O tempo de aula e método de ensino, também foram fatores discordante entre o IPM, e as memórias estudadas. Para Heitor Ferreira Lima tais métodos e horários de trabalhos foram estabelecidos, espontaneamente pelos próprios alunos do curso. Percebe-se que a liberdade de ação nesta escola e a autodisciplina foram marcantes, segundo a visão deste militante:

[...] os horários de trabalho foram por nós mesmos estabelecidos espontaneamente, havendo livre visita de qualquer pessoa, não existindo igualmente restrição alguma em nossa saída fora das horas de aula, nem quanto à bebida. Lembro-me até de termos festejado certa passagem de ano em meu quarto, comendo e bebendo alegremente, cantando mesmo, até altas horas da madrugada [...] A disciplina voluntária que nos impúnhamos era rigorosamente observada [...] (LIMA, 1982, p. 131).

Essa situação é descrita por Carvalho, contrariamente, inclusive, utilizou-se, no IPM-709, citações das memórias de Osvaldo Peralva. Para Carvalho, tais memórias, serviram-lhes de prova para a sua argumentação acerca da rigidez dos cursos de formação política nas escolas do PCB que resultava na deformação do caráter de seus militantes:

O estudo era intensíssimo: afirmava-se que o curso abarcava 3 anos, mas fora reduzido, em algumas partes para, para ser dado em metade do tempo. Recebíamos 6 horas de aula por dia, com intervalo de 10 minutos de uma para outra. Iam de 9 às 12 horas, quando se interrompiam para o almoço, prosseguindo às 13 e terminando às 16 horas. Depois disso, havia a consultácia – períodos de meia hora ou uma hora em que os alunos pediam esclarecimentos aos professores sobre questões obscuras. Após as consultáncias, atirávamo-nos aos dominós [...] e jogávamos até que a companhia tocava para o jantar, dávamos uma volta em torno da casa e nos lançávamos ao estudo individual até 10, 11 ou 12 horas da noite. E alguns de nós, furtivamente, depois disso, ainda íamos ouvir rádio, baixinho, até que o diretor, alertado pelos guardas, que vigiavam o prédio [...] e vinha obrigar-nos a ir para a cama (PERALVA, 1962, p. 16).

Ao considerarmos os diferentes períodos em que estudaram na URSS, que diferem em mais de 25 anos, tanto Heitor Ferreira Lima, quanto Osvaldo Peralva podem estar

certos em suas caracterizações acerca dos cursos de capacitação política. Ao longo deste período ocorreram a consolidação do poder de Stalin e a eliminação da democracia interna no PCUS, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. As generalizações de Carvalho não foram sustentadas pela pesquisa, uma vez que apenas uma minoria ínfima frequentou os cursos na URSS. A grande maioria dos militantes frequentaram os cursos de formação política do PCB, no Brasil. Como participante do chamado “curso Stálin”, cujas aulas de orientação política foram realizadas pelo dirigente Diógenes Arruda¹⁷¹, Osvaldo Peralva, então auxiliar de Arruda afirmou que:

[...] transmitia-se a experiência de funcionamento da máquina partidária, forneciam-se rudimentos de Economia Política e Filosofia, tudo rigorosamente de acordo com os compêndios soviéticos. Em alguns deles, marginalmente, ensinava-se a fabricar bombas Molotov, a enfrentar a cavalaria, jogando punhados de cortiça [...] (PERALVA, 1962, p. 11).

Marco Antonio Tavares Coelho apresentou em suas memórias sobre os cursos, na década de 1950, uma programação bastante simples, uma vez que:

[...] pela manhã, exposição de quatro horas, com três intervalos. Depois do almoço, duas horas de estudo coletivo. Com os alunos divididos em grupos de no máximo seis companheiros, as questões eram debatidas entre eles. As noites eram dedicadas a sabatinas de duas horas, dirigidas por mim (COELHO, 2000, p. 146).

A contribuição dos cursos de formação política do PCB, para Carvalho, foi bastante negativa e ideológica, uma vez que serviu muito mais para “adestramento” e justificativa das ações do PCUS. Contrariamente ao reconhecido por Heitor Ferreira Lima, que afirmou ter sido a Escola Leninista de “imensa utilidade” para ele, por ter “aumentado consideravelmente”, a sua cultura, elevando muito o nível dos seus conhecimentos.

Encontramos em Tavares Coelho, um dos mais destacados professores desses cursos, uma visão contraditória quando afirmou:

O curso não era dirigido para estimular a reflexão e para capacitar os alunos a pensar de forma crítica, usando o procedimento de uma análise coletiva. Em resumo, o objetivo era justificar de forma cerrada as

¹⁷¹ Essas aulas também foram ministradas, entre outros, por Marco Antonio Tavares Coelho, Clara Sharf, Moisés Vinhas e Alberto Castiel. Ver: (COELHO, 2000).

posições do Partido Comunista da União Soviética e a linha política do “Manifesto de Agosto”. [...]

Sob diversos aspectos, houve até evidentes exageros no uso de recursos financeiros e quadros lançados nessas atividades. Mas é importante assinalar que nenhum outro partido no Brasil preocupou-se em educar seus militantes, como sucedeu naquela época com o PCB [...]. No entanto sobra a impressão de que depois de tantos esforços, os resultados foram quase nulos, por estarem centralizados numa orientação política descasada da realidade brasileira. E porque nossa preocupação não era voltada para estimular nos alunos o questionamento de todos os valores, inclusive os nossos (COELHO, 2000, p. 145, 162).

Segundo o que apresentamos, o rigor na preparação intelectual de seus dirigentes e, ao mesmo tempo, centralizador e disciplinador quanto ao trato com seus militantes, foram as principais características do PCB, que pode ser acompanhado em algumas das memórias de seus ex-militantes. A partir dos fragmentos destacados do IPM, observamos, por um lado, estereótipos, e uma posição anticomunista e, por outro, uma autocrítica de ex-militantes do PCB que, não obstante a sua formação política firmada nos padrões do marxismo-leninismo, não se eximiram de realizar críticas ao partido, embora anos depois a partir de suas memórias.¹⁷² O papel de educador do partido não foi considerado, e sim o seu oposto. A partir dos trechos referidos, as diferentes representações apontaram, basicamente, a intolerância, centralismo e autoritarismo do PCB, mais ainda, a subserviência ao comando do PCUS, embora sejam ressaltadas, tais situações terem ocorrido sob a vigência da orientação stalinista.

Como se pensar em irreversibilidade no caráter, na formação e deformação política dos comunistas como afirmou Carvalho, se atentarmos às críticas presentes nas memórias dos ex-militantes do PCB ora analisadas?

Os fatos apreendidos pelas fontes acerca da postura do PCB, ao final são representações, nas quais cada parte envolvida buscou transformá-las em fatos, em realidades reconstruídas. Nesse caso, a construção da memória pelos ex-militantes, acerca do PCB, distancia-se da “memória coletiva” e homogênea. As vivencias e testemunhos de uma época, daquele partido político não construíram uma identidade ou interpretações

¹⁷² Dissidentes como Osvaldo Peralva, Heitor Ferreira Lima, expulso do partido nos anos 1930, Mário Alves, Jacob Gorender, entre outros militantes frequentaram os cursos em Moscou, no entanto, quadros de primeira linha na história do PCB como Prestes e Arruda Câmara, Miranda, Bangu, Astrogildo Pereira, Leônio Basbaum, Otávio Brandão e Agildo Barata, ao que se sabe, jamais frequentaram nenhuma destas escolas soviéticas.

que anulam conflitos e tensões no grupo, ao contrário, tais memórias insurgiram-se contra as orientações e representações oficiais do PCB aproximando-se em algumas situações, daquelas anticomunistas de Ferdinando de Carvalho.

Nesta perspectiva, acreditamos que tais representações anticomunistas mostraram a preocupação e a permanente vigilância de Ferdinando de Carvalho, ou da ditadura militar contra a guerra revolucionária e o movimento comunista internacional. Esse anticomunismo como uma corrente de pensamento que construiu um conjunto de representações negativas sobre o comunismo, os comunistas e o Partido Comunista Brasileiro. Percebemos, assim, como se reorganizaram tais representações, através das múltiplas interpretações construídas pelos militares a respeito episódios/conjunturas/atividades dos comunistas.

A perspectiva de representação de Chartier (1991), como aquela que “mascara, em vez de pintar adequadamente, o que é seu referente”, se considerará aqui como assertiva válida para entender a manipulada campanha anticomunista de Carvalho, que reinterpretou á sua maneira, fontes de origem comunista, distorceu ideias dos próprios autores nos quais se baseou, com o singular objetivo de coonestar suas convicções, anticomunistas e conservadoras.

Entendemos sim que existiu alguma correspondência entre o real e a representação, mas sem desconsiderar a manipulação, deformação e deturpação dessa realidade. E assim, o vínculo entre a realidade e a sua correspondente representação, em grande medida, foi equivocada, através do IPM-709 que buscou enquadrar e classificar as atividades comunistas sempre de maneira negativa e ideologicamente anticomunista.

Referências

Fontes:

BASBAUM. Leônio. **Uma vida em seis tempos**: memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**: segunda parte (1956-1969). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BRANDÃO, Otávio. **Entrevista**, CPDOC-FGV.

CARVALHO, Ferdinando de. Entrevista realizada no dia 17 de agosto de 2000. In: **Coleção História Oral do Exército – 1964**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2005.

_____. **Os Sete Matizes do Rosa**. Rio de Janeiro: Biblex, 1978.

_____. **Os Sete Matizes do Vermelho**. Rio de Janeiro, Biblex 1977.

COELHO, Marco Antonio Tavares. **Herança de um sonho**: as memórias de um comunista. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FALCÃO, João. **O Partido Comunista que eu conheci**: 20 anos de clandestinidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR – 709 (IPM-709). Bibliex, 1966.

LIMA, Heitor Ferreira Lima. **Caminhos Percorridos**: memória de militância. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MORAES, Denis de; VIANA, Francisco. **Prestes**: lutas e autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982

MORAES, Denis de. (Org.). **Prestes com a palavra**: uma seleção das principais entrevistas. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

PCB: vinte anos de política (1958-1979), documentos. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

PERALVA, Osvaldo. **O Retrato**. Rio de Janeiro: Globo, 1962.

PEREIRA, Astrogildo. **Ensaios Históricos e Políticos**. São Paulo: Alfa Ômega, 1979a.

_____. **Formação do PCB**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979b.

REIS FILHO, Daniel Aarão (Ed.). **O Manifesto Comunista 150 anos depois**: Karl Marx, Friedrich Engels. Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

SANTOS, Geraldo Rodrigues; PENNA, Lincoln de Abreu. **A Trajetória de um comunista**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A fúria de Calibã**: memória do golpe de 64. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

Bibliografia:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. S. Paulo: EDUSC, 2005.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (Prefácio). **Brasil: Nunca Mais**, Petrópolis: Vozes, 1985. 2^a ed.

BENOIT, Hector. Teoria (dialética) do partido ou a negação da negação leninista. In: **Revista Outubro**, n. 2, 1998.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n^o. 11, p. 173-191, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

COMBLIN, P. Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional**: O poder militar na América Latina. 3^a. ed. Trad.: A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: Os subterrâneos da Ditadura Militar – espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Recordo, 2001.

GURGEL, José Amaral. **Segurança e Desenvolvimento**: Uma Reflexão Política. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 180.

KUUCINEN, O. V. **Fundamentos do marxismo-leninismo**. (trad. Jacob Gorender e Mario Alves) Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

LENIN, V. I. **Que fazer?** S. Paulo: Hucitec, 1979.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. **Contra os inimigos da ordem**: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985). Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844. In MARX, K. **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1974.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas**: política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis: Vozes, 1976

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros**: história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SANTOS, Geraldo Rodrigues; PENNA, Lincoln de Abreu. **A Trajetória de um comunista**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

STEPAN, Alfred. **Os militares**: da Abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, 115 p.

STEPHANO, Alexandre Ayub. **Censura no regime militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CAPÍTULO 11

“Uma democracia em podridão salva por Deus”: anticomunismo evangélico nos anos 1960 no Brasil

Luciane Silva de Almeida¹⁷³

Ao longo das últimas décadas, vários pesquisadores vêm dedicando-se a comprovar o papel do anticomunismo como um dos fenômenos políticos que, através do imaginário ou das ações, mais influenciou momentos decisivos na história política do Brasil. Quando se trata da análise deste fenômeno sob a ótica da religião, muitos trabalhos ainda aponta os católicos como principal organização responsável pela produção e difusão deste imaginário. Considerando os diversos grupos religiosos que compunham a sociedade brasileira ao longo do século XX, o presente texto pretende seguir essa linha de estudos, colocando em foco os protestantes, mais precisamente a Igreja Batista. O objetivo é analisar historicamente os batistas como um novo sujeito produtor e difusor do imaginário anticomunista, e também avaliar a sua importância e impacto na sociedade brasileira.

De maneira geral, é possível afirmar que, a princípio, a oposição batista ao comunismo fez breves passagens pelo terreno político, onde comumente se faz a crítica a essa ideologia. Poucas foram as representações que trataram do tema com fidelidade aos textos de seus teóricos ou conhecimento acerca da sua filosofia política e propostas de mudanças sociais. Em se tratando da imagem acerca dos países onde vigorava o comunismo, também foi raro a utilização de dados ou de uma abordagem histórica. O anticomunismo batista concentrou toda a sua energia no campo religioso, demonstrando um esforço em fazer com que a mensagem fosse melhor apreendida pelos fiéis. Neste sentido, a oposição batista ao comunismo seguiu a tendência das demais instituições religiosas, ou seja, justificava-se com o argumento de que o comunismo, além de pôr em xeque valores morais considerados essenciais para a tradição cristã, também era ateu. Apesar de reproduzir clichês comuns ao vocabulário religioso, o anticomunismo batista partiu deles para conferir conotação própria a essas representações.

As descrições das práticas do “comunismo ateu” confundiam-se com imagens apocalípticas da tradição cristã. Na visão de mundo batista, os eventos envolvendo o comunismo que aconteciam ao redor do mundo e no Brasil, em diferentes momentos

¹⁷³ Doutora em História na linha de Culturas Políticas pela UFMG, mestre em História Social e licenciada em História pela UEFS/BA, professora EBTT do IFMG/Sabará-MG.

históricos, eram sinais do cumprimento das profecias bíblicas relacionadas ao “fim dos tempos”. Além disso, as representações mais comuns no anticomunismo protestante iam desde a acusação de ateísmo até a de satanismo, o que seria bem mais grave haja vista que, do ponto de vista do grupo, aqueles que seguiam Satanás, ao contrário dos ateístas, que apenas negam a existência de Deus, reconhecem sua existência por serem inimigos dele, ou seja, pior do que destruir a religião, almejavam destruir o próprio Deus. Neste sentido, houve uma preocupação excessiva em interpretar as ações comunistas como obra de Satanás e seus seguidores. Tratava-se de uma desqualificação contundente se levado em conta o papel negativo da figura do Diabo, o opositor de Deus, no imaginário cristão/batista.

É importante pontuar que, recentemente, o anticomunismo ganhou uma atualidade notável dentro do cenário político brasileiro. Os eventos que vão desde a polarização em torno da eleição e segundo mandato da ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, passando pelo golpe que levou ao seu impeachment em 2016, até as mobilizações em torno das eleições presidenciais de 2022 e da derrota do também ex-presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro, trouxeram à tona um novo modelo de anticomunismo, sobre o qual, ainda há muito que interpretar. O que se pode afirmar, é que o anticomunismo atual se apresenta de forma nova em inúmeros aspectos, e tem como alguns de seus vários instrumentos fortalecedores, “as fake news” e o grande alcance das redes sociais.

Da forma como está sendo posta, a ideologia anticomunista propagada atualmente, ao que parece, vem conseguindo unificar as insatisfações dos setores mais conservadores da sociedade. Seja o empresariado insatisfeito com o que considera um excesso de intervenção do Estado, a população irritada pelas notícias sobre a corrupção, ou os evangélicos indignados com pautas – como o aborto, a autonomia da mulher ou os direitos LGBT – que do seu ponto de vista são uma afronta à moral e os “bons costumes”, vários grupos encontram no comunismo um alvo para onde direcionar sua ira.

A exemplo do que aconteceu ao longo de toda a história do anticomunismo brasileiro, nas manifestações atuais, os sentimentos de paixão e ira são motores deste imaginário. Ansart (1978), ao apresentar como a ideologia e a paixão política podem potencializar a energia dentro de um confronto, aponta para o fato de que a identificação de um determinado grupo como o elemento que constitui uma ameaça, suscita sentimentos de rejeição e medo, passíveis de serem utilizados como instrumento político por diversas instituições e grupos, sejam ou não em caráter oficial. Dessa forma, atribui-se a culpa de determinadas “anomalias sociais” aos grupos que destoam do modelo de

ordem social vigente, o que varia de acordo com os diferentes contextos políticos de cada sociedade.

No contexto descrito, a atuação dos políticos e grupos evangélicos vem se destacando. Considerando o notável aumento no número de protestantes na política institucional verificado nas últimas décadas¹⁷⁴, não há como deixar de lado a contribuição deste grupo na construção do imaginário anticomunista atual, bem como na imposição do seu modelo ético dentro de um Estado brasileiro constitucionalmente laico. Os discursos evidenciam uma característica inerente ao político evangélico ao longo da história do país, o desrespeito ao Estado Laico, ou mais do que isso, a concepção de que o Estado deve ser laico ao garantir a liberdade de culto das suas igrejas, mas moralmente religioso ao determinar e impor as regras de condutas sociais. Além disso, buscam aproximar-se de uma fatia do eleitorado que, evangélico ou não, não confia na classe política, mas enxerga no detentor desse tipo discurso um “homem de Deus”, dono de uma autoridade moral que legitima sua atuação política.

Verificada a importância do discurso evangélico no cenário político atual, a proposta deste artigo, é investigar os momentos de origem da construção dessa trajetória, tendo como sujeito os Batistas, uma das principais e mais antigas denominações protestantes do país. O foco central da discussão proposta é a atuação deste grupo na primeira metade dos anos 1960, período em que, engajados na polarização política pré-Golpe Civil-Militar de 1964, atuaram com maior intensidade tanto na elaboração de discursos anticomunistas, quanto na mobilização de ações como jejuns e marchas. Contudo, antes, será necessária uma breve caracterização e historicização do anticomunismo batista, mostrando sua permanência e longevidade. Acreditamos que esta discussão irá ajudar na compreensão do atual estágio da atuação protestante, e demonstrar como o anticomunismo no Brasil também tem suas raízes entre os evangélicos.

“A Bíblia contra o Comunismo”: uma breve trajetória do anticomunismo batista

Como já afirmamos na introdução, o imaginário cristão acerca do comunismo, em geral, transcendia o terreno político para o religioso, assim, além de identificar o comunismo como um inimigo da moral e dos bons costumes, suas práticas eram frequentemente associadas à morte, destruição, ateísmo e ao diabo o que, portanto,

¹⁷⁴ Sobre a ascensão dos protestantes na política institucional ver: (MACHADO; BURITY, 2006; CARVALHO NETO, 1997; FRESTON, 1993).

colocaria sob ameaça os religiosos, a religião e o próprio Deus. Neste sentido, consideramos que, em vários momentos e inclusive nas movimentações pré-Golpe de 1964, eles agiram movidos por convicções religiosas e ideológicas e não de forma oportunista (SÁ MOTTA, 2002, p. 280).

Em se tratando dos protestantes, através da análise das fontes pesquisadas foi possível demonstrar que, apesar das representações anticomunistas construídas pelos batistas, em geral, reproduzirem clichês comuns ao vocabulário religioso e seguirem a tendência das demais instituições religiosas – ou seja, justificava-se por que o comunismo além de pôr em xeque valores morais considerados essenciais para a tradição cristã também seria antirreligioso – o grupo também criou um conjunto próprio e singular de representações. Acreditamos que, tal atitude apesar de não influir de forma decisiva no cenário político nacional, teve fortes e significativos reflexos entre os protestantes além de alocá-los como mais uma base de apoio às instituições mais conservadoras da sociedade, grandes difusoras do anticomunismo no Brasil.

Na elaboração da nossa tese de doutorado (ALMEIDA, 2016), onde o tema foi trabalhado de forma mais minuciosa, observamos que os batistas produziram um imaginário tão conciso que foi possível agrupar as representações pelos temas mais comuns. Por conseguinte, constatamos que, em certa medida, o discurso batista é homogêneo e seguiu uma estrutura coerente ao longo de vários anos, ao passo em que ia sendo moldado de acordo com os acontecimentos políticos de cada período. Neste artigo, optamos por mostrar o quanto o anticomunismo batista se conectou aos eventos que culminaram no Golpe Civil Militar de 1964, no entanto, julgamos necessário apresentar aqui uma breve caracterização deste imaginário.

Desde dezembro de 1917, quando ainda se tentava entender o novo papel da Rússia pós-revolução no contexto mundial, os batistas já consideravam o momento político pelo qual o país passava como algo fora do normal, segundo eles os “maximalistas que actualmente desgovernam a Rússia [...] parecem uns doidos dirigindo uma casa de doidos”¹⁷⁵. Neste sentido, além de chamar atenção o imediatismo com o qual o assunto foi tratado no Brasil, observamos que relacionar os comunistas à loucura, ou a pessoas que praticavam atos sem nenhum sentido lógico, foi algo que fez parte das representações batistas sobre o comunismo desde as primeiras abordagens sobre o tema n’*O Jornal Batista*.

¹⁷⁵ Várias. **O Jornal Batista**, 27 de dezembro de 1917, p. 04.

Após o fim da Grande Guerra de 1914, a ideia do comunismo alastrando-se pelo mundo e reascendendo às chamas recém apagadas de uma guerra, era o cenário mais assustador que podia ser imaginado naquele momento. Segundo as notícias publicadas no Jornal Batista: “o monstruoso sistema chamado comunismo, estabelecido na Rússia ameaça o mundo de uma catastrophe tão grande, senão maior, quanto o da grande guerra recentemente terminada”¹⁷⁶. Posteriormente, com a constatação de que a Guerra havia de fato acabado, e, superado o medo de que ela fosse reiniciada pela Rússia, a atenção voltou-se para a “guerra social” que estaria acontecendo dentro do território tomado pelos comunistas:

quase terminou, é facto, a guerra internacional provocada pelo imperialismo alemão; mas a guerra social, manifestando-se intensamente no vasto território da Russia autocrata, alastrá-se mais ou menos evidente ou latente em todo o mundo. O maximalismo dá tremenda amostra como um governo de baixo atheismo pode solver a questão social.¹⁷⁷

A partir da década de 1930, o comunismo voltou a ser tema recorrente entre os batistas, tanto nas suas publicações oficiais, quanto em folhetos e textos elaborados e distribuídos sobre o tema. Isso pode ser atribuído a dois pontos principais: a mudança do redator-chefe d’O Jornal Batista, que, a partir de 1930, passou a ser coordenado pelo pastor Theodoro Rodrigues Teixeira, responsável pela autoria de diversos artigos e editoriais anticomunistas publicados no período; e a ocorrência da Guerra Civil Espanhola, momento em que o anticomunismo dos batistas se distanciou daquele elaborado pela Igreja Católica ao se combinar a um particular anticatolicismo.

Neste período, também se tornou comum o conjunto de representações associando a ascensão do comunismo na Rússia ao apocalipse bíblico, segundo as quais a Rússia, no cenário mundial “representa o Anti-Cristo universal”, alicerçada pela “morte de milhares de infelizes que tiveram o infortúnio de ver perecer o lar”¹⁷⁸. Para os batistas, esta ideia seria partilhada pelos próprios “religiosos russos”, que perseguidos e vendo seus colegas perecerem diante da perseguição religiosa stalinista, consideravam “o governo vermelho russo como presságio do próximo fim do mundo e até como o próprio anti-Christo em pessoa”¹⁷⁹.

¹⁷⁶ Várias. **O Jornal Batista**, 14 de agosto de 1919, p. 02.

¹⁷⁷ A guerra social. **O Jornal Batista**, 29 de janeiro de 1920, p. 01.

¹⁷⁸ Comunistas!? **O Jornal Batista**, 01 de outubro de 1931, p. 09.

¹⁷⁹ O Paraíso Vermelho. **O Jornal Batista**, 12 de fevereiro de 1931, p. 11.

Em 1936 a Casa Publicadora Batista publicou 10.000 exemplares em folhetos de um artigo intitulado “O rosto dos Russos fechado pelo comunismo”. Segundo o autor da nota, ele mesmo já havia conversado com alguns industriais e comerciantes de sua cidade conseguindo com isso a impressão de mais três mil folhetos, e sugeriu aos seus colegas “que procurem, por qualquer maneira, adquirir esse folheto em larga escala, para sanear o meio ambiente de ideias”¹⁸⁰.

No ano seguinte, *O Jornal Batista* publicou um texto, oferecido pelo jornal Diário de Notícias, escrito com o objetivo de ser usado nas escolas. A mesma sugestão de uso também foi feita pelo Jornal Batista aos seus leitores. O texto consistia numa tentativa de explicar aos “futuros cidadãos do Brasil” o que seria este “comunismo” sobre o qual certamente já teriam ouvido falar:

[...] Communismo é o nome dado a um sistema de governo que se diz baseado na dictadura dos trabalhadores. Dictadura é um regimen de força, cujas assentam na intolerância e na violência. Mas, na realidade, os trabalhadores não governam. [...] A felicidade que os communistas prometem ao povo é a perseguição, a prisão, a deportação e por vezes a morte. O comunismo não tem religião, não crê em Deus, destrói as igrejas, castiga a gente que tem fé, assassina os padres e bispos.¹⁸¹

Na segunda metade da década de 1930, as imagens envolvendo o comunismo e a guerra, comuns durante a Grande Guerra de 1914, foram reelaboradas em torno da Guerra Civil Espanhola, dando novo ânimo a esse tema dentro do imaginário anticomunista cristão. Em sua interpretação dos acontecimentos referentes a este evento, os batistas tomaram posições que foram se alterando no desenrolar do conflito. Paradoxalmente, a interpretação sobre os conflitos na Espanha, levou os líderes batistas a nuancarem um pouco o seu empenho anticomunista, devido à presença de outros adversários no campo oposto à República espanhola. A princípio, houve um considerável esforço para garantir a legalidade do governo republicano, mesmo admitindo que ele contava com communistas e anarquistas como base de apoio. Isso explica-se, em grande parte, pelo fato do governo eleito democraticamente ter adotado práticas anticlericais e garantido a laicização do Estado, antes hegemonicamente católico. E também, porque do lado nacionalista, estavam as forças católicas que certamente trariam o retorno do Estado com religião oficial, limitando a liberdade conquistada com a República.

¹⁸⁰ Porque devemos combater o Communismo. **O Jornal Batista**, 16 de janeiro de 1936, p. 05.

¹⁸¹ Propaganda Anti-communista nas escolas. **O Jornal Batista**, 18 de novembro de 1937, p. 14.

Sobre o fascismo por sua vez, o pastor alertou que “em diversos aspectos adoece dos mesmos males que o comunismo, além dos que lhe são exclusivos”, ademais, “pactua com o Vaticano e o adula quando em realidade o teme e o odeia. Pretende aparecer como religioso quando é negação terminante da verdadeira consciência religiosa”¹⁸². O fascismo seria, portanto, tão antirreligioso quanto o comunismo.

Com o avançar da Guerra a defesa da República espanhola se tornou insustentável, e o mesmo autor esclareceu de forma extremamente direta para que não restassem dúvidas: ambos seriam demoníacos, portanto

o demônio, quer vestindo uma camisa vermelha e empunhando um martello e uma foice, quer vestindo uma camisa phalangista, ou uma farda e tendo uma espada na mão e um escapulário no pescoço é o mesmo demônio assassino como o foi desde o princípio do mundo, quando na pessoa de Caim, matou Abel, irmão do mesmo Caim, mas melhor do que elle.¹⁸³

Cabe pontuar que o período foi marcado também, pelo surgimento efetivo dos *políticos evangélicos* (CAMPOS, 2006), incentivados principalmente pela Constituinte de 1934, quando se aproximaram da política institucional para marcar posição contrária à pauta do Ensino Religioso obrigatório nas escolas, visto que seria o ensino específico do catolicismo, vertente do cristianismo majoritária no país.

A partir de 1937, as mudanças no texto constitucional decorrentes da instituição do Estado Novo, renovaram as esperanças dos batistas que demonstraram ser simpáticos ao novo modelo de governo. Mesmo diante da montagem do aparelho ditatorial, as novas deliberações soavam aos ouvidos batistas como o governo liberal que tanto reivindicaram, pois, segundo sua interpretação, além de garantir a liberdade religiosa e o fim da influência católica na educação, ainda afastou os perigos representados pelo comunismo.

“Nossa Batalha é Espiritual”: o anticomunismo batista na década de 1960

Na década de 1960, para além das questões relacionadas às movimentações políticas do Brasil, sob as quais nos deteremos mais detalhadamente no próximo tópico, e motivado por elas, o discurso anticomunista sustentou-se perpassando também por temas alheios à realidade política brasileira. No artigo: *A seta voa para o alto!*, escrito

¹⁸² A foice, o faísco ou a cruz? **O Jornal Batista**, 12 de novembro de 1936, p. 01.

¹⁸³ Momentos de afflictão e de appreensões. **O Jornal Batista**, 18 de fevereiro de 1937, p. 03.

pelo pastor Gerson Rocha, onde a “seta” eram as várias artimanhas do diabo para impedir o trabalho missionário sendo atiradas em direção a Deus, uma das “setas” era o comunismo:

Guardai, também, na memória que, na China comunista, há muitos missionários presos, e que o Pastor Wang Ming Tao “foi submetido a uma tortura tão atroz que perdeu o uso da razão, por algum tempo.” Nesse estado, ele cometeu coisas que fizeram os comunistas gozar. Quando recuperou a razão, foi trancafiado na cadeira. Miss Helen Wiliis, que narra esses e outros terríveis fatos, foi uma das mais recentes missionárias a ser expulsa da China Vermelha. [...] Não é isso que o Diabo quer?¹⁸⁴

Esse tipo de publicação, que serviriam para alertar sobre o que supostamente acontecia nos países encobertos pela terrível “cortina de ferro”, se tornou muito comum no período. Lugares onde a “*Guarda Vermelha chinesa humilha pastor batista de 70 anos*”¹⁸⁵ ou um “*Soviético vendia orações e foi preso*”. Nesse último caso, por exemplo, destaca-se a retaliação sobre aqueles que, mesmo fazendo parte do aparelho estatal, insistissem em espalhar mensagens religiosas no país. Segundo a notícia:

um policial soviético foi preso por seu desempenho junto a um grupo secreto que vendeu mais de 12.000 faixas inscritas com oração [...] o órgão oficial do Partido Comunista, enquanto desaprova tais iniciativas, critica com mais ênfase a natureza religiosa dos artigos repetindo os ataques comunistas sobre a “influência da religião”¹⁸⁶

Neste sentido, a declarada guerra contra o cristianismo além de motivada pelo ódio, também atenderia a um sentimento maligno inerente a todos os comunistas:

Nikita Krushev, Titov, Mau-Tse-Tung (sic), Fidel Castro. São homens que derramam ódio pelo mundo e seu principal e obstinado objetivo é dessaraigar [sic] a idéia de Deus do coração humano [...]. Odeiam, espalham a guerra, semeiam a destruição, tiram a vida de seu semelhante e se dizem promotores e mantenedores da paz!¹⁸⁷

¹⁸⁴ A seta voa para o alto. **O Jornal Batista**, 05 de outubro de 1961, p. 04.

¹⁸⁵ Guarda Vermelha humilha pastor batista de 70 anos. **O Batista Bahiano**, abril de 1967, p. 04.

¹⁸⁶ Soviético vendia orações e foi preso. **O Batista Bahiano**, fevereiro de 1968, p. 03.

¹⁸⁷ Um Reino que não pode ser abalado. **O Jornal Batista**, 03 de maio de 1964, p. 01.

A relação direta entre ódio e promoção de guerra fez parte do discurso anticomunista batista tanto para denunciar uma possível guerra travada contra a religião, quanto relacionar o tema a guerras reais.

Assim como ocorreu nos anos 1930, no período também circularam publicações associando a ascensão do comunismo na Rússia ao apocalipse bíblico, revelando que, no imaginário batista, o potencial diabólico do comunismo era pior do que o ateísmo propriamente dito. Entre estas publicações, estava o livro escrito pelo pastor norte-americano M.R. De Haan “*O levantamento e a Queda do Comunismo*”, traduzido e distribuído no Brasil pela Imprensa Batista Regular em 1963. Nas palavras do autor:

nada existe na história do comunismo que sugira que a Maré Vermelha possa ser estancada por meios humanos. Porém quando deixamos de lado a História e nos voltamos para a Profecia bíblica, o quadro inteiro se transforma, pois a Bíblia nos fornece, com incomum clareza e definição, a futura destruição completa do comunismo ateu e a derrota da Rússia e dos seus aliados. (1963, p. 27)

A ideia de uma “batalha espiritual” entre o comunismo e o cristianismo foi um ponto bastante explorado pelo discurso batista, e servia para aproximar ainda mais as representações da linguagem protestante. Neste sentido, facilitaria o entendimento abordar o comunismo como sendo uma religião ocupando o espaço das verdadeiras religiões nos corações dos indivíduos:

O Comunismo é o maior repto do Cristianismo hoje em dia. A atual luta é uma batalha espiritual pelas mentes, almas e vidas dos homens. [...] Um erro comum é considerar o Comunismo como sendo apenas um novo sistema econômico. É muito mais do que isto. Para o comunista professo é uma religião. A força impessoal da dialética materialista torna-se seu deus¹⁸⁸.

O trecho foi extraído do folheto “A Bíblia contra o Comunismo” traduzido pelo Departamento de Educação Religiosa da Convenção Batista do Ceará e reproduzido no Jornal Batista em janeiro de 1963. Nele, o autor refuta o comunismo usando passagens da bíblia. É interessante perceber que o articulista possuía conhecimentos da literatura marxista tendo em vista os vários escritos de Marx e Engels que foram citados ao longo de todo o texto.

¹⁸⁸ A Bíblia opina sobre o Comunismo. **O Jornal Batista**, 19 de janeiro de 1963, p. 04.

Com o aval do texto bíblico, estaria confirmado que o comunismo não poderia ser atacado no campo político ou econômico, a luta era unicamente espiritual, visto que seu líder máximo seria o próprio diabo.

Em outro livro sobre o tema, desta vez de um autor brasileiro, que além de ter tido seu lançamento divulgado nas páginas d’O Jornal Batista podia ser encontrado em bibliotecas dos Seminários Teológicos, a questão também era tratada como um embate contra os próprios filhos do demônio:

Quando saqueiam, incendeiam, degolam e esquartejam, fazem-no em nome do ‘inevitável processo histórico’, ao invés de dizerem a verdade. Para dizerem a verdade precisariam declarar: Nós matamos, incendiamos, levamos ao paredão, suplicamos em nome do demônio, do diabo, que deseja ver incendiado o mundo. (...) Nero, Stalin, Fidel Castro, Lampião e seus irmãos e seu pai o diabo são todos iguais. Se nós sabemos os métodos do demônio e compreendemos porque o demônio age como age, podemos entender então os métodos dos comunistas seus filhos... (OLIVEIRA, 1964, p. 67)

Nesse trecho o nome de Lampião nos chamou atenção. Suspeitamos que a associação do cangaceiro aos “demoníacos comunistas” tenha a ver com o fato de parte de sua fama estar relacionada à imagem do justiceiro que atacava os ricos e representava os miseráveis utilizando, entretanto, métodos violentos e sanguinários neste processo.

Na elaboração desta forma de discurso que colocava a fé como alvo, o pastor batista Ebenezer Cavalcanti em referência a assertiva marxista: “a religião é o ópio do povo”, afirmou que “o comunismo e não a religião é que é o ódio [sic] do povo. Por isso andam muito narcotizados e já não podem pensar por suas próprias cabeças à luz do glorioso Evangelho de Cristo”. O artigo seguiu denunciando que o alvo dos comunistas ateus, era os evangélicos, visto que eles almejavam “destruir nossa herança evangélica no Brasil.¹⁸⁹

Seguindo nesta linha, Marx também foi acusado de ser adepto de seitas satânicas. Tomando por base o poema *Oulanem* – um dos primeiros escritos do jovem Marx, que seria um anagrama da palavra *Emanuel* – como prova, afirmou-se que, ao contrário do que se pensa, Marx e “seus colegas” acreditavam sim em Deus e o odiavam. O autor teorizava sobre o que teria levado o filósofo alemão a assumir esta postura:

¹⁸⁹ Nossa Herança Evangélica. **O Jornal Batista**, 25 de janeiro de 1964, p. 08.

pode ter sido envolvido nas doutrinas altamente secretas da Igreja de Satanás, e ter recebido os rituais de iniciação. Satanás fala através de seus adoradores que o veem em suas orgias alucinatórias. Assim, Marx é apenas o porta-voz de Satanás, quando declara: “Desejo vingar-me d’Aquele que governa lá em cima”. (WURMBRAND, s/d, p.12)

A insistência na tese do comunismo como um movimento de inspiração satânica não foi à toa. Se o ateísmo já era algo grave para os batistas o satanismo era ainda mais perigoso, visto que, enquanto inimigos de Deus estariam dispostos a destruir tudo o que o representasse, neste caso, as igrejas e seus fiéis. As imagens da prática comunista relacionada ao anticristo e ao diabo estiveram associadas ao longo dos anos à construção de outra imagem, a de que toda esta “sanha satânica” pretendia destruir Deus e sua obra.

A partir da segunda metade da década de 1960, a ideia de uma Igreja Católica que poderia estar a serviço do Comunismo ganhou fôlego, combinando mais uma vez o anticomunismo batista com o antacatolicismo. Diante do crescimento do posicionamento contrário à Ditadura de parte do clero, e da participação de membros da Igreja em movimentos de resistência, tornaram-se recorrentes no discurso batista as críticas à atuação política católica.

Atentos às movimentações católicas e reafirmando um notável empenho em defender e garantir a legitimidade do Governo Militar, os batistas buscaram demonstrar que a Igreja poderia ser um perigo à “Revolução”. Sobre o pronunciamento de um bispo de Santo André num programa de televisão acusaram:

Para começar, o bispo manifestou-se contra a revolução de 31 de março chamando-a de “1º de abril”. Manifesta, assim, seu completo desrespeito pelo governo atual, oriundo daquela revolução. Se o desrespeito provém da origem revolucionária de governo, não há razão porque, desde o reinado de Pedro I, nossos governos têm origem revolucionária. Não podemos dizer que o governo atual seja de exceção, visto que os três poderes estão em funcionamento e há uma constituição que vem sendo seguida. Não se trata, pois, de um governo ditatorial ou discricionário, como o que tivemos em 1930-1933 e, depois, em 1937-1945.¹⁹⁰

Em 1968, três padres franceses e um diácono brasileiro foram presos em Belo Horizonte sob a acusação de subversão nos termos da Lei de Segurança Nacional. O evento foi utilizado pelos batistas para comprovar a tese de que a Igreja atuava contra a

¹⁹⁰ Igreja em pânico. **O Jornal Batista**, 04 de fevereiro de 1968, p. 03.

“Revolução”, mas, agora, não apenas com discursos e sim com ações. A acusação era a de que:

estavam articulando um movimento de guerrilhas, cujo objetivo seria a derrubada do atual governo [...] Quem prega a revolução armada e violenta não está ouvindo e transmitindo o Evangelho do Filho de Deus. Seu evangelho é outro e seus evangelistas são Marx, Lenine e Mao. Deixaram a vocação religiosa, se é que alguma vez a tiveram, para abraçar uma vocação política. E assim é, como políticos estrangeiros fazendo política no Brasil, que devem ser julgados.¹⁹¹

No texto, publicado no editorial d'*O Jornal Batista*, não se pôs em dúvida em momento algum a validade de nenhuma das duas prisões e interrogatórios aos quais os militares submeteram os católicos. Pelo contrário, admitia-se que os eclesiásticos estavam recebendo tal tratamento justamente por terem culpa em atos contra o governo, mesma representação utilizada no contexto da Guerra Civil Espanhola nos anos 1930. Também chama atenção o apelo à imagem de que eles estariam a serviço de interesses internacionais, pregando o “evangelho de Castro”.

Outro episódio que chamou a atenção dos batistas estava relacionado aos frades dominicanos de São Paulo. Os frades desta ordem tiveram uma importante participação na luta contra a Ditadura Militar, divulgando ideias da organização guerrilheira de esquerda Ação Libertadora Nacional (ALN) e protegendo perseguidos políticos como o líder revolucionário baiano Carlos Marighella. Tal atuação levou, em 1969, à prisão e tortura de vários destes frades. Em 1982, Frei Betto relatou a atividade militante dos frades dominicanos, bem como sua própria participação, no livro “Batismo de Sangue” que foi adaptado para o cinema em 2006 (BETTO, 2000).

O caso dos frades dominicanos acusados de proteger os “terroristas” aliados a Marighella foi explorado pela imprensa batista, que desqualificou os sacerdotes católicos e os acusou de estarem a serviço dos interesses políticos cubanos:

Um dos grandes assuntos do momento é esse da prisão de padres, frades e freiras suspeitos de maquinações com grupos terroristas. Quanto a dois desses eclesiásticos não há dúvida de que faziam causa comum com os terroristas, pois foram eles mesmo que forneceram os recursos para uma cilada em que o principal chefe desses profissionais da violência foi morto pela polícia. Quanto a outro a fortes indicações de que também se andaram acoplizando com aqueles inimigos do regime e por isso estão sendo presos, interrogados e confrontados. (...)

¹⁹¹ Prisão dos Padres. **O Jornal Batista**, 22 de dezembro de 1968, p. 03.

Assim, pois, a prisão de tantos eclesiásticos deve ter sido causada por motivos extremamente sérios. Ao que parece eles estavam conspirando com os terroristas e escondiam sob a batina, simbolicamente, bombas e metralhadoras. O evangelho que se dispunham a pregar não era o de Cristo mas o de Castro.¹⁹²

Não há dúvidas de que estas representações, além de reforçar o anticatolicismo entre os batistas, também tinham o objetivo de provar ao governo o quanto era errôneo confiar na igreja católica e continuar financiando a construção de seus templos com dinheiro público “proveniente de todos os grupos religiosos do Brasil”, enquanto os batistas, que se mantinham fiéis ao governo, construíam seus templos com o dinheiro da própria comunidade.

Ao analisar as fontes podemos observar que a partir da década de 1960 as referências às perseguições comunistas passaram a ocupar cada vez menos espaço nos jornais e publicações batistas, e quando apareciam tinham um tom menos agressivo do que aquele utilizado nos anos anteriores. Essa mudança de comportamento talvez tenha sido reflexo do contexto político nacional, favorável aos grupos conservadores, onde o governo militar estaria garantindo a segurança do país caçando os “subversivos” e garantindo que o comunismo não fosse mais uma ameaça real.

“Nós Oramos Bastante e o Temor de Deus Caiu sobre Todos”: do governo João Goulart à Ditadura Militar

Em 1961 a renúncia do presidente Jânio Quadros instaurou uma profunda e grave crise política que pôs em risco as instituições políticas e o futuro da democracia no país. Após um período turbulento no qual o Brasil transitou entre um golpe iminente e a possibilidade de uma guerra civil, as articulações políticas que garantiram a posse de Goulart foram bem-sucedidas e a legalidade pôde ser conservada. No entanto, “João Goulart assumiu a presidência em uma situação absolutamente inédita em termos políticos. O parlamentarismo à brasileira, que se montara como condição para que ele tomasse posse, era um regime híbrido, complexo e desconhecido para todos” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 87). O governo de Goulart, oscilante desde a sua posse, foi marcado pela instabilidade política e, a partir de 1963, pela radicalização dos conflitos de classes.

¹⁹² A prisão dos frades. **O Jornal Batista**, 07 de dezembro de 1969, p. 03.

Acompanhando os acontecimentos políticos nacionais, e percebendo a crise pela qual passava o governo Jango, acentuada a partir da segunda metade do ano de 1963, o discurso do jornal da Denominação Batista passou a tratar o governo gradativamente de forma mais crítica, mas ainda sem se referir diretamente à pessoa do presidente e sim, a sua forma de governar.

Nesse contexto, as Reformas de Base foram alvo de críticas e acusadas de servirem como propaganda para encobrir um governo tumultuado: “tenho pra mim que tudo que se está passando no Brasil: greve e mais greves; subversão, agitação da direita para a esquerda, tudo isso, insisto, no fundo e, na verdade, tem como causa ou origem as reformas de base¹⁹³”. Vale ressaltar que para os batistas, em qualquer contexto, as manifestações grevistas eram consideradas agitação e baderna.

Ferreira e Gomes apontam 1963 como um marco no governo Goulart, em especial o mês de setembro, pois, a partir dele “o processo de radicalização política que vinha tomando conta do país, mas que estava sendo contornado com uma série de medidas encabeçadas pelo presidente, aprofundou-se drasticamente” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 177). Setembro foi o mês em que, na grande imprensa, o discurso em torno do governo Goulart começou a se radicalizar, passou a ser carregado de críticas e a apontar para um notável “avanço do comunismo”. Após a “Rebelião dos Sargentos” o discurso anticomunista se intensificou e trouxe graves consequências para o governo Goulart.

Observamos que, afinados com os acontecimentos políticos do período, a partir de setembro, também houve uma mudança drástica no discurso batista acerca do governo Goulart. Em outubro de 1963, a Faculdade de Teologia do Colégio Batista Brasileiro, em São Paulo, realizou uma conferência sobre reforma agrária com o Padre Felipe Neri Moschini. O trecho da declaração do padre católico que mais chamou atenção dos batistas, e que virou o título da matéria d’O Jornal Batista sobre o evento foi: “Devemos temer o comunismo, mas, devemos temer muito mais, uma democracia em podridão”¹⁹⁴. Diante do agressivo antocatolicismo batista, característica que comentamos anteriormente, a publicação de uma conferência apresentada por um padre é profundamente reveladora, pois demonstra que eles acreditavam estar de fato na

¹⁹³ Juiz do trabalho pronuncia-se pela Campanha Nacional de Evangelização e as Reformas de Base. **O Jornal Batista**, 02 de janeiro de 1963, p. 05.

¹⁹⁴ Padre na Faculdade Batista: Devemos temer o comunismo, mas, devemos temer muito mais, uma democracia em podridão. **O Jornal Batista**, 26 de outubro de 1963, p. 05.

iminência de algo tão perigoso, que qualquer discurso de alerta, independentemente de sua origem, merecia crédito.

A descrição do cenário político brasileiro como caótico seguiu sendo comum nas publicações batistas. Em um destes artigos, aponta-se que sob o argumento da “justiça social”, o país estaria vivendo um momento confuso e ameaçador:

As sombras se estendem sobre a vida política do Brasil; a hora é incerta. Cada relógio marca uma hora diferente, dependendo do sentimento profético de cada pessoa. Greve, estado de sitio, eleições municipais. Muita gente preocupada fica nas ruas em ansiosa expectativa; a maioria prossegue em sua vida normal enquanto ouve, de um lado levantarem-se vozes alarmantes, tensas, e nervosas incitando o povo à confusão e revolta, do outro lado, vozes calmas, cheias de confiança comunicativa, dizendo que a calma reina no país. Eis o quadro do dia. [...] Como pode Deus nos abençoar enquanto falamos de revolução sangrenta e nos preparamos para matar o nosso vizinho, amigo, e colega, e até o nosso irmão se for necessário, para estabelecer a só chamada justiça social?

¹⁹⁵

Também em 1963, Eneas Tognini, pastor da Igreja Batista de Perdizes em São Paulo, convocou as igrejas evangélicas de todo o país para, no dia 15 de novembro, realizar o dia de *Jejum, Oração e Humilhação* para que o Brasil fosse “liberto do perigo do comunismo”. Segundo o próprio pastor, através de entrevista realizada por Leandro Alonso, em 2008, para sua tese de doutorado, a importância do movimento convocado por ele pode ser descrita da seguinte forma:

creio que o ponto mais alto do trabalho, que Deus me mandou fazer, contudo, foi no dia 15 de novembro de 1963, quando aconteceu o dia de jejum, oração e humilhação. Os comunistas já estavam agindo, pois aprenderam em Paris, o plano dos chineses para influenciar o Brasil. Já estava tudo pronto! Os grupos de extermínio já estavam prontos aqui no Brasil [...] no dia 15 de novembro nos mudamos o coração do povo brasileiro. Nós oramos bastante e o temor de Deus caiu sobre todos. Foi uma experiência tremenda! [...] Foi assim que Deus respondeu a oração de 15 de novembro de 1963 com 31 de março de 1964, quando o Brasil ficou livre do comunismo. Por causa dessa campanha nós temos a liberdade! (ALONSO, 2016, p. 129-130)

A interpretação messiânica do pastor, atribuindo ao ato religioso parte da responsabilidade pela contenção do suposto avanço comunista no Brasil, condiz com a interpretação geral da Denominação de que o Golpe Civil Militar de 1964 foi na verdade

¹⁹⁵ Apelo do povo brasileiro. **O Jornal Batista**, 16 de novembro de 1963, p. 08.

uma intervenção divina, um milagre. Neste sentido, mais do que apoiar os militares, os batistas acreditavam estar respaldando a decisão divina de colocá-los no poder.

A resposta oficial dos batistas ao Golpe de 1964 foi rápida. Ainda em meio ao clima político do pós-golpe, o pastor da Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro, João Soren elaborou o documento *A Igreja em Face das Injunções Políticas*, que foi publicado no OJB de 31 de maio de 1964. O Pastor João Soren era um líder batista conhecido internacionalmente por conta das viagens que realizava aos Estados Unidos da América para reafirmar as alianças com os missionários batistas daquele país, além disso, suas opiniões sempre tinham espaço no jornal da Denominação.

O documento escrito pelo pastor João Soren pretendia servir de orientação doutrinária aos batistas brasileiros. Além de ter sido publicado na primeira página d'*O Jornal Batista*, também foi reproduzido em folhetos distribuídos entre igrejas batistas de todo o país¹⁹⁶. Entretanto, apesar de em quase todo o seu texto representar a decisão da Denominação Batista em manter-se alheia a toda e qualquer forma de expressão política, na prática, ele cumpriu a função de manifestar o apoio batista à intervenção militar.

Num dos trechos que merece destaque, há a afirmação de que alguns regimes políticos apresentam princípios “inaceitáveis para os cristãos”, em uma clara referência ao comunismo:

5. A Igreja e os regimes políticos. Se não cabe a vinculação da Igreja em partidos políticos, também não é cabível junti-la a regimes de governo. [...] Embora reconhecendo que alguns regimes políticos mais do que outros favorecem e facilitam as atividades da Igreja, não se deve incorrer no erro de supor que um regime tem a sanção da igreja enquanto outro não. É fato que alguns regimes assentam sobre princípios e filosofias materialistas inaceitáveis para os cristãos. Isso não quer dizer, entretanto, que o outro regime político que não esses, seja o regime sancionado ou aprovado pela Igreja.¹⁹⁷

Após o golpe, a postura de não criticar pessoalmente o presidente, observada anteriormente, deixam de ser uma preocupação, e as críticas às reformas propostas por ele e à sua forma de governar passaram a ser ainda mais duras e explícitas justificando, portanto, a necessidade de uma intervenção:

Havia muita gente iludida. Evangélicos, inclusive. Batistas, às centenas. Acreditavam, com a fé que informa o coração de novas criaturas, que o

¹⁹⁶ Notas redacionais. **O Jornal Batista**, 14 de junho de 1964, p. 03.

¹⁹⁷ A Igreja em face das injunções políticas. **O Jornal Batista**, 14 de junho de 1964, p. 03.

Brasil estava perlongando o caminho certo – o caminho da Justiça Social [...] A palavra mágica, a justificar todas as omissões do governo era **reformas**. Não se fazia nada, porque – através das reformas – se prometia tudo. Reformas, reformas e reformas. Mas chegou o **dia primeiro de abril**. O famoso ‘Dia da Mentira’. E o impossível aconteceu. Ele se transformou no Dia da Verdade.¹⁹⁸

Ao longo de todo o mês de abril de 1964, *O Jornal Batista*, seguindo a prática da grande imprensa ligada aos grupos civis responsáveis pelo Golpe, passou a publicar constantemente notícias relacionadas ao novo governo como um esforço para legitimá-lo. Para os batistas, bem como para vários setores da sociedade brasileira, os militares salvaram a Pátria da “comunização” planejada pelo presidente João Goulart, o que foi afirmado pelo editorial d’*O Jornal Batista* já em abril de 1964, doze dias após a eclosão do golpe:

Os acontecimentos políticos militares de 31 de março e 1º de abril que culminaram com o afastamento do Presidente da República vieram, inegavelmente, desafogar a nação. (...) O presidente que vinha fazendo um jogo extremamente perigoso foi afastado. A democracia já não está mais ameaçada. A vontade do povo foi entendida e respeitada... o povo brasileiro por sua índole, pela sua formação, repele os regimes totalitários e muito particularmente o regime comunista.¹⁹⁹

Em agosto do mesmo ano, as lideranças batistas organizaram uma visita ao novo presidente, Castelo Branco, para agradecer por aquilo que eles consideravam como o milagre da libertação do comunismo. Como o Golpe aconteceu no mesmo ano em que estava sendo organizada uma grande campanha de evangelização a nível nacional, o encontro também serviu para que ela fosse apresentada ao presidente. O texto que anunciou a visita do pastor Rubem Lopes e dos demais líderes da Campanha Nacional de Evangelização era muito elogioso e apresentou o novo presidente como um homem que admirava e reconhecia como honestos os batistas brasileiros:

[o presidente] Fez uma referência aos batistas que diz conhecer desde sua meninice, no Ceará, dizendo admirá-los porque “mesmo os homens mais simples da roça fazem questão de dar testemunho de sua fé e são homens de vida simples e correta”! Daqui dizemos nós, sejamos sempre tais homens, de vida limpa e correta, que mereceram essa referência desse ilustre soldado que é o Presidente da República. [...] Todos que estavam reunidos no salão de imprensa do Palácio do Planalto ficaram emocionados com as palavras e atitudes do presidente Castelo Branco.

¹⁹⁸ O Dia da Verdade. **O Jornal Batista**, 19 de abril de 1964, p. 03.

¹⁹⁹ Responsabilidade dos crentes nesta hora. **O Jornal Batista**, 12 de abril de 1964, p. 03.

Notava-se a sinceridade na sua voz e entonação. Esse homem por quem oramos sempre como cristãos, merece nosso respeito e apreciação.²⁰⁰

A visita ao presidente Castelo Branco também foi notícia no jornal *Batista Paulistano* num artigo onde o articulista buscou passar a mesma ideia da boa índole do presidente e associar sua imagem aos evangélicos. Neste sentido afirmava que:

Dizem que o presidente Castelo Branco é um homem que nem bebe e nem fuma. Nosso Presidente é tido como um homem honesto e sincero. É um homem de atitudes definidas. E agora unindo isso aos seus dias de menino, quando freqüentou a Escola Dominical de uma Igreja Batista temos de convir que os princípios do Evangelho de Cristo permearam sua vida e influíram na formação de caráter.²⁰¹

Pela primeira vez, os batistas se viram diante de um governo que, do seu ponto de vista, os respeitava e cujo discurso enaltecia o perfil do evangélico. Há aqui a clara tentativa de aproximação da imagem do novo governo a fundamentos religiosos tão caros aos batistas. O governo de Castelo Branco, ao contrário do anterior de João Goulart, seria orientado por Deus e teria suas decisões pautadas pelos princípios bíblicos; mais do que isso, teria sido enviado diretamente por Deus para salvaguardar a Pátria do perigo iminente da comunização. Um milagre, como atesta o primeiro editorial sobre o evento que depôs João Goulart: “Estamos certos, por exemplo, de que Deus atendeu às orações incessantes de seu povo pela pátria. Por que o que aconteceu agora é, sob certos aspectos, verdadeiro milagre”²⁰².

A veiculação de artigos cujo teor ressaltava a inteira confiança que os batistas tinham no governo militar foi recorrente na maioria dos eventos da vida política nacional. Ainda sobre o General Castelo Branco, num editorial que falava sobre a sua posse, o articulista assegurou:

estar certo de expressar o pensamento do povo batista ao afirmar que o novo presidente contará com as orações dos batistas brasileiros. Votar-lhe-emos todo o respeito que votamos a qualquer autoridade, nos termos da Sagrada Escritura. Rogaremos sempre que Deus lhe conceda toda a sabedoria e que o use em benefício da nação. É assim que procedem os crentes.²⁰³

²⁰⁰ A grande Campanha visita os três poderes da República. **O Jornal Batista**, 23 de agosto de 1964, p. 01.

²⁰¹ Lágrimas do presidente da República. **Batista Paulistano**, agosto de 1964, p.05.

²⁰² Responsabilidade dos crentes nessa hora. **O Jornal Batista**, 12 de abril de 1964, p. 03.

²⁰³ Novo Governo. **O Jornal Batista**, 26 de abril de 1964, p. 03.

Nota-se que ao usar as expressões “certo de expressar o pensamento do povo batista” e “é assim que procedem os crentes” o autor tentou passar a ideia de que existia uma unidade de opinião entre os batistas e uma prática comum a todos eles, que os caracterizariam perante a sociedade. Logo, aquele que pensasse diferente não podia ser considerado como tal, numa clara tentativa de construção de um consenso, através de um discurso hegemônico. Essa intolerância ao diferente foi um comportamento que se fez constante no meio conservador evangélico ao longo da Ditadura Militar.

Os jornais oficiais e folhetos não foram o único espaço onde o discurso de louvor a “Revolução de 64” foi reproduzido. Em Salvador, por exemplo, a *Marcha da Família, com Deus, pela Democracia e pela Liberdade*, que aconteceu posteriormente ao Golpe, como um ato de agradecimento no dia 15 de abril, contou com a participação de um “batalhão evangélico”. Na Marcha, os batistas foram liderados pelo pastor Ebenézer Cavalcanti, que consideramos um intelectual orgânico do grupo, responsável pela produção de vários textos anticomunistas. Convém informar que, o pastor Ebenézer Cavalcanti, assim como outras autoridades políticas e eclesiásticas, discursou no momento mais apoteótico da marcha enquanto representante dos evangélicos²⁰⁴.

À medida que a estrutura ditatorial ia sendo montada, os evangélicos aproximavam-se cada vez mais do governo militar, tanto a nível nacional quanto local em várias regiões do país. Em 1966, numa demonstração de colaboração entre os militares e os batistas, o então presidente do país, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, doou um vasto terreno ao Hospital Evangélico da Bahia indo participar pessoalmente da cerimônia de entrega, que contou com a presença do conhecido “clã” da Igreja Batista de Sião, uma das maiores do estado: o Pastor Valdívio Coelho, os diáconos e irmãos de sangue Raimundo e José Coelho, Alzira C. Brito e seu esposo, o deputado federal Raymundo Brito, responsável pela articulação política que culminou nesta ação. Nessa ocasião, o Pastor Valdívio Coelho, diretor executivo do Hospital à época, entregou ao presidente Castelo Branco o título de “Sócio Benemérito” do Hospital. Em discurso proferido na cerimônia o Pastor garantiu o apoio dos batistas afirmando que:

os evangélicos da Bahia continuarão colaborando com Vossa Excelência, cumprindo o seu dever de cidadãos brasileiros, e, acatando com sofreruidão, as decisões sábias do Governo de Vossa Excelência, porque elas estão reconstruindo o Brasil dos nossos antepassados [...] estaremos orando a Deus que o Governo de Vossa Excelência continue

²⁰⁴ Marcha foi apoteose da vitória. **A Tarde**, 16 de abri de 1964, p. 01 e 03.

reconstruindo o Brasil que há de figurar no concerto das maiores nações do mundo, porque este é o seu destino.²⁰⁵

Ao longo da Ditadura Civil-Militar vários outros batistas tiveram destacada atuação dentro do campo político, como exemplo podemos citar: o diácono batista Clériston Andrade, escolhido pelos militares e por Antônio Carlos Magalhães, então governador do estado, para ocupar o cargo de Prefeito da Cidade de Salvador em 1971; Rafael Gióia Martins Junior membro e conferencista da Igreja Batista de Mariana eleito deputado federal por São Paulo, pelo ARENA em 1975 e 1978 e responsável pelo setor de comunicação da ARENA durante o governo Geisel; o pastor Albérico Antunes de Oliveira, da Primeira Igreja Batista de Manaus, Amazonas eleito deputado federal pelo ARENA 1965²⁰⁶ e pelo MDB em 1974; e Dalton Nogueira Paranaguá, membro da Primeira Igreja Batista de Londrina, Paraná, eleito prefeito desta cidade para o mandato de 1969 a 1973²⁰⁷, sob a legenda do MDB, mas mantendo sua atuação política afinada com o Governo Militar.

Investigando a trajetória política do grupo é seguro afirmar que, durante os anos de governo militar, as lideranças batistas, bem como membros de visível destaque dentro da Denominação, deixaram de atuar apenas no campo do discurso e passaram à colaboração prática. Estas ações, iam desde a participação em eventos públicos de apoio às autoridades governamentais, até a aliança de seus membros ao governo, ocupando eles próprios funções executivas ou parlamentares.

Entendemos que a justificativa para essa postura seguiu duas linhas e ambas partem do princípio de que houve um alinhamento ideológico entre a maioria batista conservadora e o governo ditatorial. Este alinhamento, em sentido prático, resultou na quase “obrigação” de colaborar com um governo que, além de ter livrado o país da ameaça comunista, ainda conseguiu anular a sua atuação, garantindo que os vermelhos não mais voltariam a ameaçar a democracia, não importando os métodos que precisasse usar para garantir isso. Em segundo lugar, havia a necessidade de defender os interesses dos evangélicos, mas dessa vez, numa conjuntura política totalmente propícia à participação de grupos conservadores no governo. Neste sentido, a dedicação batista ao anticomunismo garantiu a aproximação do grupo a outros setores conservadores,

²⁰⁵ Homenagem do Hospital Evangélico da Bahia ao Presidente da República, Marechal Humberto Castelo Branco. **O Batista Bahiano**, maio de 1966, p. 03.

²⁰⁶ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberico-antunes-de-oliveira>

²⁰⁷ Nótulas. **O Jornal Batista**, 01 de dezembro de 1968, p. 03.

religiosos ou não, o que abriu caminho para que se tornassem um dos esteios da Ditadura Militar.

Considerações Finais

As representações e as práticas políticas elaboradas pelos batistas estavam essencialmente vinculadas à forma de existência desse grupo religioso na sociedade brasileira, onde desde o seu estabelecimento, ainda no Império, detectou-se a dificuldade de inserção em um campo religioso hegemonicamente, e até então oficialmente, católico. Neste sentido, consideramos que, para além das motivações orientadas pelas crenças e visões de mundo próprias dos batistas, os discursos anticomunistas estavam ligados à necessidade de garantia do seu espaço na sociedade brasileira, através da demonstração de apoio ideológico ao poder estabelecido. Concordando com Ansart (1978), podemos afirmar que os símbolos usados para produzir o imaginário anticomunista estavam necessariamente presentes no cotidiano do grupo para quem estava sendo direcionado.

É também Ansart (1978, p. 10-12) que, ao abordar a questão de como a ideologia e a paixão política podem potencializar as energias dentro de um confronto, ressalta o quanto é importante não isolar a mensagem ou separar a linguagem de suas condições de produção. Para ele, deve-se analisar como a violência simbólica pode transplantar um conflito social e contribuir para a sua conformação e de que modo pode mobilizar as energias e participar diretamente no desenvolvimento dos confrontos. Nesse sentido, convém não isolar a formação destas representações religiosas e políticas dos batistas de seu contexto histórico, e sim, percebê-las como conjunto de linguagens políticas de uma sociedade, no nosso caso, de um grupo social dotado de interesses específicos.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Luciane S. “**Missionários do Inferno**”: representações anticomunistas dos batistas no Brasil (1917-1970). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

ALONSO, Leandro S. **Ritos da Oralidade**: a tradição messiânica de protestantes no Regime Militar Brasileiro. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo São Paulo, 2016.

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue**: A luta clandestina contra a ditadura militar. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2000.

CAMPOS, Leonildo S. Os políticos de Cristo: uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, Joanildo A.; MACHADO, Maria das Dores C. **Os Votos de Deus**: Evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

CARVALHO NETO, Joviniano. **Igreja Universal no Reino da Política**. Bahia: APUB, 1997.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil**: da constituinte ao impeachment. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

MACHADO, Maria das Dores Campos e BURITY, Joanildo. **Os votos de Deus**: Evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Massangana, 2006.

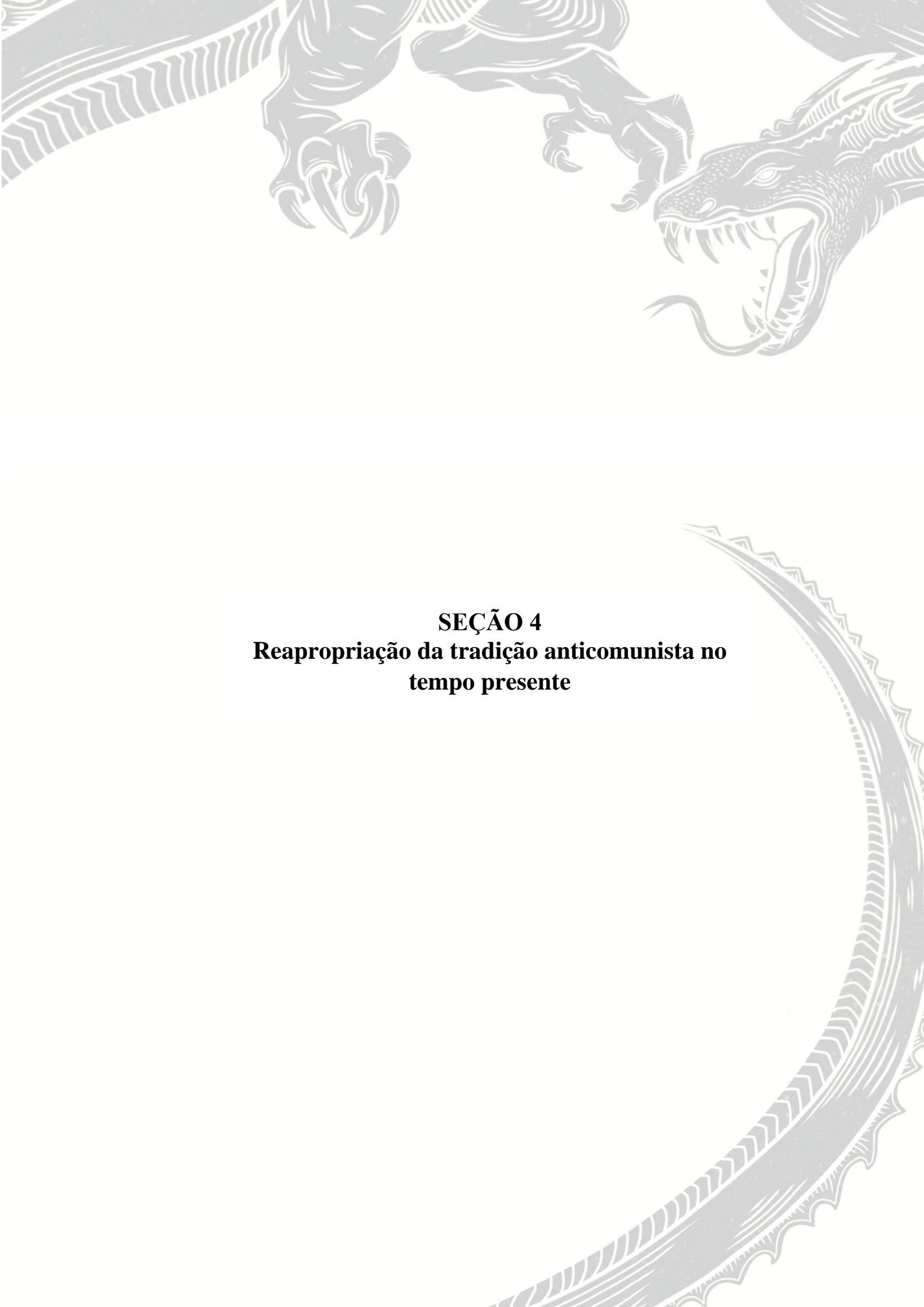
MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

Fontes bibliográficas:

De HANN, M. R. **O Levantamento e a Queda do Comunismo**. São Paulo: Imprensa Batista Regular, 1963.

OLIVEIRA, Antenor Santos de. **Você Conhece o Comunismo?** Mas Conhece Mesmo? São Paulo: Editora Antenor Santos de Oliveira, 1964.

WURMBRAND, Richard. **Era Marx um Satanista?** Curitiba: Editora Evangélica a Voz dos Mártires. s/d.



SEÇÃO 4

Reapropriação da tradição anticomunista no tempo presente

CAPÍTULO 12

A TFP e a sua visão sobre o comunismo no contexto das pautas morais contemporâneas: novas facetas do anticomunismo católico²⁰⁸

Rodrigo Coppe Caldeira²⁰⁹

Víctor Almeida Gama²¹⁰

Introdução

Movimentos religiosos alinhados à direita do espectro político emergiram na cena global, principalmente nas duas últimas décadas, demonstrando capacidade de se constituírem em redes e coalizões supranacionais coordenadas. Uma de suas características centrais foi assumirem uma agenda objetivamente antagônica aos denominados direitos reprodutivos e sexuais – aquilo que Iacoppo Scaramuzzi (2020) qualifica de “exploração” do cristianismo operado pelo populismo de direita. Este fenômeno pode ser notado também em sentido oposto, como um processo de beneficiamento das próprias organizações religiosas que se aproximam desses grupos políticos, transformadas nas mesmas armas identitárias de que acusam movimentos tidos como progressistas.

Atuando em redes, muitas vezes praticam o que se poderia chamar de um “ecumenismo político”, à medida em que se alinham protestantes e católicos num esforço comum, e a partir de uma mobilização legislativa e jurídica, em busca de frearem o debate sobre temas como o aborto e o casamento homoafetivo. No pleito presidencial brasileiro de 2022 foi possível perceber como esse ecumenismo político proporcionou uma sintonia entre distintos grupos protestantes e católicos em benefício da candidatura do ex-presidente Jair Bolsonaro, apelando sobretudo para a pauta da defesa de valores cristãos percebidos como ameaçados.

Um exemplo da atuação destacada como grupo de pressão é a Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a TFP, presente atualmente em 24 países, e que a

²⁰⁸ Este artigo resulta de investigação desenvolvida no âmbito do Projeto de Pesquisa financiado pelo CNPq, número 404939/2021-0 (“Religião, Política e Teologia no Espaço Público”), instituição à qual agradecemos pelo financiamento.

²⁰⁹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

²¹⁰ Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e doutorando pelo mesmo Programa de Pós-Graduação.

partir do Brasil, sua matriz operacional, aciona e dirige a atuação de organizações coirmãs para pressionar o parlamento europeu²¹¹.

Há um flagrante contraste ideológico na TFP. Ao mesmo tempo que sustenta uma visão reacionária, com uma profunda crítica à ideologia liberal do progresso, apelando permanentemente ao passado como arquétipo de seu conceito de sociedade orgânica, ela também se atualiza. Sintonizando-se com as questões políticas de seu tempo, absorve as discussões centrais das direitas a nível mundial, para reformar sua ideologia e suas posições, o que ocorre exemplarmente com sua visão sobre o comunismo.

A partir da década de 1980, a TFP percebe no comunismo não mais a ideologia revolucionária que buscava impor-se através da subversão, mas vê nele como que um novo adversário, encarnado nas pautas morais, praticamente despido de suas antigas características. Sem deixar de apresentar-se residualmente como uma ideologia revolucionária e violenta, na concepção tefepista, o comunismo é percebido como um fenômeno em processo de transformação. Ela o encara desta forma, segundo compreendemos, porque a TFP modula seu discurso, aproveitando-se de contextos diversos para anunciar novas jogadas e tramas do inimigo primordial, o comunismo.

Na Europa atual, permanece no mesmo movimento, novamente aproveita-se dos contextos e das discussões em pauta, concedendo ao comunismo uma nova semântica, novo método de ação, novo escopo, fazendo-o operar privilegiadamente pelas pautas morais. A partir dessa concepção que estabelece naquele continente um dos tentáculos de sua rede de organizações católicas a fim de levantarem barreiras especialmente às pautas sexuais.

Este capítulo pretende apresentar, num primeiro momento, o processo de transformação pelo qual passou o anticomunismo tefepista, que o comprehende como um fenômeno em permanente mutação. Num segundo momento, passa-se a identificar na atividade da rede tefepista atual a defesa deste novo modelo, encarnado nas pautas morais, divulgadas especialmente na Europa através da rede de difusão da ideologia tefepista operada partir do Brasil.

As fontes utilizadas para deslindar a atuação deste grupo são sobretudo aquelas produzidas pela própria organização através do elenco de atividades relatado em seus

²¹¹ O movimento tefepista passou por um processo de divisão interna após a morte do fundador em 1998, em que duas alas disputavam o nome da organização, seus símbolos, patrimônio e legado doutrinário de Plínio Corrêa de Oliveira. Neste trabalho observamos a rede de organizações que integram o setor liderado pelos membros mais velhos da entidade, que ainda realizam as mesmas atividades políticas que outrora a TFP desempenhava, continuando assim o mesmo método de ação.

periódicos e páginas virtuais, além dos dados levantados pela *European Parliamentary Forum for Sexual & Reproductive Rights*. A metodologia utilizada é de caráter exploratório de fontes bibliográficas e, especialmente documentais, em perspectiva comparada.

O anticomunismo tefepista: um fenômeno em movimento

A TFP pode ser considerada como um dos movimentos políticos da segunda metade do século XX que fazem do anticomunismo o eixo de sua atividade, no contexto que Motta (2020) identifica como segunda onda do anticomunismo no Brasil, que toma impulso a partir de 1961. Neste momento as condições políticas permitem que o anticomunismo passe a representar uma faceta fundamental e axiológica da política nacional. O anticomunismo, como as demais pautas defendidas pela organização ao longo de sua história, servem tão somente ao objetivo de torná-la mais conhecida, assim contribuindo para a consecução de seus fins religiosos.

A partir da década de 1960, percebe-se que a argumentação anticomunista do movimento passa da matriz católica reconhecida por Motta como basilar nesta primeira fase às influências da Guerra Fria, mais tarde apropriando-se de elementos do discurso do conservadorismo norte-americano, numa tentativa de sacralização do modelo de anticomunismo daquele período (CALDEIRA; GAMA, 2019).

É mais precisamente no ano de 1960 que aparece claro nas obras de Plínio Corrêa de Oliveira, fundador e líder intelectual da TFP matriz, no Brasil, a substantiva mudança na compreensão de um anticomunismo ainda marcado pela matriz católica, a uma compreensão de fenômeno portador de múltiplas facetas, mas acentuando seu caráter econômico e político. Neste ano, em colaboração com o economista Luiz Mendonça de Freitas, Dom Geraldo de Proença Sigaud e Dom Antônio de Castro Mayer, escreve o livro *Reforma Agrária: questão de consciência* (OLIVEIRA et alii, 1960)²¹².

Este é o momento de uma reconfiguração do anticomunismo tefepista, que posiciona a reforma agrária como inimiga primordial e principal estratégia do estabelecimento do comunismo no Brasil. O medo é provocado também em razão das Ligas Camponesas, movimento que antecede as rupturas democráticas em 1964, ganha

²¹² Uma análise do anti-agro-reformismo da TFP encontra-se em Zanotto (2013).

corpo sobretudo entre o final da década de 1950 e início de 1960, e que inspirados pelos ideais difundidos pelo Partido Comunista, iniciam um projeto de luta pela terra.

Para Plínio, o problema fundamental das reivindicações de reforma agrária no período, estava no fato de que eram reivindicadas pelo homem do campo, representado pelas Ligas Campesinas, e não por representantes de um pensamento liberal, como até então tinha sido registrado (MAIA; OLIVEIRA, 2017, p. 47). A terra parece ser, no ideário pliniano, uma concessão divina às elites políticas, que preservando certas estruturas feudais, concederiam o direito de cultivo da terra aos mais pobres. O anti-igualitarismo tefepista pensa a sociedade organizada em classes estanques, com direitos, bens e deveres estabelecidos por Deus. Qualquer inversão nesta ordem sagrada constituiria um atentado contra as leis divinas que decretaram os homens desiguais.

O livro é composto de duas partes e um suplemento. A primeira parte dedica-se a tratar do aspecto religioso. O que poderia parecer uma proeminência diante dos demais argumentos, na verdade ocupa a menor parte, tão somente as 55 primeiras páginas na 4^a edição de 1961. Os subtítulos deixam claro que o argumento religioso é subjacente, mas que o aspecto político permanece privilegiado.

Ainda nesta primeira parte do livro, é possível perceber novamente como o comunismo é compreendido como uma entidade com múltiplas facetas, indicando novamente como a TFP já se permitia pensá-lo como um fenômeno com múltiplas facetas, que iria muito além daquilo que é proposto por Karl Marx: o comunismo falsearia a questão agrária no Brasil; seria incompatível com a propriedade e a família; incompatível com a Igreja e sua doutrina; e prejudicaria a agropecuária, bem como os princípios da justiça.

Dois anos após a publicação da obra, temos mais um momento importante deste processo de transformação, o desenrolar do Concílio Vaticano II (1962-1965). A metamorfose do conceito de comunismo para a TFP se processa após as reiteradas tentativas do episcopado conservador de uma condenação do comunismo pelo Concílio Vaticano II fracassarem²¹³, fixando assim uma nova perspectiva de atuação para a TFP. Aqui, novamente, o problema religioso do comunismo é apresentado como fundo de

²¹³ Durante o Concílio Vaticano II os bispos de tendência conservadora agruparam-se no *Coetus Internationalis Patrum*. A TFP colabou nos trabalhos de bastidores, colaborando com os bispos brasileiros dom Geraldo de Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, e dom Antônio de Castro Mayer, bispo de Campos dos Goytacazes, na movimentação anticomunista do concílio, sobretudo na organização e difusão de dois abaixo-assinados pedindo ao Papa Paulo VI uma condenação explícita ao comunismo (CALDEIRA, 2020).

quadro, acenando mais uma vez para o abandono da perspectiva do anticomunismo de matriz católica em favor de uma visão rigorosamente econômica e social. Na primeira sessão do concílio, a TFP distribui entre os bispos participantes o livro *A liberdade da Igreja no Estado Comunista* (1962), em que apresenta à Igreja um quadro de possível perseguição caso ela não condene o comunismo de forma expressa.

Há um movimento de avanço e retrocesso. Em alguns momentos o comunismo é essencialmente um problema político, em outros retoma-se a perspectiva católica, vendendo-o como uma instância competitiva com a própria religião.

Neste processo de mudanças estratégicas e reelaborações semânticas, o discurso anticomunista tefepista transita, portanto, entre a matriz católica anticomunista e, mais tarde, pela matriz neoconservadora norte-americana, substituindo noções fundamentais na argumentação ideológica da organização, construindo assim perspectivas novas de compreensão e atuação.

O comunismo passa de movimento subversivo que buscara a desintegração das realidades cristãs que persistiriam na civilização ocidental através de mecanismos políticos, para movimento religioso, marcado pela forte presença da ação preternatural, que objetivaria anular a dignidade humana para assim implantar um “reino do demônio”. (OLIVEIRA, 1973) Assim sendo, o comunismo passaria a ser encarado sobretudo como um problema metafísico, transitando, novamente, do domínio da política para o domínio do religioso, passando antes pela cultura. Não mais o apelo geral à revolução aberta e violenta, mas em uma ação preternatural de mudança das consciências. Plínio já havia descrito a estratégia comunista de mudança das consciências como um estágio fundamental no avanço da revolução. Ela seria uma das três profundidades de todo processo revolucionário, que se daria nas tendências, nas ideias e nos fatos (OLIVEIRA, 2009).

O ataque à dignidade humana se concretizaria pela IV Revolução, como descrito por Plínio, que consistiria na tribalização profunda da sociedade humana, esforço cujo ponto de partida teria sido a revolução sexual de maio de 1968 (OLIVEIRA, 2009) Dessa forma, o comunismo já não seria mais encarado em sua formulação teórica original. Ele estaria passando por uma metamorfose mesmo que sem abandonar plenamente os antigos postulados de revolução violenta para alguns casos, e o processo revolucionário

habituaria a sociedade à vida no caos, no ambiente tribal, a um movimento em marcha rumo à animalização²¹⁴.

É este o substrato ideológico presente no processo de expansão tefepista pela América Latina a partir de 1962. Ela é motivada pelo desejo de interromper o curso deste processo revolucionário, e para isso aproxima-se e estabelece vínculos tanto com organizações da direita católica quanto com o universo conservador em perspectiva internacional, durante o que denominamos de seu primeiro processo de expansão, que compreende o período das décadas de 1960 a 1980. O anticomunismo tornado inimigo comum, permite essa penetração em ambientes ideológicos tão variados.

A TFP no cenário internacional

O ressurgimento das atividades de pressão das direitas no cenário político contemporâneo internacional trouxe consigo, a reboque, o fenômeno das redes e atuações de uma direita religiosa. É o que assinala Scaramuzzi (2020) num esforço em compreender como o populismo de direita recorre aos sistemas religiosos para consolidar suas práticas e identidade. Temas como aborto e questões de gênero têm sido a dupla via de beneficiamento de ambos.

O conglomerado de organizações construídos pela TFP e manejados a partir da matriz operacional brasileira, atua também no coração da Europa com vistas a intervir nos debates centralizados em torno de temas como gênero, aborto ou casamento homoafetivo. Estes são, na visão tefepistas, os novos formatos de atuação do comunismo. Por possuir uma dupla faceta, que ora se mostra religiosa, ora política, a TFP consegue penetrar em espaços estratégicos para sua operação de mobilização da opinião pública sobre as discussões mais relevantes envolvendo estes temas, levando suas próprias concepções.

Os ingredientes da ideologia compartilhada por esse conjunto de organizações são uma rejeição anti-iluminista aos valores que regem a modernidade como a ideia de igualdade, a secularização e a liberdade de consciência. Pretendem resgatar as “heranças cristãs”, particularmente o legado do catolicismo, que no processo de composição do

²¹⁴ A destruição das estruturas da sociedade ocidental, para Plínio, passaria antes por um processo de tribalização. Este é compreendido como um processo de caos, em que a distinção entre homem e animal se esvaziaria paulatinamente, até que o homem estivesse, por fim, animalizado (OLIVEIRA, 1987).

mundo ocidental, teria sido rejeitado, especialmente nos últimos dois séculos, constituindo isso o eixo de sua atuação política e social.

A ideologia contrarrevolucionária de Plínio Corrêa de Oliveira (1908-1995) é, para Lizanias Lima (1984), Rodrigo Coppe Caldeira (2005) e Benjamin Cowan (2021), atravessada por referências que vão dos contrarrevolucionários franceses, como Joseph de Maistre, ao neoconservadorismo norte-americano da década de 1980. Plínio ocupa, para os tefepistas, o papel de fundador, líder, mestre espiritual e mentor ideológico. E a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade como o legítimo canal de transmissão de sua ideologia.

A TFP surge oficialmente em 1960 como uma organização de militância política inspirada nos valores do catolicismo, mas o tempo dá conta de revelar sua feição religiosa como característica predominante. Instaurar o chamado “Reino de Maria”²¹⁵ é a meta incontornável do movimento, que mobiliza seus agentes para constituir essa era histórica marcada pela presença total da doutrina católica como orientadora moral da sociedade. Numa releitura da tese de Agostinho em sua *A cidade de Deus*, que postula a história como o campo de embate entre a cidade de Deus e a cidade dos homens, a TFP encarna essa luta na construção de um Reino de Maria, operado por ela através de seu líder e seus membros, contra a constituição de um reinado do demônio, objetivo final do processo revolucionário.

Compreender a intensa atividade política da organização requer considerá-la como um movimento religioso, escatológico, que constrói uma doutrina marcada por um caráter de totalidade, mitos, linguagem, metáforas, rituais, símbolos, que embora se enraízem no dogma e na teologia cristãs, são dotadas de características próprias da organização.

Essa doutrina nostálgica de uma cristandade edénica que merece ser reconstruída com os esforços dos militantes tefepistas, centraliza-se na ideia de um momento histórico em que o pensamento, comportamentos e ações sejam inspirados no catolicismo, tornando-se paulatinamente o objetivo privilegiado da organização, acompanhando seu papel de arregimentador de ativistas da direita católica a movimento religioso autônomo em relação ao catolicismo institucional. Se a moralidade cristã deve tornar-se o parâmetro da sociedade, os novos modelos de família, o aborto e as questões de gênero são lidos

²¹⁵ Sobre o “Reino de Maria” e o caráter messiânico e escatológico da TFP, ver: GAMA, 2020.

como ingredientes fundamentais de uma nova moral, satânica, desejada pela Revolução. Nisto consistiria a necessidade da luta tefepista contra as forças do mundo secular.

Para cumprir este propósito, o movimento passa por um processo que à primeira vista parece empalidecer sua conhecida atuação anticomunista para empenhar esforços em pautas de costumes (COWAN, 2021). Na verdade, este processo é o de uma reconfiguração do anticomunismo tefepista, especialmente na Europa, que comporta uma permanência residual do formato antigo. O comunismo é também denunciado segundo as diretrizes de um anticomunismo de matriz católica como aquele típico da década de 1930 no Brasil, e mesmo do anticomunismo da Guerra Fria da década de 1960, mas se privilegia sua visão enquanto um fenômeno que, para garantir sua permanência, se utilizaria de pautas morais para produzir o que a TFP qualifica de “baldeação ideológica”²¹⁶ (DATTA, 2018, p. 76). É preciso considerar que o comunismo desempenharia papel fundamental enquanto etapa deste processo de animalização humana, identificado por Plínio na quarta Revolução, e a percepção tefepista é de que as pautas morais são um elemento fundamental neste processo.

Acompanhando o roteiro empregado pelas direitas cristãs norte-americanas, com quem estabelece contato a partir da década de 1980, a TFP renova seu perfil militante, assumindo a batalha pela moralização cristã da sociedade, sem abandonar, contudo, o anticomunismo como valor central (CALDEIRA; GAMA: 2019).

Nota-se um apelo a que a compreensão tefepista de comunismo seja amplamente difundida, tornando assim conhecido também o nome da organização. Para isso, ela articula-se como uma complexa organização com abrangência internacional, dispostos a divulgar sua produção ideológica operada na matriz brasileira.

Para Neil Datta (2018, p. 81), é possível distinguir os movimentos que compõem o conglomerado que no caso nomeamos por TFP como: 1) Associações TFP; 2) organizações culturais; 3) organizações antiaborto; 4) organizações devocionais dedicadas a Maria (especialmente Nossa Senhora de Fátima); e, mais recentemente 5) organização jurídica (Ordo Iuris). A constituição de um novo formato de organizações, dedicada especificamente a operar com temas jurídicos, acena para a importância das pressões legislativas que a TFP privilegia.

²¹⁶ Título de um livro publicado por Plínio Corrêa de Oliveira em 1965, baldeação ideológica é um termo por ele elaborado para explicar as mudanças de comportamento ideológico. Seu objetivo era apontar a desmobilização dos católicos diante do comunismo como resultado de uma manobra de persuasão inconsciente praticada pelos próprios comunistas.

O movimento estabelece um roteiro comum de ações em todos os países onde finca raízes, que até o falecimento do fundador eram vinte e oito. Este é o que designamos primeiro processo de expansão, que sofre uma alteração importante após a morte de Plínio Corrêa de Oliveira e o subsequente movimento de disputa pelo poder diretivo na organização que a dividirá em dois ramos distintos e rivais. O segundo processo de expansão, iniciado a reorganização do movimento com o falecimento do fundador em 1995, como indicado acima, inicia-se pela atuação de membros mais antigos, desenrolando-se ainda nos dias de hoje.

A primeira ação de inserção, especialmente na segunda fase de expansão, se dá no âmbito devocional. Um elemento comum nos processos de expansão tefepista, ainda muito utilizado, é a divulgação da mensagem de Fátima²¹⁷, encarada como profeticamente anticomunista. Fátima parece ser o elemento iniciático das atividades tefepistas, que focalizam sobretudo o tema político. Ao redirecionar sua atenção para as pautas de costumes, a TFP se reconecta com Fátima e sua mensagem, em que os temas da moral católica são recordados.

A ênfase na divulgação das mensagens das aparições de Fátima conjuga este repertório anticomunista utilizado pela TFP para popularizar seu ideário, como aconteceu nos países latino-americanos entre as décadas de 1960 e 1980, ao mesmo tempo que apelava para a piedade popular que encontra nas aparições de Fátima umas das advocações marianas mais conhecidas no meio católico.

Este recurso de penetração na opinião pública foi uma reprodução das técnicas utilizadas não só no Brasil, mas em toda a América Latina (CAMPOS, 1980). Seguindo seu já tradicional roteiro de campanhas, as TFPs normalmente iniciavam suas atividades com divulgação de obras sobre as aparições de Fátima, seguidas de algum livro anticomunista, como *Reforma Agrária: Questão de consciência* (1960), obra conjunta entre Plínio Corrêa de Oliveira, o economista Luiz Mendonça de Freitas e os bispos brasileiros Antônio de Castro Mayer e Geraldo de Proença Sigaud, ou o livro *A liberdade da Igreja no Estado comunista* (1962).

Atualmente, abandonado em parte este repertório de argumentos cujo combustível ideológico foi o conflito da Guerra Fria, o principal tema contemporâneo que movimenta a organização é o aborto. Margaret Power (2010) elucida o posicionamento antiaborto das TFPs a nível internacional, e Neil Datta (2018) discute sua atividade que privilegia a

²¹⁷ Trata-se das mensagens presentes nas narrativas da aparição da Virgem Maria em Fátima, Portugal, em 1917.

Europa como centro de suas ofensivas antiaberto em detrimento da América Latina, onde a organização tornou-se menos expressiva enquanto grupo de pressão.

Na esteira dos movimentos conservadores norte-americanos, a TFP empalidece seu anticomunismo militante no final da década de 1980 e início da década de 1990 com a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética, mas, por apresentar-se como uma organização eminentemente anticomunista, marcando esta característica em seu próprio nome, passa a reconfigurá-lo, seguindo os ditames das novas direitas. As pautas morais, concretizadas em agendas progressistas de costumes, seriam, portanto, a nova faceta do comunismo internacional.

Através do elenco de atividades internacionais da TFP publicadas no Brasil em 1988, numa obra denominada *Um homem, uma obra, uma gesta* (1988), trabalho coletivo em homenagem ao líder da organização, percebe-se que as campanhas empreendidas pela organização se alinhavam às movimentações congêneres no Brasil.

A criação de associações destinadas às pautas morais

Em 1986 a TFP cria na França a associação *Avenir de la Culture*²¹⁸, num ensaio do que viria a ser a sua atuação contemporânea na Europa. Em sua página na internet, a associação se apresenta como uma

reunião de franceses de todas as classes sociais preocupados por lutar pela preservação da identidade cristã de nosso país. Com a participação de milhares de amigos, *Avenir de la Culture* quer fazer retroceder a pornografia, a promoção da homossexualidade e a teoria do gênero que solapam em nossa sociedade os resquícios de moralidade herdados da civilização cristã. *Avenir de la Culture* também está comprometido contra o islamismo conquistador e do secularismo intolerante, que afirmam destruir a identidade cristã da França (AVENIR, 2021).²¹⁹

Uma técnica comum utilizada pela TFP era a de constituir associações com nomes diferentes de sua matriz brasileira. *Avenir de la Culture*, assim como outras tantas associações semelhantes com nomes distintos foram criadas em vários outros países. Na própria França, somam-se as associações *Fédération Pro Europa Cristiana* e *Droit de Naître*, esta segunda destinada a operar campanhas para impedir o avanço do aborto.

²¹⁸ Cabe referir aqui às associações criadas com o intuito de combater a legalização do aborto como a francesa *Droit de Naître* e a italiana *Voglio Vivere*, que repercutiam as demandas da campanha da TFP brasileira denominada “Nascer é um direito”.

²¹⁹ Avenir de la Culture. Disponível em: <<https://www.avenirdelaculture.info/>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

Embora sejam associações distintas, é possível traçar a sua linhagem até chegar enfim à própria TFP. No caso francês, o *Rapport fait au nom de la commission d'enquête sur les sectes*, de 1995, identifica e denuncia a vinculação entre a *Avenir* e TFP: “entre os movimentos pseudo-católicos mais ativos, mencionamos *Invitation à la Vie Intense*, ou *Tradition, Famillie et Propriété*, ligado à Associação *Avenir de la Culture* (RAPPORT, 1995).²²⁰

No Brasil, na década de 1990, a TFP inicia atuação semelhante à de *Avenir*. Cria a campanha *O amanhã de nossos filhos*, empenhados em denunciar o que entendiam serem a degradação moral promovida pelas emissoras de TV. Segundo o próprio coordenador do projeto tefepista, Paulo Henrique Chaves, até o ano de 1993 a campanha havia enviado aproximadamente um milhão de cartas aos brasileiros, mobilizando-os a exigir cancelamentos de programas televisivos (CATOLICISMO, 1993).

Em entrevista cedida à revista *Catolicismo*, órgão da TFP no Brasil àquela época, o coordenador da campanha expõe os métodos utilizados para atingir a opinião pública:

Catolicismo — Além do sistema de mala-direta e da pressão exercida mediante telefonemas, a associação emprega algum outro método de atuação?

P. H. Chaves — Sim. Temos também utilizado o recurso da publicação de anúncios em jornais e revistas do País, contando para isso com a ajuda de nossos aderentes. Dessa forma, esperamos reforçar o setor de expansão, conquistando novos simpatizantes (CATOLICISMO, 1993)²²¹.

No período que compreende as décadas de 1980 e 1990 observa-se que a TFP passa a coordenar suas campanhas de pautas moralistas a nível internacional. Um exemplo é a campanha de boicote ao filme *Je vous salue Marie*, de Jean-Luc Godard, ocorrida em 1985. O filme, considerado blasfemo pela presença da metáfora religiosa e entendido como ofensivo à moral católica, provocou reações nos meios tefepistas. Em Portugal, o *Centro Cultural Reconquista* divulgou uma análise crítica do filme, enquanto preparava orações públicas em reparação à divulgação da obra (TFP, 1988, p. 462). O mesmo ocorreria em outros países, numa reação encadeada pelas TFPs na França, Bélgica, Chile, Argentina, Estados Unidos, Canadá, Espanha, Austrália, Nova Zelândia, incluindo o Brasil, onde foi proibido pelo governo da época (TFP, 1988, p. 308-311).

²²⁰ *Assemblée Nationale*. Disponível em: <<https://www.assemblee-nationale.fr/rap-enq/r2468.asp>>. Acesso em: 29 dezembro 2021.

²²¹ Catolicismo. Disponível em: <<https://catolicismo.com.br/materia/materia.cfm/idmat/D5F6C41F-3048-313C2EDBEBC2B0FB47BA/mes/Fevereiro1993>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

A “questão de gênero”: o alvo das novas direitas cristãs

A história da emergência das direitas cristãs é carregada de nuances e fases, em que cada uma delas traz características específicas e constrói um imaginário em torno de inimigos levando em conta os contextos sociais e suas transformações.

O deslocamento fundamental do pensamento anticomunista ocorrido no início dos anos 1980, chegando ao paroxismo nesse início do século XXI, foi a compreensão por parte de seus principais atores de que o comunismo se transmutava, concentrando-se agora mais vigorosamente nas questões identitárias. Uma nova política do medo foi se constituindo a partir de então, e os grupos religiosos se tornariam um de seus principais catalizadores ao construírem um contradiscorso àquilo que Maio de 1968 teria representado, particularmente o que chamariam de degradação moral do Ocidente.

Como demonstrou Pierucci (1987), ao analisar a emergência da nova direita no Brasil no final da década de 1980, é no campo moral que esse espectro político passou a se mover: “a nova direita prima por diagnosticar a crise geral do mundo contemporâneo como uma crise primeiramente cultural, uma crise de valores, de maneiras, crise moral” (1999, p. 85). A crise moral e a crise de valores são conectadas pelos movimentos da nova direita como sintomas do recuo da religião no espaço público, devendo ser combatida com ampla e vigorosa atuação das igrejas cristãs, com o objetivo de conter a desagregação social levada a cabo por forças que visariam eliminar o cristianismo como elemento estruturante das culturas ocidentais.

Pode-se elencar os principais elementos e características da nova direita e os aspectos centrais que a notabilizam quando em ação no espaço público. Lacerda (2019, p. 22) encontra os seus elementos no movimento intelectual e político nos EUA, o primeiro a partir da década de 1950 e o segundo em 1980 denominado de *neoconservadorismo*, também chamada de *nova direita*. Emerge com o objetivo de conter os movimentos de reivindicação de direitos civis, como o feminista e o LGBTQI+, por exemplo, construindo uma agenda de defesa dos valores morais tradicionais, o anticomunismo, a defesa do Estado de Israel e da não intervenção estatal na economia.

A pesquisadora afirma que o novo elemento na conformação da nova direita poderia ser identificado no tema da sexualidade e da família, sendo o movimento feminista, desse modo, um dos principais inimigos a ser combatido. O segundo elemento

que vai ser agregado é o tema dos “valores cristãos”, que passam a ser manipulados e ressignificados em função dos ideários sociais da nova direita.²²²

Petchesky (1981, p. 206) observava, em artigo publicado na *Feminist Studies* em 1981, a emergência a nova direita reacionária como “openly racist, antifeminist, and also antiliberal”. A autora chama atenção para o fato de que nas eleições norte-americanas de 1980 abundava na mídia manifestações religiosas e evangélicas da nova direita e a questão da “maioria moral” era capturada pela maior parte dos candidatos (PETCHESKY, 1981, p. 211). Os Estados Unidos da América se constituíam como um modelo de nova direita para todo o mundo, e várias de suas perspectivas passaram a ser mimetizadas em outras partes do planeta por movimentos e partidos.

Foi nesse contexto que tomou forma o já mencionado “ecumenismo político” com foco na questão moral. Partindo, principalmente, de movimentação contra o aborto, não apenas católicos e protestantes se uniam em um mesmo combate, mas também judeus ortodoxos, mórmons e muçulmanos. No entanto, como afirma Dooling (apud 1981, p. 213), se os católicos não estavam sozinhos no movimento *pro-life*, eram eles que teriam vitalizado o movimento, dado organização e direção, e usado canais de comunicação para seu apoio.

Nota-se que em países europeus também se pode observar uma congruência em direção ao tema cristão como um elemento que perfaz algumas experiências do novo momento da direita contemporânea. Minkenberg (2018), ao estudar como as religiões oferecem componentes ideológicos à nova direita e se é possível afirmar se os seus usos podem explicar o sucesso desse espectro político do continente europeu nos últimos tempos, nos oferece algumas pistas para analisar as relações entre os fenômenos.

Um aspecto central que caracteriza a direita radical, como afirma, é a sua forte ênfase, ou a radicalização, de imagens de homogeneidade social. Esse aspecto seria o *core* que se baseia o mito da nação homogênea, elemento utilizado na contestação de uma concepção de democracia liberal e pluralista²²³. A ideia de uma maioria cristã, dessa

²²² O surgimento da denominada “direita cristã” é fundamental para se compreender os movimentos político-religiosos que vão avançar no Brasil e que serão sustentáculos, principalmente, ao governo de Jair Bolsonaro. Isso pelo fato de que a nova direita no país mimetizará os elementos daquele movimento nos EUA. De acordo com Lacerda (2019, p. 32), para os “ideólogos da direita cristã, a ‘América’ começou como uma nação fundada em princípios bíblicos: porém, conforme foi se tornando mais pluralista, a cultura americana foi desenvolvendo de maneira distantes de Deus, com resultados visíveis como a legalização do aborto e a permissividade sexual. Os religiosos precisavam, assim, de acordo com essa leitura, reagir.”

²²³ Minkenberg (2018) relembra rapidamente o debate sobre as relações entre religião e nacionalismo. De acordo com alguns autores, como Benedict Anderson, o processo de secularização teria levado à substituição da religião pelo nacionalismo, que passaria a desempenhar um papel de “religião política”. Eric Hobsbawm, por seu turno, defende que a religião tradicional não seria um elemento que colaboraria na

forma, se torna um aspecto central da ideologia da nova direita, de onde partem as bases morais para os movimentos que lutam contra a ampliação de direitos que os movimentos feministas e LGBTQIA+ encarnariam, já que estariam contra os modelos familiares tradicionais²²⁴. Lembre-se que desde o início dos anos 1990 a agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual toma proeminência em países liberais. A partir desse momento, passou-se a incorporar essa agenda no âmbito do sistema internacional dos direitos humanos e às diretrizes da ONU. Foi também nessa década que o conceito de “ideologia de gênero” passou a figurar como ideia que deveria ser combatida, congregando assim movimentos e atores do campo conservador e reacionário, catalisando sua energia em vistas de um novo inimigo (BIROLI, 2020).

A ideia de que se deve retomar e fortalecer a presença da tradição cristã no espaço público, há medida que ela formou culturalmente os países europeus, os EUA e a América Latina e que a maioria de sua população se considera cristã, atravessa os discursos da nova direita. A opinião moral da maioria justificaria assim a ordem social e, principalmente, a autoridade (HUDSON, 2016, p. 24).

No caso brasileiro, onde nasce a TFP, nota-se, a partir de 2010, uma forte entrada nas questões morais com a eleição de representantes no Congresso Nacional, caracterizada, especialmente, por alianças entre segmentos católicos conservadores e evangélicos. A partir daí se condensa e desenvolve a ideia de que a religião verdadeira – o cristianismo – se encontraria em uma guerra contra forças destruidoras globais, levadas a cabo pela ONU (Organização das Nações Unidas) e sendo financiada pelas elites globalistas, que teriam, por seu turno, o desejo de impor uma pauta liberal-progressista, tendo como pontos principais a educação sobre a diversidade sexo-gênero desde a escola básica e o casamento homoafetivo. Observa-se, assim, por exemplo, o eco ao trumpismo e ao bolsonarismo nas campanhas contra a legalização do aborto, contra o comunismo, principalmente em sua faceta do “marxismo cultural”, o globalismo, e na busca pela ocupação de cargos públicos por cristãos declarados em busca de desenvolverem um

formação do nacionalismo. Willfried Spohn (apud MINKENBERG, 2018), ao contrário, entende que o nacionalismo inclui componentes do cristianismo e que a emergência contemporânea da religião e do nacionalismo étnico pode ser explicado como reação ao prévio autoritarismo imposto pelo modelo ocidental europeu do modelo secular de Estado.

²²⁴ Pode-se citar o caso alemão e o AfD (Alternativa para a Alemanha), partido de direita populista em que posições religiosas conservadoras se colocam como uma de suas forças de apoio. Para uma análise aprofundada sobre as relações entre a direita populista alemã e os cristãos conservadores confira ALTHOFF, 2018.

projeto de nação que estaria baseado em sua realização vocacional (“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”) (CALDEIRA; SILVEIRA, 2021).

As articulações das organizações TFP's em campanhas de nível internacional

Algumas TFPs sem expressividade numérica ocupam, na teia tefepista, a função de país satélite, com importância sobretudo na divulgação das campanhas de grande repercussão. Assim foi com a “Filial súplica ao Papa Francisco pelo futuro da família”²²⁵, campanha de âmbito internacional da qual participaram todas as organizações tefepistas existentes à época e que recolheu 790.190 assinaturas pelos 27 países com presença da organização, segundo dados de 2015²²⁶. A campanha, que foi um esforço das TFP's no sentido de influenciarem o curso do Sínodo da Família ocorrido em 2015, contou com a aprovação de diversas personalidades eclesiásticas, como o Cardeal Raymond Leo Burke, Cardeal Walter Brandmüller, Cardeal Jorge Arturo Medina Estevez e Dom Athanasius Schneider, conhecidos por seus posicionamentos de resistência ao papado de Francisco.

As TFPs e seus satélites participam ativamente das “Marchas pela Vida” por toda a Europa, como mostra artigo da revista *Catolicismo* de novembro de 2009 (CATOLICISMO, 2009)²²⁷. Mas empreende também outras atividades com o mesmo fim.

²²⁵ A campanha denunciava “erros sobre o verdadeiro casamento e a família” e sustentava os seguintes pontos: Todas as formas de coabitacão *more uxorio* fora de um casamento válido contradizem gravemente a vontade de Deus; Tanto o casamento quanto o ato conjugal têm como fim a procriação e a união dos esposos, e todo ato conjugal deve ser aberto ao dom da vida; A assim chamada educação sexual é um direito básico e primário dos pais, a ser sempre exercido sob a sua atenta orientação; As uniões irregulares jamais podem ser equiparadas ao casamento nem consideradas moralmente lícitas ou legalmente reconhecidas; As uniões irregulares contradizem radicalmente o matrimônio cristão, não podem exprimir nem parcial nem analogamente o bem que ele representa, e devem ser vistas como formas pecaminosas de viver; As uniões irregulares não podem ser recomendadas como sendo um cumprimento prudente e gradual da lei divina. FILIAL SÚPLICA. *Declaração de fidelidade ao ensinamento imutável da Igreja sobre o casamento e à sua disciplina ininterrupta*. Disponível em <<https://filialsuplica.org/>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

²²⁶ Os países onde se encontram núcleos tefepista são muitos. Sobretudo após a divisão do movimento ocorrido em 1997 numa disputa por liderança, pode-se falar da existência de dois modelos de TFP. Tratamos aqui das TFPs lideradas pelos fundadores ainda vivos da TFP brasileira, que se dedicam especialmente à militância política. No ano de 2015, em publicação intitulada “Manifesto ao público brasileiro”, assinam 37 associações de 27 países, dentre os quais 14 Europeus: Alemanha; Áustria; Bélgica; Espanha; Estônia; França; Holanda; Hungria; Irlanda; Itália; Lituânia; Polônia; Portugal; Reino Unido. No manifesto consta como organização representante do movimento em Portugal o Instituto “Santo Condestável”, entretanto, na página do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, sede do movimento no Brasil, aparece a associação Acção Família.

²²⁷ Catolicismo. Disponível em: <<http://catolicismo.com.br/materia/materia.cfm?IDmat=BB4AC5F1-3048-313C-2EA550F4075BBB5F&mes=Novembro2009&pag=2>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

Em 2014 publicam o “Catecismo contra o aborto” divulgado pela TFP brasileira e lança a campanha “Acenda uma vela pela vida” (CATOLICISMO, 2010)²²⁸.

Na Europa, a TFP encontra nos setores reacionários uma cultura política abertamente anti-imigração (embora as próprias TFPs europeias tenham seus quadros integrados majoritariamente por imigrantes brasileiros), antiaborto e antigênero, e encaram a organização destas pautas como uma manobra conspiratória, um projeto de instâncias supranacionais como a Organização das Nações Unidas e o próprio Parlamento Europeu, que visaria diluir os resquícios de cristandade presentes no continente.

É importante reconhecer que, confiando na popularidade de seus valores, a TFP nunca buscou uma relação com os meios intelectuais, algo relativamente comum nos ambientes da direita católica brasileira ainda hoje para divulgarem seus princípios, mas prefere concentrar-se nos setores políticos, encurtando o caminho de uma possível implementação de seu programa ideológico. O intelectual passou a ser encarado como integrante da burocracia culta responsável por teorizar a “revolução moral” em marcha, enquanto que as questões relacionadas à família e sexualidade são entendidas como políticas em seus fundamentos, e tratadas como agendas ideológicas, como demonstra a carta enviada pela campanha *Acção Família*²²⁹ em 2009 aos deputados da Assembleia da República:

Na terça-feira (dia 5), a imprensa noticiou que a maioria de esquerda se prepara para chumbar no Parlamento a proposta de um referendo sobre o “casamento” entre homossexuais. Foi enviada ao Presidente da Assembleia da República uma petição de 90.785 subscritores, solicitando que os portugueses sejam diretamente consultados a respeito de um projeto legislativo, que abala no seu cerne os princípios fundamentais sobre os quais assenta a sociedade portuguesa, em particular, no que diz respeito à instituição da Família. O anúncio da recusa sumária à possibilidade de um referendo é de molde a causar um choque, pela desconsideração e intransigência que revela por parte de um órgão de soberania, cuja principal preocupação, num regime que se diz democrático, deve ser a de auscultar cuidadosamente as disposições da opinião pública nacional (ACCÃO FAMÍLIA, 2009)²³⁰.

²²⁸ Catolicismo. Disponível em: <<https://catolicismo.com.br/materia/materia.cfm/idmat/A98CF744-3048-313C-2E28285FBBC8F238/mes/Julho2010>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

²²⁹ A carta foi enviada aos parlamentares portugueses por ocasião das discussões acerca do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, que foi aprovado em 11 de fevereiro, passando a vigorar a partir de 5 de junho de 2010.

²³⁰ Acção Família. Disponível em: <<https://accaofamilia.eu/carta-aberta-contra-o-casamento-homosexual/>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

Isso explica, em parte, o pouco interesse da TFP em submeter suas teses à demonstração experimental, ao constrangimento da prova na arena pública. Elas são entendidas como obviedades naturais que merecem não a discussão, mas a imposição.

Os juízos morais católicos são concebidos como a norma comportamental do Ocidente. O resgate das “ruínas da cristandade” – expressão corrente nos meios tefepistas – passa inevitavelmente pela reconstituição de um padrão moral.

A penetração dos valores reacionários da ideologia tefepista se dá a partir de uma capitalização de sentimentos populares generalizados de insatisfação e insegurança, que permitem a criação de uma plataforma comum com outros movimentos conservadores na formação de uma aliança europeia, uma cruzada contra o globalismo e suas agendas de costumes, liderada pelas TFPs.

Conclusão

Neste momento em que o espaço público é pleiteado também por grupos com tendências ditas progressistas, percebe-se um mergulho de setores da sociedade em um reacionarismo de direita, em muitos casos de uma direita cristã abertamente antiaborto, antifeminista e antigênero.

Em termos de manobras organizadas, os movimentos desta direita religiosa na Europa, mais que as direitas seculares, demonstram atratividade, sincronia e organização. Muitas vezes recebendo formação especializada, como ocorre com a própria TFP.

Este treinamento especializado fica claro com a demonstração da proximidade entre a TFP e Morton C. Blackwell, fundador do *Leadership Institute*, nos Estados Unidos, versado em formar lideranças e ativistas conservadores (WAKI, 2002)²³¹. Em seu site, o instituto se apresenta como quem “oferece treinamento em campanhas, arrecadação de fundos, organização de base, política juvenil e comunicação. O Instituto ensina conservadores de todas as idades como ter sucesso na política, no governo e na mídia” (LEADESHIP INSTITUTE)²³².

²³¹ Disponível em: <<http://www.pelalegitimadefesa.org.br/materias/encontros/2002/>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

²³² Leadership Institute. Disponível em: <https://secured.leadershipinstitute.org/2021-end-of-year-campaign/?utm_source=L1homepage&utm_medium=search&utm_campaign=2021EOY&utm_content=HomepageTakeoverRedirect>. Acesso em: 29 dez. 2021.

No mesmo site há o perfil de Slawomir Olejnickzac²³³, integrante da TFP polonesa, apresentado como ex-palestrante da organização, bem como de Caio Vidigal Xavier da Silveira²³⁴, cofundador da TFP brasileira e líder do conglomerado de organizações de que aqui tratamos.

Embora aparentem ser independentes, os movimentos ligados ao conglomerado de “associações TFP” são, na verdade, uma rede comprometida com a difusão não apenas de um ideário moral conservador e católico, mas sobretudo do pensamento de seu idealizador, Plínio Corrêa de Oliveira. Seu propósito é centralizar o Brasil nos debates morais, fazendo-o despontar como eixo conservador orientado pelas TFPs (LOREDO, 2021).

O motor por trás das atividades de ofensivas antigênero e antiaborto é uma disposição em tornar conhecido o nome da organização brasileira que, à distância, opera esse conglomerado de entidades focadas nas pautas morais. Considerando-se defensores de uma maioria silenciosa, as TFPs lançam mão de recursos que vão das campanhas de mobilização da opinião pública às batalhas jurídicas.

Referências:

ALTHOFF, Andrea. Right-wing populism and religion in Germany: Conservative Christians and the Alternative for Germany (AfD). **Z Religion Ges Polit**, 2: 335–363, 2018. <https://doi.org/10.1007/s41682-018-0027-9>

BIROLI, Flávia et al. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **O influxo ultramontano no Brasil e o pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira**. 125 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG, 2005.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Sociabilidade anticomunista em movimento. A TFP na primeira sessão do Concílio Vaticano II (1962). In: Ana Rosa Closet; Roberto di Stefano (Org.). **Catolicismos en perspectiva histórica**. Buenos Aires: Teseo, 2020, p. 187-206.

Caldeira, Rodrigo Coppe; Gama, Víctor. “As relações da TFP com o movimento conservador americano”. In Boholavsky, E. et alii, **Pensar as direitas na América Latina**, São Paulo, Alameda, 2019.

²³³ Disponível em: <<https://www.leadershipinstitute.org/training/contact.cfm?FacultyID=139901>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

²³⁴ Disponível em: <<https://www.leadershipinstitute.org/training/contact.cfm?FacultyID=144659>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe; SILVEIRA, Emerson José da. Catholic Church and Conservative-Traditionalist Groups: the Struggle for the Monopoly of Brazilian Catholicism in Contemporary Times. **International Journal of Latin American Religions**, p. 384–410, 2021. <https://doi.org/10.1007/s41603-021-00147-1>

CAMPOS, Abel. 1980, **Meio século de epopéia anticomunista**. São Paulo: Vera Cruz.

COWAN, Benjamin. 2021, **Moral Majorities across the Americas: Brazil, United States and the creation of the religious right**. Chapel Hill, The university of Carolina Press.

DATTA, Neil. **Modern-day Crusaders in Europe. Tradition, Family and Property**: analysis of a transnational, ultra-conservative, Catholic-inspired influence network. Politické perspektive članci i studije, [s.l], [s. n], 2018.

DATTA, Neil. **Tip of the Iceberg**: Religious Extremist Funders against Human Rights for Sexuality and Reproductive Health in Europe 2009-2018. Brussels, [s. n.], 2021.

GAMA, Victor. Escravos, guerreiros e monges: a centralidade da escatologia no imaginário tefepista. In: ZANOTTO, Gizele; COWAN, Benjamin (Orgs). **O pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira e a atuação transnacional da TFP**, vol. 2. Passo Fundo: Acervus Editora, 2020. p. 67-94.

HUDSON, Gabriel S. **Christodemocracy and the alternative democracy theory of America's Christian right**. Annandale: Palgrave Macmillan, 2016.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LIMA, Lizâncias de Souza. **Plínio Corrêa de Oliveira**: um cruzado do século XX. 220 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

MAIA, Gretha Leite; OLIVEIRA, Letícia Fernandes de. Três décadas depois: a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e o debate (inconcluso) da reforma agrária no Brasil. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, vol. 13, n. 2, p. 41-61, 2017.

MINKENBERG, Michael. Religion and the radical right. In: RYDGREN, Jens (edited by). **The Oxford Handbook of the Radical Right**. New York: Oxford University Press, 2018, p. 522-560.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2 ed. Niterói: EdUFF, 2020.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **A liberdade da Igreja no Estado comunista**. São Paulo: Vera Cruz, 1962.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa et alii. **Reforma Agrária**: Questão de consciência. São Paulo: Vera Cruz, 1960.

OLIVEIRA, Plinio Corrêa de Oliveira. **Revolução e Contra-Revolução**. São Paulo: Artpress, 2009.

PETCHESKY, Rosalind Pollock. Antiabortion, antifeminism, and the rise of the new right. **Feminist Studies**, n. 2, 1981.

PIERUCCI, Antonio Flávio. As bases da nova direita. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 19, p. 26-45, 1987.

POWER, Margaret. Transnational, Conservative, Catholic and Anti-Communist. Tradition, Family and Property (TFP). In: Martin Durham and Margaret Power (Eds.), **New Perspectives on the Transnational Right**. Nova York: Editorial Palgrave/MacMillan, 2010.

SCARAMUZZI, Jacopo. **Dio? In fondo a destra. Perché i populismi sfruttano il cristianesimo**. Bolonha, EMI, 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. **Um homem, uma obra, uma gesta**: homenagem das TFPs a Plinio Corrêa de Oliveira. São Paulo: Edições Brasil de Amanhã, 1988.

ZANOTTO, Gizele. Reforma agrária: questão de consciência? Uma análise do anti-agro-reformismo na TFP. **História. Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 9, p. 77-95, 2010.

Fontes

OLIVEIRA, Plinio Corrêa de. Comissão Médica, 19/01/1987.

OLIVEIRA, Plinio Corrêa de. Reunião Extra, 25/10/1973.

Referências da internet

AVENIR DE LA CULTURE. *Avenir de la culture, c'est quoi au juste?* Disponível em: <<https://avenirdelaculture.info/qui-sommes-nous>>. Acesso em: 05 julho 2023.

INSTITUTO PLINIO CORRÊA DE OLIVEIRA. *O resgate da tradição e o papel de Plinio Corrêa de Oliveira na constituição da direita religiosa internacional*. Consultado 29 de dezembro de 2021. <https://ipco.org.br/o-resgate-da-tradicao-e-o-papel-de-plinio-correa-de-oliveira-na-constituicao-da-direita-religiosa-internacional/>

LOREDO, Leandro. *Brasil deve ser líder internacional pró-vida, diz líder de think thank polonês*. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/intervista-ordo-iuris-brasil-lider-pro-familia/>>. Acesso em: 29 dezembro 2021.

CAPÍTULO 13

Permanências do discurso anticomunista católico da década de 1960 no discurso anticomunopetista da atualidade

Francis W. de B. Andrade²³⁵

Introdução

Tratar da “Reapropriação da tradição anticomunista no tempo presente” é um desafio e uma oportunidade para avançar em alguns pontos que nos causaram inquietação durante as pesquisas do mestrado. (ANDRADE, 2006) Ao trabalhar com fontes produzidas por emissores do discurso anticomunista, o limite natural da abordagem era a impossibilidade de avaliar o quanto efetiva era a ressonância dessas premissas em meio aos receptores. Por mais que outros trabalhos tenham demonstrado o quanto os discursos anticomunistas influenciaram na aglutinação de diferentes setores sociais durante as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, as fontes por nós trabalhadas não nos permitiam aferir esse alcance.

Pois bem, é com a proposta de avançar na análise do que as pessoas pensam atualmente sobre o que viria a ser o comunismo que esse artigo está centrado. A motivação para a adoção dessa abordagem foi a percepção de como as premissas do discurso anticomunista identificadas no período de 1961 a 1964 ainda são latentes no atual discurso conservador, tendo hoje como inimigo principal o PT e os políticos de seu espectro político. Para tanto, buscamos retomar alguns dados ainda inéditos da pesquisa de mestrado, contrapondo-os aos dados de uma pesquisa de opinião realizada no município de Governador Valadares em Minas Gerais no dia 21 de outubro de 2022, uma semana antes da realização do primeiro turno da eleição presidencial.

A correlação estabelecida entre as duas abordagens se pautou na identificação de permanências do discurso anticomunista da década de 1960, presentes nos periódicos católicos analisados, na manifestação das opiniões dos entrevistados em 2022. Se na década de 1960 os inimigos eram os progressistas que defendiam condições sociais minimamente equilibradas ao se alinharem ao Governo Jango, hoje são os personagens que se aglutinam em torno do PT, tanto políticos quanto eleitores.

²³⁵ Graduado (UFOP) e Mestre (UFF) em História.

O artigo está dividido em 05 partes: 1 – Sobre fontes e metodologia, onde apresentamos as fontes de 2006 e detalhamos a metodologia adotada para a definição da amostra para a aplicação da pesquisa de opinião em Governador Valadares no ano de 2022; 2 – O Ponto de partida em 2006, com a retomada e análise de dados inéditos das pesquisas para a redação da dissertação de mestrado em 2006; 3 – Associações entre o PT e o comunismo, apresentando como os entrevistados identificam hoje no PT as características que eram atribuídas aos comunistas da década de 1960; 4 – O Perfil do anticomunopetista valadarense, demonstrando quais são os grupos de entrevistados que associam de forma mais exacerbada os ideais anticomunistas ao PT e a seus políticos e eleitores; 5 – Os anticomunopetistas valadarenses e a democracia, indicando como o anticomunopetismo dos entrevistados os levam a assumir posicionamentos antidemocráticos.

1 – Sobre fontes e metodologia

1.1 – As fontes utilizadas em 2006

As pesquisas que viabilizaram a escrita da dissertação no ano de 2006 estiveram pautadas na análise de três periódicos católicos: **O Arquidiocesano** e a **Gazeta de Minas**, das cidades mineiras de Mariana e Oliveira, e **O Santuário**, publicado pela Basílica Nacional na cidade paulista Aparecida. Embora não seja possível desprezar o grande índice de analfabetismo da época (39,5%)²³⁶, a Igreja Católica estabelecia estratégias para driblar esse empecilho. Tanto nos periódicos analisados quanto em cartas pastorais, eram comuns a orientação da reprodução oral de suas diretrizes, que “...deveriam ser lidas e explicadas aos fiéis, em toda as missas realizadas nas catedrais, matrizes, Igrejas, capelas e comunidades religiosas [se tornando] baliza para o clero em suas atividades religiosas, fornecendo orientação doutrinária e inspiração para o trabalho pastoral”. (ANDRADE, 2006, p. 78)

As circulações desses três periódicos eram garantidas principalmente pelas assinaturas, algo que também era muito citado em suas páginas ao trazerem vários apelos para que os devotos divulgasse os jornais e incentivasse novas assinaturas de outros fiéis. Essa preocupação das redações dos periódicos analisados quanto ao alcance de suas

²³⁶ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1979. Rio de Janeiro: IBGE, v. 40, 1979.

ideias é muito evidente nas campanhas veiculadas em suas páginas ao longo do período 1961-1964, das quais destacamos a seguinte:

Figura 01 – Muito Bem “Seo Quincas”



Fonte: *O Santuário*, 24 de novembro de 1963.

O Santuário apresentava uma tiragem bem superior ao outros, 70 mil exemplares. Enquanto **O Arquidiocesano** e a **Gazeta de Minas** contavam com a publicação de 6 mil unidades cada um. As principais perguntas que nortearam as pesquisas foram: como a temática do anticomunismo era tratada nesses periódicos no período anterior ao golpe de 1964? Existiam indícios de articulação anticomunista entre eles? Com os resultados alcançados pudemos traçar o perfil dos discursos anticomunistas veiculados nesses periódicos, o que retomaremos na segunda parte desse texto, e identificamos fortes indícios de articulação dos editores na divulgação do discurso anticomunista de viés católico. (ANDRADE, 2006, p. 114)

1.2 – A definição da amostra para a realização da pesquisa em 2022

Quando definimos a proposta de identificar as permanências do discurso anticomunista da década de 1960 nas opiniões dos entrevistados em 2022, o desafio foi definir a amostra adequada para a aplicação da pesquisa. Como a população pesquisada consistiria nos eleitores adultos do município de Governador Valadares²³⁷, tínhamos acesso aos seus dados atualizados de gênero e idade através do Tribunal Superior Eleitoral. No entanto, para a distribuição geográfica possuíamos apenas as informações dos setores censitários do Censo IBGE 2010.

Frente ao desafio proposto partimos da premissa de que não poderíamos nos arriscar a realizar uma pesquisa enviesada a partir de informações geográficas defasadas. A solução encontrada foi estruturar duas amostras a partir de dois grupos de dados: 1 – a distribuição demográfica com base nos dados do Censo 2010 do IBGE; 2 - a distribuição demográfica com base no número de eleitores que compareceram em cada uma das seções de votação nas eleições de 2020. Estruturadas as duas amostras, poderíamos compará-las e estabelecer a adequação ou não da utilização da distribuição demográfica com base nos dados do Censo 2010 do IBGE.

Para o primeiro caso, agregamos os dados populacionais dos setores censitários definidos pelo IBGE em 06 áreas. Em seguida procedemos à ponderação com os dados atualizados de gênero e idade fornecidos pelo TSE, chegando ao número de questionários a ser aplicado em cada uma das áreas previamente definidas.

Para o segundo caso mantivemos as 06 áreas previamente definidas com base nos setores censitários do IBGE, e identificamos nelas a distribuição geográfica dos locais de votação da eleição 2020. Após essa etapa agregamos os números de eleitores que compareceram aos locais de votação em cada uma dessas áreas e novamente procedemos à ponderação com os dados atualizados de gênero e idade fornecidos pelo TSE, chegando ao número de questionários a ser aplicado em cada uma das áreas previamente definidas.

Contrapondo os dados alcançados obtivemos o seguinte²³⁸:

²³⁷ A opção por Governador Valadares ocorreu pelo do município estar entre os 10 mais populosos de Minas Gerais, e já ter experimentado governos petistas que foram muito populares nos anos 2000.

²³⁸ Não apresentaremos maiores detalhes sobre as áreas indicadas na tabela por entendermos que isso escapa ao objetivo principal deste texto.

Tabela 01 – Distribuição de questionários em Governador Valadares

Distribuição de questionários em Governador Valadares		
para uma amostra de 400 entrevistados		
Área	Censo 2010	Eleitores em 2020
01 – Vila Isa	57	59
02 – Santa Rita	85	88
03 – Centro	92	85
04 – Turmalina	59	62
05 – Grã-Duquesa	71	68
06 – São Pedro	36	38
Total	400	400

Fonte: Pesquisa de opinião realizada em Governador Valadares/MG em 21/10/2022.

A partir da comparação dos resultados, chegamos à conclusão que adotar como referência a distribuição geográfica pautada nos dados populacionais informados pelo Censo IBGE 2010 ainda é viável para o município de Governador Valadares. Por mais que o município tenha se desenvolvido em termos populacionais, esse movimento ocorreu de forma proporcional e as áreas mais populosas indicadas no censo demográfico de 2010 ainda permanecem as mesmas.

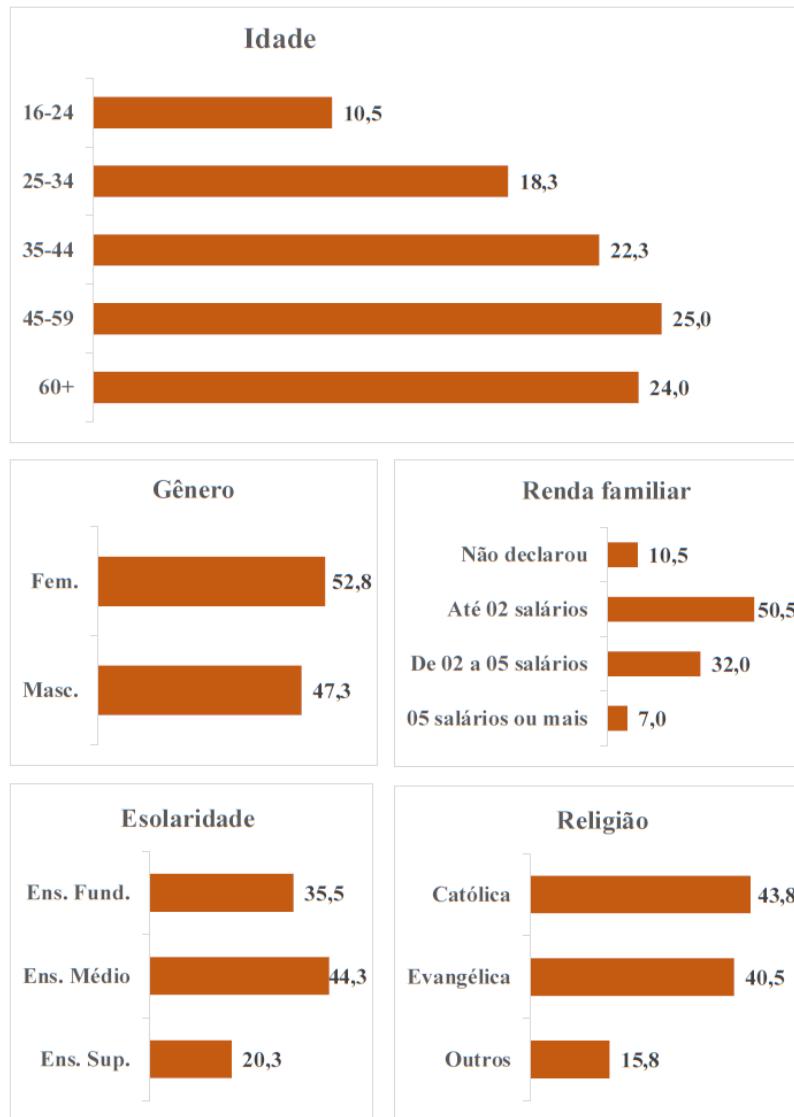
A maior discrepância identificada ocorreu na Área 03 – Centro – com uma diferença de 07 questionários entre as duas bases utilizadas para amostra. Uma diferença que não justificaria a adoção da amostra baseada na distribuição dos locais de votação, uma vez que as pesquisas foram domiciliares e face-a-face. Adotando a opção pela amostra estruturada da distribuição geográfica por locais de votação, seríamos obrigados a inserir uma outra pergunta sobre o local de votação do entrevistado, para posteriormente verificar se uma parte representativa dos entrevistados realmente residiam nas proximidades dos seus locais de votação.

Nesses termos, a amostra considerou os dados populacionais dos setores censitários definidos pelo IBGE e consistiu na estratificação por cotas, com 400 (quatrocentas) entrevistas, a fim de obter significativa representatividade para o conjunto da população de Governador Valadares. As cotas utilizadas para a seleção dos entrevistados foram gênero, idade, e setor eleitoral, calculadas proporcionalmente ao conjunto do município de acordo com os dados do IBGE e TSE - Cadastro dos Eleitores. As entrevistas foram pessoais domiciliares e face-a-face. A partir da amostra adotada

trabalhamos com a margem de erro de 5% para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95,0%.

A fim de contextualizar a nossa pesquisa, apresentamos no seguinte quadro os dados socioeconômicos aferidos junto à população pesquisada:

Painel 01 – Estratificação da população pesquisada



Fonte: Pesquisa de opinião realizada em Governador Valadares/MG em 21/10/2022.

2 – O ponto de partida em 2006

Durante as pesquisas de 2006 identificamos a predominância de quatro temáticas anticomunistas veiculadas nas páginas dos periódicos analisados: 1 – **Política**, com matérias que tratavam de questões ligadas à política nacional; 2 – **Religião**, onde eram tratados os assuntos religiosos e o comunismo como algo intrinsecamente mal; 3 – **Ilusão**,

com denúncias sobre o que seria uma das facetas do comunismo, a capacidade de iludir a população quanto a realidade de seus objetivos; 4 – **Domínio mundial**, com a veiculação de denúncias sobre a intenção de domínio mundial pretendidos pelos comunistas.

Evidentemente as matérias analisadas, ao menos em muitos casos, não apresentavam uma abordagem estanque e específica de cada uma dessas temáticas. No entanto, durante a classificação primamos por enquadrar cada matéria de acordo com a tônica principal nela adotada. Ao todo foram analisadas 989 matérias no período de 06 semestres, 01/1961 a 01/1964.

Dessas matérias **O Santuário** veiculou mais de 50% delas, com 562, enquanto **O Arquidiocesano** publicou 261 e a **Gazeta de Minas** 166. Devemos destacar que enquanto a média semanal de páginas publicadas pelo **O Santuário** era 8 podendo chegar a 16, **O Arquidiocesano** e **Gazeta de Minas** mantinham a publicação constante de 4 páginas semanais. Informação que indica a razão da expressiva superioridade das matérias anticomunistas publicadas em **O Santuário**. Quanto a distribuição dessas temáticas em cada um dos periódicos ao longo do recorte temporal proposto, temos o seguinte:

Tabela 02 – Distribuição dos assuntos das matérias anticomunistas

	Assunto das matérias 02/1961 - 01/1964				Total
	Política	Religião	Ilusão	Dom. mundial	
O Arquidiocesano	59	75	65	62	261
Gazeta de Minas	37	40	39	50	166
O Santuário	90	145	168	159	562
Total	186	260	272	271	989

Fonte: Elaborada pelo autor.

A partir da leitura do quadro percebemos o equilíbrio nas escolhas das redações de cada um dos jornais no que tange às temáticas abordadas em suas matérias. Pelo caráter religioso das publicações, podemos afirmar que era esperado a menor incidência de matérias eminentemente políticas no período, o que se confirmou. No entanto, nos chamou a atenção a proporção de matérias que tratavam do comunismo como uma ilusão e estratégia de domínio mundial em relação às de cunho religioso, principalmente em **O Santuário** e a **Gazeta de Minas**. Isso indica como esses jornais se ocuparam do discurso anticomunista em frentes que extrapolavam a vertente religiosa, expandindo assim sua capacidade de promover a coesão social em torno dos ideais conservadores.

Além da temática das matérias, promovemos uma segunda categorização em dois tipos de matérias: 1 – **Convocatórias**, aquelas que em seu teor apresentavam qualquer

vocativo à ação dos fiéis (Desde o pedido a uma oração individual até a participação em atos político/religiosos); 2 – **Informativas**, quando a notícia era simplesmente apresentada sem qualquer incentivo à ação dos leitores. Com os dados agregados dos três jornais analisados, elaboramos o quadro com a distribuição dessas matérias a partir dos semestres de publicação.

Tabela 03 – Distribuição das matérias convocatórias ou informativas

Semestre de publicação/Assunto das matérias		Tipo	
		Convocatório	Informativo
1961/2	Assunto das matérias	Política	26,3%
		Religião	22,2%
		Ilusão	7,4%
		Domínio mundial	15,6%
	Total		16,9%
1962/1	Assunto das matérias	Política	41,0%
		Religião	26,7%
		Ilusão	9,4%
		Domínio mundial	9,0%
	Total		18,6%
1962/2	Assunto das matérias	Política	41,9%
		Religião	14,0%
		Ilusão	
		Domínio mundial	5,3%
	Total		14,7%
1963/1	Assunto das matérias	Política	22,2%
		Religião	13,3%
		Ilusão	
		Domínio mundial	12,2%
	Total		9,9%
1963/2	Assunto das matérias	Política	20,0%
		Religião	9,4%
		Ilusão	
		Domínio mundial	
	Total		4,8%
1964/1	Assunto das matérias	Política	55,3%
		Religião	58,1%
		Ilusão	14,3%
		Domínio mundial	18,9%
	Total		41,3%

Fonte: Elaborada pelo autor.

O primeiro ponto a ser destacado nessa tabela é o fato de que embora as notícias que adotavam a temática política fossem as de menor número nas páginas dos jornais, eram elas as que apresentavam em maior proporção o tipo convocatório, incitando os fiéis a agirem contra o comunismo. Por outro lado, nas matérias que adotavam como principal temática o comunismo como ilusão ou estratégia de domínio mundial, temos a predominância das informativas, mesmo no primeiro semestre de 1964, quando as matérias convocatórias chegaram aos seus maiores níveis.

O segundo ponto é o expressivo aumento de matérias convocatórias no primeiro semestre de 1964, quando as forças conservadoras do país se aglutinaram em torno do golpe. Inclusive, nas páginas dos periódicos analisados foram comuns a matérias que continuavam a concluir a ação dos fiéis após a deflagração do golpe, fossem ações de comemoração ao sucesso ou agradecimento aos céus pelo sucesso alcançado. Como exemplo podemos destacar a matéria “Era nisso em que Jango não acreditava...”, publicada tanto em **O Arquidiocesano** quanto em **A Gazeta de Minas**:

No Brasil, foi assim. Foi o rosário que o venceu. O rosário das mãos frágeis das mulheres mineiras que o expulsaram da Secretaria de Saúde. O rosário de quinhentos mil paulistas e um milhão de cariocas, nas procissões mais bonitas a que esta Pátria cristã já assistiu. Naqueles dois longos desfiles, entre as chaminés das usinas, que são o orgulho de nosso trabalho, e à beira do mar, na cidade que é a glória da natureza e a honra da nossa civilização. Foi ao rosário, rezado alto, nas praças e nas ruas, nas capelas e nos templos. [...] nas cabanas roceiras das abas da serra e da beira dos rios. Na choupana operária. Na mansão dos ricos. O rosário venceu o comunismo no Brasil. E como o poderíamos vencer, sem milagre?²³⁹

Temos então definido o nosso ponto de partida para a identificação das permanências do discurso anticomunista católico da década de 1960 no discurso antipetista da atualidade em Governador Valadares. Se na década de 1960, especificamente no período de 1961 a 1964, os periódicos católicos dividiam a abordagem de suas matérias anticomunistas nos quatro temas identificados nas pesquisas, como as pessoas enxergam atualmente essas temáticas em relação ao PT? Vejamos na próxima parte do artigo.

3 – Associações entre o PT e o comunismo

Embora possamos argumentar que as alusões negativadas ao PT e seus adeptos não se limitem a alcunha de comunismo ou comunistas, devemos destacar que essa é uma das mais marcantes. Para aferir essa força no discurso conservador valadarense, bem como a permanência das premissas anticomunistas do discurso católico da década de 1960 na atualidade, estimulamos os entrevistados a responderem as seguintes questões.

²³⁹ Era nisso em que Jango não acreditava... In: **Gazeta de Minas**, 19 de abril de 1964. p. 1; Era nisso em que Jango não acreditava... In: **O Arquidiocesano**, 19 de abril de 1964. p. 3.

Tabela 04 – Questões sobre a associação do PT ao comunismo

Pergunta	Respostas possíveis
01 – Existem partidos comunistas no Brasil?	Sim, Não ou Não Sabe
02 – O PT é um partido Comunista?	Sim, Não ou Não Sabe
03 – O PT é contrário aos Cristãos?	Sim, Não ou Não Sabe
04 – O PT ilude a população?	Sim, Não ou Não Sabe
05 – O PT é aliado do comunismo internacional?	Sim, Não ou Não Sabe
06 – Definição do Comunismo:	Específica, Genérica ou Não Sabe

Fonte: Pesquisa de opinião realizada em Governador Valadares/MG em 21/10/2022.

Como controle, a questão **01** foi incluída para identificar os entrevistados que admitem a existência de partidos comunistas no Brasil, para a partir daí traçar como eles enxergam o PT e o associam ao comunismo. Quanto as questões **02** a **05**, o objetivo foi entender se os anticomunistas de hoje ainda associam seus inimigos às mesmas temáticas da década de 1960 (**02** – Política, **03** – Religião, **04** – Ilusão, **05** – Domínio mundial).

No caso da questão **06**, também incluída como controle, apenas categorizamos as respostas. Para as respostas que classificaram o comunismo de forma específica como, por exemplo, um modelo econômico, foi atribuída a categoria definição específica, enquanto nas respostas que o classificaram de forma muito abrangente atribuímos a categoria genérica. Para os que não souberam responder foi anotada a simples informação não sabe.

As frequências simples alcançadas em cada uma dessas perguntas foram as seguintes:

Tabela 05 – Partidos Comunistas

Existem partidos comunistas no BR?		
	Contagem	%
Sim	312	78,0
Não	50	12,5
Não Sabe	38	9,5
Total	400	100,0

Tabela 06 – PT Comunista

O PT é um partido comunista?		
	Contagem	%
Sim	192	48,0
Não	174	43,5
Não Sabe	34	8,5
Total	400	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião realizada em Governador Valadares/MG em 21/10/2022.

Fonte: Pesquisa de opinião realizada em Governador Valadares/MG em 21/10/2022.

Tabela 07 – PT e Cristãos

O PT é contrário os cristãos?		
	Contagem	%
Sim	179	44,8
Não	195	48,8
Não Sabe	26	6,5
Total	400	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião realizada em Governador Valadares/MG em 21/10/2022.

Tabela 08 – PT Ilusionista

O PT ilude a população?		
	Contagem	%
Sim	219	54,8
Não	163	40,8
Não Sabe	18	4,5
Total	400	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião realizada em Governador Valadares/MG em 21/10/2022.

Tabela 09 – PT e Com. Internacional

O PT é aliado do Com. Internacional?		
	Contagem	%
Sim	160	40,0
Não	132	33,0
Não Sabe	108	27,0
Total	400	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião realizada em Governador Valadares/MG em 21/10/2022.

Tabela 10 – Def. de Comunismo

Definição de comunismo		
	Contagem	%
Específica	116	29,0
Genérica	114	28,5
Não Sabe	170	42,5
Total	400	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião realizada em Governador Valadares/MG em 21/10/2022.

É interessante o fato de que 78% dos entrevistados admitam a existência de partidos comunistas no Brasil, mas apenas 29% deles saibam (ou ao menos tentem) definir de forma mais específica o que seria o comunismo. Isso demonstra como a associação ao comunismo em muitas das vezes ocorre de forma descontextualizada e pouco ou nada embasada em teoria ou fatos. Esses dois índices serão fundamentais para analisarmos o perfil conservador dos entrevistados.

Os índices positivos alcançados nas questões **02** a **05** também são muito significativos. Não deixa de ser curioso que mais de 40% dos entrevistados entendam que o PT e seus políticos e eleitores apresentem exatamente as características que o comunismo representava na década de 1960 no discurso anticomunista católico. Mesmo na questão **05**, sobre a opinião dos entrevistados quanto ao PT ser ou não aliado do comunismo internacional, com 27% dos entrevistados declarando não saber opinar, as respostas positivas alcançaram 40%.

Certamente para muitos dos entrevistados não foi possível compreender plenamente a questão **05**, pois associar o PT e sua conduta a uma estratégia que incorpora interesses de domínio mundial, não é uma premissa atualmente tão difundida quanto às de que o PT é um partido comunista, contrário aos cristãos, e ilude a população para alcançar seus objetivos. Isso indica que a definição do PT como integrante de uma ordem mundial que almeja o domínio total está circunscrita a determinados nichos mais radicais.

Como exercício podemos considerar apenas os entrevistados que responderam sim ou não a cada uma das questões de **02** a **05**, a partir do que podemos perceber que a questão 05 também apresenta alto índice de entrevistados que entendem que o PT é aliado do comunismo internacional.

Tabela 11 – Frequências simples das respostas, excluídas as não válidas

	O PT é um partido comunista?		O PT é contrário os cristãos?		O PT é contrário os cristãos?		O PT é aliado do Com. Internacional?	
	Cont.	%	Cont.	%	Cont.	%	Cont.	%
Sim	192	52,5	179	47,9	219	57,3	160	54,8
Não	174	47,5	195	52,1	163	42,7	132	45,2
Total	366	100,0	374	100,0	382	100,0	292	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião realizada em Governador Valadares/MG em 21/10/2022.

Com base nos dados apresentados, percebemos que existe uma significativa parcela da população valadarense que associa, conscientemente ou não, ao PT o que na década de 1960 era associado ao comunismo pelo discurso católico. Assim, podemos perceber a ressignificação da eterna luta do bem contra o mal (MOTTA, 2002, p. 22-3) que estaria há tempos sendo travada pelos “homens de bem”. (NOGUEIRA, 2000, p. 80)

A partir daí identificamos a possibilidade de cunhar um neologismo, por mais arriscado e suscetível a críticas que isso seja. Ao analisarmos os resultados das pesquisas chegamos à conclusão de que ao tentarmos classificar esses entrevistados como anticomunistas, estariamos ignorando o forte apelo antipetista difundido ao longo dos últimos anos. Por outro lado, ao classificarmos essas mesmas pessoas simplesmente como antipetistas, estariamos deixando de considerar uma das principais bases do discurso conservador brasileiro do século XX, o medo do comunismo e todas as suas derivações.

Portanto, mesmo sob risco, passaremos a classificar esses indivíduos como anticomunopetistas, e seus posicionamentos como expressão do anticomunopetismo. Ou seja, apesar desses indivíduos serem antipetistas, o seu discurso e a sua forma de enxergar

o mundo estão contidos em algo maior, que perdura no Brasil desde o início do século XX, o discurso conservador em sua faceta anticomunista.

4 – O Perfil do anticomunopetista valadarense

Para traçarmos o perfil do anticomunopetista valadarense isolamos os dados alcançados em uma das duas questões inseridas como controle na pesquisa de 2022: Existem partidos comunistas no Brasil?, que nos retornou 312 respostas positivas. Adotando o mesmo raciocínio, estratificamos nesse grupo de 312 entrevistados, as respostas SIM para cada uma das questões propostas: O PT é um partido Comunista?; O PT é contrário aos Cristãos?; O PT ilude a população?; O PT é aliado do comunismo internacional?

Dentro desse universo de pessoas que reconhecem a existência de partidos comunistas no Brasil, e responderam sim a pelo menos uma das quatro questões propostas, temos o seguinte:

Tabela 12 – Respostas positivas para a associação do PT ao comunismo

Pergunta	Respostas positivas (SIM) dentre os que admitem a existência de partidos comunistas no Brasil			Geral
	Cont.	%(312)	%(400)	
O PT é um partido Comunista?	186	59,6	46,5	
O PT é contrário aos Cristãos?	168	53,8	42,0	
O PT ilude a população?	203	65,1	50,8	
O PT é aliado do com. internacional?	154	49,4	38,5	

Fonte: Pesquisa de opinião realizada em Governador Valadares/MG em 21/10/2022.

Optamos por comparar os dados aferidos no grupo de controle dos 312 entrevistados e os dados gerais para demonstrar como tanto em um quanto em outro os números são muito altos e significativos. Era esperado que dentro do grupo de controle dos 312 entrevistados as manifestações anticomunistas fossem altas. Mas quando comparamos esses dados proporcionais dos 312 entrevistados aos dados gerais dos 400

entrevistados percebemos que o discurso anticomunista de viés antipetista é muito exacerbado não apenas no primeiro.

A próxima tabela demonstra nos diferentes segmentos o quantitativo de entrevistados que além de admitir a existência de partidos comunistas no Brasil, responderam sim às questões propostas. As respostas **Não** e **Não sabe** foram omitidas para a acomodação dos dados na apresentação, mas o total de cada célula com indicação de porcentagem, somada às outras respostas, será sempre 100%.

Tabela 13 – Estratificação dos entrevistados que associam o PT ao comunismo

Respostas SIM entre os 312 entrevistados que admitiram a existência de partidos comunistas no Brasil								
	O PT é um partido comunista?		O PT é contrário os cristãos?		O PT ilude a população?		O PT é aliado do Com. Internacional?	
	Cont.	%	Cont.	%	Cont.	%	Cont.	%
Gênero								
Masculino	106	69,3	94	61,4	115	75,2	91	59,5
Feminino	80	50,3	74	46,5	88	55,3	63	39,6
Idade								
16 a 24	20	54,1	18	48,6	25	67,6	17	45,9
25 a 34	35	57,4	31	50,8	38	62,3	28	45,9
35 a 44	43	65,2	42	63,6	45	68,2	36	54,5
45 a 59	52	65,0	45	56,3	50	62,5	45	56,3
60 ou mais	36	52,9	32	47,1	45	66,2	28	41,2
Escolaridade								
Ens. Fundam.	59	59,6	52	52,5	61	61,6	47	47,5
Ensino Médio	87	58,8	80	54,1	95	64,2	77	52,0
Ensino Superior	40	61,5	36	55,4	47	72,3	30	46,2
Renda Familiar								
Não Declarou	19	57,6	17	51,5	21	63,6	12	36,4
Até 02 salários	81	54,7	70	47,3	85	57,4	68	45,9
02 a 05 salários	66	62,9	64	61,0	77	73,3	57	54,3
05 ou mais	20	76,9	17	65,4	20	76,9	17	65,4
Religião								
Católica	67	50,4	64	48,1	81	60,9	57	42,9
Evangélica	83	64,8	77	60,2	86	67,2	67	52,3
Outros	36	70,6	27	52,9	36	70,2	30	58,8

Fonte: Pesquisa de opinião realizada em Governador Valadares/MG em 21/10/2022.

Embora os números sejam muito altos praticamente em todas as faixas, alguns pontos de análise se destacam. Primeiramente é o fato de que os dados nos sugerem que o anticomunopetista valadarense mais ferrenho é o homem de 35 a 44 anos com ensino superior e renda mensal de mais de cinco salários-mínimos.

Em segundo lugar, mesmo com os católicos apresentando menores índices de respostas SIM, as três categorias relevantes para a estratificação por religião apresentaram altos patamares positivos, inclusive aqueles que declararam seguir outras religiões ou serem ateus. Essa constatação indica um promissor campo de pesquisa no município.

Em terceiro lugar é premente reiterar que mesmo com a estratificação por gênero, idade, escolaridade, renda e religião, o patamar mínimo de 40% de respostas positivas para as questões se manteve. À exceção de duas situações, quando as mulheres e as pessoas que não declararam renda foram questionadas sobre a possibilidade do PT ser aliado ao comunismo internacional, 39,6% e 36,4% respectivamente.

Como adotamos inicialmente a hipótese de que os índices de anticomunopetismo seriam altos em Governador Valadares, propomos outra questão de controle ao solicitarmos que os entrevistados definissem o comunismo. Consideramos importante entender a indicação da base argumentativa desses indivíduos, principalmente os que repelem o PT com um discurso ressignificado da década de 1960. Retomando a classificação adotada e já apresentada nesse texto, para os entrevistados que classificaram o comunismo de forma minimamente elaborada atribuímos a categoria **específica**. Para os que propuseram uma definição geral atribuímos a categoria **genérica**. E para os que não responderam registramos simplesmente a informação que **não souberam responder**.

Com o cruzamento das questões de controle propostas, a existência de partidos comunistas no Brasil e a definição do comunismo (com as respostas genéricas e não soube responder agregadas) temos a seguinte tabela:

Tabela 14 – Definição de Comunismo e existência de partidos comunistas no Brasil

		Definição de comunismo		Total	
		Específico	Gen./Não Sabe		
Existem partidos comunistas no Brasil?	Sim	95	217	312	
		30,4%	69,6%	100,0 %	
	Não	17	33	50	
		34,0%	66,0%	100,0 %	
	Não Sabe	4	34	38	
		10,5%	89,5%	100,0 %	
Total		116	284	400	
		29,0%	71,0%	100,0 %	

Fonte: Pesquisa de opinião realizada em Governador Valadares/MG em 21/10/2022.

Dentre os 400 entrevistados a minoria demonstrou condições de definir adequadamente o que vem a ser o comunismo, 29% ou 116 indivíduos. E dentro desse grupo 95 indivíduos admitiram a existência de partidos comunistas no Brasil. O enfoque agora será justamente nesses indivíduos que além de admitir a existência de partidos comunistas no Brasil, demonstraram capacidade mínima de defini-lo sem divagações. A estratificação adotada foi a mesma proposta na **Tabela 13 – Estratificação dos entrevistados que associam o PT ao comunismo** – para as questões que associavam o PT às características denunciadas no discurso anticomunista católico da década de 1960, gênero, idade, escolaridade, renda e religião.

Com os dados estruturados levando em consideração tais referências, temos a seguinte tabela:

Tabela 15 – Estratificação dos entrevistados que definem comunismo de forma específica

	O PT é um partido comunista?		O PT é contrário os cristãos?		O PT ilude a população?		O PT é aliado do Com. Internacional?	
	Cont.	%	Cont.	%	Cont.	%	Cont.	%
Gênero								
Masculino	38	62,3	34	55,7	43	70,5	34	55,7
Feminino	26	47,3	25	45,5	32	58,2	23	41,8
Idade								
16 a 24	3	42,9	3	42,9	6	85,7	4	57,1
25 a 34	11	47,8	9	39,1	15	65,2	8	34,8
35 a 44	19	50,0	20	52,6	22	57,9	19	50,0
45 a 59	20	71,4	17	60,7	19	67,9	18	64,3
60 ou mais	11	55,0	10	50,0	13	65,0	8	40,0
Escolaridade								
Ens. Fundam.	7	46,7	7	46,7	7	46,7	6	40,0
Ensino Médio	30	62,5	30	62,5	35	72,9	30	62,5
Ens. Superior	27	50,9	22	41,5	33	62,3	21	39,6
Renda Fam.								
Não Declarou	9	64,3	8	57,1	9	64,3	7	50,0
Até 02 salários	18	56,3	17	53,1	19	59,4	17	53,1
02/05 salários	24	47,1	24	47,1	33	64,7	23	45,1
05 ou mais	13	68,4	10	52,6	14	73,7	10	52,6
Religião								
Católica	22	43,1	24	47,1	32	62,7	24	47,1
Evangélica	29	70,7	28	68,3	29	70,7	28	68,3
Outros	13	54,2	7	29,2	14	58,3	7	29,2

Fonte: Pesquisa de opinião realizada em Governador Valadares/MG em 21/10/2022.

Com o novo parâmetro adotado, passou a se destacar o homem evangélico entre 45 e 59 anos de nível médio com renda mensal familiar acima de 05 salários-mínimos. Ou seja, aqui temos um anticomunopetista mais idoso forjado no meio evangélico que ao ser questionado sobre o que é o comunismo, consegue se posicionar de forma mais articulada que os outros entrevistados.

Chama a atenção o fato de que apesar de no geral o anticomunopetista mais ferrenho do município estar no grupo de pessoas com ensino superior, quando isolamos os que conseguem definir o comunismo, as pessoas com ensino médio se sobressaiam. Devemos reiterar que quanto a essa questão não existia a previsão de resposta certa ou errada. Nossos pesquisadores simplesmente analisaram os discursos mais elaborados como definições **específicas**, e os discursos menos elaborados como definições **genéricas**.

Com o perfil anticomunopetista valadarense traçado, se impõe a dúvida de como esses indivíduos se colocam em relação a questões democráticas como, por exemplo, o respeito aos resultados das urnas nas eleições quando desfavoráveis aos seus candidatos, e a liberdade política de opositores políticos que se postam democraticamente.

5 – Os anticomunopetistas valadarenses e a democracia

Para identificarmos as posturas adotadas pelos entrevistados em relação aos valores próprios à democracia, mantivemos o parâmetro estabelecido pela questão de controle **01** da **Tabela 05 – Existem partidos comunistas no Brasil?** –, e propusemos a aplicação de outras quatro questões: **01** – O Brasil pode se tornar um país comunista dependendo de quem vença as eleições presidenciais?; **02** – Você se sente seguro(a) ao declarar sua intenção de voto para presidente?; **03** – O Brasil seria um país melhor se os políticos que pensam diferente de você fossem presos?; **04** – Você pretende questionar a lisura das urnas caso seu candidato a presidente não seja eleito?.

As respostas positivas alcançadas a partir desse cruzamento foram as seguintes:

Tabela 16 – Respostas (SIM) dos que admitem existência de partidos comunistas no Brasil

Pergunta	Cont.	%(312)
----------	-------	--------

01 – O Brasil pode se tornar um país comunista dependendo de quem vença as eleições presidenciais?	189	60,6
02 – Você se sente seguro(a) ao declarar sua intenção de voto para presidente?	211	67,6
04 – O Brasil seria um país melhor se os políticos que pensam diferente de você fossem presos?	197	63,1
05 – Você pretende questionar a lisura das urnas caso seu candidato a presidente não seja eleito?	103	33,0

Fonte: Pesquisa de opinião realizada em Governador Valadares/MG em 21/10/2022.

Poderíamos classificar como preocupante o fato de que dentre os 312 entrevistados que admitiram a existência de partidos comunistas no Brasil, 60,6% acreditam em uma eventual comunização do Brasil, apenas 67,6% se sintam seguros em declarar suas intenções de voto, 63,1% declararam preferir que seus adversários políticos fossem presos simplesmente por pensarem de forma diferente, e 33% pretendam questionar a lisura das urnas com eventual derrota de seus candidatos.

No entanto, como a proposta é entender como as opiniões desses entrevistados se conformam à medida que eles se apresentam mais ou menos anticomunopetistas, estabelecemos uma escala de anticomunopetismo (**Inexistente, baixo, médio, alto, e muito alto**) em relação às perguntas **02 a 05** da **Tabela 04 – Questões sobre a associação do PT ao comunismo**.

Para cada um dos entrevistados foi atribuído um nível de anticomunopetismo de acordo com os seguintes parâmetros: **Inexistente** – para os entrevistados que **não** responderam sim a qualquer uma dessas questões; **Baixo** – para os entrevistados que responderam sim a pelo menos **uma** dessas questões; **Médio** – para os entrevistados que responderam sim a pelo menos **duas** dessas questões; **Alto** – para os entrevistados que responderam sim a pelo menos **três** dessas questões; e **Muito Alto** – para os entrevistados que responderam sim a **quatro** dessas questões.

Os dados verificados a partir do cruzamento entre as opiniões sobre a existência de partidos comunistas no Brasil e o nível de anticomunopetismo dos entrevistados foram os seguintes:

Tabela 17 – Nível de anticomunopetismo dos entrevistados

		Existem Partidos Comunistas no Brasil?			
Nível de anticomunopetismo		Sim	Não	NS/NR	Total
Inexistente	Contagem	88	38	28	154
	%	57,1%	24,7%	18,2%	100%
Baixo	Contagem	23	9	1	33
	%	69,7%	27,3%	3,0%	100%
Médio	Contagem	33	2	6	41
	%	80,5%	4,9%	14,6%	100%
Alto	Contagem	45	1	0	46
	%	97,8%	2,2%	0,0%	100%
Muito Alto	Contagem	123	0	3	126
	%	97,6%	0,0%	2,4%	100%
Total	Contagem	312	50	38	400
	%	78,0%	12,5%	9,5%	100%

Fonte: Pesquisa de opinião realizada em Governador Valadares/MG em 21/10/2022.

Com os dados apresentamos podemos perceber que à medida que o entrevistado apresenta nível mais exacerbado de anticomunopetismo, maior a tendência de declarar que existem partidos comunistas no Brasil. No entanto, essa constatação não é capaz de confirmar a hipótese inicial estabelecida, qual seja, a de que quanto mais anticomunopetista se declara o entrevistado, maior a tendência de assumir valores antidemocráticos.

Dessa forma, procedemos ao cruzamento do nível de anticomunopetismo dos entrevistados em relação às questões veiculadas na **Tabela 16 – Respostas (SIM) dos que admitem existência de partidos comunistas no Brasil**, ainda adotando como pré-requisito os 312 entrevistados que admitiram a existência de partidos anticomunistas no Brasil.

No primeiro caso, quando o entrevistado foi questionado sobre a possibilidade do Brasil se tornar um país comunista dependendo de quem vencesse as eleições presidenciais, os resultados foram os seguintes:

Tabela 18 – Anticomunopetismo em relação à comunização do Brasil

		O Brasil pode se tornar um país comunista dependendo de quem vença as eleições presidenciais?		
Nível Anticomunopetista	Sim	Não	NS/NR	
Inexistente	22	63	3	
	25,0%	71,6%	3,4%	
Baixo	11	11	1	

	47,8%	47,8%	4,3%
Médio	16	17	0
	48,5%	51,5%	,0%
Alto	30	14	1
	66,7%	31,1%	2,2%
Muito Alto	110	11	2
	89,4%	8,9%	1,6%
Total	189	116	7
	60,6%	37,2%	2,2%

Fonte: Pesquisa de opinião realizada em Governador Valadares/MG em 21/10/2022.

Podemos adiantar que os dados aferidos nessa tabela apresentam uma lógica que será reproduzida nas próximas três, ou seja, quanto maior o nível de anticomunopetismo do indivíduo, maior a tendência de assumir tendências antidemocráticas. A crença na chance do Brasil se tornar um país comunista se configura como uma postura antidemocrática pelo simples fato de não termos, na realidade, nenhum partido comunista pleiteando à presidência da república com chances reais de vitória. Nesse sentido, o temor do Brasil se tornar comunista está associado aos entrevistados que rejeitam o PT, e atribuem aos seus políticos e eletores a alcunha comunistas.

Na próxima tabela, apresentaremos os resultados aferidos em relação às respostas em que os entrevistados manifestaram se sentir seguros ou inseguros ao declarar abertamente suas intenções de votos na eleição presidencial. Evidentemente se sentir seguro ao declarar sua intenção de voto não se configura como uma postura antidemocrática. Mas o que devemos nos ater é o índice de pessoas que não se sentem seguras ao declarar suas intenções de votos para a disputa presidencial.

Os dados aferidos foram os seguintes:

Tabela 19 – Anticomunopetismo em relação à segurança em declarar intenção de voto

	Você se sente seguro(a) ao declarar sua intenção de voto para presidente?		
Nível Anticomunopetista	Sim	Não	NS/NR
Inexistente	38	50	0
	43,2%	56,8%	0,0%
Baixo	12	10	1
	52,2%	43,5%	4,3%
Médio	24	9	0
	72,7%	27,3%	0,0%
Alto	28	17	0
	62,2%	37,8%	0,0%
Muito Alto	109	12	2

	88,6%	9,8%	1,6%
Total	211	98	3
	67,6%	31,4%	1,0%

Fonte: Pesquisa de opinião realizada em Governador Valadares/MG em 21/10/2022.

Esses resultados demonstram como as pessoas que apresentam maior nível de anticomunopetismo apresentam a tendência de se sentirem mais seguras em relação às suas escolhas, ao menos em assumi-las abertamente em suas relações cotidianas. Enquanto isso, pessoas que apresentam menor índice de anticomunopetismo, ou seja, rejeitam em menor proporção o PT, apresentam a tendência de se sentirem menos seguras. Dentre esses, 56,8% declararam não se sentir seguros ao declarar sua intenção de voto para presidente.

Nesses termos, é notória a condição antidemocrática proveniente do sentimento anticomunopetista em Governador Valadares. À medida que o entrevistado incorpora e reproduz o discurso anticomunopetista, também reproduz uma postura antidemocrática ao causar no seu contraditório, os que não rejeitam o PT, medo de assumir seus posicionamentos políticos.

Mais uma vez, o dado preocupante não está nos entrevistados anticomunopetistas se declararem seguros ao se expressarem quanto às suas intenções de voto, mas sim no efeito que isso causa nos que não coadunam dos mesmos posicionamentos políticos dos primeiros. A partir desses dados podemos afirmar que a tão bradada liberdade de expressão tem parâmetros muito bem definidos. Ela é seletiva e válida apenas para a maioria anticomunopetista mais exacerbada, relegando no caso de Governador Valadares à minoria que não rejeita o PT o direito a se silenciar no jogo político, reproduzindo uma perversa realidade antidemocrática que é o cerceamento da liberdade de expressar posicionamentos e preferências políticas.

Na próxima tabela apresentaremos os resultados quanto às respostas dos entrevistados quando enqueridos a respeito de desejarem que seus políticos opositores fossem presos para que o Brasil se tornasse um país melhor.

Tabela 20 – Anticomunopetismo em relação aos opositores políticos

	O Brasil seria um país melhor se os políticos que pensam diferente de você fossem presos?		
Nível Anticomunopetista	Sim	Não	NS/NR
Inexistente	46	33	9
	52,3%	37,5%	10,2%
Baixo	13	7	3

	56,5%	30,4%	13,0%
Médio	18	13	2
	54,5%	39,4%	6,1%
Alto	26	15	4
	57,8%	33,3%	8,9%
Muito Alto	94	23	6
	76,4%	18,7%	4,9%
Total	197	91	24
	63,1%	29,2%	7,7%

Fonte: Pesquisa de opinião realizada em Governador Valadares/MG em 21/10/2022.

Devemos destacar que os dados são verdadeiramente alarmantes em qualquer uma das faixas definidas para os níveis de anticomunopetismo em Governador Valadares. Mesmo que a graduação identificada seja recorrente em todas as questões propostas, com os entrevistados que apresentam nível **Muito Alto** de anticomunopetismo apresentando posicionamentos mais antidemocráticos, os dados gerais são inaceitáveis para os que defendem a democracia.

Mesmo entre os entrevistados que apresentaram índice Inexistente de anticomunopetismo o resultado positivo para a questão proposta foi de 52,3%. Ou seja, por mais evidente que seja a conclusão, precisamos destacar que a cada 10 pessoas no município de Governador Valadares que admitem a existência de partidos comunistas no Brasil, 5 entendem que o país seria melhor se seus opositores fossem presos. Pouca coisa é mais antidemocrática do que a intenção de coibir a expressão política do contraditório. Evidentemente se essa expressão política estiver circunscrita os ideais da liberdade e democracia política, e não subjugados a pressupostos totalitários e/ou ditoriais.

Quanto aos entrevistados que apresentaram nível **Muito Alto** de anticomunopetismo, o índice dentre aqueles que declararam desejar a prisão de seus políticos opositores chegou aos impressionantes 76,4%. Esses dados deixam em aberto algumas interessantes possibilidades de pesquisa para a população do município de Governador Valadares, que nesse trabalho apresentou uma consolidada postura antidemocrática em diferentes pontos.

Trataremos agora da última questão proposta para avaliar os posicionamentos antidemocráticos dos anticomunopetistas de Governador Valadares, a pretensão dos entrevistados questionarem a lisura das urnas caso seu candidato à presidência não fosse eleito.

Tabela 21 – Anticomunopetismo em relação à lisura das urnas eletrônicas

		Você pretende questionar a lisura das urnas caso seu candidato a presidente não seja eleito?		
Nível Anticomunopetista		Sim	Não	NS/NR
Inexistente	16	63	9	
	18,2%	71,6%	10,2%	
Baixo	2	21	0	
	8,7%	91,3%	0,0%	
Médio	8	21	4	
	24,2%	63,6%	12,1%	
Alto	10	33	2	
	22,2%	73,3%	4,4%	
Muito Alto	67	51	5	
	54,5%	41,5%	4,1%	
Total	103	189	20	
	33,0%	60,6%	6,4%	

Fonte: Pesquisa de opinião realizada em Governador Valadares/MG em 21/10/2022.

Em um primeiro momento e comparados aos outros dados apresentados, esses números gerais podem parecer baixos, mas o patamar mantido entre os anticomunopetistas mais exacerbados ainda é alarmante. Dentre os entrevistados que apresentaram o índice **Muito Alto** de anticomunopetismo, mais da metade (54,5%) declarou que pretendia questionar o resultado das urnas eleitorais caso seu candidato a presidente não se sagrasse vitorioso. Mesmo entre aqueles classificados com nível **Inexistente** de anticomunopetismo, os dados alcançados (18,2%) não deixam de ser preocupantes.

Tal posicionamento, de propensão ao questionamento da lisura das urnas eletrônicas, é um dos mais nefastos resultados das campanhas difamatórias direcionadas ao nosso sistema eleitoral nos últimos anos. Um discurso plenamente eivado de informações deturpadas, incompletas e falsas que alimentaram em parte da nossa população as ideias e posições antidemocráticas que apresentaram efeito prático após o resultado das eleições presidenciais.

Após o segundo turno da eleição presidencial, como em outras localidades do Brasil, Governador Valadares passou a ser palco de aglomerações que se autodenominavam democráticas em prol da Intervenção Militar e anulação das eleições²⁴⁰. Não se pode ignorar que o discurso de fraude eleitoral nas urnas eletrônicas

²⁴⁰ Disponível em: <<https://drd.com.br/manifestacao-em-frente-ao-tiro-de-guerra-pede-intervencao-federal/>>. Acesso em: 04 jan. 2023. Disponível em: <<https://drd.com.br/manifestacao-em-frente-ao-tiro-de-guerra-completa-uma-semana/>>. Acesso em: 04 jan. 2023.

se transformou em uma espécie de devaneio coletivo dentre os indivíduos de perfil mais conservador, que em Governador Valadares contou em grande medida com os pressupostos anticomunopetistas para a sua difusão.

Considerações finais

Retomando a discussão inicial proposta pelos organizadores desse livro, a “Reapropriação da tradição anticomunista no tempo presente”, podemos destacar que a partir do exposto é patente a reapropriação do imaginário anticomunista católico da década de 1960 nos dias de hoje. Embora o inimigo hoje seja outro com o PT e seus políticos e partidários na posição central dos ataques, o objetivo continua sendo o mesmo do período de 1961-1964, limitar o debate político resumindo-o à lógica maniqueísta da luta do bem contra o mal.

Não nos ocupamos pormenorizadamente desse debate ao longo do texto, mas é fundamental registrar que se na década de 1960 identificávamos a articulação de setores mais conservadores da igreja católica, industriais e militares em campanhas de desinformação (DREIFUSS, 1981; MOTTA, 2002; STARLING, 1986; TOLEDO, 2004), hoje o espectro de grupos envolvidos com o mesmo objetivo é muito maior e diversificado.

Mesmo cientes das limitações desse trabalho, inerentes ao que se espera de um capítulo de uma coletânea, entendemos que obtivemos êxito em lançar novas possibilidades de pesquisa, principalmente em relação à população de Governador Valadares.

Ao propormos um neologismo com uma definição que conjuga o anticomunismo e o antipetismo, o anticomunopetismo, buscamos indicar as limitações práticas e atuais desses conceitos consagrados nas ciências humanas e sociais. Essa iniciativa busca despertar novas abordagens para essas temáticas. Sabemos dos desafios que essa iniciativa suscita, mas estamos seguros de sua importância prática, principalmente com os episódios que se seguiram ao final das eleições presidenciais de 2022.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Francis W. de B. **Igreja Católica e comunismo**: articulação anticomunista em periódicos católicos (1961- 1964). 159 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. **O Diabo no imaginário cristão.** Bauru: EDUSC, 2000.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964.** 150 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho:** imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). 2^a ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha:** imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e família:** as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

STARLING, Heloísa. **Os Senhores das Gerais:** os novos inconfidentes e o golpe de 64. Petrópolis: Vozes, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 24, nº 47, p. 13-28, 2004.

CAPÍTULO 14

O discurso anticomunista entre os parlamentares: questões do tempo presente e apropriações do passado

Talles de Almeida Oliveira²⁴¹

Nos últimos anos, assistimos no mundo a um recrudescimento do anticomunismo. Em alguns países, como a Ucrânia, o comunismo e suas manifestações foram proibidos por lei²⁴². O Parlamento Europeu aprovou uma emenda em que condenava tanto o “comunismo” soviético quanto o nazismo como culpados pela irrupção da Segunda Guerra Mundial. No corpo do texto, falam em “totalitarismo”, em uma tentativa de equiparar os regimes²⁴³. Nos Estados Unidos, Donald Trump e sua campanha eleitoral, sob o slogan “Make America Great Again”, mobilizaram um discurso que prometia acabar com o socialismo nos EUA.

O Brasil, principalmente a partir de 2013, não ficou de fora desse processo. O atual presidente, Jair Bolsonaro, foi eleito em 2018 com um forte discurso anticomunista, fazendo relembrar os momentos que antecederam o golpe de 1964, em que, como mostrou Rodrigo Patto Sá Motta (2000), o anticomunismo foi elemento essencial para mobilizar grupos em prol da defesa do país contra o “inimigo vermelho”. Indivíduos que fizeram parte do governo, como o ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, também demonstraram uma ferrenha aversão ao comunismo. O assim chamado “guru” de Bolsonaro e autointitulado filósofo, Olavo de Carvalho, que já na década de 1990 escrevia textos de caráter anticomunista, na conjuntura pós-2013 passou a ter cada vez mais influência, tornando-se o grande mentor intelectual da “nova direita” — movimento que é um dos marcos da conjuntura que se abriu em 2013, com as Jornadas de Junho (BRINGEL; PLEYERS, 2015). Na esteira desse movimento e da nova conjuntura, portanto, o anticomunismo voltou a se destacar enquanto elemento relevante das disputas políticas (MIGUEL, 2016).

²⁴¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

²⁴² De acordo com a Embaixada Ucraniana no Brasil, a lei foi publicada no Diário Oficial da Ucrânia em 29/05/2015 — ano 2015, nº 40, página 30, artigo 1181. Ver: <https://brazil.mfa.gov.ua/pt/news/lei-da-ucrania-condenacao-de-regimes-totalitarios-comunistas-e-nacional-socialistas-nazistas-na-ucrania-e-proibicao-da-propaganda-de-seus-simbolos>.

²⁴³ A íntegra do documento está em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2019-0021_PT.html.

Nesse sentido, nosso objetivo é examinar, à luz de outros momentos da história do Brasil, alguns dos elementos que constituem o anticomunismo do tempo presente. Para isso, nosso foco recairá, principalmente, em quatro projetos de lei. Três deles pedem diretamente a criminalização do comunismo: o PL 5358/2016, do deputado Eduardo Bolsonaro, na época membro do Partido Social Cristão (PSC); o PL 4425/2020, também de Eduardo Bolsonaro, à época membro do Partido Social Liberal (PSL); e o PL 4159/2020, apresentado por Carla Zambelli, do PSL, e que posteriormente recebeu a coautoria de Luiz Phillippe de Orleans e Bragança, Carlos Jordy, Major Fabiana, Bia Kicis, Filipe Barros e Caroline de Toni, também membros do PSL. O PL 5233/2019, do deputado Daniel Silveira, do PSL, não pede diretamente a criminalização do comunismo. Seu objetivo é instituir um “Dia Nacional em memória das vítimas do Comunismo no Brasil”.

Três desses projetos, como mencionado, tratam-se de iniciativas de criminalização do comunismo. Por si só, esse fato já aponta para a relevância desse tipo de fonte para examinarmos o estado atual do discurso anticomunista no Brasil. Ademais, esses pedidos de criminalização têm relação com o que ocorre internacionalmente. Não é à toa que alguns dos projetos de lei se refiram diretamente à proibição do comunismo em outros países. Em 2016, Eduardo Bolsonaro deixava claro que sua fonte de inspiração vinha de outros países da Europa: “Alguns países já proíbem em seu ordenamento legal a ideologia e mesmo o uso de símbolos que fazem referência a esse perverso regime, como Polônia, Ucrânia, Lituânia, Geórgia e Moldávia” (BOLSONARO, 2016, p. 3). O mesmo Eduardo Bolsonaro, em seu PL de 2020, afirma: “Para tanto, buscou-se inspiração na lei ucraniana de condenação dos regimes totalitários nacional-socialistas (nazistas) e comunistas e proibição da propaganda de seus símbolos [...]” (BOLSONARO, 2020, p. 2). Zambelli, por sua vez, afirma que a lei ucraniana de 2015 “serve de inspiração a este PL” (ZAMBELLI et al., 2020, p. 3). Referindo-se aos projetos de lei que pedem a criminalização do comunismo, Daniel Silveira pontua que essas propostas estavam “[...] seguindo os exemplos de Polônia e Ucrânia, que proibiram a organização política e funcionamento de partidos sob esta vertente constitucionalmente, o que é elogiável” (SILVEIRA, 2019, p. 4).

Além disso, tais iniciativas caminham em paralelo a uma série de outros pedidos de criminalização da ideologia e prática comunistas. Nesse aspecto, como ferramenta importante para a constituição da “nova direita” ultraliberal-conservadora (CHALOUB; PERLATTO, 2016; ROCHA, 2019), a internet foi utilizada por civis na mobilização

anticomunista — por exemplo, por meio plataforma *Ideia Legislativa* do site do Senado Federal ou através de sites de petição pública, como o *Change.org*. Como mais um indício da importância do espaço da internet, o próprio Eduardo Bolsonaro, em seu PL de 2016, menciona as redes sociais como importante espaço para a mobilização do repúdio ao comunismo:

Algumas iniciativas nas redes sociais trazem propostas nesse sentido e se mobilizam para conscientizar e angariar apoio popular. Há petições públicas como a do endereço eletrônico “PL ANTI-COMUNISMO” (<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR80626>) e do site “O BRASIL CONTRA O COMUNISMO” (<http://www.anticomunismo.tv.br/>) (BOLSONARO, 2016, p. 6).

Além das petições que mencionamos acima, conforme a disputa e a crise política se intensificaram, também passaram a surgir, por exemplo, páginas no *Facebook* que procuravam combater o socialismo e o comunismo a partir da denúncia e da representação negativa desta ideologia (POPOLIN, 2018) — elemento que fica patente, às vezes, no próprio nome das páginas. Indivíduos que publicavam vídeos no *YouTube* criticavam o comunismo como essencialmente mau, responsável, muitas vezes, pelos males por que passava a sociedade brasileira (COUTO NETO, 2022).

O ponto relevante para os projetos que estamos investigando é que a internet dinamizou o debate em torno das propostas, com a presença, por exemplo, de uma enquete (com as opções “concordo totalmente”, “concordo na maior parte”, “estou indeciso”, “discordo na maior parte” e “discordo totalmente”) para cada projeto de lei e um espaço para comentários²⁴⁴.

Os aspectos mencionados acima (o fato de se querer proibir por lei o comunismo, o paralelo com o contexto internacional e a disseminação que tais projetos tendem a ganhar com a difusão da internet) apontam para a relevância da análise dessas fontes. Assim, com base nelas, iremos abordar o anticomunismo do tempo presente, comparando-o às manifestações anticomunistas de outros momentos históricos. Entendendo o anticomunismo como um processo histórico de longa duração, o objetivo geral, portanto, é atentar para as continuidades e descontinuidades que compõem esse fenômeno.

²⁴⁴ Como mencionado, nosso foco é analisar apenas os projetos, mas os comentários e as enquetes podem ser um material interessante para se investigar a recepção e a reverberação da retórica anticomunista das propostas.

Comunismo e conspiracionismo

A concepção segundo a qual existe uma conspiração para instaurar o comunismo é recorrente na história do Brasil. No tempo presente não é diferente. A ideia do “perigo vermelho” ainda constitui tema central nas narrativas anticomunistas. Vejamos como esse elemento aparece nos discursos dos parlamentares, percebendo suas ligações com outros aspectos importantes para a retórica anticomunista.

Em 23 de maio de 2016, o deputado Eduardo Bolsonaro, do Partido Social Cristão (PSC-SP), apresentou um projeto de lei para modificar a redação de duas leis em vigor: a lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que punia os crimes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou nacionalidade, além de proibir o nazismo, e da lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, que reformulava o conceito de organização terrorista. O deputado procurava incluir nessas leis o crime de apologia ao comunismo. Assim, além da punição aos crimes de discriminação previstos nos artigos 1 e 20 da lei de 1989, ele incluía o crime de “fomento ao embate de classes sociais” (BOLSONARO, 2016, p. 1). Procurava, ainda, proibir a veiculação de símbolos e propagandas nazista e comunista. Na lei de 2016, ele procurava adicionar a criminalização daqueles que fomentavam o “embate de classes sociais” e faziam “apologia a pessoas que praticaram atos terroristas a qualquer pretexto bem como a regimes comunistas” (BOLSONARO, 2016, p. 2).

Eduardo Bolsonaro justificou seu projeto de lei ao longo de quatro páginas em que lista os crimes do comunismo e dos comunistas, começando pelo número, recorrentemente citado pelos anticomunistas, das mais de 100 milhões de vítimas dos regimes socialistas. Segundo ele, apesar disso, ainda existem “agremiações de diversas matizes” que “defendem esse nefasto regime, mascarando as reais faces do terror em ideais de igualdade entre as classes sociais” (BOLSONARO, 2016, p. 3).

A ideia de que os comunistas mascaram, disfarçam e agem por trás dos panos é algo notório no texto do projeto de lei. O deputado fala em “fomento de formas subliminar, velada ou mesmo ostensiva, da luta entre grupos distintos” (BOLSONARO, 2016, p. 3). Em outra passagem, afirma que a “mentira é o oxigênio” dos comunistas, sempre “travestidos de idealistas do bem comum”, indivíduos que “manipulam o inconsciente coletivo vendendo a ideia da perfeição do comunismo e a satanização de tudo que a ele se contraponha” (BOLSONARO, 2016, p. 3). Os comunistas supostamente se utilizam da “boa-fé” das pessoas para mascarar seu projeto de poder (BOLSONARO, 2016, p. 3).

Tal discurso se conecta à ideia de doutrinação comunista no ensino. Em seu projeto de 2016, Bolsonaro alude ao ““professor de história”” que entrega “seu vigor engajando-se na defesa de uma sociedade mais justa” e por quem os “jovens” ficam encantados. É o que vemos também no projeto de Daniel Silveira, que afirma que existe “má intenção” e “ignorância” por parte daqueles que não divulgam ou condenam o comunismo da mesma forma que fazem com o nazismo. A ideia de manipulação é notória em suas frases. Segundo ele:

Pelo fato de dominar a Academia, os teóricos do comunismo não revelam a verdade ao corpo discente por conveniência política pura e simples. Focados numa visão romantizada de uma leitura parcial de Marx, desenvolveram um discurso palatável, agradável aos ouvidos, como por exemplo, a “defesa de direitos das minorias”, bem como a “defesa da promoção da igualdade”, tudo com o fim precípua de tomar o poder pelo poder. o que também permeia a grande mídia, que no Brasil acabou por se tornar linha auxiliar de um projeto espúrio, em parte cumprindo papel “desinformante” (SILVEIRA, 2019, p. 3).

Ambos os exemplos são sintomas de um contexto maior marcado pela contestação do ensino considerado partidário e doutrinador. Assistimos nos últimos anos à formulação de movimentos como o Escola Sem Partido (ESP), cujo mote era combater a “contaminação” ideológica no ensino básico e no ensino superior. No início, o marxismo era apontado como o principal inimigo; depois, focando mais nas pautas morais, o movimento passou a dar relevo à ideia de “ideologia de gênero”, uma suposta tentativa de subversão das visões tradicionais em torno de temáticas como gênero e sexualidade.

Desde sua formulação, a teoria da “ideologia de gênero” tem relação com o anticomunismo. Uma de suas primeiras formuladoras, a escritora católica Dale O’Leary, denunciava, em seu livro “The Gender Agenda”, a disseminação e infiltração do marxismo nos estudos feministas que discutiam a construção social dos gêneros. A influência do marxismo estaria, supostamente, levando a uma radicalização desses estudos. A discussão chegou até mesmo ao cardeal, posteriormente nomeado papa, Joseph Ratzinger (MIGUEL, 2016).

A suposta corrupção moral dos comunistas, implícita nas ideias abordadas acima, é algo recorrente na história do anticomunismo. Já no contexto da Revolução Russa de 1917, o comunismo era relacionado à supressão de valores morais da civilização ocidental. Os comunistas, depravados morais, teriam o objetivo de não apenas instaurar o caos político ou econômico, mas de subverter as bases da moralidade, com a defesa,

por exemplo, da destruição da família tradicional, do aborto, de assassinatos e de toda sorte de crimes para se perpetuarem no poder.

Em contexto posterior, já nas décadas de 1960 e 1970, o comunismo também era associado à corrupção moral. Os anticomunistas reagiram às mudanças do período (como o processo de maior afirmação do movimento feminista e dos homossexuais, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a ascensão do movimento hippie e a revolução comportamental) afirmando que elas faziam parte de uma conspiração mundial para subverter as bases da civilização cristã (BRITO, 2019).

O anticomunismo moral, nesse sentido, tem ligação com uma das principais fontes do anticomunismo no Brasil: o catolicismo. Como vimos, foi no interior da Igreja e com base, principalmente, em uma escritora católica que se criou uma frente contra a “ideologia de gênero” no final do século XX. Mas já no século XIX a Igreja se colocava como bastião da defesa da moralidade e da sociedade contra o comunismo. A título de exemplo, basta notar algumas Encíclicas editadas pelos papas que condenavam o socialismo e o comunismo, como a Encíclica *Quanta Cura* e o *Sílabo dos Erros*, editadas pelo papa Pio IX em 1864, e as Encíclicas *Quod Apostolici Muneris*, de 1878, e *Rerum Novarum*, de 1891, publicadas no pontificado de Leão XIII.

No século XX, em função, principalmente, da Revolução Russa, a Igreja intensificou sua atuação, condenando o “comunismo ateu” por querer, supostamente, eliminar o sustentáculo fundamental de toda e qualquer sociedade: a religião. Segundo os anticomunistas católicos, caso isso ocorresse, o destino só poderia ser a ruína social sob o domínio dos imorais revolucionários. O medo generalizado do inimigo vermelho estendia-se à preocupação com a infiltração no interior da própria Igreja católica (MOTTA, 2000).

Como fica claro nos projetos de Eduardo Bolsonaro (2016) e Daniel Silveira (2019), a manipulação ocorreria não apenas no âmbito do ensino e nas salas de aula. Outros espaços teriam grande responsabilidade — notadamente a imprensa e as universidades. Derrotados no terreno da política, os esquerdistas teriam se utilizado desses lugares para disseminar os ideais comunistas, em uma estratégia de dominação cultural desenvolvida pelos membros da Escola de Frankfurt, por György Lukács e por Antonio Gramsci — ao que os anticomunistas dão o nome de “marxismo cultural”. Os comunistas de todo o mundo, inclusive os brasileiros, teriam adotado essa estratégia, apelando à disputa cultural por meio da infiltração na imprensa, nas universidades, nas escolas, nos sindicatos, em suma, em toda a sociedade (COSTA, 2020).

Nesse ponto, o Partido dos Trabalhadores (PT) e seus líderes teriam papel relevante. Bolsonaro acusa os governos do PT de manipulação e parcialidade quanto à história do Brasil:

Esses governos, a todo tempo, tentam implantar suas falácia na consciência coletiva. A exemplo da Comissão Nacional da Verdade que, ao analisar apenas um lado da história, tratou os “guerrilheiros” de modo glamoroso, transformado apenas os militares e demais agentes do Estado em criminosos (BOLSONARO, 2016, p. 5).

Desse modo, sempre na chave de leitura da conspiração e da manipulação, o que pode ser visto e tratado como disputa política, algo normal em qualquer sociedade, é atribuído a um plano perverso de manipulação por meio de mecanismos de controle de corações e mentes. O texto do projeto de lei de Eduardo Bolsonaro (2016) dá bem o tom quanto a esse aspecto, quando o deputado afirma que há uma manipulação do “inconsciente coletivo” por parte dos esquerdistas. O plano é tão bem orquestrado e construído nos mínimos detalhes que os indivíduos não percebem que estão sendo manipulados e servindo como “inocentes úteis” (BOLSONARO, 2016).

O salto entre pontuar que algum grupo pode ter a hegemonia em determinada sociedade e afirmar que ele possui um plano maléfico de dominação e destruição, com base em uma análise moral que opõe bem e mal, é um dos aspectos centrais do discurso anticomunista ao longo da história. Essa concepção é própria de mitos políticos de caráter conspiratório. Em síntese, eles partem de algum elemento que pode ser plausível, superestimam esse aspecto e constroem uma explicação elaborada de como esse elemento faz parte de um complô maléfico contra a sociedade. Como pontua Raoul Girardet:

Da mesma maneira que, nos momentos mais intensos das grandes caçadas aos bruxos dos séculos XVI e XVII, era às conjurações dos servidores de Satã que se atribuíam a irrupção da doença, as devastações da tempestade ou a ruína das colheitas, são as manobras, as maquinações dos manipuladores da sombra que se colocam na origem dos piores flagelos do tempo presente – as guerras, as crises, as discórdias sociais (GIRARDET, 1987, p. 47).

Nesse sentido, as construções mitológicas homogeneizam a realidade. No caso do comunismo, ele passa a englobar todo e qualquer indivíduo ou grupo que seja minimamente de esquerda — e até mesmo aqueles que não o são. A imprensa, as universidades, a Igreja, as escolas, enfim, a sociedade estaria tomada por um inimigo

comum e onipresente. Isso faz com que até mesmo um partido como o PT, que durante 13 anos de governo não fez qualquer movimento em direção ao comunismo, seja considerado comunista.

Por outro lado, esse tipo de mito político — o “mito do Complô” — confere uma explicação para determinada realidade em crise — ao que Girardet chamou de “função social de explicação” (GIRARDET, 1987). A realidade, imersa no caos e na falta de sentido, passa a ser explicável por “[...] um sistema organizado de evidências novas. O destino volta a ficar inteligível; uma certa forma de racionalidade, ou pelo menos de coerência, tende a restabelecer-se no curso desconcertante das coisas [...]” (GIRARDET, 1987, p. 55). Assim, se o Brasil, por exemplo, está em crise, sem rumo e perdido em todos os âmbitos, é porque existe um complô comunista que quer destruir a sociedade. A explicação mítica confere inteligibilidade ao que parece confuso e inexplicável. É por esse motivo, em grande medida, que o mito conspiratório — entre eles o do complô comunista — tende a aparecer em momentos de conturbação social, em que as pessoas buscam respostas para as mazelas do dia a dia.

Outro elemento de continuidade que se liga ao que foi discutido acima é a relativização que Bolsonaro faz da repressão estatal na ditadura militar. Ele afirma que, apesar da tortura ser indefensável, ela foi utilizada como defesa contra o terrorismo esquerdistas: “O Estado brasileiro teve de usar seus recursos para fazer frente a grupos que não admitiam a ordem vigente e, sob esse argumento, implantaram o terror no país” (BOLSONARO, 2016, p. 4-5). Posteriormente, ele afirma: “Os militares, em especial, e os demais agentes públicos *cumpriram sua missão* tendo seus eventuais excessos apurados e punidos como de praxe se faz na caserna. O Poder Judiciário nunca foi alijado do acompanhamento das questões relativas ao seu mister [grifo meu]” (Ibidem, p.5). Por fim, cita o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que “[...] atuou no DOI-CODE, órgão oficial do Estado de repressão ao terrorismo, em 1970” (BOLSONARO, 2016, p. 5).

Em sua apropriação do passado, portanto, Eduardo Bolsonaro confere grande papel aos militares no contexto de 1964: recuperaram e garantiram a ordem que estava ameaçada por aqueles — os comunistas — que queriam subverter a sociedade. Aliado à visão conspiracionista que apontamos acima, vê-se aqui a manifestação do “mito do Salvador”, também analisado por Girardet. Segundo o autor:

[...] o homem providencial aparece sempre como um lutador, um combatente. Sempre ameaçado, sempre resistindo à beira do precipício,

recusa submeter-se ao destino. Quer restaure a ordem estabelecida ou a subverte, quer organize ou anuncie aquele que está por vir, é sempre, por outro lado, sobre uma linha de ruptura dos tempos que se situa seu personagem. É na manifestação de presente imediato – presente de decadência, de confusão ou de trevas – que ele se afirma e se define; com ele, graças a ele, o “depois” não será mais como o “antes” (GIRARDET, 1987, p. 80-81).

Daniel Silveira, em sua justificativa, caminha no mesmo sentido. Segundo ele, em 1964 ocorreu uma “contrarrevolução”: “O movimento contrarrevolucionário de 1964, se nos trouxe um regime de força, nos livrou de outro bem pior e maior [...]” (SILVEIRA, 2019, p. 4). Para ele, é preciso trazer à tona a verdade sobre esse momento histórico:

O estabelecimento da verdade, ainda que estendamos o debate ao longo do tempo fazendo uso da garantida e plena liberdade de expressão, é fator primordial para o aperfeiçoamento das instituições democráticas e da própria democracia e hoje sabemos que esta Nação esteve a um passo de tornar-se mais uma desgraça como as acima referidas nações asiáticas, europeias, caribenhas, sul-americanas e africanas que experimentaram e algumas mantiveram o comunismo (SILVEIRA, 2019, p. 5).

Por esses motivos, seu objetivo é instituir o dia 31 de março (data de início do golpe de 1964) como o Dia Nacional das Vítimas do Comunismo.

Para fundamentar sua visão conspiracionista a respeito do comunismo e suas propostas, os parlamentares recorreram a outros elementos do passado. Eduardo Bolsonaro, por exemplo, faz alusão a antigas iniciativas parlamentares. Ele menciona o projeto de lei 1.857, de 1952, do deputado Humberto Moura, que objetivava criar a Medalha de Mérito anticomunista; a iniciativa do deputado Dario de Barros, também de 1952, “[...] para criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a amplitude da penetração comunista no País” e alertar para o fato de que “[...] os órgãos mais representativos da imprensa sistematicamente chamavam a atenção das autoridades para o perigo de um movimento de sublevação da ordem planejado por elementos comunistas” (BOLSONARO, 2016, p. 4); e o projeto de lei 3.016, formulado pelo deputado Mendes de Moraes em 1961, “visando a repressão e defesa contra a implantação e propaganda do regime comunista” (BOLSONARO, 2016, p. 4) — que parecia ganhar força em função da Revolução Cubana de 1959 e do auxílio da União Soviética e da China ao regime socialista cubano.

Além disso, ele se refere a outro acontecimento relevante: a Intentona Comunista de 1935. Segundo ele, “No Brasil, mesmo antes do auge dos atos terroristas contra o Estado, movimentos deflagrados em 1935 nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e no Distrito Federal já delineavam as reais intenções dos comunistas” (Ibidem, p.3). A Intentona, como argumenta Rodrigo Patto Sá Motta, foi um ponto de inflexão na história do anticomunismo brasileiro:

Porém, foi a “Intentona Comunista”, em novembro de 1935, a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil. O impacto foi enorme sobre a opinião conservadora, afinal, não era uma rebelião comum: tratou-se de uma tentativa armada dos comunistas de tomarem o poder, a qual, uma vez bem-sucedida, poderia ter provocado grandes transformações na organização social brasileira (MOTTA, 2000, p. 7).

As representações e práticas que se formaram em torno e a partir desse evento cristalizaram o anticomunismo enquanto elemento recorrente na história do Brasil. Consolidou-se uma tradição anticomunista que, ao longo dos anos, foi sendo reproduzida e alimentada seja pelo Estado, seja por outros organismos e indivíduos (MOTTA, 2000, p. 7).

Contudo, no anticomunismo do tempo presente, as referências à Intentona não são recorrentes. Nos projetos de lei examinados, há apenas a alusão que mencionamos acima. Analisando os discursos de representantes da “nova direita” (Olavo de Carvalho, Rodrigo Constantino e Reinaldo Azevedo), Motta indica que as menções ao acontecimento “praticamente sumiram” (MOTTA, 2019, p. 96). Portanto, ao longo do tempo, a insurreição de 1935 perdeu espaço enquanto elemento de referência para os anticomunistas.

Não se pode falar o mesmo a respeito das alusões a países como Cuba, URSS e China. Assim como em outros momentos históricos, no tempo presente eles são constantemente mencionados. O que se modificou foi a incorporação de outros regimes ao discurso, notadamente o da Venezuela e o da Coreia do Norte. Incluindo até mesmo países africanos, Daniel Silveira afirma:

Já não se esconde mais que o comunismo enquanto sistema político, econômico e social estabelecido por um Estado Socialista vitimou centenas de milhões de pessoas em todo o planeta considerando sua primeira experiência prática registrada em 1917, com o advento da Revolução Russa e fundação da União das Repúblicas Socialistas

Soviéticas até os atuais regimes enraizados na China, Coréia do Norte, Venezuela, em Cuba e nações do continente africano (SILVEIRA, 2019, p. 1).

Eduardo Bolsonaro, em seu projeto de lei de 2020, equipara nazismo e comunismo e faz referência direta a líderes que ele considera representantes do comunismo:

[...] as duas correntes [nazismo e comunismo] serviram como instrumento para o domínio de genocidas, em diferentes níveis, ao redor de todo o mundo, tendo como principais exemplos: o nazista Adolph Hitler e os comunistas Josef Stalin, Mao Tsé-Tung, Pol-Pot, Fidel Castro e mais recentemente Hugo Chávez e Nicolás Maduro (BOLSONARO, 2020, p. 5).

Para ficar em um último exemplo, em discurso no plenário da Câmara, o mesmo Eduardo Bolsonaro faz alusão a países “comunistas” para reforçar seu argumento. Junto a exemplos do passado, a Venezuela aparece novamente como modelo atual:

O tempo é curto, Sr. Presidente, mas registro ainda por onde passou o sistema comunista: na China, com 60 milhões de mortos; na União Soviética, com 35 milhões de mortos, dos quais 5 milhões na Ucrânia, em razão da fome. Inclusive, vá à Ucrânia e fale de comunismo, vá à Polônia e fale de comunismo. Esses países já têm leis muito mais severas proibindo apologia a esse sistema nefasto, e o Brasil não pode ficar atrás. Não precisamos chegar à Venezuela para saber que isso é ruim (Eduardo Bolsonaro — PSC/SP, discurso em Plenário em 25/05/2016).

Como vimos até aqui, há uma gama de elementos mobilizada pelo discurso anticomunista. Alguns têm ligação direta com a retórica anticomunista de outros momentos: a ideia de conspiração e doutrinação comunistas, de que os comunistas objetivam destruir o tecido social por meio da corrupção moral, as referências à União Soviética e à Cuba. Tais elementos foram reappropriados pelos atores políticos e, em seus discursos, se juntam a aspectos próprios do tempo presente: a relativização do passado ditatorial e as alusões ao PT e a países como Venezuela e Coreia do Norte, por exemplo. Assim, tendo como base uma visão de mundo conspiracionista, segundo a qual o comunismo é onipresente e responsável por todos os males da sociedade, os anticomunistas releem o passado, interpretam o presente à sua maneira e, em alguns dos exemplos que analisamos, pedem a criminalização do inimigo.

Comunismo, nazifascismo e totalitarismo

Além dos aspectos destacados acima, outro elemento recorrente nos projetos de lei examinados é a equiparação entre nazifascismo e comunismo. Os dois projetos de Eduardo Bolsonaro (2016 e 2020) têm como premissa a incorporação do comunismo à lei que proíbe o nazismo. O projeto encabeçado por Carla Zambelli (2019) procura criminalizar nazismo e comunismo em um texto legal à parte. Por si sós, esses fatos já demonstram a relevância da equiparação para a retórica anticomunista do tempo presente. Vejamos, porém, o conteúdo dos discursos no tocante a essa temática.

O primeiro exemplo é uma fala de Eduardo Bolsonaro no plenário, no dia 25/05/2016. Depois de mencionar os 6 milhões de judeus mortos pelo Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, que ele chama de “PT da Alemanha”, Eduardo Bolsonaro afirma:

E o que dizer, Sr. Presidente, de um sistema que já matou mais de 100 milhões de pessoas em todo o mundo, mais do que todas as catástrofes naturais, mais do que tudo que esse mundo já viu com relação à peste? O regime comunista, em pouco mais de um século, matou mais de 100 milhões de pessoas. O Prof. Olavo de Carvalho, em seus livros, em suas obras, descreve, com as fontes, perfeitamente esses fatos (Eduardo Bolsonaro — PSC/SP, discurso em Plenário em 25/05/2016).

Além da menção a Olavo de Carvalho, uma das principais fontes de inspiração da nova direita, o relevante no trecho acima é que comunismo seria não só equiparável, mas até mesmo mais nefasto que o nazismo, visto que teria ceifado mais vidas que os regimes nazifascistas.

Três anos depois, em tom semelhante, Daniel Silveira indaga:

Por quais razões políticos e militantes consideram o Nazismo e o Fascismo regimes crueis (justificadamente), mas não o Comunismo, o Socialismo ou qualquer outra nomenclatura que se possa dar ao coletivismo que matou e fez sofrer de maneira ainda mais intensa e em número maior, avassalador? (SILVEIRA, 2019, p. 3).

Segundo ele, a resposta a essa pergunta estaria na “má intenção e ignorância” de certos setores da sociedade.

Em seu projeto de 2020, Carla Zambelli argumenta:

O objetivo deste Projeto é reparar uma terrível injustiça histórica. Enquanto no Brasil e alhures o regime nazista é execrado – como não poderia deixar de ser, e assim por motivos óbvios, o mesmo tratamento não é dado aos regimes comunistas. É de conhecimento público que, entre 1917 e 1987, os regimes totalitários comunistas ceifaram a vida de mais de 100 milhões de pessoas, especialmente na China, União Soviética e Camboja. No mesmo período, impuseram restrições quase totais às populações do leste europeu, grande parte da Ásia e Cuba (ZAMBELLI, et al., 2020, p. 3).

Segundo ela, apesar disso, “muitos ainda hoje se prestam ao serviço abominável de enaltecer as experiências comunistas” (ZAMBELLI, et al., 2020, p.3). Era preciso dar o mesmo tratamento às duas ideologias.

Tal recurso à equiparação entre a ideologia nazifascista e a ideologia comunista é algo presente na história do anticomunismo, no Brasil e no mundo. Na conjuntura de efervescência política que culminou no golpe de 1964, por exemplo, membros do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) recorreram a essa equiparação como forma de defender seu projeto político e atacar aqueles — a esquerda no geral — que queriam, supostamente, destruir o Brasil. Representantes de um “anticomunismo empresarial”, eles procuraram estabelecer uma oposição entre comunismo *versus* democracia e comunismo *versus* liberdade (MENDES, 2004).

Além disso, a equiparação aparecia acompanhada, muitas vezes, do adjetivo “totalitário” ou do substantivo “totalitarismo”. A ideia é que, por ser essencialmente “totalitário”, o comunismo eliminaria as liberdades mais básicas, e por isso deveria ser combatido. No caso das propostas que estamos examinando, os projetos de Eduardo Bolsonaro (2020) e de Carla Zambelli (2020) se utilizam desse termo para reforçar seus argumentos. Zambelli assevera que seu objetivo é “[...] dar uma [sic] basta à defesa seletiva de regimes totalitários e assassinos” (ZAMBELLI, et al., 2020, p. 4). Por sua vez, em certo trecho, Bolsonaro afirma:

Dante deste arcabouço ora exposto, o projeto baseia-se em uma única vertente: a liberdade. Como guardiões desta, devemos combater qualquer ideologia que destrua este aspecto tão fundamental na vida do brasileiro. Cabe a nós, parlamentares, *repudiar todo tipo de totalitarismo* [grifo meu] (BOLSONARO, 2020, p. 4).

Tanto o adjetivo (“totalitário”) como o substantivo (“totalitarismo”) tem uma longa história, desde a criação do termo “totalitário” no início dos anos 1920, passando

por formulações teóricas mais elaboradas sobre o “totalitarismo” (como as de Zbigniew Brzezinski e Carl Friedrich e de Hannah Arendt), até os dias de hoje. No início, os termos eram utilizados, principalmente, para caracterizar o governo fascista de Benito Mussolini. Anos depois, o próprio líder fascista utilizou-se do conceito para denominar seu movimento, em uma tentativa de autorrepresentação. Nesse período, os termos já eram utilizados, pelos mais variados analistas políticos, para se comparar os regimes soviético e fascista. Após a chegada de Hitler ao poder, o termo ganhou ainda mais notoriedade na política internacional (FORTI, 2008; FUENTES, 2006).

Com o pacto de não-agressão entre a Alemanha nazista e a União Soviética, os termos ganharam ainda mais força em seu sentido comparativo, afinal, esse acontecimento, aparentemente, demonstrava a semelhança entre os regimes. E aqui o uso político do termo aparece de maneira contundente: quando o pacto foi desfeito e a URSS entrou na guerra, a utilização do conceito perdeu força, por exemplo, nos Estados Unidos, uma vez que a União Soviética, agora, estava ao lado dos aliados na luta contra a Alemanha totalitária. Como mostra Juan Francisco Fuentes, em um dos jornais estadunidenses do período, o *New York Times*, ocorreu uma “trégua conceitual”, em que o regime socialista passou a ser cada vez menos associado ao “totalitarismo” (FUENTES, 2006).

Com o fim da Segunda Guerra e o início da Guerra Fria, a trégua se desfez, e a pecha totalitária voltou à tona para caracterizar a URSS. É nesse período que a história do antitotalitarismo se combina mais diretamente com a história do anticomunismo. Tratava-se, mais do que nunca, de associar o comunismo ao totalitarismo como forma de combater, principalmente, a experiência soviética, agora a inimiga número um do “mundo livre”²⁴⁵. Ao mesmo tempo, fazia-se uma apologia da ordem liberal-ocidental: tudo o que saísse de tal esquema era potencialmente “totalitário” e, portanto, constituía uma ameaça²⁴⁶ (ADLER; PATERSON, 1970; GLEASON, 1995; LOSURDO, 2003; TRAVERSO, 2001).

O caso específico do Brasil não foi diferente. A defesa do liberalismo foi uma das bases do anticomunismo (MOTTA, 2000). Segundo Motta:

²⁴⁵A despeito das intenções do autor, *1984*, de George Orwell, foi essencial para esse processo ao conferir uma perspectiva de como poderia ser um governo totalitário (GLEASON, 1995).

²⁴⁶O uso político dos termos pode ainda ser visualizado principalmente após o atentado às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001. Como o inimigo do “mundo livre” ocidental a ser suprimido agora era o “terrorismo islâmico”, passou-se a colar a pecha totalitária aos muçulmanos (FUENTES, 2006; LOSURDO; 2003; TRAVERSO; 2005).

Os liberais recusavam (recusam) o comunismo por entender que ele atentava contra os dois postulados referidos, por um lado sufocando a liberdade e praticando o autoritarismo político e, por outro, destruindo o direito à propriedade, na medida em que desapossava os particulares de seus bens e os estatizava (MOTTA, 2000, p. 60).

O período da Guerra Fria, nesse aspecto, contribuiu para consolidar a tradição do anticomunismo liberal no Brasil. Como defendiam os membros do IPES e do IBAD, era preciso combater o comunismo totalitário.

Nos projetos de lei que estamos discutindo, essa defesa da ordem liberal e capitalista fica patente. Daniel Silveira denuncia: “Junto à justa repulsa ao regime nazifascista, é também cultivado no Brasil o antiamericanismo, oportunidade em que se demoniza sem qualquer fundamento o sistema capitalista” (SILVEIRA, 2019, p. 2). Depois, discorrendo sobre a China, procura contrapor o regime econômico — supostamente mais desenvolvido depois da abertura ao capitalismo — ao regime político:

Modernamente, sabemos que a China, *mediante certa abertura econômica*, vem galgando degraus no cenário mundial, porém, com um regime político fechado e absolutamente aparelhado pelo Estado inclusive com estabelecimento de censura, não se pode garantir que seus cerca de um bilhão e trezentos milhões de habitantes vivam em condições elogáveis [grifo meu] (SILVEIRA, 2019, p. 4).

Sua síntese sobre o comunismo também segue o mesmo caminho:

O que se pretende com a presente proposta, no entanto, é o estabelecimento definitivo da conscientização de que o comunismo não se trata de uma ideologia pura e simples, pois acabou e sempre acaba por redundar, na prática, seja por qualquer mutação filosófica que venha a sofrer, num processo de deterioração política e social absolutamente perverso, promotor do inverso que propaga, relegando ao povo submissão total à classe política, supressão da liberdade e de direitos fundamentais, *fim da propriedade privada e do livre empreendedorismo*, perseguição do direito à crença religiosa bem como dos cultos, *inchaço insustentável da máquina estatal* dentre outras mazelas, tudo em prejuízo do povo [grifos meus] ((SILVEIRA, 2019, p. 4).

Por sua vez, em seu projeto de lei de 2020, Eduardo Bolsonaro afirma:

Por mais que esquerdistas defendam que o comunismo é uma matriz com diversas vertentes, como por exemplo o bolivarianismo ou socialismo do século XXI, por buscarem uma suposta sociedade

igualitária sempre desaguam no mesmo resultado por onde passa: fome, miséria, mortes e uma *opressão muito maior do que a capitalista da classe burguesa que dizem combater* [grifo meu] (BOLSONARO, 2020, p. 5).

E, ao final do texto, conclui: “Assim, ambas tendências, comunismo e nacional-socialismo (nazismo) devem ser banidas da sociedade, afim [sic] de garantir que a menor minoria da Terra siga protegida: o indivíduo [grifo meu]” (BOLSONARO, 2020, p. 5).

Para ficar em apenas mais um exemplo, em discurso no plenário, Marcel Van Hattem, do Partido Novo — partido que se apresenta como defensor do liberalismo —, argumenta a favor da condenação do comunismo:

O comunismo, o fascismo e o nazismo são todos farinha do mesmo saco. [...] no plenário da Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil, uma democracia em que nós podemos acompanhar com liberdade a história mundial e fazer de tudo para que jamais se repitam essas atrocidades, combatendo a hipocrisia daqueles que condenam um *regime totalitário* que deve ser condenado, mas exaltam outros, como os regimes comunistas, que deixaram milhões de mortes na Rússia e na China e, aliás, até hoje mantêm campos de concentração, por exemplo, no país mais fechado do mundo, a Coreia do Norte. [...] *O nazismo, o fascismo, o comunismo, todos se equivalem*, todos merecem a lata de lixo da história mundial. [grifos meus] (Marcel Van Hattem — NOVO/RS, discurso em Plenário em 10/02/2022).

Como se vê, Van Hattem, um dos representantes da nova direita ultraliberal, lança mão do discurso de defesa da liberdade e da democracia, equipara o comunismo ao nazifascismo e mobiliza a ideia de totalitarismo — além de se referir a experiências socialistas do passado (Rússia e China) e a países do presente (Coreia do Norte) para embasar seu argumento. Se lida em conjunto com as demais fontes, essa fala é relevante pois reúne os dois aspectos centrais que procuramos destacar neste tópico: em primeiro lugar, a equiparação entre nazifascismo e comunismo e sua ligação com o conceito de “totalitarismo”; em segundo lugar, a relação entre o antitotalitarismo de caráter anticomunista e a apologia do liberalismo.

Considerações finais

Em suma, apontamos, ao longo do texto, os elementos que alguns parlamentares mobilizaram para condenar o comunismo. Destacamos um dos aspectos centrais desse discurso: a reprodução da retórica do “mito do Complô” (GIRARDET, 1987). Assim, à

luz da história e seus exemplos, os parlamentares defenderam a concepção de que o comunismo e seus ideais teriam dominado o Brasil. Nessa visão conspiracionista, os comunistas, por meio da luta cultural — o “marxismo cultural” —, teriam se infiltrado e estariam manipulando a sociedade para corrompê-la — principalmente no que se refere às questões morais. Escolas, universidades, imprensa, mídia estariam contaminadas pelos ideais comunistas. Assim, seria preciso combater e suprimir a ideologia comunista para que o país retomasse o caminho da ordem e da moralidade. Um primeiro passo seria criminalizar o comunismo e apontar seus perigos.

Além disso, assinalamos algumas referências diretas a eventos do passado. Projetos de lei anticomunistas de outros períodos foram citados. A Intentona Comunista de 1935 foi rememorada enquanto momento em que o Brasil se livrou do comunismo — muito embora a citação a esse acontecimento não seja recorrente. As referências ao golpe de 1964, como não poderia deixar de ser, foram pelo mesmo caminho: os militares teriam atuado bravamente para eliminar o inimigo vermelho. Países como Cuba, União Soviética e China e líderes esquerdistas como Che Guevara e Fidel Castro, por exemplo, foram evocados para indicar a capacidade comunista de instaurar o inferno na terra e causar a destruição de um país.

Ainda reproduzindo discursos do passado, os parlamentares se apropriaram de uma das bases do anticomunismo no Brasil: a defesa da ordem liberal capitalista. Assim, retomaram uma retórica típica da Guerra Fria, tanto na equiparação entre nazifascismo e comunismo e na utilização do conceito de “totalitarismo” como na defesa da “democracia”, das “liberdades”, da livre concorrência e do capitalismo.

Por outro lado, os deputados utilizaram-se de referências do presente para reforçar seu discurso. Dentre elas, menções à Coreia do Norte e à Venezuela, ao bolivarianismo e aos líderes bolivarianos Hugo Chávez e Nicolás Maduro; alusões a projetos de lei que criminalizaram o comunismo em outros países (como na Ucrânia) e que serviram como fonte de inspiração; e críticas à Comissão Nacional da Verdade e ao Partido dos Trabalhadores (PT) — fato que aponta para a relação entre anticomunismo e antipetismo.

Em suma, procuramos mostrar as continuidades e descontinuidades que constituem o discurso de aversão ao comunismo. Elementos que antes eram centrais para a narrativa anticomunista perderam espaço, alguns foram ressignificados e apropriados e novos aspectos — como o antipetismo — se combinaram ao discurso. Nesse vai e vem de continuidades e descontinuidades, o que se manteve foi a capacidade do anticomunismo de reaparecer enquanto elemento central nas disputas políticas,

principalmente em períodos de crise. Os parlamentares que citamos parecem ter compreendido esse aspecto e assim, por meio de seus projetos, contribuíram para a conformação de uma nova onda anticomunista no Brasil.

Fontes:

BOLSONARO, Eduardo. **Projeto de Lei n. 5358/2016.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2085411>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

_____. **Projeto de Lei n. 4425/2020.** Altera a redação da Lei nº 7.170, de 14 de Dezembro de 1983 e da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, criminalizando a apologia ao nazismo e comunismo, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2261904>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

_____. **Discurso no Plenário da Câmara dos Deputados.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=129.2.55.O&nuQuarto=51&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:30&sgFaseSessao=CP&Data=25/05/2016&txApelido=EDUARDO%20BOLSONARO,%20PSC-SP&txFaseSessao=Comunicações%20Parlamentares&txTipoSessao=Não%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:30&txEtapa=>>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SILVEIRA, Daniel. **Projeto de Lei n. 5233/2019.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2221907>>. Acesso em: 08 jun. 2022.

VAN HATTEM, Marcel. **Discurso no Plenário da Câmara dos Deputados.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=5.2022&nuQuarto=532859&nuOrador=2&nuInsercao=2&dtHorarioQuarto=09:12&sgFaseSessao=BC&Data=10/02/2022&txApelido=MARCEL%20VAN%20HATTEM,%20NOVO-RS&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20CD&dtHoraQuarto=09:12&txEtapa=>>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ZAMBELLI, Carla. et al. **Projeto de Lei n.4159/2020.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2259837>>. Acesso em: 08 jun. 2022.

Referências bibliográficas:

- ADLER, Les K.; PATERSON, Thomas G. Red Fascism: the merger of Nazi Germany and Soviet Russia in the American image of Totalitarianism, 1930's-1950's. In: **The American Historical Review**, vol.75, n.4, p. 1046-1064, 1970.
- BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n.2, p. 4-17, 2015.
- BRITO, Antonio Mauricio Freitas. “Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 26, p. 1-22, 2019.
- CHALOUB, J.; PERLATTO, F. Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política. **Insight Inteligência**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 25-42, 2016.
- COSTA, Iná Camargo. **Dialética do marxismo cultural**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- COUTO NETO, Geraldo Homero. **(Des)fazendo História na Internet**: visões acerca da Ditadura Militar brasileira em canais da “nova direita” no YouTube (2013-2018). 139 fls. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.
- FORTI, Simona. **El Totalitarismo**: trayectoria de una idea límite. Barcelona: Herder, 2008.
- FUENTES, Juan Francisco. Totalitarismo: origen y evolución de un concepto clave. **Revista de Estudios Políticos**, Madrid, n.134, p. 195-218, 2006.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GLEASON, Abbott. **Totalitarianism**: the inner history of the Cold War. New York: Oxford University Press, 1995.
- LOSURDO, Domenico. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. Tradução de Maryse Farhi. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 17, p. 51-79, 2003.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MENDES, Ricardo Antônio Souza. As direitas e o anticomunismo no Brasil. **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 10, p. 79-97, 2004.
- MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, v.7, n.15, p. 590-621, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 368 fls. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane et al (Org.). **Pensar as direitas na América Latina.** São Paulo: Alameda, 2019, p.75-98.

ORWELL, George. **1984.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

POPOLIN, Guilherme. **Memes de discussão pública:** o mito político do comunismo no Facebook. 110 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ROCHA, Camila. **“Menos Marx, mais Mises”:** uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 232 fls. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

TRAVERSO, Enzo. **El totalitarismo:** historia de un debate. Buenos Aires: Eudeba, 2001.

_____. El totalitarismo. Usos y abusos de un concepto. In: **Las escalas del pasado:** IV Congreso de Historia Local de Aragón (Barbastro, 3-5 de julio de 2003). Instituto de Estudios Altoaragoneses, 2005, p. 99-110.

CAPÍTULO 15

O anticomunismo na Nova República

Leonardo Puglia²⁴⁷

Introdução

A publicação, em 2002, de *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)* representou um marco no desenvolvimento acadêmico brasileiro. Com esta obra seminal, o professor Rodrigo Patto Sá Motta rompeu a tendência, então comum entre pesquisadores, de menosprezar o anticomunismo como objeto de estudo, demonstrando, de forma definitiva, a importância do fenômeno na história do país. Afinal, os golpes que deram origem aos dois períodos ditoriais mais longos utilizaram como pretexto “salvar” o Brasil da “ameaça vermelha”.

Em seu preâmbulo, a Carta Constitucional outorgada por Getúlio Vargas em 1937 incluía, entre os fatores de desordem que colocariam “a Nação sob a funesta iminência da guerra civil”, uma “notória propaganda demagógica” que “procura desnaturar em luta de classes”. Em resposta “ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda”, seriam necessários remédios “de caráter radical e permanente”²⁴⁸.

Assim teve início o Estado Novo, brutal período ditatorial que perseguiu, torturou e prendeu militantes de esquerda, como o escritor Graciliano Ramos, e institucionalizou a propaganda anticomunista como política de Estado, instalada dentro das Forças Armadas em torno da memória da chamada “Intentona Comunista”. O episódio, ocorrido em 1935, diferia das inúmeras quarteladas do período por ter sido liderado pela esquerda, através da Aliança Nacional Libertadora em articulação com o Partido Comunista do Brasil e a Internacional Comunista.

A memória do levante e sua cobertura sensacionalista na imprensa foi decisiva para que parte expressiva da população pudesse acreditar nas mentiras do Plano Cohen, documento falso escrito por militares com objetivo de simular terríveis planos comunistas

²⁴⁷ Doutor em Ciências Sociais pela PUC-Rio e professor na Faculdade Católica Salesiana de Macaé-RJ.

²⁴⁸ Presidência da República. Casa Civil. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de Novembro de 1937. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 10 dez. 2022.

– incluindo destruição de igrejas –, dos quais só a instalação de uma ditadura poderia salvar.

O mesmo expediente voltaria a ser utilizados 27 anos depois para justificar um novo golpe, dando início a um período ditatorial ainda mais longo e brutal. As três décadas de propaganda, institucionalizada tanto no aparelho estatal quanto na mídia comercial, haviam ampliado o alcance e a capilaridade social do anticomunismo, com estímulo dos Estados Unidos através, sobretudo, da Escola Superior de Guerra (ESG), e com a ajuda de organizações leigas católicas como a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Tanto que o golpe de abril de 1964 se apresentou como uma resposta das Forças Armadas aos anseios populares manifestos nos grandes atos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, promovidos pela classe média urbana em março do mesmo ano com forte caráter anticomunista, expresso nos cartazes e materiais de convocação (MOTTA, 2000).

Isso foi deixado claro no texto do Ato Institucional nº 1, decretado pelos comandantes de Exército, Marinha e Aeronáutica nove dias após a deflagração do golpe civil-militar. Como “os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo” de João Goulart, “que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País”, uma “autêntica revolução” se fez necessária. Esta, conforme concebida pelos militares, distinguir-se-ia de “de outros movimentos armados” pelo fato de que “nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação”. “Só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País”²⁴⁹, afirma o texto do AI-1, o primeiro de diversos Atos Institucionais que fechariam progressivamente o regime.

Mais do que justificar o golpe, o anticomunismo se constituiu em ideologia de Estado, mediada por formulações como a Doutrina de Segurança Nacional da ESG e a filosofia autoritária de Miguel Reale, líder do Instituto Brasileiro de Filosofia, que propunha a eliminação dos elementos desagregadores do corpo social como condição para consolidar a autocracia burguesa através de uma “reforma dos costumes” que resultasse na “mudança espiritual do povo” (GONÇALVES, 2016, p. 228).

Além da censura, da propaganda ufanista e da retomada da disciplina Educação Moral e Cívica no currículo escolar, esse projeto de regeneração nacional passava pela

²⁴⁹ Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm>. Acesso em: 10 dez. 2022.

institucionalização de um brutal aparato de repressão às esquerdas, que não se limitava a cassação de direitos políticos, passando também pelo assassinato e pela tortura sistemática transformada em política de Estado. O terrorismo estatal contou com apoio da burguesia nacional e internacional, tendo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e multinacionais como a Ford e a Volkswagen financiado a Operação Bandeirante, criada em 1969 com objetivo de centralizar o comando da vigilância e da tortura praticadas pelo regime.

Organizações liberais, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), este financiado diretamente pela Inteligência estadunidense, justificaram sua atuação no golpe civil-militar de 1964 pela necessidade de defesa das liberdades econômicas e políticas, que seriam destruídas em regimes comunistas. No entanto, não hesitaram em apoiar o cerceamento progressivo dos direitos políticos dos seus opositores; lembrando que o Ato Institucional nº 2, que extinguiu o pluripartidarismo e instituiu eleições indiretas para presidente da República, foi decretado ainda no governo Castelo Branco, definido pelas lideranças pró-mercado da época como “o auge do liberalismo econômico no Brasil” (ROCHA, 2018, p. 66).

Por isso Motta vai denunciar a falta de coerência do anticomunismo liberal no país, caracterizado por uma “retórica liberal pouco preocupada com as práticas democráticas” (2019, p. 82), mas a questão é ainda mais profunda. Mesmo a defesa do livre mercado foi deixada de lado ao sabor da conveniência durante a primeira década da ditadura militar.

Muitas lideranças do IPES e de outros aparelhos de hegemonia burguesa, entre eles banqueiros e industriais, assumiram postos-chave no governo federal após o golpe. Na maior parte das vezes, eram funções diretamente ligadas às áreas de atuação das suas empresas. Como eles continuaram exercendo normalmente suas atividades comerciais privadas (DREIFUSS, 1981), o resultado foi a instrumentalização do aparelho estatal de acordo com seus interesses particulares.

Essa apropriação do patrimônio público havia sido feita em nome da liberdade e da eficiência, mas foi seguida do maior movimento de estatização da história da economia brasileira, segundo Musacchio e Lazzarini (2015). Muito maior, inclusive, que o promovido durante os governos “populistas” de Getúlio Vargas e João Goulart. Em meados da década de 1970, 40% da formação bruta de capital no Brasil vinha do setor público, mas o governo federal não sabia quantas empresas estatais existiam de fato. Isso não chegou, todavia, a incomodar os anticomunistas liberais de 1964, uma vez que o

chamado “milagre” econômico brasileiro fazia o PIB crescer em média de 11,2% ao ano, com pico de 13% em 1973 e inflação média anual de 18% (FAUSTO, 2008, p. 485).

Com exceção de pequenos grupos, como o liderado por Henry Maksoud, empresário que desde 1974 vinha promovendo a ideologia de livre-mercado através da revista Visão, a elite empresarial só começou a se afastar da ditadura quando os Choques do Petróleo (1973 e 1979) deterioraram a situação econômica do país, e as pressões da sociedade civil organizada fizeram os militares iniciarem o processo de transição “lento, gradual e segura” que colocaria fim ao regime.

Com a perspectiva do retorno ao jogo democrático, não bastaria mais à burguesia os “contatos de primeiro grau” com ministros e burocratas dos altos escalões para transformar suas demandas em decretos-lei (ROCHA, 2018, p. 82). As elites empresariais precisariam se reorganizar. O primeiro passo foi dado com a divulgação do *Primeiro Documento dos Empresários*, em 1978, seguida da criação de organizações em defesa do livre mercado como a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES), o Grupo de Mobilização Permanente (GMP), o Instituto Liberal (IL) e Instituto de Estudos Empresariais (IEE). Outras associações surgiram nos anos seguintes em articulação com uma ampla rede global de *think tanks* dedicada a consolidação da hegemonia neoliberal no mundo, com destaque para a Atlas Network, que cresceu continuamente até reunir hoje mais de 500 parceiros em mais de 100 países²⁵⁰

Essa verdadeira “Komintern neoliberal”, nas palavras de Cocket (ROCHA, 2018, p. 58), fazia parte da grande ofensiva do presidente estadunidense Ronald Reagan contra o Bloco Soviético. Além da ação voltada à disputa de hegemonia ideológica em escala global, que incluía o incremento da propaganda anticomunista em Hollywood com filmes como *Rocky IV* (1985) *Rambo III* (1988), a estratégia buscava pressionar a URSS economicamente, através da reativação, com o Projeto Guerra nas Estrelas, da corrida armamentista que havia sido freada por Richard Nixon (1969-74), e da explosão da dívida externa soviética devido à elevação brusca dos juros após os Choques do Petróleo.

Reação da intelectualidade de direita à Constituição de 1988

As duras medidas de austeridade implementadas nos países socialistas para garantir o rápido pagamento dos empréstimos aos centros financeiros de Nova Iorque e

²⁵⁰ Atlas Network. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/partners>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

Londres fizeram aumentar a insatisfação popular e a instabilidade política interna até que a União Soviética finalmente se desintegrasse em 1991. O grande símbolo do “comunismo” do Século XX despareceu de forma súbita, levando Francis Fukuyama a interpretar o episódio, no livro *The End of History and the Last Man* (1992), como o sepultamento do próprio ideal de igualdade que move a esquerda.

Foi nesse espírito que a elite intelectual de direita do Brasil reagiu em bloco à nova Constituição publicando, dois anos depois de sua promulgação, *Constituição de 1988: o avanço do retrocesso* (1990). Organizada por Paulo Mercadante, a coletânea trazia artigos de nomes como Roberto Campos, Antonio Paim, Ives Gandra, José Guilherme Merquior, Miguel Reale e Ricardo Vélez Rodríguez. Todos compartilhando um mesmo diagnóstico: o texto constitucional teria nascido com os dias contatos, comprometido por uma enfermidade “de natureza congênita e incurável”, provocada pela inclusão no texto de “relíquias com ranço paternalista” que haviam caído em desuso nos países desenvolvidos. O texto constitucional mal havia sido aprovado, e a intelectualidade de direita já pregava sua substituição por outra constituição, que adaptasse o Brasil a um “mundo novo” - dominado pelo “pensamento liberal, útil e moderno” - que emergia de Varsóvia, Berlim e Bucareste (MERCADANTE, 1990).

Mesmo contando com apenas 40 parlamentares num total de 559, a esquerda havia conseguido influenciar os rumos da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 além do esperado, em grande parte graças ao hábil trabalho de articulação do líder do bloco, o deputado paulista Mário Covas, que reuniu a ala esquerda do seu partido (PMDB) numa atuação conjunta com PCB, PC do B, PDT, PSB e PT. Assim o Movimento de Unidade Progressista (MUP) garantiu um número significativo de presidências das subcomissões e de relatorias dos foros e Comissões Temáticas, selecionadas de modo a conquistar vantagens procedimentais estratégicas.

Isso tornou possível incorporar ao texto constitucional demandas trazidas pelos movimentos sociais que voltavam a participar do debate público após anos de silenciamento e repressão. Durante duas décadas a ditadura militar havia impedido que viessem a público reivindicações trabalhistas, ambientais, raciais, de gênero e sexualidade, entre outras, como os direitos das crianças e adolescentes. Forjava-se então um novo arranjo político, o pacto democrático de 1988. A partir do que se convencionou chamar de “presidencialismo de coalizão”, um modo de governabilidade sustentando pela formação de grandes coalizões parlamentares a partir da barganha de cargos e verbas, as transformações sociais progressivas anunciadas pela Constituição seriam implementadas

lentamente, entre avanços e recuos, num processo que incorporaria atores subalternos no debate público de maneira definitiva ainda que limitada (ROCHA; MEDEIROS, 2020, p. 70).

De imediato, a intelectualidade de direita reunida na coletânea organizada por Mercadante (1990) percebeu o alcance da mudança, que rompia como o modelo de “autocracia burguesa” estruturado pela ditadura militar. Segundo Florestan Fernandes (1976), criação de uma base econômica adequada à dominação burguesa sob o capitalismo monopolista numa nação periférica com as características do Brasil exigia um alto grau de concentração e fusão do poder político e econômico como forma de manter a estabilidade social. Isso significava bloquear qualquer movimento de redução das desigualdades, em suas múltiplas dimensões, pois numa sociedade onde “o grosso da população” permanece “excluído do funcionamento normal do regime de classes e da ordem social competitiva”, essa participação se torna, “em si mesma, um privilégio e só se pode manter na medida em que outros privilégios, vitais para as situações de classe alta e média, são intocáveis” (FERNANDES, 1976, p. 266).

Como previra Florestan, a abertura do regime, conforme concebida pelas direitas brasileiras, deveria levar não à democracia burguesa, mas à consolidação da autocracia burguesa através da criação de “condições normais para o funcionamento e o crescimento pacíficos da ordem social competitiva”. Perder o controle das classes operárias, das massas populares e das bases nacionais das estruturas de poder faria os estratos hegemônicos da burguesia perder também o monopólio do poder estatal necessário à sua reprodução (FERNANDES, 1976, p. 363).

Anticomunismo perde força

A retórica anticomunista não chega a desaparecer, mas perde força na argumentação da intelectualidade de direita contra os fundamentos do pacto da Nova República. Como a esquerda e sua luta pela igualdade são dadas como superadas pela própria dialética histórica, suas manifestações na Constituição de 1988 são pintadas como “relíquias”, anacronismos a serem descartados, e não mais como a força ameaçadora em expansão, como fora percebida a ideia de comunismo a partir da Revolução Russa de 1917.

O enfraquecimento do anticomunismo também foi registrado na clássica série de entrevistas realizadas por Antônio Flávio Pierucci em 1987 com ativistas de direita da cidade São Paulo:

Gostaria de chamar a atenção, mais uma vez, para um traço surpreendente desta síndrome de direita em nível popular: a ausência de anticomunismo. As perguntas sobre comunismo ficavam entre as últimas do roteiro. Todos os entrevistados sabiam do que se tratava, não importa o quanto estereotipadamente. O grau de informação é variável, em função obviamente da renda e da escolaridade ou do nível de organização, mas para todos eles — isto não foi dito — é como se o comunismo fosse um cachorro morto. Nem sequer dá sustos. O que, convenhamos, lhes poupa agressividade, que acaba canalizada para adversários "muito mais perigosos" na vida cotidiana. Ora bem, tal ausência cromossomática de anticomunismo em um rebento da extrema direita, em nível de base, dá o que pensar (PIERUCCI, 1987, p. 34).

Esses novos adversários, "muito mais perigosos", que assumem o lugar dos comunistas no imaginário das *Bases da Nova Direita* que dão título ao artigo, são os "bandidos" - assaltantes, traficantes e sequestradores - que aterrorizam os "cidadãos decentes e homens de bem" nas esquinas das grandes cidades. Assim como acontecera nos Estados Unidos a partir de Nixon, ganhava força entre os trabalhadores demandas de incremento da repressão policial como resposta à escalada dos indicadores de violência urbana registrada no final da ditadura militar. Em apenas sete anos, a taxa de homicídios cresceu 66% no Brasil, passando de 13,91 (1980) para 23,08 (1987) mortes por 100 mil habitantes (SOUZA, 1998, p. 191).

A pesquisa empírica de Pierucci (1987) trouxe outros dados relevantes. Um exemplo é a ascensão do conservadorismo evangélico e o constrangimento dos ativistas e políticos entrevistados de se declararem como pessoas de direita. Segundo ao autor, isto seria resultado da "herança envenenada" da impopular ditadura militar. As entrevistas também revelaram a baixa receptividade em relação à ascendente ideologia de Estado mínimo, já que grande parte dos ativistas de direita demandavam mais e melhores serviços públicos e expressavam o desejo unânime por duras medidas, tanto no âmbito das relações familiares quanto da intervenção estatal, para preservar a moralidade tradicional, especialmente no que diz respeito à sexualidade e ao gênero.

O pânico diante das transformações comportamentais, ancorado numa noção, extraída da escatologia cristã, de degradação social e moral generalizada, fora historicamente o traço mais forte do anticomunismo brasileiro, com considerável

penetração popular. Havia sido central, por exemplo, na mobilização das grandes marchas pelo golpe de 1964, capitaneada pela direita católica com forte protagonismo de mulheres de classe média dedicadas a salvar suas famílias da ameaça do comunismo ateu, que fecharia igrejas e corromperia a moral sexual, sobretudo de suas filhas.

O dado novo foi que, nesse momento histórico específico, essa potência sócio-política se desarticulou da estrutura de sentidos construída ao longo do século XX em torno da rejeição à “síntese marxista-leninista originadora do bolchevismo e do modelo soviético” (MOTTA, 2000, p. 4.), uma vez que esta deixou de ser uma vista como uma ameaça real a partir do desmoronamento da URSS.

Entretanto, o que a análise da história brasileira demonstra, sobretudo após a publicação de *Em guarda contra o perigo vermelho* (2002), é a força do anticomunismo como principal vetor de unificação das direitas brasileiras, capaz de impulsionar e dar unidade à ação combativa de suas mais variadas frações. Isso foi possível porque o anticomunismo se revelou um fenômeno plural e maleável o suficiente para incorporar à noção do poderoso inimigo a ser exterminado “toda e qualquer ação ou articulação desestabilizadora da ordem social numa perspectiva contra-hegemônica” (GONÇALVES, 2016, p. 32).

Por ser uma expressão das próprias contradições do capitalismo, o anticomunismo não perde seu traço de “ideologia negativa”, no sentido de reativa às forças transformadoras da história, nem sua marca de classe, enquanto “ideologia da burguesia em crise” (BONET, 1986, p. 34), mas o próprio desenvolvimento capitalista em direção a sociedades cada vez mais complexas ajuda a compreender o alcance, a força e a capacidade de renovação do anticomunismo ao longo da História.

Reinvenção do anticomunismo no Brasil

Nesse período de transição epocal, que marcou o fim da Guerra Fria, o anticomunismo parecia ter entrado em estágio de hibernação, mas bastava que uma nova narrativa unificadora fosse articulada para adaptar a tradição aos novos tempos, costurando as lutas progressistas em ascensão - como a das mulheres, dos negros e LGBTQIA+s – como membros do corpo de um grande monstro de origem estrangeira a ameaçar o Deus, a Pátria e Família dos brasileiros de bem.

Se das três matrizes do anticomunismo apontadas por Motta (2000), a liberal se mostrava a menos consistente, e a cristã a mais popular, a nacional se revelou a mais

resiliente, já que enraizada nos aparelhos das Forças Armadas que se preservaram intactos com o fim da ditadura militar. A Lei da Anistia de 1979 não apenas garantiu que nenhuma violação dos Direitos Humanos cometida pelo Estado brasileiro fosse punida, como preservou prerrogativas militares autoritárias e interditou, sob a acusação de “revanchismo”, qualquer tentativa de debate sobre o passado promovida durante a Nova República, como a Lei dos Desaparecidos (1995), o Plano Nacional dos Direitos Humanos 3 (2009) e a Comissão Nacional da Verdade (2011) (SILVA, 2019).

As Forças Armadas não se contentaram em garantir a impunidade por seus crimes, como também preservaram a máquina de propaganda anticomunista, doutrinando seus novos quadros de forma anacrônica, incluindo os rituais anuais em torno da “Intentona” de 1935. Também continuaram promovendo para toda a sociedade o revisionismo e o negacionismo históricos a partir da defesa da existência fantasiosa de uma grande ameaçada comunista, que teria justificado o golpe de 1964 e as torturas praticadas durante o regime. Não são raros os oficiais que atuaram dessa forma na ativa, ainda que a maioria dos episódios tenham sido promovidos por oficiais da reserva, sobretudo através das notas do Clube Militar.

Também vale citar a atuação de organizações como a ONG Terrorismo Nunca Mais (Ternuma) e publicações de falsificação historiográfica, como os livros *Rompendo o Silêncio* (1987) e *A Verdade Sufocada* (2007), do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, primeiro militar condenado pela Justiça Brasileira em 2008 pela prática de tortura durante a ditadura.

As Forças Armadas brasileiras estavam antenadas com as tendências de renovação do anticomunismo que, vindas da Europa, buscavam responder ao esvanecimento do espantalho soviético, deslocando e ficando, de uma vez por todas, seu centro gravitacional na questão moral.

Num momento histórico em que as direitas norte-americanas retornavam ao senso comum, à religião e intensificavam a moralização dos debates públicos responsabilizando os intelectuais progressistas por todos os males contemporâneos (Habermas, 2015), pensadores conservadores como Del Noce, na Itália, e Scruton, na Inglaterra, encontravam na influência crescente da obra gramsciana o caminho para adaptar o anticomunismo à realidade das guerras culturais, que se anunciam como principal campo de disputa diante do aparente consenso neoliberal entre progressistas e conservadores que predominou nos países centrais após o fim da Guerra Fria (PUGLIA, 2020, p. 286).

O primeiro alerta contra o impacto do pensamento do comunista italiano Antonio Gramsci na América Latina foi soado em 1984 pela revista católica argentina *Gladius*, que em seu primeiro número denunciou a existência de uma “guerra cultural” em curso no país. A partir sobretudo do campo da educação, esta força agiria no sentido de minar o “respeito à vida, ao amor, à pátria, à família, ao matrimônio [...]”, à distinção entre os sexos e mesmo à condição humana de ser livre e inteligente” (MUSSI; BIANCHI, 2019, p. 87).

Enquanto na Argentina a renovação anticomunista era liderada pelo reacionarismo católico, aqui no Brasil esse braço histórico do anticomunismo se enfraquecia com a perda de apoio popular da sua principal organização, a TFP, que se desmembraria com a morte em 1995 do seu líder supremo, Plínio Corrêa de Oliveira. No Brasil, o movimento renovador seria liderado pela cúpula das Forças Armadas, que mantinha seu anticomunismo ativo e operante no jogo de disputas que marcaram a transição da ditadura para a Nova República.

Isso fica claro no relatório sobre a situação da “subversão no brasil” apresentado pela Inteligência do Exército Brasileiro durante a 17^a Conferência dos Exércitos Americanos, realizada em 1987 na cidade argentina de Mar del Plata. Segundo o documento, a ameaça do comunismo internacional no Continente Americano teria sido renovada pela teoria gramsciana, por deixar de lado a perspectiva de tomada “revolucionária do poder” em sentido clássico para apostar na subversão cultural da sociedade “como passo imediato para alcançar o poder político de forma progressiva, pacífica e perene”.

Para este ideólogo, a ideia principal se baseia na utilização do jogo democrático para a instalação do socialismo no poder. Uma vez alcançado esse primeiro objetivo, se busca impor finalmente o comunismo revolucionário. Sua obra está dirigida especialmente aos intelectuais, profissionais e aos que manejam os meios maciços de comunicação social”, conclui o relatório (SECCO, 2019).

Para os militares brasileiros, tratava-se de uma questão urgente, já que essa nova forma de comunismo, batizada de “amerocomunismo” em oposição ao “eurocomunismo” em declínio, agia a todo vapor nas disputas da Assembleia Nacional Constituinte, composta por, pelo menos, 30% de “subversivos”. Em resposta, todos os representantes de Exércitos dos 15 países presentes ao encontro assinaram acordo prevendo ações conjuntas para além do campo estritamente militar, visando defender a segurança e “a

defesa do continente americano contra o Movimento Comunista Internacional” (SECCO, 2019).

Mas para que o anticomunismo voltasse a ser um fenômeno de massa, capaz de mobilizar e unificar a ação das diferentes frações da direita, seria preciso popularizar sua versão atualizada. Quem assumiu essa tarefa foi um hábil jornalista e escritor, que vinha se dedicando a experiências esotéricas sob influência do autor tradicionalista francês René Guénon e do xeique suíço Frithjof Schuon. Depois que a publicação do seu artigo sobre Pensamento e Atualidade de Aristóteles foi rejeitada pela revista Ciência Hoje, da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) (CARVALHO, 1999), Olavo de Carvalho abandonou o misticismo e se converteu em militante anticomunista em tempo integral, usando sua pena para se vingar da elite acadêmica e cultural “esquerdista” que o havia rejeitado.

Seu primeiro golpe foi desferido com a publicação em 1994 de *A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci*, obra que apresenta ao grande público brasileiro a teoria de renovação do anticomunismo a partir de Gramsci que circulava na caserna. A versão apresentada por Carvalho segue a linha do superdimensionamento do poder dos intelectuais de esquerda da leitura de Gramsci feita pelo britânico Roger Scruton (2018), mas é ainda mais unidimensional, já que inspirada no maniqueísmo estridente do antigramscismo do radialista e escritor norte-americano Rush Limbaugh.

Essa simplificação discursiva facilitou a compreensão do público e mobilizou velhos ressentimentos em relação à intelectualidade de esquerda presentes desde o lançamento em 1951 do clássico *God and Man at Yale*, de William F. Buckley Jr. (2001). Afinal, a demonização do comunismo sempre esteve no centro da popularidade que a matriz cristã do anticomunismo apresentou na história do Brasil.

Mais do que uma simples manobra retórica, a apresentação de Gramsci como agente demoníaco se apresenta como desdobramento argumentativo racional, já que a luta anticomunista se deslocava em definitivo para o plano moral através da noção de “Guerras Culturais” que marcara a emergência dos movimentos sociais da “Nova Esquerda” nos anos 1960. Destacando-se o feminista, o indígena, o negro e o LGBTQIA+ (HARTMAN, 2015). Ainda que esse fenômeno, também denominado de “marxismo cultural” a partir da influência da Escola de Frankfurt, fosse posterior à produção dos cadernos de Gramsci no cárcere fascista, a escolha do autor como novo espantalho comunista fazia sentido no Brasil devido à sua influência real na intelectualidade de esquerda.

A difusão da obra gramsciana nos anos 1970 foi importante para fornecer chaves de compreensão do processo de “revolução passiva” brasileira e também para valorizar a luta político-ideológica através dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil, onde a esquerda havia canalizado sua atuação após a aniquilação da luta armada com a derrota da Guerrilha do Araguaia em 1974. Quem explica é um dos protagonistas desse processo, Luiz Werneck Vianna:

Aqui, no Brasil, a obra gramsciana teve grande difusão a partir dos anos de 1970, o que serviu muito para enriquecer a análise inclusive dos partidos, movimentos e personalidades que faziam resistência ao regime militar, dando a eles um novo horizonte, um novo sistema de orientação que se demonstrou muito útil. Ao invés de se combater diretamente o regime militar de armas na mão, como tantos preconizavam, existiu a luta cultural, a luta política, a luta com base na arregimentação da sociedade civil que ficou clássica, entre nós, no final dos anos 1970 e no começo dos anos 1980. Há que se destacar o papel da sociedade civil organizada através da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dos sindicatos. Esses foram os principais agentes que minaram a resistência do regime e que criaram a possibilidade para a transição e para o retorno da democracia política do país (WERNECK VIANNA, 2018, p. 17).

Como não poderia deixar de ser, no contexto de uma ditadura de direita, o avanço da esquerda na sociedade civil aconteceu ao custo de uma árdua luta, que muitas vezes resultou em censura, prisões, tortura e exílio. Só que Olavo vai apresentar uma versão diferente da história ao afirmar que a própria ditadura militar teria estimulado que a esquerda ocupasse os aparelhos privados de hegemonia, sobretudo na academia, na mídia e nas editoras, como forma de enfraquecer a luta armada, drenando sua energia para esforços pacíficos. Esta teria sido a maneira encontrada pelo general Golbery do Couto e Silva, principal formulador intelectual do regime, de impedir que a “panela de pressão” social estourasse diante da crise econômica e da queda de popularidade do governo.

O simples fato de a luta armada ter sido aniquilada em 1974 anulava a validade da teoria de Olavo de Carvalho (2013), assim como o documento apresentado pelo Exército Brasileiro em 1987 em Mar del Plata comprovava exatamente o contrário. Os militares em nenhum momento baixaram guarda contra o “perigo vermelho”, como apontaram o deslocamento para o plano da cultura a partir da influência de Gramsci sete anos antes da publicação de *A Nova Era e a Revolução Cultural* (1994).

A Olavo, essa narrativa falsa servia para superdimensionar seu papel histórico, só que mais importante do que a justificativa é o diagnóstico apresentado pelo escritor. Através de uma atuação de militância incansável em jornais, revistas, podcasts e cursos de filosofia (presenciais e on-line), Olavo vai difundir nas direitas a ideia de que a vida cultural brasileira teria sido completamente dominada por uma hegemonia gramsciana, que silenciaria vozes dissonantes, sobretudo na academia e na imprensa.

No caso das universidades, ainda que fosse possível identificar um inegável predomínio progressista em ramos específicos, especialmente na Ciências Sociais, o mesmo não poderia ser dito em relação às Engenharias, Ciências Biomédicas e, especialmente, em relação à Economia, tomada pela hegemonia neoliberal nas universidades de elite que continuam formando os principais quadros de gestão pública e privada do país.

No caso da imprensa, a hegemonia da ideologia neoliberal na cobertura das pautas econômicas se fazia ainda mais avassalador, como denuncia Sidney Rezende, ex-jornalista das organizações Globo.

Você não encontra um noticiário parcial como a gente tem aqui no Brasil, às vezes até absurdo, lá na Europa. Você não tem, em nenhum lugar, uma cobertura tão controlada quanto a nossa. Aqui ela é monocórdica. É uma cobertura que, a todo momento, repete uma mesma coisa, dentro de uma mesma visão. Vamos pegar a discussão econômica. Se pegar a lista de todos os convidados dos programas da GloboNews que falam sobre economia e verificar de onde eles são, a que grupo eles pertencem, qual a linha ideológica que eles têm, posso te garantir que uns 75% ou mais são oriundos do mercado financeiro. Eles são ligados ao Ibemec, à Fundação Getúlio Vargas, a empresas privadas, são consultores, são pessoas ligadas a essa área. Por quê? Porque são pessoas que traduzem uma visão do mercado. Para a GloboNews e todos os profissionais que cobrem a economia por lá, a preocupação maior é se o dólar está subindo ou se está descendo, do que se tem mais ou menos desempregados. É mais relevante o que o mercado financeiro acha. Se uma medida, por exemplo, não agrada ao mercado financeiro, ainda que a longo e médio prazos ela seja positiva para o país, os profissionais acham que a economia está indo mal e que as medidas são erradas. Então a visão de mercado prevalece (ROVAI, 2018, p. 312).

Não é por acaso que Octavio Ianni (2003) vai apontar as empresas oligopolistas de mídia do Brasil como autênticos intelectuais coletivos da globalização neoliberal. Esse fato, no entanto, vai ser ignorado deliberadamente por Olavo de Carvalho, que a essa altura já havia abandonado as reticências ao “avanço neoliberal” “em defesa do interesse

dos pequenos” expressadas em *A Nova Era* (1994, p. 8) para abraçar o radicalismo econômico de Ludwig von Mises (CARVALHO, 2013, p. 198).

Uma nova geração de militantes liberais estava entre os diversos grupos de direita que passaram a ser articular sob a liderança de Olavo através do site Mídia Sem Máscara, criado em 2002 com objetivo de reunificar a atuação da direita em oposição ao Partido dos Trabalhadores, que acabava de chegar ao poder com a vitória de Lula à Presidência. Se o PT, conforme apresentado na *Nova Era* (1994), era a encarnação do “moderno princípio” gramsciano, sua chegada ao governo federal representava a coroação da hegemonia comunista na sociedade brasileira.

Essa teoria imprimia sentido de urgência à ação da direita na internet, um meio destinado a estruturar a comunicação no futuro, e também possibilitava às novas gerações de liberais e conservadores se enxergarem como membros de um heroico movimento de resistência ao establishment, agora associado às esquerdas. Assim o anticomunismo se reinventava não mais como ameaça, mas como realidade consolidada no poder, cabendo às direitas uma mobilização de “retomada” contra a laicização da sociedade, com fortes raízes no cruzadismo católico brasileiro, que teve seu ápice na atuação da TFP nos anos 1960, mas cujas origens remontam ao Centro Dom Vital (CDV), fundado por Jackson Figueiredo em 1922.

Como aponta Patschiki (2012), o Mídia Sem Máscara foi concebido como uma adaptação à era da internet da teoria de Vladimir Lenin, que enxergava no jornal “não somente um propagandista e agitador”, como também um imprescindível “organizador coletivo” (KUNCZIK, 2002, p. 117). Foi através do site que se reuniram diferentes frações da direita brasileira. Entre elas, neoliberais, monarquistas, conservadores cristãos, militantes antivacina, maçons, herdeiros da TFP, jovens conservadores, defensores da ditadura militar, editoras direitistas, militantes contrários aos movimentos feministas, negro e LGBTQIA+, além de anticomunistas de diferentes países latino-americanos. Esses contatos internacionais foram importantes para alimentar a teoria olavista que enxergava no Foro de São Paulo a renovação do movimento comunista internacional. Também contribuir para colocar a Venezuela, de Hugo Chaves, ao lado da velha Cuba no topo do imaginário anticomunista brasileiro, que perdera sua principal referência com o fim da União Soviética.

Outro elemento externo que contribuiu para reforçar o sentimento anticomunista da intelectualidade de direita agrupada no MSM foi a fundação do Tea Party em 2009 em resposta à eleição do democrata Barack Obama à Presidência dos Estados Unidos. Tratava-

se de um movimento de direita radical, surgido de maneira descentralizada e independente da burocracia do Partido Republicano, que renovava a forte tradição macarthista americana ao acusar o primeiro presidente negro de tentar implementar o socialismo nos Estados Unidos.

Como muitos dos seus integrantes moravam nos EUA, o Tea Party, que também compartilhava sentimentos de marginalização em relação ao establishment, acabou influenciando os colaboradores do Mídia Sem Máscara no sentido de intensificar o caráter anticomunista da oposição ao PT. Também ajudou a radicalizar sua militância de maneira crescente, já que a infiltração vermelha teria chegado ao próprio centro do sistema capitalista mundial. Um exemplo marcante nesse sentido é a radicalidade da militância liberal que emerge desse processo, sobretudo com a migração do público olavista do site do MSM para o Orkut, rede social fundada em 2004 que logo se tornou a mais popular no Brasil.

É desse espaço que surge uma geração jovens “ultraliberais” decidida a romper com o liberalismo tucano dos anos 1980 e 1990 para abraçar a defesa radical do livre mercado através de organizações militantes como o Instituto Mises Brasil, fundado em 2007 (ROCHA, 2018). Ainda que o libertarianismo, em sua essência, abarcasse também liberdades nos costumes, esses militantes se conectavam em grupos antipetistas do Orkut e do emergente Facebook com movimentos conservadores, que cresciam especialmente com o avanço demográfico e político de setores evangélicos, identificado já nos trabalhos da Constituinte de 1987.

Com os ganhos materiais conquistados nos dois governos Lula (2002-2010), esses segmentos permaneceriam fiéis ao lulismo, mas começaram a romper com o PT no primeiro governo Dilma em virtude da desaceleração econômica, da penetração do discurso meritocrático (VALLE, 2018) e, sobretudo, do avanço acelerado das pautas progressistas registrado nesses quatros anos.

Segundo Rocha e Medeiros (2020), a aprovação, em sequência, da Comissão Nacional da Verdade (2011), da união estável entre pessoas do mesmo sexo (2011), da legalização do aborto em casos de anencefalia fetal (2012), das cotas raciais em universidades públicas (2012) e da PEC ampliando os direitos trabalhistas das domésticas (2013) foi interpretada por setores liberais e conservadores da sociedade como um “choque de progressismo”. As dinâmicas das redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas tendiam a intensificar o sentimento de pânico moral, à medida que se acelerava a circulação de fotos e vídeos de performances realizadas por militantes em

paradas LGBTQIA+ e em atos feministas, como as “Marchas das Vadias”, com objetivo de confrontar a moralidade hegemônica.

Assim, importantes lutas pela igualdade emergidas na Nova República, enquanto parte dos movimentos da Nova Esquerda (HARTMAN, 2015) do Ocidente, eram apresentadas a milhões de brasileiros de maneira distorcida. O que reforçava o pânico moral de direita impulsionado na internet pela explosão de vendas de *best-sellers* reacionários no mercado de livros a partir da guinada à direita radical imprimida por Carlos Andreazza na tradicional editora Record.

A volta do anticomunismo às ruas

Esse era o caldo cultural que fermentava na sociedade brasileira longe dos olhos dos analistas quando as grandes manifestações de junho de 2013 eclodiram de maneira subida. Convocados inicialmente em torno da pauta do passe livre por militantes autonomistas de esquerda, os atos tomaram rumos inesperados quando a grande mídia inverteu sua linha de cobertura, passando a pautá-los pelo tema da corrupção como forma de desgastar o então popular governo de Dilma Rousseff. O fundo ideológico anarquista que movia a mobilização, organizada horizontalmente através do Facebook a partir das utopias digitais de Castells (2013), deixou espaços abertos para que um violento sentimento antipolítica, gestado há anos pela cobertura midiática sensacionalista de operações policiais abusivas contra a classe política, trouxesse os anticomunistas de volta às ruas depois de 49 anos.

Militantes foram agredidos e bandeiras de partidos foram queimadas durante os atos, pretensamente não por serem “de esquerda”, mas pelo simples fato de serem partidos políticos. Era o que argumentavam os agressores. Isso fez com que o organizador inicial, o Movimento Passe Livre, se retirasse dos protestos, preocupada com uma “onda oportunista da direita de tomar o ato pra si” e com a ação de pessoas contrárias a organizações sociais, que “nunca tinham participado antes de manifestações”, mas estavam “começando a usar o ato para promover a barbárie”²⁵¹.

Ainda que o sentimento de alienação em relação às instituições de milhares de jovens que haviam crescido assistindo aos escândalos diários de corrupção na TV fosse sincero, a retórica antipartidária ideologicamente neutra era puro cinismo na boca de um

²⁵¹ KREPP, A. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298903-mpl-suspende-novas-manifestacoes-em-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

indivíduo como Marcelo Reis, que foi aos atos carregando cartazes xingando Lula. O líder do Revoltados On-line também não tinha vergonha de defender nas redes sociais a volta da ditadura militar. Entre os ídolos de Reis, estava Jair Bolsonaro, deputado federal de extrema direita que fizera carreira no baixo clero do Centrão atacando os fundamentos democráticos da Nova República e defendendo interesses corporativos, além das torturas praticadas pela ditadura militar contra os “comunistas”.

Por pouco o ex-capitão não havia sido expulso do Exército por indisciplina, e por décadas foi rejeitado pela cúpula das Forças Armadas até conseguir se reabilitar atuando contra a instalação da Comissão Nacional da Verdade em 2011. Acompanhando a renovação do anticomunismo, graças sobretudo a atuação dos seus filhos, militantes anticomunistas radicais conectados à extrema direita internacional, Bolsonaro passou a investir nas pautas morais, projetando-se nacionalmente a partir do seu esforço para impedir a aprovação da cartilha *Escola sem Homofobia*, pejorativamente apelidada de “kit gay”.

Quando, em 2014, o PSDB se recusou a aceitar a derrota de Aécio Neves para Dilma Rousseff nas eleições presidenciais a partir de denúncias de fraudes nas urnas feitas no Facebook, Jair Bolsonaro já havia se consolidado como influenciador de direita mais relevante na internet ao lado de Olavo de Carvalho. Em parte, esse sucesso havia sido alcançado seguindo a mesma tática empregada pelo estrategista Steve Bannon na vitória de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos em 2016: agir deliberadamente como um agente provocador na esfera pública, de modo a pautar a mídia tradicional e amplificar o alcance do seu discurso nas mídias digitais.

Foi se comportando como um autêntico “troll”²⁵² que o deputado desprezado pela classe política apostou nas redes sociais e no WhatsApp como forma de chegar à Presidência da República de um país cada vez mais dividido e desestabilizado pelo avanço criminoso sobre a classe política do consórcio formado pela Operação Lava-Jato com a grande mídia corporativa. Análises de redes revelaram uma polarização crescente até que *clusters* de esquerda e direita simplesmente parassem de se comunicar, como revelou os estudos de Ortellado e Ribeiro (2018) sobre o Facebook, rede utilizada nos grandes atos que tomaram o país em 2015 e 2016 pedindo o impeachment de Dilma Rousseff. Além do ódio crescente dos anticomunistas, a presidente que havia feito parte da resistência armada à ditadura perdeu apoio de grande parte de seus eleitores por contrariar promessas

²⁵² Jargão utilizado na internet para designar um usuário que busca desestabilizar discussões através de provocações e ofensas.

de campanha adotando severas medidas de austeridade fiscal que afundaram a economia nacional.

O anticomunismo estava de volta às ruas nas maiores manifestações de direita em meio século. Os mesmos cartazes sobre Cuba voltavam a ser empunhados pela classe média nas grandes cidades brasileiras 25 anos após o fim da URSS. Foi quando grande parte dos manifestantes, liderada pelo Revoltados On-line, de Marcello Reis e da futura deputada Bia Kicis, perdeu os pudores e passou a defender abertamente a volta da ditadura militar nos carros de som. O que provocou divisões nas manifestações com os grupos minoritários, como o Movimento Brasil Livre. Os jovens que formaram o MBL eram os responsáveis pela renovação estética do anticomunismo no Brasil. Como herdeiros do golpismo civil da UDN de Carlos Lacerda, rejeitavam o golpismo militar da tradição ditatorial e por isso se esforçaram para se afastar dos manifestantes defensores do golpismo militar.

A quarta vitória seguida do PT à Presidência da República e o avanço acelerado das pautas progressistas registrados no primeiro governo Dilma pareciam confirmar a teoria olavista da dominação gramsciana aos olhos dos eleitores de direita, cada vez mais radicalizados pelo efeito bolha da internet. Ao contrário do que previram os intelectuais reunidos na coletânea organizada por Mercadante em 1990, os elementos progressistas presentes na Constituição de 1988 não foram varridos pelo tempo como anacronismos, mas fizeram avançar as lutas em defesa de trabalhadores, negros, mulheres, população LGTBQIA+ e do meio ambiente, que haviam sido bloqueadas pela ditadura militar.

Isso serviu para reforçar a convicção direitista de que a Nova República era uma institucionalidade “de esquerda”. O que fazia sentido para os anticomunistas defensores da ditadura, já que ela fora edificada pelas lideranças que haviam resistido à ditadura militar, como Ulisses Guimarães, Mário Covas, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff. É nesse sentido que as grandes massas anticomunistas que saíram às ruas em 2015 e 2016 enxergaram o impeachment de Dilma como o primeiro passo de um movimento de caráter reacionário, que buscava botar abaixo a Nova República, contaminada em seus fundamentos pelo “comunismo” dos seus edificadores.

Essa primeira etapa foi concluída com a posse de Michel Temer em 2016, que promoveu reformas para atender à demanda da burguesia de aumento da exploração do trabalho como caminho para o desenvolvimento econômico. No entanto, o assalto reacionário à Nova República poderia ser revertido pela possível volta ao poder nas eleições seguintes do Partido dos Trabalhadores, o “moderno princípio” do comunismo

brasileiro segundo Olavo de Carvalho (1994). O escritor continuava sendo a principal referência intelectual do anticomunismo brasileiro, central no ecossistema de direita na internet, mas em 2018 já havia sido ultrapassado em relevância por Jair Bolsonaro. O que foi resultado, em grande parte, do trabalho de comunicação conduzido por seu filho Carlos sob orientação do anticomunista estadunidense Steve Bannon.

Anticomunismo chega à Presidência através do voto

Com forte penetração nas redes e um trabalho de amplo alcance no WhatsApp, que em 2018 se consolidava como a principal forma de comunicação de 137 milhões de brasileiros (BASTOS; FUDISSAKO, 2018), Bolsonaro assumiu a segunda posição na corrida presidencial após se aproximar de setores evangélicos e de se comprometer com o projeto ultraliberal desejado pela burguesia através da indicação do Chicago Boy Paulo Guedes como o todo poderoso Ministro da Economia.

Muitos analistas acreditaram que seu longo histórico de ataques aos fundamentos democráticos da Nova República e de apologia à ditadura militar, que incluía clamores de fuzilamento do então presidente Fernando Henrique Cardoso²⁵³ e homenagem ao torturador Ustra na votação do impeachment de Dilma²⁵⁴, inviabilizariam Bolsonaro eleitoralmente. Não foi o que aconteceu, entretanto. Com a eficiente estratégia de comunicação segmentada nas redes sociais (KALIL, 2018), parte dos eleitores simplesmente ignoraram essas informações, enquanto outros, sensibilizados com o atendado a faca sofrido pelo candidato em Juiz de Fora, descartaram esse histórico como dado irrelevante.

Por outro lado, uma parcela expressiva do eleitorado enxergava seu histórico de ataques à democracia e à Nova República como um fator positivo, fonte de esperanças. Para os anticomunistas mais radicais, a vitória de Bolsonaro abria a possibilidade de substituição da Nova República por um regime livre da esquerda. Isso tanto poderia acontecer por um golpe militar em estilo clássico, como os de 1937 e 1964, como através de um desmonte das instituições por dentro, como o promovido por Viktor Orbán na Hungria.

²⁵³ OLIVEIRA, C. VEJA. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/clarissa-oliveira/a-frase-em-que-bolsonaro-sugeriu-fuzilar-fhc-por-privatizar-estatais/>>. Acessado em: 12 dez. 2022.

²⁵⁴ ESTADÃO. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>>. Acesso em 12 dez. 2022.

Quando Sergio Moro condenou e prendeu sem provas o líder da corrida presidencial, Lula, o caminho ficou aberto para a vitória de um representante orgânico do anticomunismo militar. Como pagamento pelos serviços prestados, o juiz de Curitiba recebeu o Ministério da Justiça de Bolsonaro. Entre as primeiras medidas do novo governo, estiveram ataques ao movimento sindical e a extinção sumária de centenas de conselhos criados durante a Nova República para promover a participação democrática da sociedade civil nas decisões governamentais.

Bolsonaro também manteve sua base de militantes anticomunistas permanentemente mobilizada nas ruas, mesmo durante a pandemia do COVID-19, como forma de emparedar os outros dois Poderes já no primeiro ano de governo; mas depois que a cooptação do Congresso foi garantida pela criação do Orçamento Secreto junto com o presidente da Câmara Arthur Lira no segundo ano de governo, o Supremo Tribunal Federal restou como único alvo da pressão sobre as instituições.

A cooptação do Congresso garantiu que máquina estatal fosse utilizada num monumental movimento de compra de apoio parlamentar e de votos para a tentativa fracassada de reeleição em 2022. Só que a expansão do fisiologismo e os rombos no teto de gastos, constitucionalizado por Temer, em todos os anos de governo não provocou qualquer reação dos setores liberais ligados ao governo.

Esse ponto pode ser interpretado tanto como mais uma demonstração histórica da fraqueza de princípios da matriz liberal do anticomunismo brasileiro, já que os valores são abandonados ao sabor das conveniências - como foram na ditadura militar -, quanto como manifestação da inadequação do ideário do Estado mínimo, de origem anglo-saxã, à cultura e à realidade de um país sul-americano como o Brasil, onde grande parte da população continua privada dos mais básicos Direitos Humanos, como o direito à alimentação. Mesmo os ativistas de direita seguem reticentes em relação à ideologia neoliberal já que, por mais que costumem professar a retórica meritocrática individualista, continuam aguardando ansiosamente por serviços públicos de melhor qualidade, conforme revelado nos 29 anos que separam as entrevistas realizadas com ativistas de direita brasileiros por Pierucci em 1987 e por Ortellado e Solano, nas manifestações de 2016.

Considerações Finais

A resiliência do apoio das bases anticomunistas a Bolsonaro, mesmo diante de diversos escândalos, expressa ainda o caráter oscilante e instrumental do tema da corrupção na história política brasileira, que havia sido central na trajetória da UDN, mas também no período de formação do Partido dos Trabalhadores. No sentido oposto, às pautas morais, especialmente no que tange às questões de sexualidade e gênero, continuam sendo o principal canal de penetração do anticomunismo nas classes trabalhadoras, sobretudo a partir da expansão das igrejas evangélicas como vetor de coesão social, promoção da dignidade e preservação da saúde produtiva dos fiéis diante das ameaças colocadas pela dependência química nas periferias (SOUZA, 2015).

A instrumentalização política do pânico moral promovida nas eleições presidenciais de 2022 pelas *fake news* bolsonaristas revelou o vigor e o potencial de expansão a matriz cristã do anticomunismo. Entre as mentiras que mais impactaram a população está a que afirmava que Lula fecharia igrejas se eleito, mesmo tendo o ex-presidente promovido a liberdade religiosa durante seus oito anos de governo.

A matriz nacionalista também demonstrou força no imaginário popular, como resultado, em grande parte, da interdição, sob acusação de “revanchismo”, das tentativas de debates sobre o passado, diferente do que aconteceu na Argentina após o fim da ditadura militar. Mais do que apenas se blindar das punições pelos crimes contra a humanidade, as Forças Armadas continuaram apresentando à sociedade versões falsificadas a história nacional, que contradiziam escancaradamente o posicionamento dos governos civis, como se os militares simplesmente não fizessem parte do aparelho de Estado brasileiro (SILVA, 2019).

A tolerância, que permitiu que uma figura como Jair Bolsonaro pregasse durante 28 anos contra os fundamentos democráticos da Nova República e fizesse apologia das torturas da ditadura militar dentro da casa do povo, o Congresso Nacional, revelou-se um grave erro, pago pelos 214 milhões de brasileiros que sofreram com a instabilidade institucional que marcou os quatro anos de governo do fanático militante anticomunista doutrinado na Academia Militar das Agulhas Negras.

As instituições edificadas pelo pacto de 1988 acabaram resistindo, contudo, em parte devido à atuação decisiva do 55º presidente do Tribunal Superior Eleitoral e ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, mas sobretudo graças à frente ampla que articulou todo o espectro democrático nacional em torno da candidatura de Lula em

uma mobilização cujo o alcance foi visto pela última vez na campanha das Direitas Já em 1984.

Diante da gravidade do momento histórico que colocou em risco o mais longo período democrático da História do Brasil, a vitória das forças que se opuseram aos ataques antidemocráticos de Bolsonaro deveria ser comemorada, só que a manifestação imediata de graves sintomas mórbidos após a divulgação do resultado das urnas mantém as forças progressistas nacionais em sinal de alerta.

Além de um assustador irracionalismo messiânico e do descolamento da realidade deliberadamente provocado pelas redes de comunicação digital da extrema direita, as manifestações anticomunistas que eclodiram na frente dos quartéis até a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023 apontam para as Forças Armadas como repositório natural das esperanças da direita golpista. Não só pelo fato de monopolizar os instrumentos bélicos necessários à tomada violenta de poder, mas também pela memória do “cumprimento do dever”, em 1937 e 1964, de defender a Nação do “perigo vermelho”.

Referências bibliográficas:

BASTOS, D.; FUDISSAKO, F. **Streaming Summit – Facebook**. 2018.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de Política**. Tradução de Luís Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: UnB, 1986, p. 34-35. Tradução de: Dizionario di politica.

BUCKLEY JR., W. F. **God and Man at Yale: The Superstitions of Academic Freedom**. Washington, DC: Regnery Publishing, 2001.

CARVALHO, O. **A nova era e a revolução cultural**: Fritjof Capra & Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: Instituto de Artes Liberais & Stella Caymmi, 1994.

_____. **O imbecil coletivo**: atualidades in culturais brasileiras. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora, 1999.

_____. **O Mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DREIFUSS, R. A. **1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976

FUKUYAMA, F. **The End of History and the Last Man**. Nova York: The Free Press, 1992.

GONÇALVES, F. J. M. **A restauração conservadora da filosofia**: O Instituto Brasileiro de Filosofia e a autocracia burguesa no Brasil. 282p. Tese (Doutorado) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

HABERMAS, J. **A Nova Obscuridade**: pequenos escritos políticos. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HARTMAN, A. **A war for the soul of America**: a history of the culture wars. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.

IANNI, O. **Enigmas da Modernidade-Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KALIL, I. O. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Outubro 2018.

KUNCZIK, M. **Conceitos de Jornalismo**: Norte e Sul: Manual de Comunicação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MERCADANTE. (Org). **Constituição de 1988**: o avanço do retrocesso. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1990.

MOTTA, R. P. S. Anticomunismo, Antipetismo e o Giro Direitista no Brasil. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (Orgs.). **Pensar as Direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 75-98.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 368p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MUSACCHIO, A.; LAZZARINI, S. G. **Reinventando o capitalismo de Estado**: o Leviatã nos negócios: Brasil e outros países. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2015.

MUSSI, D.; BIANCHI, A. **Os inimigos de Gramsci**. Jacobin Brasil, São Paulo, nov. 2019.

ORTELADO, P.; RIBEIRO, M. M. **Mapping Brazil's political polarization online**. The Conversation. 2018. The Conversation, Waltham, 3 ago. 2018.

PATSCHIKI, L. **Os líticos da nossa burguesia**: o Mídia Sem Máscara em Atuação Partidária (2002-2011). 419 p. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação História, Poder e Práticas Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Random, 2012.

PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. **Novos Estudos CEBRAP**, n.19, dez., p. 26-45. 1987.

PUGLIA, L. S. **Reação Conectada**: As Direitas Brasileiras em Perspectiva Histórica. 313 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2020.

ROCHA. “**Menos Marx, mais Mises**”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 232p. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROCHA, C.; MEDEIROS, J. “**Vão todos tomar no...**”: a política de choque e a esfera pública. **Horizontes ao Sul**, 27 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/04/27/VAO-TODOS-TOMAR-NO-A-POLITICA-DO-CHOQUE-E-A-ESFERA-PUBLICA>>. Acesso em: 12 Dez. 2022.

ROVAI, R. **Um novo ecossistema midiático**: a história do jornalismo digital no Brasil. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SCRUTON, R. **Tolos, fraudes e militantes**: pensadores da Nova Esquerda. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SECCO, L. Gramscismo: uma ideologia da extrema-direita. Disponível em: <<https://blogdabootempo.com.br/2019/05/08/gramscismo-uma-ideologia-daextremadireita/>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SILVA, J. T. As Forças Armadas brasileiras e as heranças da ditadura militar de 1964: cultura política de direita e tentativa de interdição do passado (1995-2014). In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (Orgs.). **Pensar as Direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 75-98.

SOUZA, E. R. Mortalidade por homicídios na década de 80: Brasil e capitais de regiões metropolitanas. In: **Epidemiologia, serviços e tecnologias em saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998. p. 187-205.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

USTRA, C. A. B. **A Verdade Sufocada**. Brasília: Editora Ser, 2007.

USTRA, C. A. B. **Rompendo o Silêncio**. Brasília: Editerra Editorial, 1987.

VALLE, V. S. M. **Religião, Lulismo e voto**: A atuação política de uma Assembleia de Deus e seus fiéis em São Paulo – 2014-2016. 265 p. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

WERNECK VIANNA, L. **Diálogos gramscianos sobre o Brasil atual: entrevistas com Luiz Werneck Vianna**. Seleção: Paula Martins Salles. Brasília: Verbena Editora, 2018

CAPÍTULO 16

O anticomunismo no apelo antipetista de Jair Bolsonaro (2018-2022)²⁵⁵

Dolores Rocca Rivarola²⁵⁶

São Paulo, julho de 1990. O mundo ainda comemorava a queda do muro de Berlin. A Europa se libertava dum marco do comunismo. Enquanto isso, na América Latina um encontro selava a criação do Foro de São Paulo, um grupo político com viés ideológico comunista, de esquerda, liderado por Lula e Fidel Castro. A semente de um projeto de doutrinação e domínio político foi plantada em nossa pátria. As consequências estão sendo sentidas quase vinte anos depois [Voz-off com uma sucessão de imagens e música tensa. HGPE de Bolsonaro, 12/10/2018, início da campanha para o segundo turno]²⁵⁷.

Era uma vez um governo de esquerda que gostava de dizer que cuidava dos que mais precisavam. Quando eles tinham fome, dava um peixe. Assim, essas pessoas ficavam dependentes desse governo, que podia manipulá-las como queria. Até que veio um governo de direita, que além de dar o peixe, também ensinou as pessoas a pescarem. Assim, se tornaram homens e mulheres livres. [Mulher velha numa sala de estar com fotos de família, com música de contos de fadas ao fundo. Programa eleitoral de Bolsonaro, HGPE, 01/9/2022]²⁵⁸.

²⁵⁵ Um avanço preliminar desta pesquisa foi incluído no livro **El Brasil de Bolsonaro en español**, compilado por Gisela Pereyra Doval, Juan Bautista Lucca, Esteban Iglesias e Cintia Pinillos, e editado em Buenos Aires, Argentina, 2023 (Editorial Prometeo).

²⁵⁶ Doutora em Ciências Sociais e Bacharel em Ciéncia Política pela Universidad de Buenos Aires (UBA). Pesquisadora Adjunta no Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica (CONICET), no Instituto de Investigaciones Gino Germani (IIGG-UBA). Membro do Grupo de Estudos de Políticas e Juventude (GEPOJU) no mesmo instituto.

²⁵⁷ Arquivo “029_18-2018-10-12-HGPE-PRES-GOV1-2-89” do acervo fornecido pelo Doxa, Laboratório de Estudos Eleitorais, de Comunicação Política e Opinião Pública (IESP-UERJ). Disponibilizo meu endereço de e-mail para uma possível solicitação de acesso aos arquivos: doloresrocca@gmail.com

²⁵⁸ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ykxwAwP-yXQ&ab_channel=Poder360>. Acesso em: 09 mar. 2023.

Introdução

Em 2018, Jair Bolsonaro venceu nas eleições presidenciais após uma campanha caracterizada por apelos e símbolos anticomunistas, uma pauta centrada na insegurança pública e uma crítica à corrupção dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Também, por ameaças à militância petista por parte do candidato mesmo (“vamos fuzilar a *petralhada*”²⁵⁹) e de seus seguidores (cartazes com o slogan “o bom petista é o petista morto” colados em carros de votantes de Bolsonaro), e inclusive alguns episódios de ataques e violência política na rua.

Desde então, a literatura especializada tem tentado compreender o fenômeno de sua ascensão ao poder, a subjetividade de seu núcleo eleitoral, suas medidas governamentais, a evolução do bolsonarismo organizado e seu legado sociopolítico (por exemplo, SALAS OROÑO, 2018; HUNTER; POWER, 2019; AMARAL, 2020; NICOLAU, 2020; CHAGURI, AMARAL, 2023; RODRIGUES; FERREIRA, 2021; ROCHA et al., 2021).

A narrativa daquela campanha bolsonarista combinou com eficácia elementos que poderiam parecer contraditórios. Por um lado, uma espécie de promessa de revolta contra a ordem político-partidária corrupta, canalizando assim o sentimento antipartidário que havia sido alimentado por vários anos (pelo menos desde 2013), e que ficou fragmentado ou atomizado até 2018. Por outro lado, uma proposta de encarnação de valores tradicionais (família heteronormativa, religião, respeito às Forças Armadas, hierarquias sociais) contra a suposta ameaça que o Partido dos Trabalhadores (PT) e a esquerda poderiam ter colocado, ou poderiam eventualmente colocar, contra eles.

Em outras palavras, Bolsonaro combinava um suposto caráter disruptivo com uma pauta conservadora e até reacionária. E ambos os elementos, tanto o questionamento radical do sistema partidário existente e seu funcionamento, como uma cruzada anticomunista explícita, constituíram a morfologia de um antipetismo exasperado (rejeição explícita e ativa ao PT no Brasil). Isto, apesar do fato de que o PT nunca foi um espaço político que condensasse ou representasse a ideologia comunista. E também apesar do fato de que o “perigo” comunista não era uma previsão realista para o século XXI.

²⁵⁹ O neologismo *petralha* foi criado por Reinaldo Azevedo, blogueiro conservador e autor do livro **O país dos petralhas**. O termo combina duas palavras: *petista* (membro do PT) e *metralha*, em referência aos “irmãos Metralha”, o nome que tiveram no Brasil *The Beagle Boys* de Walt Disney. Esta definição da palavra petralha pode consultar-se em Couto (2015).

Este artigo revisita uma interpretação já formulada num trabalho anterior (ROCCA RIVAROLA, 2020) que identifica a campanha de 2018 como o clímax de um “terceiro momento” do itinerário histórico seguido pelo antipetismo. Com base nessa análise, o objetivo é observar o que aconteceu com o caráter desse antipetismo nos anos seguintes, durante o governo Bolsonaro e na campanha para sua reeleição em 2022.

Sinteticamente, o argumento sobre as mutações do antipetismo identifica três momentos, com matrizes e intensidades diferentes. Um primeiro momento, em que o antipetismo foi equivalente a um “medo da esquerda” e foi revestido de apelos anticomunistas em referência à possibilidade de um governo do PT. Um segundo momento em que este pânico foi progressivamente diluído e a clivagem ideológica do antipetismo perdeu força, para ser substituída por outro elemento: a crítica moral à corrupção. E um terceiro momento, que atingiu um clímax na campanha de Bolsonaro em 2018, e que exibiu uma combinação radical de ambas as vertentes anteriores do antipetismo.

O primeiro momento, ilustrado sobretudo pela campanha de Fernando Collor de Mello para o segundo turno em 1989, consistiu em um antipetismo definido pela tentativa de associá-lo ao comunismo. Por exemplo, através do mito de que uma eventual presidência Lula levaria a expropriações ou à socialização de bens e meios de produção. Segundo o próprio Collor e outras vozes nos programas do seu Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE),²⁶⁰ Lula foi caracterizado como “o pai da greve”, o representante do “sindicalismo selvagem” e do “fanatismo”. Recordemos, a este respeito, que o contexto desta campanha foi a queda do Muro de Berlim em 9 de novembro, pouco antes do primeiro turno.

O HGPE de Collor alimentou-se desses eventos, sugerindo equivalências entre o PT e as “ideias atrasadas que foram testadas em grande parte desse século e agora estão sendo repudiadas fortemente por quem experimentou esse tipo de governo”²⁶¹ (referindo-se à crise política na Europa Oriental). O candidato também relatou, em uma entrevista com o jornalista Ferreira Neto, reproduzida em seu programa eleitoral, que num comício os militantes do PT cantavam a “Internacional Socialista, que é o hino do comunismo”²⁶², em vez do hino nacional brasileiro. E um eventual governo Lula foi descrito

²⁶⁰ As vezes esses adjetivos foram colocados na boca dos “populares”, aquela figura ou termo que Albuquerque (1999) utiliza para se referir à reprodução de testemunhos de eleitores ou de supostas pessoas comuns nos programas do HGPE.

²⁶¹ Arquivo “017_89C” do acervo fornecido pelo Doxa.

²⁶² Arquivo “1-1-89dvdiv” do acervo Doxa.

repetidamente com as palavras seguintes: “caos”, “baderna”, “bagunça”, “desorganização”, “autoritarismo”. Assim, o HGPE de Collor trouxe de volta os traços da histórica aversão ao comunismo no Brasil, que Rodrigo Patto Sá Motta (2000) analisou para certos momentos-chave como 1935 e 1964.

Essa campanha de Collor na TV também se valeu da clivagem religiosa, usando símbolos cristãos como a cruz gigante no Monte Pascoal (onde o candidato se apresentou no início da campanha e afirmou suas intenções e valores), envolvendo em seus programas ao Frei Damião, do nordeste do país, e até mesmo com a colaboração de alguns líderes de igrejas evangélicas, que agitaram, fora da televisão, a ideia de que um governo do PT poderia ameaçar a liberdade religiosa e a continuidade de suas congregações (MARIANO; GERARDI, 2019; MARIANO; PIERUCCI, 1992). Naturalmente, quando a penetração do evangelismo na sociedade brasileira ainda era inferior a 10%, o uso desta clivagem não teve o mesmo impacto que em 2018.

O antipetismo teve um segundo momento a partir de 2002, e especialmente durante os governos Lula, onde a clivagem anticomunista perdeu força e foi se diluindo, substituída por outro núcleo de crítica ao PT, centrada na corrupção. De fato, na campanha de 2002 houve uma tentativa de reacender o pânico anticomunista, com um exemplo paradigmático no vídeo da atriz Regina Duarte dizendo "estou com medo" de Lula e "faz tempo que não tinha esse sentimento". Mas essa estratégia mostrou-se ineficaz. O fato é que o PT não só havia empreendido uma revisão programática e moderação desde meados da década de 1990. Também tinha uma política de alianças amplíssima em 2002, lançou a Carta ao Povo Brasileiro em junho daquele ano (estabelecendo um compromisso de continuidade em termos de política financeira, por exemplo). E inclusive houve um esforço sistemático da coordenação da campanha de Lula para dissociar o candidato de certos gestos e tradições de esquerda, ou mesmo de sua própria trajetória como sindicalista.²⁶³

Enquanto isso, a crítica moral contra a corrupção e o patrimonialismo, ganhou força como matriz do antipetismo, e ainda mais desde 2005, com o escândalo do Mensalão e da Caixa Dois. Vale a pena mencionar alguns fenômenos que complementam esta forma de compreender essa transformação do antipetismo: a diminuição da identificação ideológica na votação entre 2002 e 2006 (CARREIRÃO, 2007), mas

²⁶³ Neste sentido, a frase “O sindicalista espanta”, de Duda Mendonça, publicitário responsável pela campanha do PT em 2002, no documentário **Entreatos** (2004) em uma conversa com Lula sobre o que dizer e como agir nos debates presidenciais, resumiu aquele objetivo.

também a mudança do enquadramento editorial dominante de alguns grandes jornais na hora de caracterizar o PT, que passou de descrevê-lo como "radical" ou "populista" para descrevê-lo do ponto de vista moral, como um partido corrupto dedicado ao *aparelhamento do Estado* (AZEVEDO, 2018).

Embora seja possível encontrar elementos incipientes dum terceiro momento de antipetismo já em 2010, há dois eventos ou episódios que poderíamos pensar como dobradiças. Um é quando as manifestações contra o aumento das tarifas de transporte, que começaram em junho de 2013, se tornaram mais massivas, os slogans iniciais desses protestos se diversificaram, e o antipetismo mobilizado começou a tomar forma, para se cristalizar de forma mais definida depois, nas mobilizações de 2015-2016 contra o governo de Dilma Rousseff. O outro evento foi a campanha eleitoral de 2014. Num clima influído pelo avanço simultâneo do processo judicial contra algumas lideranças do PT e de outros partidos, traços de anticomunismo começaram a reaparecer nos apelos antipetistas. Mas isso era infundido menos pelas coordenações de campanha ou as lideranças políticas do que pelo ativismo de base da internet (BRUGNAGO; CHAIA, 2015). Nas mobilizações de 2015 – 2016, por outro lado, algumas palavras de ordem ou slogans apelaram para uma intervenção das Forças Armadas, assim como contra a pedagogia de Paulo Freire e uma suposta doutrinação marxista nas escolas. O uso da camisa da seleção brasileira e as cores da bandeira eram apresentados nos protestos como antagônicos ao PT, algo que já havia sido usado por Collor de Mello em 1989, quando ele reivindicou as cores brasileiras em oposição ao "vermelho" do PT. Tudo isso seria um núcleo discursivo na campanha de Bolsonaro em 2018, por exemplo, com o jingle que dizia “azul, branca, amarela e verde é nossa bandeira. Com fé na força do povo, ela jamais será vermelha”.²⁶⁴

Assim, o terceiro momento de antipetismo, onde este aparecia recrudescido e radicalizado, envolveu uma combinação das duas matrizes ou elementos que tinham definido, respectivamente, o primeiro e o segundo momento. Embora esse terceiro momento já tivesse começado a se delinear em 2013, foi Bolsonaro quem conseguiu reunir os surtos emergentes e ainda fragmentados da onda de indignação anticorrupção e da cadeia de elos “Mensalão –Lava Jato – processo judicial contra Lula – crise política do sistema”. Ele fundiu essa onda com aquele antipetismo de natureza anticomunista, que

²⁶⁴ No seu HGPE para o segundo turno em 1989, Collor de Mello dizia “Nós não queremos em momento nenhum modificar as cores da bandeira brasileira, as cores da nossa bandeira” (Arquivo 1-1-89dvdv do Acervo DOXA).

tinha perdido credibilidade desde a eleição de 2002, e que ele mesmo vinha reativando de forma minoritária há vários anos. E tudo isso, em um contexto em que a mobilização da agenda de diretrizes conservadoras em torno da família, educação e saúde reprodutiva permitiu reunir a uma parte significativa das igrejas evangélicas, cuja intervenção e articulação política atingiu níveis sem precedentes na época (MARIANO; GERARDI, 2019; LACERDA, 2017).

O bolsonarismo como clímax do terceiro momento antipetista

Em 1991, James Davison Hunter escreveu **Culture Wars: The Struggle to Define America. Making sense of the battles over the family, art, education, law and politics**, um livro que colocou a noção de “guerras culturais” como questão relevante no debate público nos Estados Unidos. Hunter se referia às batalhas políticas naquele país entre progressistas e ortodoxos, em torno de questões como o aborto e os direitos reprodutivos, a sexualidade, os valores familiares, a relação entre igreja e Estado, e entre escola e religião. Décadas depois, em 2018, o cenário político-eleitoral no Brasil parecia permeado por estes mesmos antagonismos, pelo menos no conteúdo dos apelos bolsonaristas. Em suas mensagens de campanha no HGPE, mas muito mais notoriamente na circulação de uma espécie de campanha de esgoto, nas redes sociais, nos *bots* e nos grupos de *whatsapp* que se formaram durante o processo eleitoral, Bolsonaro mobilizou essas “guerras culturais” e se tornou um expoente central delas.

Se considerarmos os três pilares do anticomunismo no Brasil, que Motta (2000) destaca para as décadas de 1930 e 1960 – anticomunismo religioso, liberal e nacionalista – podemos inscrever estas guerras culturais na agenda anticomunista religiosa, que postulava o comunismo como uma força maligna que ameaçava a família, os valores tradicionais e a desejável ordem moral, social e religiosa. Mesmo a agenda de diretrizes conservadoras, restritivas dos direitos da mulher e da comunidade LGBTI+ que Bolsonaro promoveu em 2018, restaurava e atualizava várias das palavras de ordem das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” dos anos 60, que identificavam os “perigos” no divórcio, o sexo extraconjugal e a homossexualidade. Com a diferença de que essas passeatas eram lideradas pela Igreja Católica e não pelos evangélicos.

O anticomunismo de Bolsonaro em 2018 não se limitou a defender a família, mas foi ainda mais politicamente explícito quando se referiu ao PT e sua trajetória. Por

exemplo, o segmento de campanha citado no início deste artigo, onde uma voz-off, acompanhada de imagens e música tensa, dizia:

São Paulo, julho de 1990. O mundo ainda comemorava a queda do muro de Berlim. A Europa se libertava dum marco do comunismo. Enquanto isso, na América Latina um encontro selava a criação do Foro de São Paulo, um grupo político com viés ideológico comunista, de esquerda, liderado por Lula e Fidel Castro. A semente de um projeto de doutrinação e domínio político foi plantada em nossa pátria. As consequências estão sendo sentidas quase vinte anos depois [HGPE de Bolsonaro, 12/10/2018].

O programa logo comparava o Brasil com Cuba e Venezuela e dizia “estamos à beira do abismo” e “em sua maior crise ética, moral e financeira da história”. Depois acrescentava: “O vermelho jamais foi a cor da esperança. O vermelho é um sinal de alerta para o que não queremos para este país”. E na imagem do fundo, um líquido vermelho (semelhante ao sangue) ia cobrindo a tela. A campanha de 2018, tanto nos programas eleitorais do HGPE como nos apelos do bolsonarismo e de seus seguidores nas redes sociais (isto é, a campanha não oficial, ou paralela), incluiu numerosos exemplos disso. Como um *meme* que circulava no Facebook, onde uma imagem do candidato carregava uma espingarda com a qual atirava num desenho da foice e o martelo comunistas, colado numa porta. Outros estudos também identificaram um retorno do imaginário anticomunista ao confronto político brasileiro em 2018 (SOUSA JR., 2019; MOTTA, 2019).

Ora, a obsessão anticomunista de Bolsonaro pode ser pensada como uma *mise-en-scène*. Ou, nos termos de Lincoln Secco (2021), como um *blef* [*bluff*] permanente. Não uma reação a uma ameaça efetiva de revolução, mas a governos moderadamente reformistas. Em primeiro lugar, a trajetória do PT no Brasil não é a mesma do comunismo partidário; o Petismo nunca foi um espaço político que condensasse ou representasse essa ideologia, embora tenha tido o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) como um aliado em suas frentes eleitorais desde 1989. O comunismo teve seus próprios expoentes partidários no Brasil, com tradições e apelos diferentes dos do PT. No entanto, também é verdade que o antipetismo e o anticomunismo por vezes percorreram caminhos entrelaçados. Em segundo lugar, se em 1989, quando Collor de Mello mobilizou o sentimento anticomunista, os regimes socialistas da Europa Oriental estavam colapsando, já no século XXI, sem o correlato da União Soviética e seu bloco, sem a Guerra Fria, e sem as

organizações armadas dos anos 70, o antipetismo bolsonarista enfrenta um fantasma que não é tal.

A dupla matriz antipetista durante o governo Bolsonaro (2019 – 2022)

Em seus dois discursos na cerimônia de posse presidencial, Bolsonaro afirmou que “o povo começou a se libertar do socialismo”²⁶⁵, e que “esta é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Ela só será vermelha se for preciso nosso sangue para mantê-la verde e amarela”²⁶⁶. Suas palavras não só evidenciavam o caráter de posta em cena já mencionado, mas também anunciam que sua obsessão anticomunista transcenderia o momento de sua campanha e permaneceria em vigor durante seu governo.

E de fato, a matriz anticomunista do antipetismo continuou a ser mobilizada de modo discursivo e simbólico, tanto nos apelos do próprio Bolsonaro como nas declarações de seu gabinete de ministros. Podemos nos perguntar se como uma forma de mobilizar seu núcleo eleitoral mais duro, ou talvez simplesmente por convicção.

A repetida vindicação do golpe de 1964 contra João Goulart, por exemplo, se estrutura, no bolsonarismo a partir de um anticomunismo explícito, em cuja lógica o golpe teria salvo o Brasil do “totalitarismo marxista”. E que nos lembra do que Motta (2000) identificou como uma das vertentes do anticomunismo histórico no Brasil para as décadas de 1930 e 1960: o anticomunismo nacionalista, com especial gravitação no seio das Forças Armadas Brasileiras.

E não só Bolsonaro vinha insistindo, há vários anos, nessa defesa do golpe militar, mas seu governo manteve essa linha. Assim, em 30 de março de 2021, o General Braga Netto, Ministro da Defesa, publicou a “Ordem do dia alusiva ao 31 de março de 1964” exaltando o golpe militar e afirmando que, no marco da guerra fria, “havia ameaça real à paz e à democracia” e que “os brasileiros perceberam a emergência e se movimentaram nas ruas”, com apoio de setores da imprensa, igrejas, empresários e das Forças Armadas, “interrompendo a escalada conflitiva, resultando no chamado movimento de 31 de março de 1964”.²⁶⁷

²⁶⁵ “O povo começou a se libertar do socialismo”. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2019/01/01/interna_politica,728320/u201co-povo-comecou-a-se-libertar-do-socialismo-u201d-afirma-jair-bo.shtml>. Acesso em: 09 mar. 2023.

²⁶⁶ Citado em Secco (2021). E também se pode consultar a respeito em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/01/bolsonaro-bandeira-so-sera-vermelha-se-for-preciso-nosso-sangue.htm>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

²⁶⁷ Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ordem-do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1964-2021>>. Acesso 28 mar. 2023.

Antes, em 2019, Vélez Rodríguez, então ministro da Educação, caracterizou o golpe como uma decisão soberana da sociedade e chamou a ditadura implantada pelo golpe como "regime democrático de força".²⁶⁸

O anticomunismo, além disso, também foi expresso nas "reflexões" de outros ministros. Abraham Weintraub, que dirigia o ministério de Educação, por exemplo, disse "os comunistas são o topo do país. Eles são topo das organizações financeiras. Eles são os donos dos jornais. Eles são os donos das grandes empresas. Eles são os donos dos monopólios".²⁶⁹

O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, por sua parte, alertou sobre o "marxismo cultural" que estava impulsionando a globalização, e caracterizou a COVID-19 como uma tentativa de construir o comunismo global. Outro exemplo, pode se observar nas numerosas declarações de Damares Alves e até mesmo nas políticas públicas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que ela conduzia. Essas iniciativas parecem retomar e atualizar as preocupações do anticomunismo religioso – outra das vertentes do anticomunismo que Motta analisou para os anos 60 –, promovendo, por exemplo, a "reflexão" e a abstinência sexual para prevenir a gravidez na adolescência (campanha pública "Tudo tem seu tempo: adolescência primeiro, gravidez depois", em 2020)²⁷⁰.

Por outro lado, a outra matriz antipetista, ligada ao discurso anticorrupção, parecia mais difícil de sustentar com um grau mínimo de verossimilhança a partir de dois processos acontecidos durante o governo Bolsonaro.

Em primeiro lugar, o acúmulo de escândalos de corrupção no seio do próprio governo. Apenas a título de exemplo, as alegações de preços excessivos e propinas em torno da compra de vacinas contra a COVID, Covaxim e AstraZeneca; as ações de pastores no Ministério da Educação (sem cargo público nele) que beneficiaram com recursos a prefeitos associados à sua própria igreja; a compra do Viagra pelas Forças

²⁶⁸ Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/04/03/velez-quer-alterar-livros-didaticos-para-resgatar-visao-sobre-golpe.ghtml>>. Acesso em: 07 out. 2022. Esses exemplos de justificação oficial do golpe de 1964 pelo governo Bolsonaro foram recuperados dum trabalho em coautoria com Oswaldo Amaral (AMARAL; ROCCA RIVAROLA, 2023), que argumenta uma ligação entre, por um lado, as formas de processar a memória dos crimes da ditadura no Brasil e na Argentina, e, por outro, os níveis de apoio social à democracia nas décadas seguintes.

²⁶⁹ A íntegra da palestra onde Weintraub disse essas palavras (no evento "Cúpula Conservadora das Américas") pode ser conferida nesse vídeo (a partir do minuto 1:19:13). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IHbb9tRC6Xc&t=4748s&ab_channel=InstitutoFilipeCamar%C3%A3o>.

²⁷⁰ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2020/02/04/tudo-tem-seu-tempo-a-campanha-de-damares-contra-gravidez-precoce.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

Armadas; os cheques de R\$ 89.000 de Fabrício de Queiroz, conselheiro de Flávio (filho do presidente), para Michelle (esposa de Bolsonaro); a investigação sobre um possível esquema de lavagem de dinheiro público no gabinete de Carlos Bolsonaro, outro de seus filhos, por uma empresa da ex-mulher do presidente; e até os acordos em empresas de medicina privada para experimentar com o chamado "Kit Covid", composto de medicamentos que a Organização Mundial da Saúde (OMS) havia recomendado não utilizar, como a Hidroxicloroquina, Ivermectina, Azitromicina, etc. E tantos outros exemplos.

Em segundo lugar, a anulação das condenações de Lula, incluindo aquela do processo do “tríplex de Guarujá”, parecia desarmar a narrativa bolsonarista sobre Lula como “o político mais corrupto da história”, como o descreveu, por exemplo, o Pastor Marcus Vinícius em setembro de 2021.

Mesmo assim, e mais quando a campanha de 2022 começou a se desenvolver, Bolsonaro continuou se valendo dessa matriz anticorrupção do antipetismo para se apresentar e para se diferenciar do PT e de Lula. Em seu discurso na ONU em 2022, já no meio da campanha, ele afirmou que “no meu governo extirpamos a corrupção sistêmica que existia no país”, e se referiu com essa qualificação ao período 2003 – 2015 “onde a esquerda presidiu o país”.²⁷¹

A campanha para o primeiro turno das eleições presidenciais de 2022

A campanha de Bolsonaro para tentar se reeleger em 2022 (primeiro turno), tanto nos programas do HGPE como em suas intervenções públicas na televisão e na cobertura de comícios de campanha, foi o cenário de uma reedição da dupla matriz antipetista, através de um discurso mais uma vez revestido de anticomunismo e de tentativas de diferenciação com base na questão da corrupção.

Por um lado, durante a campanha houve alguns tópicos comuns que Bolsonaro reiterou repetidamente: a defesa da família tradicional; a promessa de que ele (ao contrário, supostamente, de Lula) não legalizaria as drogas nem o aborto; e o repúdio ao

²⁷¹ Íntegra do discurso disponível em: <<https://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=discurso+bolsonaro+onu&meta=#fpstate=ive&vld=cid:a14e10af,vid:NdIKbN95e2A>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

que ele chamava de “ideologia de gênero”²⁷². Como já vimos, esses elementos podem ser enquadrados em uma agenda mobilizada pelo anticomunismo na sua vertente religiosa.

Mas, além disso, o anticomunismo torna-se mais explícito politicamente, por exemplo, em alguns fragmentos dos discursos que Bolsonaro fez no 7 de setembro, na comemoração do Dia da Independência. Nessa ocasião, Bolsonaro transformou um ato oficial como Chefe de Estado (com desfiles militares, em frente ao Palácio da Alvorada) num verdadeiro comício de campanha, e, horas depois, na praia de Copacabana, Rio de Janeiro, também se dirigiu aos seus seguidores. No Rio, Bolsonaro disse “O nosso governo respeita a propriedade privada. O nosso governo botou um fim nas invasões do MST [Movimento Sem Terra, aliado histórico do PT]. Vocês não ouvem mais falar de invasão do MST pelo Brasil”²⁷³. Mais uma vez, o adversário é postulado como uma ameaça, em uma alusão que nos remete àquele primeiro momento de antipetismo já analisado, em que a narrativa intensamente anticomunista de Collor de Mello na campanha para o segundo turno em 1989 tentava associar a militância juvenil do PT com a violência, o fanatismo e o atraso do comunismo do Leste Europeu.

Nos comícios de Bolsonaro no 7 de setembro também emergiu subtilmente a defesa do golpe e da ditadura, que Bolsonaro vinha fazendo há vários anos, mesmo antes de ser considerado um candidato viável para a presidência:

Queria dizer que o Brasil já passou por momentos difíceis, mas por momentos bons, 22 [revolta tenentista], 35 [intentona comunista], 64 [golpe militar], 16 [impeachment de Dilma Rousseff], 18 [eleição presidencial que Bolsonaro ganhou] e agora, 22. A história pode repetir, o bem sempre venceu o mal. Estamos aqui porque acreditamos em nosso povo e nosso povo acredita em Deus.²⁷⁴

²⁷² O conceito de “ideologia de gênero” foi cunhado e utilizado por líderes religiosos e políticos conservadores para evocar uma suposta conspiração global para destruir a ordem política e social. Na prática, o uso pejorativo do termo é geralmente acompanhado de uma oposição aos avanços nos direitos reprodutivos das mulheres, ao reconhecimento do gênero no direito internacional e à proteção e o reconhecimento dos direitos das diversidades sexuais. Esta definição do conceito foi recuperada do Relatório do Especialista Independente em Proteção contra a Violência e Discriminação por Motivos de Orientação Sexual ou Identidade de Gênero da ONU, Victor Madrigal Borloz. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N21/192/17/PDF/N2119217.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 10 out. 2022.

²⁷³ Íntegra do discurso disponível, em vídeo, aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=viz-znH_rRA&ab_channel=UOL>. Acesso em: 09 mar. 2023.

²⁷⁴ Palavras de Bolsonaro no café da manhã no Palácio da Alvorada, antes do ato no exterior. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/09/07/desfile-7-de-setembro-bolsonaro-brasilia.htm>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

Bolsonaro inscreveu assim esse marco fatídico da história brasileira em uma espécie de luta do bem contra o mal, encarnado pela esquerda. Este tipo de jogo esportivo ou de luta épica que seria disputada, em momentos diferentes da história, entre a direita e a esquerda tem sido repetido insistente nos apelos públicos de Bolsonaro ao longo dos anos. Assim, em 2016, em seu discurso justificando o voto para a continuidade do processo de impeachment contra Dilma Rousseff, Bolsonaro disse: “*Perderam em 64, perderam agora em 2016*”²⁷⁵. Dois anos depois, na campanha de 2018, em um vídeo gravado e transmitido durante um comício de apoio à sua candidatura na Avenida Paulista, ele voltou sobre essa mesma ideia: “Perderam ontem [no passado, em 1964 talvez], perderam em 2016 [impeachment] e vão perder na semana que vem de novo. Só que a faxina agora será muito mais ampla. [...] Ou vão para fora, ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”.²⁷⁶ De forma semelhante, em 2022, no comício do 7 de setembro (Dia da Independência) em Copacabana, Bolsonaro descreveu “esquerdistas” como “cabeças vazias”, acrescentando que “esse tipo de gente tem que ser extirpado da vida pública”. Esses apelos mais fascistas, com os quais ele parecia falar muito mais ao seu núcleo duro do que a um eleitorado potencial ou ainda adverso, não pareciam derivar dum *coaching de marketing* eleitoral, mas de uma obsessão pessoal contra a esquerda que persistia mesmo após quatro anos como presidente.

Naquela luta épica entre o bem e o mal imaginada por Bolsonaro, 2022 é mais um cenário onde o bem, definido como a crença em Deus e encarnado por um candidato explicitamente de direita, deve derrotar o mal, o PT e a esquerda brasileira, em geral.

E nesse sentido, Bolsonaro manteve em 2022 a ênfase na autodefinição como um candidato “de direita”, que ele mostrou já em 2018, e que, como Inés Pousadela (2007) e também Ronaldo de Almeida (2019) argumentam, não era uma autorreferência comum na política brasileira desde a redemocratização. Um exemplo é o segmento de seu HGPE de 2022 citado no início deste capítulo, onde, como se estivesse contando um conto de fadas, uma senhora idosa de voz suave diz que, após anos de manipulação dos pobres por “um governo de esquerda”, foi “um governo de direita” que veio para ensinar as pessoas a pescar e, assim, “eles se tornaram homens e mulheres livres”.

²⁷⁵ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WvN7nYxbH-o&ab_channel=Poder360>. Acesso em: 09 mar. 2023.

²⁷⁶ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6AkDNfmi7zs&ab_channel=UOL>. Acesso em: 09 mar. 2023.

Ora, ao lado deste eixo ou ênfase anticomunista, Bolsonaro continuou utilizando, na campanha de 2022, uma retórica de cruzada contra o sistema político corrupto. Isto parece paradoxal se considerarmos que: a) ele vinha ocupando a mais alta posição formal de poder político no Brasil, b) ele havia procurado e conseguido negociar o apoio, no Congresso, do sempre oportunista “centrão” (um expoente paradigmático do status quo no Poder Legislativo brasileiro), e c) seu próprio governo, e mesmo seu ambiente pessoal e familiar, acumulavam inúmeros escândalos de corrupção (este capítulo apenas mencionou alguns).

Bolsonaro continuou, em sua campanha para a reeleição, a se apresentar como um expoente da honestidade e como construtor de um governo de pessoas honestas e formadas (em contraste com Lula, o "quadrilheiro de nove dedos"²⁷⁷). E, isto pode resultar ainda mais surpreendente em 2022 que em 2018, ou após quatro anos de governo próprio, a construção da imagem de Bolsonaro por sua campanha era como alguém que liderava uma "luta contra o sistema". Em seu HGPE, imagens dramáticas ilustrando a insegurança e mostrando pessoas preocupadas e angustiadas, acompanhavam a uma voz-off que dizia:

O sistema. O sistema é um inimigo invisível. O sistema tem braços onde o povo não enxerga. O sistema tira dinheiro de quem é trabalhador. O sistema prejudica a quem quer oferecer emprego. O sistema é feito por políticos corruptos, espertalhões, ladrões, presidiários e assaltantes do dinheiro público [fotos de Lula e outros petistas]. O sistema quer corromper a família [...]. O sistema te fez viver com medo todos os dias. Medo de ser assaltado, medo de não pagar as suas contas no fim do mês [...]. O sistema criou o Petrolão e o Mensalão. O sistema quer tirar sua liberdade de expressão. O sistema conta mentiras todos os dias para te convencer de que o nosso governo não faz nada. O sistema criou a mídia corrupta. O sistema te enganou por muitos anos até que milhares de vozes caladas gritaram "basta" [referência às manifestações desde 2013] e foram para as ruas. Chega. O Brasil não é o país do sistema. O brasileiro é um vencedor e ninguém pode te dizer o contrário. Nós nos dobrarmos a Deus [imagem de Bolsonaro e sua esposa rezando] e nenhum sistema pode contra Ele. Somos uma nação que pela primeira vez governa combatendo a corrupção [...]. Somos a nação que zerou a corrupção nas estatais saqueadas por anos pelos integrantes do sistema [...]. Somos guerreiros, estamos do lado da verdade e nosso futuro será ainda melhor. Temos Deus no coração e aqui o sistema no terá mais vez [...]. ¡Deus, pátria, família e liberdade! (Programa de Bolsonaro no HGPE, 5/9/2022).

Da mesma forma, em 2018, Bolsonaro tinha dito, em um programa do HGPE:

²⁷⁷ A desqualificação dos “nove dedos” é uma zombaria que tem sido comum no antipetismo mais intenso, referida ao acidente de trabalho sofrido por Lula quando ele era operador de torno, em que ele perdeu um dedo na mão.

Como vencer um sistema, uma máquina tão aferrada no terreno? [...]. Sabia que não teria o grande ou médio partido do meu lado, não teria tempo de televisão, não teria fundo partidário, não teria nada. [...]. Eu sou o contrário do que eles são. Eu sou uma ameaça aos corruptos”²⁷⁸.

Para recapitular o que foi dito até aqui, embora o antipetismo ou rejeição ativa do PT tenha sofrido mutações desde 1989, o antipetismo em sua fase bolsonarista manteve uma morfologia semelhante entre 2018 e 2022. A dupla matriz que o compunha, uma combinação de narrativas anticomunista e anticorrupção, persistiu em suas principais características. E isto, apesar das mudanças no contexto político: da incerteza sobre o que Bolsonaro realmente representava como candidato em 2018 ao legado após os quatro anos de governo próprio, com numerosos escândalos de corrupção e uma gestão altamente questionada da pandemia da COVID-19.

Aquela continuidade na dupla matriz do antipetismo não exclui, entretanto, alguma novidade, por exemplo, em termos do slogan da campanha, de “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” em 2018 para “Deus, Pátria, Família e Liberdade”. Mas, fundamentalmente, a mudança entre os dois ciclos eleitorais foi a crescente dificuldade em tornar verossímil este tipo de apelo antipetista após um período de exercício do poder e após a reparação pública do Lula que veio com a anulação das suas condenas judiciais.

Mesmo com estas dificuldades, a porcentagem obtida pelo bolsonarismo e grupos semelhantes, tanto no nível legislativo como nos estados, é significativa. Assim foi a recuperação eleitoral do próprio Bolsonaro para o segundo turno (embora insuficiente para reverter o resultado).

Reflexões finais

O bolsonarismo como fenômeno político em 2018 e mais tarde como governo deu origem a diferentes interpretações que procuraram entendê-lo e também inscrevê-lo em um contexto que transcende o cenário propriamente brasileiro. Naturalmente, pode-se argumentar que o debate sobre a catalogação conceitual do bolsonarismo pouco faz para mudar suas repercussões práticas em termos da vida (e morte) da população brasileira ou da evolução da política partidária cotidiana. Porém, assim como em 2016 definir o

²⁷⁸ Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DOQW6sUu2CI&t=245s>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

impeachment da Dilma como um golpe ou negar esse caráter não foi indistinto, mas se tornou relevante e significativo, algo semelhante acontece com a tarefa de interpretar o bolsonarismo como movimento político. Embora a caracterização do bolsonarismo como populismo de direita (como Trump e outras figuras), apareça em numerosos estudos dedicados à ascensão de Bolsonaro ao poder, uma categoria tão ampla que inclui fenômenos e lideranças de diversos sinais ideológicos acaba por perder a especificidade.

Revisando as duas matrizes do antipetismo que o bolsonarismo fundiu radicalmente e propôs encarnar, poderíamos, por outro lado, subscrever as obras que o interpretaram com base em seu caráter fascista ou neofascista (BOITO, 2020; SECCO, 2021; FERREIRA, GOMES, 2021). Por diferentes caminhos analíticos, estes estudos concluíram que o bolsonarismo pode ser caracterizado como um movimento político fascista (embora não tenha estabelecido uma ditadura fascista após sua eleição em 2018), reacionário e de massa e com um papel central dos estratos médios da sociedade capitalista. E de fato, na enumeração de elementos típicos do fascismo histórico (especialmente o fascismo italiano) que Fernando Sarti Ferreira e Rosa Rosa Gomes (2021) recuperam de outros autores como Robert Paxton, Umberto Eco e João Bernardo, os pontos de convergência são sugestivos. Mas há um deles que é particularmente interessante se o articulamos com o trajeto que este capítulo tentou apresentar em relação à dupla matriz antipetista do bolsonarismo.

O fascismo, destacam Ferreira e Gomes, aparece como uma revolta contra a ordem existente: veste-se de revolucionário, mas é reacionário em seu conteúdo, pois glorifica as ideias e instituições tradicionais e conservadoras, como a religião, a hierarquia social, o racismo, o exército. No Brasil, uma ilustração é o slogan bolsonarista da campanha de 2022, "Deus, Pátria, Família e Liberdade", que foi ainda mais longe do que o "Deus acima de todos, Brasil acima de tudo" de 2018, evocando o slogan fascista italiano "Deus, pátria e família", que no caso brasileiro havia sido reivindicado na década de 1930 pela Ação Integralista Brasileira (AIB), uma organização abertamente fascista liderada por Plínio Salgado.

Agora, se considerarmos a centralidade contínua das duas matrizes do terceiro momento do antipetismo entre 2018 e 2022 (a matriz ética ou anticorrupção e a matriz ideológica ou anticomunista), podemos sobrepor, como um papel vegetal ou transparente, ambas as matrizes desse antipetismo bolsonarista sobre aquela dualidade que caracterizou o fascismo histórico.

Ou seja, por um lado, em seu destaque do eixo contra a corrupção “sistêmica”, o bolsonarismo se apresenta como uma revolta contra uma ordem corrupta, contra um “sistema” que “é feito por políticos corruptos, ladrões, condenados e ladrões de dinheiro público” (Fragmento do programa de Bolsonaro no HGPE, transmitido em 05/09/22, e já citado neste capítulo).

Por outro lado, em sua mobilização do anticomunismo, o movimento político bolsonarista revela aquele outro eixo do qual o fascismo histórico é composto: o conservadorismo reacionário. Isso, nas formulações más implícitas, por meio das pautas de moral sexual, contra a homossexualidade e os direitos reprodutivos das mulheres, e em torno ao lugar público político e público da religião. Mas também em seus apelos anticomunistas mais explícitos, como em se definir como candidato “de direita”; ou no chamado a proteger as cores da bandeira brasileira contra o vermelho e a “extirpar” os “esquerdistas” da vida pública; ou nas advertências sobre os perigos da esquerda e o “socialismo”, que o golpe de 1964, e Bolsonaro mesmo em 2018, teriam evitado (libertando o Brasil dessas ameaças).

Em entrevista ao Jornal *O Globo*, dias após o primeiro turno eleitoral, Esther Solano, da Universidade Federal de São Paulo, afirmou que o foco de interpretação não deveria mais ser Bolsonaro como figura, mas o bolsonarismo como campo sociopolítico mobilizador e já capilarizado. Nos termos de Solano, “muitos pensaram que Bolsonaro era efeito de uma conjuntura de 2018, que reuniu desinformação, facada e antipetismo. Isso ajudou, mas há outros fatores no bolsonarismo que o aproximam da população”.²⁷⁹ E para 2022 ele já era muito mais do que isso.

Esta capilarização ficou evidente na votação para os governos estaduais e nas eleições para a Câmara e o Senado, com a formação de uma bancada sólida para 2023 e a entrada de algumas figuras emblemáticas dos ministérios e do governo Bolsonaro, como Damares Alves, Ricardo Salles, Tereza Cristina, Eduardo Pazuello e o vice-presidente Hamilton Mourão.

O bolsonarismo instituiu um legado na cultura política brasileira que permanecerá por um longo tempo. Um de seus ingredientes é uma re-hierarquização e uma profunda penetração das forças armadas na esfera política e dentro do próprio Estado. Isto pode ser

²⁷⁹ “O bolsonarismo se capilarizou e veio para ficar”. Entrevista de Bernardo Mello a Esther Solano, *O Globo*, 04/10/2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/entrevista-o-bolsonarismo-se-capilarizou-e-veio-para-ficar-diz-a-sociologa-esther-solano.ghml>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

pensado, como faz Amílcar Salas Oroño (2018), como retrocesso na socialização democrática: o retorno da figura dos militares ao primeiro plano da cena política, após anos de gerações de jovens que construíram as suas referências políticas sem a tutela simbólica e prática dos militares sobre o sistema político.

Outro elemento é o agudo avanço dos critérios religiosos na hora de pensar os assuntos públicos. Isto não foi uma novidade do bolsonarismo: as referências religiosas podem ser rastreadas até as primeiras eleições diretas após a recuperação democrática, em 1989; e a bancada informal “da Bíblia” vinha mostrando uma coordenação interna invejável, pelo menos desde 2012/2013. Mas o governo Bolsonaro aprofundou a níveis escandalosos para um Estado laico a legitimação da penetração da religião no debate público, na orientação do governo e nas políticas públicas. Como vimos neste capítulo, alguns exemplos categóricos podem ser encontrados no discurso de Bolsonaro. Outros, nas medidas e políticas dos ministérios, como a mencionada campanha de prevenção da gravidez na adolescência só promovendo a “reflexão” e abstinência sexual, em 2020 por parte do Ministério de Saúde; ou o escândalo, também mencionado, em 2022, dos dois pastores que, sem um cargo público no Ministério de Educação, se dedicaram a utilizá-lo para favorecer com recursos a prefeitos ligados à Igreja Assembleia de Deus.

E finalmente, embora possamos enumerar outros, um terceiro elemento que nos deixa a ascensão do Bolsonaro ao governo – e sua atuação em duas campanhas presidenciais – é uma certa legitimação e até promoção da intolerância e da violência política. Em seu livro *Vida y Muerte en el Tercer Reich* [Vida e Morte no Terceiro Reich], Peter Fritzsche (2009) descreve como a política racial implementada pelo regime nazista a partir de 1933 significou que "alemães comuns" (aqueles que o nazismo considerava "arianos" ou fora de qualquer categoria social perseguida pelo nazismo) acabaram vendo o mundo e pensando a política através de critérios raciais, e começaram a considerar a milhares de outros alemães como geneticamente inaptos e, assim, excluídos da "comunidade do povo". A raça tornou-se assim um critério determinante na vida cotidiana da Alemanha daqueles anos. O Brasil de Bolsonaro não é a Alemanha nazista, é claro. Mas a progressiva legitimação – e sem custo político – de práticas e apelos públicos carregados de brutalidade, desumanidade e intimidação, como a justificação da tortura e da ditadura, a misoginia, a negação do racismo estrutural, a proteção das milícias e a promoção do uso de armas, até a imitação pelo presidente com falta de ar durante a crise global de saúde da COVID-19 (e que, no caso brasileiro teve implicações horrorosas devido à escassez de oxigênio para prover àqueles que desenvolveram dificuldades

respiratórias devido ao vírus), tem e terá um profundo impacto na cultura política, nas formas de relacionamento entre os partidos e também entre a própria população, que foi se socializando nesse clima e nessa linguagem política.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Alfonso. “**Aqui você vê a verdade na tevê**”: A propaganda política na televisão. Niterói: MCII, 1999.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente. Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019.

AMARAL, Oswaldo Martins Estanislau do. The Victory of Jair Bolsonaro According to the Brazilian Electoral Study of 2018. **Brazilian Political Science Review**, v. 14, n. 1, p. 3-13, 2020.

AMARAL, Oswaldo Martins Estanislau do; ROCCA RIVAROLA, Dolores. Remembering and Repairing the Authoritarian Past: Contrasting Policies and Enduring Outcomes for Democracy in Argentina and Brazil. Paper presented in **LASA2023 Hybrid Congress: América Latina y el Caribe: Pensar, Representar y Luchar por los Derechos, May 2023**.

AZEVEDO, Fernando Antônio. PT, eleições e editoriais da grande imprensa. **Opinião Pública**, vol. 24, n. 2, maio-agosto, p. 270-290, 2018.

AZEVEDO, Reinaldo. **O país dos petralhas**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BOITO JR., Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica Marxista**, v. 50, p. 111-119, 2020.

BRUGNAGO, Fabrício; CHAIA, Vera. A nova polarização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política**, v. 7, n. 21, outubro-janeiro, p. 99-129, 2015.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, v. 13, n. 2, p. 307-339, 2007.

CHAGURI, Mariana Miggiolaro; AMARAL, Oswaldo Estanislau do. The social bases of Bolsonarism: an analysis of authoritarianism as politics. **Latin American Perspectives**, 2023 (forthcoming).

COUTO, Cláudio Gonçalves. Cambios y continuidades en la política brasileña reciente. In: TAGLE, Silvia Gómez (Ed.). **Alternativas para la democracia en América Latina**. México: Colégio de México/ Instituto Nacional Electoral, 2015, p. 291-335.

FERREIRA, Fernando Sarti; GOMES, Rosa Rosa. Teorias do fascismo. In: RODRIGUES, Julian; FERREIRA, Fernando Sarti (Orgs.). **Fascismo ontem e hoje**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Maria Antonia, 2021, p. 123-132.

FRITZSCHE, Peter. **Vida y muerte en el Tercer Reich**. Barcelona: Crítica, 2009.

HUNTER, James Davison. **Culture Wars: The Struggle to Define America. Making sense of the battles over the family, art, education, law and politics**. New York: Basic Books, 1991.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy. Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash. **Journal of Democracy**, v. 30, n. 1, p. 68-82, 2019.

LACERDA, Fábio. **Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista USP**, v. 120, jan-fev-mar, p. 61-76, 2019.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. **Novos Estudos**, v. 34, p. 92-106, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado em História Económica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo e antipetismo na atual onda direitista. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (Orgs.). *Pensar as direitas na América Latina*. São Paulo: Alameda Editorial, 2019.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

PEREYRA DOVAL, Gisela; LUCCA, Juan Bautista; IGLESIAS, Esteban; PINILLOS, Cintia. **El Brasil de Bolsonaro en español**. Buenos Aires: Prometeo, 2023 (no prelo).

POUSADELA, Inés. Argentinos y brasileños frente a la representación política. In: GRIMSON, Alejandro (Comp.). **Pasiones nacionales**. Política y cultura en Brasil y Argentina, Buenos Aires: EDHASA, 2007, p. 125-188.

ROCCA RIVAROLA, Dolores. Las mutaciones históricas del antipetismo y el fenómeno Bolsonaro. **Perseu**, Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, v. 19, p. 244-283, 2020.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther; MEDEIROS, Jonas. **The Bolsonaro Paradox. The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil**. Switzerland: Springer, 2021.

RODRIGUES, Julian; FERREIRA, Fernando Sarti (Orgs.). **Fascismo ontem e hoje**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Maria Antonia, 2021 (Coleção Argumento).

SALAS OROÑO, Amílcar. La victoria de Bolsonaro y las generaciones políticas. **Bordes**, Revista de Política, Derecho y Sociedad, noviembre-enero, p.155-158, 2018.

SECCO, Lincoln. Fascismo no Brasil atual: O bolsonarismo. In: RODRIGUES, Julian; FERREIRA, Fernando Sarti (Orgs.). **Fascismo ontem e hoje**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Maria Antonia, 2021, p. 107-120.

SOUSA JR., Walter de. O cenário da Segunda Guerra Fria e os atores das eleições de 2018. In: COSTA, Maria Cristina Castilho; BLANCO, Patrícia (Orgs.). **Liberdade de expressão e campanhas eleitorais. Brasil 2018**. São Paulo: ECA-USP, 2019, p. 76-109.

Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional
conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TÍTULO	Dimensões do anticomunismo no Brasil: novos estudos e perspectivas de análise
ORGANIZADORES	Marco Antônio Machado Lima Pereira e Everton Fernando Pimenta
PROJETO GRÁFICO	Roney Correia da Silva
CAPA	Izabela Moreira
FORMATO	E-Book
PÁGINAS	400
EDIÇÃO	1ª edição - Fevereiro de 2024



“Este livro coletivo organizado por Pereira e Pimenta deve ser saudado como uma das produções mais recentes sobre o tema do anticomunismo, que, como indicado, é um campo de estudos em plena expansão, no Brasil e no exterior. Trata-se de contribuição valorosa à consolidação dessa área, que na verdade dispõe de poucas obras desse tipo, coletâneas reunindo diferentes autores que estudam movimentos orientados para a luta contra o “perigo vermelho”.

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

“Esperamos que esta coletânea possa abrir novos caminhos de reflexão sobre a tradição anticomunista na história republicana brasileira. Que em meio às tramas golpistas do passado e do presente, nós pesquisadores/as e educadores/as possamos assumir como compromisso a tarefa urgente de impedir que as sementes do ódio autoritário e de um projeto de sociedade voltado para o embrutecimento e para a insensibilização diante do outro, voltem a germinar”.

Os organizadores